

MOTA-ENGIL

O presente relatório constitui uma versão não oficial e não auditada do relatório oficial de prestação de contas consolidadas da Mota-Engil, SGPS, S.A. em formato ESEF, divulgado no dia 25 de março de 2024 no site da CMVM e no site institucional da Mota-Engil, SGPS, S.A.. Não obstante, e embora noutra formato, esta versão é uma cópia fiel do respetivo relatório oficial. Em caso de discrepância entre as duas versões, prevalece a versão oficial em ESEF.

BUILDING with PURPOSE



PLANET



PEOPLE



COMMUNITY

ÍNDICE

1.1 RELATÓRIO DE GESTÃO CONSOLIDADO VISÃO GERAL

1.1.1	Mensagem do Presidente do Conselho de Administração	08
1.1.2	Destaques 2023 e principais acontecimentos	10
1.1.3	Distinções e em números 2023	14

1.2 A FORÇA DE UM GRUPO / O GRUPO MOTA-ENGIL

1.2.1	O mundo Mota-Engil	18
1.2.2	Áreas de negócio	19
1.2.3	Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i>	23
1.2.4	Modelo de governo e órgãos sociais	24
1.2.5	Gestão de risco	30

1.3 DESEMPENHO ECONÓMICO-FINANCEIRO

1.3.1	Comparabilidade da informação	45
1.3.2	Análise do desempenho económico-financeiro	46
1.3.3	Análise por unidade de negócio	54
1.3.4	Mota-Engil na bolsa	78
1.3.5	Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do Conselho de Administração	79
1.3.6	Propostas de aplicação de resultados e distribuição de bens sociais	79

1.4 DECLARAÇÃO DE SUSTENTABILIDADE

1.4.1	INFORMAÇÃO GERAL	81
I.	Abordagem estratégica à sustentabilidade	82
II.	Governance de sustentabilidade	89
III.	Tópicos materiais	92
IV.	Os nossos <i>Stakeholders</i>	94
1.4.2	INFORMAÇÃO AMBIENTAL	98
I.	Taxonomia europeia	101
II.	Alterações climáticas	107
III.	Água	118
IV.	Utilização dos recursos e economia circular	122
1.4.3	INFORMAÇÃO SOCIAL	133
I.	Saúde e segurança no trabalho	133
II.	Gestão do talento	143
pIII.	Responsabilidade social	162
IV.	Fundação Manuel António da Mota	168
1.4.4	INFORMAÇÃO DE GOVERNANCE	174
I.	Conduta empresarial	174
II.	Cadeia de fornecedores	186
III.	Investimento responsável	191
IV.	Informação fiscal	193
V.	Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos	196
VI.	Inovação	200

1.5	PERSPETIVAS PARA 2024	208
------------	------------------------------	------------

1.6	FACTOS RELEVANTES APÓS O TERMO DO EXERCÍCIO	210
------------	--	------------

1.7	NOTA FINAL	213
------------	-------------------	------------

Anexos

I.	Tabela GRI	216
II.	Tabelas de correspondências	306

Parte DOIS

2. INFORMAÇÃO FINANCEIRA CONSOLIDADA

2.1	Demonstração consolidada dos resultados por naturezas	329
2.2	Demonstração consolidada do outro rendimento integral	330
2.3	Demonstração consolidada da posição financeira	331
2.4	Demonstração consolidada das alterações no capital próprio	332
2.5	Demonstração consolidada dos fluxos de caixa	333
2.6	Notas às demonstrações financeiras consolidadas	334
2.7	Apêndice A	491

Parte TRÊS

3. RELATÓRIO SOBRE AS PRÁTICAS DO GOVERNO SOCIETÁRIO

3.1	Informação sobre estrutura acionista, Organização e Governo da Sociedade	505
3.2	Avaliação do Governo Societário	556

Parte QUATRO

4. ANEXOS

4.1	Declaração nos termos do artigo 29.º do CVM	565
4.2	Artigo 324.º n.º 2 e 66º n.º 5 alínea d) do CSC	567
4.3	Artigo 447.º do CSC	567
4.4	Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro	570
4.5	Artigo 66.º n.º5 alínea g) do CSC	571
4.6	Participações qualificadas	572
4.7	Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco anos	573
4.8	Relatório sobre remunerações	584

Parte CINCO

5. RELATÓRIOS DE FISCALIZAÇÃO

5.1	Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria	591
5.2	Relatório e Parecer do Conselho Fiscal	604
5.3	Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade	606

PARTE
UM

MENSAGEM DO PRESIDENTE

DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Senhores Acionistas,

CARLOS MOTA SANTOS

PRESIDENTE DO CONSELHO
DE ADMINISTRAÇÃO E CEO

No cumprimento das obrigações legais e estatutárias, venho através do presente relatório destacar os principais acontecimentos do ano de 2023, um período marcado pela instabilidade geopolítica internacional que a situação no médio oriente adensou.

Ao nível do Grupo Mota-Engil, o ano de 2023 caracterizou-se como exigente, mas muito positivo, refletido por índices de produção inéditos, aos quais as equipas deram sempre a devida resposta, honrando a longa tradição de Engenharia do Grupo Mota-Engil.

Com um modelo estratégico orientado para o longo prazo, complementado com uma gestão operacional atuante e muito coesa no terreno, o Grupo alcançou um crescimento de 46% no Volume de Negócios para um recorde anual de 5.552 milhões de euros, conjugado com um aumento de 55% no EBITDA para 837 milhões de euros e um resultado líquido de 113 milhões de euros, num período que também em termos comerciais foi muito positivo ao terminar o ano com uma carteira de encomendas de 13 mil milhões de euros, assegurando estabilidade para os anos seguintes.

Assim, e atingida esta dimensão, gostaria de referir aos nossos *stakeholders* que temos bem presente que a dimensão confere responsabilidade, e no caso da Mota-Engil manteremos o foco prioritário na rentabilidade líquida e geração de *cash-flow*, rumo às metas definidas para 2026.





Para além das metas alcançadas, importa destacar que o ano fica igualmente marcado por importantes decisões que apenas terão impacto no futuro, casos da aquisição das participações não detidas no negócio do Ambiente (EGF e SUMA), bem como a alienação das operações na Polónia, transações estas que contribuirão para reforçar o foco de investimento nos mercados e negócios onde vislumbramos maior potencial de desenvolvimento, o mesmo acontecendo na área das concessões onde nos próximos anos daremos maior visibilidade aos investimentos realizados através da rotação de ativos que assegurará valor acrescentado ao Grupo.

O nosso legado inspira e compromete-nos na construção de um mundo melhor. Hoje encontramos-nos num contexto com grandes desafios de sustentabilidade, e com esse reconhecimento e propósito, incluímos a sustentabilidade como um pilar fundamental da estratégia do Grupo, traduzida em objetivos e metas dedicadas aos temas materiais identificados para a Mota-Engil e que refletem os interesses dos nossos *stakeholders*.

Por essa razão, este ano teremos pela primeira vez o desenvolvimento de um Relatório Único, com a informação de sustentabilidade integrada de forma a dar o devido destaque a uma agenda estratégica única, onde a sustentabilidade é parte integrante.

Passamos assim a publicar, com total transparência, a evolução do Grupo em todas as dimensões de ESG que hoje tomamos como práticas de um caminho a percorrer, ambicioso e que queremos cada vez mais sustentável. Nesse sentido, e com um firme compromisso com a agenda da sustentabilidade, destacamos o desempenho positivo de alguns dos objetivos como a redução de acidentes com baixa, a evolução positiva de mulheres em posição de gestão num Grupo que queremos cada vez mais inclusivo, promotor de inovação e atrativo ao novo talento.

Reconhecemos que ainda temos um grande caminho a percorrer, mas continuamos ambiciosos e com os olhos postos no futuro do nosso planeta, das pessoas e do negócio.

Para finalizar, e apesar dos inúmeros projetos desenvolvidos ao longo do ano em mais de vinte países, não posso deixar de reconhecer em 2023 a equipa responsável e todos aqueles que contribuíram para a extraordinária prestação no Tren Maya, o maior projeto ferroviário em curso na América Latina onde fomos ao longo da execução e de forma consistente o consórcio com melhor taxa de execução.

O Tren Maya ficará para sempre no currículo da Mota-Engil entre os seus maiores projetos, a par de outros que foram executados por diferentes gerações que ao longo de décadas têm contribuído para fazer da Mota-Engil o que é hoje: uma referência internacional.

Por fim, gostaria de em nome do Conselho de Administração, fazer um justo reconhecimento ao coletivo de mais de 53 mil colaboradores que contribuíram de forma competente e empenhada para os resultados que alcançámos, aliada à indispensável confiança que os nossos parceiros e clientes sempre nos transmitiram e a quem procurámos sempre corresponder a cada momento, assim como aos Senhores Acionistas que de forma coesa sempre têm transmitido o inestimável apoio e colaboração para fazermos em conjunto da Mota-Engil um Grupo cada vez mais global e alinhado com o propósito que nos guia no caminho para um futuro melhor.

DESTAQUES 2023

Em 2023 o Grupo Mota-Engil concretizou um patamar inédito na sua carteira de encomendas, tendo simultaneamente alcançado níveis sem precedentes de produção que permitiram alcançar um crescimento significativo de 46% do seu Volume de Negócios, alcançando um valor recorde de 5.552 milhões de euros.

13

Mil milhões de euros

CARTEIRA DE ENCOMENDAS DE
13 MIL MILHÕES DE EUROS

5.552

Mil milhões de euros

VOLUME DE NEGÓCIOS DE 5.552
MILHÕES DE EUROS, UM
CRESCIMENTO DE 46% FACE AO
EXERCÍCIO DE 2022

113

Milhões de euros

RESULTADO LÍQUIDO
CONSOLIDADO DE 113 MILHÕES
DE EUROS, UM CRESCIMENTO DE
116% FACE AO EXERCÍCIO DE
2022, COM UMA MARGEM DE 2%

837

Milhões de euros

EBITDA DE 837 MILHÕES
DE EUROS, UM CRESCIMENTO DE
55% FACE AO EXERCÍCIO DE 2022,
COM UMA MARGEM DE 15%

1.175

Milhões de euros

DÍVIDA LÍQUIDA DE
1.175 MILHÕES DE EUROS, COM
UM RÁCIO DÍVIDA LÍQUIDA /
EBITDA DE 1,4X

2.796

Milhões de euros

DÍVIDA BRUTA DE
2.796 MILHÕES DE EUROS, COM
UM RÁCIO DÍVIDA BRUTA /
EBITDA DE 3,3X

513

Milhões de euros

INVESTIMENTO DE 513 MILHÕES
DE EUROS, DO QUAL 76% DE
CRESCIMENTO E DE
CONTRATOS DE MÉDIO E LONGO
PRAZO

746

Milhões de euros

CAPITAL PRÓPRIO DE 746
MILHÕES DE EUROS, UM
CRESCIMENTO DE 192 MILHÕES
DE EUROS FACE AO EXERCÍCIO
DE 2022, COM UMA AUTONOMIA
FINANCEIRA DE 10%

DESEMPENHO FACE OBJETIVOS ESG

ODS	Objetivos ESG	Reporte		Meta		Progresso
		2022	2023	2026	2030	
	Talento local em posições de gestão	71%	71%	75%		• Sem progresso
	Redução da taxa de incidência com tempo perdido (vs 2020 BU E&C e vs 2021 Grupo ME)	4,39 BU E&C 11,62 Grupo ME	2,69 BU E&C (-51%) 8,21 Grupo ME (-32%)	2,76 BU E&C 6,07 Grupo ME (-50%)		• Progresso positivo
	Redução emissões de GEE (âmbito 1, 2 e 3) vs 2021	4 MtCO ₂ e	4 MtCO ₂ e (+32%)		2 MtCO ₂ e (-40%)	• Progresso negativo
	Certificação global (ISO 9001, 14001 e 45001) com base no volume de negócios	Sem reporte	77%	100%		• Primeiro reporte
	Mulheres recrutadas ou promovidas a manager vs 2021	19%	21%	30%		• Progresso positivo
	Investimento acumulado em inovação 22-26 vs 2020	1 M€	5 M€	25 M€		• Progresso positivo
	Resíduos valorizados	66%	73%		80%	• Progresso positivo
	Entidades a mensurar o impacto RSC tendo por base os ODS	Sem reporte	Metodologia em desenvolvimento	10%		• Primeiro reporte a ser realizado

Nota: As percentagens de variação dizem respeito à comparação do valor do ano face ao ano de base.

PRINCIPAIS ACONTECIMENTOS 2023

MAR

01

Resultados Anuais de 2022

**Anúncio do Acordo para reforço
de posição no negócio do Ambiente**

JUN

07

Novos Contratos na Latam

890 M€

27

Novos contratos em África

650 M€

29

**77.º aniversário da Mota-Engil
Anúncio do State of Purpose**

JAN

30

**Alterações dos órgãos sociais
no triénio 2021-2023**

ABR

27

Assembleia geral de acionistas

**Nomeação do Conselho Fiscal
e Revisor Oficial de Contas
para o triénio 2023-2025**

JUL

10

Novo Contrato na Nigéria

840 M€

AGO

29

Novos contratos
de Engenharia Industrial

945 M€

31

Resultados 1.º Semestre

Update das Metas do Plano
Estratégico Buiding'26

OUT

23

Novo contrato
de Oil & Gas no Brasil

300 M€

NOV

14

Resultados do
3Q23 com recordes:

13,6 B€

CARTEIRA DE ENCOMENDAS

>4 B€

VOLUME DE NEGÓCIOS

>551 B€

EBITDA

DEZ

06

Novo contrato em Portugal

322 M€

19

Acordo para alienação da
MECE/MERE na Polónia

O MUNDO MOTA-ENGIL

3 CONTINENTES

21 PAÍSES

América Latina

México
Peru
Brasil
Colômbia
Panamá

Europa

Portugal
Polónia
Espanha

África

Angola
Moçambique
Malawi
África do Sul
Zimbabué
Uganda
Ruanda
Guiné-Conacri
Camarões
Costa do Marfim
Quénia
Nigéria
Senegal

DISTINÇÕES

Com um percurso de 77 anos de ousadia e ambição, construído através de uma consolidada experiência de diversas gerações, o Grupo Mota-Engil alcançou em 2023, níveis recorde de Carteira de Encomendas e de atividade, o que permitiu, pela primeira vez, alcançar um lugar entre as 10 Maiores construtoras na América Latina (#5) e África (#9), ficando no Top 15 Europeu.

TOP 100 IN THE WORLD
#71 Global Powers
of Construction 2022

TOP 15 IN EUROPE
#14 in the region

TOP 10 IN AFRICA
#9 in the region

**TOP 5 IN LATIN
AMERICA**
#5 in the region

Deloitte.

THE TOP 250
TOP INTERNATIONAL CONTRACTORS OF THE WORLD

THE TOP 250
TOP INTERNATIONAL CONTRACTORS OF THE WORLD

THE TOP 250
TOP INTERNATIONAL CONTRACTORS OF THE WORLD

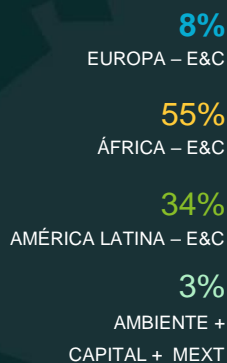
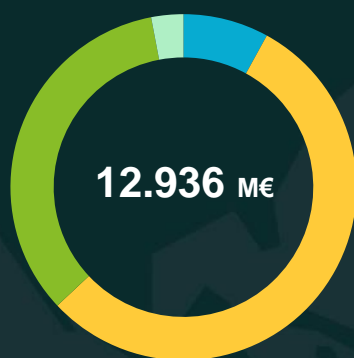
2023

EM NÚMEROS

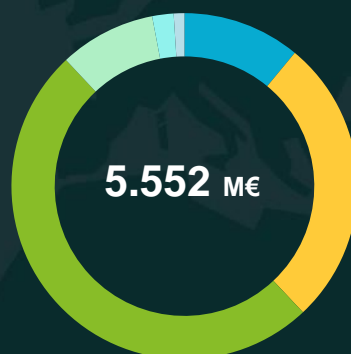
12.936 M€

5.552 M€

CARTEIRA ENCOMENDAS

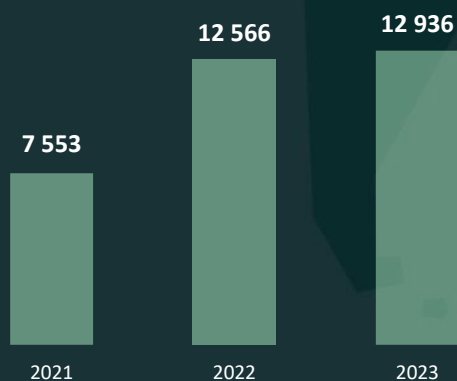


VOLUME DE NEGÓCIOS



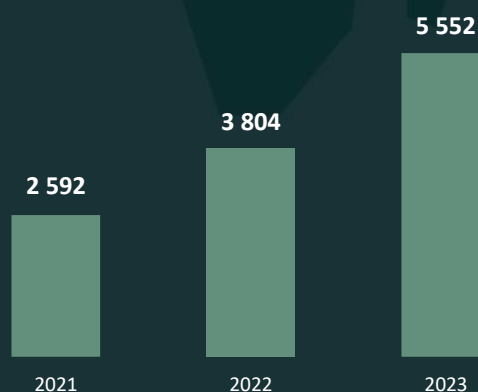
EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE ENCOMENDAS

Grupo (milhões de euros)



EVOLUÇÃO DO VOLUME DE NEGÓCIOS

Grupo (milhões de euros)



Demonstrações dos Resultados

Milhares de euros

	2023	% VPS	Δ	2022 (reexpresso)	% VPS
Vendas e prestações de serviços (VPS)	5.551.897		45,9%	3.804.258	
EBITDA (*)	837.298	15,1%	54,9%	540.704	14,2%
Amortizações e depreciações, perdas de imparidade e provisões	-321.174	(5,8%)	(8,0%)	-297.490	(7,8%)
EBIT (**)	516.124	9,3%	112,2%	243.214	6,4%
Resultados financeiros (***)	-176.041	(3,2%)	(14,2%)	-154.187	(4,1%)
Ganhos/(perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	15.407	0,3%	381,3%	-5.478	(0,1%)
Ganhos/(perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	40.236	0,7%	(10,5%)	44.963	1,2%
Posição monetária líquida	0	0,0%	(100,0%)	10.550	0,3%
Resultado antes de imposto	395.726	7,1%	184,6%	139.062	3,7%
Resultado líquido consolidado do exercício	265.879	4,8%	167,5%	99.407	2,6%
Atribuível:					
a interesses que não controlam	152.726	2,8%	225,1%	46.985	1,2%
ao Grupo	113.153	2,0%	115,8%	52.422	1,4%

(*) EBITDA corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: "Vendas e prestações de serviços"; "Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção"; "Fornecimentos e serviços externos"; "Gastos com pessoal"; "Outros rendimentos / (gastos) operacionais"

(**) EBIT corresponde à soma algébrica do EBITDA com as seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: "Amortizações e depreciações", "Perdas de imparidade" e "Provisões"

(***) Os Resultados financeiros correspondem à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: "Rendimentos e ganhos financeiros" e "Gastos e perdas financeiras"

77 YEARS BUILDING THE FUTURE

1.2

A FORÇA DE UM GRUPO /
O GRUPO MOTA-ENGIL



1.2 A força de um Grupo

1.2.1 O mundo Mota-Engil



GRI 2-1, 2-6
ESRS SBM-1

Fundada em 1946, a Mota-Engil é um Grupo construído através de uma experiência consolidada de diversas gerações. Foi constituído pela família Mota, sendo ainda hoje o seu maior acionista através da Mota Gestão e Participações SGPS, SA e com um compromisso de longo prazo com a empresa. Em 2021, a EPOCH, Capital investments, BV, 100% detida pela China Communications Construction Group, grupo de origem chinês e uma das maiores construtoras mundiais, integrou a estrutura acionista com uma posição de 32,4%, contribuindo para o reforço de capacidade do Grupo para atuar à escala global. Distingue-se pelo seu compromisso, pelas suas pessoas e pelas suas competências, destacando-se o seu propósito "O nosso Legado inspira-nos e compromete-nos na construção de um mundo melhor" que culmina na sua capacidade de ação no caminho de um futuro mais sustentável.

Com um posicionamento de mercado alinhado com as melhores práticas e uma conduta empresarial assente em princípios éticos (Cap. 1.4.4.I) e suportada numa visão estratégica, única e integrada para o futuro (Cap. 1.2.3), o Grupo ambiciona tornar-se cada vez mais internacional, inovador e competitivo à escala global.

Líder em Portugal e com uma posição consolidada no ranking dos 15 maiores grupos europeus de construção¹, exerce atividade em 21 países, repartidos por três áreas geográficas – Europa, África e América Latina. Este percurso de 77 anos de história deve-se ao compromisso, mantido em cada mercado, de rigor, qualidade e capacidade de execução.

Destaca-se igualmente a Fundação Manuel António da Mota (FMAM), instituída pelo Grupo Mota-Engil e pela Família Mota, como importante instrumento da política de responsabilidade social (Cap. 1.4.3.IV). A Fundação tem como finalidade a promoção, o desenvolvimento e o apoio a iniciativas de natureza social e cultural, exercendo a sua atividade em todo o território nacional e nos países onde o Grupo está presente.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Mota-Engil: um Grupo com propósito

No dia 25 de setembro 2023, divulgou-se o [vídeo](#) que apresenta aos *stakeholders* o propósito do Grupo Mota-Engil: "O nosso Legado inspira-nos e compromete-nos na construção de um mundo melhor". A data foi escolhida pelo seu simbolismo – por se tratar da data em que, em 2015, a Organização das Nações Unidas (ONU) adotou os 17 Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) e por se comemorar o Dia Nacional da Sustentabilidade – e como mote para se refletir a razão de ser do Grupo face à agenda internacional de sustentabilidade. Internamente, o propósito foi comunicado também neste dia, com a assinatura de Carlos Mota Santos, *Chairman* e CEO da Mota-Engil.

O propósito do Grupo Mota-Engil surge da consciência que cabe a todos, hoje e no futuro, no dia-a-dia, dar a resposta adequada a cada novo desafio, tendo bem presente a sua estratégia, suportada em objetivos ambientais, sociais, económicos e de governo concretos, alicerçados numa cultura e ética de conduta com valores organizacionais que diferenciam o Grupo.

A definição do *Statement of Purpose* resultou de um estudo de aprofundamento da identidade e "razão de ser" do Grupo, assim como do seu contributo para a sociedade. Entre abril e junho de 2023 foram realizados questionários, entrevistas e *workshops*, que contaram com a participação dos colaboradores de várias geografias e níveis na organização e *stakeholders* externos. Para além dos inquéritos enviados aos vários *stakeholders*, incluindo todos os colaboradores do Grupo, foram realizadas entrevistas a *stakeholders* estratégicos. Adicionalmente, foi criado um grupo de colaboradores representativos de cada uma das Unidades de Negócio, geografias, posições nas empresas (desde a gestão de topo à operação), faixa etária e antiguidade no Grupo, com o intuito de se analisar, sob diferentes perspetivas, a informação recolhida e definir o propósito do Grupo. O resultado final foi discutido e validado pela Comissão Executiva.

¹ De acordo com Top 250 Contractors, ENR (Engineering News-Record).

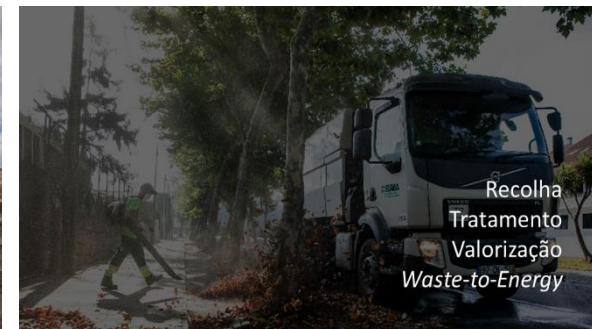


1.2.2 Áreas de negócio



GRI 2-6
 ESRS SBM-1

A Mota-Engil desenvolve um vasto leque de atividades associadas à conceção, construção, gestão e operação de infraestruturas. O Grupo detém uma longa e reconhecida experiência em vários países com diversos clientes, públicos e privados, bem como um elevado *know-how* técnico, os quais são alavancados no desenvolvimento de outras atividades que beneficiam de sinergias e *cross-selling*, como sejam os serviços de Engenharia Industrial. A Mota-Engil tem vindo a fortalecer a sua presença nas áreas do Ambiente e Energia, com a consciência da necessidade de contribuir para a sustentabilidade do Grupo e para um planeta sustentável. Neste sentido, para além da recolha e gestão de resíduos urbanos, o Grupo opera na produção de energia renovável, estando cada vez mais a apostar no setor da eficiência energética e carbónica contribuindo para a tão necessária transição energética.



ENGENHARIA E CONSTRUÇÃO

O Grupo Mota-Engil desenvolveu projetos de construção em cerca de 50 países, afirmando a sua competência técnica e construindo uma reputação de excelência, destacando-se na construção de infraestruturas e estruturas diversas como estradas, autoestradas, ferrovia, aeroportos, portos, barragens e edifícios, assim como na construção e manutenção de plataformas de apoio ao segmento de *Oil & Gas*, entre outras especialidades como a eletromecânica, as fundações especiais e a geotecnia.

SERVIÇOS DE ENGENHARIA INDUSTRIAL

Os Serviços de Engenharia Industrial são um dos principais motores de crescimento da Mota-Engil, pois capitalizam a presença e *track-record* do Grupo desde 1998. Em específico beneficiam da capacidade de se operar em múltiplos mercados e com capacidade de mobilizar recursos e do posicionamento da Mota-Engil no segmento de E&C em África. Os contratos de Serviços de Engenharia Industrial, são contratos assentes numa parceria fiável e de longo prazo, com alguns dos mais reconhecidos investidores multinacionais.

AMBIENTE

O Grupo Mota-Engil iniciou a sua atividade no setor do Ambiente em 1995, em Portugal, através da Suma, no segmento de gestão e recolha urbana de resíduos e a que agregou competências com a EGF – empresa líder no tratamento e valorização de resíduos, detendo tecnologia de vanguarda europeia no tratamento e valorização de resíduos, bem como na produção de energia, através da captação de biogás em aterro e da central de valorização energética.

A nível internacional, a Mota-Engil tem expandido a sua atividade neste setor para mercados como Angola (Vista Waste), Moçambique (Eco Life), Cabo Verde (Agir), Brasil (Suma Brasil), Omã (Eco Vision), e Costa do Marfim (Eco Eburnie e Clean Eburnie), tendo como objetivo continuar a expandir a sua atividade e assim contribuir para um mundo melhor e preparado para as novas gerações.



MOTA-ENGIL CAPITAL

A Mota-Engil Capital é uma Unidade de Negócio cujo objetivo é alavancar a criação de valor para o Grupo através de uma diversificação dos investimentos, apoiado por uma gestão integrada de um conjunto de bens e projetos complementares aos segmentos da Engenharia e Construção e Ambiente. Trabalha em estreita colaboração com os negócios *core* do Grupo.

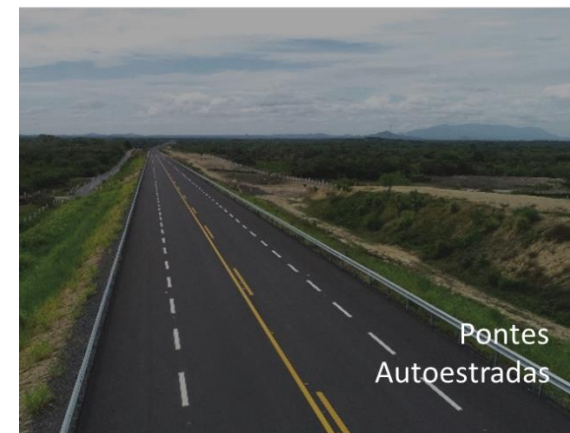
Com esta visão estratégica, o portefólio da Mota-Engil Capital centra-se em:

- **Gestão de Concessões de Transporte**, bem como a sua exploração e manutenção (através da Mota-Engil Concessões e da Lineas), continuando um historial de 25 anos na gestão de concessões;
- Áreas de negócio inovadoras associadas à **Energia** e **Serviços** (através da Mota-Engil Renewing), **Turismo**, bem como na **Prestação de Serviços** (através da Mota-Engil Ativ), que se centra na provisão de serviços técnicos especializados, nomeadamente através da manutenção em edifícios, indústria e infraestruturas hidráulicas, bem como na conceção, gestão, construção e manutenção de espaços exteriores, cujo crescimento sustentado levou ao seu reconhecimento na criação de valor na indústria do paisagismo.



ENERGIA

O Grupo Mota-Engil foi o primeiro operador privado no setor da produção de energia no México, detendo um conjunto de ativos em operação de geração hídrica através da Generadora Fenix com uma capacidade de produção acima de 280 MW. Para além da geração está presente na comercialização de energia, detendo nomeadamente três PPA (*Power Purchase Agreements* - contratos de longo prazo de compra e venda de energia) em operação para 148 MW (658 GWh/ano), sendo o mais relevante o PPA de 20 anos contratado com a Cidade do México. Destaca-se ainda, na EGF, a existência de *Waste-to-Energy*, com a produção de energia através da captação de biogás em aterro, da inceneração na central de valorização energética e da valorização orgânica.



CONCESSÕES DE INFRAESTRUTURAS DE TRANSPORTES

Através da Lineas e das suas subsidiárias, a Mota-Engil opera uma rede de cerca de 2.500 quilómetros de estradas e autoestradas, incluindo as duas pontes na cidade de Lisboa. A Mota-Engil tem uma experiência histórica de mais de 5.000 quilómetros de concessões (projetos *green field*) que envolveram um investimento total de mais de 12 mil milhões euros, e é suportada por *know-how* especializado que tem vindo a ser adquirido desde 1994 em Portugal, e expandido para mercados internacionais, principalmente para a América Latina.



MOTA-ENGIL MEXT

Com o objetivo de reforçar o investimento em Inovação e ser um acelerador de transformação global, foi constituída a Mota-Engil Mext que detém responsabilidade executiva sobre um conjunto de participadas que atuam em áreas diferenciadas como:

- Imobiliário, através da Emerge;
- Produção Agro-industrial;
- Produção de Energia; e
- Mineração.

A Mota-Engil Mext acolhe ainda na sua estrutura um Comité de Transformação que visa ser um veículo dinamizador de eficiência e inovação no Grupo, operando de forma transversal a todas as áreas de negócio e geografias onde a Mota-Engil está presente.

1.2.3 Estratégia *Building 26 for a Sustainable Future*




ESRS SBM-1

O nosso Plano Estratégico tem como horizonte temporal o período 2022-2026 e identifica cinco eixos estratégicos que servem de suporte para a concretização das nossas ambições.

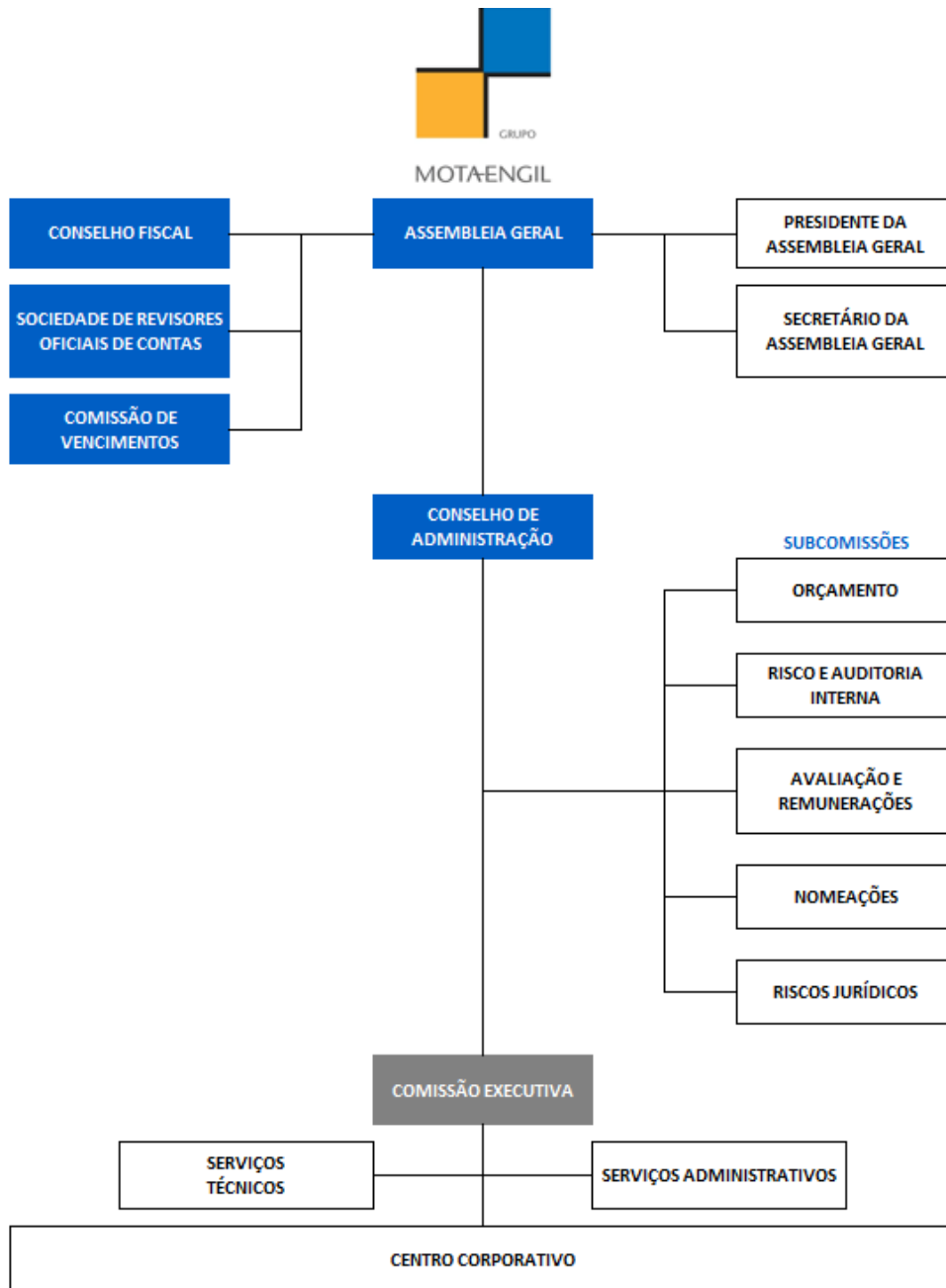


1.2.4 Modelo de governo e órgãos sociais

 GRI 2-9, 405-2
ESRS GOV-1

Na Mota-Engil adotou-se um modelo de governo latino/clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, por determinar a orientação estratégica e por proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

A Comissão de Vencimentos tem por função definir a Política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.



ÓRGÃOS SOCIAIS

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Presidente

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Vice-Presidentes

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Wang Jingchun

Vogais

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Ping Ping
Tian Feng
Di Xiao
Vai Tac Leong
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro
Francisco Manuel Seixas da Costa
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
Paulo Sacadura Cabral Portas
Helena Sofia da Silva Borges Salgado
Fonseca Cerveira Pinto

CONSELHO FISCAL

Presidente

José António Ferreira de Barros

Vogais

Susana Catarina Iglésias Couto
Rodrigues de Jesus
Cristina Maria da Costa Pinto

Suplente

Carlos Manuel Pomar dos Santos Neves de Matos

COMISSÃO EXECUTIVA

Presidente

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Vice-Presidente

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota

Membros

José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira (CFO)
João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Di Xiao

MESA DA ASSEMBLEIA GERAL

Presidente

António Cândido Lopes Natário

Secretário

Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedrote

SECRETÁRIO DA SOCIEDADE

Presidente

Ivone Santos Martins

Suplente

Patrícia Santos

REVISOR OFICIAL DE CONTAS E AUDITOR EXTERNO

Pricewaterhousecoopers & Associados,
SROC

Representado por:

António Joaquim Brochado Correia ou
Catarina Isabel Vieira Pereira

UNIDADES DE NEGÓCIO (Sub-Holding)

E&C Europa

Horácio Sá

E&C África

Eduardo Pimentel

E&C América Latina

João Pedro Parreira

Ambiente

Emídio Pinheiro

Capital

José Pedro Freitas

MEXT

Sílvia Mota

Martifer

Arnaldo Figueiredo

Destacamos informação sobre a constituição e caracterização do nosso Conselho de Administração (ver páginas seguintes).

CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

Membros

5 Membros executivos
12 Membros não executivos

Independência

65% Não independentes
35% Independentes

Género

55% Rácio médio de mulher para homem (6:11)
35% Mulheres
65% Homens

Tempo de permanência médio

6 anos valor médio global, média simples c
de 0 a 22 anos
7 menos de 1 ano
3 entre 1 a 5 anos
2 entre 5 a 10 anos
3 mais de 10 anos

Nacionalidade

71% Portuguesa
29% Chinesa

Média de idades

55 anos

Intervalo de idades

37 a 74 anos

CARACTERIZAÇÃO DO CONSELHO FISCAL

Membros

3 Membros

Independência

100% Independentes

Género

66% Mulheres
33% Homens

Tempo de permanência

4 anos valor global

Nacionalidade

100% Portuguesa

Média de idades

56 anos

Intervalo de idades

39 a 80 anos

Remete-se informação mais detalhada para o Relatório Sobre as Práticas do Governo Societário.

NOME	CARLOS ANTÓNIO VASCONCELOS MOTA DOS SANTOS	ANTÓNIO MANUEL QUEIRÓS VASCONCELOS DA MOTA	GONÇALO NUNO GOMES DE ANDRADE MOURA MARTINS	WANG JINGCHUN	MANUEL ANTÓNIO DA FONSECA VASCONCELOS DA MOTA	JOSÉ CARLOS BARROSO PEREIRA PINTO NOGUEIRA	MARIA PAULA QUEIRÓS VASCONCELOS MOTA DE MEIRELES	JOÃO PEDRO DOS SANTOS DINIS PARREIRA	PING PING
CARGO	Presidente, 1 ano no cargo e 11 anos no órgão	Vice-Presidente, 1 ano no cargo e 23 anos do órgão	Vice-Presidente, 13 anos no cargo e 15 anos no órgão	Vice-Presidente, 2 anos no cargo e no órgão	Vogal, 7 anos no cargo e no órgão	Vogal menos de 1 ano no cargo e no órgão	Vogal, 23 anos no cargo e no órgão	Vogal menos de 1 ano no cargo e no órgão	Vogal, 2 anos no cargo e no órgão
TIPO-LOGIA	Executivo e não-independente	Não-executivo e não-independente	Não-executivo e não-independente	Não-executivo e não-independente	Executivo e não-independente	Executivo e não-independente	Não-executivo e não-independente	Executivo e não-independente	Não-executivo e não-independente
DADOS BIOGRÁFICOS	Português 45 anos	Português 69 anos	Português 58 anos	Chinês 60 anos	Português 37 anos	Português 41 anos	Portuguesa 65 anos	Português 54 anos	Chinesa 43 anos
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto MBA pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Licenciatura em Engenharia Civil (vias da comunicação) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa Pós-graduação em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão	Bacharelato em Engenharia (Construção de autoestradas e vias urbanas) pela Universidade de Chang'an	Mestrado em Engenharia Civil pela University College of London	Licenciatura em Economia pela Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa	Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto	Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra Pós-graduação em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa Planeamento Estratégico e M&A	Bacharelato em Direito pela Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito Mestrado em Direito pela Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito
PELOUROS	Assuntos jurídicos, Relações institucionais, Comunicação e imagem, Relação com os investidores, <i>Compliance</i> , Sustentabilidade, Risco corporativo e Estratégia de recursos humanos				Comercial e <i>Business development</i> e Segurança, saúde, ambiente e qualidade	Finanças corporativas, Controlo de negócios, Fiscalidade corporativa e IT & transição digital			

NOME	TIAN FENG	DI XIAO	VAI TAC LEONG	ANA PAULA CHAVES E SÁ RIBEIRO	FRANCISCO MANUEL SEIXAS DA COSTA	ISABEL MARIA PEREIRA ANÍBAL VAZ	PAULO SACADURA CABRAL PORTAS	HELENA SOFIA DA SILVA BORGES SALGADO FONSECA CERVEIRA PINTO
CAR GO	Vogal, 2 anos no cargo e no órgão	Vogal, 2 anos no cargo e no órgão	Vogal, 1 ano no cargo e no órgão	Vogal, 5 anos no cargo e no órgão	Vogal, 5 anos no cargo e no órgão	Vogal, 2 anos no cargo e no órgão	Vogal menos de 1 ano no cargo e no órgão	Vogal, 5 anos no cargo e no órgão
TIPOLO GIA	Não-executivo e não-independente	Executivo e não-independente	Não-executivo e independente	Não-executivo e independente	Não-executivo e independente	Não-executivo e independente	Não-executivo e independente	Não-executivo e independente Exerce como <i>independent lead director</i>
DADOS BIOGRÁ FICOS	Chinesa 51 anos	Chinês 47 anos	Chinês 61 anos	Portuguesa 50 anos	Português 75 anos	Portuguesa 58 anos	Português 61 anos	Portuguesa 53 anos
HABILITAÇÕES ACADÉMICAS	Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade de Tsinghua	Bacharelato em Contabilidade Internacional pela Universidade de Estudos Internacionais de Xangai Mestrado em Contabilidade pela Universidade de Economia e Negócios Internacionais	Licenciatura em Matemática pela Universidade de Waterloo Doutoramento em Direito pela Universidade de Peking	Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa	Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa	Licenciatura em Engenharia Química (ramo de processos e indústria) pelo Instituto Superior Técnico MBA com especialização em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa	Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa	Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa MBA pela Universidade Católica Portuguesa Mestrado em Gestão de Operações Comerciais pela Universidade Católica Doutoramento em Business Studies pela Warwick Business School
PELO U-ROS		Serviços partilhados administrativos e técnicos						

1.2.5 Gestão de risco



ESRS IRO-1

O processo de gestão de risco é parte integrante do sistema de controlo interno e consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, a proteção dos colaboradores, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos, metas empresariais e objetivos estratégicos do Grupo, bem como a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de risco no Grupo Mota-Engil assenta num processo integrado e transversal, que se pretende que seja evolutivo na permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, considerando a diversidade de negócios e geografias em que o Grupo está presente, selecionando e implementando opções de tratamento dos principais riscos.

No presente capítulo, apresentamos as estruturas responsáveis pela análise e acompanhamento do processo de gestão de risco, os seus princípios, etapas e componentes e, por fim, os principais riscos a que o Grupo está exposto no exercício da sua atividade.

Governo e Organização

A gestão global de risco do Grupo Mota-Engil é da competência da Comissão Executiva da Mota-Engil SGPS e dos órgãos de administração e fiscalização das empresas que o integram. Ao nível da Comissão Executiva, o pelouro de Risco corporativo é atribuído a um administrador executivo.

Adicionalmente, existe ainda uma Comissão especializada, a Comissão de Risco e Auditoria Interna, composta, normalmente, por 1 (um) administrador independente, o Presidente, e 2 (dois) membros que não podem ser administradores executivos, assegurando-se assim a devida independência. Esta Comissão, reportando ao Presidente do Conselho de Administração, tem como principais competências:

- i) Monitorizar o negócio do Grupo, garantindo uma análise integrada e permanente dos riscos que lhes estão associados;
- ii) Propor e acompanhar a implementação de medidas e procedimentos concretos relacionados com o controlo e a redução de riscos na atividade do Grupo, visando a melhoria da gestão do sistema de controlo interno e do sistema de risco;
- iii) Verificar a implementação de ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de risco propostos pelo Conselho Fiscal;
- iv) Emitir parecer sobre a matriz de risco do Grupo sempre que esta for atualizada ou quando ocorrerem alterações substanciais nos riscos do ambiente externo e / ou riscos operacionais;
- v) Avaliar as estratégias de gestão de risco definidas a nível corporativo e a implementação das políticas corporativas de gestão de risco nas Unidades de negócio;
- vi) Monitorizar a avaliação dos riscos associados a projetos selecionados;
- vii) Aprovar o Plano anual de auditoria interna de acordo com a materialidade, relevância e oportunidade dos riscos identificados;
- viii) Emitir relatórios com recomendações, se aplicável, na sequência de cada auditoria interna realizada pela função de Auditoria Interna;
- ix) Monitorizar a implementação das recomendações contidas nos relatórios ou pareceres da Auditoria Interna, conforme informação regularmente recebida sobre o seu estado de execução;
- x) Monitorizar auditorias externas e comentar relatórios de auditoria;
- xi) Monitorizar as inspeções das autoridades reguladoras e de outras autoridades;
- xii) Promover um ambiente e cultura de cumprimento das políticas internas pelas empresas do Grupo, bem como das regras e procedimentos relacionados com os valores corporativos, nomeadamente o Código de ética e de conduta empresarial; e
- xiii) Monitorizar o cumprimento do Procedimento de comunicação de irregularidades, nomeadamente garantindo os direitos do denunciante.

O Modelo corporativo e de gestão da Mota-Engil estabelece uma estrutura de responsabilização pela gestão do risco com base em três linhas de defesa.

A terceira linha de defesa, constituída pela Auditoria Interna, abrange todas as áreas, processos e atividades das empresas que constituem o Grupo, e tem como principal missão contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia do controlo interno dos processos de gestão do Grupo, apoiando na prevenção e mitigação de riscos de controlo que se possam traduzir no risco de perda financeira e promovendo o respeito do Grupo e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as suas unidades orgânicas.

As funções corporativas e as plataformas globais integram a segunda linha de defesa. A sua função é estabelecer normas de controlo específicas sobre os riscos internos, monitorizando e orientando os comportamentos e decisões das pessoas dentro das normas e regras estabelecidas destinadas a prevenir riscos, e sobre os riscos externos que possam surgir do contexto externo à organização e que estejam para além da sua influência ou controlo e que possam ter impacto nos objetivos estratégicos ou metas empresariais do Grupo.

Adicionalmente, a função de Risco corporativo, que também integra a segunda linha de defesa, é responsável por definir a Política de gestão de risco e garantir o seu bom funcionamento, assegurando que o Grupo está consciente dos seus principais riscos, suportando a análise do apetite de risco e respetiva definição de limites, e da implementação de um processo de gestão do risco em cascata na organização através da estrutura definida para promover uma boa execução, responsabilização e cultura.

De igual modo, a função corporativa de *Compliance* tem como principal missão garantir a aplicação e cumprimento universal a todo o Grupo das práticas e regras de *compliance* instituídas, velar pela sua atualização, atuando na prevenção e mitigação de riscos de *compliance*, os quais se traduzem no risco de sanções legais ou regulamentares, de perda financeira ou de reputação em consequência de falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos e do Código de ética e de conduta empresarial, promovendo um ambiente de integridade e cultura de cumprimento de marcos regulamentares e normas relacionadas com os princípios e valores éticos em todo o Grupo.

A primeira linha de defesa, é desempenhada pelas Unidades de negócio, mercados, empresas e projetos, os quais são responsáveis pela gestão do risco na linha da frente, desempenhando um papel fundamental na gestão dos riscos pois normalmente estão mais próximos dos mesmos e, portanto, continuamente confrontados para avaliar riscos, com a quantidade de risco a assumir e para definir opções de tratamento dos riscos. A tomada destas decisões deve ter em consideração os riscos envolvidos não só para a Unidade de negócio, mercado, empresa ou projeto, mas também o impacto mais amplo do risco no Grupo como um todo.

Procurando assegurar o permanente reforço do sistema de controlo interno, a integração do processo e o respetivo alinhamento ao nível das três linhas de defesa, são ainda realizadas com periodicidade mensal reuniões entre as áreas corporativas de Auditoria Interna, Risco e *Compliance*, tendo por objetivo refletir sobre o nível de exposição de risco do Grupo, bem como sobre a avaliação do cumprimento dos normativos existentes e em vigor.

De referir ainda que a gestão de risco no Grupo Mota-Engil é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada, afastada das principais atividades do Grupo. A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das Unidades de negócio, pelas plataformas globais de serviços partilhados e técnicos e pelas funções corporativas da Sociedade.

Deste modo, os principais riscos a que o Grupo está exposto são acompanhados pelos reportes internos dos responsáveis das Unidades de negócio e pelos relatórios, pareceres e recomendações da Comissão acima referida, em conjugação com as informações elaboradas pelos titulares das funções corporativas e das plataformas globais.

Princípios da Gestão do Risco

Os princípios gerais da Política de gestão de risco são os seguintes:

- i) Assegurar que o risco é gerido de forma sistemática e tão eficaz quanto possível em diferentes processos corporativos, Unidades de negócio, mercados, empresas e projetos;
- ii) Utilizar um processo abrangente de gestão do risco e uma linguagem comum;
- iii) Integrar uma gestão e discussão dos riscos na cultura geral da organização;
- iv) Proporcionar clareza sobre os níveis de risco e apetite de risco de uma forma que facilite as decisões empresariais;
- v) Estabelecer mecanismos de reporte que permitam um fluxo de comunicação transparente, fazendo chegar atempadamente os riscos emergentes aos responsáveis dos processos corporativos, os riscos críticos à gestão de topo e as questões de risco estratégico à Comissão Executiva do Grupo Mota-Engil;
- vi) Estabelecer uma estrutura de responsabilização através das três linhas de defesa; e
- vii) Melhorar continuamente a gestão do risco e a resiliência global do Grupo.

Etapas do Processo de Gestão de Risco

O processo de gestão de risco no Grupo Mota-Engil aplica-se a várias componentes que integram a estrutura de gestão do risco e que foram desenvolvidas para atingir objetivos específicos, bem como para se adequarem ao contexto externo e interno em que são aplicadas.

Dentro de cada componente, o processo de gestão do risco do Grupo Mota-Engil engloba quatro etapas essenciais:

- i) Avaliação dos riscos: Identificação, análise e avaliação do risco;
- ii) Tratamento do risco: Seleção e implementação de opções para enfrentar o risco;
- iii) Monitorização e revisão: Assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da conceção, implementação e resultados dos processos; e
- iv) Registo e relatório: Documentação e comunicação do processo e resultados.

Processos que compõem a gestão de risco

A estrutura de gestão do risco transversal do Grupo, coordenada pela função de Risco corporativo, é composta por quatro componentes:

i) Matriz de riscos transversais

A Matriz de riscos transversais e respetivo reporte consiste num processo *Bottom-up* e *Top-down* para apoiar a tomada de decisões informadas sobre o risco ao nível da Comissão Executiva do Grupo e assegurar um diálogo efetivo em termos de risco entre as equipas de gestão, proporcionando liderança e orientação.

Por outro lado, a Comissão de Risco e Auditoria Interna emite uma opinião sobre a matriz de risco do Grupo sempre que esta é atualizada anualmente ou quando ocorram alterações substanciais aos riscos de ambiente externo e/ou riscos operacionais.

Deste modo, a Matriz de riscos transversais do Grupo Mota-Engil é um instrumento de trabalho para efeitos de monitorização sistemática do nível de risco implícito nas diferentes dimensões a que o Grupo está exposto – Estratégica, Negócio, Económico-Financeira e ESG.

A Comissão Executiva define as etapas-chave seguintes para o desenvolvimento e a manutenção da Matriz de riscos transversais:

- i) Identificação dos principais riscos que possam ter impacto nos objetivos operacionais e estratégicos do Grupo;
- ii) Estabelecimento de indicadores (KPI e KRI) e de relações com esses riscos;
- iii) Definição dos níveis de apetite de risco de cada KPI/KRI e estabelecimento de limites para a tomada de risco por parte da organização; e
- iv) Estabelecimento de estratégias e opções de tratamento e monitorização dos seus resultados.

Este processo é ainda caracterizado pelas seguintes macro atividades:

- i) Recolha de dados sobre os KPI/KRI definidos: Controlo dos riscos definidos como prioritários;
- ii) Avaliação dos níveis de risco identificados nos KPI/KRI: Definição da priorização de ações;
- iii) Estimativa do impacto e probabilidade associada: Aprofundamento da análise do risco;
- iv) Seleção e implementação de opções de tratamento do risco: Minimizar a exposição ao risco; e
- v) Apresentação de relatórios e discussão na Comissão Executiva.

Adicionalmente, a função de Risco corporativo produz relatórios trimestrais sobre a Matriz de riscos transversais, os quais são apresentados à Comissão Executiva, permitindo assim analisar as principais recomendações emitidas e decidir sobre as ações necessárias para mitigar os principais riscos sinalizados, sendo cada reporte partilhado igualmente com a Comissão de Risco e Auditoria Interna.

Os procedimentos de acompanhamento permanente e de reporte trimestral permitem apresentar e detalhar os níveis de exposição a cada um dos principais riscos identificados ao longo do ano, assim como as medidas de mitigação implementadas.

ii) Registo do risco empresarial

O registo do risco empresarial consiste num processo *Bottom-up* de gestão do risco para assegurar uma identificação abrangente e uma priorização de todos os riscos e oportunidades críticos, bem como a definição e implementação de opções de tratamento e uma contribuição para uma cultura de risco robusta em toda a Organização.

Deste modo, o inventário de eventos de riscos e oportunidades foi construído numa base de colaboração entre as Unidades de negócio e os responsáveis pelos processos corporativos do Grupo, numa perspetiva de associação alinhada com os objetivos estratégicos do mesmo, coordenada pela função de Risco corporativo. Com base nesse inventário, cada empresa procede a uma análise dos eventos que poderão ser fonte de risco e de oportunidades para posteriormente desenvolver os respetivos planos de tratamento que mitiguem / potenciem o cumprimento dos objetivos estratégicos, podendo no seu planeamento e implementação, bem como na sua monitorização e revisão, existir uma base de colaboração entre a linha da frente do negócio e as Unidades de negócio e os responsáveis pelos processos corporativos.

iii) Estrutura de gestão do risco do projeto (PRFMF)

O PRFMF é a base para a gestão dos riscos e oportunidades de um projeto ao longo do seu ciclo de vida, desde a identificação da oportunidade comercial até ao encerramento e entrega do projeto ao Cliente.

A análise de risco realizada durante as fases de concurso e execução, através da Risk Cloud, produz resultados qualitativos e quantitativos, alimentando um conjunto de indicadores-chave de risco (KRI) que capacitarão a gestão de topo com informação relevante para a tomada de futuras decisões empresariais.

iv) Inquérito de risco global Mota-Engil

O inquérito de risco global Mota-Engil tem como base uma lista de riscos emergentes a longo prazo que não integram a gestão de risco ativa do Grupo, para a qual a gestão de topo e determinados focal points são convidados a avaliar a sua eventual criticidade de forma a integrá-los, ou não, dentro da gestão de risco do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e no exercício findo naquela data, os principais riscos a que o Grupo esteve sujeito são descritos de seguida:

Riscos relacionados com a Guerra na Ucrânia e Guerra Israel-Palestina

Os conflitos bélicos atualmente em curso na Ucrânia e na Palestina são motivo de grande preocupação e representam uma das principais incertezas da economia global, na medida em que esses conflitos, de base geográfica regional, tem registado e poderão continuar a registar repercussões à escala global, como perturbações na cadeia de abastecimento, novas flutuações nos preços dos alimentos, combustíveis, fertilizantes e outros preços de commodities.

A Guerra na Ucrânia, ainda sem fim à vista, continua a ser tema de discussão em relação ao apoio militar e financeiro por parte da União Europeia e dos Estados Unidos da América.

O conflito na Palestina, fruto de Israel desempenhar um papel significativo na cadeia de abastecimento global, sendo um importante centro comercial no Médio Oriente, está a causar diversos impactos negativos na economia global, nomeadamente através das redes comerciais e dos mercados de produtos de base.

As tensões e disrupções causadas por estes dois conflitos, o seu prolongamento e a sua potencial escalada podem afetar cada vez mais as políticas de comércio, produção, taxas e impostos em todo o mundo e impactar negativamente o normal funcionamento das cadeias de abastecimento e gerar um retrocesso do processo de globalização, com o aumento do protecionismo dos países no comércio internacional.

Face aos impactos acima referidos, qualquer das situações descritas pode ter um impacto material adverso nos negócios, na condição financeira e nos resultados operacionais do Grupo Mota-Engil.

Riscos conjunturais

O risco-país, aferido sobre as diferentes dimensões para cada um dos mercados onde o Grupo marca presença, encontra-se associado a alterações ou perturbações específicas de natureza política, económica ou financeira, que podem impedir o cumprimento dos objetivos estratégicos do Grupo.

Com uma exposição geográfica diversificada e com profunda maturidade nos mercados mais representativos, o Grupo tem ainda assim procurado, ao longo dos últimos anos, promover a sua expansão em países integrados nas regiões em que se encontra, colocando na Comissão Executiva e no Conselho de Administração a responsabilidade final de conceder a necessária validação de todo e qualquer projeto de investimento em novos mercados, constituindo, por si só, e ainda que complementada com níveis de análise técnica e económico-financeira, uma premissa organizacional promotora de um efetivo sistema de controlo interno, mitigadora de riscos e promotora de um alinhamento estratégico a todos os níveis do Grupo.

Embora num contexto económico ainda não favorável e de grande incerteza, o ano de 2023 foi marcado por uma recuperação lenta e desigual dos impactos resultantes da pandemia Covid-19 e do conflito armado na Ucrânia, com os níveis de atividade económica ainda longe da situação pré-pandémica, em especial nas economias emergentes e em desenvolvimento.

A recuperação económica global enfrentou diversas obstáculos, dos quais se destacam: a fragmentação geoeconómica que tem vindo a restringir o fluxo das *commodities* nos mercados, provocando uma maior volatilidade nos preços e afetando a transição ecológica; sanções financeiras inéditas e abrangentes; a amplificação da crise alimentar global; os constrangimentos provocados na oferta de gás natural e de petróleo (e consequentemente no seu preço), bem como a disrupção nas cadeias de distribuição e transporte; uma política monetária mais restritiva de forma a reduzir a inflação; eventos climáticos extremos; o aumento do custo do serviço da dívida que induziu, em especial em países em desenvolvimento, a um risco elevado de endividamento e, no último trimestre do ano, um novo conflito bélico (Israel- Palestina), causando impactos negativos na economia global no que respeitou às redes comerciais e, também, ao mercado das *commodities*.

Deste modo, o mundo vive atualmente num ambiente mais incerto e propenso a choques com as tensões geopolíticas como exemplo das maiores incertezas, com especial impacto no aumento do preço de algumas *commodities*.

No seguimento do atrás descrito, de acordo com o FMI, prevê-se um abrandamento do crescimento global de 3,5% em 2022 para 3% em 2023 e para 3,1% em 2024, mantendo-se este abaixo da média verificada entre 2000 e 2019 (3,8%). Para as economias avançadas, o abrandamento previsto é de 2,6% em 2022, 1,5% em 2023 e 1,4% em 2024. Já para as economias emergentes e em desenvolvimento, prevê-se um crescimento de 4,1% em 2022, e de 4% em 2023 e em 2024.

De acordo também com as previsões do FMI, prevê-se uma diminuição da inflação de 8,7% em 2022 para 6,9% em 2023 e para 5,8% em 2024, o que leva a crer que as políticas monetárias nas economias mais avançadas serão menos restritivas nos próximos meses.

Embora a economia europeia tenha vivido num contexto de elevado custo de vida, fraca procura externa e restrições monetárias, prevê-se no futuro uma recuperação gradual do seu crescimento. Deste modo, as últimas previsões da Comissão Europeia, embora tenham revisto em baixa o crescimento do PIB da União Europeia (UE) em comparação com as suas projeções de junho, contemplam agora um crescimento do PIB em 2023 de 0,5 % tanto na média dos 27 países da UE como nos 20 Estados-membros que utilizam o euro (Zona Euro). Para 2024, é estimado um crescimento do PIB de 1,3% para a UE e de 0,9% para a Zona Euro.

Para Portugal, o FMI, prevê um crescimento do PIB de 2,3% em 2023 e de 1,5% em 2024.

Para a América Latina, o FMI prevê um crescimento de 2,5% em 2023 (4,1% em 2022) e de 1,9% em 2024. A descida do ritmo de crescimento entre 2022 e 2023 teve como justificação o efeito de políticas monetárias mais restritivas, bem como um ambiente externo mais fraco, nomeadamente ao nível do preço de algumas *commodities*.

Adicionalmente, na América Latina, o Brasil e o México foram os países que evidenciaram em 2023 um crescimento económico maior do que o previsto, impulsionados pelo dinamismo da agricultura, pela resiliência dos serviços e pelo aumento do consumo apoiado por estímulos fiscais, no caso do Brasil (crescimento de 3,0% em 2022 para 3,1% em 2023 e para 1,7% em 2024) e fruto da recuperação pós pandemia nos setores da construção e dos serviços e à procura resiliente dos EUA, no caso do México (crescimento de 3,9% em 2022 para 3,4% em 2023 e para 2,7% em 2024). No caso do Peru, prevê-se uma descida do crescimento de 2,7% em 2022 para 1,1% em 2023 e para 2,7% em 2024, enquanto que para a Colombia se prevê uma redução do crescimento de 7,3% em 2022 para 1,4% em 2023 e para 2% em 2024.

Na África Subsariana, prevê-se que o crescimento atinja os 3,3% em 2023 (uma redução face a 2022) e os 3,8% em 2024. Esta redução deve-se, essencialmente, ao agravamento dos choques climáticos, ao abrandamento global e aos diversos problemas de abastecimento interno, designadamente no setor energético.

Por outro lado, prevê-se que o crescimento na Nigéria venha a diminuir de 3,3% em 2022 para 2,9% em 2023 e para 3,1% em 2024, fruto em parte da menor produção de petróleo e gás e fruto dos efeitos negativos gerados pela elevada inflação sobre o consumo. Na África do Sul, prevê-se uma diminuição do crescimento de 1,9% em 2022 para 0,6% em 2023 justificada fortemente pela escassez energética que tem assolado o país. Por último, para outros países africanos em que o Grupo opera, prevê-se: (i) em Angola, uma descida do crescimento de 3% em 2022 para 1,3% em 2023 e um crescimento posterior para 3,3% em 2024; (ii) na Costa do Marfim, uma descida do crescimento de 6,7% em 2022 para 6,2% em 2023 e um crescimento posterior para 6,6% em 2024; e (iii) no Quênia, um crescimento de 4,8% em 2022 para 5% em 2023 e para 5,3% em 2024.

Riscos específicos dos setores e dos mercados onde o Grupo Mota-Engil atua

A Mota-Engil, enquanto sociedade gestora de participações sociais (SGPS), desenvolve direta e indiretamente atividades de gestão sobre as suas participadas, com operações em áreas de negócio diversificadas, incluindo a engenharia e construção, a recolha e tratamento de resíduos, a geração e comercialização de energia, a gestão de concessões de infraestruturas de transportes e a prestação de serviços de engenharia industrial, atuando em diversos mercados e regiões (Europa, África e América Latina).

O cumprimento das obrigações assumidas pela Mota-Engil depende dos fundos disponibilizados pelas sociedades nas quais participa e através das quais desenvolve indiretamente atividades, nomeadamente a título de distribuição de dividendos, de pagamento de juros, de reembolso de empréstimos concedidos ou de outros pagamentos.

A capacidade dessas participadas disponibilizarem tais fundos à Mota-Engil dependerá, em parte, da sua capacidade para gerarem cash-flows positivos no âmbito das suas atividades operacionais, as quais se encontram sujeitas, em especial, a riscos específicos dos setores e mercados em que atuam, os quais se detalham de seguida.

Uma parte significativa das empresas do Grupo Mota-Engil que se dedicam à área de engenharia e construção dependem, quanto à formação da sua estrutura de custos, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, como sejam, entre outros, o petróleo, o aço e o cimento, e da evolução dos preços locais, designadamente a evolução dos custos salariais. Embora existam mecanismos de equilíbrio dos preços previstos nos contratos estabelecidos com os seus clientes, a variação adversa e o aumento da volatilidade dos preços poderá produzir um impacto negativo para o Grupo.

Por outro lado, as empresas do Grupo estão sujeitas a riscos de natureza contratual, dado que prestam grande parte dos seus serviços ao abrigo de contratos específicos enquadrados por legislação e regulamentos setoriais que, por sua vez, dependem da obtenção de alvará geral e de licenças específicas para determinadas atividades / tarefas. A ocorrência de situações de mora ou incumprimento contratual podem ter efeitos adversos relevantes na gestão contratual e no cumprimento do objeto de cada contrato celebrado.

Adicionalmente, o Grupo está exposto a riscos associados à cadeia de abastecimentos e logística nos mercados onde está presente (especialmente em África e na América Latina). Estes riscos assumem particular relevância, constituindo a componente logística de transporte de pessoas, equipamentos, peças e materiais (gasóleo, ferro, cimento e outros) um desafio relevante nas grandes obras, na medida em que é necessário prever o mais fiavelmente possível o seu custo e tempo de execução nos orçamentos e prazos a prestar aos clientes. A suspensão ou o atraso na cadeia de abastecimentos pode ter um impacto adverso no desenvolvimento dos trabalhos e na prestação de serviços nos mercados acima referidos.

Por sua vez, na América Latina, devido à tipologia do terreno, as atividades desenvolvidas pelo Grupo suscitam riscos de execução acrescidos, sendo frequentemente realizados trabalhos de mineração ou de construção e manutenção de infraestruturas acima dos 2.000 ou mesmo 5.000 metros de altitude, o que dificulta o transporte dos respetivos meios de produção e que tem consequências ao nível da produtividade.

Deste modo, os objetivos de rentabilidade económica estipulados pelo Grupo relativamente aos projetos de engenharia e construção diferem de região para região, dependendo das circunstâncias e dos contextos concretos, sendo mais exigentes para as regiões que requerem uma maior intensidade de meios de produção próprios e de capital para a execução daqueles projetos.

Da mesma forma, também as empresas do Grupo que se dedicam a outras áreas de negócio, nomeadamente à recolha e tratamento de resíduos, dependem, quanto à formação da sua estrutura de custos, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, com destaque para o petróleo, bem como, de forma muito sensível e direta, da evolução dos preços locais, designadamente do fator trabalho. Ambas as variáveis, preço do petróleo e preço local do fator trabalho, são necessariamente monitorizadas com detalhe nos vários países onde o Grupo opera nesta área.

Riscos relacionados com as operações comerciais do Grupo Mota-Engil

A procura pela atividade de engenharia e construção nos mercados onde o Grupo atua depende dos níveis de investimento público e privado registados nesses mercados.

No médio prazo, o alto nível de endividamento de alguns Estados ou entidades privadas pode produzir um impacto negativo sobre o investimento em infraestruturas.

O investimento público em novos projetos de infraestruturas depende dos ciclos políticos de cada mercado, das respetivas políticas orçamentais em vigor a cada momento, bem como do contexto macroeconómico, fatores que o Grupo não controla nem pode condicionar. Também o investimento em parcerias público-privadas está dependente da estratégia de investimento público de cada mercado e das condições dos mercados financeiros nacionais e internacionais.

O investimento privado em infraestruturas depende, entre outros fatores, da evolução dos preços internacionais de algumas *commodities*, em particular do preço do petróleo, gás e dos minérios em geral, cuja evolução o Grupo não controla nem pode condicionar.

Adicionalmente, as empresas do Grupo que se dedicam à área de engenharia e construção encontram-se expostas a uma relevante concorrência. A dimensão de muitos dos projetos desenvolvidos nas regiões de África e da América Latina atraem diversas empresas mundiais do setor, o que aumenta o contexto concorrencial nesses mercados e induz impactos adversos nas hipóteses do Grupo ser contratado para a realização de obras de engenharia e construção.

Um contexto de maior concorrência empresarial aumenta a pressão sobre os preços praticados no mercado, e conseqüentemente, sobre as margens alcançadas, o que poderá ter efeitos mais ou menos continuados no tempo dependendo da dimensão e maturidade do mercado, do crescimento verificado e das expectativas e comportamentos dos agentes económicos que intervêm no setor.

No entanto, as empresas do Grupo têm vindo a demonstrar capacidade em manter um posicionamento no mercado que não recorre apenas a estratégias com base no preço, potenciando a sua experiência, capacidade técnica e humana assim como altos padrões de qualidade, práticas ambientais, de segurança e *compliance*. Adicionalmente, aqueles fatores diferenciadores têm permitido reforçar continuamente e sustentavelmente a confiança e a fidelização dos nossos clientes, traduzida não só pela sua base estável e crescente e pela recorrência de negócio que se tem estabelecido com os mesmos, mas também pela replicação de negócios com clientes multinacionais em geografias onde esses clientes e o Grupo estão presentes.

Riscos relacionados com as operações financeiras do Grupo Mota-Engil

O Grupo, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 continentes e 21 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e de crédito. Estes riscos financeiros resultam do desenrolar das atividades do Grupo e induzem incertezas quanto à capacidade de geração de fluxos de caixa e de retornos adequados à remuneração dos capitais próprios.

A política de gestão dos riscos financeiros do Grupo visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela função de Finanças corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão da tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da função corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Risco e Auditoria Interna, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das Unidades de negócio do Grupo.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de risco, sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de caráter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão inter-relacionados e as diversas medidas de gestão adotadas pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos, e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de taxa de juro

A dívida financeira do Grupo, maioritariamente denominada em euros, encontra-se indexada a taxas de juro cujas variações podem resultar em perdas.

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do Grupo. Refira-se a este nível que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de cash-flows, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida, ainda que contratadas de forma muito significativa em moedas como o euro e o dólar norte-americano ou a estas indexadas.

Quanto ao risco de taxa de juro, a manutenção de políticas monetárias restritivas para combater a inflação levou os Bancos Centrais a aumentarem as suas taxas de juro diretoras para níveis elevados em 2023 o que tem vindo a gerar grandes desafios para as empresas refinanciarem a sua dívida, bem como um desincentivo ao investimento. Este contexto poderá impactar negativamente a evolução económica futura, fator ao qual a Mota-Engil não ficará alheia, principalmente nos mercados emergentes com taxas de juro elevadas.

Deste modo, o Grupo continua a analisar e avaliar oportunamente a contratação de instrumentos de cobertura que assegurem alterações futuras das taxas de juro.

Risco cambial

Tendo em consideração a sua diversidade geográfica, o Grupo operacionaliza os seus negócios a nível internacional através de diversas empresas e entidades, posicionamento do qual resulta a exposição do Grupo a diferentes moedas e, conseqüentemente, ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível da análise do risco de taxa de câmbio existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o Grupo está sujeito. Este acompanhamento é da responsabilidade das funções de Finanças corporativas e de Controlo de Negócios, que consolidam e reportam a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

As principais moedas que não o euro a que a atividade do Grupo está exposta são o dólar norte-americano, o kwacha malawiano, o kwanza angolano, o metical moçambicano, o novo sol peruano, o peso colombiano, o peso mexicano e o real brasileiro.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade nos investimentos e nas operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no Grupo sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação: risco associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos financeiros registados na demonstração da posição financeira, em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e sobre os fluxos de tesouraria.
- Risco de translação: risco associado a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do Grupo, devido a alterações de taxas de câmbio.

Contratos com clientes, dívida financeira, massa salarial, subcontratos, compras de equipamento e aprovisionamentos em geral, constituem compromissos que, quando realizados em moeda diferente do euro, têm associados um risco de natureza cambial. Por conseguinte, oscilações adversas das taxas de câmbio poderão originar a alteração do valor relativo dos ativos líquidos cuja moeda de pagamento seja diferente da moeda funcional do Grupo.

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos derivados, estruturadas, numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montantes e data de realização. Salienta-se, por outro lado, que uma parte significativa dos contratos executados pelo Grupo é denominada em euros ou em dólares norte-americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor de contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

Risco de liquidez

O risco de liquidez é definido como sendo o risco de falta de capacidade das empresas do Grupo em liquidar ou cumprir as suas obrigações no prazo estipulado. Neste sentido, a gestão deste risco passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

As empresas do Grupo que se dedicam ao negócio de engenharia e construção apresentam necessidades de liquidez mais relevantes, dado os prazos de pagamento verificados na indústria desde o momento em que os trabalhos são executados até à sua conversão em numerário.

A política de gestão do risco de liquidez do Grupo tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento no Grupo suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao Grupo numa ótica de médio e longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;
- Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
- Contratação de financiamentos de médio e longo prazo de forma a reduzir a sua dependência de fundos mais voláteis de curto prazo e criando alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;

- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo Grupo;

- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:

- Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o Grupo desenvolve atividade; e
- Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

O novo Plano Estratégico “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” coloca a sustentabilidade e a inovação como uma das prioridades do Grupo Mota-Engil que aliado a outros 4 objetivos permitirá ao Grupo assumir-se como uma empresa global focada em entregar valor a todos os *stakeholders* de forma sustentável.

Esta linha de orientação de desenvolvimento sustentável é cada vez mais assumida como um fator crítico nas decisões de investimento por parte dos participantes no mercado, no foco de ação dos reguladores e instituições supranacionais e no escrutínio pela sociedade em geral. O desempenho económico deixou de ser o único, e até por vezes o mais importante, critério na avaliação das empresas. O lucro deixou de ser entendido como o propósito per si de uma empresa, mas sim o resultado da identificação e materialização de um propósito através do qual a empresa traz um benefício à sociedade.

O propósito do Grupo Mota-Engil é o de entregar valor para todos de uma forma sustentável, assumido no seu novo Plano Estratégico e suportado em objetivos concretos de desenvolvimento sustentável, o que irá certamente trazer novas oportunidades de acesso a novas soluções de financiamento e de alargamento da base de potenciais financiadores do Grupo.

Dando continuidade à emissão de obrigações ligadas à sustentabilidade, após ter sido pioneiro em 2021 com a primeira emissão deste género dedicada ao mercado de retalho em Portugal (Obrigações Mota-Engil 2026), a Mota-Engil realizou em 2023 duas emissões de *Sustainability-linked Bonds*: uma em abril, por oferta particular e direta, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrita por um investidor institucional - “Sustainability-Linked Bonds Mota-Engil 2023-2027” e outra, em dezembro, no montante de 50 milhões de euros, subscrita por investidores profissionais - “Obrigações Ligadas a Sustentabilidade Mota-Engil 2023-2028”. Adicionalmente, há que salientar que esta última emissão encontra-se admitida à negociação no mercado regulamentado da Luxembourg Stock Exchange. Deste modo, estas operações têm vindo a permitir ao Grupo financiar a sua atividade corrente e de expansão internacional, intensificar a diversificação das fontes de financiamento e manter uma adequada maturidade da sua dívida.

Associada a estas emissões de obrigações, está o comprometimento de atuação do Grupo Mota-Engil de forma a reduzir a taxa de incidência de acidentes de trabalhos nos projetos que se encontra a executar. Caso a meta de desempenho não seja cumprida, haverá lugar a uma remuneração adicional por obrigação, a ser paga na data de reembolso final.

Risco de crédito

Pela natureza das suas atividades, o Grupo está exposto a risco de crédito, ou seja, o risco de não receber, ou não receber integralmente, os seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e/ou negociados para o efeito.

O risco de crédito ao qual as atividades do Grupo estão sujeitas tem natureza operacional e de tesouraria e prende-se, sobretudo, com as contas a receber decorrentes do desenvolvimento normal das suas diversas atividades, merecendo especial atenção as executadas na região de África, em particular no mercado de Angola.

O desenvolvimento significativo da atividade do Grupo em África e na América Latina têm sido em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que têm vindo a dispersar e mitigar o risco.

Adicionalmente, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o Grupo tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito. O crescente número de projetos de infraestruturas nas regiões de África e da América Latina, apoiados por entidades multilaterais que atuam como financiadores de projetos que promovam o desenvolvimento económico e social, e, o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas, asseguram igualmente um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Por último, apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o Grupo tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando muitas vezes nesses projetos com o recebimento de adiantamentos, o que permite reduzir de forma significativa o risco de crédito.

Riscos relativos à saúde e à segurança no trabalho

No principal setor de atividade onde o Grupo opera, a sinistralidade laboral assume um caráter absolutamente incontestável, estando o Grupo sujeito a disposições legais relativas à saúde, à segurança no trabalho e a riscos laborais.

A gestão do risco de segurança e saúde no trabalho (“SST”) é coordenada pelas áreas de SST das diferentes empresas do Grupo, garantindo-se assim um enquadramento eficaz para prevenir e minimizar acidentes e problemas de saúde.

De forma a enfrentar os desafios impostos associados, por um lado, à relevância da incidência dos riscos laborais nas diversas áreas de negócio e mercados onde o Grupo opera, e, por outro lado, às exigências legais associadas à saúde e à segurança no trabalho, o Grupo implementou em todos estes âmbitos uma metodologia uniforme para a identificação dos perigos e a avaliação dos riscos, de forma a hierarquizar e definir medidas de controlo adequadas.

Esta metodologia tem como base de partida a análise das atividades e operações a realizar, atendendo aos recursos humanos a empregar, equipamentos a utilizar, materiais a incorporar e condicionalismos da envolvente, para assim identificar os perigos e riscos associados. Uma vez identificados, os riscos são avaliados tendo por base uma matriz que associa a probabilidade da ocorrência do risco com a severidade do mesmo.

Em linha com as melhores práticas internacionais e orientações normativas (p.e. ISO 45001:2018), o Grupo dispõe de programas proativos de avaliação de risco que atuam no desenvolvimento de medidas de controlo, tais como:

- Formação inicial em segurança no trabalho, realizada na fase de acolhimento e de integração de novos colaboradores;
- Informação aos colaboradores sobre os riscos que se apresentam nos postos de trabalho e sobre a conduta preventiva a adotar;
- Formação em standards de gestão da segurança das equipas;
- Implementação de medidas de proteção coletiva e individual;
- Planeamento e organização da segurança e saúde no trabalho;
- Implementação de medidas de autoproteção e resposta a emergências e acidentes;
- Realização de auditorias de verificação dos standards de segurança e saúde;
- Elaboração da avaliação de riscos;
- Investigação e análise de acidentes de trabalho; e
- Realização de exames de saúde.

As medidas depois de implementadas são monitorizadas de forma a garantir a sua continuidade, eventual melhoria e / ou correção de eventuais desvios.

Por outro lado, as medidas de mitigação de risco implementadas e reforçadas desde 2020 mantêm-se, bem como as campanhas transversais de informação e consciencialização interna em consequência da crise pandémica.

Por último, destaca-se que os riscos de segurança, saúde e ambiente são também geridos no *Project Risk Management Framework* com base nos perigos e impactos ambientais, respetivamente, nas operações do projeto e por atividade.

Riscos legais, regulatórios e de compliance

Os riscos legais advêm, essencialmente, do exercício da própria atividade do Grupo, da assunção de obrigações jurídicas cujo risco não tenha sido devidamente avaliado, e ou minimizado, podendo gerar impactos financeiros ou aumento da litigância, bem como os riscos jurídicos emergentes da diversidade dos ordenamentos jurídicos, nos quais o Grupo está representado, assim como a exposição a níveis de litigância elevados.

A política de gestão dos riscos legais tem por objetivo garantir que as empresas do Grupo, no exercício da sua atividade, cumprem as normas e regulamentos aplicáveis, e que ao nível das negociações e contratação, bem como de operações de fusões e aquisições, são assessoradas por advogados, *in-house* e ou externos, com vista a ser efetuada uma prévia avaliação do risco jurídico inerente à operação em causa, e bem assim, a serem encontradas soluções legalmente admissíveis de limitar o risco, a níveis aceitáveis pelos órgãos de Administração do Grupo.

O Grupo exerce a sua atividade em diversos países, com sistemas jurídicos distintos e com características locais próprias, pelo que o risco emergente desta diversidade legal é mitigado pela preocupação de ter os projetos, negociações e contratação acompanhados por advogados locais, conhecedores e habilitados nos sistemas jurídicos em causa, com vista a ser dado cumprimento a todas as normas e regulamentos aplicáveis, evitando impactos financeiros adversos ou o aumento da litigância.

Todo o Grupo é monitorizado do ponto de vista jurídico e do respetivo risco de contencioso laboral, administrativo, civil e fiscal que se possa traduzir quer em danos económicos, quer em danos reputacionais. Adicionalmente, existe um acompanhamento especial com o contencioso de maior valor e ou de maior risco, através da prestação de informação trimestral reportada à respetiva função Corporativa pelos mercados e Unidades de negócio, procurando-se desta forma ter sempre informação rigorosa e atualizada, e bem assim, poderem ser atempadamente identificadas situações jurídicas que careçam de maior intervenção e acompanhamento, com vista a minimizar os seus efeitos.

Para minimizar o risco de o Grupo atingir níveis de litigância elevados, é efetuada a gestão pré-contenciosa dos litígios com vista a, sempre que possível, obter a sua resolução extrajudicial. Não obstante, o Grupo tem, sempre que entende conveniente, atendendo, nomeadamente, à opinião dos seus advogados, contestado as pretensões contra si apresentadas, pelo que, historicamente, num passado recente, o nível de condenações tem sido reduzido.

Considerando a presença em diferentes mercados (21 países distribuídos por três continentes), o Grupo assegura ao nível técnico e operacional que cada empresa e cada Unidade de negócio dá cumprimento a uma multiplicidade de exigências normativas e regulações próprias, quer de âmbito estatal, quer de âmbito setorial (negócio), garantindo a sua devida habilitação técnica e legal para a execução dos projetos a que se propõe no âmbito das negociações mantidas com os seus clientes e com outras contrapartes.

No entanto, o Grupo não controla o fluxo de alterações e reforço de obrigações ou outras definições regulatórias a que está sujeito, nem eventuais alterações de interpretação dessas obrigações e outras definições regulatórias.

As empresas do Grupo do segmento de tratamento e valorização de resíduos, detidas pela EGF, estão sujeitas a uma tarifa regulada e à aprovação do valor dos ativos regulados (BAR – Base de ativos regulados) sob os quais se aplica a TRA (Taxa de remuneração dos ativos) por parte da Entidade Reguladora dos Serviços de Águas e Resíduos (“ERSAR”), o que constitui um contexto regulatório complexo, exigindo um esforço de acompanhamento detalhado pela própria EGF.

Por outro lado, a Mota-Engil SGPS está cotada na bolsa de valores portuguesa, no principal índice, o PSI, pelo que inerentemente encontra-se ao abrigo da supervisão da Comissão dos Mercados de Valores Mobiliários (CMVM). Sendo uma empresa com as suas ações cotadas em mercado regulamentado, a Mota-Engil SGPS está, portanto, sujeita a um conjunto específico de leis e regulamentos em permanente atualização.

Ainda no âmbito da supervisão dos mercados financeiros, existem também obrigações da Mota-Engil SGPS que se encontram cotadas na bolsa do Luxemburgo, cuja supervisão está ao abrigo da *Commission de Surveillance du Sector Financier*.

A função corporativa de *Compliance* tem um papel preponderante na monitorização do cumprimento dos diversos normativos e regras aos quais o Grupo tem a obrigação de cumprir, mitigando desta forma os riscos de *compliance*. Em complemento, as restantes funções corporativas asseguram o acompanhamento em matérias mais específicas, como por exemplo, fiscalidade, *governance* e outras de índole não financeiro.

A avaliação da conformidade das políticas e procedimentos, da eficácia dos controlos internos e do apoio na prevenção e mitigação tanto de riscos de controlo como de riscos de *compliance*, implementados pela gestão do Grupo, são objeto de verificação, o que se traduz numa análise de risco das sanções legais ou regulatórias, de perda financeira ou de reputação em consequência da falha no cumprimento da aplicação de leis, regulamentos e do Código de ética e de conduta empresarial.

Para além do Código de ética e de conduta empresarial, o Grupo Mota-Engil rege-se pelas seguintes normas internas:

- Procedimento de comunicação de irregularidades;
- Política anticorrupção e suborno, prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo;
- Política de concorrência leal;
- Política de combate ao Assédio e Discriminação;
- Política de transações com partes relacionadas;
- Procedimento de terceiros;
- Procedimento de ofertas e ajudas de custo;
- Procedimento de donativos;

- Procedimento de caixa;
- Procedimento de conflito de interesses.

Para além do cumprimento legal e regulatório associado às atividades exercidas em cada mercado por parte das participadas do Grupo, cada colaborador é igualmente sensibilizado a exercer a sua atividade de acordo com as normas estabelecidas no Código de ética e de conduta empresarial cuja última revisão foi realizada em dezembro de 2023, e que se encontra disponível no sítio da internet, em <https://www.mota-engil.com/sustentabilidade/codigo-de-etica-e-de-conduta/>.

Por último, salienta-se ainda que o Grupo já implementou os procedimentos necessários conducentes ao cumprimento do Regulamento geral de proteção de dados, e que acompanha em permanência esse cumprimento através do Comité de Privacidade e dos *Focal Points* regionais e de negócio nomeados para o efeito.

Riscos ambientais

O desenvolvimento da atividade do Grupo está exposto a riscos ambientais relacionados com a captação e utilização de água, escassez de recursos naturais, impactes na biodiversidade, emissões diretas e indiretas de gases com efeitos de estufa e outros, efluentes e resíduos, e outros impactos ambientais decorrentes dos produtos e serviços prestados.

A gestão transversal do risco ambiental é desenvolvida pelas funções corporativas de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ) e de Sustentabilidade sendo operacionalizada pelas áreas (SHEQ) das diferentes empresas do Grupo, as quais se encontram comprometidas com a adoção de práticas sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade.

Neste sentido, o Grupo tem vindo a reforçar as ações desenvolvidas no âmbito da promoção de comportamentos responsáveis e proativos, distribuindo valor partilhado para os negócios, ambiente e sociedade, em áreas consideradas prioritárias, tais como a gestão de resíduos, a preservação de recursos e a redução de emissões.

Adicionalmente, com vista à necessidade de adaptação aos crescentes requisitos regulamentares e normas europeias recentes, a EGF iniciou no final de 2023 um projeto de gestão de riscos físicos e de transição relacionados com o clima, em alinhamento com a TCFD (*Task Force on Climate Related Financial Disclosures*). Este projeto e as suas conclusões tem em vista no futuro o seu alargamento para o resto do universo Mota-Engil.

Os riscos ambientais a que as empresas do Grupo estão expostas podem materializar-se em multas e sanções a aplicar por entidades governamentais, impactos reputacionais negativos, penalidades previstas em contratos com clientes e custos de remediação dos impactos ambientais originados.

Não obstante esta abordagem relativamente a este tipo de riscos, o Grupo não pode excluir a possibilidade de ocorrência dos mesmos e, se tal se verificar, de tais riscos poderem afetar de forma adversa os seus negócios ou os resultados das suas atividades.

Riscos dos sistemas tecnológicos e da segurança dos sistemas de informação

Empresas globais como o Grupo Mota-Engil dependem fortemente da área da tecnologia da informação (TI) para executarem os seus processos e operações nos diversos negócios e geografias onde atuam, assim como para assegurar a devida fiabilidade nos processos de controlo e reporte. Para tal, o Grupo trabalha constantemente com o objetivo de proceder à uniformização de plataformas de forma a aumentar o grau de confiança da utilização das TI e a transversalidade dos processos.

Atendendo à crescente complexidade da infraestrutura de tecnologias no Grupo, presente em diferentes geografias, a segurança da informação tornou-se uma função essencial da missão das TI.

A governação da segurança da informação tem diferentes especificidades e um conjunto próprio de requisitos. Neste sentido, o Grupo definiu uma política de governação ao nível da gestão dos dados, acessos, identificação de perfis, políticas de supervisão e monitorização dos mesmos, como suporte ao sistema de controlo interno, tendo ainda reforçado a qualidade de segurança dos seus sistemas, alinhando-os com as melhores práticas internacionais.

Para tal, o seu plano de recuperação de desastres tem sido monitorizado por forma a melhorar a capacidade de resposta a um eventual evento com impacto sobre as suas infraestruturas de TI.

Eventuais falhas dos sistemas tecnológicos e de segurança dos sistemas de informação poderão tornar vulneráveis as empresas do Grupo a riscos de ataques cibernéticos que possam comprometer os dados pessoais retidos pelas empresas, dados contábilísticos e financeiros e informação estratégica. Por outro lado, eventuais falhas dos sistemas tecnológicos e de segurança dos sistemas de informação poderão expor as empresas do Grupo a multas e sanções a aplicar pelos reguladores, custos de recuperação de informação, interrupção nas áreas de suporte e nas atividades operacionais.

No entanto, o Grupo implementou um Modelo de governo para a proteção de dados, bem como estabeleceu auditorias regulares para aferição dos níveis de segurança e de conformidade das suas plataformas tecnológicas, permitindo assim definir medidas de segurança, de nível técnico e organizacional, de forma a minimizar os riscos de violações de dados.

Por último, até à presente data, não se verificou qualquer tipo de advertência, multa ou sanção por parte de qualquer entidade governamental ou regulador no que se refere a esta área.



**OVER 53.000
INSPIRING
PEOPLE**

1.3

**DESEMPENHO
ECONÓMICO-FINANCEIRO**

1.3 Desempenho Económico-Financeiro

1.3.1 Comparabilidade da informação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, fruto da individualização de uma nova área de negócios (Mext), a informação por segmentos apresentada neste relatório e no anexo às demonstrações financeiras consolidadas foi reexpressa de forma a contemplar as seis atuais unidades de negócio do Grupo:

África – E&C;
América Latina – E&C;
Europa – E&C;
Ambiente;
Capital; e
Mext.

Deste modo, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio do Grupo podem resumir-se como segue:

- (i) transferência do segmento da Capital para o segmento da Mext das empresas imobiliárias a operar em Portugal e na Europa Central, das empresas a operar na exploração de parques solares e das empresas a operar na área da mineração; e
- (ii) transferência dos segmentos Europa - E&C e África - E&C para o segmento da Mext das empresas que se encontram a desenvolver um projeto agroflorestal em Angola.

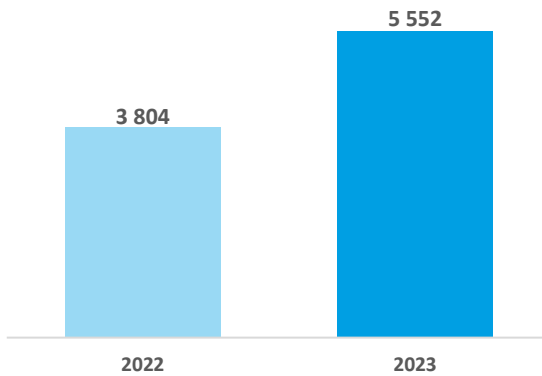
Ao nível de empresas, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio podem resumir-se como segue:

- (i) Transferência da MERE SGPS, da Logz e da Luso Global Mining, e respetivas empresas participadas, do segmento da Capital para o segmento da Mext;
- (ii) Transferência de parte da Mamaland do segmento da Europa - E&C para o segmento da Mext; e
- (iii) Transferência de parte da Mamaland do segmento de África - E&C para o segmento da Mext.

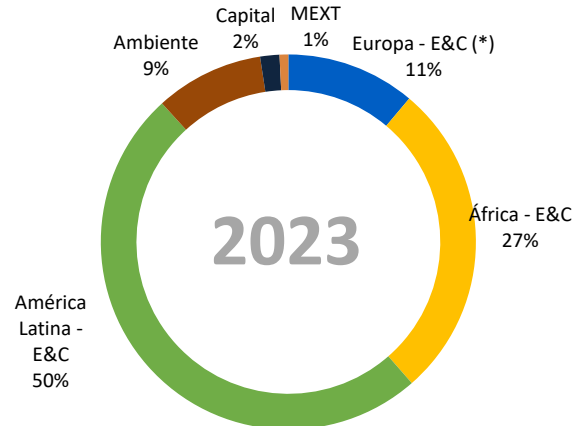
Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo concluiu o processo de apuramento e valorização dos ativos e passivos identificáveis adquiridos em 2022 (*Purchase Price Allocation – PPA*) associados à aquisição com ganho de controlo na Concessionária Cua. Deste modo, e tal como estabelecido na IFRS 3, a informação contida neste relatório e nas demonstrações financeiras consolidadas anexas foi reexpressa de forma a refletir os efeitos resultantes daquela transação no exercício de 2022 (para mais informação ver Nota 1.2 do anexo às demonstrações financeiras consolidadas).

1.3.2 Análise do desempenho económico-financeiro

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
GRUPO (milhões de euros)



VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
POR UNIDADE DE NEGÓCIO



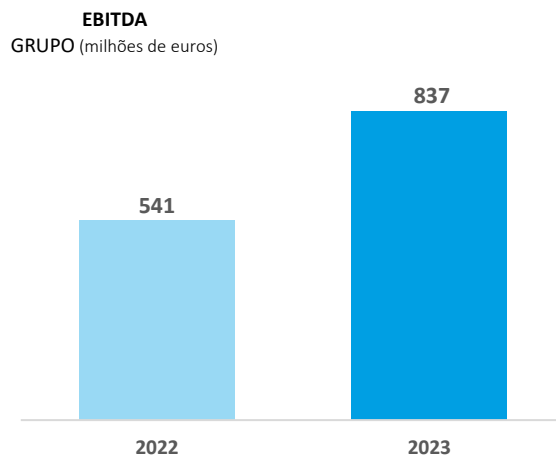
(*) Inclui outros, eliminações e intragrupo

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, fruto, entre outros, de uma forte dinâmica de adjudicações e beneficiando de uma excelente execução na área de engenharia e construção, o volume de negócios (**) do Grupo ascendeu a 5.552 milhões de euros, um aumento de cerca de 46% relativamente ao exercício de 2022 (3.804 milhões de euros), atingindo-se novamente um valor record no que respeita a este indicador. Para a performance atrás referida, destaca-se o desempenho fortemente positivo das unidades de negócio da América Latina - E&C, de África - E&C e da Europa – E&C que evidenciaram todas um crescimento de dois dígitos (81%, 28% e 31%, respetivamente).

No seguimento do descrito acima, a unidade de negócio da América Latina - E&C foi a que mais contribuiu para o volume de negócios do Grupo no exercício de 2023, com um contributo de 50% (40% no exercício de 2022), seguido de África - E&C com 27% (31% no exercício de 2022) e da Europa - E&C com 12% (13% no exercício de 2022).

Por outro lado, durante o exercício de 2023, o negócio de E&C (excluindo a componente de serviços de engenharia industrial) representou 82% do volume de negócios do Grupo (75% no exercício de 2022), fruto, nomeadamente, do aumento significativo da atividade na América Latina.

(**) Volume de negócios corresponde à rubrica da demonstração consolidada dos resultados por naturezas “Vendas e prestações de serviços”.

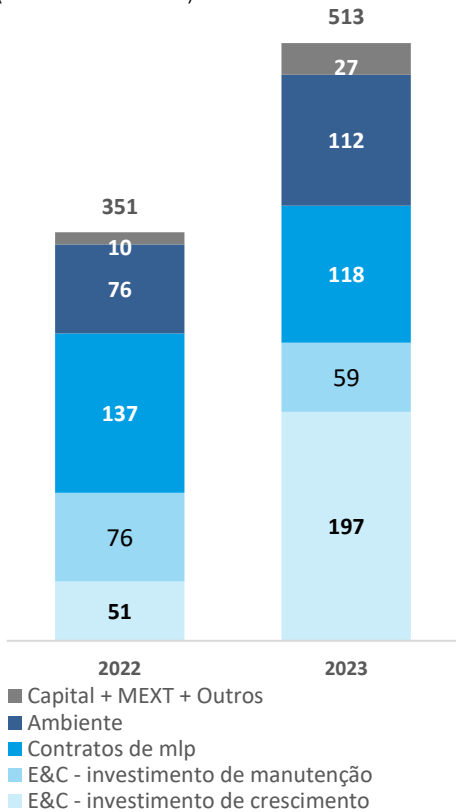
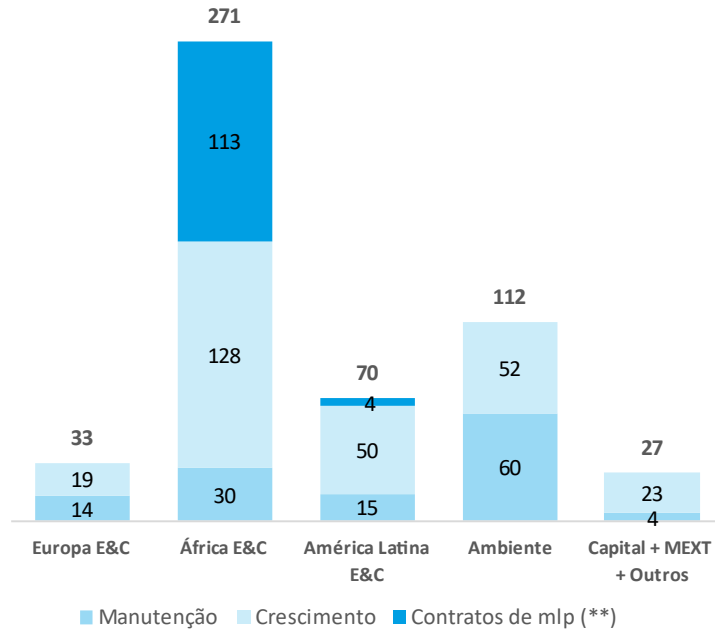


No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, suportado por uma melhor rentabilidade da área de engenharia e construção, o EBITDA do Grupo atingiu os 837 milhões de euros, um aumento de 55% relativamente ao exercício de 2022 (541 milhões de euros), tendo aquele sido influenciado positivamente pelo desempenho da América Latina – E&C - crescimento de 134%, de África – E&C - crescimento de 43% e da Europa – E&C - crescimento de 33%. Deste modo, como consequência da evolução do EBITDA e do volume de negócios, a margem EBITDA (EBITDA / Volume de negócios) atingiu os 15,1% no exercício de 2023 (14,2% no exercício de 2022), um valor mesmo assim influenciado negativamente pelo maior contributo da América Latina - E&C para aquele rácio, a qual historicamente apresenta margens mais reduzidas do que aquelas alcançadas por África – E&C.

Por outro lado, no exercício de 2023, o negócio de E&C (excluindo a componente de serviços de engenharia industrial) contribuiu com 75% para o EBITDA do Grupo (58% no exercício de 2022).

No que respeita ao EBIT, este ascendeu no exercício de 2023 a 516 milhões de euros (244 milhões de euros no exercício de 2022), um aumento de 112%, tendo o mesmo sido positivamente influenciado pelo aumento ocorrido no EBITDA e negativamente influenciado pelo aumento das provisões e das perdas de imparidade, parte das quais associadas aos encargos futuros com o período de garantia dos projetos.

Deste modo, a margem EBIT (EBIT / Volume de negócios) atingiu os 9% no exercício de 2023 um aumento de 3p.p. face ao exercício de 2022.

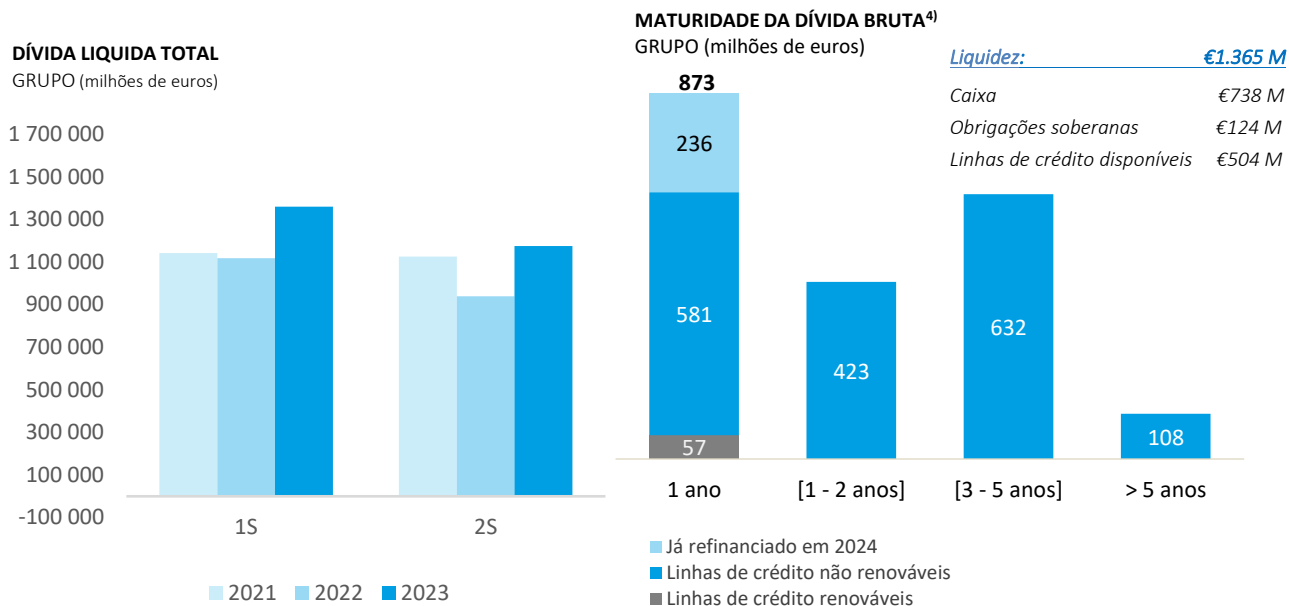
INVESTIMENTO
(milhões de euros)**INVESTIMENTO (*)**
2023 POR UNIDADE DE NEGÓCIO
(milhões de euros)

(*) Investimento corresponde à soma algébrica dos aumentos e alienações de ativos tangíveis, ativos intangíveis e de ativos sob direito de uso ocorridos no exercício, excluindo os afetos ao negócio de concessões do México (Nota 15).

(**) Contratos de médio e longo prazo (mlp) correspondem aos serviços de engenharia industrial executados por África – E&C e aos contratos associados ao negócio da energia na América Latina – E&C.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o investimento do Grupo atingiu os 513 milhões de euros (351 milhões de euros no exercício de 2022), reflexo do forte crescimento verificado na atividade em 2023, nomeadamente com a aceleração do projeto do Trem Maya no México e de alguns projetos de EPC relevantes na Nigéria, em Angola e na Guiné, bem como do arranque de contratos de médio e longo prazo, nomeadamente na Costa do Marfim, na África do Sul e no Senegal.

Por outro lado, no exercício de 2023, há que destacar o seguinte: (i) o rácio investimento / volume de negócios manteve-se estável nos 9%; (ii) 76% do investimento realizado foi canalizado para contratos de médio e longo prazo e para investimentos de crescimento; e (iii) a unidade de negócio do Ambiente realizou investimentos de 112 milhões de euros, dos quais 87% afetos ao segmento de tratamento e valorização de resíduos (EGF).



Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida¹⁾ atingiu os 1.175 milhões de euros, um aumento de 236 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2022, justificado, essencialmente, pelo forte investimento efetuado em equipamentos e em concessões e pela gestão eficaz do fundo de maneio.

Em 31 de dezembro de 2023, a dívida líquida adicionada das operações de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores²⁾, bem como das operações de locação³⁾, ascendia a 1.934 milhões de euros, um aumento de 424 milhões de euros face a 31 de dezembro de 2022, em parte justificado pela aceleração do projeto do Trem Maya no México.

Não obstante o crescimento significativo da atividade verificado em 2023, a dívida líquida foi gerida e controlada cuidadosamente, o que em conjunto com o desempenho operacional do exercício permitiu que o rácio que compara a dívida líquida com o EBITDA dos últimos 12 meses tenha atingido as 1,4x (1,7x em 31 de dezembro de 2022), em linha com o objetivo definido no Plano estratégico do Grupo (abaixo de 2,0x).

A dívida bruta⁴⁾ adicionada das operações de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores, bem como das operações de locação, em 31 de dezembro de 2023, ascendia a 2.796 milhões de euros, apresentava uma maturidade média de 2,3 anos, 72% da mesma encontrava-se denominada em euros e 61% exposta a taxas variáveis. Por outro lado, o rácio que compara a dívida bruta com o EBITDA dos últimos 12 meses atingiu as 3,3x (4,5x em 31 de dezembro de 2022), em linha com o objetivo definido no Plano estratégico do Grupo (abaixo de 4,0x). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, o custo médio da dívida bruta adicionada das operações de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores, bem como das operações de locação, fruto do *mix* de financiamentos obtidos em diferentes moedas e de um contexto de taxas de juro mais altas ascendeu a 7,6% (5,4% em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo mantinha linhas de crédito contratadas e não utilizadas de cerca de 504 milhões de euros, traduzindo-se o montante total de liquidez⁵⁾ em 1.365 milhões de euros, equivalente às responsabilidades não renováveis a vencer nos próximos 3 anos.

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, já expurgado das distribuições de dividendos efetuadas aos acionistas, o Grupo reforçou os seus capitais próprios em cerca de 192 milhões de euros.

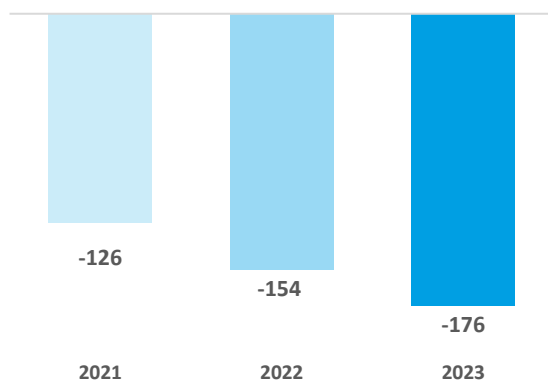
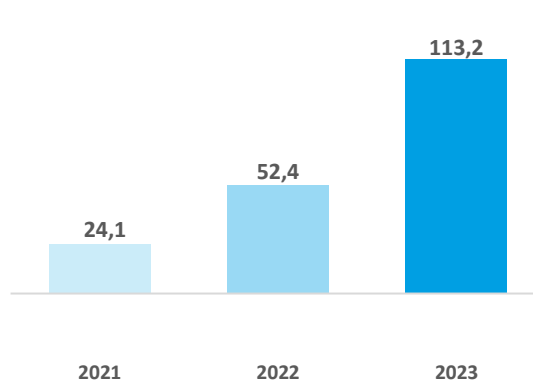
1) A dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Outras aplicações financeiras”, “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado”, “Empréstimos sem recurso” e “Empréstimos com recurso”. De salientar que as operações de locação, de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores contratadas pelo Grupo não se encontram contabilizadas nas rubricas atrás referidas.

2) As operações de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores encontram-se registadas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de “Outros passivos financeiros”.

3) As operações de locação encontram-se registadas na demonstração consolidada da posição financeira nas rubricas de “Passivos de locação”.

4) A dívida bruta corresponde à soma algébrica da dívida líquida com os saldos das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Outras aplicações financeiras” e “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado”.

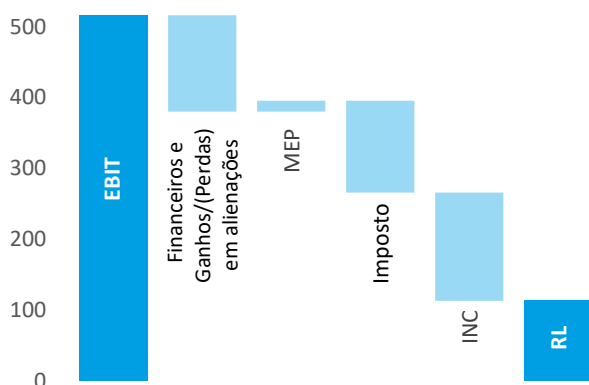
5) Liquidez corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Outras aplicações financeiras” e “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” com o montante de linhas de crédito contratadas mas não utilizadas pelo Grupo.

RESULTADOS FINANCEIROS
GRUPO (milhões de euros)**RESULTADO LÍQUIDO**
GRUPO (milhões de euros)

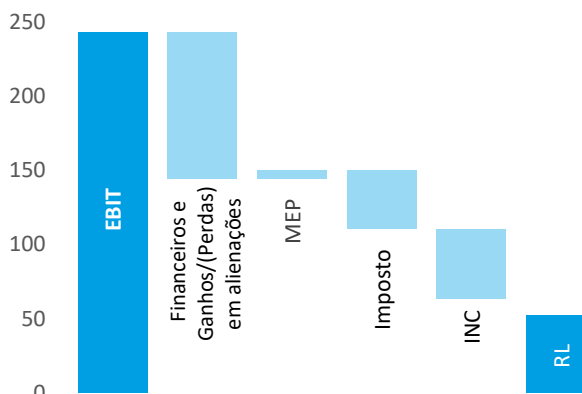
No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os resultados financeiros atingiram os -176 milhões de euros, uma variação de 22 milhões de euros face ao exercício de 2022 (-154 milhões de euros), justificada, por um lado, pela ocorrência de diferenças cambiais positivas e, por outro lado, pelo agravamento dos encargos financeiros líquidos.

No que respeita aos encargos financeiros líquidos (juros suportados – juros obtidos), estes atingiram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 -187 milhões de euros, um valor superior ao verificado no exercício de 2022 (-116 milhões de euros), justificado, maioritariamente, pela estratégia de angariação de mais financiamentos em moedas locais, permitindo assim um *hedge natural*, bem como por um contexto mais alto de taxas de juro.

COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2023
GRUPO (milhões de euros)



COMPOSIÇÃO DO RESULTADO LÍQUIDO 2022
GRUPO (milhões de euros)



No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas (incluída na coluna "Financeiros e Ganhos / (Perdas) em alienações" no gráfico acima), atingiu os 40 milhões de euros (45 milhões de euros no exercício de 2022), influenciada, essencialmente, pela mais valia gerada com a alienação do negócio dos resíduos industriais (cerca de 36 milhões de euros).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a rubrica de Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos (MEP) contribuiu com 15 milhões de euros para o resultado líquido (-5 milhões de euros no exercício de 2022), um aumento de cerca de 21 milhões de euros, justificado, maioritariamente, pela evolução positiva entre exercícios da performance da Lineas e da Martifer.

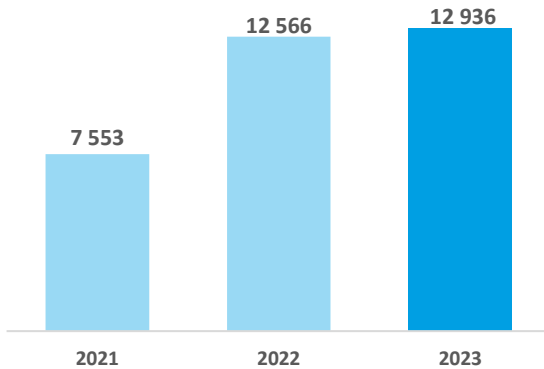
No que respeita ao imposto sobre o rendimento (Imposto), este ascendeu no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a 130 milhões de euros (40 milhões de euros no exercício de 2022), tendo tal agravamento sido justificado pela melhoria verificada na rentabilidade e no resultado antes de imposto. Por outro lado, no exercício de 2023, a taxa efetiva de imposto (Imposto sobre o rendimento / Resultado antes de imposto) atingiu os 33% (para mais informação sobre esta matéria, recomenda-se a leitura da Nota 12 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas).

Por fim, no que respeita aos interesses que não controlam (INC), estes ascenderam no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 a 153 milhões de euros, um aumento de 106 milhões de euros relativamente ao exercício de 2022 (47 milhões de euros), justificado, essencialmente, pelo facto de uma parte significativa do resultado líquido consolidado do exercício ter sido gerado nos mercados *core* do Grupo onde o mesmo mantém parcerias com sócios minoritários (principalmente no México, mas também em Angola e na Nigéria).

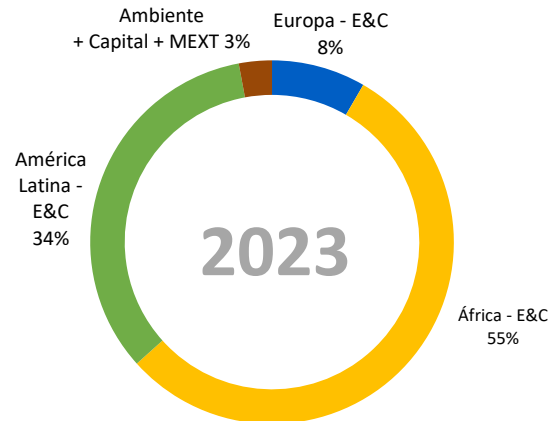
Deste modo, no seguimento do desempenho operacional e financeiro verificado, o resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo (RL) no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu o número recorde de 113 milhões de euros, um aumento de 116% relativamente ao exercício de 2022 (52 milhões de euros), tendo a margem líquida¹ ascendido a 2,0% (1,4% no exercício de 2022).

1) Margem líquida corresponde ao quociente entre as seguintes rubricas da Demonstração consolidada dos resultados por naturezas: "Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo" e "Vendas e prestações de serviços".

EVOLUÇÃO DA CARTEIRA DE ENCOMENDAS
GRUPO (milhões de euros)



CARTEIRA DE ENCOMENDAS
POR UNIDADE DE NEGÓCIO



A carteira de encomendas(*) em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 12,9 mil milhões de euros, registando assim novamente no exercício um valor recorde com um crescimento de 3% face a 31 de dezembro de 2022, sendo de destacar um volume de adjudicações no ano de cerca de 6 mil milhões de euros, maioritariamente oriundos de projetos de grande dimensão. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, as unidades de negócio de África - E&C e da América Latina - E&C contribuíram com cerca de 89% para o montante total da carteira de encomendas.

Para a performance acima referida, contribuíram, entre outros, a adjudicação dos seguintes projetos:

- Projeto de fornecimento e financiamento de material rolante na Nigéria;
- Projeto de engenharia industrial no Senegal;
- Projeto de construção de duas auto-estradas na Nigéria, no âmbito de dois contratos de concessão;
- Projeto de movimentação de terras na Guiné-Conacri;
- Projeto de instalação de diversos equipamentos submarinos para distribuição de gás natural no Brasil;
- Projeto de construção do prolongamento de uma linha de metropolitano em Portugal;
- Projeto de prestação de serviços de manutenção *offshore* de plataformas petrolíferas no Brasil;
- Extensão de um projeto de engenharia industrial na África do Sul.

Deste modo, em 31 de dezembro de 2023, o rácio “carteira de encomendas / vendas e prestações de serviços” do negócio de E&C ascendia a 2,6 anos, sem contemplar ainda as novas adjudicações de 1,6 mil milhões de euros ocorridas nas primeiras semanas de 2024 (875 milhões de euros em Angola (infraestruturas urbanas e trabalhos marítimos); 380 milhões de euros em Portugal (Novo Hospital Oriental de Lisboa); 275 milhões de euros no Peru (dois projetos de mineração) e 100 milhões de euros no México (infraestruturas).

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, destaca-se que os mercados *core* do Grupo contribuíram com 73% para a sua carteira de encomendas total, sendo o México o mercado com maior carteira (25% do total), seguido pela Nigéria (18%) e por Angola (13%).

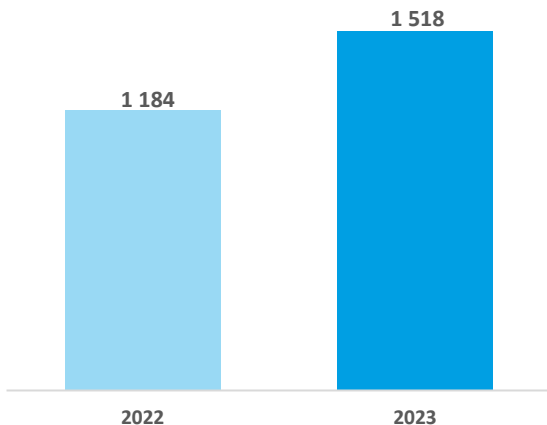
Por último, em 31 de dezembro de 2023, o negócio do Ambiente contribuiu com 300 milhões de euros para a carteira de encomendas do Grupo, sendo que naquele montante não se encontram incluídas as receitas previsíveis decorrentes dos contratos de tratamento e valorização de resíduos das empresas concessionárias da EGF e as da Clean Eburnie (aterro sanitário na Costa do Marfim).

(*) Contratos adjudicados e assinados a serem executados.

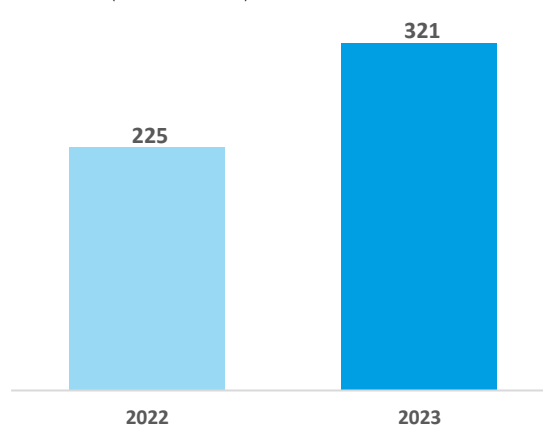
1.3.3 Análise por análise de negócio

África – E&C

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
ÁFRICA - E&C (milhões de euros)



EBITDA
ÁFRICA - E&C (milhões de euros)



A unidade de negócio de África - E&C inclui a atividade de engenharia e construção, bem como a de prestação de serviços de engenharia industrial, as quais são desenvolvidas pelo Grupo, essencialmente, em Angola, Moçambique, Costa do Marfim, Ruanda, Uganda, África do Sul, Guiné-Conacri e Nigéria.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como resultado do arranque e aceleração de alguns projetos relevantes nos mercados *core* do Grupo, o volume de negócios atingiu os 1.518 milhões de euros, um aumento de 28% relativamente ao exercício de 2022 (1.184 milhões de euros).

Neste capítulo, há que destacar os mercados da África do Sul, de Angola, do Quênia e do Ruanda que apresentaram entre exercícios aumentos de volume de negócios superiores a 20%. Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Angola, Moçambique e Nigéria contribuíram com 62% para o total do volume de negócios de África – E&C (51% no exercício de 2022).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA de África – E&C no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 321 milhões de euros, um aumento de 43% relativamente ao exercício de 2022 (225 milhões de euros), tendo a margem EBITDA atingido os 21% (19% no exercício de 2022).

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, há que destacar que Angola, Moçambique e Nigéria contribuíram com 72% para o total do EBITDA de África – E&C (53% no exercício de 2022).

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, destaca-se o contributo de 355 milhões de euros dos serviços de engenharia industrial para o volume de negócios de África – E&C (23% do total), com um EBITDA de 88 milhões de euros e uma margem EBITDA de 25%.

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

ÁFRICA DO SUL

Em 2023, a economia da África do Sul registou um crescimento de 1,9%, ficando aquém do seu potencial, enquanto a inflação anual subiu para 6,9%, ultrapassando o intervalo definido pelo governo de 3% a 6%. Adicionalmente, o país registou também a mais alta taxa de desemprego nos últimos 15 anos, de 34,5%.

No que respeita ao setor mineiro, este beneficiou em 2023 do aumento do preço das matérias-primas, mas o investimento reduzido e as infraestruturas inadequadas colocam sérios desafios ao seu potencial de crescimento.

Por outro lado, em 2023, a Mota-Engil continuou a exercer a sua presença na África do Sul através da execução do projeto de Gamsberg, um contrato de longo prazo no segmento da prestação de serviços de engenharia industrial.

Adicionalmente, ao longo de 2023, há que destacar igualmente a extensão do âmbito do projeto acima referido, passando-se de 2,5 milhões para 5 milhões de toneladas por mês, o qual agora irá vigorar até março de 2030, e que viu o seu valor aumentado em 450 milhões de euros, resultando num valor contratual acumulado de 770 milhões de euros.

Olhando para o futuro, espera-se que o crescimento económico da África do Sul se mantenha em 2024 e nos anos seguintes, embora a um ritmo mais lento, com previsões de inflação elevada no curto prazo e uma diminuição gradual nos anos subsequentes. Adicionalmente, prevê-se que o setor mineiro continue a ter um peso significativo na economia, embora limitado por investimentos insuficientes e por infraestruturas inadequadas.

ANGOLA

Em 2023, a economia de Angola cresceu 3,1%, impulsionada principalmente pelo setor petrolífero, pese embora a inflação anual tenha subido para 16,8%, ultrapassando assim a meta de 12% definida pelo governo.

No que respeita ao setor da construção, Angola registou em 2023 uma forte atividade, impulsionada pelo investimento público em infraestruturas, tais como estradas, pontes e aeroportos. No entanto, o aumento do preço dos materiais induzido pela alta inflação colocou desafios que exigiram estratégias eficazes de gestão de custos.

Em termos de atividade operacional, importa destacar em 2023 a conclusão do projeto de requalificação da Base Naval do Soyo, bem como a execução de diversos projetos marcantes para o país, tais como a reabilitação da Estrada Nacional 230, troço Malange – Saurimo, a barragem de Calucuve, o abastecimento de água de Luanda Bitá e o início do contrato de manutenção do Corredor do Lobito. Adicionalmente, destaca-se igualmente em 2023 a transferência da concessão do serviço ferroviário do Lobito para uma empresa concessionária, da qual a Mota-Engil é um dos acionistas.

Deste modo, considerando a qualidade e relevância da atual carteira de encomendas da Mota-Engil em Angola, este continuará a ser um país central para o Grupo, onde o mesmo irá continuar a desempenhar um papel fundamental como promotor e investidor.

Olhando para o futuro, espera-se que a economia de Angola mantenha o ritmo de crescimento em 2024, impulsionado pelo investimento na indústria petrolífera e em infraestruturas, apesar das previsões de uma inflação elevada. Adicionalmente, prevê-se que o setor da construção continue a sua trajetória de crescimento, impulsionado pelo investimento público e pela procura de habitação. Por último, 2024 será o primeiro ano completo de operação da concessão do Corredor do Lobito em Angola, aquele que é atualmente o projeto de infraestrutura de transporte de *commodities* mais relevante de África,

COSTA DO MARFIM

Em 2023, a Costa do Marfim registou um crescimento económico robusto, ostentando uma das taxas de crescimento mais elevadas em África, atingindo os 6,2%, ao mesmo tempo que manteve a inflação anual abaixo da meta definida pelo governo, de 4,5%. Por outro lado, o país desfrutou de relativa paz e estabilidade ao longo do ano.

No que respeita ao setor da construção, o mesmo beneficiou em 2023 do investimento público em infraestruturas, bem como da procura contínua de habitação a preços mais acessíveis. No entanto, o aumento do preço dos materiais exigiu estratégias rigorosas na gestão dos custos.

No que respeita ao setor mineiro, este apresentou em 2023 um desempenho positivo, contribuindo significativamente para o crescimento económico do país, particularmente nas atividades de mineração de ouro e manganês. Adicionalmente, o aumento do investimento e dos esforços de prospeção conduziu à descoberta de novas jazidas minerais, reforçando ainda mais o potencial do setor. Paralelamente, o enquadramento legal favorável promovido pelo governo e as diversas iniciativas para atrair o investimento estrangeiro desempenharam um papel fundamental no crescimento do setor. Deste modo, a Costa do Marfim continuou a fortalecer a sua posição como um dos principais players na indústria mineira da África Ocidental, atraindo o interesse de empresas mineiras nacionais e internacionais, posicionando-se assim para um crescimento e desenvolvimento contínuos nos próximos anos.

Presente no mercado desde 2017, a Mota-Engil concluiu em 2023 a execução de dois projetos para dois estádios para o CAN 2024, designadamente as obras de ampliação e reabilitação dos Estádios de Bouaké e de Félix Houphouët-Boigny em Abidjan. Adicionalmente, em 2023, a Mota-Engil continuou a desenvolver os trabalhos de construção do mercado municipal na cidade de Bouaké, o qual se irá tornar no maior mercado coberto da África Ocidental. Por outro lado, no setor mineiro, a Mota-Engil iniciou também em 2023 a execução de dois novos contratos, com um valor contratual total acumulado superior a 800 milhões de euros. Aqueles contratos, traduzem o compromisso de longo prazo da Mota-Engil na Costa do Marfim, com o foco principal neste segmento de atuação e explorando sempre novas oportunidades.

Olhando para o futuro, prevê-se para 2024 um crescimento económico sustentado para a Costa do Marfim, suportado pelos investimentos em infraestruturas, pela atividade agrícola e por uma inflação controlada esperando-se que o setor da construção continue a sua trajetória de crescimento, alicerçado no investimento público e na procura de habitação.

GUINÉ

Ao longo de 2023, a Guiné registou um crescimento económico notável, com uma taxa de crescimento de 6,2%, impulsionado pelo aumento do preço das commodities, nomeadamente do ouro e de outros minerais.

Adicionalmente, a inflação reduziu para 3,5%, face aos 9,2% atingidos no ano anterior, devido principalmente às condições económicas favoráveis e à implementação de políticas monetárias prudentes. Por outro lado, o franco guineense (GNF) manteve-se relativamente estável face às principais moedas, proporcionando um ambiente favorável ao investimento e às atividades económicas.

Paralelamente, há que destacar os esforços realizados pelo governo de transição no sentido de atrair o investimento e de promover o desenvolvimento económico, dos quais se realçam as diversas iniciativas para resolver os défices de infraestruturas no país, particularmente através da promoção de projetos nas áreas dos transportes, da energia e do desenvolvimento urbano.

Com um contrato concluído e dois contratos em curso para clientes de renome mundial, a Mota-Engil consolidou a sua presença na indústria mineira do país, tendo em 2023 assinado um contrato com a multinacional Rio Tinto para a execução de um projeto na mina de ferro de Simandou.

Para 2024, espera-se que a trajetória de crescimento económico da Guiné se mantenha, impulsionada pela procura sustentada de minerais e pelas iniciativas governamentais em curso para melhorar o ambiente de negócios. Assim sendo, as oportunidades para o desenvolvimento de infraestruturas continuam promissoras, esperando-se um investimento contínuo em transportes, energia e infraestruturas urbanas. Deste modo, a colaboração da Mota-Engil com as partes interessadas, locais e internacionais, será essencial para capitalizar as oportunidades e enfrentar os desafios no cenário empresarial dinâmico da Guiné.

MALAWI

Em 2023, o panorama económico no Malawi apresentou uma mistura de desafios e oportunidades, tendo o país registado um crescimento económico modesto de 1,6%, o qual embora representasse uma melhoria em relação ao crescimento de 0,9% verificado em 2022, ainda assim se cifrou abaixo dos níveis pré-pandemia. Paralelamente, o Kwacha do Malawi sofreu uma desvalorização acentuada (70% face ao Euro), induzindo o aumento do preço dos bens importados e fortes pressões inflacionistas.

O sector agrícola, crucial para a economia do Malawi, evidenciou em 2023 sinais de recuperação beneficiando de um melhor fornecimento de eletricidade e de condições meteorológicas favoráveis. No entanto, desafios como a grave escassez de divisas e os choques climáticos continuaram a impactar fortemente a atividade económica.

Por outro lado, em 2023, o governo do Malawi implementou algumas medidas de consolidação fiscal destinadas a reduzir o défice orçamental, tendo atingido uma ligeira diminuição do mesmo em comparação com projeções anteriores. No entanto, a dívida pública manteve-se elevada, estimada em 80,3% do Produto Interno Bruto (PIB), levantando assim preocupações sobre a sua sustentabilidade futura.

Estabelecida no Malawi desde 1990, a Mota-Engil tem liderado vários projetos significativos de engenharia e construção no país, tendo de forma consistente gerido os riscos inerentes a esta economia. Adicionalmente, apesar da redução da atividade em 2023 devido à ausência de projetos inovadores, a Mota-Engil continuou a destacar-se na construção e reabilitação de vias de comunicação rodoviárias e ferroviárias do país.

Numa análise prospetiva, prevê-se para 2024 uma melhoria do crescimento económico no Malawi para 2,8% impulsionado pela recuperação contínua do sector agrícola e pelas reformas macroeconómicas previstas.

MOÇAMBIQUE

Em 2023, Moçambique registou um crescimento económico notável, com o seu PIB a crescer cerca de 6%, ocupando o quinto lugar a nível mundial em termos de crescimento económico. Este crescimento foi em grande parte impulsionado pelo aumento da produção de gás natural liquefeito (GNL) associado ao projeto Coral South. Adicionalmente, para 2024, as perspetivas económicas do país permanecem positivas, com o FMI a prever um crescimento adicional de 8%, impulsionado igualmente pela produção de GNL.

Contudo, persistem na economia moçambicana desafios relevantes nos setores não extrativos, nomeadamente na indústria transformadora e no setor da construção, os quais têm vindo a registar contrações consecutivas desde junho de 2022. Adicionalmente, para resolver alguns desequilíbrios fiscais, o governo implementou em 2023 medidas corretivas, com o objetivo de restaurar a disciplina e a estabilidade orçamentais.

Por outro lado, apesar de um aumento temporário para 12,1% em agosto de 2022, a inflação diminuiu para 3,9% em setembro de 2023, em parte impulsionada pela descida dos preços dos alimentos e dos combustíveis. Olhando para o futuro, espera-se que a inflação possa subir para 6% em 2024.

Adicionalmente, em 2023, Moçambique registou progressos relevantes na implementação de reformas estruturais, especialmente nas áreas da fiscalidade e da governação, com o objetivo de fortalecer o modelo de governo e reduzir as vulnerabilidades face à corrupção. No entanto, subsistem desafios, incluindo tensões políticas em torno do processo eleitoral e das restrições às liberdades civis.

Relativamente à atividade da Mota-Engil em Moçambique, destaca-se em 2023 que o projeto mais relevante que continua a ser executado no país é o projeto associado à mina de Moatize, onde estão a decorrer atualmente negociações para prolongar o mesmo.

De igual forma, há que destacar que no âmbito do projeto a executar para a TotalEnergies localizado em Cabo Delgado, onde a Mota-Engil se encontra em consórcio com a BESIX, as negociações para a retomada do projeto já se encontram numa fase final, existindo assim indicadores positivos de reinício no curto prazo, que podem ser extensíveis aos outros dois contratos que a Mota-Engil tem na Área 1.

Concluindo, embora Moçambique enfrente desafios significativos, incluindo incertezas políticas e económicas, a posição estratégica do país no mercado de GNL e as reformas estruturais em curso apresentam diversas oportunidades de crescimento. Deste modo, aproveitando a vasta experiência e conhecimento de mercado, a Mota-Engil encontra-se bem posicionada para enfrentar esses desafios e capitalizar as oportunidades emergentes.

NIGÉRIA

O desempenho económico da Nigéria em 2023 foi marcado por um crescimento modesto de 2,5% e por um crescimento galopante da inflação de 28,9%, este último influenciado por uma combinação de fatores, nomeadamente a forte depreciação do Naira (103% face ao euro) e o aumento do preço dos alimentos.

Por outro lado, em 2023, o setor dos serviços manteve a economia a funcionar, crescendo 4,35%, enquanto o crucial setor agrícola registou um declínio de 0,90%, evidenciando assim as vulnerabilidades na segurança alimentar do país. Adicionalmente, o ano de 2023 foi também marcado por atividades políticas significativas devido às eleições locais e nacionais, as quais levaram a mudanças na liderança e nas prioridades.

No entanto, apesar dos constrangimentos acima referidos, em 2023 a Nigéria continuou a dar prioridade aos principais projetos de infraestruturas que se encontravam em curso, incluindo a expansão da rede rodoviária, o desenvolvimento do sistema ferroviário e a modernização dos aeroportos. Neste capítulo, há que destacar o projeto da Via Expressa Lagos-Ibadan que registou progressos notáveis, com o objetivo de melhorar a conectividade entre as principais cidades.

De igual forma, em 2023, foram introduzidas algumas reformas legais destinadas a aumentar a transparência e a eficiência nos processos de aquisição públicos, bem como alguns regulamentos mais rigorosos para as empresas de construção no que respeita à sustentabilidade ambiental, exigindo-lhes que adotem práticas mais ecológicas.

No setor da construção, 2023 foi mais um ano de intensa concorrência devido à forte procura de projetos de desenvolvimento de infraestruturas impulsionada pelo crescimento populacional e urbanístico.

Em termos operacionais, em 2023, a Mota-Engil continuou a executar o projeto ferroviário de Kano-Maradi, tendo sido alcançados marcos relevantes, incluindo o financial close de mais uma tranche do projeto. Adicionalmente, em 2023, foi assinado igualmente com o Ministério Federal dos Transportes um contrato de fornecimento e financiamento de material rolante no valor de cerca de 916 milhões de dólares associado ao projeto de Kano – Maradi. A entrega e o comissionamento do material rolante ocorrerão nos próximos 48 meses. Deste modo, este contrato mais recente reforçou o compromisso do governo nigeriano em melhorar a conectividade regional e o desenvolvimento económico no norte do país e fortalece a capacidade da Mota-Engil num país/mercado considerado *core* para o Grupo.

QUÉNIA

Em 2023, a economia do Quénia demonstrou resiliência, suportada pelos setores do turismo e da tecnologia, tendo alcançado uma taxa de crescimento de 6,3%. No entanto, em 2023, o país enfrentou desafios relevantes, tendo a inflação atingido os 9,4%, o que impactou negativamente o poder de compra e que exigiu uma gestão cuidadosa. Adicionalmente, o Xelim Queniano (KES) registou uma desvalorização de 6% face ao USD, o que gerou alguns constrangimentos às importações e consequentemente à economia local. No entanto, para garantir um desenvolvimento sustentável, o Quénia pretende reduzir a sua dependência face às importações e dar prioridade à expansão do seu setor transformador.

Por outro lado, o ano de 2023 ficou igualmente marcado pelo rescaldo das eleições de 2022 com as atenções focadas na avaliação do desempenho do novo governo e na implementação das medidas económicas anunciadas durante o período de campanha eleitoral. Apesar da transição democrática, o Quénia enfrentou obstáculos económicos e políticos difíceis ao longo do ano, tendo o novo governo herdado uma situação financeira muito débil, o que levou à implementação de diversas medidas fiscais, tais como a redução de subsídios e a criação de novos impostos, tendo algumas dessas medidas gerado larga controvérsia, e provocado o aumento do custo de vida e a deterioração do ambiente económico.

Deste modo, o ano de 2023 no Quênia ficou caracterizado por tensões fiscais, agitação social e diálogo político destinado a mitigar as tensões entretanto geradas.

Relativamente ao setor da construção, este enfrentou diversos desafios em 2023 com a maioria dos projetos paralisados devido ao controlo rigoroso das despesas por parte das instituições multilaterais financiadoras. No entanto, pese embora o atrás descrito, os dois projetos de PPP desenvolvidos pela Mota-Engil no Quênia decorreram sem sobressaltos de maior.

Por último, com o vencimento das Eurobonds em junho de 2024, o governo queniano enfrenta um ano crítico pela frente, dadas as dúvidas quanto à sua capacidade de cumprir os reembolsos de capital e juros programados. Deste modo, num contexto de capacidade reduzida de financiamento público, o foco da Mota-Engil continuará no desenvolvimento de PPP's no setor das infraestruturas.

RUANDA

Em 2023, o Ruanda continuou a destacar-se como uma história de sucesso na região apresentando um desenvolvimento económico e social acima da média regional. Adicionalmente, o país encontra-se entre as economias de crescimento mais rápido na África Subariana, impulsionado pelos esforços de diversificação da sua economia, particularmente em setores como a tecnologia, o turismo e as infraestruturas. Com um modelo de governação único, o Ruanda tem vindo a atrair eficazmente o investimento estrangeiro e a promover iniciativas nacionais, especialmente no domínio das energias limpas. Por outro lado, a administração eficiente do país e a implementação de políticas anticorrupção promoveram igualmente um clima de confiança, tornando o país num destino atraente para o investimento. Por último, ao nível internacional, o Ruanda tem mantido ativamente diversos contactos com organizações internacionais, estabelecendo parcerias estratégicas que visam a melhoria contínua e o progresso sustentável.

Em 2023, o setor da construção desempenhou um papel fundamental no desenvolvimento económico do Ruanda impulsionado pela necessidade de infraestruturas modernas e eficientes num contexto de crescente urbanização. Deste modo, o setor da construção contribuiu com cerca de 5% para o PIB anual, sendo de destacar alguns projetos notáveis de infraestruturas, tanto de natureza pública como privada:

- A inauguração da Biontainers, uma parceria entre o governo do Ruanda e a Biontech, que marcou a instalação da primeira unidade de produção de vacinas em África;
- A abertura da primeira fábrica de fertilizantes do país, uma colaboração entre o governo do Ruanda e o de Marrocos; e
- A continuação do maior projeto de infraestruturas do país, o novo aeroporto internacional de Bugesera, o qual se encontra a ser executado pela Mota-Engil.

Por outro lado, o Ruanda desfruta de um ambiente empresarial favorável e de políticas governamentais de apoio ao investimento, posicionando-o bem para o aumento de projetos de infraestruturas sustentáveis. Assim, estima-se que em 2024 o setor da construção cresça, face a 2023, impulsionado por um foco contínuo na sustentabilidade, inovação e parcerias internacionais estratégicas. Deste modo, o país continuará a ser atrativo para investidores que procurem oportunidades alinhadas com estes princípios, apresentando igualmente para a Mota-Engil oportunidades de expansão e colaboração.

UGANDA

Ao longo de 2023, a economia do Uganda demonstrou resiliência apesar do aumento global verificado nas taxas de juro e de um acesso cada vez mais restrito ao financiamento. Deste modo, o Uganda atingiu em 2023 um crescimento económico de 5,5% apoiado pela recuperação dos setores da agricultura, construção e serviços. Por outro lado, em 2023, a inflação reduziu para 2,6% (10,6% em 2022) beneficiando de colheitas mais favoráveis e de preços mais baixos das commodities. Por último, o Xelim do Uganda manteve-se relativamente estável face ao dólar americano, com uma ligeira depreciação de 2,4%.

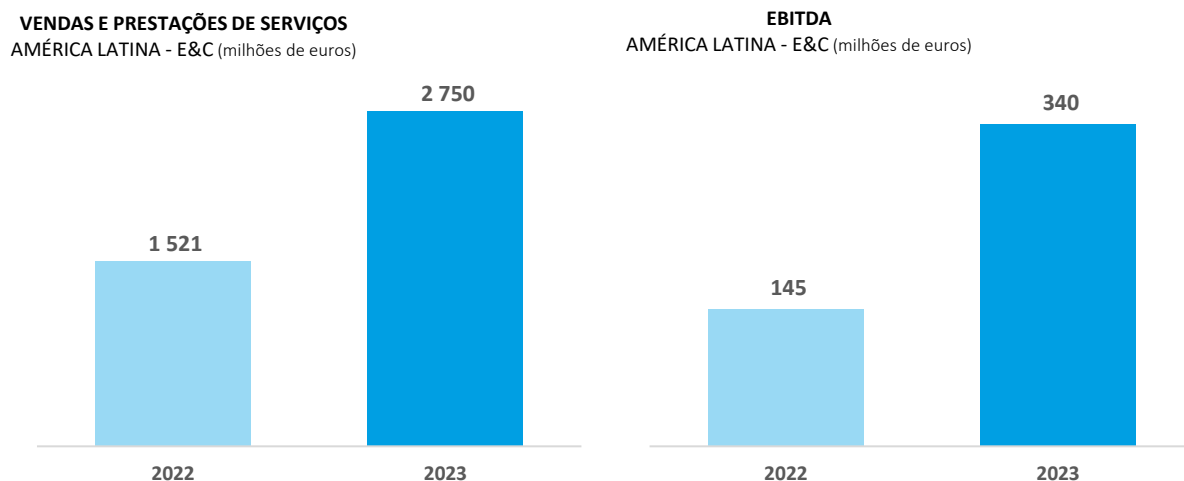
Olhando para o futuro, as perspetivas de inflação e de crescimento para o Uganda parecem favoráveis, existindo contudo incertezas, nomeadamente no que diz respeito aos preços do petróleo, à volatilidade da taxa de câmbio e às condições meteorológicas.

Relativamente à atividade da Mota-Engil no Uganda, há que destacar em 2023 a aprovação pelas autoridades competentes de novos projetos de engenharia e de orçamentos para as obras associadas ao projeto NERAMP (North East Road Asset Management), tendo sido retomadas as obras de reabilitação do Lote 2 com conclusão prevista para 2024.

Adicionalmente, em 2023, destaca-se igualmente a execução dentro da normalidade dos três projetos na área de Tilenga destinados a apoiar o setor do petróleo e do gás no Uganda, sendo que um deles deverá ficar concluído no início de 2024, enquanto os outros dois projetos deverão atingir níveis de produção máximos durante o ano.

Relativamente a 2024, prevê-se uma consolidação das operações e um crescimento no volume de negócios, sendo tal previsão suportada pelos progressos realizados na implementação dos vários projetos e pelas condições económicas favoráveis no Uganda. No entanto, a Mota-Engil permanecerá atenta às incertezas externas que possam impactar as suas operações e irá continuar a adaptar a sua estratégia em conformidade.

América Latina – E&C



A unidade de negócio da América Latina - E&C inclui a atividade de engenharia e construção desenvolvida pelo Grupo, essencialmente, no México, no Peru, no Brasil e na Colômbia. Adicionalmente, inclui também o negócio de geração e comercialização de energia no México e o negócio de gestão e operação de diversas concessões no México e na Colômbia.

Por outro lado, a unidade de negócio da América Latina - E&C tem vindo a implementar uma estratégia de crescimento sustentável ao longo dos últimos anos com resultados bastante positivos. Para esse crescimento, têm contribuído três pilares fundamentais: por um lado, (i) a estabilização de um conjunto de mercados de grande dimensão na região; (ii) a capacidade comercial e de execução, com foco em projetos importantes para o crescimento dos países e com margens atrativas; e (iii) por último, uma cada vez maior diversificação do negócio e perfil de *cash-flows*, com a aposta, principalmente, nas áreas de concessões e de energia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, como resultado da execução com sucesso da elevada carteira de encomendas angariada, o volume de negócios da América Latina - E&C atingiu o número histórico de 2.750 milhões de euros, um aumento de 81% relativamente ao exercício de 2022 (1.521 milhões de euros).

Neste capítulo, há que salientar a performance superlativa do mercado mexicano, o qual registou um crescimento de 92% face ao exercício anterior, tendo o negócio de engenharia e construção evidenciado um crescimento de 129%, fortemente impulsionado pelos projetos de construção associados ao Tren Maya, a dois novos aeroportos e a uma nova autoestrada. Por outro lado, destacam-se também no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 os crescimentos verificados no Brasil (115%) e no Peru (23%).

Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o México contribuiu com 82% para o volume de negócios da América Latina – E&C (77% no exercício de 2022).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA da América Latina – E&C no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 340 milhões de euros, um aumento de 134% relativamente ao exercício de 2022 (145 milhões de euros), tendo este sido influenciado, essencialmente, pela performance muito positiva dos mercados mexicano e brasileiro (este em menor escala).

A margem EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 12% (10% no exercício de 2022).

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o negócio da energia contribuiu com 189 milhões de euros para o volume de negócios e com 15 milhões de euros para o EBITDA da América Latina – E&C.

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

BRASIL

No ano de 2023, o crescimento da economia brasileira foi impulsionado principalmente pelo setor agrícola, pela indústria, pelos serviços, pelas exportações de *commodities*, pela desaceleração da inflação, pelo aumento da despesa pública e pela melhoria das condições laborais que consequentemente impulsionaram o consumo das famílias.

Durante o ano de 2023, a Empresa Construtora do Brasil (ECB) aumentou os seus níveis de produção significativamente, tendo executado projetos relevantes, dos quais se destacam: ALSUB, CCR Castelo Branco, UO – Rio Lote B e UO – Rio Lote A. Por outro lado, no ano de 2023, destaca-se igualmente a adjudicação de um importante conjunto de novos projetos, tais como: o projecto Malha de Gás (trabalhos de engenharia e fornecimento de bens); UMS Búzios (trabalhos de construção, manutenção e reparação) e; Mãe Maria (trabalhos de construção civil e serviços).

Para 2024, a ECB estima um desempenho operacional positivo, alicerçado na carteira de encomendas entretanto angariada e na procura de oportunidades para expandir a mesma nos planos de infraestrutura estaduais, bem como junto de novos clientes privados, apoiando os mesmos no desenvolvimento dos seus projetos estratégicos.

COLÔMBIA

Em 2023, o crescimento da economia colombiana foi impulsionado principalmente pelo consumo de serviços privados e sociais, pelas importações, por um nível moderado de crescimento das exportações e do investimento e por um mercado de trabalho resiliente. Por outro lado, salienta-se igualmente a redução dos fortes desequilíbrios gerados no passado na balança de pagamentos.

Durante o ano de 2023, a Mota-Engil Colômbia manteve os seus níveis de produção, reflectindo a execução de alguns projetos por si angariados no passado, nomeadamente, o da Estación Elevadora Canoas e o do Metro de Medellin.

Para 2024, a Mota-Engil Colômbia estima uma melhoria substancial na sua actividade, consubstanciada na carteira de encomendas já angariada, principalmente no projeto do Metro de Medellin. Adicionalmente, a Mota-Engil Colômbia manterá a sua participação ativa em concursos públicos e privados com o objetivo de angariar novos projetos.

MÉXICO

Em 2023, a economia mexicana foi impulsionada pela resiliência do consumo privado, pelo dinamismo do investimento privado (*nearshoring*), pelo investimento público associado aos projetos emblemáticos promovidos pelo governo, pelo forte mercado de trabalho, pela desaceleração da inflação e pela apreciação do peso mexicano.

Por outro lado, em termos operacionais, a Mota-Engil México evidenciou um desempenho único em 2023, influenciado pelo elevado nível de execução verificado em alguns projetos por si angariados no passado, com destaque para os do Tren Maya (seções 1 e 5 e a seção Libramiento Ferrocarril Campeche) e os associados a dois aeroportos. Em termos comerciais, foi adjudicado à Mota-Engil México um importante conjunto de novos projetos, dos quais se destacam: Tren Maya (trabalhos adicionais da seção 1 e extensão da construção da seção 5); Rodovia Nicolás Romero-Cuautitlán Izcalli (trabalhos de engenharia, construção e operação); Parques Industriais do Corredor Interoceânico do Istmo de Tehuantepec em Coatzacoalcos I, II e Salina Cruz (trabalhos de desenvolvimento, uso e exploração); Concessão do terminal portuário de Coatzacoalcos e Salina Cruz (trabalhos de desenvolvimento, uso e exploração); e Saneamento do rio Mololoa, em Tepic, Nayarit, entre outros.

Para 2024, a Mota-Engil México estima a manutenção do bom desempenho da sua atividade, sendo que terá pela frente um enorme desafio ao nível da execução da elevada carteira de encomendas que atualmente detém. Adicionalmente, a Mota-Engil México manterá a sua participação ativa em concursos públicos e privados com o objetivo de ganhar novos projetos e diversificar novos negócios.

Relativamente ao negócio da energia, em particular no segmento da geração, no qual a Mota-Engil opera no México através da Generadora Fénix, o ano de 2023 foi caracterizado por: (i) uma geração de energia superior a 600 GWh (permitindo uma optimização da operação ao nível da gestão dos recursos); (ii) pela venda da maioria dos certificados de energia limpa (CEL) atribuídos em 2023, sobretudo através de contratos de longo prazo; e (iii) pela concretização do plano de melhoria dos ativos existentes. Adicionalmente, em 2023, a Generadora Fénix continuou a desenvolver o projeto Jorge Luque (construção de uma central de ciclo combinado de 110 MW), o qual será executado em duas etapas, sendo que na primeira etapa terá uma capacidade instalada de até 37 MW disponíveis para operação. Por outro lado, no segmento da comercialização de energia, cuja atividade é desenvolvida através da Suministradora Fénix, o ano de 2023 foi caracterizado pela expansão da carteira de clientes para compra e venda de produtos (energia, potência e certificados de energia limpa), quer em número, quer em volume de energia transacionada, a qual se aproximou dos 2.000 GWh/ano.

PERU

Apesar da incerteza política no início do ano, a economia peruana em 2023 foi impulsionada pela desaceleração da inflação, pela continuidade do investimento público e privado e pelo bom desempenho nos setores mineiro e de hidrocarbonetos.

Durante o ano de 2023, a Mota-Engil Peru aumentou os seus níveis de produção, em comparação com o ano anterior, impulsionada pelo nível de execução alcançado em projetos por si angariados no passado, e já no decorrer de 2023, com destaque para os do Port of Callao - Phase 2B Expansion, Early Works Toromocho e Etapa 5 - Presa de Relave. Em termos comerciais, foi adjudicado à Mota-Engil Peru um importante conjunto de novos projetos, dos quais se destacam: a Conservação do Corredor Rodoviário Tambogrande e Oxapampa (trabalhos de gestão, melhoria e conservação) e a Cortina impermeabilizante para barragens e corredor de serviços de Huacacocha 2, entre outros.

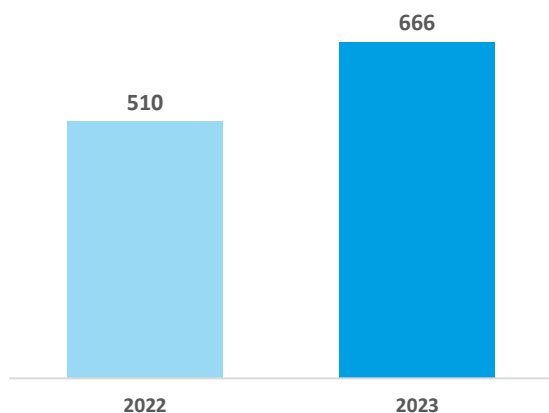
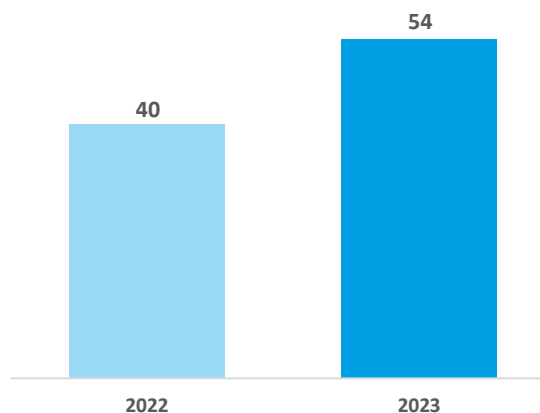
Para 2024, a Mota-Engil Peru estima um desempenho positivo da sua atividade, suportado pela carteira de encomendas angariada até à presente data, a qual inclui, para além da extensão em 2024 de dois importantes contratos atualmente em curso, os seguintes projetos: Porto do Uruguai, Quay Wall, Establecimiento de Salud Huari, assim como os projectos angariados em 2023 anteriormente mencionados. Adicionalmente, a Mota-Engil Peru manterá a sua participação ativa em concursos públicos e privados com o objetivo de angariar novos projectos.

OUTROS PAÍSES

Em 2023, fora dos quatro mercados *core* de atuação do Grupo Mota-Engil na América Latina, é importante destacar a continuação do projeto de extensão da Linha 1 do Metro, no Panamá, o qual tem decorrido dentro da normalidade e a decisão favorável do Tribunal Arbitral no Paraguai, o qual deu razão ao Grupo Mota-Engil no litígio mantido há alguns anos com o Ministério dos Transportes local associado ao projeto de construção do Metrobus.

Por último, o Grupo Mota-Engil continuará atento e ativo na procura e análise de oportunidades relevantes de negócio na região, sempre e quando cumpram com os seus objetivos estratégicos.

Europa - E&C

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
EUROPA - E&C (milhões de euros)**EBITDA**
EUROPA - E&C (milhões de euros)

A unidade de negócio da Europa - E&C inclui, essencialmente, a atividade de engenharia e construção desenvolvida pelo Grupo em Portugal e na Polónia e, até janeiro de 2022, na Irlanda e no Reino Unido.

Na Europa - E&C, o volume de negócios no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 666 milhões de euros, um aumento de 31% relativamente ao exercício de 2022 (510 milhões de euros). Neste capítulo, há que destacar o comportamento positivo dos dois principais mercados para o volume de negócios, tendo a Polónia contribuído com um aumento de 47% e Portugal com um aumento de 26%. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Portugal contribuiu com cerca de 69% para o volume de negócios da Europa – E&C (cerca de 72% no exercício de 2022).

Ao nível da rentabilidade operacional, o EBITDA da Europa - E&C no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 ascendeu a 54 milhões de euros, um aumento de 33% relativamente ao exercício de 2022 (40 milhões de euros), tendo o mesmo sido influenciado positivamente, quer pelo mercado polaco (aumento de 14%), quer, principalmente, pelo mercado português (aumento de 42%).

A margem EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 8% (8% no exercício de 2022).

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

POLÓNIA

Em dezembro de 2023, no seguimento da política de concentração de recursos nos mercados classificados como *core*, tal como estabelecido no seu plano estratégico, o Grupo Mota-Engil estabeleceu com uma terceira entidade um contrato promessa de compra e venda sobre as operações de construção e de promoção imobiliária que vinha a desenvolver na Polónia há largos anos. Esta transação estima-se que esteja concluída durante o primeiro semestre de 2024 e traduzir-se-á na saída do Grupo do mercado polaco.

PORTUGAL

Em 2023, observou-se um abrandamento do crescimento económico em Portugal, com a economia estagnada nos segundo e terceiro trimestres, mas com um crescimento ligeiramente mais forte no quarto trimestre. Adicionalmente, fatores como a inflação, as condições financeiras mais restritivas e o fraco crescimento dos principais parceiros comerciais de Portugal, limitaram a atividade económica no país enquanto a forte recuperação do setor do turismo e o aumento das despesas relacionadas com o PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) impulsionaram a atividade.

No entanto, no setor da construção, assistiu-se em 2023 a um crescimento expressivo no mercado das obras públicas, contrastando com um abrandamento no mercado imobiliário. Especificamente, no segmento das infraestruturas, os principais indicadores apresentaram ao longo de 2023 um crescimento relevante, em parte impulsionados pelo início dos investimentos apoiados pelos fundos europeus atualmente disponíveis, designadamente o PRR e o Portugal 2030. Deste modo, para 2024, as expectativas existentes são que o setor se mantenha altamente dinâmico, isto apesar dos constrangimentos limitativos ao desenvolvimento da atividade, nomeadamente a escassez de recursos humanos e a crescente dificuldade no processo de recrutamento de talento, sobretudo jovem.

No que respeita à Mota-Engil Engenharia, esta consolidou em 2023 a sua estratégia para o mercado português, tendo-se focado nas suas vantagens competitivas e nos projetos onde podia agregar valor, com ênfase na geração de cash-flow. Fruto desta estratégia, cerca de 70% do volume de negócios em Portugal foi gerado com clientes privados.

Simultaneamente, em 2023, a Mota-Engil Engenharia continuou a demonstrar a sua capacidade para desenvolver projetos de alta complexidade ao nível de engenharia, em particular a obra do plano geral de drenagem de Lisboa, um projeto crucial para a cidade, bem como de outros projetos de dimensão e particular relevo, nomeadamente nos seguintes segmentos:

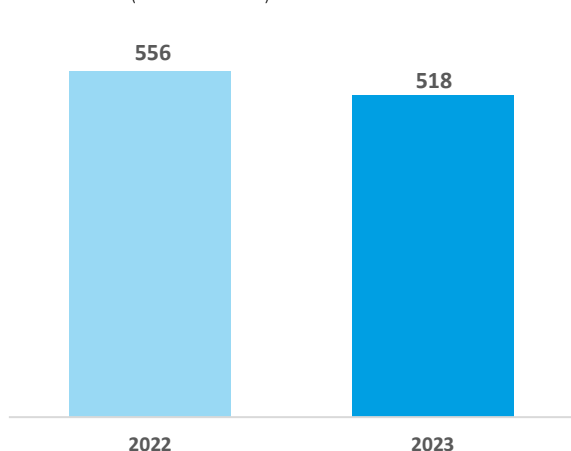
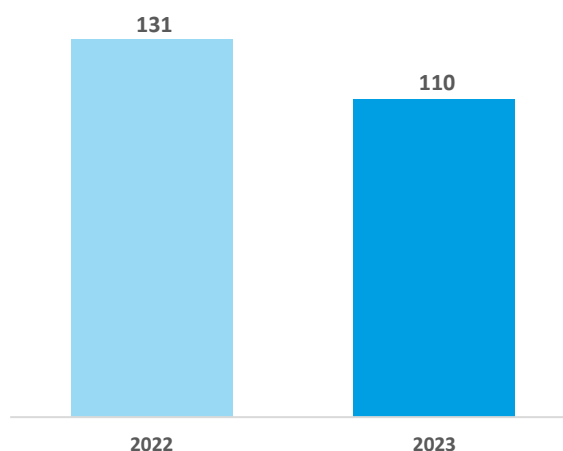
- Residencial: Edifício Bonjardim no Porto, Malha 34 no Lumiar, Lisboa e Infinity, igualmente em Lisboa;
- Escritórios: Edifício Phoenix – Fidelidade em Lisboa;
- Industrial: Ampliação da unidade fabril da CS Wind, Aveiro;
- Infraestruturas desportivas: Cidade do Futebol, Jamor, Lisboa;
- Infraestruturas ferroviárias: Linha de Évora/Fronteira e Linha da Beira Alta – troço Mangualde/Celorico;
- Obras de arte: Reabilitação da ponte Edgar Cardoso, Figueira da Foz.

Por outro lado, em 2023, a Mota-Engil Engenharia esteve ainda ativamente envolvida em projetos imobiliários emblemáticos, em estreita parceria com a área Imobiliária do Grupo, sendo de destacar o empreendimento residencial “Aurius” no Porto e o empreendimento comercial no antigo Matadouro daquela cidade.

Por último, fruto do capital de credibilidade e estreita relação de confiança técnica e comercial gerada com os seus parceiros de negócio, destaca-se igualmente em 2023 as importantes adjudicações das obras para a extensão do Metro e para a construção do novo Hospital, ambas em Lisboa, as quais contribuíram para o aumento da carteira de encomendas da Mota-Engil Engenharia e que irão gerar certamente um volume de negócios futuro sustentável e alinhado com o plano estratégico definido.

Relativamente ao ano de 2024, avizinha-se um ano altamente desafiante, nomeadamente no que respeita à seleção e adjudicação de vários concursos para projetos estruturantes para o país, nos quais, a Mota-Engil Engenharia, como a principal empresa de engenharia e construção portuguesa, certamente desempenhará um papel fundamental no seu desenvolvimento.

AMBIENTE

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
 AMBIENTE (milhões de euros)

EBITDA
 AMBIENTE (milhões de euros)


A unidade de negócio do Ambiente encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Tratamento e valorização de resíduos (cujo veículo é a EGF); (ii) Recolha de resíduos urbanos (cuja atividade é principalmente desenvolvida pela Suma); (iii) Industrial (cuja atividade principal consiste na recolha e tratamento de óleos usados, e que foi alienada em dezembro de 2023) e (iv) Internacional (com presença, essencialmente, em Angola, Costa do Marfim e Brasil).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o volume de negócios do Ambiente atingiu os 518 milhões de euros, um decréscimo de 7% relativamente ao exercício de 2022 (556 milhões de euros). Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os subsegmentos de Tratamento e valorização de resíduos e de Internacional contribuíram com 81% para o volume de negócios (83% no exercício de 2022).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA do Ambiente no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 110 milhões de euros, uma queda de 16% relativamente ao exercício de 2022 (131 milhões de euros), tendo aquela sido influenciada, essencialmente, pela performance menos positiva do subsegmento de Internacional. Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os subsegmentos de Tratamento e valorização de resíduos e de Internacional contribuíram com 84% para o total do EBITDA do Ambiente (89% no exercício de 2022).

Por último, a margem EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 21% (24% no exercício de 2022).

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

CLEAN EBURNIE (Costa do Marfim)

Durante o ano de 2023, a Clean Eburnie prosseguiu a sua atividade de gestão do único aterro sanitário que serve a cidade de Abidjan.

Em termos operacionais, em 2023 a quantidade de resíduos urbanos recebida no aterro de Kossihouen aumentou em cerca de 5,8%, relativamente a 2022, atingindo-se uma média de 4.336 toneladas por dia e um valor acumulado de 7.472.768 toneladas desde o início da exploração.

2023, foi um ano de continuidade do investimento iniciado em 2022 na melhoria das infraestruturas, designadamente: na reformulação de taludes, na aplicação de uma cobertura provisória nos resíduos, no aluguer e comissionamento de três osmose adicionais para fazer face ao tratamento dos lixiviados, na melhoria da drenagem do lixiviado das células através da construção de valas de drenagem, na manutenção e melhoria das vias internas, na finalização da via de acesso e na entrega de uma obra social, uma escola infantil.

Relativamente ao ano de 2024, a Clean Eburnie espera concluir as negociações atualmente em curso com as diversas entidades governamentais relativamente à expansão do aterro e às necessárias adequações contratuais, regulamentárias e financeiras associadas.

ECO EBURNIE (Costa do Marfim)

Em 2023, a Eco Eburnie voltou a registar um aumento dos níveis de produção em todas as áreas de atuação, atingindo desta forma os melhores indicadores operacionais desde o início do seu contrato de prestação de serviços em Abidjan, nomeadamente na recolha de resíduos, onde se ultrapassou a fasquia das 80.000 toneladas mensais, e na varredura, onde se ultrapassaram os 70.000 quilómetros no total do ano.

Para a performance acima assinalada, muito contribuíram as várias medidas de melhoria operacional implementadas no decurso do ano, das quais se destacam: (i) o recurso à subcontratação durante as obras na via de acesso ao centro de transferência de Yopougon; (ii) a otimização da atividade da oficina; (iii) o reforço do investimento; e (iv) a melhoria dos circuitos de limpeza urbana.

Não obstante o desempenho positivo alcançado ao nível da prestação do serviço, os resultados da empresa não acompanharam aquela tendência, tendo sido negativamente afetados por fatores externos, entre os quais se destacam: (i) os diversos impactos provocados pelas obras na via de acesso ao centro de transferência de Yopougon; (ii) o desgaste e a manutenção das viaturas; e (iii) o aumento generalizado do custo dos principais fatores de produção, designadamente o aumento salarial decretado de 11% e o aumento verificado nas peças, materiais e equipamentos.

Relativamente ao ano de 2024, é antecipada uma normalização da atividade, beneficiando a Eco Eburnie não só de um melhor enquadramento operacional mas também de uma recapitalização ocorrida no final de 2023, realizada através da conversão de empréstimos em capital social.

ECOLIFE (Moçambique)

A Ecolife encontra-se atualmente a celebrar 10 anos de existência, sendo hoje uma empresa de referência pronta para enfrentar os desafios e oportunidades que o difícil mercado moçambicano apresenta.

No ano de 2023, a Ecolife continuou a executar, com sucesso, o seu contrato principal de recolha de resíduos na zona central de Maputo (cidade cimento), servindo uma população de 130.000 habitantes e recolhendo e transportando 68 mil toneladas de resíduos.

Por outro lado, ao nível comercial, há que destacar, no último trimestre de 2023, a primeira adjudicação de um contrato de prestação de serviços por parte de uma empresa no sector de Oil & Gas, uma área onde, fruto das sinergias com o Grupo Mota-Engil, a Ecolife tem legítimas expectativas de poder vir a aumentar a sua atividade, quer em 2024, quer em anos futuros.

ECOVISION (Oman)

No seguimento do contrato assinado no final de 2015 para a recolha de resíduos na província de South Al Sharqiyah, a Ecovision realizou durante 2023 a sua atividade com normalidade, dando seguimento às melhores práticas de atuação que tem vindo a adotar no mercado.

Relativamente ao contrato iniciado em 2022 para a selagem e instalação de um sistema de biogás em dois aterros no Sultanato de Omã, a Ecovision finalizou durante o ano de 2023 os trabalhos num deles, sendo que se estima a conclusão dos trabalhos no segundo aterro durante o ano de 2024.

Relativamente ao ano de 2024, é de salientar que se atinge no final do ano o limite da extensão contratual de dois anos do contrato de recolha de resíduos acima referido.

EGF (Portugal)

O Plano Estratégico dos Resíduos Urbanos 2030 (“PERSU 2030”) foi finalmente publicado em março de 2023 permitindo que as empresas concessionárias da EGF, em articulação com os Municípios, tivessem, até 31 de dezembro de 2023, elaborado e submetido para aprovação à Agência Portuguesa do Ambiente os respetivos Planos de ação para a aplicação do plano estratégico para os resíduos urbanos 2030 (“PAPERSU 2030”).

Os PAPERSU submetidos foram elaborados em total alinhamento com o PERSU 2030, visando o cumprimento das metas ambientais impostas, pese embora, pela sua ambição, o avultado investimento no montante de 1,8 mil milhões de euros que os mesmos contemplam. No entanto, a adequação formal do Contrato de Concessão e do Regulamento Tarifário do Serviço de Gestão de Resíduos Urbanos (“RTR”) a esta nova realidade e, bem assim, as fontes de receita alternativas às tarifas, são condições necessárias ao seu compromisso e implementação.

Ainda em termos regulatórios, destaca-se o facto da ERSAR, no final de novembro de 2023, ter informado as empresas concessionárias da EGF que a tarifa a praticar em 2024 não incluirá nem o ajustamento das Contas reguladas reais de 2022, nem o ajustamento de transição referente à tarifa aplicada em 2022, nem a recuperação do saldo regulatório constituído em 2023, postecipando esses ajustamentos para 2025 e reduzindo dessa forma o valor da tarifa em 2024. Adicionalmente, encontra-se prevista a publicação de novos valores de contrapartida a refletir na tarifa a partir de 2025.

Ao nível operacional, o ano de 2023 decorreu de forma positiva, fruto do empenho e esforço colocados na conciliação da operação com as diversas obras e investimentos em curso, conforme se evidencia abaixo:

- A recolha seletiva multimaterial manteve a sua rota de crescimento nos ecopontos, ilhas ecológicas, no porta-a-porta doméstico e no porta-a-porta comércio e serviços, tendo aumentado 1% face a 2022, o que denota uma adesão crescente por parte da população, a par dos investimentos efetuados. Neste âmbito, há que salientar que foram colocados à disposição da população 6 mil contentores de recolha seletiva adicionais, tendo-se atingido nos últimos cinco anos o aumento da contentorização instalada em cerca de 30%, e o consequente aumento da frota afeta ao serviço em 8%, valores que refletem o maior crescimento de sempre no Grupo;

- Na triagem de embalagens, foram processados e expedidos para reciclagem mais 1% de materiais do que em 2022, não obstante determinadas intervenções em algumas instalações;

- Nas centrais de tratamento mecânico e biológico, foram processadas cerca de 900 mil toneladas de resíduos e injetados cerca de 43.640 MWh no Sistema Elétrico Público, para os quais contribuiu igualmente a energia elétrica produzida a partir dos aterros;

- No que respeita à central de valorização energética, esta sofreu no ano uma grande reparação, com especial incidência na turbina, facto que originou uma paragem de cerca de 4 meses e uma menor injeção de energia na rede de 20.664 MWh face ao ano anterior;

- Ao nível da comunicação, destaca-se a continuidade da aposta na sensibilização junto da população, nomeadamente no âmbito dos projetos de recolha seletiva: Ecovalor, Mercado a Reciclar, EcoPraias, Ecoeventos, e Toneladas de Ajuda, projetos que tiveram como objetivo maximizar o aumento da quantidade e qualidade dos materiais recolhidos seletivamente. Destaca-se ainda o arranque da “Linha da Reciclagem”, um serviço de atendimento ao cidadão que é gratuito e nacional e que permite ao mesmo esclarecer as suas dúvidas, pedir informações, dar sugestões e fazer reclamações.

Ao nível do investimento, as empresas concessionárias da EGF em 2023 mantiveram o seu foco na execução do ambicioso plano de investimento definido para o triénio 2022-2024, dando cumprimento às suas obrigações de serviço público decorrentes do contrato de concessão. No entanto, face à considerável alteração dos pressupostos macro e microeconómicos que estiveram na base da preparação daquele plano de investimento, torna-se necessário estabelecer um mecanismo excecional e temporário de aprovação de novos valores de aquisição de alguns investimentos e de alguns bens, o qual se encontra ainda em discussão com a ERSAR e com o Concedente.

No que respeita à sustentabilidade, a EGF tem vindo a delinear o caminho de estruturação das suas práticas de gestão de risco, tendo para tal criado em 2022 o Departamento de Sustentabilidade e Gestão de Risco. Este departamento tem como responsabilidade, entre outras, a avaliação do impacto das dimensões económica, ambiental e social sobre os resultados e ativos das empresas, bem como o impacto carbónico da sua atividade.

Adicionalmente, destaca-se ainda que, em 2023, foi dada continuidade à implementação de procedimentos uniformes de recursos humanos, tais como o sistema de avaliação único para as 11 empresas concessionárias, e à informatização das empresas (ex. gestão documental e consulta de informação financeira em SAP analytics cloud). De igual forma, e com um particular enfoque na eficiência, prosseguiu-se o processo de centralização do *procurement*, bem como o desenvolvimento e acompanhamento técnico das operações das concessionárias. Por último, destacam-se ainda os projetos associados à gestão de ativos e à I&D, onde em 2023 se realça a avaliação e inventariação da Base de Ativos Regulada das empresas concessionárias e a realização de estudos associados ao biometano, respetivamente.

Relativamente ao ano de 2024, perspetiva-se que o mesmo seja bastante desafiante para a gestão das concessionárias, nomeadamente: (i) pela indefinição do calendário regulatório tendo em conta a data das próximas eleições legislativas e a necessidade de aprovação dos PAPERSU e dos planos de investimento; (ii) pela complexidade crescente da aplicação do modelo regulatório; e (iii) pela instabilidade do SIGRE, atenta a atuação das entidades gestoras, nomeadamente no que respeita às especificações técnicas e aos valores de contrapartida.

SUMA BRASIL (Brasil)

O balanço da atividade da Suma Brasil em 2023 foi bastante positivo, tanto de um ponto de vista comercial como operacional, um reflexo do caminho de afirmação da empresa no mercado brasileiro e da sua capacidade de dar resposta eficaz às prementes preocupações com a qualidade de vida da população em geral.

Com quatro novos contratos angariados no estado de Minas Gerais e um em São Paulo, a empresa manteve ainda a sua atuação no Distrito Federal e Paraná, alcançando um record de receitas, mais de 6 milhões de habitantes servidos e uma quantidade de resíduos gerida superior a 75 mil toneladas por mês.

Ainda em 2023, é de assinalar o início das operações do aterro sanitário de Santa Luzia e a concretização de vários contratos com municípios pertencentes à região metropolitana de Belo Horizonte, bem como com alguns clientes privados, o que permitiu atingir uma média diária de 310 toneladas de resíduos tratados.

Por outro lado, embora em menor escala, também as participadas ECOSS e Mais Itapevi cumpriram com os objetivos definidos em termos de qualidade dos serviços prestados e da respetiva rentabilidade.

Relativamente ao ano de 2024, o mesmo será marcado pelo término de vários contratos, bem como pela continuidade que será dada à bem sucedida estratégia comercial adotada pela Suma Brasil, assente em soluções maduras e no amplo conhecimento adquirido ao longo de décadas de operação, a qual se perspetiva que resulte na angrariação de novos contratos, mantendo assim a tendência de crescimento dos últimos anos.

SUMA (Portugal)

No ano de 2023, a Suma registou um aumento da sua atividade, visível no alargamento da carteira e tipologia dos seus clientes, dando seguimento a uma tendência que se verifica desde a sua génese e que se traduziu durante o ano em 36,9 milhões de euros de novos contratos adjudicados, pese embora a redução de aproximadamente 9% nas quantidades de resíduos recolhidas, num total de 65 municípios.

A desaceleração da inflação, resultante da estabilização dos mercados e das cadeias de produção e de abastecimento, conjuntamente com a reformulação de novas formas de organização mais sustentáveis no plano ambiental, social, de gestão e de controlo de custos operacionais, permitiu acomodar o forte impacto da atualização em 7,8% do salário mínimo nacional, aspeto que assumiu particular relevância na atividade da Suma.

2023 foi também o ano em que foi estabelecido o término da parceria estratégica mantida há vários anos entre o Grupo Mota-Engil e o Grupo Urbaser, tendo a Suma cindido o seu negócio de resíduos industriais, o qual foi posteriormente alienado ainda em 2023 áquele ex-parceiro, tendo, através da Mota-Engil Ambiente e Serviços, o Grupo Mota-Engil adquirido os restantes 38,5% do capital social da Suma (operação concretizada em 2024).

Deste modo, e após a conclusão das operações acima descritas, a Suma passará a estar concentrada nos seus segmentos *core*: serviços de recolha e tratamento de resíduos urbanos, quer em Portugal, quer em Angola, Brasil, Moçambique e Omã.

Ao nível comercial, em 2023 as entidades públicas (autarquias, associações de municípios e empresas municipais) mantiveram-se como os principais contratantes, tendo-se assistido a um crescimento assinalável de adjudicações motivadas por políticas de sustentabilidade e de combate ao desperdício de recursos, nomeadamente de serviços de recolha seletiva destinada a valorização de resíduos.

No entanto, a manutenção da tendência de definição do fator de adjudicação baseado exclusivamente no preço - por parte de clientes e potenciais clientes - tem imposto uma alteração da abordagem comercial e das operações no terreno, com o objetivo de mitigar o impacto desta exigência contratual na defesa dos valores de qualidade e de referência da marca Suma.

O ano de 2023 destacou-se ainda pela consolidação de um mercado emergente: estruturas privadas e públicas que se constituem como grandes produtores de resíduos urbanos interessadas em garantir maior sustentabilidade à sua atividade ou negócio, principalmente nas áreas da saúde, hotelaria, forças armadas, entre outras mais específicas, como a organização de eventos de largo espetro.

Ainda de assinalar, a criação de uma nova estrutura de apoio às operações na grande Lisboa (Centro de Serviços de Polima), cujo investimento se centrou na qualidade e funcionalidade do ambiente de trabalho, e que integra serviços administrativos, área de produção, oficinas para manutenção de viaturas e equipamentos e armazém.

Por último, pelo 7º ano consecutivo, em 2023, a Suma foi novamente distinguida como “Marca de Confiança – Ambiente”, na categoria de “Ambiente / Empresa de Tratamento de Lixo”, o que, enquanto galardão votado diretamente por uma amostra significativa da população portuguesa, é revelador da manutenção dos padrões de qualidade das operações e da confiança estabelecida nas parcerias que a Suma integra.

Relativamente ao ano de 2024, a Suma celebrará os seus 30 anos de atividade, assinalando assim um percurso marcado pelo profissionalismo e reconhecimento que se tem vindo a traduzir na posição de liderança que ocupa no mercado português. Por outro lado, 2024 será ainda marcado por desafios e oportunidades várias, os quais a empresa endereçará em total alinhamento com a estratégia e ambição que tem vindo a prosseguir.

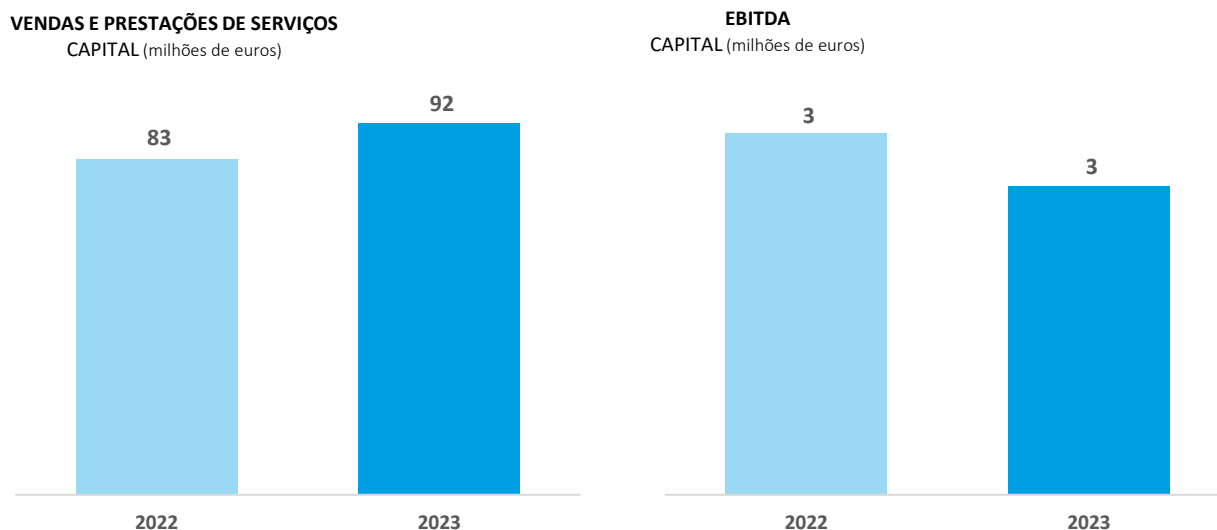
VISTA WASTE (Angola)

No ano de 2023 a atividade da Vista Waste centrou-se na continuidade da prestação de serviços de recolha de resíduos e limpeza urbana na província de Luanda, através dos contratos celebrados em anos anteriores nos municípios de Viana e Belas.

Na área de gestão e valorização de resíduos (industriais, hospitalares, recicláveis) foi iniciado em 2023 um processo de reperfilamento da atividade, a qual conta agora com uma carteira de aproximadamente 300 clientes, essencialmente privados.

Por outro lado, é de realçar, pela sua relevância, no seguimento do acordo de regularização de dívida vencida alcançado em 2022 com o Governo Provincial de Luanda, o recebimento, em setembro de 2023, do montante estabelecido naquele acordo, o que permitirá em 2024 que a Vista Waste tenha maior capacidade de enfrentar os desafios que se colocam na prossecução da sua atividade.

CAPITAL



A unidade de negócio da Capital encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Serviços (que compreende essencialmente os serviços de operação e manutenção prestados atualmente pela Mota-Engil Ativ); (ii) Concessões (atividade em Portugal e em Moçambique); (iii) Turismo (atividade em Portugal) e (iv) Energia (produção de energia descentralizada e carregamento de veículos elétricos em Portugal).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o volume de negócios da Capital atingiu os 92 milhões de euros, um acréscimo de 11% relativamente ao exercício de 2022 (83 milhões de euros), influenciado positivamente pelo crescimento de 15% do subsegmento de Serviços. Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os subsegmentos de Serviços e de Concessões contribuíram com 100% para o volume de negócios da Capital (88% no exercício de 2022).

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA da Capital no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 2,9 milhões de euros, uma redução de 0,5 milhões de euros relativamente ao exercício de 2022 (3,4 milhões de euros). Por outro lado, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os subsegmentos de Serviços e de Concessões contribuíram com 240% para o EBITDA da Capital (125% no exercício de 2022).

Por último, a margem EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 3% (4% no exercício de 2022).

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

CONCESSÕES

Durante o ano de 2023, a Mota-Engil Concessões consolidou a sua atividade, destacando-se: (i) o investimento em estudos de soluções inovadoras de IT e de O&M, nomeadamente através da melhoria dos sistemas de cobrança em portagens e de telemática; (ii) na apresentação de propostas para novos contratos de O&M a entidades externas ao Grupo em Portugal e em África e; (iii) pelo arranque dos trabalhos de estudo do projeto da Linha de Alta-velocidade (Porto-Lisboa).

Por outro lado, em 2023, a atividade da Lusoponte atingiu níveis históricos em termos de número de travessias de veículos nas pontes Vasco da Gama e 25 de Abril (ambas em Lisboa), enquanto na subsidiária SDI-Subconcessionária do Douro Interior a atividade decorreu dentro do esperado, tendo sido possível realizar em dezembro de 2023 uma operação que permitiu otimizar a sua estrutura de capitais.

Por último, relativamente à concessão do novo Hospital de Lisboa Oriental, num contexto desfavorável de taxas de juro, e após um processo exaustivo de negociação com as entidades financiadoras, foi concluído, já em fevereiro de 2024, o financiamento do projeto e a assinatura do contrato de concessão para a conceção, construção, financiamento, e operação e manutenção por 30 anos da infraestrutura hospitalar, que se constituirá como uma referência em Lisboa e substituirá seis unidades de saúde atualmente em funcionamento (Hospital de São José, Hospital de Santo António dos Capuchos, Hospital de Santa Marta, Hospital Curry Cabral, Hospital Dona Estefânia e a Maternidade Dr. Alfredo da Costa).

ENERGIA

Durante o ano de 2023, a Mota-Engil Renewing reforçou a sua identidade, visão e estratégia como uma clean tech do Grupo Mota-Engil, alterando o seu posicionamento e oferta de mercado, reforçando o seu foco no desenvolvimento de projetos que apoiem a transição energética e a descarbonização dos seus clientes, bem como a implementação de soluções que aliem a tecnologia, a inovação, a sustentabilidade e a criatividade nas áreas: de Smart Energy, Smart Charging and Smart Mobility.

Adicionalmente, 2023 foi igualmente para a Mota-Engil Renewing um ano de reflexão estratégica e de consolidação organizacional e de processos, merecendo nota de destaque os seguintes factos:

- i) Consolidação da visão e de estratégia, concretizada na elaboração do plano de negócios até 2030, considerando opções de desenvolvimento orgânico, bem como oportunidades de crescimento por aquisição e internacionalização;
- ii) Redefinição do posicionamento de mercado, focando a sua oferta em modelos de negócio baseados em soluções integradas e sustentáveis de energia e mobilidade, em regime modelo *as a service*, privilegiando a promoção, investimento próprio e a partilha de receita com parceiros no médio e longo prazo;
- iii) Aprovação de dois projetos financiados pelo Plano de Recuperação e Resiliência (PRR) no âmbito da participação da Mota-Engil Renewing no consórcio Aliança para a Transição Energética (ATE) com o objetivo de desenvolver soluções e ferramentas de gestão e operação para comunidades de energia renovável e transição de frotas empresariais para a mobilidade elétrica;
- iv) Constituição da Mota-Engil Renewing Polska, empresa participada a 100% pela Mota-Engil Renewing, com o objetivo de alavancar o crescimento do negócio na Europa de Leste, em particular na Polónia.

Por último, destaca-se o facto da Mota-Engil Renewing deter atualmente a exploração e/ou a gestão em Portugal de cerca de 2.127 kw/h de energia e de 188 lugares públicos e privados de carregamento de veículos elétricos, prevendo-se em 2024 duplicar os ativos em exploração e/ou em gestão.

MOTA-ENGIL Ativ

Durante o ano de 2023, a Mota-Engil Ativ continuou a solidificar a sua posição no mercado, consolidando o processo de fusão ocorrido entre a Manvia e a Vibeiras no final de 2022, bem como prosseguiu a estratégia de oferecer serviços de elevada sustentabilidade aos seus clientes, tal como preconizado no seu plano estratégico 2022-2026.

Por outro lado, a consolidação ocorrida no decurso de 2023 das diferentes unidades do seu portefólio e a sua interligação com o foco nas eficiências hídrica, energética e carbónica, com estratégias focadas na gestão dos seus ativos, foi uma realidade, o que em conjunto com a reorganização funcional efetuada conduziu não só ao aumento do volume de negócios face a 2022, mas também, e mais importante, ao aumento relevante registado na rentabilidade e consequente redução da dívida líquida.

Adicionalmente, destacam-se em 2023 os seguintes factos relevantes:

- *Facility Management*: (i) consolidação da Mota-Engil Ativ como um dos principais *players* nacionais do setor; (ii) renovação dos principais contratos e angariação de novos contratos com empresas nacionais de referência, tais como a Galp e os CTT e (iii) dando sequência ao estabelecido no seu plano estratégico, entrada no mercado polaco, com a constituição da Mota-Engil Polska e angariação do primeiro contrato de manutenção neste mercado;

- Paisagismo: (i) conclusão dos trabalhos em dois estádios para a CAN 2023 na Costa do Marfim; (ii) renovação de contratos com clientes estratégicos como a REN e o ICNF; e (iii) alargamento da presença geográfica no país, nomeadamente no Grande Porto;

- Área da Água e Conduas: (i) aposta em projetos de eficiência hídrica e prestação de serviços ao setor da indústria com vista à otimização dos sistemas de tratamento de água; e (ii) execução de duas empreitadas relevantes no setor das conduas na Bolívia;

- Área da Energia e Carbono: (i) aposta no negócio de produção de biochar e comercialização dos créditos de carbono daí resultantes, tendo para o efeito constituído a empresa Mota-Engil Bicircle; (ii) lançamento da primeira fase do projeto da Corvaceira, com uma área de 87 hectares e com um sequestro de carbono esperado equivalente a 68.085 toneladas. De salientar ainda que o projeto acima referido é o primeiro projeto nacional registado no Verra, entidade gestora do mercado voluntário de créditos de carbono, permitindo assim à Mota-Engil Ativ o registo e negociação de créditos de carbono naquele mercado.

Por último, salienta-se que a Mota-Engil Ativ tem hoje uma posição mais consolidada no mercado, uma carteira de encomendas sólida e um portefólio fortalecido com uma estratégia integradora e em sintonia com as macrotendências atuais que visam o *offset* de carbono das organizações.

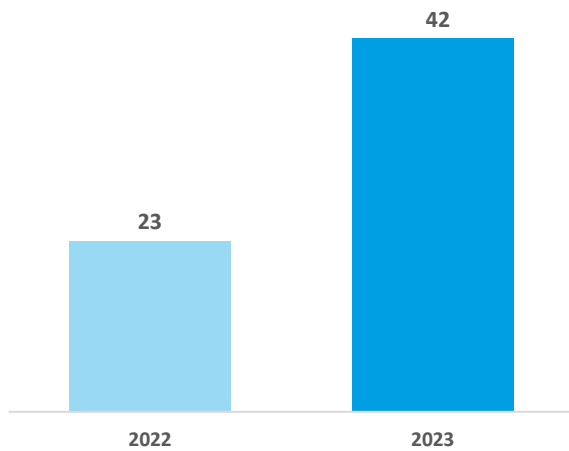
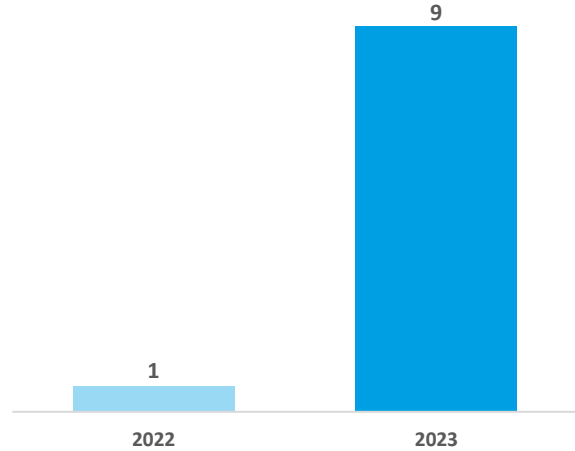
TURISMO

No Turismo, o ano de 2023 ficou marcado pelo início das obras de remodelação da Casa da Calçada Relais & Châteaux. Aquelas obras, contemplam uma remodelação profunda das instalações do hotel, mas também, do restaurante Largo do Paço, assim como a construção de novas funcionalidades, das quais se destacam o SPA e os percursos vínicos na quinta onde se encontra implantado o hotel. O novo projeto de SPA representa um marco significativo na evolução da oferta do hotel e visa proporcionar aos hóspedes uma experiência enriquecida e memorável.

Na restauração, destaca-se a alteração do conceito do Restaurante Real, o qual se distingue agora dos demais por uma cozinha de raiz portuguesa com foco na cozinha de memória, traduzida na oferta de pratos tradicionais portugueses preparados com ingredientes frescos e de excelência.

Por último, para 2024, a estratégia na área do Turismo passa pela otimização da operação e a obtenção de ganhos de eficiência, incrementando assim a rentabilidade do negócio, sem nunca perder de vista o objetivo primordial de satisfação e bem-estar do cliente.

MEXT

VENDAS E PRESTAÇÕES DE SERVIÇOS
 MEXT (milhões de euros)

EBITDA
 MEXT (milhões de euros)


A unidade de negócio da Mext encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Inovação e desenvolvimento (que compreende essencialmente os departamentos internos da própria sub-holding vocacionados para a inovação, transformação e investimento); (ii) Imobiliário (atividade em Portugal e Europa Central); (iii) Agrofloresta (atividade em Angola e no Malawi), (iv) Mineração (atividade desenvolvida maioritariamente em África) e (v) Energia (atividade em Portugal e em África).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o volume de negócios da Mext atingiu os 42 milhões de euros, um aumento de 81% relativamente ao exercício de 2022 (23 milhões de euros), influenciado, essencialmente, pelo subsegmento de Imobiliário, o qual representa, nesta fase, a quase totalidade do volume de negócios do segmento.

No que respeita à rentabilidade operacional, o EBITDA da Mext no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 9,1 milhões de euros, uma melhoria de 8,5 milhões de euros relativamente ao exercício de 2022 (0,6 milhões de euros), tendo aquela sido influenciada, essencialmente, pelo subsegmento de Imobiliário e, nomeadamente, pela apreciação de uma propriedade de investimento localizada em Portugal.

Por último, a margem EBITDA no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 atingiu os 22% (3% no exercício de 2022).

Em termos geográficos e de negócio, destaca-se o seguinte:

AGROFLORESTA

No subsegmento da Agrofloresta, nasceu em 2023 a Mamaland, através da reinvenção da Empresa Agrícola e Florestal Portuguesa, com o objetivo de se afirmar como o veículo do Grupo para projetos de sustentabilidade com foco na agrofloresta.

Igualmente no ano de 2023, o projeto Cabinda RaRe System teve um impulso significativo, destacando-se a mobilização de pessoal especializado e o fecho do acordo de financiamento do projeto, este último ocorrido em outubro de 2023.

Adicionalmente, em dezembro de 2023, destaca-se o facto da Mamaland se ter apresentado na COP28 no Dubai, naquele que foi o primeiro evento público em que se deram a conhecer os seus projetos em desenvolvimento.

Por outro lado, no Malawi, foi assinado em junho de 2023 um contrato com o Governo local para o desenvolvimento de um projeto de reflorestação e gestão florestal numa área de cerca de 250.000 hectares, denominado por Malawi MoRe System, sendo que, na sequência do cumprimento das condições precedentes previstas no contrato acima referido, foi assinada em novembro de 2023 uma adenda ao mesmo que incrementou a área sob concessão para cerca de 350.000 hectares.

Por último, 2024, será um ano estrutural para a Mamaland no que concerne à implementação e operacionalização dos diversos projetos que atualmente se encontra a desenvolver.

ENERGIA

Durante o ano de 2023, foi constituída a Mewton – Mota-Engil Energia S.A., entidade complementar aos restantes veículos de investimento da MEXT.

A Mewton, tem como missão criar valor desenvolvendo e implementando projetos de energia sustentáveis e customizados à escala industrial, quer sejam ligados à rede ou em modo de autoconsumo.

Da atividade realizada pela Mewton, em 2023, destaca-se o seguinte:

- O desenvolvimento e a avaliação de oportunidades de investimento em projetos de energia nas geografias onde o Grupo desenvolve a sua atividade. Deste modo, para além do projeto da Logz, em desenvolvimento em Portugal, foram identificadas oportunidades e desenvolvidas interações com os diversos mercados, designadamente com Portugal, Quênia, Moçambique, Costa do Marfim e África do Sul;

- Suporte aos mercados, que desenvolvem a sua atividade na área da Engenharia e Construção, na elaboração de propostas para projetos de energia na modalidade EPC, destacando-se Portugal, Angola, Moçambique, Nigéria e Uganda.

Relativamente ao projeto da Logz em desenvolvimento, consolidou-se em 2023 a posição no mesmo, através da incorporação de 50% do capital da EDGPT, a SPV que detém os direitos do processo de atribuição do título de reserva de capacidade (TRC). No entanto, condicionantes externas relacionadas com alterações ao nível legislativo não permitiram ainda o início do processo de negociação do TRC. Contudo, prevê-se que aquele processo seja iniciado no primeiro trimestre de 2024, o que irá permitir o normal desenvolvimento do projeto.

Por último, para 2024, a Mewton tem como objetivo concretizar algumas das oportunidades identificadas no ano de 2023, desenvolver novas oportunidades, sobretudo relacionadas com infraestruturas e setores estratégicos (e.g. ambiente e mineração) e iniciar a sua atividade económica com a consequente geração de receitas.

IMOBILIÁRIO

O ano de 2023, foi marcado por importantes avanços e desafios para a Emerge - Mota-Engil Real Estate Developers (Emerge).

Deste modo, a Emerge consolidou as suas operações nos ativos que atualmente tem em desenvolvimento, nomeadamente no projeto “Aurios” no Porto, procedeu igualmente à alienação de alguns ativos não estratégicos, bem como procurou licenciar operações urbanísticas agregadoras de valor em parte do seu portfolio, potenciando assim, quer o seu valor, quer a sua liquidez.

Ao mesmo tempo, desenvolveu ativamente os seus esforços comerciais na venda de frações nos seus projetos em curso.

Nas parcerias, destaca-se o reforço e a solidificação da relação com a Gingko, entidade com a qual se encontra a desenvolver o projeto da Antiga Central do Freixo, no Porto.

Por outro lado, em 2023, a área de gestão de ativos incrementou substancialmente as suas receitas provenientes dos ativos de rendimento, permanecendo assim uma atividade geradora de valor e de relevância na estrutura da empresa.

Por último, apesar do desafiador cenário macroeconómico, a Emerge demonstrou durante 2023 resiliência e eficiência na gestão dos seus empreendimentos imobiliários.

Para o ano de 2024, a Emerge planeia concluir os licenciamentos que atualmente tem em curso em alguns dos seus principais ativos, criar novas parcerias e alavancar a sua atividade com novos projetos, sempre em respeito pelos seus valores, compromisso de qualidade, inovação e responsabilidade social.

INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO

O subsegmento de Inovação e desenvolvimento caracteriza-se pelo investimento efetuado nos negócios *core* do Grupo através da inovação e promoção do seu desenvolvimento, bem como das suas pessoas, através de estímulos de abertura e colaboração.

Nesse sentido, durante o ano de 2023, promoveram-se quatro *workshops* colaborativos nos meses de maio e junho, tendo-se reunido colaboradores de diferentes empresas e dos diversos países em que o Grupo opera, para trabalharem colaborativamente num conjunto de ideias com potencial de se transformarem em projetos de inovação dentro do Grupo.

Terminados os *workshops*, realizou-se, em junho de 2023, a primeira edição dos *Mota-Engil Innovation Awards* com o objetivo de dar visibilidade sobre as iniciativas inovadoras em curso no Grupo.

Por outro lado, destacam-se também as *Inspirational sessions*, as quais tiveram início em março de 2023, e que trouxeram convidados inspiradores com o propósito de partilhar as suas histórias, ideias revolucionárias e partilha de conhecimento a todos os colaboradores do Grupo.

Posteriormente, em outubro de 2023, deu-se início à *Innovation Academy* com o curso de *Innovative Leaders*, o qual teve como objetivo promover a criatividade, desenvolver competências e promover a colaboração dentro do Grupo.

Ainda em 2023, tiveram início os primeiros projetos de inovação promovidos pela MEXT.

Por último, para 2024, perspectiva-se um ano de crescimento e afirmação da MEXT como a área de inovação e transformação do Grupo, dando continuidade aos diversos projetos de inovação e às diferentes iniciativas que tiveram início em 2023.

MINERAÇÃO

Na Mineração, a Luso Global Mining (LGM) é o veículo de investimento e desenvolvimento de ativos do Grupo focado no setor dos recursos naturais.

Deste modo, no ano de 2023, o esforço da equipa centrou-se no desenvolvimento do seu *portfolio* de ativos e no desenvolvimento de novas parcerias.

No seguimento do atrás descrito, destaca-se em junho de 2023 o comissionamento de um equipamento que incrementou significativamente a produção da mina de Moquita, uma das três minas atualmente com licença de exploração que estão em desenvolvimento em Angola pela LGM.

Por outro lado, destaca-se igualmente, em julho de 2023, a realização de um IPO em Perth, na Austrália, para desenvolvimento do projeto Chilwa Minerals, no Malawi.

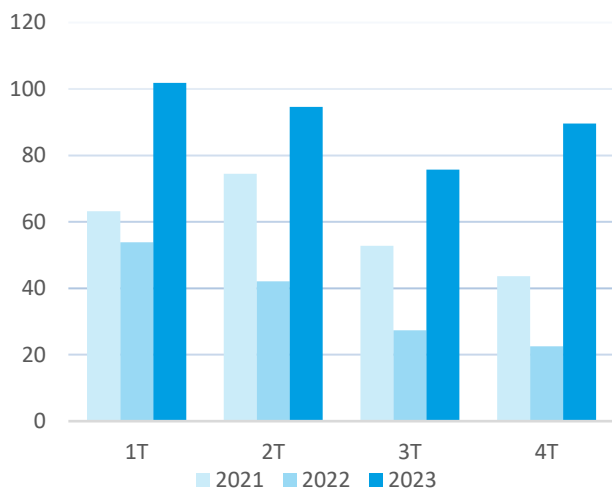
Por último, destaca-se no quarto trimestre de 2023 o início dos trabalhos preparatórios de exploração mineira nos Camarões.

Relativamente ao ano de 2024, a LGM irá dar continuidade à sua estratégia, focada no desenvolvimento dos diversos projetos que atualmente mantém em curso, sem, no entanto, deixar de estar permanentemente atenta às oportunidades no mercado.

1.3.4 Mota-Engil na bolsa

A evolução da performance da cotação da ação da Mota-Engil SGPS em 2023 pode ser analisada nos gráficos seguintes:

QUANTIDADE DE AÇÕES TRANSACIONADAS POR TRIMESTRE (milhões de ações)



EVOLUÇÃO DA PERFORMANCE DA AÇÃO



Em 31 de dezembro de 2023, o capital social da Mota-Engil, SGPS, S.A. era composto por 306.775.950 ações, com um valor nominal de um euro cada, estando todas as ações admitidas à cotação na Euronext Lisbon. Nessa mesma data, a Mota-Engil, SGPS, S.A. detinha 6.091.581 ações próprias, correspondentes a 1,99% do seu capital social.

O ano de 2023 foi caracterizado por grandes pressões inflacionistas a níveis que ultrapassaram os objetivos considerados confortáveis pelos Bancos Centrais, nomeadamente o Europeu e o Norte-Americano, os quais adotaram uma política monetária restritiva consubstanciada em várias subidas das taxas de juro diretoras ao longo do ano. Ao mesmo tempo, vários conflitos armados marcaram o ano de 2023, nomeadamente a continuação do conflito entre a Ucrânia e a Rússia, que teve início em fevereiro de 2022, e, mais recentemente, o conflito israelo-palestiniano que teve início em outubro de 2023. Estes fatores contribuíram para alguma volatilidade nos mercados financeiros, nomeadamente para os mercados de ações e de obrigações.

Não obstante o contexto acima referido, o facto de algumas das mais importantes economias e empresas mundiais terem apresentado crescimentos acima do esperado, contrariando assim as piores expectativas de cenários recessivos e afastando cenários de “hard landing” e estagflação, permitiram uma performance positiva dos mercados, nomeadamente do acionista. Adicionalmente, os dados sobre os índices de preços divulgados no final do ano demonstraram o sucesso da política monetária restritiva adotada, bem como uma inflação controlada, o que conduziu a uma subida significativa do mercado acionista no quarto trimestre do ano, antecipando e incorporando uma descida das taxas de juro diretoras por parte da Reserva Federal Norte-Americana e por parte do Banco Central Europeu.

No ano de 2023, o índice acionista português, PSI, apresentou uma performance positiva de 11,71%, tendo o índice setorial europeu, SXOP, fechado o ano a valorizar 30,62%. No ano de 2023, a ação da Mota-Engil, SGPS, S.A. apresentou uma performance positiva de 238,46%, atingindo a 29 de dezembro de 2023 uma capitalização bolsista de 1.215 milhões de euros. Naquele período, a ação atingiu um máximo de 4,260 euros e um mínimo de 1,186 euros. Adicionalmente, no ano de 2023, foram transacionadas na Euronext Lisbon um total de 362 milhões de ações, a que correspondeu um volume médio diário de 1,4 milhões de ações.

Em 27 de março de 2023, a Mota-Engil, SGPS, S.A. celebrou um contrato de liquidez com o Caixa – Banco de Investimento, S.A. com o objetivo de fomentar a liquidez das suas ações admitidas à negociação no mercado regulamentado da Euronext Lisbon. Este contrato entrou em vigor no dia 11 de abril de 2023 e terá a duração de um ano, podendo ser prorrogado por períodos iguais e sucessivos.

A Assembleia Geral Anual de Acionistas da Mota-Engil, SGPS, S.A. decorreu no dia 27 de abril de 2023, tendo sido aprovados todos os pontos nela apreciados, destacando-se a proposta de distribuição de bens sociais, nomeadamente parte das reservas contabilizadas na conta de “Reservas Livres”, no montante global de 30.748.153 euros e 47 cêntimos, cabendo assim a cada ação o valor de 10,023 cêntimos de euro, cativos de impostos.

1.3.5 Atividade desenvolvida pelos membros não-executivos do conselho de administração

Durante o ano de 2023, os administradores não-executivos participaram regularmente nas reuniões do Conselho de Administração, sendo que discutiram as matérias em análise e manifestaram as suas opiniões relativamente a diretrizes estratégicas e a áreas de negócio específicas. Mantiveram, sempre que necessário, contacto com as equipas do Centro corporativo e com o Centro de Serviços Partilhados, bem como com os gestores das Unidades de negócio. Conforme descrito no relatório sobre as práticas de Governo Societário, alguns administradores não-executivos participaram nas reuniões e outras atividades das Comissões societárias do Grupo.

1.3.6 Propostas de aplicação de resultados e distribuição de bens sociais

Do Relatório de Gestão Individual constam as seguintes propostas:

”O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral anual:

- Que seja efetuada a cobertura dos resultados transitados negativos no montante de 17.430.287 euros e 24 cêntimos através da utilização da conta de “Reservas livres”;
- Que o resultado líquido negativo apurado no montante de 53.392.216 euros e 1 cêntimo, seja transferido para a conta de “Resultados transitados”; e
- Verificando-se que se mostram cumpridos os requisitos previstos nos artigos 32º e 33º do Código das Sociedades Comerciais, que se distribuam aos acionistas bens sociais, nomeadamente, a distribuição de parte do montante contabilizado na conta de “Reservas livres”, no montante global de 39.175.288,82 euros, cabendo assim, a cada ação, o valor de 12,77 cêntimos de euro, cativos de impostos.

Excluir-se-á deste valor global o montante da distribuição que caberia às ações que, à data da distribuição dos referidos bens sociais, sejam detidas pela própria Empresa ou por sociedades suas dependentes, que deverá continuar afeto à conta de “Reservas livres”.



BUILDING A BETTER WORLD IN 21 COUNTRIES

1.4 DECLARAÇÃO DE
SUSTENTABILIDADE

1.4 Declaração de sustentabilidade

1.4.1 Informação geral



GRI 2-2
ESRS BP-1, BP-2

O Grupo Mota-Engil apresenta, no presente capítulo, o relato de sustentabilidade individualizado como “Declaração de sustentabilidade”, em alinhamento com os requisitos das Normas Europeias de Relato de Sustentabilidade (ESRS). A estrutura adotada segue a ordem definida na ESRS 1 – Requisitos gerais, organizando os conteúdos em quatro partes (subcapítulos): Informação Geral; Informação de Ambiente (incluindo os conteúdos obrigatórios de resposta à Taxonomia da UE); Informação Social; Informação de *Governance*. O conteúdo dentro de cada subcapítulo seguiu um racional mais flexível do que o definido pelas ESRS, considerando que este é ainda um ano de transição.

O presente relato foi preparado em conformidade com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI), na versão 2021. Apresenta, igualmente, as correspondências de conteúdo entre o presente documento e o modelo de relatório para divulgação de informação não financeira definido pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários, respondendo às exigências do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho, no que concerne à divulgação, por parte de grandes empresas e grupos, de informação não financeira e de informações sobre diversidade.

Identificou-se, em cada capítulo e subcapítulo, os requisitos de divulgação GRI e ESRS a que responde através do presente relatório (complementado com a Tabela GRI e Tabela de Correspondências ESRS). Neste último caso, e embora se possa, nalguns casos, não estar ainda a dar uma resposta plena aos requisitos referenciados, quis-se demonstrar, desde já, o alinhamento com as ESRS e o caminho de melhoria em curso para identificar e colmatar as *gaps* existentes.

A informação apresentada neste relatório tem em consideração os principais resultados do Grupo, tendo sido pormenorizados os aspetos considerados como materiais. Para a análise e sustentação dos indicadores GRI referentes a 2023, foi considerada a informação das empresas do Grupo indicadas na Tabela GRI – indicador 2-2. Estas informações foram recolhidas junto dos diferentes mercados e empresas, em alinhamento com o perímetro de informação financeira.

De referir que o novo Plano Estratégico 2022-2026 – “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” (Cap. 1.2.3) implicou a reestruturação das Unidades de Negócio, o que permitirá o relato do desempenho financeiro e ESG do Grupo Mota-Engil tendo por base as diferentes áreas de negócio, espelhando, deste modo, de forma mais direta, os impactos ambientais, sociais e económicos especificamente associados a cada tipologia de negócio. Uma vez que esta reestruturação ainda está em curso, para fins do presente relato considerou-se a informação estruturada de acordo com as Unidades de Negócio atuais, nomeadamente: E&C Europa; E&C África; E&C América Latina; Ambiente; MEXT; Capital; Holding e outros. Os dados de histórico, geralmente, mantêm a desagregação anteriormente em vigor e constantes do relato passado.

No que diz respeito à materialização da abordagem aos tópicos materiais é apresentada, em cada um dos subcapítulos, uma seleção de iniciativas realizadas em 2023 pela estrutura Corporativa e áreas de negócio, não se esgotando nos exemplos apresentados.

Devido à extensão dos conteúdos do presente documento, optou-se por excluir a utilização de linguagem inclusiva, prescindido das referências de desagregação por género. Porque o Grupo Mota-Engil está comprometido com a promoção da igualdade de género, conforme espelhado nos conteúdos sobre a Gestão do Talento (Cap. 1.4.3.II), considera-se que esta opção em nada prejudica o posicionamento do Grupo face a esta matéria, nem as suas políticas e práticas.

Por motivos de simplificação de linguagem, não distinguimos os termos “impacto” e “impacte”, tendo-se optado por adotar exclusivamente “impacto”.

I. Abordagem estratégica à sustentabilidade



GRI 2-22, 2-23, 2-24
ESRS GOV-5, SBM-1, SBM-3, MDR-P, MDR-M, MDR-T, S1-1, S3-5, S4-1

A temática do desenvolvimento sustentável representa hoje uma preocupação e um desafio à escala global e, como tal, o Grupo está consciente do papel fundamental que as empresas desempenham para a concretização de uma agenda para a sustentabilidade. Tendo como base o seu **propósito**, em que “O nosso legado inspira e compromete-nos na construção de um mundo melhor”, a sua ambição passa por ser “Uma empresa global focada em entregar valor a todos os *stakeholders* de forma sustentável”.

O Grupo integrou no seu novo Plano Estratégico, referente ao período de 2022-2026 – “BUILDING 26 | For a sustainable future” (Cap. 1.2.3), a **sustentabilidade e inovação** como um dos seus cinco eixos de atuação. Através da sua nova estratégia, assumiu o compromisso com a Agenda 2030 das Nações Unidas e em contribuir para os **Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS)**, para os quais definiu metas e orientações estratégicas. Em função dos resultados da análise de dupla materialidade realizada em 2023 (Cap. 1.4.1.III) – e que contou com uma participação alargada de *stakeholders* – foram revistos, em agosto de 2023, os seus objetivos estratégicos, alinhando com os tópicos materiais avaliados como estruturantes.

Como **novos objetivos estratégicos**, até 2026, o Grupo Mota-Engil visa alcançar:

- 75% de talento local em posições de gestão;
- Certificação Global (100%) do Grupo Mota-Engil de acordo com os referenciais ISO 9001, 14001 e 45001, com base no volume de negócios;
- 10% de Entidades a mensurar o impacto social de responsabilidade social corporativa do Grupo tendo por base os ODS.

Saliente-se ainda o objetivo de 50% de redução do Índice de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR) até 2026, vs. ano base de 2020 ao nível da UN Engenharia & Construção. Ao nível do Grupo, este objetivo mantém-se, mas com a *baseline* de 2021.

Plano Estratégico Building 26 | For a Sustainable Future

EIXO: Novo rumo na sustentabilidade e inovação

Fazer da sustentabilidade uma prioridade máxima, comprometendo-nos com os *targets* dos ODS e aumentando a visibilidade dos esforços

Implementar um processo de inovação estruturado, otimizando a utilização do capital

BASEADOS NOS NOSSOS TÓPICOS MATERIAIS...
ESTAMOS COMPROMETIDOS EM MELHORAR OS ODS, COM OBJETIVOS SÓLIDOS DE ESG ...
... FORTALECER OS PRINCIPAIS PILARES DE SUSTENTABILIDADE

<ul style="list-style-type: none"> Criação de Emprego Local e desenvolvimento de Competências NOVO! Saúde e Segurança no trabalho Transição Energética e Climática Qualidade e Segurança dos produtos/serviços e gestão de Incidentes Críticos NOVO! Diversidade, Equidade e Inclusão Inovação Circularidade Responsabilidade Social NOVO! 	<table style="width: 100%; border-collapse: collapse;"> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">75%</td> <td style="padding: 5px;">2026 Talento local em posições de gestão NOVO!</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">50%</td> <td style="padding: 5px;">2026 Redução da taxa de incidência com tempo perdido vs 2020</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">40%</td> <td style="padding: 5px;">2030 Redução emissões de GEE (scope 1, 2 e 3) vs 2021¹</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">100%</td> <td style="padding: 5px;">2026 Certificação Global (9001, 14001, 45001) NOVO!</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">30%</td> <td style="padding: 5px;">2026 Mulheres recrutadas ou promovidas a <i>Manager</i> vs 2021</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">25M€</td> <td style="padding: 5px;">2026 Investimento Acumulado em Inovação 22-26 vs 2020</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">80%</td> <td style="padding: 5px;">2030 Resíduos Valorizados (%)</td> </tr> <tr> <td style="text-align: center; font-size: 24px; font-weight: bold; color: #00c853;">10%</td> <td style="padding: 5px;">2026 Entidades a mensurar o impacto RSC tendo por base os ODS NOVO!</td> </tr> </table>	75%	2026 Talento local em posições de gestão NOVO!	50%	2026 Redução da taxa de incidência com tempo perdido vs 2020	40%	2030 Redução emissões de GEE (scope 1, 2 e 3) vs 2021 ¹	100%	2026 Certificação Global (9001, 14001, 45001) NOVO!	30%	2026 Mulheres recrutadas ou promovidas a <i>Manager</i> vs 2021	25M€	2026 Investimento Acumulado em Inovação 22-26 vs 2020	80%	2030 Resíduos Valorizados (%)	10%	2026 Entidades a mensurar o impacto RSC tendo por base os ODS NOVO!	<div style="display: flex; flex-direction: column; align-items: center;"> </div> <p>Liderança e Accountability, assegurando uma liderança positiva e envolvendo todos os <i>stakeholders</i></p> <p>Análise de Ações e Impacto, reforçando ações com impacto positivo</p> <p>Parcerias, fomentando soluções</p> <p>Comunicação (Interna e externamente), promovendo a consciencialização, envolvimento e transparência</p> <p>Grupo comprometido em alcançar a neutralidade carbónica até 2050</p> <p><small>¹ Objetivo a ser revisto numa base contínua, considerado as melhores práticas e <i>guidance</i> atualizado.</small></p>
75%	2026 Talento local em posições de gestão NOVO!																	
50%	2026 Redução da taxa de incidência com tempo perdido vs 2020																	
40%	2030 Redução emissões de GEE (scope 1, 2 e 3) vs 2021 ¹																	
100%	2026 Certificação Global (9001, 14001, 45001) NOVO!																	
30%	2026 Mulheres recrutadas ou promovidas a <i>Manager</i> vs 2021																	
25M€	2026 Investimento Acumulado em Inovação 22-26 vs 2020																	
80%	2030 Resíduos Valorizados (%)																	
10%	2026 Entidades a mensurar o impacto RSC tendo por base os ODS NOVO!																	

De referir que o Grupo está a **adaptar** o seu **modelo de negócio aos desafios da sustentabilidade**, em particular às oportunidades associadas à transição climática justa, com criação de serviços/produtos que pretendem assegurar e acelerar a transição na forma como faz negócios enquanto ajuda os seus clientes a fazer a sua própria transição para uma economia de baixo carbono:

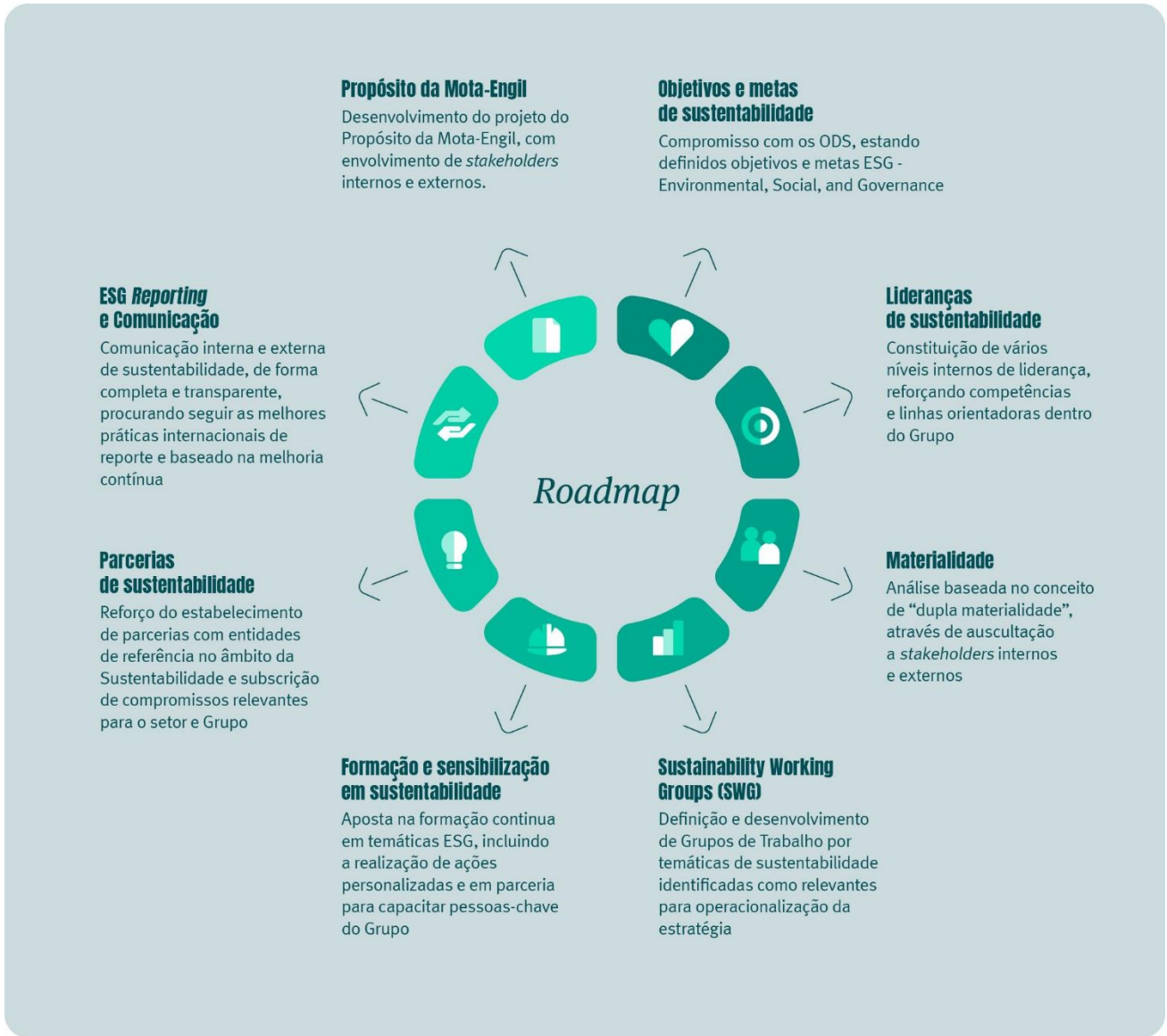
- Contribuindo para que os países e as pessoas em desenvolvimento (incluindo aqueles que dependem de combustíveis fósseis) não sejam impactados de forma desproporcional;
- Fomentando o acesso das comunidades a tecnologia limpa, inovação e a empregos justos;
- Trabalhando em colaboração com governos, clientes, trabalhadores e outras partes interessadas (como ONGs e organizações sem fins lucrativos como a FMAM) para proporcionar vidas melhores às pessoas e um planeta mais sustentável;
- Promover mais e novos serviços e produtos que promovam soluções ambientais de menor intensidade carbónica e, simultaneamente, inovar e adotar soluções mais eficientes e dentro das suas áreas core de negócio;

Esta alteração tem vindo a ganhar expressão nos negócios não Engenharia & Construção, através das Unidades de Negócio Capital (Cap. 1.2.2) – em áreas inovadoras associadas à Energia e Serviços (através da Mota-Engil Renewing), bem como na Prestação de Serviços (através da Mota-Engil Ativ) – e na recém-criada Unidade de Negócio MEXT, através de áreas diferenciadas como o imobiliário, produção agro-industrial e produção de energia (Cap. 1.4.4.VI).

O desenvolvimento de infraestruturas necessárias para a concretização dos ODS, em particular em geografias onde estas são mais carentes, constituem igualmente uma oportunidade para as Unidades de Negócio da Engenharia & Construção e Ambiente do Grupo, como negócios core. Na área do Ambiente, o objetivo passa pelo crescimento focado nos novos objetivos ambientais em Portugal (ex., PERSU - Plano Estratégico para os Resíduos Urbanos 2030), e em novos projetos internacionais, alavancando no know-how do Grupo em toda a cadeia de valor da gestão de resíduos e na sua capacidade comprovada para potenciar o crescimento internacional.

Destaca-se ainda que o Grupo visa transmitir e comunicar o valor da vida e da dignidade humana, como valor fundamental através do reforço das campanhas de segurança e saúde mental, para além de formar e empoderar as mulheres dentro da empresa gerando oportunidades de evolução da carreira. O investimento nas pessoas é essencial para o cumprimento dos objetivos do Grupo. Por exemplo, para demonstrar o compromisso da Mota-Engil na igualdade de género, destaca-se em 2023 a realização da primeira aula do programa WoMEen Leaders.

Merece ainda destaque o reforço da estrutura de **governance de sustentabilidade** (Cap. 1.4.1.II). Como reflexo da centralidade da sustentabilidade na estratégia do Grupo e do compromisso em contribuir para os ODS, destaca-se ainda o lançamento de novas Obrigações Mota-Engil de Sustentabilidade ligadas ao objetivo estratégico de Sustentabilidade de “redução de 50% de acidentes em projetos de Engenharia e Construção” (Cap. 1.4.4.III).



CONTRIBUTOS DO GRUPO MOTA-ENGIL PARA OS ODS ALINHADOS COM OS OBJETIVOS ESTRATÉGICOS



Promoção da igualdade de género e da não discriminação.

Combate ao assédio e discriminação.

Ações para facilitar a conciliação do horário de trabalho com a vida familiar.

Campanhas de valorização das mulheres.

Divulgação da profissão das engenheiras.



Promoção de trabalho digno, através da proteção dos direitos do trabalho e fomento da segurança e saúde ocupacionais.

Geração de emprego e riqueza nas diferentes geografias onde operamos, através das nossas operações e relações com os fornecedores locais.

Fomento da diversificação, modernização tecnológica e inovação.

Promoção do crescimento económico em equilíbrio com a preservação ambiental e fomento da eficiência dos recursos nos processos de consumo e produção.



Desenvolvimento de infraestruturas de qualidade, sustentáveis e certificadas.

Modernização da indústria da construção visando uma maior eficiência no uso de recursos e adoção de tecnologias e processos com menor impacto ambiental.

Desenvolvimento de projetos de IDI, participação em iniciativas e associações industriais/setoriais e apoio a projetos académicos/colaboração com universidades nas diversas áreas de negócio do Grupo.



Garantir a igualdade de oportunidades e reduzir as desigualdades de resultados, através da eliminação de práticas discriminatórias e assegurando o acesso ao talento local a posições de gestão.

Compromisso de formação local da sucessão dos quadros de gestão e dos quadros mais novos dentro da empresa.

Apoio da FMAM a projetos de cidadania corporativa/doações a associações que promovem a inclusão social, igualdade de oportunidades e redução das desigualdades.

Apoio social e familiar pela FMAM aos colaboradores do Grupo.



Promoção da gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais, quer das operações próprias, quer por via das áreas de negócio do Grupo.

Redução do impacto ambiental e para a saúde humana dos resíduos.

Desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto das comunidades locais.

Promoção da sustentabilidade na cadeia de valor.



Promoção e construção de edifícios mais eficientes, na fase de projeto.

Promoção da mobilidade elétrica.

Otimização de processos, percursos e consumo de materiais.

Investimento em energias renováveis.

Integração de requisitos ambientais na política de compras.

Atividades de conservação e restauro da natureza.



Estimular parcerias com várias entidades, essencial para o cumprimento dos objetivos definidos e no âmbito da atuação da FMAM.

CONTRIBUTOS DO GRUPO MOTA-ENGIL PARA OUTROS ODS



Realização de ações de solidariedade e de apoio às comunidades locais.

Apoio da FMAM a instituições na área da solidariedade social.



Programas de saúde ocupacional e campanhas na área da saúde e bem-estar (incluindo saúde mental).

Desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto das comunidades locais sobre temas de segurança e saúde (incluindo segurança rodoviária).

Apoio da FMAM a projetos de cidadania corporativa/doações a associações locais visando a promoção da saúde.

Apoio concedido pela FMAM aos colaboradores do Grupo para aquisição de medicamentos.



Desenvolvimento de ações de formação para os colaboradores.

Atração e desenvolvimento de jovens com elevado potencial. Capacitação e integração profissional de jovens nos países de origem.

Desenvolvimento de campanhas de sensibilização junto das comunidades locais sobre temas de segurança, saúde (incluindo saúde mental) e ambiente.

Apoio da FMAM a programas de promoção da educação, formação e qualificação de jovens e adultos, em particular junto dos públicos mais desfavorecidos.

Apoio social e familiar aos colaboradores do Grupo, através da atribuição de bolsas de estudo pela FMAM.



Valorização energética (centrais hidroelétricas e *waste-to-energy*).

Promoção da eficiência energética em edifícios.

Utilização crescente do solar fotovoltaico.



Redução do impacto ambiental associado aos resíduos, através da área de negócio dos resíduos, e desenvolvimento de campanhas de sensibilização.

Contributo para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável.

Apoio às comunidades locais através da realização de projetos de construção e reabilitação de edifícios e espaços urbanos degradados.

Apoio da FMAM a projetos de cidadania corporativa/doações a associações locais visando a promoção de condições dignas de habitação, proteção e salvaguarda do património cultural.



Planos ambientais que integrem medidas compensatórias e de restauro da biodiversidade.

Novas áreas de negócio com soluções baseadas na natureza.



Modelo de governo suportado por regras de ética e conduta, de integridade e transparência e de prestação de contas.

Medidas de prevenção da corrupção, suborno, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo na cadeia de valor.

Promoção dos direitos humanos na cadeia de valor.

Promoção de formas ativas de envolvimento dos *stakeholders*.

O posicionamento do Grupo Mota-Engil na área da sustentabilidade espelha-se igualmente nas **parcerias** que define, associações em que participa e nos **compromissos** que subscreve. Destacam-se duas destas participações, podendo a lista mais completa ser consultada na Tabela GRI, no requisito de divulgação 2-28.



O Business Council for Sustainable Development (BCSD) Portugal é uma associação sem fins lucrativos que agrega e representa mais de 120 empresas de referência em Portugal, que se comprometem ativamente com a transição para a sustentabilidade. A sua missão central é ajudar as empresas associadas na sua jornada para a sustentabilidade, promovendo o impacto positivo para *stakeholders*, a Sociedade e o ambiente.

O Grupo Mota-Engil é associado desde 2004 e assumiu-se, em 2022, como membro do Conselho Fiscal (mandato 2022-2025).



O GRACE – Empresas Responsáveis é uma associação empresarial de utilidade pública, sem fins lucrativos, que atua nas áreas da Responsabilidade Social e Sustentabilidade. Tendo como missão a promoção e desenvolvimento de uma cultura empresarial sustentável, fomenta a participação das empresas associadas no contexto em que se inserem, sob os seguintes eixos: (1) influenciador / ativação da rede; (2) disseminador de boas práticas; (3) apoio/suporte a associados.

Em 2022 destaca-se o reforço da parceria com o GRACE através do alargamento da adesão ao nível de várias empresas do Grupo e Holding, uma vez que a Fundação Manuel António da Mota já era associada.

A FMAM exerce como Presidente da Assembleia Geral (mandato 2021-2023).

COMPROMISSOS SUBSCRITOS PELO GRUPO MOTA-ENGIL

2019	Guia do CEO sobre Direitos Humanos do BCS D Portugal
2020	Carta de Princípios do BCS D Portugal
2022	Pacto do Porto para o Clima Net Zero Built Environment Council da McKinsey & Company Carta Portuguesa para a Diversidade
2023	Aliança para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho Pacto Mais e Melhores Empregos para os Jovens

Como expressão dos compromissos assumidos pela Mota-Engil no âmbito da sustentabilidade e apoio à sua materialização no Grupo, encontram-se definidos um conjunto de **códigos e políticas**, entre outros documentos estruturantes. Embora as políticas existentes possam não cobrir a totalidade dos temas materiais (Cap. 1.4.1.III), estes são suportados pelo Plano Estratégico, traduzido em objetivos e por planos de ação, estando em curso a formalização das políticas identificadas como mais relevantes – ex. Políticas de Sustentabilidade, de Direitos Humanos e Global de Recursos Humanos.

POLÍTICAS E CÓDIGOS DE APLICAÇÃO TRANSVERSAL AO GRUPO MOTA-ENGIL

Ambientais	Sociais	Governance
<ul style="list-style-type: none"> Política SHEQ (ambiental) Política de sustentabilidade (em elaboração) 	<ul style="list-style-type: none"> Política SHEQ (segurança e saúde do trabalho) Política de sustentabilidade (em elaboração) Política Global de Recursos Humanos (em elaboração) Política de Mobilidade Internacional Política Salarial Política de Retribuição variável Política de Sistemas de Incentivo à Produção Política de Carreira Política de Remunerações 	<ul style="list-style-type: none"> Código de Ética e de Conduta Empresarial Política de Gestão do Risco Política Anticorrupção e Suborno, Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo Política Comunicação Irregularidades e Não Retaliação Política de Privacidade e Proteção de Dados Pessoais Política de Combate ao Assédio e Discriminação Política de Concorrência Leal Política de Transações com Partes Relacionadas Política de Integridade e <i>Compliance</i> Política SHEQ (qualidade) Política de sustentabilidade (em elaboração) Política de Direitos Humanos (em elaboração)
Cap. 1.4.2	Cap. 1.4.3	Cap. 1.4.4

No contexto da transformação **digital dos dados ESG**, refira-se que a Mota-Engil tem atualmente em desenvolvimento um projeto de implementação de uma plataforma centralizada e que apoiará o relato e gestão de sustentabilidade e garante a respetiva responsabilização do reporte de informação das respetivas empresas. A implementação desta plataforma surge como medida para reduzir o risco associado à fiabilidade, ausência ou atraso na coleta dos dados, necessários à tomada de decisão e relato de sustentabilidade, para fins internos e externos.

De referir que o carácter multissetorial das atividades do Grupo Mota-Engil e a sua presença em contextos geográficos muito diversos, torna a identificação e o relato da informação de desempenho numa tarefa de elevado grau de complexidade, morosidade, exigência e que conta com várias dezenas de intervenientes para o seu apuramento. A implementação desta plataforma digital apresenta-se como uma medida estruturante para assegurar a disponibilidade de informação, às estruturas centrais e tornar este processo mais eficiente – potenciando-se a harmonização da coleta dos dados e o seu relato de forma completa, atempada e regular, facilitando igualmente todo o processo de verificação (interna e externa) da informação.

Saliente-se que o Grupo Mota-Engil tem vindo a desenvolver, desde 2021, ações igualmente estruturantes para assegurar a qualidade da informação reportada, nomeadamente: a identificação e revisão dos indicadores relevantes, em alinhamento com a estratégia definida, exigências legais e regulamentares; a consolidação das metodologias de apuramento dos mesmos; a uniformização das fontes e critérios de apuramento de dados, entre os diferentes mercados/geografias onde o Grupo opera. A constituição do **grupo de trabalho dedicado à Accountability, Transparência e Reporte** (Cap. 1.4.1.II), surgido no âmbito da nova estrutura de *governance* de sustentabilidade, merece igualmente destaque pela importância que tem na operacionalização da estratégia do Grupo a este nível.

II. Governance de sustentabilidade



GRI 2-12, 2-13, 2-14, 2-16, 2-17, 2-19
ESRS GOV-1, GOV-2, GOV-3

A centralidade que a sustentabilidade assume na estratégia do Grupo Mota-Engil traduz-se numa reforçada estrutura de **governance de sustentabilidade**, que visa desenvolver competências e linhas orientadoras dentro do Grupo e alcançar uma posição reconhecida em *rankings*, *ratings* e índices de sustentabilidade.

A **Comissão Executiva da Mota-Engil Holding (COMEX)** assume o compromisso com a gestão da sustentabilidade, sendo responsável pela aprovação da respetiva **estratégia**.

A coordenação da implementação da estratégia, manutenção do sistema e relato de sustentabilidade é assegurada pela **Direção de Sustentabilidade**, em articulação com as restantes Áreas Corporativas e Unidades de Negócio, nas várias geografias onde o Grupo marca presença e com o apoio da Fundação Manuel António da Mota (FMAM). De referir que, a Direção de Sustentabilidade, é uma área autónoma que reporta diretamente ao CEO do Grupo Mota-Engil e que em 2023 foi criada, dentro desta, a Direção ESG – com enfoque no relato de sustentabilidade aos diversos *stakeholders*.



Para operacionalizar a estratégia *Building 26 for a Sustainable Future*, saliente-se a constituição do **Comité de Sustentabilidade** do Grupo Mota-Engil e restantes **níveis de liderança dedicados aos temas de Sustentabilidade**.

Comité de Sustentabilidade, liderado pelo Presidente e CEO do Grupo e apoiado pelas direções de Sustentabilidade e ESG e *Chief Corporate Officer*, conta ainda com a representação da Fundação Manuel António da Mota. Este Comité reúne-se mensalmente e tem como objetivos: acompanhar, monitorizar e reforçar a implementação da estratégia de sustentabilidade do Grupo; acompanhar o trabalho da área de Sustentabilidade; analisar a *performance* de sustentabilidade e ESG da Mota-Engil; discutir e acompanhar as tendências globais; discutir e aprovar iniciativas corporativas de sustentabilidade e levar temas de discussão e aprovação à Comissão Executiva da Mota-Engil.

Champions da sustentabilidade, que estão presentes em todas as hierarquias corporativas, desempenham um papel fundamental na condução da transformação para a sustentabilidade, inspirando à ação, promovendo a inovação e colaboração, e destacando a excelência ambiental e social de cada indivíduo. Em 2023 foi estabelecido um concurso interno para identificação e reconhecimento dos Campeões de Sustentabilidade do Grupo. Na festa de Natal do Grupo Mota-Engil, foram anunciados os vencedores do concurso. De entre as 71 candidaturas recebidas foram apurados os 6 colaboradores que lideram pelo bom exemplo, ou seja são agentes de mudança diários e que inspiram os que estão ao seu redor a tomarem ações positivas nos âmbitos sociais, ambientais e/ou de *governance*.

Agentes da sustentabilidade, que inclui tanto os *focal points* (corporativos e locais), quanto as restantes pessoas do Grupo. Todos os colaboradores são considerados agentes de sustentabilidade, pois todos têm um papel no desempenho do Grupo.

Líderes dos Grupos de Trabalho de Sustentabilidade, que possuem um papel mais ativo, quer na definição de estratégias, quer no desenvolvimento de planos de ação que irão potenciar as metas associadas aos objetivos estratégicos e/ou tópicos considerados materiais para a Mota-Engil. Os *Sustainability Working Groups* (SWG) são liderados por pessoas internas que não só têm conhecimento técnico, mas acima de tudo apresentam uma motivação extraordinária para o respetivo tema. Os líderes contam com o apoio de vários representantes das Unidades de Negócio, geografias e áreas do Grupo. Estão instituídos sete SWG:

- Clima & Descarbonização;
- Circularidade;
- Igualdade e Diversidade;
- Segurança & Bem-estar;
- Accountability, Transparência e Reporte;
- Procurement Sustentável;
- Responsabilidade Social Corporativa.

Por forma a desenvolver as novas lideranças e a ancorar crescentemente a temática na Organização, durante 2023 houve a preocupação dos líderes dos SWG participarem em eventos temáticos externos, de forma aumentar o conhecimento interno e a integrar no plano de ação as melhores práticas e realizarem *webinars* internos sobre temas da Sustentabilidade (“Inspirational Sessions”, promovidos pela MEXT).

Adicionalmente, a Mota-Engil tem assumido presença em **conferências** nacionais e internacionais sobre temas de sustentabilidade. Carlos Mota Santos, Chairman e CEO da Mota-Engil, foi orador no painel “Sustainability Champions, here & abroad”, do 1.º Congresso do GRACE. Este evento, que ocorreu em Lisboa em novembro de 2023, teve o seguinte mote: “A Sustentabilidade como fator de Competitividade”. Destaca-se ainda a participação do Diretor ESG & SHEQ da Mota-Engil, na Conferência Anual do BCSD intitulada “Challenges and Paths to 2030”, que decorreu no Porto em junho de 2023 e no qual se apresentou o compromisso da Mota-Engil com a sustentabilidade na forma de *Sustainability - Linked Bonds*. Estes foram momentos privilegiados para consolidar o posicionamento da Mota-Engil como uma empresa transparente, líder no financiamento assente em temas de sustentabilidade e comprometida com uma cultura forte de segurança (Cap. 1.4.3.I).

Outros dos aspetos a salientar em 2023 foi o **envolvimento da gestão de topo** na alavancagem dos **temas** que contribuem nas várias dimensões da sustentabilidade, refira-se como mais relevante:

- Definição e aprovação do propósito (Cap. 1.2.1);
- Promoção e participação do Comité de Sustentabilidade (Cap. 1.4.1.II);
- Participação na análise de dupla materialidade e revisão dos objetivos estratégicos de sustentabilidade (Cap. 1.4.1.I, 1.4.1.III);
- Análise e comunicação do desempenho alcançado nos objetivos estratégicos;
- Participação nas Conversas de Sustentabilidade realizadas pela Direção ESG & SHEQ numa iniciativa potenciada pela EGF dentro das suas empresas;
- Aprovação da digitalização do relato de sustentabilidade, através da adjudicação de uma solução digital transversal a todo o Grupo ME;
- Promoção da elaboração de uma Política de Direitos Humanos para o Grupo Mota-Engil;
- Aprovação da Revisão da Política SHEQ (Cap. 1.4.2, 1.4.3.I, 1.4.4.V);
- Realização de SHEQ *moments* nas reuniões periódicas da Gestão (incluindo reunião com a Administração) em todos os níveis da Organização (Cap. 1.4.3.I);
- Participação no Comité global SHEQ (Cap. 1.4.3.I) e Comité SHEQ Regional (LATAM e África);
- Aprovação da estratégia para a gestão da Saúde Mental – *Wellness Program* (Cap. 1.4.3.I);
- Aprovação, divulgação e implementação das Regras de Ouro SHEQ (Cap. 1.4.3.I).

De referir que a preocupação do Grupo com a sustentabilidade se traduz igualmente nos **princípios de boa-governança** pelos quais se rege. A liderança do Conselho de Administração, a transparência e os princípios de governança são essenciais para uma governação eficaz e para o correto desempenho das funções das empresas regulamentadas. Neste âmbito remete-se para o capítulo do modelo de governo para informação sobre a caracterização do Conselho de Administração do Grupo (Cap. 1.2.4).

No que diz respeito à **integração do desempenho de sustentabilidade em regimes de incentivos**, remete-se para a Política de Remunerações dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, e dos membros não executivos não independentes. Esta obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respetivo enquadramento nos grupos funcionais predefinidos para o Grupo e benchmarking de mercado (suportados na metodologia internacional Korn Ferry/Hay Group de pontuação de funções) e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de performance tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos. Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de administração do Grupo estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A composição referencial das Remunerações dos Órgãos de Administração e Fiscalização, que tem subjacente o conceito de “target pay”, estabelece que a remuneração alvo ronda os 70% no caso das remunerações fixas, 20% no caso das remunerações variáveis e 10% no caso das outras remunerações. A variação relativa a estes percentuais decorre dos aspetos enunciados no ponto 4. Remuneração dos Órgãos de Administração e Fiscalização da Política de Remunerações, e visa garantir uma relação de causalidade entre os racionais de compensação e o desempenho dos titulares.

A Política de Remuneração variável dos Órgãos de Administração, compreende uma componente variável, paga a título de bónus, tendo em consideração a evolução do desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos sob proposta da Comissão de Avaliação e Remunerações. Tais critérios englobam duas componentes:

- Quantitativa, medida através do cumprimento de Indicadores-Chave de Desempenho (KPI) indexados ao Plano Estratégico do Grupo e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação de modo a balancear entre a visão de longo prazo e a entrega de resultados no curto prazo;
- Qualitativa, que resulta de uma avaliação individual das competências-chave.

O pagamento da remuneração variável aplicável aos membros dos Órgãos Sociais do Grupo pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano Estratégico do Grupo; e o atingimento satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

De modo a garantir que a Política de Remuneração variável constitui um incentivo fundamental à promoção de uma visão de longo prazo que salguarde os interesses futuros do Grupo e a sua sustentabilidade, encontram-se definidos cinco eixos e subsequentemente objetivos e metas a atingir no horizonte 2026 e 2030, aos quais se indexa a aplicação da respetiva retribuição.

Com exceção dos quatro acionistas da empresa fundadora do Grupo (dos quais dois ex-administradores e dois administradores em exercício), para os quais foi estabelecido um Plano de Pensões, o Grupo Mota-Engil não possui Planos de Pensões para os restantes membros dos órgãos de Administração e Fiscalização.

III. Tópicos materiais



GRI 3-1, 3-2
ESRS IRO-1

Em 2022/23, o Grupo realizou um exercício de análise de dupla materialidade, em antecipação à transposição para o direito nacional da Diretiva sobre o Reporte de Sustentabilidade Corporativo da Comissão Europeia (em inglês CSRD – Corporate Sustainability Reporting Directive), e considerando também os requisitos das novas Normas Universais da GRI - Global Reporting Initiative (na sua versão de 2021). Este exercício compreendeu quatro principais etapas (ver figura).

Importa destacar que neste âmbito foi realizada uma auscultação aos *stakeholders*, que envolveu partes interessadas internas e externas. No total foram realizados vários *workshops* internos, entrevistas a *stakeholders* externos selecionados, e aplicação mais generalizada de um questionário *online*. No processo de auscultação foi tida em consideração a representatividade das diferentes áreas de negócio e macro-geografias de operação do Grupo. De referir que para fins da materialidade de impacto, os tópicos foram avaliados tendo por base os critérios recomendados pela Norma GRI 3, e constantes dos Princípios Orientadores das Nações Unidas sobre Empresas e Direitos Humanos e Guia da OCDE de Devida Diligência para Uma Conduta Empresarial Responsável.

Em resultado, e de um total de 34 tópicos de sustentabilidade levados a auscultação, chegou-se a 18 tópicos materiais. Assumiram-se como tópicos materiais os 17 tópicos estruturantes e emergentes identificados na matriz, aos quais acresce o tópico “responsabilidade social” (anteriormente designado por “impacto social”) e que na matriz se encontra como tópico a monitorizar, que atualmente é potenciado pela Fundação Manuel António da Mota e foi considerado como fazendo parte da cultura do Grupo e tendo importância estratégica.

Os resultados deste exercício de dupla materialidade constituíram a base para a revisão e alinhamento estratégico realizada em 2023, com definição de novos objetivos, onde os *Sustainability Working Groups* irão potenciar o plano de ação para ser integrado na Organização (Cap. 1.4.1.II).

O nosso processo de dupla materialidade

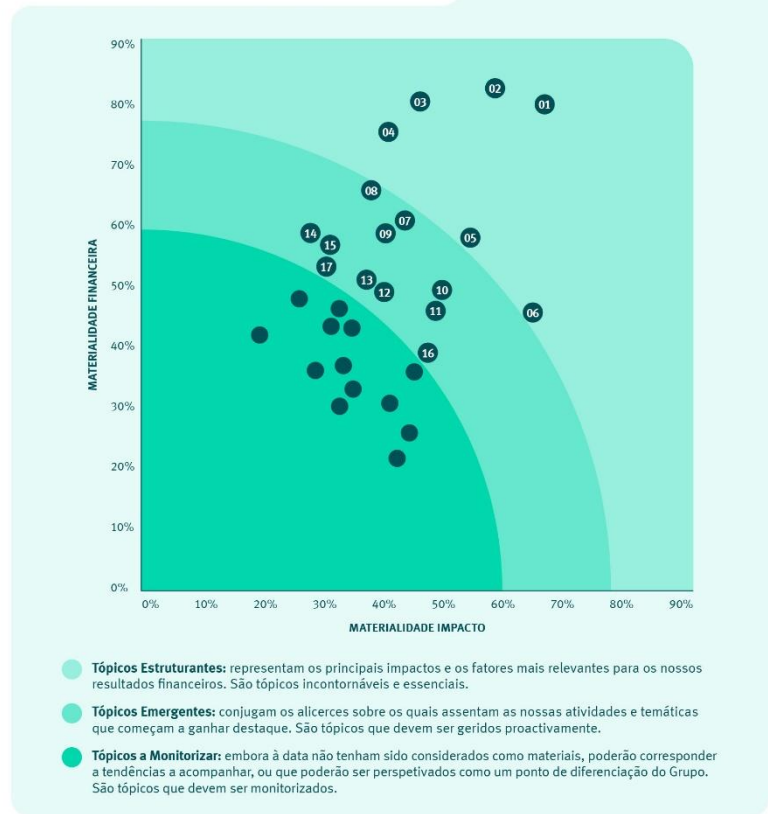


Assumimos um total de 18 tópicos materiais:

17 tópicos estruturantes e emergentes identificados na matriz aos quais acresce o tópico "responsabilidade social".

- 01 Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- 02 Saúde e segurança no trabalho
- 03 Mudança energética e climática¹
- 04 Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão dos incidentes críticos
- 05 Diversidade, equidade e inclusão
- 06 Circularidade²
- 07 Anticorrupção
- 08 Violência e assédio no local de trabalho
- 09 Educação e formação
- 10 Condições de trabalho e proteção social
- 11 Água e águas residuais
- 12 Práticas de contratação de fornecedores
- 13 Inovação
- 14 Comportamento anticoncorrencial
- 15 Trabalho infantil, trabalho forçado e novas formas de escravidão
- 16 Práticas laborais e progressão na carreira³
- 17 Saúde pública

Matriz de dupla materialidade do Grupo Mota-Engil



¹ Resulta da agregação dos tópicos "Adaptação, transição climática e resiliência", "Gestão energética" e "Emissões GEE".

² Resulta da agregação dos tópicos "Gestão de resíduos" e "Disponibilidade e (re)utilização de recursos".

³ Resulta da agregação dos tópicos "Práticas laborais e mobilidade profissional" e "Progressão na carreira, educação e formação".

IV. Os nossos Stakeholders



GRI 2-29

ESRS SBM-2, S1-2, S2-2, S3-2, S4-2

A Mota-Engil procura identificar, monitorizar e rever, de forma sistemática, a informação sobre os seus *stakeholders*, as suas necessidades e expectativas, como fatores determinantes para o sucesso das atividades do Grupo e para a identificação de riscos e oportunidades.

Como resultado da nova análise dupla de materialidade (Cap. 1.4.1.III), realizada em 2022/23, foram identificados um total de 13 grupos de *stakeholders* e definidos novos objetivos estratégicos de sustentabilidade (Cap. 1.4.1.I). Nesta análise o Grupo procurou reavaliar, renomear e/ou identificar novos grupos de partes interessadas, tendo-se contado com os contributos dos principais responsáveis das Unidades de Negócio e geografias onde opera o Grupo Mota-Engil.

Desta discussão interna resultou a identificação de níveis diferenciados de relevância dos grupos de *stakeholders*, com os clientes, colaboradores, acionistas, setor financeiro, entidades públicas e reguladoras e fornecedores avaliados como nucleares. Saliente-se que por o Grupo estar consciente do impacto que as suas atividades podem ter no Planeta e nas sociedades futuras, introduziu dois novos grupos de *stakeholders* – a Sociedade & Gerações Futuras e o Ambiente (ONGAs).



Relativamente às formas de comunicação e envolvimento, estas variam consoante o grupo de *stakeholders*. O Grupo Mota-Engil procura que os canais utilizados, bem como a sua frequência, sejam adequados face às suas necessidades e às das partes interessadas. De referir que as abordagens utilizadas para os principais *stakeholders* estão dependentes, em grande medida, da dinâmica, dos requisitos legais e das características próprias de cada região onde o Grupo opera, bem como, das áreas de negócio. Ao nível dos canais de comunicação transversais a todos os grupos de *stakeholders* refere-se os *e-mails*, *site* e redes sociais, e ainda, os canais de comunicação de irregularidades (corporativo e locais, quando aplicável).

De referir que também que o Grupo procura inovar na sua abordagem, sempre que viável, por forma a reforçar o envolvimento com os seus *stakeholders* internos e externos. Neste âmbito saliente-se a importância da digitalização, quer no processo de transformação interno visando os seus recursos humanos (Cap. 1.4.3.II), quer através do desenvolvimento de *apps*, jogos e outros recursos específicos de algumas áreas de negócio (como [Recycle BinGo](#) e [Linha da Reciclagem](#) da EGF), para interação com os seus *stakeholders*.

Para os principais grupos de *stakeholders* que foram abrangidos pelo processo de auscultação e para os quais foi obtido *feedback* no âmbito da análise de materialidade (Cap. 1.4.1.III), destaca-se o propósito e a forma de envolvimento, bem como, os tópicos de sustentabilidade identificados, por cada grupo, como tendo maior impacto e o modo como a Mota-Engil cria valor para os mesmos.

Clientes



PORQUE ENVOLVEMOS

- Avaliação de potenciais melhorias e riscos no que diz respeito aos nossos serviços e produtos
- Avaliação da satisfação dos clientes
- Avaliação do valor dos serviços prestados
- Avaliação da eficácia da comunicação ESG (se é suficiente e se é compreendida)

COMO ENVOLVEMOS

- Inquéritos de satisfação do cliente
- Auscultação direta aos clientes
- *Newsletters* e publicações periódicas (exemplo: SINERGIA)
- Reclamações
- *Call centers*

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Diversidade, igualdade de oportunidades e inclusão
- Gestão de água e de águas residuais
- Gestão de resíduos
- Gestão energética
- Inclusão económica
- Saúde e segurança no trabalho

COMO CRIAMOS VALOR

- Resposta a necessidades de mercado onde estamos presentes
- Desenvolvimento de produtos, serviços e soluções de qualidade, seguros e inovadores
- Promoção da gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais
- Desenvolvimento económico local
- Desenvolvimento de competências locais

Colaboradores



PORQUE ENVOLVEMOS

- A qualidade dos serviços e produtos depende dos colaboradores (estes fazem parte do *core* do Grupo)
- A implementação das estratégias será através dos colaboradores
- Auscultação das necessidades e opinião dos colaboradores sendo um dos *stakeholders* mais significativos

COMO ENVOLVEMOS

- Encontros de quadros e fóruns de partilha de conhecimento
- *Newsletters* e publicações periódicas (exemplo: SINERGIA)
- Ações formativas
- Cartazes e folhetos informativos (exemplo: segurança e saúde do trabalho)
- Mota-Engil TV
- Gestão de talento através de *Success Factors* (exemplo: plataforma ME Talent)
- Oportunidades internas de emprego via *site CareerME*
- Portal corporativo ON.ME
- Reuniões e auscultação de pessoas
- *Tool box talks*
- Comités de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade
- MotivE – inquérito de satisfação
- Consulta anual aos trabalhadores através ON.ME e outros inquéritos

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Anticorrupção
- Condições de trabalho e proteção social
- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Gestão de resíduos
- Inovação
- Práticas laborais e mobilidade profissional
- Saúde e segurança no trabalho

COMO CRIAMOS VALOR

- Estabilidade laboral
- Capacitação, requalificação e desenvolvimento profissional
- Atribuição de benefícios e apoios diversos
- Criação de condições de trabalho saudáveis, seguras e promotoras de bem-estar
- Fomento de uma cultura de diversidade, equidade e inclusão
- Aumento da eficiência dos processos da empresa

Acionistas



PORQUE ENVOLVEMOS

- Criação da visão estratégica e valores do Grupo
- Controlo e capacidade de decisão

COMO ENVOLVEMOS

- Reuniões e assembleias gerais
- Apresentação de resultados
- Relatórios financeiros periódicos
- Outras comunicações

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Participação política e atividades de *lobbying*
- Práticas de contratação
- Saúde e segurança no trabalho
- Gestão energética

COMO CRIAMOS VALOR

- Redução de riscos
- Otimização operacional
- Otimização de ativos
- Aquisições geradoras de valor
- Adoção de melhores práticas de governo
- Aumento das receitas, valorização das ações e distribuição regular de dividendos

Nota: Identificação realizada através do processo de auscultação realizado para fins da análise de materialidade, através de inquérito e/ou entrevista aos stakeholders (Cap. 1.4.1.III). Os tópicos estão listados por ordem alfabética e na existência de tópicos classificados em ex aequo, a lista foi alargada.

Parceiros



PORQUE ENVOLVEMOS

- Alinhamento dos valores fundamentais entre as entidades
- Reforço dos benefícios e mitigação das repercussões negativas entre as entidades
- Mitigação dos riscos, reforço da capacidade financeira e complemento das competências técnicas

COMO ENVOLVEMOS

- Ações de formação
- Inquéritos de satisfação
- Desenvolvimento de parcerias

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Gestão de água e águas residuais
- Gestão de resíduos
- Práticas de contratação
- Promoção de edifícios e cidades inteligentes
- Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos

COMO CRIAMOS VALOR

- Investimento em I&D
- Geração e divulgação de conhecimento
- Capacitação e requalificação
- Incentivo à inovação e ao desenvolvimento de novas soluções
- Modernização da indústria da construção visando uma maior eficiência no uso de recursos e adoção de tecnologias e processos com menor impacto ambiental
- Aumento de capacidade e competência das partes

Setor financeiro



PORQUE ENVOLVEMOS

- Financiamento estratégico
- Estabelecimento de uma relação de confiança

COMO ENVOLVEMOS

- Reuniões e assembleia gerais
- Apresentação de resultados
- Relatórios financeiros periódicos
- Outras comunicações

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Gestão de resíduos
- Promoção de edifícios e cidades inteligentes

COMO CRIAMOS VALOR

- Perfil de risco de crédito consistente
- Comunicação transparente e regular
- Pagamentos nos termos acordados
- Alinhamento com as necessidades do setor financeiro a nível de reporte

Fornecedores



PORQUE ENVOLVEMOS

- Avaliação do impacto da Mota-Engil nos seus fornecedores
- Avaliação da satisfação dos fornecedores (condições de pagamento/atrasos)
- Avaliação da política de fornecimento, em termos de equidade
- Avaliação do crescimento dos fornecedores devido ao trabalho com o Grupo

COMO ENVOLVEMOS

- Ações de formação
- Inquéritos de satisfação
- Mecanismos de *due diligence*/qualificação de fornecedores
- Desenvolvimento de acordos gerais de fornecimento

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Diversidade, igualdade de oportunidades e inclusão
- Gestão de resíduos
- Práticas de contratação
- Promoção de edifícios e cidades inteligentes
- Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão dos incidentes críticos
- Saúde e segurança no trabalho

COMO CRIAMOS VALOR

- Geração de emprego e dinamização do tecido empresarial nacional e local
- Partilha de valores e de boas práticas
- Potenciação da qualidade da cadeia de abastecimento a nível ESG

Reguladores e Entidades Públicas



PORQUE ENVOLVEMOS

- Validação de tendências
- Antecipação de necessidades

COMO ENVOLVEMOS

- Envio de informação legal obrigatória
- Respostas a notificações
- Reuniões
- Relatório e Contas
- Inquéritos de satisfação
- Celebração de protocolos

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Emissões GEE
- Gestão de resíduos
- Inclusão económica
- Inovação
- Adaptação, transição climática e resiliência

COMO CRIAMOS VALOR

- Política fiscal responsável, com impacto na receita fiscal dos países
- Dinamização do tecido empresarial nacional e local

Sociedade & gerações futuras



PORQUE ENVOLVEMOS

- Transparência nas operações do Grupo
- Garantir o envolvimento da comunidade local desde o início dos projetos/processos
- Antecipação de problemas
- Reputação do Grupo junto das comunidades locais
- Criação de valor local/responsabilidade social
- Continuidade do negócio numa determinada área depende do impacto promovido em projetos anteriores
- Comunicação estreita com as comunidades locais ajuda a melhorar a qualidade do serviço
- Capacidade de gestão de conflitos

COMO ENVOLVEMOS

- Atuação da FMAM, parceiro estratégico do Grupo Mota-Engil
- Campanhas de comunicação e sensibilização
- Participação em eventos temáticos
- Abertura a visitas às instalações das empresas
- *Newsletters*
- *Apps* específicas de algumas áreas de negócio
- Linha da reciclagem da EGF
- Programas dirigidos a público-alvo específicos (escolas, clínicas e hospitais, comércio, mercados, entre outros)
- Reuniões e comissões no âmbito de projetos
- Inquérito de avaliação das campanhas

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Comportamento anticoncorrencial
- Criação de emprego local e desenvolvimento de competências
- Diversidade, igualdade de oportunidades e inclusão
- Práticas laborais e mobilidade profissional

COMO CRIAMOS VALOR

- Geração e divulgação de conhecimento
- Capacitação de jovens talentos
- Investimento comunitário
- Promoção da literacia em ambiente, saúde e segurança
- Contributo para o aumento da urbanização inclusiva e sustentável
- Fomento da inclusão
- Promoção dos direitos humanos na cadeia de valor
- Promoção da resiliência climática
- Incentivo à inovação e ao desenvolvimento de soluções que dão resposta a desafios sociais e ambientais

Ambiente (ONGAs)



PORQUE ENVOLVEMOS

- Identificação de dependências para com a natureza/recursos naturais
- Identificação de impactos ambientais do Grupo
- Identificação de soluções de compromisso aceitáveis/potenciais de melhoria

TÓPICOS MAIS RELEVANTES

- Adaptação, transição climática e resiliência
- Biodiversidade e ecossistemas
- Educação e formação
- Gestão da água e de águas residuais

COMO CRIAMOS VALOR

- Apoio na redução da pegada de carbono
- Contribuição para a mitigação dos riscos das alterações climáticas
- Promoção da mobilidade elétrica
- Investimento em energias renováveis
- Redução do impacto ambiental e para a saúde humana dos resíduos
- Redução dos impactos ambientais associados às nossas atividades
- Promoção da gestão sustentável e o uso eficiente dos recursos naturais

1.4.2 Informação ambiental



GRI 3-3

ESRS BP-1, BP-2, SBM-3, IRO-1, E1-2

Decorrente do desenvolvimento das atividades do Grupo e da dependência de recursos naturais, podem surgir vários **impactos e riscos ambientais** associados. Salientam-se a captação e utilização de água, os sub-produtos dos trabalhos realizados, a biodiversidade, ecossistemas e capital natural, as alterações climáticas e emissão de gases com efeito de estufa, os consumos energéticos, a geração de efluentes, a produção de resíduos, entre outros.

Os riscos ambientais a que as empresas do Grupo estão expostas podem materializar-se em multas e sanções a aplicar por entidades governamentais, impactos reputacionais negativos, penalidades previstas em contratos com clientes e, outros impactos financeiros nos *stakeholders*, decorrentes de custos de remediação dos impactos ambientais originados. De referir igualmente o potencial impacto dos riscos (físicos e de transição) e **oportunidades climáticas** nas atividades do Grupo. Por forma a integrar na estratégia e nos processos de gestão de riscos corporativos o tema das alterações climáticas, avaliando potenciais implicações financeiras e estratégicas decorrentes de alterações climáticas, possibilitando o desenvolvimento de respostas adequadas, é objetivo do Grupo implementar as recomendações da TCFD – **Task Force on Climate-Related Financial Disclosures**, tendo-se iniciado em 2023, na EGF (Portugal), um projeto piloto, prevendo-se o aumento do âmbito até à inclusão integral do Grupo. No ano de relato, iniciou-se a análise de cenários climáticos, riscos e oportunidades relacionados com as alterações climáticas e avaliação do seu impacto financeiro, de forma a avaliar a resiliência do plano estratégico da EGF.

Nesse sentido, a temática ambiental é abordada no Plano Estratégico 2022-2026 – “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” (Cap. 1.2.3), sob duas perspetivas interrelacionadas: (1) minimização dos impactos negativos associados às operações do Grupo; e (2) como oportunidade de desenvolvimento das Unidades de Negócio, em alinhamento com o propósito da Mota-Engil.

Integração da dimensão ambiental no Plano Estratégico 2022-2026



Crescimento acentuado no Ambiente, Concessões de Infraestruturas e Engenharia Industrial

Com os olhos postos no futuro, a Mota-Engil pretende consolidar o seu negócio global de Ambiente numa Unidade de Negócios, para potenciar sinergias adicionais e acelerar o crescimento internacional, através da implementação de quatro alavancas:

- ▶ Reestruturar os serviços urbanos;
- ▶ Capturar o potencial financeiro e económico do Tratamento de Resíduos Urbanos (regulado);
- ▶ Consolidar a posição nos mercados atuais;
- ▶ Investir em novos projetos internacionais.

Perspetiva de minimização de impactos - Gestão ambiental

No “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” encontram-se definidos três **objetivos estratégicos ambientais**:

- Redução em 40% das emissões dos gases com efeito de estufa (âmbito 1, 2 e 3) até 2030, tendo por base o ano de 2012;
- Alcançar a neutralidade carbónica até 2050;
- Valorização de 80% dos resíduos produzidos até 2030.

Para apoio na implementação destes objetivos, foram constituídos dois **Sustainability Working Groups** (Cap. 1.4.1.II) – de Clima & Descarbonização e Circularidade.

No sentido de pôr em prática o Plano Estratégico e especificamente os objetivos estratégicos ambientais a Mota-Engil constantemente redefine e atualiza os seus requisitos internos através do **sistema integrado de gestão** – segurança e saúde do trabalho (ISO 45001), ambiente (ISO 14001) e qualidade (ISO 9001) – e que é implementado transversalmente nas várias empresas do Grupo.

O sistema do Grupo é suportado pela **Política SHEQ**, tendo esta sido revista em 2023 e reforçado o compromisso na mitigação das alterações climáticas e proteção da biodiversidade, integradas nos compromissos ambientais. Destaca-se ainda o foco nas parcerias, avaliação de riscos, ações de mitigação e compensação e melhoria de processos com base nos objetivos estratégicos.

A gestão do risco ambiental é promovida pelas áreas corporativas SHEQ, sendo implementada pelas equipas locais dos diferentes projetos e empresas, as quais se encontram comprometidas com a adoção do cumprimento das leis locais e da implementação de práticas sustentáveis e eficientes em todas as vertentes da atividade, com a globalização das boas práticas, resultando no desenvolvimento e implementação de orientações e/ou **planos ambientais** nos principais projetos e contratos do Grupo.

Com o intuito de garantir que este sistema integrado é implementado, monitorizado, está em constante melhoria contínua e é reconhecido por uma entidade externa, a Mota-Engil tem um processo de Certificação corporativa, que tem vindo a evoluir para um modelo uno, transversal às diferentes empresas – visando a globalização das práticas –, e simultaneamente capaz de absorver as especificidades e requisitos de cada geografia onde o Grupo opera. O Grupo tem o objetivo estratégico específico que visa a obtenção da **certificação global SHEQ (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade)** de todas as empresas do Grupo com operação e respetivas áreas de negócio até 2026 (Cap. 1.4.4.V).

Com o intuito de preparar a organização para a Certificação Global e para a auditoria externa e independente de sustentabilidade (com nível de verificação "Limitada") - sendo possível consultar a carta de verificação no presente documento – e garantir a melhoria constante do sistema integrado de gestão, são realizadas **auditorias internas** às várias empresas do Grupo onde nos últimos anos tem sido introduzidos novos requisitos (internos e externos) de sustentabilidade.

De realçar também o processo de transformação digital em curso, com particular impacto na recolha, tratamento e relato dos dados de sustentabilidade (Cap. 1.4.4.VI).

Salienta-se ainda a realização de **campanhas de sensibilização e educação ambiental**, em áreas consideradas como prioritárias, tais como a gestão de resíduos e a preservação de recursos. Estas ações decorrem de condições contratuais das empresas de gestão de resíduos, fazendo igualmente parte das práticas de responsabilidade social (Cap. 1.4.3.III), e visam colaboradores e públicos-alvo diversificados, contribuindo para uma maior consciencialização sobre as temáticas ambientais e o papel de cada pessoa neste âmbito.

² Esta meta será revista de forma contínua, tendo em consideração atualização de referências e boas práticas.

Perspetiva de desenvolvimento das Unidades de Negócio alinhadas com o propósito da Mota-Engil – Ambiente

Na sequência dos seus compromissos de descarbonização e com o ambiente em geral, indo para além do que é a gestão dos aspetos e impactos ambientais associados às suas operações, o Grupo visa materializar as oportunidades considerando os desafios ambientais nos seus diversos negócios. Assume no “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” uma **estratégia de desenvolvimento das áreas de negócio** alinhada com a **sustentabilidade e inovação**, tendo a temática ambiental uma importante expressão.

Destaca-se que a **Mota-Engil Ambiente é uma área de negócio**, consistente e madura, que atua em toda a **cadeia de valor da gestão de resíduos**, e que apresenta um portefólio diversificado de negócios. O seu crescimento tem sido focado nos novos objetivos ambientais em Portugal e em novos projetos internacionais, alavancando importantes ações no intuito de alcançar a estratégia do Grupo nestes objetivos. É reconhecida pelo comprovado *know-how* e capacidade em potenciar a presença geográfica de forma consistente e segundo as melhores práticas.

Adicionalmente, têm vindo a ganhar expressão **outras áreas de negócio, como a Mota-Engil CAPITAL e MEXT** como a **produção para autoconsumo e venda de energia de origem renovável**, a **gestão e manutenção de ativos** centrada na eficiência operacional, energética, hídrica e carbónica, assim como o desenvolvimento de áreas diferenciadas, como o **imobiliário** e **produção agroindustrial**.

Apresentação da informação

Os dados ambientais presentes neste relatório retratam o exercício correspondente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. No entanto, destaca-se que neste reporte os valores respetivos ao mês de dezembro são estimados, de forma conservadora, com base em valores históricos. A Mota-Engil melhora de forma contínua os seus processos de forma a apresentar informação cada vez mais atual e robusta.

Apresenta-se nos subcapítulos seguintes informação sistematizada sobre a abordagem da Mota-Engil à energia e alterações climáticas, à água e à utilização dos recursos e economia circular, considerando os principais indicadores de desempenho definidos nestes âmbitos, bem como, uma seleção de algumas das iniciativas realizadas em 2023. Para além de dados e iniciativas no âmbito da gestão ambiental das operações, apresenta-se igualmente, informação que permite ilustrar a relação da temática ambiental com o modelo de *governance* da Mota-Engil e de que forma o Grupo gera impacto positivo na sua cadeia de valor.

No que diz respeito aos dados de desempenho, é importante dar-se nota que: (1) os consumos de recursos e energia, assim como a produção de resíduos, pode ser muito variável entre geografias e anos, em particular na Unidade de Negócio de Engenharia e Construção, uma vez que dependem não só da variação da atividade, uma vez que dependem da natureza e da dimensão dos projetos em curso; (2) o Grupo tem estado em clara expansão, com aumentos de produção assinaláveis (Cap. 1.3.2) o que leva inevitavelmente a um maior consumo de recursos. Como tal, e embora se apresentem os comparativos que permitem aferir a evolução anual dos dados absolutos (apresentados em mais detalhe na Tabela GRI – Anexo.I), é nos indicadores específicos (por volume de negócios) que se concentra a atenção e análise de desempenho.

I. Taxonomia europeia

i. Taxonomia verde da União Europeia

No enquadramento internacional das várias iniciativas para promover a sustentabilidade, com destaque para os objetivos de desenvolvimento sustentável da ONU e para o Acordo de Paris sobre as Alterações Climáticas, a União Europeia aprovou em 2018 o seu próprio plano de ação para o Financiamento Sustentável. Este programa teve seguimento noutros importantes instrumentos europeus, como o Pacto Ecológico e o Regulamento de Taxonomia de junho de 2020, que preveem as obrigações de informação a que aqui damos cumprimento.

A Taxonomia, sem esquecer as componente sociais e de direitos humanos, tem uma essência catalogadora das atividades económicas qualificáveis como ambientalmente sustentáveis em função de seis objetivos ambientais: (1) A mitigação das alterações climáticas; (2) A adaptação às alterações climáticas; (3) A utilização sustentável e proteção dos recursos hídricos e marinhos; (4) A transição para uma economia circular; (5) A prevenção e o controlo da poluição; e (6) A proteção e o restauro da biodiversidade e dos ecossistemas.

Deste modo, a Taxonomia pode caracterizar-se por ser um sistema que procura objetivar o mais possível os critérios de avaliação das atividades económicas, para efeitos da sua classificação ambiental, num esforço de uniformização e comparabilidade. Adicionalmente, durante o exercício de 2023, a Taxonomia sofreu algumas modificações significativas, face ao exercício de 2022, sendo de destacar que quando foi efetuado o relato relativo ao exercício de 2022 só se encontravam disponíveis os critérios técnicos para os objetivos climáticos (1 e 2) mas que entretanto (durante o exercício de 2023) foram aprovados os critérios técnicos para os restantes objetivos ambientais (3 a 6). Por último, o tratamento previsto para os vários objetivos ambientais neste exercício não foi, no entanto, uniforme, pois se em relação aos objetivos climáticos a análise efetuada incidiu sobre a verificação do seu alinhamento, em relação aos restantes objetivos a análise efetuada apenas incidiu sobre a sua elegibilidade.

Por outro lado, há que destacar que existe um elevado número de atividades desenvolvidas pela Mota Engil que têm enquadramento na Taxonomia, com expressividade em qualquer dos três KPIs de reporte: o Volume de negócios, o CaPex e o OpEx. No entanto, os critérios a cumprir para assegurar o alinhamento das atividades exercidas pela Mota-Engil com a Taxonomia são estruturalmente exigentes e não se encontravam refletidos nas atividades tal como elas vinham a ser exercidas antes da adoção da Taxonomia; Assim, o alinhamento com os critérios técnicos definidos na Taxonomia depende de um esforço de evolução contínua da Mota-Engil que tem que ir sendo construído a partir do conhecimento / análise / cumprimento dos critérios técnicos que têm vindo a ser publicados.

Assim sendo, existem dois fatores específicos que no caso da Mota-Engil prejudicam o alinhamento: o primeiro, resulta do facto da atividade de engenharia e construção ser desenvolvida em função de projetos que são da responsabilidade dos seus clientes, estando o alinhamento dos mesmos em grande parte dependente dos termos desses projetos com origem externa à Mota-Engil; o segundo, conforme referido no exercício anterior, resulta do facto da Mota-Engil exercer parte significativa das suas operações fora da União Europeia, onde os requisitos e obrigações locais a cumprir são diferentes (menos exigentes), não tendo um paralelismo direto ou uma equivalência direta com os requisitos da legislação europeia.

Pese embora o acima referido, manteve-se em 2023 o esforço da Mota-Engil em alcançar o alinhamento das suas principais atividades com a Taxonomia. No seguimento do atrás referido e com recurso ao apoio de uma entidade externa, foram não só solicitadas a todas as empresas as avaliações dos critérios técnicos previstos na Taxonomia, bem como foram realizadas diversas ações de sensibilização das várias equipas para este tema em concreto com o intuito de aumentar o conhecimento interno dos requisitos associados. Das diversas atividades desenvolvidas pela Mota-Engil, destacam-se como estando mais próximas do alinhamento, na maioria das unidades de negócio onde são exercidas, as atividades de “Recolha e transporte de resíduos não perigosos fracionados, triados na origem”, “Recolha e transporte de resíduos não perigosos e perigosos”, “Recuperação de materiais a partir de resíduos não perigosos”, e “Aquisição e propriedade de edifícios”. Deste modo, acreditamos que num futuro próximo as iniciativas em curso se irão traduzir numa adaptação e numa evolução positiva das práticas no sentido das mesmas se encontrarem alinhadas com a Taxonomia Verde da União Europeia.

Assumindo uma postura cautelosa, a Mota-Engil considera que as atividades identificadas neste exercício não se encontram ainda totalmente alinhadas. Sem prejuízo da diversidade de situações e avaliações que resultaram da própria diversidade das atividades exercidas pela Mota-Engil, e que se vão seguramente traduzir em ritmos diferentes de convergência para o alinhamento previsto na Taxonomia, algumas das atividades estão já muito próximas desse alinhamento.

Com elevada relevância, notamos que a Mota-Engil cumpre as Salvaguardas Mínimas previstas no artigo 18º do Regulamento de Taxonomia.

Quanto à metodologia seguida na análise taxonómica, considerando por um lado a diversidade de atividades, de responsáveis e de geografias e por outro a natureza muito técnica de grande parte das verificações que havia a executar, foi necessário estabelecer métodos diferentes para a verificação de elegibilidade, de alinhamento e de salvaguardas mínimas.

A elegibilidade, por se revestir de maior simplicidade no confronto das descrições das atividades dos atos delegados da Taxonomia com as atividades efetivamente desenvolvidas na Mota-Engil, foi objeto de uma primeira análise das várias atividades efetuado a nível central, com envolvimento das áreas de sustentabilidade e de controlo de negócios, e algumas verificações pontuais com os responsáveis das áreas operacionais, dando assim origem à listagem final das atividades elegíveis para a taxonomia.

No que respeita ao alinhamento, tanto na análise dos contributos substanciais como da verificação da inexistência de prejuízos significativos, tendo em conta a natureza dos critérios técnicos a respeitar, optou-se por preparar para todas as atividades elegíveis questionários mais acessíveis com explicações complementares que aumentassem a acessibilidade dos critérios a remeter para verificação dos responsáveis de cada operação em cada geografia. Estes questionários foram acompanhados de alguma preparação de contexto geral de taxonomia e específica para cada atividade, tudo com a colaboração dos nossos consultores externos que estiveram igualmente disponíveis para respostas às dúvidas que foram surgindo. Foi assim garantida uma relação de máxima proximidade na avaliação de cada atividade sem comprometer o rigor técnico. As respostas aos questionários, num total de cerca de 800 *data points*, foram depois consolidadas para apuramento do eventual alinhamento ou da distância ao alinhamento. Foram considerados todos os requisitos legais de contributo substancial e não prejuízo significativo e sempre que houve dificuldade na obtenção ou confirmação de um dado, optou-se por considerar o requisito como não verificado.

Já no que respeita às salvaguardas mínimas, foram também objeto de um questionário construído pelos nossos consultores externos com base nas exigências legais, questionário esse que foi dividido entre questões pertinentes para os departamentos centrais e para cada uma das geografias, tendo desses questionários surgido um conjunto de pontos que mereceram análise mais aprofundada pelos nossos consultores com o objetivo de apurar o cumprimento das salvaguardas mínimas em todas as suas vertentes.

Os quadros resumo previstos no anexo II do Regulamento Delegado da Comissão (EU) 2021/2178 são apresentados abaixo, seguindo-se um conjunto de informações complementares à informação apresentada nos termos daquele regulamento.

Notas complementares

1. O Volume de negócios, o CapEx e o OpEx foram calculados nos termos previstos no Anexo I do Regulamento Delegado da Comissão (EU) 2021/2178. Não obstante, o indicador OpEx usado para efeitos taxonómicos considerou apenas as despesas operacionais em relação às quais foi possível estabelecer uma uniformidade de critérios transversal à Mota-Engil, tendo assim ficado limitado às despesas de conservação e reparação. Deste modo, para efeitos de apuramento do Volume de negócios e do OpEx, foram consideradas as seguintes rubricas da Demonstração consolidada dos resultados por naturezas: “Vendas e prestações de serviços” e “Fornecimentos e serviços externos – Conservação e reparação”.

Por outro lado, para efeitos de apuramento do CapEx, foram considerados os aumentos, líquidos de alienações, de ativos tangíveis, ativos intangíveis e de ativos sob direito de uso ocorridos no exercício, excluindo os afetos ao negócio de concessões do México.

2. A Mota-Engil não implementou planos de Capex enquadráveis na alínea (b) do ponto 1.1.2.2 do referido Anexo I do Regulamento Delegado da Comissão (EU) 2021/2178.

3. Nos casos em que foi necessário desagregar valores para afetar a cada uma das atividades, seguiram-se critérios usuais de contabilidade analítica, não resultando das opções adotadas um impacto significativo nos valores apresentados. Destacamos no entanto a existência de situações em que foi necessário desagregar dados relativos a resíduos indiferenciados e a bio resíduos recolhidos seletivamente, casos em que se utilizou na parte em que haviam dados disponíveis a respetiva proporção de quantidades e na parte em que não existiam uma proporção de 50%.

4. Não surgiram situações de potencial dupla contagem na afetação dos KPIs às várias atividades, na medida em que: (i) ou os KPIs se encontravam identificados por empresa e a cada empresa correspondia uma atividade; ou (ii) nos casos das empresas com mais do que uma atividade, porque os KPIs totais das mesmas foram repartidos sem sobreposição entre as atividades pertinentes segundo os critérios indicados acima.

5. Não ocorreram durante o exercício elementos de mudança no Volume de negócios, no CapEx ou no OpEx com relevância para a informação taxonómica.

6. As obrigações Mota-Engil 2026 / 2027 /2028 não têm impacto na avaliação da Taxonomia uma vez que, sem prejuízo da ligação destas obrigações à sustentabilidade, as mesmas não se destinam especificamente a financiar atividades alinhadas com a Taxonomia.

II. Alterações climáticas



GRI 3-3, 302-1, 302-3, 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5
ESRS MDR-A, MDR-M, MDR-T, E1-1, E1-2, E1-3, E1-4, E1-5, E1-6, E1-8

Energia

O Grupo opera em setores que apresentam uma elevada dependência dos **combustíveis fósseis** (com destaque para o gasóleo), resultante da sua utilização em viaturas ligeiras e pesadas, geradores e maquinaria diversa. Esta dependência é particularmente relevante nas áreas de negócio de engenharia e construção e da gestão de resíduos.

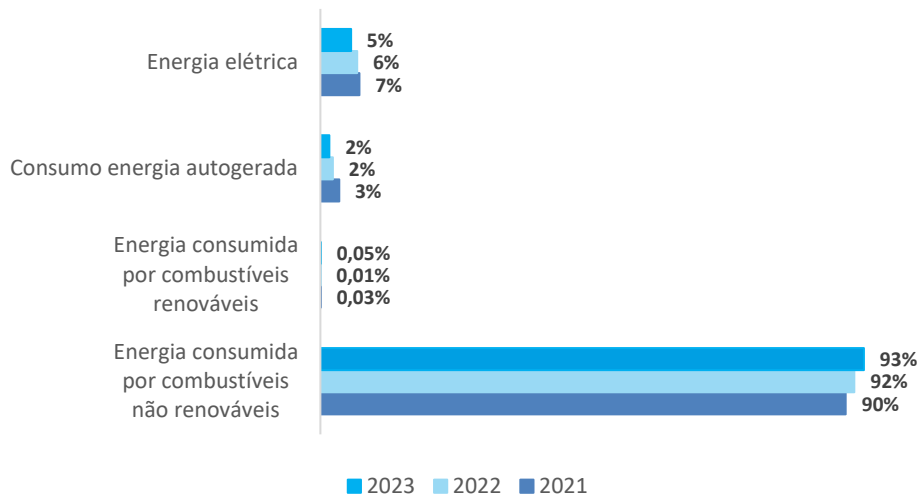
No setor da construção, em particular, existem três fatores importantes que afetam a dependência de combustíveis fósseis e, conseqüentemente, a pegada de carbono da empresa:

- A tipologia de obras asseguradas, com uma forte componente na realização de infraestruturas de elevada dimensão que faz com que o Grupo tenha de recorrer a maquinaria pesada;
- Os locais onde o Grupo opera, como África e América Latina, em localizações muitas vezes recônditas, onde a indisponibilidade de energia elétrica impõe o recurso a geradores a gasóleo para produção de energia;
- Nas geografias onde opera, classificadas pelos fornecedores de equipamentos em “*high*”, “*medium*” e “*low regulated countries*”, correspondem, respetivamente, aos países da Europa, América Latina e África. Assim, para geografias diferentes, são disponibilizados equipamentos de alto, médio e baixo desenvolvimento tecnológico, o que se traduz em consumos unitários de combustível de diferentes eficiências para mesmas operações tipo.

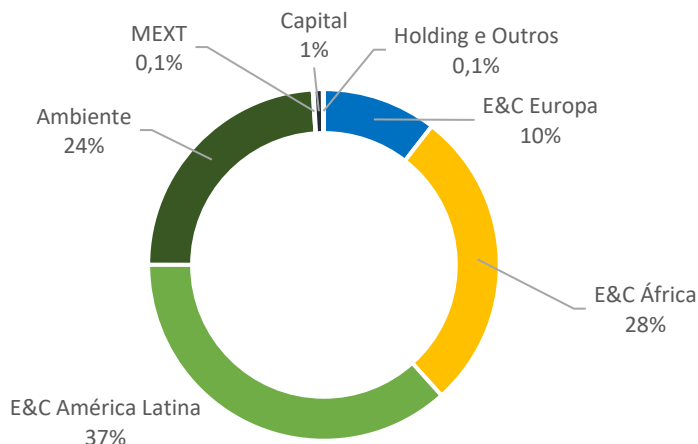
O negócio da Mota-Engil tem proximidade com o setor energético salientando-se a **produção de energia** para consumo próprio e para injeção na Rede Elétrica Nacional com destaque para a produção pelas empresas da EGF Portugal. Estas empresas produzem energia a partir dos resíduos urbanos, quer a partir do biogás produzido nas Centrais de Valorização Orgânica e nos aterros sanitários, quer por incineração (Central de Valorização Energética de Valorsul).

Ainda no âmbito da produção de energia, a Geradora Fénix – estabelecida em 2015, numa parceria entre o Grupo Mota-Engil e o Sindicato Mexicano de Eletricistas – foi a primeira empresa privada de **geração de eletricidade** a participar no novo mercado liberalizado do México. A empresa detém um conjunto de ativos em operação de geração hídrica (Cap. 1.2.2).

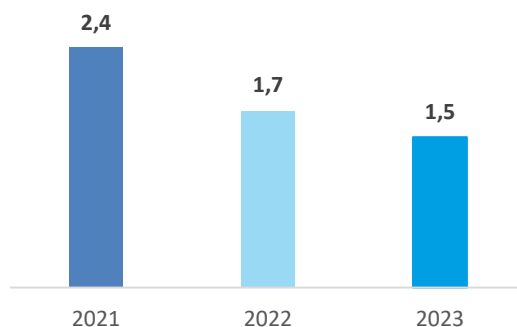
Evolução da energia consumida por fonte



Distribuição percentual da energia consumida por área de negócio em 2023



Evolução da intensidade energética por volume de negócio (GJ/k€)



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo dos indicadores GRI 302-1 e 302-3.

Alterações climáticas

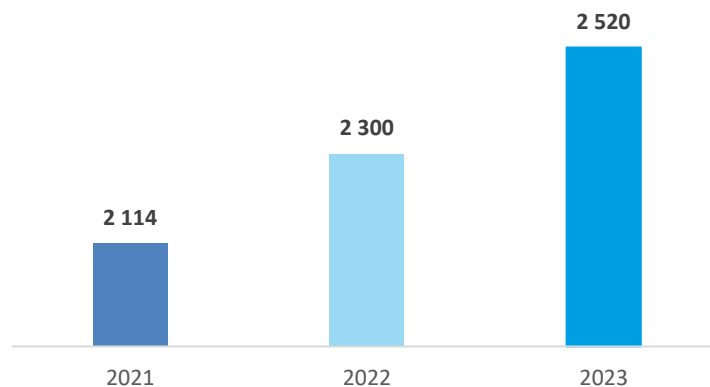
O Grupo Mota-Engil está comprometido em contribuir para a **transição climática** e atingir a **neutralidade carbónica até 2050**. Introduzir princípios de circularidade em todos os negócios, aumentar o uso de energia renovável, e implementar soluções de negócio sustentáveis são algumas das ações que têm vindo a ser desenvolvidas. Ressalta-se o **objetivo estratégico** de redução em 40% de emissões de gases de efeito de estufa (GEE) até 2030 (âmbito 1, 2 e 3) vs. ano base de 2021.

O cálculo da pegada de carbono do Grupo é feito de acordo com o GHG Protocol, e seguindo uma abordagem de controlo financeiro que inclui todas as áreas de negócio do Grupo. De referir que, a Mota-Engil melhora, de forma contínua, as suas metodologias de cálculo das emissões de GEE, procurando realizar um cálculo mais robusto e abrangente.

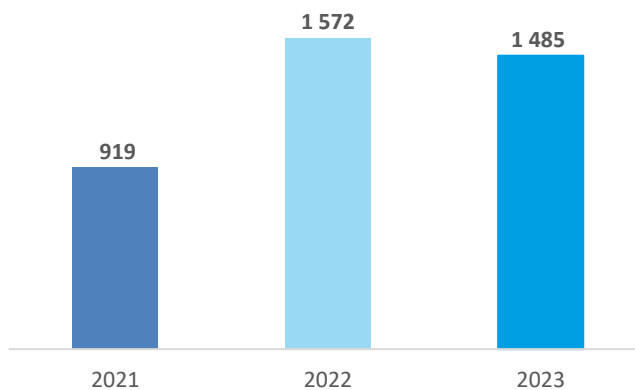
As emissões de GEE diretas provenientes da atividade de tratamento de resíduos urbanos consistem numa das principais fontes de emissão. Os resíduos, ao serem depositados em aterro, sofrem ao longo do tempo um lento processo de degradação anaeróbia da matéria orgânica disponível, com a geração consequente de metano (CH₄), principal constituinte do biogás de aterro. A cinética desta reação corresponde a uma equação matemática de primeira ordem, que constitui a base de funcionamento dos modelos de quantificação das emissões dos aterros sanitários recomendada pelos IPCC Guidelines. Destaca-se ainda a utilização do biogás nos motogeradores dos centros electroprodutores de energia dos aterros sanitários e digestões anaeróbias, do tratamento biológico de resíduos por compostagem e da valorização energética.

Para além desta fonte de emissões de GEE, as emissões indiretas de âmbito 3 associadas à cadeia de valor do Grupo Mota-Engil, também são das principais contribuidoras para a pegada de carbono do Grupo. Neste âmbito, são calculadas as emissões de GEE associadas à produção dos bens adquiridos, sendo que a área de E&C contribui significativamente para esta categoria, devido à tipologia e quantidade de materiais adquiridos, como o aço, cimento e agregados, que têm associadas elevadas emissões de GEE no seu fabrico.

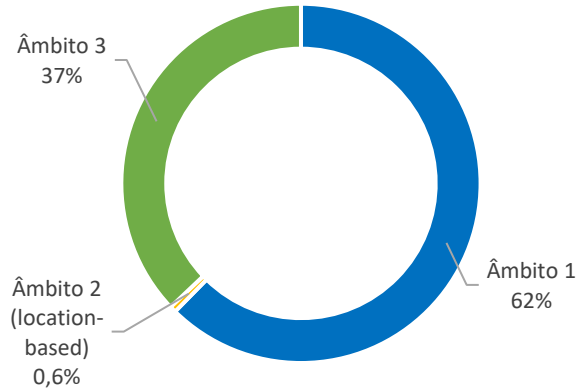
Evolução da pegada de carbono (âmbitos 1 e 2 *location-based*) (ktCO₂e)



Evolução da pegada de carbono (âmbito 3) (ktCO₂e)

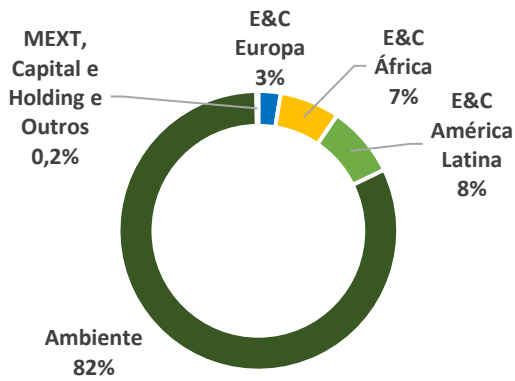


Distribuição percentual da pegada de carbono (âmbitos 1, 2 *location-based* e 3) em 2023

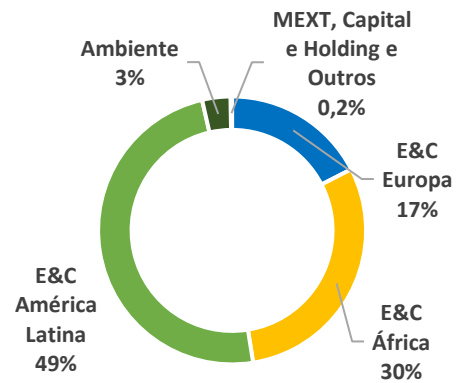


Distribuição percentual da pegada de carbono por área de negócio em 2023

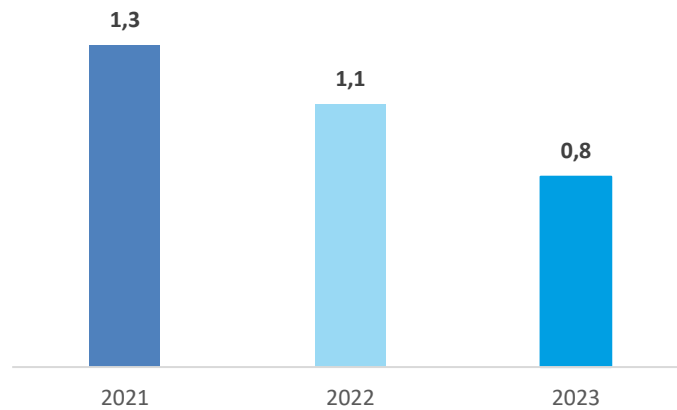
Âmbito 1+2 (*location-based*)



Âmbito 3



Evolução da intensidade carbónica por volume de negócio (tCO₂e/k€)



- Nota 1: No cálculo das emissões de GEE estão a ser considerados o dióxido de carbono, o metano, o óxido nitroso, o gás fluorado R-23, entre outros.
- Nota 2: A contabilização das emissões de GEE de âmbito 1 para a Unidade de Negócio de Ambiente, sobre o tratamento de resíduos, resulta principalmente de estimativas das emissões difusas de metano geradas nos aterros de resíduos urbanos e de medições diretas efetuadas nos motogeradores, em analisadores em contínuo na valorização energética.
- Nota 3: Os dados de âmbito 2 foram obtidos usando a metodologia *location-based*, que reflete a média das emissões da rede onde ocorre o consumo de energia. Remete-se adicionalmente para a Tabela GRI, indicador GRI 305-2, os resultados usando a metodologia *market-based*, que se baseia nos fatores de emissão específicos dos fornecedores de eletricidade.
- Nota 4: Remete-se para a Tabela GRI, indicador GRI 2-2, para informação sobre as entidades incluídas no perímetro de consolidação da informação do presente relatório.
- Nota 5: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo dos indicadores GRI 305-1, 305-2, 305-3, 305-4.
- Nota 6: As emissões associadas ao tratamento de resíduos incluem às emissões das empresas da Unidade de Negócio de Ambiente, considerando gestão de aterros, incineradora e tratamento biológico. Destaca-se que as emissões de GEE da Suma PT, em âmbito 1, associadas à gestão de aterros, só estão a ser consideradas as emissões da Triaza. As restantes empresas com gestão de aterros da Suma PT não se encontram dentro do controlo operacional do Grupo ou estão em processo de venda. Destaca-se ainda que as emissões de GEE da EcoVision também não foram reportadas por não se encontrarem dentro do controlo operacional do Grupo.

Com o intuito de **reduzir** a sua **pegada de carbono**, o Grupo Mota-Engil tem diversas **ações em curso** que englobam as suas emissões de âmbito 1, 2 e 3. Com a aprovação da nova estratégia, pretende-se aumentar a escala da implementação das iniciativas e tornar mais transversal a atuação de todo o Grupo a este nível, identificando novas ações de adaptação e mitigação a empreender e oportunidades de *green funding* para apoiar no processo de transição energética.

Abordagem do Grupo Mota-Engil à redução das emissões de carbono

Projeto e construção de edifícios mais eficientes

- ▶ Preocupação com a construção de edifícios energeticamente eficientes;
- ▶ Reforço junto dos projetistas na introdução de soluções ecologicamente mais eficientes (numa perspetiva de ciclo-de vida).

Utilização otimizada de materiais e consumíveis

- ▶ Otimização da utilização de pneus de forma a reduzir o seu consumo e aumentar o seu tempo de vida útil;
- ▶ Elaboração de estudos para determinação do tempo ótimo para mudança de óleos e lubrificantes, sem penalizar o tempo de vida dos equipamentos.

Mobilidade elétrica

- ▶ Atenção crescente para as viaturas com motores elétricos e híbridos;
- ▶ Instalação de pontos de carregamento elétricos as instalações do Grupo (Mota-Engil Renewing).

Otimização do processo produtivo

- ▶ Otimização do processo produtivo, através, por ex., da redução de movimentações desnecessárias, por via de um melhor planeamento das operações;
- ▶ Monitorização por GPS dos equipamentos, promovendo a otimização do percurso com diminuição dos consumos de combustível.

Política de minimização das deslocações

- ▶ Regulamentação dos princípios e condições de gestão, disponibilização e utilização das viaturas ligeiras do Grupo, alinhado com os objetivos de transição energética e crescente substituição dos veículos a combustão por veículos elétricos ou híbridos *plug-in*;
- ▶ Mantém-se a política de teletrabalho em muitas empresas do Grupo nas funções que o permitam, para soluções de trabalho híbrido que vão dos 60% do tempo no escritório e 40% em casa até 50%/50% em algumas empresas, minimizando os impactos negativos de emissões de GEE nas deslocações diárias casa-trabalho.

Solar fotovoltaico

- ▶ Utilização crescente do solar fotovoltaico.

Para potenciar uma ação transversal dentro da Mota-Engil, foi constituído em 2022 o **Grupo de Trabalho** Clima & Descarbonização (**Clima@ME**). Este tem como propósito promover uma gestão positiva da pegada de carbono dentro da Mota-Engil. Para tal, estabeleceu-se como principal objetivo a criação e promoção do **plano de transição climática e descarbonização** do Grupo, de forma a que sejam alcançados os objetivos delineados no âmbito do Plano Estratégico. O Grupo reconhece a importância desta iniciativa para enfrentar os desafios climáticos e assegurar um futuro sustentável. Neste sentido, quer promover a responsabilidade partilhada, a inovação, a transparência e o envolvimento com os *stakeholders* críticos.

Salienta-se ainda a realização de várias **sessões com os focal points locais**, para apresentação das pegadas de carbono das principais empresas do Grupo. Foi apresentada a **ferramenta de cálculo**, desenvolvida internamente e adaptada às atividades das diferentes Unidades de Negócio, alertando para as diferentes possíveis contribuições e para os requisitos de cálculo de emissões diretas e indiretas, bem como para a importância da precisão e abrangência para a obtenção dos resultados. De referir que foram discutidos os processos de recolha de informação e cálculo de emissões de GEE, principais dificuldades e desafios numa ótica de reporte e desempenho ambiental, visando a melhoria contínua sobre os processos. Neste sentido, identificaram-se as atividades, empresas e Unidades de Negócio que mais contribuem para a pegada de carbono do Grupo, permitindo que as pessoas e as organizações reconheçam o seu estado atual e se foquem em áreas específicas para reduzir as suas emissões. Foram identificadas possíveis iniciativas com potencial de implementação que venham a influenciar a redução efetiva das pegadas de carbono empresariais. Esta ação foi uma importante reflexão colaborativa e que contou com uma elevada adesão.

Em 2023, destaca-se o início do desenvolvimento do **plano de ação climática**. Este plano de ação guiará as decisões do Grupo, de forma a estabelecer as condições para promover a redução das emissões de GEE de forma consistente, ano após ano. Enfatiza-se ainda a importância no desenvolvimento de parcerias, fomentar a redução efetiva de emissões de GEE do Grupo, incluindo a sua cadeia de valor. O Grupo visa a implementação contínua de projetos desenvolvidos através de simbioses colaborativas com centros de conhecimento e setores de atividade específicos, recorrendo a cocriações sustentáveis inovadoras.

Reforçando o alinhamento estratégico entre a inovação e a sustentabilidade, está a ser desenvolvido um conjunto de projetos de inovação focados na **redução da pegada carbónica do Grupo Mota-Engil**. Estes projetos surgiram no âmbito dos *workshops* proporcionados pela MEXT (ver MEXTLabs, Cap. 1.4.4.VI) e estão a ser desenvolvidos por equipas multidisciplinares compostas por colaboradores pertencentes a diferentes empresas do Grupo. Os temas trabalhados incluem o **planeamento da eletrificação da frota de equipamento**, a **adoção de energias verdes** e o **aumento da eficiência energética de edifícios e estaleiros**, assim como a adoção de um **preço interno de carbono** como ferramenta de tomada de consciência e responsabilização do contributo de cada empresa para a transição climática e apoio ao cumprimento de objetivos.

Destaca-se ainda na área de negócio da Engenharia & Construção, a aplicação da **metodologia BIM** (*Building Information Modeling*) em diversos estaleiros. A Metodologia BIM potencia a sustentabilidade ao promover a decisão informada e antecipada, com benefícios ao nível da coordenação e compatibilização de projeto, da eficiência construtiva e da redução de desperdício, retrabalho e produção de resíduos assim como do aumento da produtividade. Através da **utilização de novas plataformas de comunicação digital** associadas ao processo BIM, substituindo a comunicação em papel por comunicação digital em *tablets*, telemóveis e computadores, conseguiu-se uma comunicação mais ágil e eficiente, para além da redução direta no consumo de papel e *toner*. Também através do BIM e da automação de processos conseguiram-se ganhos significativos em algumas atividades, nomeadamente na automação de equipamentos construtivos de terraplenagem com a tecnologia *Guide Machine* com redução direta de combustíveis e tempos de operação.

No que diz respeito à área de negócio do Ambiente, saliente-se o esforço que é colocado na **gestão eficiente dos aterros**, nomeadamente nas redes de drenagem, de biogás e sistemas de queima – com produção de energia elétrica e a sua injeção na rede elétrica nacional – como acontece presentemente em grande parte dos aterros sanitários da EGF (Portugal) em atividade. Tal permite a transformação duma parcela significativa das emissões de metano em dióxido de carbono biogénico, minimizando a quantidade de emissões de GEE.

É de salientar que, devido ao aumento da recolha seletiva nos próximos anos e à consequente redução da deposição em aterro na EGF, a quantidade de emissões de GEE proveniente da atividade de tratamento de resíduos urbanos irá necessariamente diminuir. Adicionalmente, a EGF adota predominantemente processos biológicos para tratar grande parte dos seus resíduos biodegradáveis, evitando a sua disposição em aterros. Esses tratamentos biológicos apresentam emissões de GEE intrínsecas consideravelmente reduzidas em comparação com as ocorridas nos aterros sanitários. Através da produção e venda de energia elétrica gerada a partir da queima do biogás, bem como pela utilização de frações não fósseis na valorização energética, foram evitadas pela EGF 1756 ktCO₂e em 2023. Adicionalmente, pelo encaminhamento de materiais de recolha seletiva para reciclagem, como plástico, vidro e metais, foram evitadas 344 ktCO₂e em comparação com a produção desses mesmos materiais a partir de fontes virgens.

No que se refere à atividade de recolha de resíduos de embalagem separados em ecopontos, a otimização em curso na EGF, através da instalação de *hardware* (RFID e sensores) e *software* nos equipamentos tem vindo a permitir uma maior **eficiência logística no processo de recolha dos resíduos** enviados para triagem, bem como uma otimização dos percursos, o que contribui para a minimização das emissões de GEE. Este sistema continua em alargamento, com vista a estabelecer rotas eficientes de recolha, mantendo-se o investimento no aumento da sensorização e melhoria de algoritmos de predição. À medida que se otimiza a sua utilização, a minimização de emissões vai ser cada vez mais significativa.

Impacto na atividade dos clientes

Reflexo do reconhecimento do compromisso prioritário na ação para a estratégia ambiental e social, integrada no processo de tomada de decisão, como novas oportunidades e um efeito direto na criação de valor económico, o Grupo opera por intermédio de várias empresas que apoiam os seus clientes neste âmbito.

Mota-Engil ATIV

A Mota-Engil ATIV oferece suporte técnico abrangente aos seus clientes em todas as fases de gestão de carbono, desde o **cálculo da pegada** de carbono até ao estudo de **soluções para mitigação**, tais como o desenvolvimento de medidas de redução dos consumos energéticos, e fechando o ciclo através do desenvolvimento de **projetos de sequestro de carbono**. Disponibiliza uma carteira diversificada de créditos de carbono, permitindo-lhes neutralizar a sua pegada de carbono, nas situações em que a total redução não foi possível, garantindo assim que os seus clientes possam compensar eficazmente as emissões remanescentes e atingirem a neutralidade carbónica.

No contexto da expansão dos serviços à **Gestão do Ciclo de Carbono** dos seus clientes, a Mota-Engil ATIV constituiu uma área de negócio dedicada a estes serviços.

Foram estabelecidas **parcerias** estratégicas com diversas entidades, nomeadamente a Universidade de Lisboa, o Colégio Tropical, o Instituto de Engenharia de Sistemas e Computadores, Tecnologia e Ciência (INESC-TEC) e a Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro (UTAD), que têm vindo a realizar estudos através dos seus alunos de mestrado, focados no desenvolvimento de produtos dedicados ao combate às alterações climáticas. Esta abordagem de cooperação e simbioses contribui para a cocriação de soluções inovadoras e eficazes para combater os desafios relacionados com os impactos ambientais e contribuir conjuntamente para a neutralidade carbónica do seu tecido empresarial.

Em 2023, foi lançado o **Projeto ATIV Carbon**, uma iniciativa de **reflorestação e regeneração de áreas degradadas** em Portugal continental. O foco principal do projeto é a revitalização da biodiversidade autóctone nas áreas sob intervenção, tendo-se iniciado com a Corvaceira, um baldio com cerca de 90 hectares, que sequestrará 68 000 toneladas de CO₂.

Paralelamente, estabeleceu-se uma parceria com uma start-up para explorar a aplicação de tecnologia de *drone*, na reflorestação e plantação, por meio da utilização de *seedballs*. Este processo inovador permitirá a plantação de vastas áreas, sem efetuar movimentação de solos, mantendo a sua integridade e retendo o carbono na biomassa existente.

Foi iniciado o processo de aquisição de uma central de pirólise para produção de **Biochar**, material versátil, com múltiplas aplicações em especial na agricultura e silvicultura, com contributos muito significativos na mitigação ambiental.

Iniciou-se, ainda, uma parceria com uma empresa internacional, para utilização de uma tecnologia de captura direta de carbono através da utilização de microalgas. A solução pode ser utilizada em zonas comerciais, edifícios de escritórios e até no exterior, em zonas altamente poluídas.

INICIATIVAS LOCAIS EM DESTAQUE

ATIV Carbon – Corvaceira

O Projeto Corvaceira – primeiro projeto agrupado ATIV Carbon – tem como objetivo a longo prazo, a recuperação de 5000 hectares de floresta em Portugal Continental, através de projetos de reflorestação e recuperação de ecossistemas. O projeto foi desenvolvido como forma de proporcionar aos clientes da ME ATIV da área de manutenção, formas de compensar a sua pegada de carbono, através da aquisição de créditos de carbono certificados e registados numa plataforma de renome internacional.

Anteriormente ocupados por monoculturas de Pinheiro Bravo, os terrenos baldios da Corvaceira foram afetados por várias pragas, como o Nemátodo do Pinheiro, levando-os a um estado muito debilitado e exigindo um corte raso. A ME ATIV implementou o projeto de carbono para viabilizar a repovoação dos 89,9 hectares.

Ao nível operacional, a CERVAS - Centro de Ecologia, Recuperação e Vigilância de Animais Selvagens –, efetuou um levantamento inicial da fauna e flora do projeto tendo sido também realizado um levantamento exaustivo com recurso a drones. As imagens foram inseridas numa plataforma que permitirá a monitorização via satélite do desenvolvimento do projeto ao longo dos anos. Em parceria com o ISA - Instituto Superior de Agronomia e o Colégio Tropical, foi desenhado o projeto e efetuado o pré-registo no VERRA - Verified Carbon Standard.

A CEDROS - Associação de Produtores Florestais de Viseu, executou o Plano de Gestão Florestal, aprovado pelo ICNF - Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas e tem prestado serviços através dos seus sapedores florestais, na delimitação das zonas de risco e planeamento de silvicultura preventiva.

O projeto de sequestro de carbono está programado para ter uma duração mínima de 40 anos. Para atingir esse objetivo, serão plantadas 72 583 árvores, escolhidas de forma mista, visando maximizar a biodiversidade e promover a resiliência do ecossistema. Este esforço conjunto visa não apenas mitigar os impactos do nemátodo do pinheiro, mas também estabelecer uma base sustentável para a saúde florestal a longo prazo. Iniciado em outubro de 2023 e o período de plantação de árvores, arbustos, cerealíferas e herbáceas estará concluído em abril de 2024.

IMPACTOS ESPERADOS

- Sequestro de 68 085 tCO₂;
- Recuperação dos ecossistemas degradados com monitorização anual do projeto, de forma a validar a quantidade de espécies que se reinstalaram na zona e o aumento das populações;
- Melhoria da qualidade dos solos sendo que já foi efetuada uma análise do solo antes da implementação do projeto e será efetuada uma nova análise para validar os benefícios da plantação de floresta e bosquetes biodiversos;
- Benefícios para as populações locais sendo que será identificado o aumento de visitantes decorrente do percurso de interpretação, que será instalado no decorrer do ano de 2025.

Seedballs

SeedBalls é uma iniciativa que surge da parceria estabelecida com uma start-up para desenvolver um sistema inovador de plantação de árvores com recurso à utilização de *drones*. Diferenciando-se dos métodos convencionais, este sistema adota uma abordagem mista, não focada em monoculturas. Pretende-se com esta tecnologia abranger maiores áreas de plantação por dia, sem recurso a equipamentos pesados que utilizam combustíveis fósseis.

O projeto teve início em abril de 2023 e entrará em fase de testes no primeiro trimestre de 2024, com a primeira área de plantio a ser implementada no projeto ATIV Carbon – Corvaceira. Os parceiros envolvidos neste projeto incluem a Terrafarmers, a ME Capital e a UTAD - Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro. Embora o desenvolvimento esteja a ocorrer na região do Grande Porto, a implementação está prevista para ocorrer a nível nacional.

Os resultados deste projeto serão obtidos ao longo de 2024, representando um avanço significativo no campo do plantio sustentável e na promoção da biodiversidade em larga escala.

BCircle – Biochar

A BCircle – empresa do Grupo Mota-Engil ATIV –, foi criada com o objetivo de implementar soluções técnicas de economia circular, valorização de resíduos orgânicos e promover atividades de investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico. Dentro deste propósito, o primeiro projeto da empresa é a instalação de uma central de pirólise para produção de Biochar. Esta central é altamente inovadora, com baixos consumos de energia devido ao processo de autoalimentação durante a pirólise, resultando em alta eficiência e zero emissões de gases de efeito estufa.

Um dos principais motivos para a execução deste projeto é a utilização do Biochar, um produto altamente estável com grandes capacidades de remediação de solos, que será incorporado nos projetos de reflorestação, aumentando significativamente a taxa de sucesso no crescimento das árvores.

O projeto teve início em abril de 2023, com o fabrico dos equipamentos da central em curso. A operação está prevista para começar no 1.º semestre de 2024, em parceria com a Câmara Municipal de Boticas (Portugal), CAPOLIB - Cooperativa Agro Rural de Boticas, ME Construção, Inproyen e Instituto Superior de Agronomia.

Com a implementação do projeto prevê-se a produção de aproximadamente 1 000 toneladas de Biochar ao longo do ano de 2024, destinadas à incorporação no solo e à utilização na produção de ração animal. De referir que, este projeto criará novos postos de trabalho numa área remota do interior e estabelecerá parcerias comerciais com entidades locais, promovendo assim a economia local e o desenvolvimento sustentável da região.

BENEFÍCIOS DA INCORPORAÇÃO DE *BIOCHAR* NOS SOLOS

- Melhoria da qualidade dos solos, aumentando a sua fertilidade;
- Capacidade de sequestrar carbono por períodos superiores a 100 anos, dada a sua estabilidade resultante do processo de queima a temperaturas controladas;
- Estimular a atividade microbiana;
- Aumentar a eficiência do uso da água;
- Aumentar a capacidade de absorção de poluentes orgânicos e inorgânicos, sendo muito utilizado na remediação de solos contaminados;
- Reduzir as emissões de gases de efeito de estufa (como por exemplo o metano e o óxido nitroso), dada a sua capacidade de absorção destes gases.

EMERGE Mota-Engil Real Estate Developers

A EMERGE Mota-Engil Real Estate Developers dedica-se a soluções imobiliárias inovadoras e sustentáveis. Mais do que um promotor, posiciona-se como um **solution provider** para projetos diferenciadores e transformadores, com impacto na sociedade e no planeta. Trabalha diariamente para ser uma empresa de referência no mercado imobiliário, focada no desenvolvimento de **projetos holísticos**: capazes de promover bem-estar e felicidade para os utilizadores e para as comunidades; arquitetonicamente inovadores e impactantes; integrados com a sua envolvente, preservando e promovendo a conexão com a natureza.

Com impacto nas emissões de GEE, tanto na conceção, como na construção e na fase de uso dos edifícios, vários projetos são certificados ou em **certificação** por sistemas **LEED** e o **LiderA**.

Salienta-se, por exemplo, o projeto AURIOS, concebido como um empreendimento de futuro que ambiciona tornar-se um marco de competência energética e aproveitamento dos recursos naturais, através de painéis fotovoltaicos, sistemas eficientes de aquecimento de águas e de climatização, soluções de iluminação interiores e exteriores, com uma envolvente paisagística e espaços verdes com vegetação autóctone. O projeto encontra-se certificado pelo sistema LiderA com uma classe de desempenho excepcional de A+.

Em 2023, destaca-se igualmente o projeto de reabilitação do Antigo Matadouro do Porto (Portugal).

INICIATIVA LOCAL EM DESTAQUE

Reabilitação do antigo Matadouro Industrial do Porto

O projeto para o antigo Matadouro Municipal remonta a 1910, e o equipamento começou a operar plenamente em 1932. Apresentando um sistema construtivo típico da época, com paredes exteriores de alvenaria de granito e uma estrutura interna reticulada de betão armado, muitas das estruturas utilizadas para a atividade original dos edifícios permanecem no local, marcando o carácter industrial do edifício.

O principal objetivo do projeto de reabilitação é a construção de um equipamento multidisciplinar de dimensão metropolitana que aproveite o alto potencial do local, relacionado à disponibilidade de espaço, fácil acesso e proximidade ao centro da cidade do Porto e a importantes equipamentos urbanos, como o Estádio do Dragão ou o Terminal Intermodal de Campanhã.

Pretende-se (re)adaptar, (re)converter, (re)qualificar, renovar e restaurar os edifícios do antigo Matadouro Industrial do Porto, para garantir que possam acomodar diferentes atividades económicas (comércio e serviços). O programa de intervenção terá como aspetos principais: espaços comerciais e empresariais diversificados e multiuso; espaços comerciais e de lazer para apoio local; espaços para ação social e ligação com a comunidade local; e espaços de natureza cultural e artística, para exposição, produção e armazenamento.

Este será um projeto certificado de construção sustentável (LEED). Esta certificação é desenvolvida numa primeira fase ao nível do projeto e no decorrer da intervenção com a implementação das melhores práticas de obra e garantindo a implementação de todas as intenções através de um relatório mensal de suporte. A reabilitação dos edifícios assenta em princípios como: i) reabilitação e conversão de estruturas já existentes; ii) utilização de materiais sustentáveis e de origem local; iii) implementação de mecanismos e dispositivos para aprimorar a eficiência dos edifícios, garantindo a incorporação de energias renováveis com a integração de painéis solares.

Este projeto irá representar um impacto na economia local e irá contribuir para a regeneração de toda a área da Corujeira melhorando não só as infraestruturas locais (criação da ponte pedonal) como também dotar a zona com um novo Pólo cultural da Câmara Municipal do Porto aliado a novos serviços.

Mota-Engil Renewing

A Renewing é a *cleantech* do Grupo Mota-Engil, e tem como propósito **acelerar a transição energética e a descarbonização nas cidades, nas empresas e no setor industrial**, através de soluções sustentáveis de energia e de mobilidade. Atua em três grandes segmentos de negócio que se complementam entre si:



Solar Energy

- Desenvolve e explora soluções descentralizadas de energia para autoconsumo, para qualquer tipo de organização, através de unidades de produção solar e/ ou de Comunidades de energia.



Charging

- Desenvolve e explora soluções de carregamento em espaço público (mobi.e) e privado, para empresas, acelerando a transição elétrica das suas frotas.



Mobility

- Nova área recentemente lançada, focada no desenvolvimento e exploração de novas soluções e serviços de mobilidade para as cidades e para as frotas das empresas.

Enquanto modelo de negócio, atua como um prestador de serviços nas suas áreas de atuação, privilegiando **parcerias** estratégicas, investindo nos ativos e garantindo a sua gestão e exploração ao longo do período contratual, podendo também, complementarmente, desenvolver contratos de EPC (*Engineering, procurement, and construction*).

Destaca-se que, em 2023, através dos projetos implementados nos seus clientes e parceiros nas áreas *Solar Energy e Charging*, conseguiu-se evitar 660 toneladas de CO₂e.

Ao nível do Grupo, tem uma missão acrescida: apoiar na descarbonização da sua atividade global, em linha com o objetivo estratégico definido pela Mota-Engil de alcançar a neutralidade carbónica até 2050. No âmbito da mobilidade elétrica, destaca-se o desenvolvimento e exploração de uma rede de carregamento elétrica para a Mota-Engil, destinada aos colaboradores das várias empresas do Grupo, em território nacional, e que permitirá descarbonizar a frota e acelerar a sua transição para a mobilidade elétrica.

Mamaland

A Mamaland é a mais recente empresa do universo Mota-Engil dedicada ao desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas sustentáveis. Está assente num sistema de três pilares simbióticos: (1) Educação para a Sustentabilidade; (2) Preservação do Capital Natural; e (3) Agrofloresta Ecológica; e que são a espinha dorsal dos seus projetos. A sua missão é liderar iniciativas que preservem os ecossistemas do planeta ao mesmo tempo que elevam as comunidades que deles dependem, focando a sua atividade na região da África subsariana. Consultar o Cap. 1.4.4.VI para mais informações.

A Mamaland oferece uma oportunidade que não apenas contribui para o equilíbrio ecológico do planeta através da captura de carbono, mas também apoia a biodiversidade, fortalece comunidades locais e gera retornos financeiros por meio de fluxos de receita diversificados. A atividade da empresa, em 2023, é já apresentada em três países, dois projetos em curso e um *lead*, abaixo descritos, onde se destacam as principais conquistas.

- **RaRe Mayombe** (RainForest Recovery), em Angola, com produção agroflorestal, cujo *cash crop* é cacau salienta-se a conclusão com sucesso do processo de financiamento e, com isso, o desbloqueio dos processos de *procurement* em curso, incluindo a primeira aquisição de equipamentos;
- No Malawi, o **MoRe Malawi** (Mountain Recovery), apresenta-se como um projeto de recuperação de reservas florestais degradadas. Destaca-se a assinatura do contrato com o Governo do Malawi, para o desenvolvimento de projetos de A/R para uma área total de 352 875 hectares, num projeto a 30 anos, e a conclusão do estudo de pré-viabilidade que antecipa a certificação e, com certeza, confirma a viabilidade deste sistema;
- Em Moçambique, o **WiRe Mozambique** (Wildlife Recovery) destaca-se a assinatura de um memorando de entendimento entre o Ministério da Terra e do Ambiente, para 500 000 hectares de gestão florestal.

PRÓXIMOS PASSOS

- Primeiro relato voluntário ao CDP Climate Change (2024)
- Construção de planos de ação climática 2026 e 2030 (2024 e 2026)
- Implementação de uma nova área do Projeto ATIV Carbon – Calhastros, para implementação e desenvolvimento de projeto de Biodiversidade (2024- 2025)
- Melhoria contínua da metodologia de cálculo da pegada de carbono do Grupo (processo contínuo)

III. Água



GRI 3-3, 303-1, 303-2, 303-3
ESRS MDR-A, MDR-M, E3-2, E3-3, E3-4

Na Mota-Engil, o recurso água é utilizado na generalidade das operações e Unidades de Negócio, como por exemplo no controlo de levantamento de poeiras nas pistas e zonas de circulação de veículos e máquinas, no fabrico de betões hidráulicos, na preparação de camadas de pavimento para estradas na construção e na limpeza urbana na área da gestão de resíduos. A água e efluentes, sendo um tópico material classificado como emergente (Cap. 1.4.1.III), ainda não possui objetivos e ações corporativas associadas. No entanto, perspetiva-se que, num futuro próximo, este tema seja mais trabalhado a nível corporativo. Não obstante, refira-se que existe um histórico de monitorização sobre o tema (com foco na captação de água) e foram identificadas várias iniciativas e atividades sobre recursos hídricos desenvolvidas ao nível das empresas do Grupo.

O uso racional deste recurso torna-se obrigatório para o futuro do planeta e de uma acrescida relevância em países com **stress hídrico** significativo em que o Grupo opera – classificado como “*high*” e “*extremely high*” pela [WRI Organization \(https://www.wri.org/applications/aqueduct/water-risk-atlas/\)](https://www.wri.org/applications/aqueduct/water-risk-atlas/). Neste caso o Grupo Mota-Engil atua na faixa costeira do Perú e no México em que há uma particular atenção nas operações quanto ao uso da água. Em Portugal, no ano de 2023, não existiram contratos em execução em zonas classificadas com stress hídrico significativo (“*stress high*”).

Em sentido contrário ao da escassez de água, as inundações, ciclones e outros eventos climáticos extremos a que se vem assistindo como resultado das alterações climáticas, induzem **riscos**, ambos condicionando as operações, e podendo traduzir-se em incrementos de custo quer nas infraestruturas em execução ou nas já construídas. Acarretam ainda disrupções nos transportes na produção e na cadeia logística associada. Esses desafios não se limitam apenas à construção, afetando também outras áreas de negócio, como danos em infraestruturas associadas ao tratamento e armazenamento de resíduos e interrupção nas rotas de transporte de resíduos das empresas de gestão de resíduos.

Por outro lado, identificam-se diversas **oportunidades** neste contexto, incluindo investimentos na construção e expansão de infraestruturas, tais como Estações de Tratamento de Águas (ETAs) e Estações de Tratamento de Águas Residuais (ETARs), a construção de barragens e centrais hidroelétricas, redes hidráulicas várias, além do desenvolvimento de soluções de manutenção, requalificação e reabilitação na área de gestão de edifícios, entre outros projetos. Adicionalmente, podem ainda surgir outras oportunidades em contexto operacional relacionadas com o reaproveitamento de águas pluviais e potenciais investimentos em fábricas de dessalinização.

De referir que, o compromisso da Mota-Engil com a gestão responsável do recurso água não se limita apenas à quantidade captada e consumida. Por motivos ambientais, de saúde pública (Cap. 1.4.2.IV) e de cumprimento de requisitos legais, destaca-se a relevância do **tratamento de efluentes** na Unidade de Negócio do Ambiente, especialmente no que diz respeito à gestão e tratamento dos lixiviados, visando evitar a contaminação do meio hídrico.

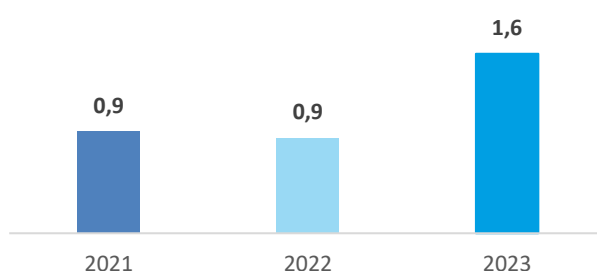
Captação de água pelo Grupo Mota-Engil

Quer nos projetos de construção, quer nas suas diversas áreas de atividade, a Mota-Engil procura soluções para monitorizar e otimizar a utilização deste recurso (como por exemplo através da utilização de equipamentos mais eficientes) e reduzir os impactos associados, quer relativos ao consumo, quer à descarga de efluentes. Destaca-se um maior volume do total de água captada, devido ao aumento dos projetos e à sua tipologia, nomeadamente de terraplenagens e às regas de vias acessórias e de acesso.

Captação de água (m ³)	2023			2022			2021		
	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros
Total Grupo Mota-Engil	2 717 330	922 692	4 745 775	1 256 031	951 345	919 058	612 032	726 413	790 525

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 303-3. Destaca-se ainda que melhorias/ajustes históricos são realizadas sempre que necessário.

Evolução da intensidade de captação de água por volume de negócio (m³/k€)



Águas residuais

No que diz respeito às águas residuais, destaca-se o potencial impacto dos **lixiviados** gerados nos aterros sanitários.

Nas instalações de tratamento de resíduos urbanos da EGF, em Portugal, é realizada a gestão e tratamento dos lixiviados e são conduzidas monitorizações sistemáticas das águas superficiais e subterrâneas que afetam e atravessam essas mesmas instalações. Estas medidas têm como objetivo prevenir a contaminação dos cursos de água e assegurar a conformidade com os requisitos técnicos e legais aplicáveis.

Durante o ano de 2023, foram realizados diversos investimentos pelas Concessionárias do Grupo, destinados a melhorar o tratamento de águas lixivantes, com intervenções nas Estações de Tratamento de Águas Lixivantes (ETAL) existentes. São exemplos os investimentos realizados pela ERSUC – nas ETAL de Aveiro e Coimbra – e pela Resinorte – nas ETAL de Celorico de Basto e Bigorne. Para além destas intervenções diretas no tratamento, foram realizados investimentos destinados à melhoria das redes de drenagem de águas lixivantes, destacando-se os realizados pela Resiestrela e pela Suldouro. No conjunto, estes investimentos totalizaram em 2023, um montante de cerca de 2 milhões de euros.

Para além das intervenções diretas nos sistemas de tratamento e drenagem, as Concessionárias realizam na sua atividade corrente, uma importante medida com impacto na gestão da água, nomeadamente a selagem provisória/parcial dos aterros sanitários em funcionamento. Dependendo das características dos aterros, estas selagens são essenciais, do ponto de vista ambiental e técnico, pois evitam a entrada de águas pluviais na massa de resíduos em aterro, contribuindo para a redução dos lixiviados. Adicionalmente, esta prática contribui para a redução das emissões de odores e GEE, como o metano, que é encaminhado para aproveitamento energético. Em 2023, os custos associados às selagens parciais de aterros sanitários nas diversas Concessionárias do Grupo EGF ultrapassaram o valor de 1 milhão de euros.

Adicionalmente, destaca-se que a Amarsul planeia realizar um investimento significativo na Estação de Pré-tratamento de Águas Lixiviantes do Seixal, em 2024, visando melhorar as características do efluente tratado na instalação. Este projeto, cujo investimento ascende a 2,6 milhões de euros, contemplará:

1. O pré-tratamento do efluente proveniente da Central de Valorização Orgânica (CVO), com aproveitamento dos equipamentos existentes possíveis (tamisação, flotação, desidratação ou equivalente e filtração);
2. A purificação do efluente pré-tratado através de um sistema de osmose inversa;
3. O tratamento dos lixiviados produzidos no aterro sanitário, central de triagem e águas residuais domésticas, através de um sistema de osmose inversa.

Promoção da poupança hídrica na cadeia de valor

No que se refere à **poupança hídrica**, importa salientar o papel relevante que a Mota-Engil ATIV desempenha junto dos clientes, em particular no que se refere aos sistemas de abastecimento de água para consumo humano e à gestão dos consumos em espaços verdes e em edifícios.

As soluções de combate ao desperdício de água nos **sistemas de abastecimento**, incluem a implementação de zonas de medição e controlo de caudais e pressões, com intervenção ativa na deteção de fugas não visíveis, com possibilidade de intervir na sua resolução e desta forma melhorar as condições de exploração. Nos últimos dois anos, a Mota-Engil ATIV atuou em mais de 340 instalações, incluindo pontos de medição e controlo de caudal e pressão em vários municípios. No que diz respeito à deteção ativa de fugas, a empresa está presente em cinco municípios do Alto Minho (Portugal), cobrindo mais de 260 km de rede de distribuição.

Também importa relevar a aplicação de SAP (polímeros super absorventes) com uma tecnologia inovadora que permite aumentar a eficiência hídrica em **espaços verdes**, em particular nos relvados desportivos, melhorando a retenção da humidade do solo e aumentando o armazenamento da água, disponibilizada de forma faseada entre os períodos de rega. A tecnologia, denominada “dryject + SAP”, permite uma redução de cerca de 50% no consumo de água para rega, com a conseqüente redução de consumos energéticos até 35%. Esta tecnologia ao reduzir a velocidade de percolação da água e a erosão, favorece a capacidade de enraizamento e o aproveitamento de fertilizantes, diminuindo as perdas por lixiviação e a poluição dos aquíferos.

INICIATIVA LOCAL EM DESTAQUE

DryJect + SAP

A ME ATIV executou no final de 2020, a aplicação de SAP com a tecnologia “DryJect” num dos relvados de enquadramento em Vilamoura, para a Inframoura (empresa responsável pela manutenção dos espaços verdes de Vilamoura), com vista à avaliação desta tecnologia na eficiência do uso da água de rega.

Decorridos dois anos, o balanço é extremamente positivo e revela que as áreas relvadas onde foram aplicados os SAP consumiram menos 50% de água de rega que as áreas relvadas onde não foram aplicados. A poupança de água correspondeu a 14 200 m³ por hectare, em média, por cada ano. Ou seja, no total dos dois anos foram poupados o equivalente a 28 400 m³ por hectare.

A Mota-Engil ATIV congratula-se com os resultados obtidos, em linha com os objetivos a alcançar com esta tecnologia, de poupança de 50% nos consumos de água.

No que se refere aos **edifícios**, sendo o uso eficiente da água essencial para aumentar a resiliência das cidades, na Mota Engil ATIV, as soluções de apoio aos clientes integram consultoria no âmbito do sistema AQUA+ da ADENE – Agência para a Energia em Portugal, que atualmente abrange empreendimentos turísticos e alojamentos locais (AQUA+ Hotéis).

Importa ainda salientar que a Mota Engil ATIV está a abordar a **escassez de água na agricultura** através de um projeto de investigação em estreita colaboração com a Academia. Este projeto visa a aplicação de poliácridatos no setor, resultando na comercialização de um novo produto com a marca SAP-AGRI.

PRÓXIMOS PASSOS

- Investimento na Estação de Pré-tratamento de Águas Lixivantes do Seixal, visando melhorar as características do efluente tratado nesta instalação (2024)
- Continuação do estudo da aplicação do produto SAP-AGRI em diferentes tipologias de culturas agrícolas (árvores de fruto, hortícolas) com consumo intensivo de água (2024)
- Reforço de sensibilização sobre o tema da água ao nível corporativo (2024-2025)

IV. Utilização dos recursos e economia circular



GRI 3-3, 301-1, 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 306-5
ESRS MDR-A, MDR-M, MDR-T, E5-2, E5-3, E5-4, E5-5, S3-4, S4-4

Como parte integrante do nosso pilar estratégico "Novo Rumo na Sustentabilidade e Inovação" (Cap. 1.4.1.I), estamos comprometidos com a **utilização e gestão responsável dos recursos naturais**. Neste sentido, procuramos soluções que promovam a circularidade dos materiais, a otimização dos recursos e a proteção dos ecossistemas. Como parte da nossa Unidade de Negócio de Ambiente, salientamos o **impacto positivo na cadeia de valor dos resíduos**.

Consumo de materiais pelo Grupo Mota-Engil

O tipo e a quantidade de materiais que o Grupo Mota-Engil utiliza refletem a sua dependência de recursos naturais e os impactos que estes têm na sua disponibilidade. Verifica-se que, entre as diferentes áreas de negócio, a atividade de construção é altamente consumidora de materiais, em particular de materiais não renováveis.

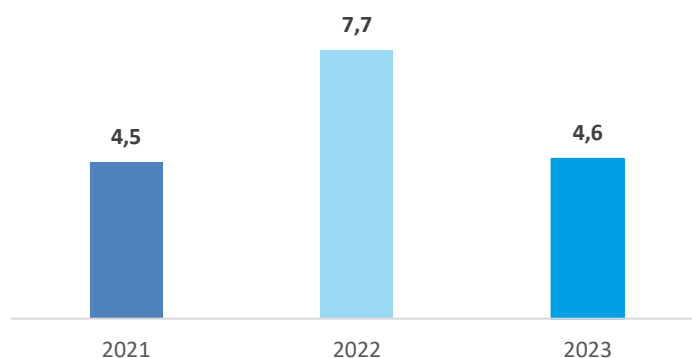
De referir que o consumo de materiais pode ser muito variável entre geografias e anos, uma vez que depende não só da variação da atividade como também da natureza e da dimensão dos projetos em curso.

Destaca-se que o volume de negócios entre 2022 e 2023 aumentou de forma significativa e que em 2022 se alargou a recolha de informação a um maior número de categorias de materiais. Os materiais considerados dizem respeito aos materiais com materialidade (financeira) possíveis de monitorizar atualmente, em peso ou volume. Desta forma, são excluídas peças e acessórios associados à manutenção e reparação de equipamentos, ferramentas, material elétrico, eletromecânico e hidráulico, geotêxteis e telas impermeabilizantes, pré-fabricados ligeiros de betão, materiais de proteção e segurança, entre outros.

Materiais (toneladas)	2023		2022		2021	
	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis
Total Grupo Mota-Engil	23 323 656	95 847	27 490 331	91 348	10 211 584	54 858

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 301-1.

Evolução da intensidade do consumo de materiais por volume de negócio (t/k€)



Produção de resíduos pelo Grupo Mota-Engil

A valorização dos resíduos é considerada um dos objetivos ambientais estratégicos do Plano Estratégico Mota-Engil 2022-2026 (Cap. 1.4.1.I) – visando-se **alcançar 80% de resíduos valorizados até 2030**³. Este compromisso reflete a importância da valorização como medida de circularidade, permitindo o reaproveitamento dos recursos, evitando-se a extração de matérias-primas virgens e contribuindo-se para uma menor pegada de carbono, entre outros benefícios.

O encaminhamento para destino final adequado é fundamental para cumprimento com a legislação aplicável e se reduzir os impactos negativos associados aos resíduos, quer para o ambiente, quer para as comunidades locais. Neste sentido, é preocupação do Grupo Mota-Engil assegurar esse destino final adequado, e com particular destaque para as operações de valorização. Saliente-se, no entanto, que o encaminhamento para valorização depende não só das características dos resíduos produzidos, como também das infraestruturas existentes nas geografias onde a empresa opera – fator este por vezes limitante.

A área de negócio da construção, dependendo da natureza, quantidade e dimensão dos projetos em curso, pode ter uma produção de resíduos elevada. De referir que nestes valores estão contabilizados os solos movimentados (superficiais e outros) da Polónia e da Colômbia, como resíduos não perigosos encaminhados para valorização, conforme requisitos legais nacionais.

Promoção da circularidade

Para a promoção da circularidade foi constituído um Grupo de Trabalho interno (Cap. 1.4.1.II) – **Sustainability Working Group (SWG) da Circularidade**. Este tem como missão assegurar a coerência e transversalidade de ação na Mota-Engil, em domínios como: a eficiência na utilização dos recursos; a gestão dos Resíduos de Construção e Demolição (RCD); a eficiência energética ao longo do ciclo de vida dos produtos e materiais; a digitalização e coerência no relato de informação; e as competências. Visa fomentar os princípios de circularidade em todo o ciclo de vida das infraestruturas e processos produtivos e partilhar conhecimentos e melhores práticas.

O SWG da Circularidade conta com participantes de diferentes empresas do Grupo e, em 2023, foi reforçada com a entrada de novos membros, tendo-se realizado reuniões periódicas para acompanhamento das ações já identificadas e em desenvolvimento no âmbito da Circularidade no Grupo Mota-Engil. O SWG tem definido estratégias de implementação, de relato, bem como de avaliação dessas ações.

De referir que estão em curso várias ações com o objetivo de otimizar o consumo de recursos materiais e promover a circularidade (ver esquema) – em particular na área de negócio da construção onde este é mais intenso.

Como medida estruturante e prioritária, iniciou-se a elaboração de um **Manual de Circularidade** para o Grupo Mota-Engil visando uniformizar conceitos e boas práticas dentro dos princípios da economia circular. Por forma a fomentar a adoção de boas práticas e transversalizar o conhecimento, refira-se igualmente que, em 2022, foi desenvolvido o **Manual de Estaleiros**, que se constitui como um documento em evolução, e o repositório das melhores práticas construtivas, de sustentabilidade e da economia circular implementadas nos projetos do Grupo. Em 2023, procedeu-se à comunicação global do Manual, através da sua tradução para espanhol e inglês, por forma a alcançar um maior número possível de colaboradores das diferentes geografias. Deu-se igualmente início a um trabalho de benchmarking externo de iniciativas de Circularidade que apoiem a identificação e a replicação de boas práticas complementares, passíveis de serem implementadas internamente.

Em 2023 realizou-se um **inventário de resíduos** com maior impacto decorrentes da atividade de algumas empresas do Grupo, visando uma melhor identificação e priorização de ações futuras.

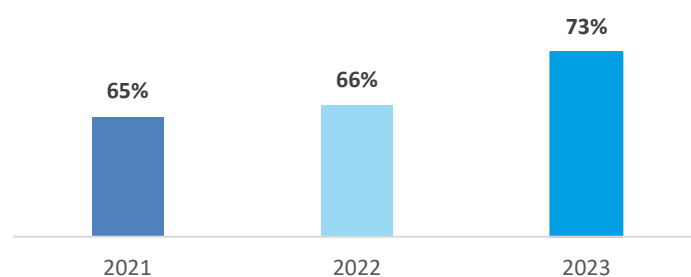
³ Inclui preparação para reutilização (operações de verificação, limpeza ou reparação), reciclagem e outras operações de recuperação (no contexto do reporte de resíduos, as operações de recuperação não incluem a recuperação energética).

Resíduos gerados

Resíduos (toneladas)	2023				2022				2021			
	Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos		Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos		Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos	
	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação
Total Grupo Mota-Engil	11 133	1 930	469 186	175 242	81 532	17 304	346 140	198 970	12 879	5 485	416 058	225 949

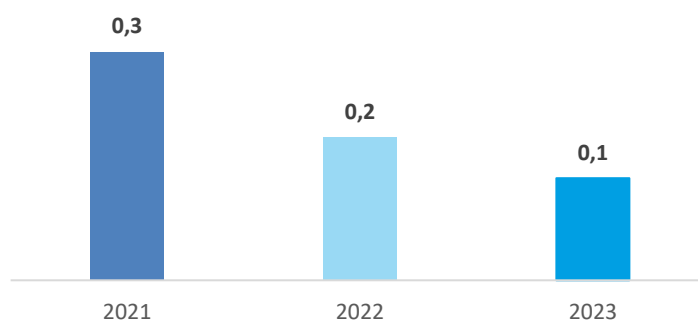
Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 306-3.

Evolução taxa de valorização de resíduos



Objetivo estratégico: 80% de Resíduos valorizados até 2030⁴

Evolução da intensidade de produção de resíduos por volume de negócios (t/k€)



⁴ Inclui preparação para reutilização (operações de verificação, limpeza ou reparação), reciclagem e outras operações de recuperação (no contexto do reporte de resíduos, as operações de recuperação não incluem a recuperação energética).

ABORDAGEM À OTIMIZAÇÃO DOS RECURSOS MATERIAIS E CIRCULARIDADE

**Redução**

- Otimização de projetos em fase de conceção
- Incorporação nos projetos de técnicas para melhoria das características de solos de pior qualidade para incorporação em aterros de infraestruturas, promovendo a circularidade e a minimização do impacto com o transporte desses solos a destino final adequado
- Manual de Estaleiros

**Reutilização**

- Recuperação de solventes utilizados nos laboratórios de Controlo de Qualidade das obras
- Utilização de plataformas *marketplace* de resíduos
- Manual de Estaleiros

**Reciclagem**

- Recuperação de escórias resultantes da incineração de resíduos urbano
- Incorporação de materiais fresados em novos pavimentos
- Incorporação de borracha de pneus em pavimentos rodoviários
- Incorporação de materiais reciclados ou que incorporem reciclados nos contratos de construção
- Utilização de plataformas *marketplace* de resíduos
- Manual de Estaleiros

**Escolha de materiais**

- Procura e integração de materiais com menor impacto ambiental

**Digitalização**

- Digitalização dos processos como abordagem transversal aplicável ao Grupo
- Utilização de plataformas *marketplace* de resíduos

**Partilha de práticas e capacitação**

- Manual de Circularidade e Manual de Estaleiros
- Promoção de ações de formação

**Trabalho colaborativo**

- Integração e participação em iniciativas colaborativas, com destaque para o Laboratório Colaborativo para a Economia Circular – CECOLAB

No âmbito da **digitalização de processos** (Cap. 1.4.4.VI), de destacar a implementação de uma ferramenta corporativa para o registo de consumos com o objetivo de uniformizar e inventariar, de forma automática, o processo global de compra de recursos materiais, com foco em resíduos reciclados e não reciclados. Iniciou-se o processo de seleção de uma única ferramenta, transversal ao Grupo, para gestão dos consumos dos restantes indicadores ambientais – água e energia elétrica, mas principalmente de gestão dos resíduos gerados nas várias Unidades de Negócio. Foi identificada uma ferramenta, também desenvolvida internamente, impulsionada pela crescente exigência legislativa do mercado europeu na área dos resíduos, com as características pretendidas: registo da tipologia do resíduo gerado e monitorização da sua utilização final – o reaproveitamento, a valorização interna ou de terceiros e a eliminação. Tomou-se a decisão que será replicada a boa prática e eficácia da ferramenta para a digitalização do registo e gestão de resíduos corporativos, indo de encontro às metas fixadas na legislação da UE para a valorização de materiais dos resíduos de construção e demolição, as frações específicas por material, assim como a utilização segura, sustentável e circular de solos escavados.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Digitalização dos dados associados aos registos de consumos e compras de materiais

A Mota-Engil tem em desenvolvimento, desde 2021, um projeto para a implementação de uma ferramenta corporativa de registo de consumos, com impacto ESG (*Environmental, Social e Governance*). Em 2023, o Grupo alcançou um marco significativo ao concluir a inclusão da totalidade das naturezas de materiais e energia reportados e foi publicada uma instrução de trabalho dentro do processo de *Procurement and Logistics* da Mota-Engil Global.

Foi implementado um processo transversal relativo à receção, análise, reconhecimento e comunicação de consumos de materiais, com pedido de compra associado, evidenciando a segregação por reciclados e não reciclados, incluindo o inventário da pegada de carbono do Grupo, e disponibilizando a informação, de forma estruturada e rastreável, a todas as partes interessadas (internas e externas).

Ao adotar uma abordagem holística, a iniciativa permite a monitorização dos materiais reciclados e não reciclados, proporcionando uma visão abrangente da materialidade dos consumos. Essa compreensão mais aprofundada possibilitou a formulação de um plano para promover a eficiência e economias de escala.

Impulsionados pelas iniciativas da nova área de negócio corporativa MEXT, para a **Inovação** (Cap. 1.4.4.VI), o SWG da Circularidade participa em várias iniciativas corporativas de incentivo e difusão de práticas circulares, tendo sido iniciados os projetos do “MEXTLABs’ Projects”:

- *ME Zero Waste* – com o objetivo de anular os resíduos não tratados do negócio da E&C em África e América Latina, através de reutilização, reciclagem e valorização, energética ou outra;
- *Loop ME* – solução de comercialização digital (*marketplace*) para RCD, novos materiais originários de RCD, subprodutos ou materiais sobrantes;
- Incorporação de RCD em Materiais de Construção – através de um canal de impulsionamento de I&D em oportunidades circulares, tendo sido definidas como prioridades: estudar outras possíveis aplicações para a escória resultantes da incineração de RSU na EGF no sentido da valorização deste resíduo; promover a valorização da escória como camada de leito de pavimento ou sub-bases ligadas em vias rodoviárias, com projeto-piloto em 2024; estudar a valorização dos plásticos (tipo filme plástico ou bioplástico dos RSU da EGF) com a incorporação em misturas betuminosas.

No que diz respeito à **incorporação de materiais fresados em novas misturas betuminosas**, esta prática tem um grande contributo na minimização de impactos no planeta pela redução de exploração de recursos naturais e inexistência de todo processo produtivo associado (em concreto agregados e betume). Durante o ano de 2023, além de estudos realizados em laboratório tendo em vista aferir o comportamento de misturas betuminosas com incorporação de crescentes percentagens de material fresado, foi realizado um trecho-experimental e um trecho-piloto de uma camada de desgaste – a camada de maior relevância num pavimento rodoviário e onde atualmente existem maiores reticências na consideração da sua incorporação –, numa obra de um dos clientes de referência da área de pavimentações da Mota-Engil Engenharia e Construção.

Paralelamente, e investindo na maturidade de outros mercados internacionais para realizar incorporação de materiais fresados na produção de misturas betuminosas foi realizado um levantamento dos mercados do Grupo que possuem Centrais de Misturas Betuminosas preparadas para este efeito.

Relativamente à **incorporação de granulado de borracha em pavimentos rodoviários**, a incorporação de granulado de borracha proveniente de pneus fora de uso na produção de misturas betuminosas poderá ser uma das utilizações mais “nobres” a dar como destino a este tipo de material em fim de vida. Existem várias formas e tecnologias de se proceder à incorporação de borracha em misturas betuminosas a quente. A Mota-Engil Engenharia efetuou em 2021 na Subconcessão do Douro Interior um trecho-piloto de misturas betuminosas com incorporação de um tipo de borracha previamente reagido e ativado (RAR). Aproveitando este conhecimento, durante o ano de 2023 desenvolveu estudos laboratoriais tendo como objetivo aumentar o seu conhecimento nas diferentes formas de incorporar borracha em misturas betuminosas e qual o seu efeito no desempenho destas. O domínio das tecnologias e o conhecimento técnico são essenciais para que estas soluções possam ser viáveis e consideradas para implementação.

Relativamente à **incorporação de materiais reciclados ou que incorporem reciclados nos contratos de construção** em Portugal posteriores a 1 de julho de 2021, existe a obrigatoriedade de uma incorporação de pelo menos 10%. No sentido do cumprimento destas metas nos seus projetos a Mota-Engil, Engenharia e Construção SA, introduziu ações concretas e sistemáticas na logística das obras e estaleiros para ampliar a circularidade na sua atividade. Cumprindo com os requisitos legais de categorização e classificação dos RCD resultantes das várias atividades, tem vindo a incorporá-los em tarefas de índole definitiva como temporária, no âmbito dos próprios projetos, outros projetos ou mesmo de terceiros. A título de exemplo mencione-se:

- A recuperação e reutilização de madeiras;
- A britagem dos resíduos de misturas betuminosas e dos resíduos de betão, utilizando-os na construção de bases e sub-bases de caminhos, enchimentos, entre outros;
- A reutilização de balastro retirado de vias-férreas em camadas de coroamento, blocos técnicos, pavimentações e drenos;
- O encaminhamento para valorização de RCD tais como aço e blocos de betão que são completamente reintegrados como matéria-prima, nos processos de fabrico de novos materiais semelhantes utilizados de novo na construção das obras.

INICIATIVAS LOCAIS EM DESTAQUE

Incorporação de balastro retirado da via-férrea em obra

Em 2023, na Obra da Linha da Beira Alta (projeto da MEEC/MERW), em Mangualde (Portugal), foi feita a incorporação de balastro retirado da via-férrea.

De forma a classificar o balastro retirado da via-férrea, foram efetuadas análises ao mesmo, selecionando-se três locais junto aos aparelhos de lubrificação de vias, considerados como os mais desfavoráveis, para a recolha das amostras. De acordo com os resultados obtidos, o balastro foi considerado inerte, sendo enquadrado na categoria 2 do anexo I da “Regra Geral Resíduos de Balastro da Via-Férrea, 17 05 08 – Isenção de Licenciamento” emitida pela Agência Portuguesa do Ambiente.

Este material sofreu uma operação de britagem para poder ser incorporado em contexto de obra e foi reutilizado nas atividades: camada de coroamento; blocos técnicos; pavimentação; drenos. No total, incorporou-se em obra 104 086,4 toneladas de balastro, cujo destino final teria sido a valorização por entidade externa ou eliminação. Este projeto vem reforçar a importância e o potencial da reutilização de materiais em contexto de obra.

Circularidade de materiais no âmbito da certificação LEED

Em 2023, foi iniciada a fase de construção da Obra do Matadouro (projeto da MEEC) no Porto (Portugal) e que tem como objetivo a obtenção da Certificação LEED – Fase de Construção, nível Gold. A LEED - Leadership in Energy and Environmental Design é um sistema de certificação de construções sustentáveis que tem como objetivo promover práticas construtivas mais eficientes e menos prejudiciais ao ambiente.

Existem várias categorias da certificação – terrenos sustentáveis; eficiência hídrica; energia e atmosfera; materiais e recursos; qualidade do ambiente interno –, sendo que a ênfase da circularidade vai para a reutilização e reciclagem de materiais, onde se destacam as seguintes iniciativas pela empresa:

- Utilização dos perfis metálicos, retirados na fase das demolições, na contenção de edifícios;
- Recuperação e reutilização de toda a madeira das coberturas;
- Reutilização da pedra resultante das demolições para fechar vãos;
- Utilização de resíduos de construção e demolição como britado para enchimento dos pavimentos;
- Reutilização de diversos materiais como madeiras, telhas cerâmicas e telhas de vidro para diversos fins;
- Reciclagem de RCD’s resultantes das demolições/desconstruções da própria obra e incorporação nos materiais utilizados na construção: aço – incorporado 80 % de material reciclado (sucata); betão – CEM II/A-L42,5R incorporado 2,57% de material reciclado; microestacas – produto siderúrgico incorporado 20 % de material reciclado.

Estes materiais, em particular, utilizados na construção da obra incorporam percentagens de matéria-prima reciclada na sua composição. Todas estas medidas induzem na redução da extração da natureza de matérias-primas virgens, na economia de energia nas suas produções e na redução de desperdícios – tudo isto tópicos relevantes da economia circular.

Impacto gerado pela Unidade de Negócio de Ambiente

A **gestão de resíduos e os serviços de higiene urbana** são componentes vitais de uma infraestrutura promotora de saúde pública.

Entre as empresas do Grupo que operam neste setor, destaque-se os contratos de concessão celebrados entre o Estado Português e as empresas detidas pelo Grupo EGF, e que têm como objeto a exploração e a gestão de um **sistema de tratamento e de recolha seletiva de resíduos urbanos** em 174 Municípios de Portugal continental. No âmbito das suas atividades estão a recolha, tratamento e valorização dos resíduos, servindo aprox. 6,2 milhões de habitantes.

Destaca-se que em 2023, em Portugal, o Grupo através da EGF e Suma PT, recolheu/transportou 1 258 kt e tratou 3 239 kt de resíduos. Ao prevenir a propagação de doenças e preservar a qualidade ambiental (através da redução da poluição do ar, da água e dos solos e mantendo os espaços urbanos limpos), estes serviços contribuem para a redução dos riscos para a saúde e contribuem para o bem-estar geral e a prosperidade das populações/comunidades. A gestão eficiente dos resíduos promove o bem-estar comunitário e potencia um maior envolvimento, cooperação e sentimento de pertença da comunidade na manutenção de um ambiente limpo e saudável e na defesa do ambiente.

Resíduos tratados

3 239 kt

Resíduos recolhidos/transportados em Portugal

1 258 kt

Nesse sentido, é de referir a crescente **aposta internacional** do Grupo Mota-Engil, no desenvolvimento de sistemas de gestão resíduos com contratos em Portugal, Omã, Angola, Costa do Marfim, Moçambique e Brasil, incluindo estudos para novas oportunidades em vários outros mercados onde o Grupo já opera. De reforçar que dependendo do nível de desenvolvimento do país onde o Grupo opera, a Mota-Engil tem promovido soluções mais eficientes de forma a potenciar a diminuição da existência de depósitos de resíduos a céu aberto (ditas “lixeiros”), contribuindo para a salubridade e saúde das populações envolventes.

A **gestão eficiente de resíduos**, em especial se associada a uma estratégia eficaz de redução da sua geração, assegura a forte redução dos impactos negativos originados pela produção dos resíduos e pelo seu não tratamento, porém, mesmo operando segundo as melhores práticas, do funcionamento das infraestruturas geridas e dos serviços prestados decorrem alguns riscos ambientais cuja monitorização constante e esforço de contenção ajudam a atenuar os seus impactos negativos na saúde e bem-estar das comunidades locais. São os casos dos riscos de odores, de emissões fugitivas de GEE, de surgimento de pragas e insetos e da libertação de efluentes contaminados. No caso particular da valorização energética de resíduos urbanos – incineração – dela resultam emissões poluentes, com toxicidade. Embora a tecnologia atual permita reduzir esta emissão a níveis muito baixos, com evidência de muito baixo risco para a saúde humana, existe, mesmo assim, um potencial risco associado a exposições mantidas a longo prazo (i.e., exposição prolongada a doses muito reduzidas de substâncias com potencial patogénico). Por outro lado, a perceção de risco para a saúde pode em si mesma associar-se a uma redução de bem-estar psicológico ou subjetivo, particularmente entre indivíduos que residam nas imediações de centrais de tratamento de resíduos sólidos urbanos.

De referir a existência, por parte da Valorsul (Portugal), de um **Programa de Monitorização da Saúde Pública** na envolvente à Central de Tratamento de Resíduos Sólidos Urbanos de São João da Talha. É realizada a monitorização e vigilância da saúde humana na envolvente da Central de Valorização Energética (CVE) com as vertentes de vigilância biológica e de vigilância de efeitos adversos, e avaliação de uma série de indicadores psicossociais como a atitude dos residentes perante a CVE. De salientar que na avaliação dos efeitos para a saúde potencialmente associados à exposição a poluentes emitidos pela incineração, importa ter em conta a perceção de risco, bem como o bem-estar subjetivo e psicológico que lhe estão associados, determinados por múltiplos fatores intra e interpessoais.

Refira-se que, no âmbito dos contratos definidos, as empresas do Grupo realizam diversas **campanhas de comunicação e educação ambiental**, entre outras iniciativas, que visam promover a literacia dos consumidores, uma adequada recolha seletiva dos resíduos e potenciar a valorização dos mesmos. Dispõem de diversos **canais de comunicação** disponíveis, dos quais se destaca a linha da reciclagem.

Não obstante das iniciativas referidas, por forma a assegurar a **qualidade e segurança dos produtos/serviços** e **prevenir a ocorrência de incidentes** (Cap. 1.4.4.V), a Mota-Engil encontra-se na fase de globalização de um sistema integrado de gestão (ex. Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade) uno para todas as empresas, que se traduz em medidas ambientais tal como, na adoção de sistemas de controlo e monitorização (ar, água, solos, etc.), no investimento no tratamento dos seus efluentes, na formação dos seus trabalhadores, no compromisso de cumprimento da legislação e requisitos contratuais, na colaboração com as partes interessadas, na adesão às normas regulamentares e em investimentos em tecnologia e inovação para alcançar os seus objetivos de saúde pública, ao mesmo tempo que se proporciona valor às comunidades e à sociedade em geral. De forma a reforçar a importância da implementação deste sistema integrado a Mota-Engil tem uma aposta estratégica na certificação do respetivo sistema com base nos referenciais ISO 9001, 14001 e 45001, com um compromisso assumido através da definição do objetivo Estratégico da Certificação Global de todo o volume de negócio do Grupo até 2026.

INICIATIVA LOCAL EM DESTAQUE

Linha da reciclagem presta serviço público

A [Linha de Reciclagem](#) é um serviço público, gratuito e nacional que foi criado em outubro de 2021 para dar respostas eficazes aos cidadãos, principalmente para esclarecer dúvidas, pedidos de informação, sugestões, reclamações, elogios e pedidos de serviço relacionados com a recolha e tratamento de resíduos urbanos.

Quando se pensa em reciclagem, são muitas as dúvidas que surgem e para as quais nem sempre as pessoas têm as respostas imediatas. Nessa sequência, a EGF criou este serviço inovador ajuda a esclarecer diversas questões, recorrendo a processos de produção inovadores, à inteligência artificial, às ligações entre plataformas, como também ao bom senso.

A informação é centralizada numa plataforma multicanal onde toda a informação é gerida de forma mais rápida e eficaz. Em 2023, a Linha de Reciclagem recebeu, de todo o país, mais de 54 500 contactos gerados através das diferentes plataformas de contacto, como pedidos de serviço, pedidos de informação, sugestões e reclamações, sendo hoje uma via de contacto incontornável para quem precisa de ajuda quanto ao tema dos resíduos urbanos.

Ainda de realçar com o intuito de promover a saúde dos nossos trabalhadores que impactam na saúde pública, foi realizada, tal como já aconteceu nos anos anteriores, para as empresas do Grupo localizadas em Portugal, uma **campanha de vacinação** gratuita contra a gripe realizada para os colaboradores e em mobilidade internacional que se encontrem em Portugal.

IMPACTO GERADO PELA ATIVIDADE DA EGF

**Ecovalor**

Promover boas práticas ambientais em estabelecimentos de ensino em todo o país, premiando aquelas que apresentarem melhor desempenho na separação das suas embalagens usadas.

Em 2023:

1 155 Escolas inscritas
(+12% que em 2022)

351 345 Participantes
(+16% que em 2022)

4 975 toneladas Embalagens entregues para reciclagem
(+41% que em 2022)

199 737 € Prémios atribuídos

**Ecoeventos**

Apoiar eventos sustentáveis junto dos municípios e das organizações de Norte a Sul do país. Festivais de Verão, eventos desportivos, festas e romarias são o primeiro alvo desta campanha que pretende alargar hábitos ambientais adequados a todo o lado.

Em 2023:

335 Eventos realizados
(+35% que em 2022)

13,3 Milhões Participantes
(+38% que em 2022)

2 853 toneladas Material recolhido para reciclagem
(+342% que em 2022)

26 360 € Prémios atribuídos

**Toneladas de ajuda**

Valorizar os resíduos recicláveis que as instituições inscritas queiram entregar, nomeadamente embalagens plásticas, metálicas, papel, cartão e embalagens de vidro, em troca de uma contrapartida financeira.

Em 2023:

304 Organizações
(+14% que em 2022)

122 975 Participantes
(-18% que em 2022)

4 830 toneladas Embalagens entregues para reciclagem
(+13% que em 2022)

657 261 € Prémios atribuídos

**Ecopraias**

Sensibilizar os banhistas para deixarem as suas embalagens nos ecopontos à saída das praias e nunca abandonarem lixo no areal. São distribuídos sacos por forma a facilitar a separação do lixo na praia e para que no final do dia esta fique limpa.

Em 2023:

49 Ecopraias
(+7% que em 2022)

59 108 Participantes
(+9% que em 2022)

4 830 toneladas Embalagens entregues para reciclagem
(+9% que em 2022)

 <p>Mercado a reciclar</p> <p>Sensibilizar, em feiras e mercados, para a correta deposição dos resíduos e ajudar a criar condições para que esta aconteça nestes espaços, através da cedência de <i>ecobags</i>, sacos, suportes e material informativo aos comerciantes.</p> <p>Em 2023: 28 Mercados (+12% que em 2022) 10 961 Participantes (+28% que em 2022) 280 toneladas Embalagens entregues para reciclagem (+93% que em 2022)</p>	 <p>Comércio a reciclar</p> <p>Destia-se ao canal HORECA, comércio e serviços, e pretende dar apoio a todos os estabelecimentos existentes nas áreas abrangidas pelas concessionárias da EGF, a partir de uma relação próxima que tem como objetivo promover a separação das embalagens usadas de forma adequada.</p> <p>Em 2023: 80 Municípios (-18% que em 2022) 6 650 Participantes (+96% que em 2022)</p>	 <p>Recycle BinGo</p> <p>Funciona como um jogo que dá prémios a quem recicla. A missão principal é que os utilizadores realizem visitas ao seu ecoponto habitual que é localizado através da geolocalização do <i>smartphone</i> respetivo.</p> <p>Em 2023: 18 208 Utilizadores 4 284 € Prémios atribuídos</p>	<p>Outras campanhas de educação ambiental</p> <p>Em 2023: 946 Campanhas 554 959 Participantes 263 toneladas Embalagens entregues para reciclagem</p>
<p>Resultados globais das campanhas em 2023: 3 601 Plástico, metal e pacotes de bebida (+45% face a 2022) 2 541 toneladas Vidro (+100% face a 2022) 7 564 toneladas Papel/Cartão (+38% face a 2022) 14,6 Milhões Participantes (+39% face a 2022) 13,7 mil toneladas Embalagens (+49% face a 2022)</p> <p>Nota: Sem "Comércio a Reciclar" nem "Reciclar à Porta".</p>			

PRÓXIMOS PASSOS

- Conclusão e publicação do Manual de Circularidade do Grupo Mota-Engil (2024)
- Atualização do Manual de Estaleiros contemplando os capítulos de parque industrial de separação, seleção e valorização de resíduos, armazenamento de materiais e circularidade da água e da energia (2024)
- Capacitação dos laboratórios com equipamentos de recuperação de solventes (2024)
- Implementação de ferramenta corporativa global para relato e gestão dos resíduos gerados em cada local de produção (2024-2025)
- Implementação do primeiro piloto do projeto “SustainYards – MEXTLABS’ Projects”, impulsionado pela MEXT para operacionalizar as boas práticas do Manual de Estaleiros (2024-2025)
- Implementação do primeiro piloto do projeto “ME Zero Waste – MEXTLABS’ Projects” (2024-2025)
- Implementação do projeto “Loop ME – MEXTLABS’ Projects” (2024-2025)
- Realização de teste piloto com incorporação de escórias da EGF num dos projetos de Engenharia & Construção da Mota-Engil em Portugal (2024), no âmbito do projeto “Incorporação de RCD’s em Materiais de Construção”
- Elaboração do Plano de Formação em Circularidade (2024-2025)

1.4.3 Informação social

I. Saúde e segurança no trabalho



GRI 3-3, 403-1, 403-5, 403-6, 403-8, 403-9, 403-10
ESRS SBM-2, SBM-3, MDR-A, MDR-M, MDR-T, S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-14

Garantir um ambiente seguro e saudável para os colaboradores, promovendo condições de trabalho dignas, é uma prioridade do Grupo Mota-Engil. Este compromisso visa garantir o bem-estar, proporcionando conforto, proteção e uma saúde mais duradoura às suas pessoas. É um compromisso assumido com a qualidade de vida dos colaboradores bem como das pessoas que possam ser influenciadas pela atividade do Grupo. A ocorrência de acidentes de trabalho e de doenças profissionais – quer físicas, quer mentais – têm potenciais consequências na vida dos colaboradores e das suas famílias, assim como na competitividade e reputação do Grupo, podendo comprometer a concretização dos objetivos definidos neste âmbito.

Deste modo, é prioritário para o Grupo Mota-Engil a implementação efetiva de uma cultura e identidade de Saúde e Segurança no Trabalho (SST), plenamente integrada e disseminada pelas diferentes geografias.

Gestão da segurança e saúde no trabalho

Na Mota-Engil temos definida uma **área corporativa SHEQ – Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade**, responsável por integrar, alinhar métodos e potenciar a melhoria contínua das respetivas áreas, transversalmente às várias Unidades de Negócio do Grupo, criando assim uma cultura de prevenção onde as pessoas estão no centro.

O Sistema de Gestão do Grupo está apoiado numa [Política Integrada SHEQ](#) baseada em requisitos legais, contratuais, internos do Grupo e normativos, que se traduz em vários compromissos.

Com o intuito de garantir um maior alinhamento com a estratégia do Grupo e os mais recentes requisitos ao nível da sustentabilidade, a Política foi revista em 2023. Esta revisão promoveu um maior foco na realidade operacional das várias Unidades de Negócio. O documento foi aprovado pelo Conselho de Administração do Grupo Mota-Engil e divulgado em toda a organização.

Política Integrada SHEQ

Objetivos



- Envolvimento das partes interessadas
- Envolvimento da gestão de topo, muito assente na liderança pelo exemplo
- Maior enfoque a todas as dimensões da saúde, nomeadamente a saúde mental e o bem-estar geral
- Reconhecimento e responsabilização
- Postura cada vez mais preventiva, dando cada vez maior importância ao quase acidente ("near miss");
- Rigor e fiabilidade no reporte e tratamento de dados

Premissas



- Alinhamento com o Plano Estratégico da Mota-Engil
- Ação no âmbito da Sustentabilidade
- Aplicável a todas as Unidades de Negócio, mercados, empresas, projetos e contratos
- Integração dos sistemas de gestão de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (SHEQ)
- Eficiência da organização

Principais eixos de atuação



- Integração de Sistemas
- Relatório direto SHEQ à gestão de topo (Empoderamento e Neutralidade)
- Liderança pelo exemplo
- Responsabilidade (Reconhecimento/Penalização)
- Regras de Ouro
- SHEQ Moments e Tool Box Talk
- Comité SHEQ
- Riscos e Oportunidades
- Certificação
- Pool de Auditores
- Zero Acidentes e Saúde Mental
- Formação
- Investigação de acidentes
- Saúde Física e Mental (Exames Médicos e Serviços de Apoio)
- Controlo da Cadeia de Abastecimento
- Alterações Climáticas e Biodiversidade
- Transição Energética

Ao nível da gestão dos riscos relacionados com a segurança ocupacional, a mesma é coordenada diretamente pelas respetivas áreas SHEQ dos diferentes projetos/contratos locais do Grupo, sendo apoiada e supervisionada, quer pelo nível de empresa/mercado, quer pela Área Corporativa SHEQ, de forma consolidada (Cap. 1.4.1.II).

A Certificação é usada internamente como um veículo de implementação de disciplina, harmonização e melhoria contínua, tendo atualmente várias empresas do Grupo sistemas de gestão certificados em segurança e saúde do trabalho (ISO 45001), para além da gestão do ambiente (ISO 14001), da qualidade (ISO 9001), entre outras certificações

O processo de **certificação global (ISO 9001, 14001 e 45001)**, iniciado em 2019 para a região África e visando a obtenção do certificado para as empresas de Engenharia e Construção e Empresas de Gestão de Resíduos em 2020, tem vindo a ser alargado a mais geografias e as diferentes áreas de negócio. Em 2023, este inclui já todas as empresas com projetos ativos de Engenharia e Construção, nas várias geografias onde o Grupo atua, nomeadamente América Latina, Europa e África. Pretende-se assim que, até 2026, todas as empresas sejam incluídas na certificação global, para que, dessa forma, o Grupo disponha de um sistema uno, transversal e simultaneamente capaz de absorver as especificidades e requisitos de cada geografia (Cap. 1.4.4.V). Destaca-se que cerca de 87% dos trabalhadores em 2023 se encontram abrangidos por um sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho certificado à luz da norma ISO 45001:2018 (certificação global e individuais).

Acidentes de trabalho e doenças ocupacionais

No âmbito do Plano Estratégico Mota-Engil 2022-2026 (Cap. 1.2.3), foi definida como meta, a **redução em 50%, até 2026, do LTIFR – Lost Time Injury Frequency Rate (Índice de acidentes de trabalho com baixa)**. Como tal, o LTIFR⁵ foi igualmente selecionado como KPI – Key Performance Indicator, para a avaliação do desempenho no âmbito da emissão de *Sustainability-linked Bonds* emitidas em 2021 (2021-2026), em 2022 (2022-2027), para as novas emitidas em 2023 (2023-2028) e oferta particular e direta, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrita pelo Banco Montepio, “Sustainability- Linked Bonds Mota-Engil 2023-2027”, tendo este KPI como âmbito os projetos de Engenharia e Construção – sendo esta a Unidade de Negócio com maior expressão no Grupo –, e tendo por *baseline* o ano de 2020.

Sendo a vida de cada um dos colaboradores do Grupo uma das principais prioridades, alcançar “**ZERO acidentes mortais**” é também um dos objetivos primordiais. De referir que este objetivo está contemplado no Sistema de Incentivos à Produção (SIP) e que tem vindo a ser progressivamente implementado no Grupo.

Os acidentes fatais fizeram parte das operações em 2023, tendo a lamentar a ocorrência de 10 acidentes mortais em operações ocorridas nas áreas da Engenharia e Construção e Ambiente. Todos os acidentes, independentemente da sua gravidade, são registados e é efetuada uma análise das causas na sua origem. Todas as ocorrências graves são alvo de rigorosa investigação e análise, efetuadas por comissões de inquérito, envolve, não só as equipas dos projetos e mercados em causa, mas também, sempre que necessário, a área corporativa SHEQ e as áreas internas de especialidade. De referir que as comissões de inquérito prestam resultados à Administração da Mota-Engil. Neste âmbito, é reforçado o compromisso da implementação de ações específicas nas empresas contratos e unidades de negócio, complementadas com ações transversais a todo Grupo, visando evitar a sua recorrência.

Perante os números anormalmente elevados da sinistralidade mortal, o Grupo, em sede da reunião do **Comité Global SHEQ**, encabeçado pelo Presidente do Conselho de Administração e CEO, e pelo Vice-Presidente, refletiu, analisou e destacou os aspetos que virão a constituir os pilares de um plano de atuação para 2024 com o intuito exclusivo de combater a sinistralidade laboral (caixa de destaque).

Para além da investigação das fatalidades e restantes incidentes graves, destaca-se a análise quantitativa através do cálculo do indicador LTIFR (conforme definido pela OIT – Organização Internacional do Trabalho) e qualitativa dos acidentes de trabalho com baixa, com o intuito de reforçar as ações preventivas, evitando assim que as causas dos acidentes de trabalho com baixa evoluam para uma fatalidade.

Em 2023 registámos uma diminuição no número total de acidentes com baixa. Esta diminuição efetiva, conjugada com um aumento considerável do número de horas trabalhadas, resultou numa melhoria (diminuição), também considerável, do índice de frequência de acidentes com baixa, ou seja, um menor número de acidentes resultando em incapacidade para o trabalho, por cada milhão de horas/homem trabalhadas.

Comparando os dados de desempenho globais do Grupo de 2023 por área de negócio, verifica-se que é na área de Ambiente que se contabiliza a larga maioria dos acidentes de trabalho com baixa, representando aproximadamente 70% dos casos. As lesões musculó-esqueléticas continuam a representar a quase totalidade dos casos de doenças profissionais confirmadas.

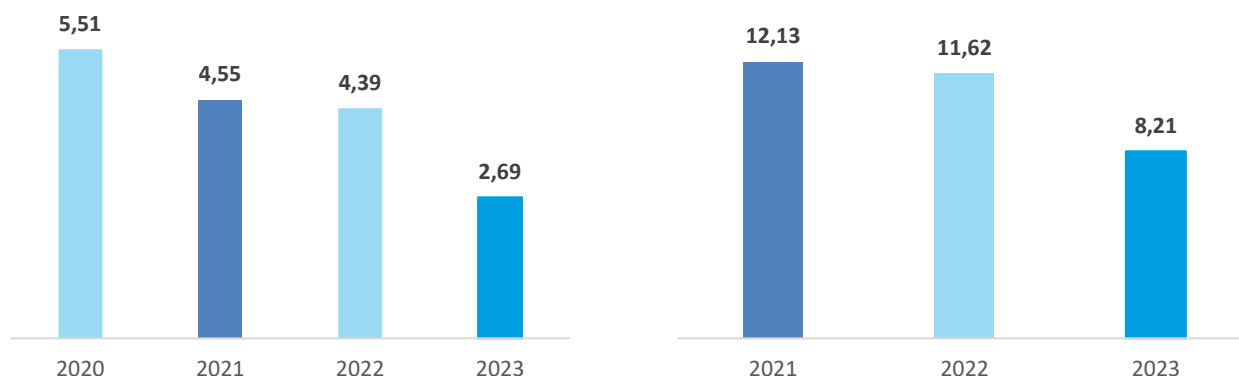
⁵ Este indicador foi sujeito a uma verificação externa por entidade independente, cuja declaração de verificação está integrada no presente documento.

Unidade de negócio	2023		2022		2021	
	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa
E&C Europa	0	94	0	115	0	130
E&C África	3	92	1	75	3	70
E&C América Latina	4	76	1	104	1	64
Ambiente	3	700	2	699	0	681
MEXT	0	0	-	-	-	-
Capital	0	74	0	89	0	78
Holding e outros	0	1	0	0	-	-
Total Grupo Mota-Engil	10	1 037	4	1 082	4	1 023
Total E&C	7	262	2	294	4	264

Unidade de negócio	2023		2022		2021	
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)
E&C Europa	0,00	15,88	0,00	19,57	0,00	20,05
E&C África	0,07	2,01	0,03	2,08	0,11	2,49
E&C América Latina	0,09	1,66	0,04	4,15	0,04	2,73
Ambiente	0,12	27,61	0,09	30,29	0,00	28,21
MEXT	0,00	0,00	-	-	-	-
Capital	0,00	26,78	0,00	35,33	0,00	35,19
Holding e outros	0,00	1,58	0,00	0,00	-	-
Total Grupo Mota-Engil	0,08	8,21	0,04	11,62	0,05	12,13
Total E&C	0,07	2,69	0,03	4,39	0,07	4,55

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador 403-9.

Índice global de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR) Índice de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR) nos projetos de E&C



Objetivo estratégico: 50% de redução do Índice de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR) até 2026, (vs 2020 BU E&C e vs 2021 Grupo ME)

Reforço das medidas de prevenção e controlo

Com base nos compromissos definidos e em função do desempenho verificado, a Mota-Engil pretende alavancar ações organizacionais e operacionais de prevenção dedicadas à melhoria do desempenho da segurança laboral, ações e iniciativas assentes na **partilha e uniformização das melhores práticas** das várias empresas do Grupo. Tendo por base as causas dos acidentes e dos processos de avaliação de risco, procura-se, em função da **hierarquia de controlos**, adotar as práticas e ferramentas de trabalho, incluindo o desenvolvimento de novas soluções de engenharia e segurança. Os principais pilares de atuação são a **formação e competências, adequação dos recursos humanos, liderança, responsabilização e reconhecimento, e digitalização de processos**.

De referir que, como em anos anteriores, o ano de 2023 foi alvo de uma ação corporativa de **consulta e participação aos trabalhadores**. Esta ação que se quer como um complemento a outras neste âmbito, tal como os Comitês SHEQ, visa garantir a consulta dos trabalhadores em matérias de segurança, saúde, ambiente e qualidade, bem como promover o seu contributo que leve à tomada de ações de melhoria. De reforçar que, para além desta iniciativa corporativa transversal a todo o universo de empresas e geografias do Grupo, localmente esta iniciativa também é reforçada com uma consulta dedicada aos seus trabalhadores.

Neste contexto, em 2023 destaca-se a realização do **Comité Global SHEQ e dos SHEQ Moments**.

Foram igualmente desenvolvidas iniciativas focadas na prevenção e proatividade, como o reforço na implementação das **Regras de Ouro**, na promoção da liderança visível, perceptível e baseada no exemplo – **visible felt leadership** –, no incremento, na identificação e tratamento dos quase acidentes, entre outras.

De referir que, em resposta à sinistralidade mortal verificada, foi pela primeira vez decretado no Grupo Mota-Engil, uma paragem total das operações de mineração durante uma hora, durante a qual, a gestão de topo de cada um destes projetos apresentou às suas equipas as principais medidas e orientações para diminuição da sinistralidade naquele tipo de projetos. Esta iniciativa decorreu em maio de 2023.

INICIATIVAS CORPORATIVAS EM DESTAQUE

6.º Comité Global SHEQ dedicado ao tema da segurança no trabalho

O Comité Global SHEQ é uma prática instituída há vários anos no Grupo Mota-Engil, com o objetivo de promover um momento de reflexão conjunta com os Diretores SHEQ de todas as empresas das várias Unidades de Negócio do Grupo, sobre temas materiais ligados às áreas SHEQ com base na *performance* do respetivo ano, novas exigências regulamentares, requisitos e preocupações internas.

A edição de 2023 ficou marcada pelo reforço da importância dos temas da segurança e respetiva *performance*, com a especial participação da gestão de topo de todas as Unidades de Negócio, respetivas empresas e geografias, para além da habitual participação dos respetivos Gestores SHEQ. A liderança do evento ficou a cargo do Presidente do Conselho de Administração, o Eng.º Carlos Mota Santos, e o Vice CEO, o Eng.º Manuel António Mota com o apoio do Diretor SHEQ e ESG do Grupo, Eng.º José da Silva Almeida.

O tema central do encontro foi a discussão das estratégias de Segurança e Saúde no Trabalho e na cultura de prevenção, alinhada com a Política SHEQ do Grupo. A participação ativa da gestão de topo e gestores SHEQ, evidenciou a importância atribuída à segurança e saúde do Grupo, especialmente com um foco na prevenção e na cultura de ZERO acidentes.

De reforçar que em 2023, para além do Comité Global SHEQ também foram realizados os **Comité Regionais SHEQ**, nas regiões África e LATAM respetivamente, tendo sido liderados pelos respetivos CEO, com a participação das Direções dos vários mercados/empresas e respetivos Gestores SHEQ.

SHEQ Moments

Em 2023, os SHEQ *Moments* estabeleceram-se como uma rotina obrigatória – reforçado na Política SHEQ –, sendo integrados como prólogos em todas as reuniões formais nas Unidades de Negócio, empresas e geografias do Grupo Mota-Engil. O mote de reforço foi dado pela Administração que instituiu a rotina destes SHEQ *Moments* nas reuniões da Comissão Executiva do Grupo, tendo inclusivamente o Presidente reforçado esta obrigatoriedade em vários momentos de comunicação interna.

O objetivo dos SHEQ *Moments* é a sensibilização para temas materiais da segurança, saúde e bem-estar das pessoas, bem como da qualidade dos serviços prestados e produtos produzidos, e a preservação do ambiente. Em 2023, foi dada especial atenção aos temas associados à segurança e saúde no trabalho, face à sinistralidade grave registada e à necessidade premente de prevenção da saúde, nomeadamente da saúde mental – uma das mais recentes áreas de intervenção do Grupo.

A implementação dos SHEQ *Moments* impulsionou a consciencialização, o diálogo, a intervenção precoce e a participação ativa da gestão de topo na segurança física e psicológica dos colaboradores. Esta prática está intrinsecamente alinhada com a Política SHEQ, refletindo o compromisso com a liderança pelo exemplo.

Reforço das Regras de Ouro

A estratégia de divulgação e fortalecimento das Regras de Ouro tornou-se uma prioridade no Grupo Mota-Engil, como um dos principais eixos de atuação na prevenção. Em 2023, foi conduzida a divulgação do enquadramento e do respetivo regulamento através de uma Ordem de Serviço e um vídeo protagonizado pelo Vice CEO do Grupo, Eng.º Manuel António da Mota. A iniciativa visa esclarecer o enquadramento e regulamento associados à implementação das Regras de Ouro e reforçar o compromisso e envolvimento da gestão de topo nas presentes regras.

Cada um dos reforços das Regras de Ouro será alvo de Ordens de Serviço e vídeos explicativos específicos, permitindo um maior foco na comunicação dos conteúdos individuais e garantindo tempo adequado para uma aprendizagem eficaz e implementação prática. O primeiro filme, divulgado em 2023, concentrou-se na regra sobre Condução Segura (“Safe Driving”).

A disseminação da informação ocorreu em diversos idiomas e formatos (*posters*, formações) para garantir que todos os colaboradores do Grupo e subcontratados têm acesso à informação e que os conteúdos são facilmente absorvidos.

GOLDEN RULES SHEQ



OBJETIVOS

- Melhorar as **condições de trabalho**
- Avaliar o **desempenho dos colaboradores**
- Proteger o **ambiente** e o **planeta**
- Garantir a **satisfação dos clientes**
- Garantir que a **segurança, saúde e a preservação do ambiente** são prioridades

Reconhecendo que os fatores de risco psicossocial influenciam a ocorrência de acidentes, o ano de 2023 ficou marcado pela contratação de uma especialista em **saúde mental** – *Wellness Manager* – que veio reforçar a área SHEQ Corporativa com a criação de uma nova área corporativa dedicada ao tema. Resultante da nova estrutura, foi desenvolvida uma estratégia para a gestão da Saúde Mental – *Wellness Program* – cujo objetivo é o fortalecimento de uma cultura de saúde no Grupo Mota-Engil. Neste âmbito, implementou-se um conjunto de iniciativas de avaliação de riscos psicossociais e de intervenção, envolvendo as lideranças e os colaboradores, para melhorar a gestão destes riscos e consequentemente atuar sobre a diminuição de acidentes.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

***Wellness Program*: estratégia de saúde mental**

O *Wellness Program* foi construído com base em três pilares de atuação, que se complementam mutuamente e permitem realizar intervenções progressivamente mais específicas no universo do Grupo Mota-Engil. Esta abordagem possibilita uma compreensão cada vez mais aprofundada das necessidades individuais dentro do Grupo, facilitando intervenções direcionadas quando necessário.



O principal objetivo do programa é a identificação e prevenção de riscos psicossociais, bem como o desenvolvimento de ações para a sua mitigação, promotoras da criação de uma cultura de bem-estar, transversal a todos os níveis da Organização e com especial enfoque para a gestão de topo, dado o impacto que a liderança tem na saúde psicológica dos colaboradores. Pretende-se aumentar não só a literacia em saúde mental dos colaboradores do Grupo Mota-Engil, como também fornecer estratégias para, na sua rotina, terem uma melhor saúde mental e gerirem mais eficazmente os riscos psicossociais.

A construção do programa teve início em maio de 2023, com iniciativas realizadas ao longo desse ano e tendo já a calendarização de 2024 definida.

O lançamento oficial do programa deu-se no dia 10 de outubro, Dia Mundial da Saúde Mental, tendo sido realizadas duas *Inspirational Sessions* sobre Felicidade Organizacional e lançado uma indução *online* obrigatória de Saúde Mental para novos colaboradores (estando igualmente disponível para os restantes).

Para a avaliação de riscos psicossociais, foi iniciado um projeto piloto com três empresas do Grupo, no sentido de promover e uniformizar a avaliação e gestão dessa tipologia de riscos. Adicionalmente, o Grupo para além de aderir à ASM – Aliança para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho, tem participado em *webinars*/seminários sobre o tema, quer como oradores quer como participantes, nomeadamente: *Happiness Camp*, *Mental Health Summit* Católica, 1º Congresso Nacional de Saúde Mental no Local de Trabalho, 1ª Conferência de Saúde Mental - Cuidar da mente é investir nas empresas e *Recovery Summit - II Congresso Internacional*.

Destaca-se ainda a realização, em outubro, da formação "Happiness Angels" destinada aos *focal points* SHEQ e Recursos Humanos. Esta formação visou capacitar esses colaboradores com conhecimentos ao nível da saúde psicológica, empatia e comunicação, para que possam contribuir de forma ativa e pró-ativa para a construção de uma cultura de bem-estar. Em dezembro foi realizada uma formação para a gestão de topo do Grupo sobre o impacto da liderança na saúde mental e formas diretas de a gestão contribuir para o bem-estar da empresa e dos colaboradores.

No âmbito do Manual do Estaleiro já existente para Engenharia e Construção, foi também desenvolvida, em 2023, uma iniciativa denominada “Sustainyards”, que visa criar estaleiros mais sustentáveis.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Sustainyards

Em 2023, a MEXT com base em projetos de inovação identificou a oportunidade de dar uma nova dimensão ao Manual de Estaleiro já existente para Engenharia e Construção, no sentido de criar estaleiros ainda mais sustentáveis, quer a nível ambiental, quer a nível social. Nesse sentido, foi constituído um Grupo de Trabalho, com membros de diferentes áreas de conhecimento dentro do Grupo, que lidera o macro-projeto *Sustainyards*.

O *Sustainyards* contempla um conjunto de projetos focados nas várias dimensões de um estaleiro sustentável, nomeadamente em: identificar oportunidades para melhorar as condições sociais, de saúde e bem-estar dos colaboradores; melhorar a eficiência energética e reduzir a pegada de carbono dos estaleiros; e reduzir a produção de resíduos, assim como promover ações de circularidade.

Estes projetos estão a ser desenvolvidos numa estreita colaboração entre as estratégias de Inovação e Sustentabilidade do Grupo.

O ano fica ainda marcado pela comemoração, de uma forma diferente, do **Dia Mundial Da Segurança e Saúde no Trabalho**, que potenciou uma iniciativa global que abrangeu todas as Unidades de Negócio e respetivas empresas. As Unidades foram incentivadas a realizar uma **campanha de sensibilização liderada pela gestão operacional**, com a participação de todos os seus colaboradores, com base nos riscos associados aos incidentes ocorridos na sua empresa/obra/estabelecimento. Esta iniciativa teve como base reforçar o envolvimento da gestão de topo nas campanhas de sensibilização de segurança com o intuito de reforçar a prevenção nas operações.

No que diz respeito à **digitalização de processos**, foi criado, em 2023, um grupo de trabalho ao nível Corporativo, com a representação das várias áreas de negócio e geografias, com o objetivo de criar uma plataforma digital com o intuito de melhorar o fluxo de informação (Cap. 1.4.4.VI). Essa plataforma, baseada na adaptação de uma já existente numa das empresas do Grupo, terá várias aplicações, dando-se dado prioridade ao registo dos incidentes.

PRÓXIMOS PASSOS

- Implementação do regulamento de valorização e penalização em função do desempenho global de segurança (2024)
- Desenvolvimento de plataforma digital para gestão dos incidentes (2024)
- Melhoria da análise dos incidentes com especial enfoque num estudo dedicado ao estado da arte e ponto de situação relativamente aos quase acidentes e implementação de metodologias para a alavancagem do seu registo, tratamento e definição de ações visando uma atuação cada vez mais assente na prevenção (2024)
- Melhoria das competências através do desenvolvimento de um programa de formação SHEQ, contínuo e obrigatório, com especial enfoque nas chefias operacionais e colaboradores SHEQ (2024)
- Disponibilização de serviços de saúde psicológica a todos os colaboradores do Grupo Mota-Engil (2024)
- Implementação e uniformização do processo de avaliação de riscos psicossociais e monitorização da implementação de ações em sede de auditoria interna (2024)
- Manutenção da coordenação contínua entre a área SHEQ corporativa e os *focal points* das diferentes Unidades de Negócio com o objetivo de promover uma cultura preventiva SHEQ (processo contínuo)

II. Gestão do talento



GRI 3-3, 2-7, 2-30, 202-2, 401-1, 404-1, 404-3, 405-1, 405-2

ESRS SBM-1, SBM-2, SBM-3, MDR-A, MDR-M, MDR-T, S1-1, S1-2, S1-4, S1-5, S1-6, S1-8, S1-9, S1-13, S1-16

Os colaboradores desempenham um papel crucial no sucesso e sustentabilidade do negócio da Mota-Engil, salientando-se igualmente a geração de impacto social e económico, junto das comunidades locais onde o Grupo opera, em resultado dos mais de 50.000 empregos assegurados, distribuídos pelos mais de 20 países onde marca presença.

Consciente do papel determinante que possui no contributo para os Objetivos de Desenvolvimento Sustentáveis (ODS), o Grupo incorporou e reforçou no seu Plano Estratégico 2026 (Cap. 1.4.1.I), as seguintes metas estratégicas:

- Alcançar **30% de mulheres recrutadas promovidas a cargos de gestão em 2026**, colocando o “Gender Equality” no foco da sua ação;
- Alcançar **75% de quadros locais em cargos de gestão em 2026**.

De referir que a segunda meta indicada surge como nova, em resultado da análise de dupla materialidade realizada (Cap. 1.4.1.III).

Deste modo, a gestão do talento, nas suas diferentes vertentes – criação de emprego local e desenvolvimento de competências, diversidade, equidade e inclusão, educação e formação, condições de trabalho e proteção social, práticas laborais e progressão na carreira – é um tema de importância estratégica para o Grupo e que surgiu reforçado como resultado do exercício de dupla materialidade (Cap. 1.4.1.III). Saliente-se que esta relevância vem igualmente expressa pelo facto do RH corporativo responder diretamente ao CEO da Mota-Engil.

A **política de recursos humanos** (RH) representa um pilar central no apoio ao crescimento, diversificação e expansão internacional do Grupo Mota-Engil. Alinhada com o Plano Estratégico *Building 26* (Cap. 1.2.3), encontra-se estruturada em quatro pilares essenciais:

- **Cultura de mérito** – a ambição é um valor intrínseco ao ADN da Mota-Engil e, nesse sentido, promove-se uma filosofia assente na gestão e reconhecimento do mérito, que encoraje as suas pessoas a procurar novos desafios, a crescer e a superar barreiras;
- **Mobilidade global de quadros** – os desafios da diversificação e internacionalização do Grupo têm exigido, crescentemente, a capacidade de transformar a mobilidade num vetor ímpar para a presença da empresa junto dos clientes, parceiros e comunidades, e um fator de coesão, intercâmbio e crescimento das suas Pessoas;
- **Reforço da cultura e modelo organizacional** – sob o lema “um só Grupo, um só Projeto, uma só Estratégia”, a Mota-Engil investe na implementação de um modelo organizacional uniforme e transversal ao Grupo, que seja um elemento facilitador da comunicação, que incremente a eficiência dos processos e incentive a mobilidade entre mercados e regiões;
- **Desenvolvimento e transversalidade de competências** – “Somos o que fazemos”, a Mota-Engil acredita que o principal fator distintivo reside nas pessoas, na experiência e *know-how* acumulados, na diversidade e na inteligência distribuída dentro do Grupo e, nesse sentido, atua na preparação, capacitação e desenvolvimento das competências dos seus colaboradores(as) de modo a garantir a transversalidade do conhecimento dentro da Mota-Engil.

A política assume-se como uma ferramenta que visa estabelecer e homogeneizar diretrizes e padrões para a gestão de recursos humanos, respeitando as especificidades locais dos mercados onde o Grupo desenvolve a sua atividade.

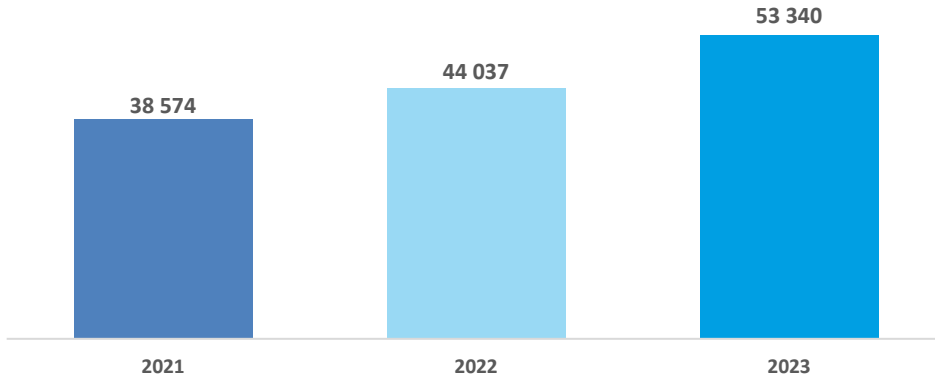
Abordagem à gestão de pessoas



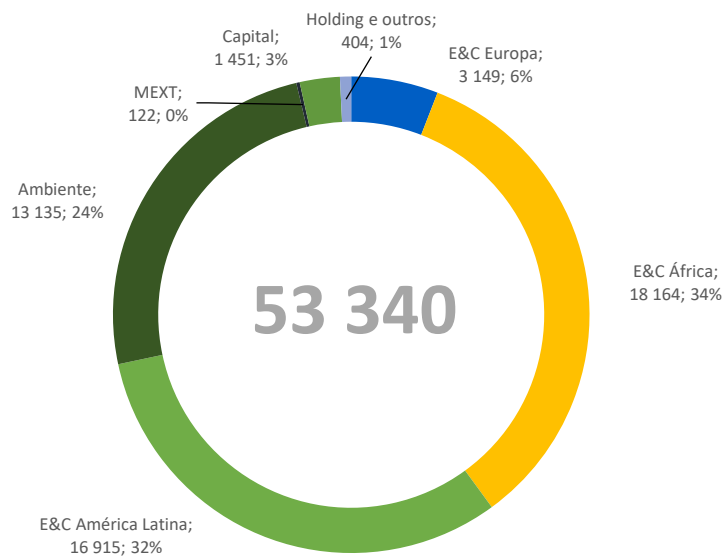
os objetivos

- Padronizar práticas**
 Garantir que as práticas inerentes à gestão de recursos humanos, como recrutamento, gestão de desempenho entre outras são consistentes em todo o Grupo.
- Alinhamento com as estratégias globais**
 Garantir que as práticas de recursos humanos estão de acordo com os objetivos e estratégias da organização e contribuem para a sua prossecução.
- Mobilidade global**
 Facilitar o processo de mobilidade entre as diversidades áreas e geografias do Grupo, através da transparência de práticas.
- Eficiência operacional**
 Reduzir a complexidade e custos associados à gestão de recursos humanos.
- Diversidade e inclusão**
 Fomentar o bem-estar e igualdade, através da implementação e difusão de programas e campanhas que visem melhorar o ambiente de trabalho e promovam a igualdade de género, a diversidade e a inclusão.

Número total de colaboradores



Distribuição dos colaboradores por Unidade de Negócio em 2023



Com o objetivo de transpor para a gestão das pessoas do Grupo as prioridades definidas ao nível do Plano Estratégico, surgiu o **People Plan**. Definido anualmente, tem como propósito fixar os objetivos e metas anuais a atingir, bem como definir as principais iniciativas de RH com caráter transversal às diferentes empresas/mercados. O plano tem por base cinco eixos principais, em torno dos quais se desenvolvem uma multiplicidade de projetos e iniciativas, tanto de cariz inovador como de manutenção e melhoria dos processos existentes.

People Enablers

Plano difundido por todos os mercados e áreas do Grupo e que conta com a participação dos mesmos

Objetivos 2024

≥75

Engagement dos colaboradores

Satisfação dos colaboradores (%)

≥80

Atração de Talento

% de posições-chave recrutadas

≥80

Inovação de Recursos Humanos

% de atividades de inovação de RH atingidas

Objetivos 2024

≥75

People Index

% de adesão ao ME People Index (MEPI)

≥26

Mulheres em Posições de Gestão

% de Mulheres em posições de gestão

≥73

Quadros Locais em Posições de Gestão

% de quadros locais em posições de gestão

No que diz respeito à satisfação dos colaboradores, refira-se que, em 2022, foi lançado o “**MotivE**” – primeiro **questionário de satisfação** direcionado a todos os colaboradores do Grupo, abrangendo a globalidade das áreas de negócio, geografias e empresas. A realização deste inquérito permitiu não só uma visão aprofundada do grau de satisfação e fatores valorizados pelos colaboradores, bem como uma análise comparada no Grupo. O inquérito foi fechado com mais de 19 000 respostas e obteve um nível de felicidade/satisfação geral de 72%, sendo que, os colaboradores estão satisfeitos principalmente com a formação, o trabalho e a liderança.

Na sequência da realização do inquérito, foi definido um plano de ação global com iniciativas ao nível corporativo, bem como planos de ação locais em cada uma das empresas/mercados do Grupo e cujas ações visam a melhoria das respetivas realidades locais. No total, foram definidas mais de 200 medidas em todo o Grupo, com foco nas diversas dimensões avaliadas no questionário – destacando-se as dimensões de comunicação, liderança e compensação como as mais trabalhadas –, cuja implementação decorreu ao longo do ano de 2023.

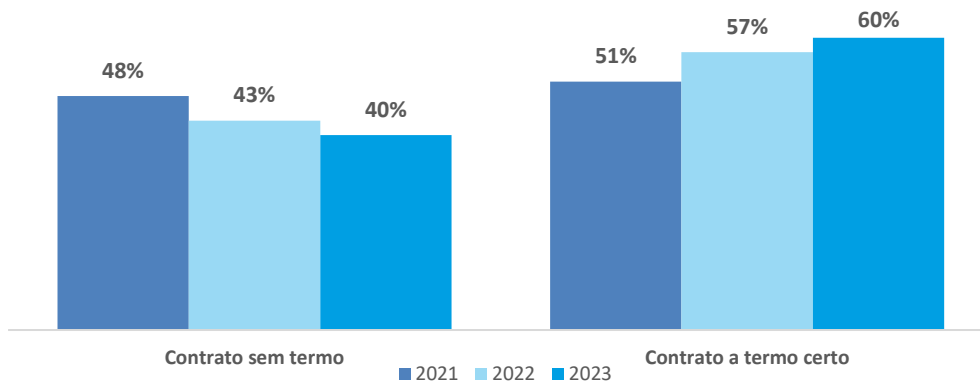
Em 2024 será lançado um novo questionário de satisfação, sendo que esta segunda avaliação permitirá avaliar os níveis de satisfação e *engagement* dos colaboradores. Esta análise irá permitir avaliar o impacto dos planos de ação desenvolvidos e implementados nas diversas empresas do Grupo, e de que forma os mesmos contribuíram para a satisfação dos colaboradores.

Como suporte à política de gestão de pessoas, refira-se a importância do processo de **transformação digital** em curso (Cap. 1.4.4.VI), que tem permitido uma comunicação e gestão mais modernas e efetivas. Esta aposta valeu ao Grupo Mota-Engil a distinção num evento anual de RH (*HR Connect*) promovido pela SAP, em duas categorias: *change management* (atribuído por votação do júri); e *HR Branding* (atribuído por votação do público).

Práticas de contratação e mobilidade

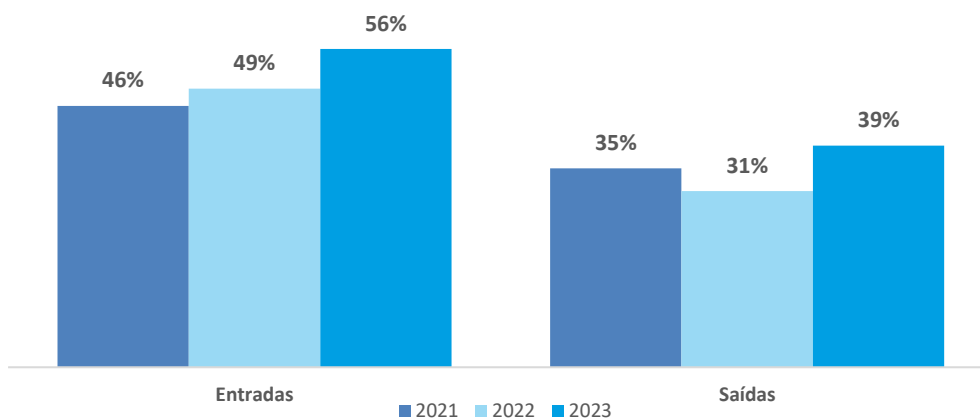
Num mercado global e altamente competitivo, atrair e reter pessoas qualificadas e motivadas é determinante para o sucesso da missão e objetivos do Grupo, especialmente num contexto de crescimento e expansão muito expressivos como aquele que se verifica na Mota-Engil.

Evolução da tipologia de contrato



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso a mais informações sobre o indicador GRI 2-7.

Evolução da taxa de entradas e saídas



Nota 1: Remete-se para a Tabela GRI para acesso a mais informações sobre o indicador 401-1.

Nota 2: Os valores das taxas de entradas e saídas estão intrinsecamente associados ao início e término dos projetos, obras e contratos do Grupo.

Com o objetivo de apoiar as nossas múltiplas geografias na contratação de posições críticas e tornar o processo mais eficiente, surgiu em 2022 a **Central Global de Recrutamento**, tendo-se em 2023 consolidado o seu funcionamento.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Consolidação da Central Global de Recrutamento

Em 2023 consolidou-se o funcionamento da Central Global de Recrutamento, tendo sido otimizada a eficiência do processo e promovidas novas soluções num contexto de grande adversidade do mercado de trabalho e escassez de talento, a par com a necessidade crescente de contratação.

Foi alcançado um número recorde de processos de recrutamento/mobilizações e melhoria do lead time de recrutamento, sendo que o âmbito de intervenção chegou aos mercados nos três continentes onde o Grupo Mota-Engil atua – Europa, África e América Latina.

Em 2023 alcançou-se:

Mais de **600** contratações/mobilizações

Menos de **50** dias de Lead Time processo de seleção⁶

Enfoque do recrutamento nas áreas core do negócio

35% Produção (Construção & Mineração)

27% Equipamento

8% Técnica

8% SHEQ

4% Procurement e Logística

A **atração e retenção de jovens** de elevado potencial, com espírito de liderança e ambição para abraçar novos desafios, são fatores determinantes para preparar o futuro do Grupo Mota-Engil. Deste modo, a atração e desenvolvimento de jovens tem vindo a ser alcançado, maioritariamente, através de dois programas de talento: o Learn@ME e o StartME. De referir que o StartME é uma importante oportunidade para a capacitação e integração de jovens em diversas geografias, possibilitando o intercâmbio de experiências e vivências num ambiente multicultural. Apresenta elevadas taxas de integração no Grupo (ver destaque).

⁶ Exclui o tempo referente aos períodos de pré-aviso, obtenção de vistos e transição entre empresas.



[LearnME](#)

Em parceria com Instituições de Ensino de referência nacional e internacional, o programa tem como principal intuito atrair jovens estudantes de elevado potencial e promover um primeiro contacto com o mundo empresarial.

O estágio com duração entre dois e seis meses, tem o acompanhamento de um tutor e da sua equipa, atentos a potenciar a aprendizagem de conhecimentos técnicos e competências relevantes de futuros profissionais.

O programa prevê a colaboração em projetos académicos e de investigação, decorrentes da área de formação do candidato e em que o *know-how* existente na empresa seja concernente.

INICIATIVAS CORPORATIVAS EM DESTAQUE



[StartME](#)

Visa atrair e integrar jovens talentos, em início de carreira, para o desenvolvimento de um estágio profissional. Impulsiona o desenvolvimento individual e proporciona um vasto leque de experiências e aprendizagens, através do contacto com os diferentes negócios, o conhecimento de metodologias e soluções inovadoras, uma rede alargada de *networking*, bem como o desenvolvimento de competências críticas em contexto internacional.

Dividido em três fases, inicia-se com o @Campus com o objetivo de identificar e atrair os futuros *trainees* através de um processo de seleção transversal e rigoroso. A 2.ª fase – @Mota-Engil – decorre nas instalações do Grupo e pretende promover o alinhamento com a cultura e os valores do Grupo. O programa conclui com a fase @Business Units, onde o *trainee* tem a possibilidade de desenvolver as suas capacidades profissionais e pessoais ao longo dos 12 meses de estágio, com acompanhamento de um tutor que é responsável por facilitar a sua integração na equipa e por desenvolver as suas potencialidades e *know how*.

O programa **apresenta uma taxa de incorporação, após término do estágio, superior a 90%**.

Em 2023:

Recrutamento

10.ª edição
7 287 candidaturas
55 países
25 idade média
69% Homens
31% Mulheres

Seleção final

203 *trainees*
10 nacionalidades
64% Homens
36% Mulheres

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Onboarding WelcoME Virtual

Saliente-se, no que diz respeito à integração de novos colaboradores, o **Onboarding WelcoME Virtual** – Programa de Acolhimento Corporativo. O seu principal objetivo é proporcionar uma experiência de integração transversal, consistente e significativa a todos os recém-chegados.

Abrange colaboradores em funções Técnicas, de Gestão e Executivas, de todas as localizações geográficas da Organização. Assenta em 3 pilares relevantes: (1) promover o conhecimento da história, cultura, valores e visão do Grupo; (2) criar sinergias entre colaboradores de diferentes áreas de atuação e negócio; (3) proporcionar o testemunho de colegas com funções e experiências distintas, promovendo-se o *networking* e a partilha de conhecimentos.

As sessões são desenvolvidas em formato virtual nos três idiomas principais – português, inglês e espanhol. Em 2023 contou com mais de 120 participantes e uma taxa global de satisfação de 4,2 (escala de 1-5).

De referir ainda que, ao longo da última década, fruto do crescimento dos mercados internacionais, da diversificação de negócios e da alteração dos modelos de *governance*, o perfil da **mobilidade internacional** dos colaboradores da Mota-Engil alterou-se de forma significativa, dando origem a um novo modelo.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Novo modelo de mobilidade internacional

Em 2023, entrou em vigor um novo Modelo de Mobilidade Internacional (MMi), de aplicação transversal ao universo de empresas/mercados em que o Grupo Mota-Engil desenvolve a sua atividade.

Este modelo visa simplificar a gestão da mobilidade internacional, promover a rotação de colaboradores pelos diversos mercados do Grupo para facilitar a transferência de conhecimento, valorizar a responsabilidade da missão, riscos de mercado e penosidade, e garantir a equidade das condições e benefícios.

O novo modelo vem dar resposta:

- Ao incremento significativo da atividade do Grupo em novos mercados, com características e exigências próprias, aumentando a complexidade do modelo de gestão internacional de pessoas;
- À diminuição do peso de pessoas em mobilidade internacional face ao total de colaboradores, com uma crescente e desejável aposta em colaboradores locais;
- À diversidade de pessoas, com diferentes nacionalidades, que se encontram a desempenhar funções em mobilidade internacional, independentemente do seu país de origem, com primazia para modelos de contratação locais com benefícios de mobilidade;
- À alteração dos padrões de mobilidade, com uma maior comutação dos colaboradores em mobilidade internacional entre países estrangeiros;
- À progressiva exigência imposta pela regulamentação local, quer ao nível fiscal, quer laboral;
- À crescente importância do cuidado e assistência ao colaborador, com o reforço de soluções ao nível dos seguros e entidades de assistência internacionais.

Todos estes aspetos vêm reforçar a necessidade de, sem prejuízo de estarem salvaguardados imperativos locais, se assegurarem critérios transversais à Mota-Engil.

Processo de mobilidade de longa duração:



Formação e desenvolvimento de competências

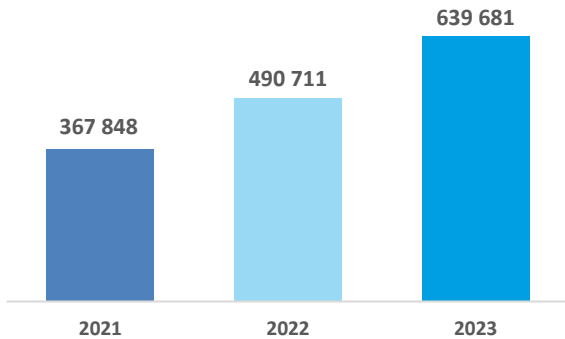
A Mota-Engil promove, de forma transversal, o desenvolvimento da aprendizagem, como instrumento valioso na gestão seu capital humano, baseando-se em cinco princípios orientadores: (1) a atualização e reciclagem do *know-how*; (2) a transversalidade e sinergias; (3) a valorização das pessoas e competitividade da empresa; (4) a otimização e eficiência; e (5) a formação e partilha de conhecimento a nível interno.

Aprendizagem e desenvolvimento de talento

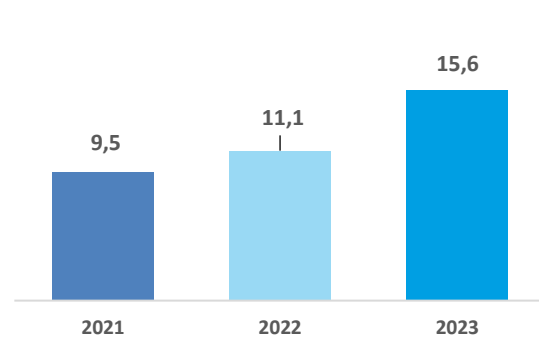


O Grupo considera relevante proporcionar formações que sejam um veículo para o crescimento, valorização e evolução dos colaboradores, sendo que, os avanços tecnológicos, a inovação e a competitividade constantes no mundo empresarial, exigem uma contínua reciclagem de conhecimento e novas aprendizagens. As ações de formação proporcionadas visam aperfeiçoar as competências dos nossos colaboradores, impactando de forma significativa o seu desempenho individual e potenciando a progressão de carreira.

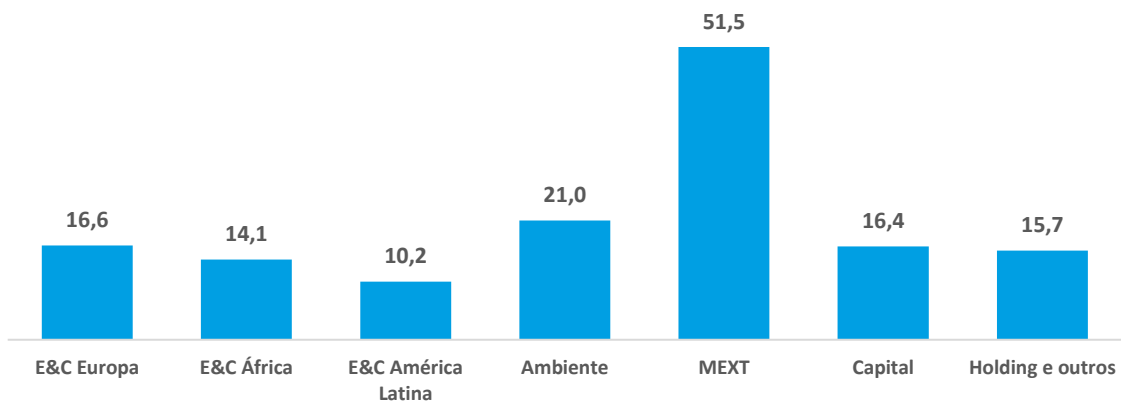
Total de horas de formação



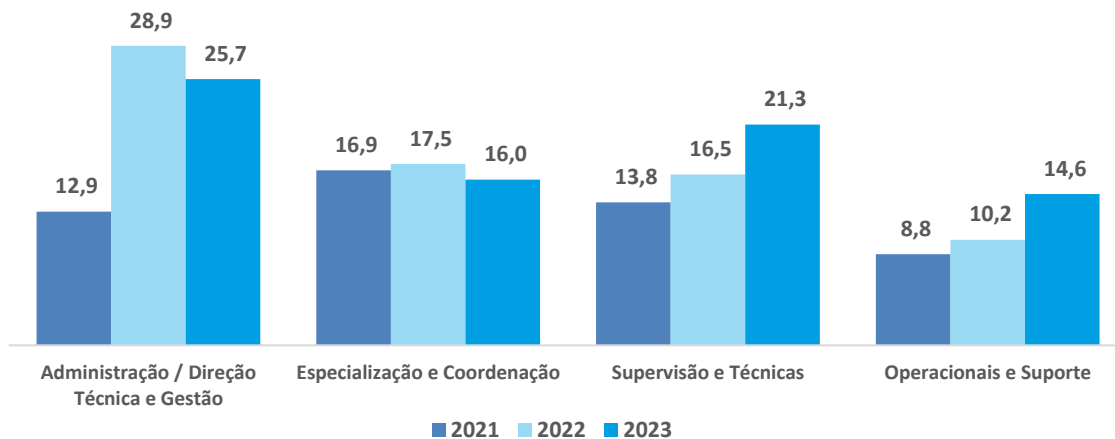
Média de horas de formação por colaborador



N.º médio de horas de formação por Unidade de Negócio em 2023



Evolução do n.º médio de horas de formação por categoria funcional



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo do indicador relativos à formação anual (GRI 404-1).

A conjugação, de forma complementar, da aprendizagem *online* com a presencial, torna-se essencial para a personalização dos percursos de aprendizagem face às necessidades de desenvolvimento dos colaboradores.

Em 2023, foi dada continuidade e à **Academia de Gestão Contratual (CM AcadeME)** – constituída no ano anterior e que em 2023 atingiu velocidade de cruzeiro –, assim como ao **Digital MBA** e ao **Programa de líderes para líderes Ability2Execute**: programa de formação corporativa que visa desenvolver competências que melhorem as capacidades de liderança, comunicação e organização.

Em termos da formação ministrada, uma das apostas tem sido relativa às **temáticas ESG** – ambientais, sociais e de governação (*Environmental, Social and Governance* na sigla inglesa).

Número de horas de formação ESG	2023	2022
Segurança	176 749	115 936
Saúde	11 776	18 001
Ambiente	11 158	12 007
Direitos Humanos	1 943	4 106
Anticorrupção	1 043	3 833
Total	202 669	153 883

INICIATIVAS CORPORATIVAS EM DESTAQUE

Consolidação da Academia de Gestão Contratual (CM AcadeME)

Composta por cerca de 20 formadores internos, designados “ME Experts”, tem como missão assegurar a formação, a transferência de conhecimento e a transversalização de uma cultura de gestão contratual, para colaboradores das áreas de produção, gestão contratual e comercial.

Privilegiando a formação interna, esta iniciativa aposta em equipas e *experts* do Grupo para o desenvolvimento de formações técnicas, promovendo a aprendizagem, a disseminação do conhecimento e a aquisição e desenvolvimento de competências. É constituída por três níveis – *Practitioner*, *Advanced* e *Expert* – e inclui um programa de certificação interna, que define os *standards* globais para a gestão profissional de contratos.

Em 2023, foram realizadas 20 sessões virtuais, tendo-se certificado 161 colaboradores. A satisfação geral dos participantes é de 4,2 em 5, tendo sido realçada a excelente apresentação do curso, a sua estruturação e a sua importância para a cultura do Grupo Mota-Engil. Neste momento, os colaboradores-alvo encontram-se a realizar sessões virtuais, facilitadas pelos ME Experts, e conteúdos e-learning. Adicionalmente, são ainda realizadas periodicamente, as “CM Talks”, sendo estas palestras relacionadas com a temática de gestão contratual e contanto com convidados externos e internos.

Em 2023:

20 sessões virtuais

161 colaboradores certificados

4,2 satisfação geral dos participantes (numa escala de 1 a 5)

4.ª Ed. do Digital MBA

Prosseguindo uma estratégia de desenvolvimento de talento de elevado potencial, a Mota-Engil lançou, em 2023, a 4.ª Edição do programa de atribuição de bolsas para o “The Digital MBA”, em parceria com a Porto Business School – escola reconhecida pelo Financial Times como a 34.ª no *ranking* mundial do *Executive Education*.

O Digital MBA é acreditado pela AMBA – Association of MBAs – e a possibilidade de inscrição é tornada acessível aos colaboradores que considerem o desafio de realizar um percurso de aprendizagem que visa o reforço de competências críticas para si e o negócio.

O formato *online* é uma oportunidade única para viabilizar uma participação global, inclusiva e disseminada por todas as geografias onde o Grupo marca presença.

A seleção dos cinco colaboradores, participantes nesta edição, considerou o potencial, a multiplicidade e diversidade, em género, áreas de negócio e geografias nas quais a Mota-Engil exerce a sua atividade.

Em 2023:

4ª edição

5 bolsas atribuídas

70 candidaturas

23% Homens

77% Mulheres

Progressão na carreira e condições de trabalho

A Mota-Engil tem definido um **modelo de carreiras** que é aplicável a todas as empresas geridas maioritariamente pelo Grupo e respetivos colaboradores que possuam vínculo contratual. Este tem como objetivos: (1) valorizar as carreiras técnicas no Grupo, definindo um modelo em “Y”, no qual existe espaço, por um lado, para a evolução para funções técnicas de maior complexidade / responsabilidade e, por outro, para funções de gestão/executivas; (2) agilizar a mobilidade e progressão, estabelecendo um modelo transversal às diferentes realidades do Grupo, através do qual todos os colaboradores sejam posicionados num nível de carreira com princípios de progressão e valorização comuns; (3) clarificar os percursos e níveis de evolução de carreira, dando clareza à estrutura de carreiras e permitindo a compreensão do horizonte de evolução no Grupo.

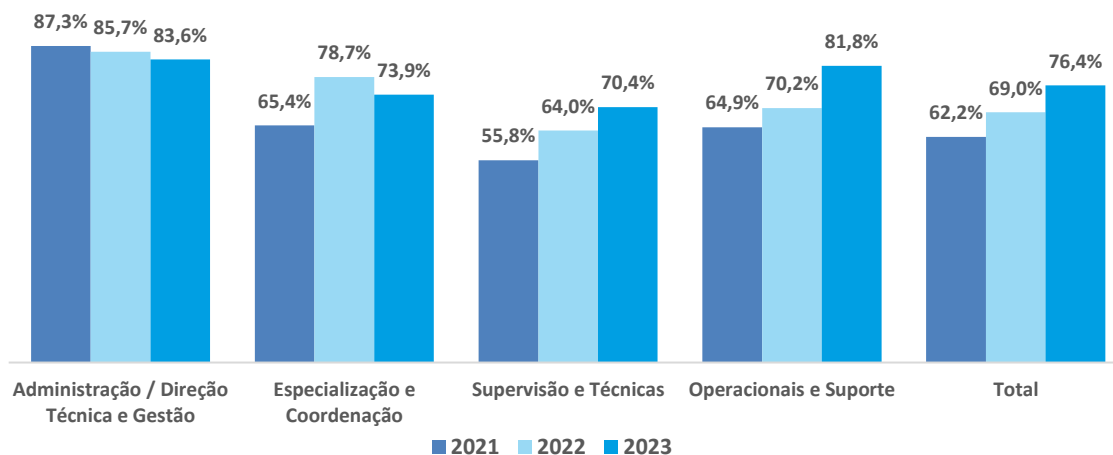
A evolução ao longo do modelo de carreiras do Grupo resulta da conjugação dos seguintes critérios:

- Senioridade: nível de experiência do Colaborador numa ou mais áreas de conhecimento, traduzidas no *know-how* e autonomia no desempenho de uma função de natureza operacional, técnica e / ou de gestão.
- Mobilidade: desempenho de funções em contexto de mobilidade que poderá ser traduzida (1) entre diferentes áreas funcionais, (2) entre diferentes geografias e (3) entre diferentes negócios.
- Mérito: nível de avaliação de desempenho obtido em relação à performance demonstrada nos anos anteriores no exercício das suas funções prévias / atuais.
- Potencial: nível de avaliação projetado para o desempenho de outras funções (1) de natureza diferente, (2) de maior complexidade, e/ou (3) de maior responsabilidade no Grupo.

Com vista ao desenvolvimento e orientação pessoal e profissional das pessoas do Grupo, a Mota-Engil tem implementado um modelo de **avaliação de desempenho**. Este visa garantir o reconhecimento, a meritocracia e a promoção do crescimento sustentável do Grupo e abrange todos os seus colaboradores da Mota-Engil (incluindo todas as geografias / negócios do Grupo).

O desempenho foca-se em resultados mensuráveis e em comportamentos e atitudes desejáveis, através de uma avaliação qualitativa e quantitativa, contando com vários intervenientes – chefias, pares, clientes e parceiros. Este é um processo anual, constituído por várias etapas para garantir o acompanhamento contínuo do desempenho das pessoas do Grupo – definição e confirmação de metas; avaliação contínua; autoavaliação; avaliação do ano anterior; harmonização e comunicação da avaliação.

Colaboradores que recebem análise de desempenho e de carreira



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo do indicador 404-3.

Refira-se igualmente a atuação da Fundação Manuel António da Mota em Portugal através dos **programas de apoio para colaboradores** – direcionado aos colaboradores do Grupo mais carenciados do grupo e que visam o apoio social e familiar em contexto de crise ou em momentos de maior investimento pessoal, e desta forma minimizando implicações na sua vida profissional e valorizando a dignidade humana comunidade interna da Mota-Engil (Cap. 1.4.3.III).

Relações sociais

No Grupo Mota-Engil, a gestão das relações laborais é realizada em conformidade com a legislação nacional (laboral e sindical), de cada país onde opera. A Mota-Engil transporta para as várias comunidades nas quais se insere, o respeito pelos direitos dos seus colaboradores, assegurando, em especial, os direitos fundamentais inseridos na relação de emprego:

- Cumprimento da legislação laboral e assunção de práticas laborais não discriminatórias;
- Atribuição de retribuição justa e adequada, paga de forma pontual;
- Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais;
- Tratamento pautado pelo respeito e educação;
- Promoção de igualdade de oportunidades na progressão de carreira;
- Prestação de formação contínua, com vista a desenvolver a sua qualificação profissional;
- Garantia de ambiente de trabalho seguro;
- Garantia do direito ao exercício de cargos com estruturas representativas de colaboradores;
- Garantia de boas condições de trabalho, do ponto de vista físico e moral;
- Contribuição para o aumento da produtividade e empregabilidade do trabalhador;
- Prevenção de riscos e doenças profissionais, tendo em conta a proteção da segurança e saúde do trabalhador;
- Garantia de condições de trabalho que favoreçam a conciliação da atividade profissional com a vida familiar e pessoal.

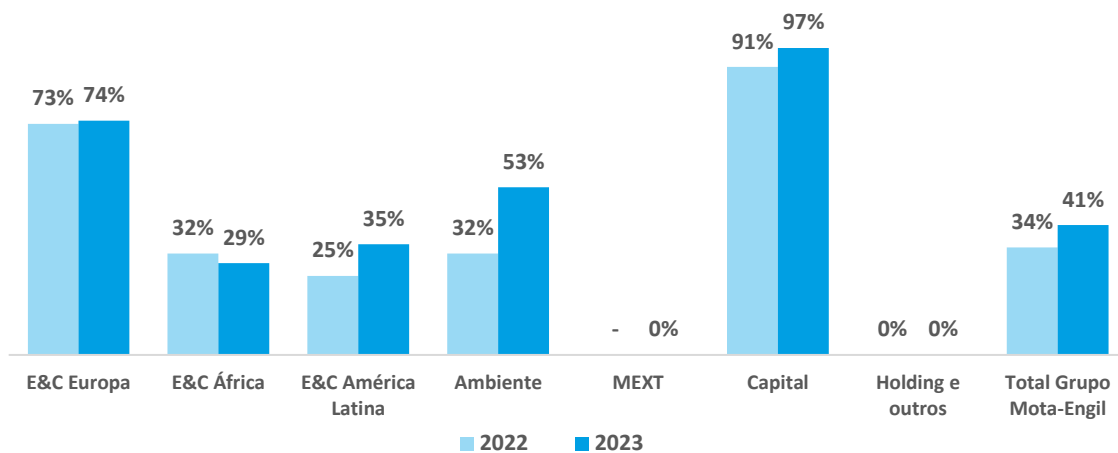
Com uma forte presença internacional, a Mota-Engil leva em consideração as convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrange as matérias relacionadas com o trabalho, nomeadamente na defesa dos direitos dos colaboradores, estando estas patentes nos relacionamentos com os governos locais e com as organizações de empregadores.

As empresas do Grupo asseguram a salvaguarda da prática dos direitos associativos, mormente a **liberdade de associação e de negociação coletiva**, o que corresponde, de resto, a um imperativo de natureza constitucional e legal.

Estando a Mota-Engil a operar em diversas áreas de negócio e geografias, mantém com os mais diversos representantes sindicais uma abertura ao diálogo, fomentando as boas relações institucionais com estes legítimos representantes dos colaboradores.

De referir a existência de diferentes **modalidades de convenção coletiva** aplicáveis aos colaboradores – contratos coletivos, acordos coletivos e acordos de empresa –, variável de acordo com a empresa do Grupo e área de atividade. 41% dos colaboradores estão abrangidos por convenções coletivas de trabalho.

Trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo do indicador 2-30

Saliente-se ainda que através **da linha de ética do Grupo** não foram reportados quaisquer casos de operações e de fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco (Norma GRI 407).

Um bom relacionamento laboral resulta, em grande parte, de diálogos abertos e trocas de opiniões fundamentadas. Deste modo, o direito à informação e à consulta de que o trabalhador dispõe, garante a este o legítimo conhecimento da atividade económica da empresa bem como da evolução do emprego e de medidas preventivas. De referir que existem vários canais que permitem a **consulta e participação dos colaboradores**, de entre os quais se destacam as reuniões dos comités SHEQ (Segurança e Saúde do Trabalho -SST), as *tool box talks* e os inquéritos de consulta e participação direta dos colaboradores. A somar a estes canais, existe também um portal digital corporativo, realizando-se formações e sessões de esclarecimento que servem também como meios para prestação de informações relevantes, como por exemplo no âmbito da SST. Em termos de *compliance*, a Mota-Engil possui uma **Política de Comunicação de Irregularidades** (Cap. 1.4.4.I) na qual define meios para a recolha de informação sobre situações críticas, por parte dos colaboradores.

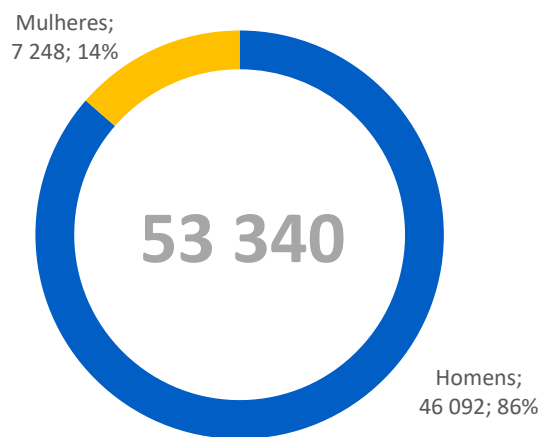
No que diz respeito a **interações com a Autoridade para as Condições de Trabalho em Portugal ou suas congéneres**, nos países onde a Mota-Engil opera, há a referir uma notificação do Ministério Público do Trabalho do Brasil. Este visou a Mota-Engil no âmbito da notificação em relação à plataforma dos trabalhadores da Petrobras em Macaé.

Diversidade, equidade e inclusão

Envolvida numa sociedade cada vez mais global e, consequentemente, mais proativa em matéria de diversidade, equidade e inclusão, a Mota-Engil apresenta-se na linha da frente, com vista à promoção de um contexto social mais justo, diverso e inclusivo, nos diversos mercados onde marca presença. Comprometida com o impacto nos ODS e empenhada em perpetuar o legado do fundador, Manuel António da Mota, com os olhos postos no futuro, a Mota-Engil revisitou, em 2023, o seu propósito – “Our legacy inspires and commits us to build a better world” – ajustando, consequentemente, o seu Plano Estratégico “Building 26”.

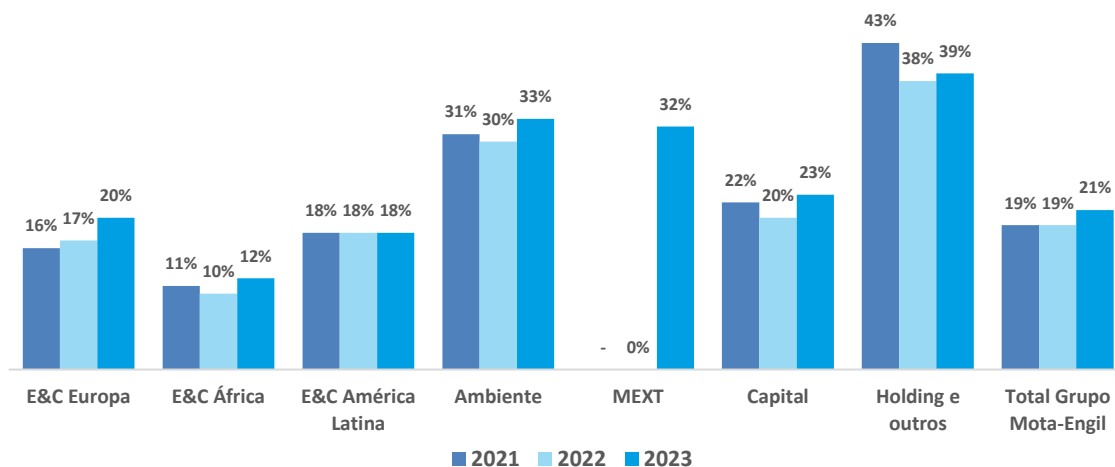
Deste exercício, foram reforçados múltiplos compromissos entre os quais se destaca o empenho na promoção de um ecossistema atrativo para as suas Pessoas, alicerçado na diversidade, na igualdade e no respeito pelas diferenças.

Distribuição dos colaboradores por género em 2023



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo dos indicadores relativos à diversidade GRI 405-1/2.

Mulheres recrutadas ou promovidas a *manager* por área de negócio e global

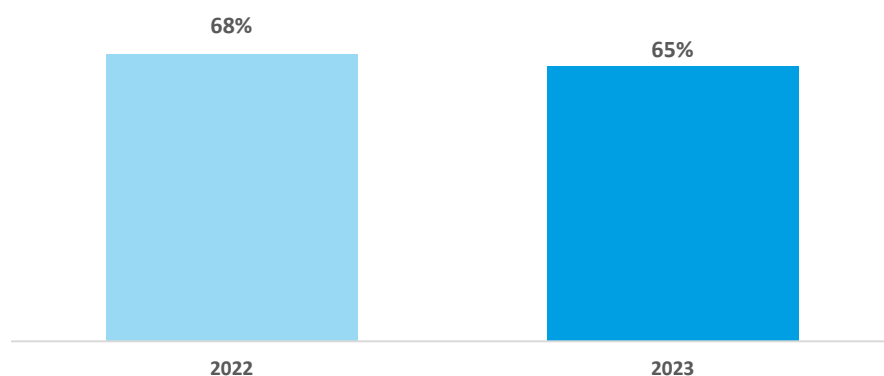


Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género (%)		2023		2022		2021	
		Homen s	Mulhere s	Homen s	Mulhere s	Homen s	Mulhere s
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	89	11	89	11	90	10
	Especialização e Coordenação	77	23	79	21	79	21
	Supervisão e Técnicas	76	24	76	24	76	24
	Operacionais e Suporte	88	12	88	12	88	12

Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens		2023	2022	2021
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,86	0,79	0,87
	Especialização e Coordenação	0,89	0,92	0,88
	Supervisão e Técnicas	1,03	1,02	1,02
	Operacionais e Suporte	0,91	0,89	0,94

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo dos indicadores relativos à diversidade GRI 405-1/2.

Proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo do indicador 202-24.

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso detalhado ao cálculo dos indicadores relativos à diversidade GRI 405-1/2.

Anualmente a Mota-Engil elabora, com base nas orientações partilhadas pela CITE (Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego), um [Plano para a Igualdade de Género](#). Através deste plano a empresa pretende desenvolver ações que constituam práticas positivas em matéria de combate à discriminação e desigualdades entre mulheres e homens e que estimulem uma nova cultura organizacional, capaz de perceber e valorizar a contribuição de ambos os géneros, reforçando o princípio da igualdade nas suas práticas e servindo de mote para a melhoria da competitividade. Pretende-se igualmente garantir a implementação e monitorização eficaz das orientações plasmadas no Plano Estratégico 2026, destinado ao universo de colaboradores e membros dos Órgãos Sociais, nos termos do disposto no art.º 7.º da Lei n.º 62/2017.

Ao nível do **recrutamento e seleção**, salienta-se que as pessoas responsáveis pelo mesmo se encontram sensibilizadas sobre procedimentos de recrutamento e seleção sem enviesamentos de género, sendo ainda de destacar que as ações de formação se encontram organizadas de modo a garantir igualdade de acesso e participação a mulheres e homens.

Os atuais procedimentos ao nível do sistema de **remuneração e recompensas** garantem o respeito pelo princípio de salário igual para trabalho igual, estando ele sustentado num modelo de avaliação de desempenho objetivo e isento de quaisquer enviesamentos de género, não penalizando os colaboradores pelo exercício das suas responsabilidades familiares.

No que diz respeito à caracterização dos membros do Conselho de Administração da Mota-Engil (Cap. 1.2.4), em 31 de dezembro este apresenta 65% de homens na sua constituição. Num setor de atividade ainda predominantemente masculino, a Mota-Engil vincula-se pelos valores defendidos na Lei n.º 62/2017 de 1 de agosto, a qual estabelece o regime da representação equilibrada entre homens e mulheres nos órgãos de administração e de fiscalização das entidades do setor público empresarial e das empresas cotadas em bolsa, tais como a Mota-Engil.

Constituindo a diversidade e a igualdade temas centrais no propósito e na estratégia da Mota-Engil, foram implementadas, em 2023, um conjunto de ações que visam pontuar a sua criticidade, promovendo, por um lado, a **incorporação de colaboradores locais em posições-chave** e, por outro, assegurando o **incremento de mulheres em posições de gestão**.

Estas ações constituem práticas positivas em matéria de combate à discriminação e desigualdades entre mulheres e homens, estimulando uma nova cultura organizacional, capaz de perceber e valorizar – pessoal e profissionalmente – a contribuição de ambos os géneros, reforçando o princípio da igualdade nas suas práticas e servindo de mote para a melhoria da competitividade.



WoMEN Leaders

Em 2023 a Mota-Engil desenvolveu o programa WoMEN Leaders, em parceria com a Porto Business School. Trata-se de um programa pioneiro que visa promover a aceleração de competências de liderança, formando, anualmente, um grupo de mulheres de elevado potencial das várias geografias e negócios do Grupo, com apetência para assumirem, a curto/médio prazo, funções com este enquadramento.

Assente em três pilares – **ME as Leader, ME as a Manager, ME as a Change-maker** – os conteúdos programáticos estão incorporados em oito disciplinas, totalizando **56 horas de formação**.

As 70 colaboradoras desta 1.ª edição serão, continuamente, seguidas pela equipa corporativa de RH e pela equipa local, com vista à monitorização e apoio no que respeita à sua preparação e transição para uma carreira de gestão.

70 Mulheres Mota-Engil
18 nacionalidades distintas
16 mercados envolvidos

INICIATIVAS CORPORATIVAS EM DESTAQUE



WoMEN Power

Propositadamente desenhada com vista à sensibilização para a temática da igualdade de género, a Mota-Engil levou a cabo, em 2023, e em parceria, desenvolvido em parceria com a Porto Business School, a iniciativa WoMEN Power especificamente direcionada às colaboradoras do Grupo. Aborda três pilares fundamentais para o desenvolvimento das participantes: liderança, gestão e adaptabilidade ao futuro corporativo.

Num clima de abertura e suportando-se em exemplos internos de liderança feminina – colaboradoras que foram desafiadas a partilhar o seu testemunho, corporizando momentos de gestão pelo exemplo, inspiração e reflexão interna – a sessão *WoMEN Power* promoveu a discussão de um conjunto de questões relacionadas com a igualdade de género reforçando o papel que as empresas e os seus colaboradores – coletiva e individualmente – têm na consecução deste compromisso.



Engenheiras por um Dia

De modo a reforçar o seu compromisso com a igualdade de género e a contribuir para a divulgação das engenharias – desconstruindo a ideia de que estas são domínios masculinos –, a Mota-Engil colaborou com o projeto “Engenheiras por um Dia”, o qual se encontra sob a coordenação da Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género (CIG), em articulação com a Carta Portuguesa para a Diversidade (APPDI), o Instituto Superior Técnico e a Ordem dos Engenheiros.

Neste sentido, e marcando presença na “Semana das Profissões 2023”, a Mota-Engil fez-se representar, desmistificando e levando a engenharia civil aos alunos do ensino básico e secundário.



Empower

Foi iniciado, em 2023, concretamente na região de África, um trabalho de proximidade junto de um conjunto de equipas locais em que, cada mercado, conhecedor da sua própria realidade, constituiu uma equipa de trabalho e traçou o seu próprio plano de ação, com vista ao empoderamento de quadros locais, o qual se encontra atualmente em execução e monitorização.

Subordinado ao tema “Building a vision for tomorrow”, o Empower tem vindo a servir de mote, entre muitos outros temas, a um trabalho particular, levado a cabo junto dos mercados, no âmbito do *local empowerment*.

No que diz respeito à Lei n.º 4/2019, que estabelece o sistema de quotas de emprego para **peças com deficiência** com um grau de incapacidade igual ou superior a 60%, e que introduz a obrigação das empresas do setor privado admitirem pessoas com deficiência, a Mota-Engil está comprometida no cumprimento legal e na identificação do melhor talento para as suas empresas, contribuindo deste modo para o acesso das pessoas com deficiência ao mercado de trabalho e à oportunidade de desenvolverem um percurso profissional. A Mota-Engil tem identificadas as empresas do Grupo às quais esta obrigação legal é aplicável, estando em fase de transição, conforme legalmente previsto, para assegurar o seu pleno cumprimento.

PRÓXIMOS PASSOS

- Lançamento de um novo questionário de satisfação no âmbito do MotivE (2024)
- Realização da 11.ª Edição do StartME (2024)
- Lançamento e desenvolvimento do Programa de Liderança Feminina Mota-Engil (2023-2026)
- Reformulação do SWG de igualdade de género e constituição do *Steering Committee* (2024)
- Atualização do plano de igualdade de género (processo anual)

III. Responsabilidade social



GRI 3-3, 413-1
ESRS MDR-A, MDR-M, S1-11, S3-4

No âmbito das atividades de responsabilidade social – interna e externa –, a Fundação Manuel António da Mota (FMAM) (Cap. 1.4.3.IV) atua como parceiro estratégico. Na sequência da inclusão deste tópico material na revisão do [Plano Estratégico Building 26](#), destaca-se a elaboração de um indicador que deverá medir o desempenho do Grupo Mota-Engil em Responsabilidade Social Corporativa.

Comunidade Mota-Engil

Em alinhamento e concertação com a estratégia e políticas de sustentabilidade do Grupo Mota-Engil, mecenas da Fundação Manuel António da Mota, em que a valorização do fator humano constitui aspeto de capital importância, o programa “Comunidade Mota-Engil”, por via das várias linhas de apoio que o compõem, procura ir ao encontro das principais necessidades com que se debatem os trabalhadores e suas famílias de menores rendimentos e que devem por isso merecer especial atenção.

A Fundação procura apoiar e valorizar o capital humano da comunidade interna da empresa, dando resposta aos seus problemas e voz às suas aspirações, através de um conjunto de sete programas.



Em 2023, a Fundação identificou a necessidade de fazer maior divulgação dos programas de apoio aos colaboradores, como o [Fundo Saúde+](#), o [Programa “Primeira Infância”](#), as [Bolsas de Estudo](#), o [Consultório Financeiro](#), o [Fundo de Apoio Social](#) e o [Fundo 1+2](#). Em parceria com a Direção de Recursos Humanos da Mota-Engil Engenharia, foram realizadas várias sessões de esclarecimento junto dos colaboradores – em obras e estaleiros em Portugal –, tendo-se verificado o efeito dessas sessões através de um aumento do número de candidaturas recebidas, especialmente notório no Fundo de Apoio Social e no Fundo Saúde+ (ver esquema seguinte). Entre outubro e novembro de 2023, realizaram-se também várias sessões junto das concessionárias do Grupo EGF, nomeadamente Resulima e Valorminho, e, em 2024, será dada continuidade junto das restantes concessionárias.

FUNDO SAÚDE+

Apoiar na Diferença, é o Melhor Remédio.

[Fundo Saúde+](#)

Apoiar na aquisição de medicamentos sujeitos a receita médica e comparticipados pelo Serviço Nacional de Saúde, por parte dos colaboradores e respetivos membros do seu agregado familiar, financiando a componente não comparticipada.

Em 2023:

18 Apoios concedidos

Taxa de crescimento de 80%

2 312 € Valor concedido



[Programa “Primeira Infância”](#)

Consiste na adoção de duas medidas de apoio:

- Apoio em creche, que visa facilitar a frequência de creches através de bolsas de apoio aos trabalhadores de menores recursos económicos, ao pagamento das respetivas mensalidades. O programa de Bolsas de Primeira Infância mantém-se ativo até à completa abrangência do programa de apoio à creche promovido pelo Estado;
- Oferta de um “Kit Bebê”, composto por um conjunto de bens essenciais, “amigos do ambiente”, aos primeiros cuidados na infância e pela oferta de um “cheque-farmácia”, a todos os trabalhadores que sejam pais ou mães, independentemente da sua condição económica.

Em 2023:

188 “Kits Bebê” oferecidos aos colaboradores

1 056 Kits oferecidos desde 2017

No ano letivo de 22/23:

14 bolsas de primeira infância

117 desde 2017



[Bolsas de Estudo](#)

Visa favorecer uma política de igualdade de oportunidades, que contribua para elevar os patamares de qualificação dos jovens e sirva de estímulo ao seu desempenho académico. Tem como objetivo apoiar o acesso ao ensino superior para os filhos dos colaboradores de menores recursos económicos.

Em 2023:

54 Bolsas de estudo atribuídas⁷

Taxa de crescimento de 10%

491 Bolsas de estudo atribuídas desde 2011

⁷ O valor da bolsa é de 3 000€ por ano e beneficiário.



Consultório Financeiro

Este programa tem como objetivo prestar apoio a pessoas em situação de sobre-endividamento ou em risco de desequilíbrio financeiro, através de um diagnóstico financeiro ou apoio na recuperação financeira.

Em 2023:

195 Colaboradores recorreram ao aconselhamento da DECO

Os assuntos abordados incluíram: o impacto da Euribor na prestação do crédito à habitação; amortização do crédito à habitação; penhoras; reestruturação de crédito; investimento de poupanças; fraude com a banca digital (associada às compras *online*); falsos intermediários de crédito; entre outros.

Realizou-se um *Workshop online*, em parceria com a DECO, tendo contado com a participação do CEO da Mota-Engil, Carlos Mota Santos, sobre o tema "Como navegar em segurança no mar de incerteza de subida de juros e inflação persistente", com grande adesão por parte dos colaboradores.



Fundo de Apoio social

Destina-se especialmente a acorrer a eventualidades verificadas na esfera pessoal ou familiar dos colaboradores de que possa resultar a privação inesperada de rendimentos ou acréscimo de despesas suscetíveis de colocarem em risco a segurança e estabilidade económica do trabalhador ou da sua família.

Em 2023:

8 Colaboradores apoiados

Taxa de crescimento de 167%

101 Colaboradores apoiados desde 2011

FUNDO 1+2



JUNTOS FAZEMOS UM BEM MAIOR

Fundo 1+2

Atua em complemento do Fundo de Apoio Social visando dar resposta a situações de emergência que impliquem gastos urgentes para os quais o trabalhador não tenha capacidade financeira e coloquem em risco a dignidade humana.

Em 2023:

4 Colaboradores apoiados:

3 em Portugal

1 em Angola

Taxa de crescimento de 100%

15 Colaboradores apoiados desde 2018

Provenientes de diversas empresas do Grupo, tais como: ME Malawi, ME México, ME Dominicana, ME Costa do Marfim, ME Global, ME Engenharia e Construção, Suldouro e Vista Waste, entre outras.

Em 2023, foram realizadas oito *Conscious Talks*, ciclo de *webinars* destinado a abordar temáticas úteis à comunidade interna, procurando contribuir para a qualidade de vida dos colaboradores e promover a cidadania das pessoas, o conhecimento e a consciencialização para que todos possam atuar a favor de um mundo melhor.

As conversas tiveram como oradores a Prof.ª Catarina Botelho da Faculdade de Direito da UCP, o Dr. Gustavo Carona, Clara Rodrigues, avaliadora de Impacto, o Prof. Manuel Duarte Pinheiro do Instituto Superior Técnico de Lisboa, a Eng.ª Inês Gomes da Smart Waste Portugal e o Prof. Luis Rochartre.

O ciclo de *webinars* arrancou no dia 5 de janeiro com a sessão [“Não chega! Os direitos humanos num mundo desigual”](#). A 23 de março teve lugar a sessão [“O que significa ser, humano?”](#). No dia 27 de abril decorreu a sessão [“Questões e mitos sobre impacto”](#). A 1 de junho de 2023 teve lugar a sessão [“Oportunidades e desafios da sustentabilidade na construção segundo o sistema LiderA”](#). No dia 22 de junho decorreu a sessão [“Solucionar a crise climática: a oportunidade na indústria da construção”](#). As *Conscious Talks* relativas ao ano de 2023 encerraram a 12 de outubro com a sessão [“O que são florestas sustentáveis?”](#), e contaram com uma adesão total de 231 participantes em 2023, numa média de 39 colaboradores por sessão.

Adicionalmente, e por forma a reforçar o seu papel enquanto cidadãos ativos e empenhados em causas de interesse coletivo, foi dedicado, em 2023, especial esforço à promoção do **voluntariado corporativo**, de modo que este faça parte integrante das práticas e hábitos de vida dos colaboradores da Mota-Engil. Exemplo disto foi a realização do projeto de instalação de uma micro- floresta no Porto Alto.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Micro-floresta no Porto Alto

O projeto de restauro ecológico e valorização do capital natural consistiu na instalação de uma microfloresta, inspirada numa combinação de estilos entre o método Miyawaki e os de restauro ecológico, com base em Nature- based Solution (NbS). A iniciativa arrancou, em janeiro de 2023, com a primeira ação de voluntariado, seguida de quatro ações nas quais se deu continuidade ao processo de plantação.

A componente técnica foi assegurada pela Natural Business Intelligence (NBI), que desenvolveu o projeto de uma microfloresta, definindo sete *habitats* naturais a restaurar, e pela Mota-Engil ATIV, que facilitou o *procurement* e a execução, com apoio no terreno e acompanhamento das ações de voluntariado promovidas pela FMAM e realizadas pelos colaboradores do Grupo Mota-Engil.

O local escolhido para o projeto foi o estaleiro principal da Mota-Engil, situado em Porto Alto, Samora Correia. Das mais de 1800 plantas que foram plantadas, cerca de 75% sobreviveram, e estão atualmente com dimensões bastante interessantes. A sebe de proteção fornece uma cortina arbustiva que também tem uma taxa de sobrevivência próxima dos 75%.

Este projeto de microfloresta Miyawaki adaptada procura responder a dois desafios cruciais da gestão de capital natural: (1) revitalização de um espaço construído, com o compromisso de preservar a integridade e identidade natural do local e evitar qualquer descaracterização; e (2) valorizar um espaço adjacente a um estaleiro de grande dimensão, mostrando que estas duas realidades podem – e devem – coexistir.

Os principais impactos ambientais e ecológicos são diretos, dado o restauro de uma área degradada numa zona com potencial de alto valor de conservação, associado ao sequestro de carbono e recuperação de zonas húmidas. O impacto social resultante do envolvimento de voluntários das diferentes empresas da Mota-Engil foi fundamental, ao promover a comunicação entre colaboradores quer das áreas de operação como das áreas de gestão, contribuindo fortemente para os objetivos estratégicos de sustentabilidade da FMAM e da Mota-Engil. A médio e longo prazo, pretende-se que este projeto seja a “bandeira” do movimento de transição que se pretende implementar no Grupo Mota-Engil.

Atividades com ação nas comunidades locais

O Grupo Mota-Engil apoia e concretiza a sua ação em prol das comunidades locais através das iniciativas desenvolvidas pelas equipas locais e da FMAM.

Mantendo a tradição do Grupo, as várias equipas locais da Mota-Engil desenvolvem projetos de diferentes tipologias, tais como: obras de construção e reabilitação; campanhas de sensibilização; e ações de solidariedade, voluntariado e de apoio às comunidades locais. Muitas destas iniciativas locais decorrem do envolvimento com entidades parceiras, entre elas a FMAM.

De referir que, sem prejudicar a cultura de responsabilidade do Grupo e da sua ação desenvolvida pela FMAM, em 2023 o grupo de trabalho dedicado à responsabilidade social não teve atividade. No entanto, em 2024 pretende-se com este grupo de trabalho definir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável que melhor representam o trabalho com as comunidades e as suas necessidades nas diversas localidades em que se insere o Grupo Mota-Engil.



Abordagem ao apoio às comunidades por parte das equipas locais



Obras de construção e reabilitação

Extensão natural da atividade da Mota-Engil, um reflexo das competências e vontade dos seus colaboradores. Ao direcionar recursos materiais para estas intervenções, por exemplo, de materiais sobrantes das suas obras de construção, permite beneficiar as comunidades locais e, ao mesmo tempo, minimizar a quantidade de resíduos gerados e, deste modo, reduzir os impactos ambientais associados ao seu tratamento.



Campanhas de sensibilização de segurança, saúde e ambiente

Campanhas de sensibilização realizadas junto das comunidades, no âmbito da segurança, saúde e ambiente, e com o intuito de promover a consciencialização para os perigos de segurança e impactos ambientais associados aos projetos e atividades das empresas.



Ações de solidariedade e de apoio

Apoio a diversas instituições de solidariedade social, nomeadamente através de angariação e doação de bens de primeira necessidade, alimentos e outros, realização de donativos e financiamento de programas, participação em eventos solidários.



Voluntariado corporativo

Campanhas de voluntariado corporativo para apoio à comunidade local, à Fundação Manuel António da Mota e a outros agentes da economia social.



Estimular parcerias com outras entidades

Estabelecimento de protocolos, formais e informais, com entidades locais com as quais se desenvolvem ações de responsabilidade social corporativa, de apoio às comunidades nas geografias onde a Mota-Engil opera.

No âmbito da Responsabilidade Social Corporativa do Grupo Mota-Engil e enquadrado nos objetivos estatutários da FMAM, ao longo do ano de 2023 foram desenvolvidas ações de voluntariado para a comunidade promovidas pela FMAM em parceria com a Associação Domus e com a Associação Just a Change, que trabalham a pobreza habitacional em Portugal. Os voluntários contribuíram em dois projetos de pobreza habitacional durante cinco dias de **voluntariado corporativo**.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Ações de voluntariado com a Associação Humanitária DOMUS e a Associação Just a Change

Em 2023, a Mota-Engil realizou uma ação de voluntariado com a Associação Humanitária DOMUS, inserida no Projeto Reconstruir, que teve como intuito contribuir para a requalificação de uma antiga carpintaria e construção de habitações para famílias migrantes e portuguesas carenciadas, em Braga. As famílias carenciadas participaram ativamente na construção e nos custos, dando a oportunidade aos voluntários de conhecer dois elementos de duas das famílias que iriam receber estas casas, conhecendo também o seu contexto.

Após a apresentação dos voluntários e da realização do *briefing* por parte do responsável da obra, as equipas de voluntários da Mota-Engil deram início aos trabalhos que consistiram na produção de betão para a construção da laje do piso superior. A componente técnica deste projeto foi assegurada pela Associação Domus, com apoio no terreno e acompanhamento da ação por parte da equipa de Gestão de Voluntariado da FMAM e realizada pelos colaboradores do Grupo Mota-Engil, divididos em grupos de trabalho de 11 pessoas, por cada dia.

Por sua vez, neste mesmo ano, a ação de voluntariado em parceria com a Associação Just a Change, decorreu no âmbito do programa da FMAM “Uma obra, um projeto” (Cap. 1.4.3.IV) em Fornos de Algodres – município onde se encontra o programa – que tem como objetivo a resolução de problemas sociais nos territórios onde a Mota-Engil desenvolve projetos de particular relevância.

A iniciativa decorreu em julho de 2023, durante dois dias, e contou com a intervenção de dois grupos de cinco colaboradores por dia, das empresas Mota-Engil Engenharia e Construção e Resiestrela. Estes colaboradores integraram as equipas de voluntários da Just a Change, contribuindo assim para a reabilitação de três casas de famílias em situação de pobreza habitacional.

De referir que é expectável que através destas iniciativas de voluntariado e continuidade das mesmas, se verifique a promoção do desenvolvimento, motivação e aumento da comunicação interna entre as diferentes empresas e departamentos do Grupo Mota-Engil.

PRÓXIMOS PASSOS

- Levantamento e avaliação de impacto das iniciativas internas do Grupo Mota-Engil (2024)
- Definição da metodologia de apuramento e monitorização da meta estratégica de Responsabilidade Social Corporativa (2024)
- Definição de uma estratégia de impacto da responsabilidade social alinhada com os ODS e de acordo com as necessidades das comunidades (2024)
- Alargamento do público interno das *Conscious Talks*, através de uma Parceria entre a MEXT e a FMAM (2024)
- Aumento da internacionalização dos programas para os colaboradores (2024)
- Definição dos objetivos de impacto, por geografia, alinhados com os ODS e em função do contexto de negócio e das comunidades locais (2024)
- Publicação da Política de Donativos (*compliance*) do Grupo Mota-Engil promovendo o alinhamento com os ODS (2024)
- Aprovação da Política de Voluntariado corporativo e sua implementação a nível global (2024 e 2025)

IV. Fundação Manuel António da Mota

A [Fundação Manuel António da Mota \(FMAM\)](#) é um importante instrumento da política de responsabilidade social da Mota-Engil, enquanto uma manifestação organizada e sistematizada de uma gestão ética e socialmente comprometida, em nome de uma cidadania empresarial ativa e participativa.

Com sede na cidade do Porto, a Fundação Manuel António da Mota constituída em 2009 e reconhecida em 2010 pelo Conselho da Presidência de Ministros Português exerce, desde aí a sua ação em todo o território nacional e nos países onde o Grupo marca presença. Em 2015 foi declarada a sua utilidade pública e renovada em 2020. A FMAM acredita que o seu modo de atuação potencia a capacidade das instituições apoiadas em produzirem efeitos transformadores e duradouros, junto das pessoas que beneficiam das suas valências e serviços.

No seu âmbito de intervenção, visa, quer as comunidades locais, quer as pessoas que fazem parte do Grupo Mota-Engil, posicionando-se como uma Fundação que contribui para o desenvolvimento integrado da comunidade.



Missão

Agir em favor do desenvolvimento integrado das comunidades onde o Grupo Mota-Engil exerce a sua atividade, em Portugal e no estrangeiro, em particular nos domínios social, educativo, formativo, cultural e ambiental.



Visão

Entidade de referência entre as suas congéneres, honrando a memória inspiradora de Manuel António da Mota e o espírito dos seus fundadores, contribuindo decisivamente para o reforço e consolidação da estratégia de responsabilidade social do Grupo Mota-Engil.



Veja o [Vídeo Institucional da FMAM](#).

[Site oficial da FMAM](#)

[Facebook da FMAM](#)

[LinkedIn da FMAM](#)

[Youtube da FMAM](#)

Importa referir que o setor da economia social – principal horizonte de focalização da atividade da Fundação – foi, apesar da evolução favorável da economia, severamente afetado pelo agravamento da inflação, fazendo perigar a sua sustentabilidade financeira. Consciente deste contexto, a FMAM manteve a sua trajetória de intervenção em torno dos principais projetos em que está envolvida, garantindo a sua continuidade e, bem assim, posicionando-se no apoio a um vasto conjunto de instituições que encontram na Fundação um interlocutor sempre disponível para suportar a sua atividade operacional ou abraçar novas iniciativas.

Em 2023, para além da continuidade dos projetos levados a cabo anteriormente, merece destaque a realização da 1.ª edição do Prémio Manuel António da Mota em Angola.

Em 2023:

100 Instituições apoiadas

789 mil € Valor investido

Prémio Manuel António da Mota

O [Prémio Manuel António da Mota](#) é a mais emblemática e mediatizada iniciativa da Fundação. Visando homenagear a memória do fundador da Mota-Engil, é uma iniciativa que todos os anos distingue organizações que se destaquem nos vários domínios de atividade da FMAM.

Em 2023, na sua 14.ª edição, sob o lema “Portugal Futuro”, o Prémio distinguiu as instituições que se notabilizaram na luta contra a pobreza e exclusão social, acolhimento e integração de migrantes e refugiados, valorização do interior e coesão territorial, saúde, educação, emprego, apoio à família, inovação e empreendedorismo social, inclusão e transição digital e tecnológica e transição climática.

Foram submetidos a concurso cerca de 312 projetos nos domínios acima referidos, provenientes de instituições sem fins lucrativos, nomeadamente instituições particulares de solidariedade social, fundações, associações, organizações não-governamentais e entidades públicas.

O Prémio, no valor de 50 mil euros, foi atribuído à Congregação das Irmãs Hospitaleiras do Sagrado Coração de Jesus, com o projeto “Sempre em Mente”, que consiste num serviço de apoio domiciliário, em que uma equipa multidisciplinar se desloca à casa de doentes com demência e presta apoio tanto ao doente como ao cuidador. Esta IPSS – Instituição Particular de Solidariedade Social, com sede em Lisboa, foi fundada em 1901 e tem por fins a prevenção, promoção e proteção da saúde através da prestação de cuidados de medicina preventiva e curativa nas áreas da psiquiatria e saúde mental, reabilitação física e cuidados paliativos, pretendendo evitar ou retardar a institucionalização das pessoas.

A par da Congregação, ficou classificado em 2.º lugar, no valor de 25 mil euros, o IDIS – Instituto de Desenvolvimento e Inclusão Social, com o projeto “Jovens à Obra”. O 3.º lugar, no valor de 10 mil euros, foi ocupado, pela primeira vez em simultâneo, por três instituições: a APELA – Associação Portuguesa de Esclerose Lateral Amiotrófica, o Centro Social Vale do Homem e a Qualificar para Incluir – Associação de Solidariedade Social.

As menções honrosas, no valor de cinco mil euros cada, foram atribuídas às restantes cinco instituições: ARCIL – Associação para a recuperação de Cidadãos Inadaptados da Lousã, Centro Social e Cultural de S. Pedro de Bairro, Mundo a Sorrir, Unidade Local de Saúde do Baixo Alentejo e Vida Norte.

A cerimónia de entrega do Prémio decorreu no dia 26 de novembro, no Centro de Congressos da Alfândega do Porto, tendo contado com a presença do Primeiro-Ministro, António Costa, da Presidente do Conselho de Curadores, Maria Manuela Eanes, da Presidente do Conselho de Administração da FMAM, Maria Manuela Mota, do Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, Carlos Mota Santos, e ainda do orador convidado, Manuel Carvalho da Silva, Presidente do CoLABOR, entre centenas de convidados.

Pelo décimo quarto ano consecutivo, a FMAM manteve com a TSF – Rádio Notícias, uma parceria de comunicação para a divulgação do Prémio na antena da rádio e das iniciativas a ele associadas.

Em 2023:	Desde 2011:
10 Premiados	140 Premiados
310 Candidaturas	2 879 Candidaturas
130 mil € em prémios	1 580 M€ em prémios

Veja o [Vídeo da Cerimónia de entrega do Prémio Manuel António da Mota](#) e a apresentação dos [projetos finalistas](#).

Comunidades locais

Desenvolvimento social

O desenvolvimento social constitui o pilar fundamental da atividade da Fundação e o seu principal objetivo estratégico.

O investimento social da FMAM na comunidade privilegia a ação a favor dos grupos sociais vulneráveis e mais desfavorecidos e uma especial sensibilidade pelas situações emergentes. A FMAM procura, através do seu esforço solidário, combater a pobreza e a exclusão e promover a inserção social e a cidadania plena. Através de programas e apoios nas áreas da solidariedade social, deficiência, saúde, habitação, desporto, entre outras, a Fundação visa assim contribuir para o fortalecimento e sustentabilidade do terceiro setor, apoiando projetos de reconhecida relevância e impacto sociais.

Em 2023, para além dos apoios concedidos às diversas instituições do terceiro setor, a FMAM deu continuidade aos projetos desenvolvidos em parceria. Na área da habitação, deu continuidade aos projetos "[Porto Amigo](#)" e "[Uma Obra Um Projeto](#)".

No âmbito do "Porto Amigo", foi estabelecido um protocolo de colaboração entre a FMAM, a Câmara Municipal do Porto (C.M.Porto), a "Just a Change" e o Grupo de Ação Social do Porto (G.A.S. Porto). O financiamento das intervenções foi assegurado pela FMAM e pela C.M.Porto, cabendo também a esta a sinalização dos casos. A "Just a Change" foi responsável pela realização das obras de intervenção recorrendo a voluntários universitários. O G.A.S. Porto assumiu, através de ações de voluntariado, o acompanhamento continuado aos beneficiários a nível psicossocial, bem como outro tipo de apoios, como complemento da reabilitação da habitação.

Relativamente ao projeto "Uma Obra Um Projeto", na sequência de um grande empreendimento da Mota-Engil, no distrito da Guarda, a Fundação manteve em 2023 a sua atuação através da renovação do protocolo de colaboração com a Câmara Municipal de Fornos de Algodres e a "Just a Change". Nas respetivas intervenções, para além do impacto positivo ao nível das necessidades mais básicas, houve também um elevado foco na eficiência energética.

No âmbito do protocolo estabelecido com a Associação Humanitária Domus, ONG⁸ que tem como princípio fundamental promover iniciativas no âmbito da solidariedade social, visando especialmente contribuir para eliminar a degradação habitacional e apoiar famílias carenciadas na obtenção de habitações adequadas e condignas, através da sua construção ou recuperação, em 2023, deu-se continuidade à parceria para o impacto da Portugal Inovação Social, sendo a Fundação a investidora social no [Projeto "Reconstruir"](#) promovido por esta Associação. A operação teve o seu início formal em janeiro de 2022, com a aquisição do terreno e elaboração do projeto arquitetónico. Esta propriedade com uma área de 540 metros quadrados, foi dividida em seis frações, juntando famílias refugiadas e famílias portuguesas, num espaço onde prevalecerão os valores da partilha e da comunidade.

Em 2023, resultante do protocolo de colaboração entre a FMAM, a Fundação Montepio e a empresa Mobilidade Positiva – especialista na conceção e estudo de soluções para pessoas com deficiência e mobilidade condicionada – foi também dada continuidade ao projeto "[Mobilidade Integrada](#)".

⁸ Organização não governamental.



Porto Amigo

Tem como objetivo assegurar condições habitacionais condignas a favor dos mais idosos da cidade do Porto, em situação de pobreza.

Em 2023:

11 Casas de idosos reabilitadas

17 Pessoas beneficiadas

380 Voluntários



Uma Obra Um Projeto

Promoção de iniciativas de carácter social associadas a grandes empreendimentos da Mota-Engil Engenharia e Construção, pelos impactos de natureza económica, social e ambiental decorrentes da sua realização.

Em 2023:

3 Habitações de famílias reabilitadas

6 Pessoas beneficiadas

22 Voluntários

36 114 € Valor investido



Projeto Reconstruir

Visa mitigar, de forma sustentável, o problema social da carência habitacional de famílias migrantes e refugiadas a viver em Portugal. Assenta em três pilares:

- 1) Construção a preço reduzido;
- 2) Responsabilização da família;
- 3) Relações de vizinhança.

Em 2023:

4 Famílias de refugiados e migrantes proveniente da Síria, Camarões e República Popular do Congo foram apoiadas

732 Voluntários, dos quais:

295 Voluntários Internacionais

239 Voluntários Nacionais

198 Voluntários corporativos (incluindo da Mota-Engil) e escolares



Mobilidade Integrada

Pretende dar resposta aos pedidos de apoio de cidadãos com deficiência ou com incapacidade temporária e em situação de carência económica, ajudando a financiar parcial ou integralmente a aquisição de ajudas técnicas/produtos de apoio.

Em 2023:

2 Casos apoiados que consistiram na realização de obras de adaptação no WC e na colocação de rampa de acesso à habitação facilitando a circulação a pessoas que se deslocam em cadeira de rodas.

Na área da saúde, a FMAM manteve, em 2023, os protocolos estabelecidos com a Liga Portuguesa Contra o Cancro, Núcleo Regional do Norte-IPO do Porto e Núcleo Regional do Centro-IPO de Coimbra. Estes protocolos foram estabelecidos tendo em vista prestar um serviço de apoio social aos doentes oncológicos internados na sua unidade de cuidados paliativos e suas famílias, nomeadamente as que decorrem de situações de carência socioeconómica e psicossocial suscetíveis de agravar o bem-estar e qualidade de vida, colocar em risco a eficiência do acompanhamento clínico ou contribuir para o isolamento ou exclusão social.

De referir ainda que, em solidariedade com os refugiados da Guerra na Ucrânia, a Fundação, em colaboração com a Mota-Engil Central Europe, renovou, em 2023, a atribuição de 10 bolsas de estudo a estudantes ucranianos do departamento de Engenharia da Universidade Politécnica de Cracóvia (Polónia).

Saiba mais sobre os [projetos e apoios na área de desenvolvimento social](#).

Educação

A Fundação promove o apoio à educação, formação e qualificação de jovens e adultos, em particular junto dos públicos mais desfavorecidos, valorizando o potencial humano e promovendo a inserção social e profissional.

Concebe projetos para a educação em parceria com outras entidades. Fornece ainda apoio às instituições que trabalham a favor do desenvolvimento educativo e contribuem para a valorização do potencial humano.

Na área da Educação, a FMAM manteve em 2023 os protocolos estabelecidos com a Universidade de Évora e com a Associação para a Educação de Segunda Oportunidade de Matosinhos, com o objetivo de apoiar os estudantes com comprovada dificuldade económica, procurando assim evitar o seu abandono escolar.

Saiba mais sobre os [projetos na área da educação](#).

Cultura

A FMAM procura apoiar instituições e iniciativas que promovam uma maior aproximação entre os cidadãos e a cultura, bem como divulgar e apoiar o trabalho de jovens artistas que enriqueçam o panorama cultural nacional.

A estratégia da Fundação em matéria cultural passa ainda pela utilização dos seus espaços e das áreas envolventes à sua localização, como espaços de eleição para a realização de iniciativas culturais.

Para além da atividade da própria FMAM, esta acolhe regularmente nas suas instalações (em condições de gratuidade) as organizações da sociedade civil e do terceiro setor que, por insuficiência dos seus recursos materiais ou financeiros, aí queiram realizar reuniões, sessões de trabalho, ações de formação ou outras atividades.

Na sua Sala de Exposições, disponibiliza também o acesso gratuito a diversas exposições que aí se realizam ao longo do ano, tais como a Exposição Coletiva dos Sócios da Árvore, a Exposição dos Ex-alunos e Professores das Escolas de Artes Decorativas António Arroio e Soares dos Reis, entre outras.

Em 2023, a FMAM manteve o seu apoio ao Concurso Internacional de Santa Cecília (25.ª Edição), que contou com a presença de dezenas de concorrentes de vários países.

O [Coro Sénior da Fundação](#), atualmente constituído por mais de quarenta pessoas, deu continuidade ao ciclo de atuações, iniciado em 2022, nos coretos da cidade do Porto, denominado "Música no Coreto", em parceria com a Ágora Porto E.M. As atuações tiveram lugar nomeadamente nos Coretos dos jardins do Passeio Alegre, da Arca d'Água, Cordoaria e jardim de São Lázaro.

Saiba mais sobre os [projetos na área da cultura](#).

Internacional

A Fundação apoia e desenvolve, a nível internacional, projetos de responsabilidade social nos países onde marcamos presença.

No continente africano, com o programa “[Mota-Engil African Initiatives](#)”, concebemos e executamos, em parceria, projetos de responsabilidade social, ao serviço das comunidades e que vão ao encontro das suas necessidades e aspirações fundamentais. Neste âmbito, importa destacar, a realização da 1ª edição do “Prémio Manuel António da Mota – Uma vida em Angola”, distinguindo instituições de solidariedade social com trabalho reconhecido nas áreas da saúde e da educação em Angola.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Prémio Manuel António da Mota – Uma vida em Angola

Este prémio foi instituído, em 2019, para distinguir instituições de solidariedade social com trabalho reconhecido nas áreas da saúde e da educação em Angola. Devido à pandemia de COVID-19, o lançamento da 1.ª edição deste Prémio foi adiado até dezembro de 2023, data em que foi possível atribuir os prémios relativos aos anos anteriores.

A cerimónia de entrega do “Prémio Manuel António Mota, uma vida em Angola”, contou com a presença da Primeira-Dama de Angola, Ana Dias Lourenço, o Ministro dos Negócios Estrangeiros de Portugal, João Gomes Cravinho, Manuel Mota Vice-Presidente do Grupo Mota-Engil e Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Angola, o corpo diplomático acreditado em Angola e membros do Executivo, entre outros convidados.

Foi atribuído um total de 150 milhões de Kwanzas em prémios, cabendo 50 milhões a cada uma das três instituições vencedoras.

No ano 2020, foi vencedora a Congregação das Irmãs de Maria Imaculada – Cabinda, que cuida de crianças de pais seropositivos que nasceram livres do vírus do HIV/Sida. O prémio de 2021 foi concedido à Associação Felicidade na Dor – FENADOR que visa a inclusão social e a dignidade das pessoas portadoras de deficiência em Angola. O prémio relativo ao ano de 2022 foi atribuído à Associação de Profissionais e Amigos de Combate à Pobreza – APACP pelo seu programa “Força de Vontade”.

Saiba mais sobre as [iniciativas de âmbito internacional](#).

PRÓXIMOS PASSOS

- Crescimento dos programas internacionais
- Reforço da aposta nos programas de inovação social
- Maior abrangência da Avaliação de impacto nos programas da FMAM

1.4.4 Informação de *Governance*

I. Conduta empresarial

Ética e integridade empresarial



GRI 3-3, 2-23, 2-24, 2-26, 205-2, 205-3, 206-1
ESRS GOV-1, MDR-A, MDR-M, S1-3, S2-3, S3-3, S4-3, G1-1, G1-3, G1-4

A Mota-Engil está empenhada em realizar os seus negócios e em desenvolver relações comerciais com as contrapartes com integridade e profissionalismo, de forma justa e honesta, cumprindo com a legislação aplicável e indo ao encontro dos compromissos assumidos com os seus *stakeholders*.

O seu percurso na defesa da integridade e na consciencialização do papel do Grupo na melhoria das condições das comunidades em que se insere coincide, em termos temporais, com os 77 anos de história da Mota-Engil.

Este desafio da integridade e da ética é ainda maior pois o Grupo opera em múltiplos negócios, geografias e culturas e com um grande número de colaboradores, parceiros, fornecedores, clientes públicos e privados, acionistas e outros interlocutores.

Documentos estruturantes

Cientes do seu papel na sociedade, o Grupo Mota-Engil tem vindo a desenvolver de forma contínua o seu [Programa de Integridade e Compliance](#), na sua edificação suportado no [Código de Ética e de Conduta Empresarial](#), e na sua estrutura, constituído por **Políticas e Procedimentos Transversais**, por um modelo de governo reforçado e por um programa de melhoria contínua e de formação/sensibilização que abrange os nossos colaboradores e *stakeholders*.

O Programa de Integridade e *Compliance* tem como objetivos:

- Cumprir com as obrigações estabelecidas por diplomas legais, normas e regulamentos;
- Prevenir danos financeiros e reputacionais à Mota-Engil;
- Identificar problemas com antecedência;
- Detetar atos ilegais noutras organizações;
- Fortalecer a reputação da empresa;
- Aumentar a consciencialização dos colaboradores;
- Obter maior confiança das partes interessadas da Mota-Engil.

Em 2023 procedeu-se à revisão do Programa de Integridade e *Compliance*, que incluiu uma extensa revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial (ver destaque), a definição da Política de Comunicação de Irregularidades e Não Retaliação (ver secção “Comunicação de irregularidades”) e a atualização do Procedimento de donativos.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Revisão do Código de Ética e de Conduta Empresarial

O Código de Ética e de Conduta Empresarial visa estabelecer as bases de um comportamento responsável, deveres e regras gerais de natureza ética e de conduta empresarial que devem reger a postura de todos os colaboradores, gestores do Grupo e outras partes interessadas.

Fornecer uma visão geral dos valores de negócio fundamentais do Grupo Mota-Engil e aplica-se a todos os colaboradores, diretores, consultores, empreiteiros e subcontratantes, bem como às subsidiárias em todo o Mundo. Resume alguns dos princípios e políticas mais importantes do Grupo e deve ser interpretado em conjunto com as leis e regulamentos locais.

Considerando que este é um documento estruturante da cultura empresarial do Grupo, em 2023, o Código foi revisto, facilitando a sua leitura e em alinhamento com a estrutura do Programa da Mota-Engil. De referir que no almoço de Natal em Portugal foi feita a oferta de um desdobrável do Código aos colaboradores, reforçando a comunicação do mesmo.

Deste modo, o Grupo desafia os seus *stakeholders* internos e externos a aderir a comportamentos íntegros e sustentáveis no cabal cumprimento do seu normativo e de todo o enquadramento legal e ético mais exigente em cada mercado onde atua.

Procura ir além do cumprimento legal, seguindo normas, regulamentos e melhores práticas, nacionais e internacionais, atuando com sentido de responsabilidade e ética empresarial, suportados em valores de integridade, responsabilidade social e sustentabilidade.

NORMATIVOS INTERNOS

- [Código de Ética e de Conduta Empresarial](#)
- [Política Anticorrupção e Suborno, Prevenção do Branqueamento de Capitais e do Financiamento do Terrorismo](#)
- [Política de Concorrência Leal](#)
- [Política de Transações com Partes Relacionadas](#)
- [Política de Combate ao Assédio e Discriminação](#)
- [Política de Comunicação de Irregularidades e Não Retaliação](#)

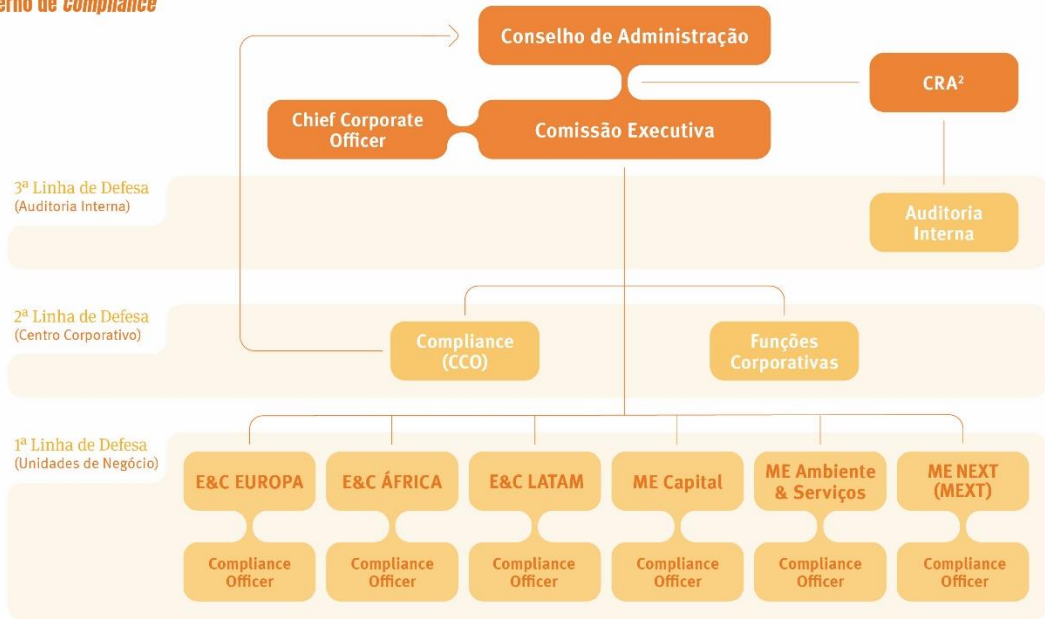
Regularmente é realizada a **identificação, análise e avaliação dos riscos** a que o Grupo está exposto, sendo que este processo suporta a atualização do Plano de Ação relativo à implementação de ações e controlos que sejam efetivos na mitigação desses riscos. O conjunto de medidas e controlos para a prevenção, monitorização e remediação dos riscos integram igualmente o Programa de Integridade e Compliance da Mota-Engil.

Num trabalho conjunto, o Conselho de Administração, a Comissão Executiva, os gestores de topo e os gestores operacionais orientam e apoiam as suas equipas na salvaguarda do bom nome e reputação do Grupo. De referir que a Mota-Engil conta, desde 2018, com a função de *Chief Compliance Officer (CCO)*, a qual depende da Comissão Executiva. Reporta também a um administrador independente, o qual tem a responsabilidade de validar os procedimentos aplicáveis ao sistema de *compliance* e validar as futuras alterações que venham a ser propostas tendo, sempre e em qualquer circunstância, as mesmas de ser aprovadas em Conselho de Administração.

Modelo de Organização e Governo de Compliance



Luis Silva
Chief Compliance Officer¹



¹ Responsável pelo Cumprimento Normativo designado pelo Grupo Mota-Engil, no cumprimento das obrigações estabelecidas pelo Decreto-Lei n.º 109-E/2021.

² Comissão de Risco e Auditoria.

Plano de Prevenção de Riscos de *Compliance*

Riscos Avaliados e Mitigados



Corrupção e Infrações Conexas

Ofertas e hospitalidades;
Donativos e patrocínios;
Pagamentos em numerário;
Relações comerciais com terceiros;
Conflito de interesses.



Branqueamento de capitais e financiamento do terrorismo

Pagamentos em numerário;
Donativos e patrocínios;
Relações comerciais com terceiros;
Transações de alto risco.



Práticas Anticoncorrenciais

Partilha de informação com concorrentes;
Participação em reuniões de associação do setor;
Relação e acordos com concorrentes, clientes ou fornecedores;
Risco de conluio com concorrentes.



Denúncias de Irregularidades

Mecanismo eficaz e confiável;
Medo de retaliação;
Processo de tratamento de denúncias;
Conclusão do processo em tempo útil.

Outros Aspectos Considerados



Privacidade e Proteção de Dados



Aspectos relacionados com fraude e conflito de interesses



Relações laborais e Recrutamento



Tone at the Top



Assédio e Discriminação



Legislação Fiscal Local e Transfronteiriça

Para que o Programa de Integridade e *Compliance* seja efetivo, a **comunicação, formação e sensibilização** são fundamentais. Neste sentido, o Grupo define anualmente um plano de formação e sensibilização que tem como objetivos formar os seus colaboradores sobre o conteúdo e aspetos práticos do Programa de Integridade e *Compliance*, assim como fornecer informação sobre comportamentos esperados quando os colaboradores possam ser confrontados com determinados cenários e dotá-los de ferramentas para lidar com essas situações de forma ética e responsável.



Saiba mais em [Programa de Integridade e Compliance](#)

Prevenção da corrupção, suborno, branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo

O Grupo possui uma **Política anticorrupção e suborno, prevenção do branqueamento de capitais e do financiamento ao terrorismo** (disponível na Intranet da Mota-Engil). Esta reflete tolerância zero em relação a atos de corrupção, suborno, de branqueamento de capitais e financiamento ao terrorismo. Estes atos são proibidos, em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo. A oferta ou aceitação de subornos de qualquer espécie não é tolerável, em qualquer lugar em que o Grupo marca presença, existindo consequências severas para os infratores.

O compromisso assumido pelo Grupo, reflete-se nos objetivos desta Política: a) definir as responsabilidades do Grupo e a dos que trabalham para a Organização, na observação e defesa da nossa posição contra a corrupção, o suborno, o branqueamento de capitais e o financiamento ao terrorismo; b) garantir o cumprimento das leis, regras e regulamentos anticorrupção, suborno, de prevenção de branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo em qualquer país onde possa realizar negócios; e c) oferecer informação e orientação sobre como reconhecer e como lidar com questões de corrupção, suborno, branqueamento de capitais e de financiamento ao terrorismo.

A Direção de *Compliance* é a responsável por implementar e monitorizar a utilização desta Política, pelo que todas as preocupações e dúvidas lhe devem ser dirigidas, utilizando a Linha de Apoio de *Compliance* ou através do contacto com o Departamento Jurídico. O Grupo disponibiliza formação contínua com o objetivo de proporcionar meios de entendimento da Política e estratégias de implementação.

Importa referir que a Mota-Engil possui um [Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas](#), que dá resposta ao Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro, que criou o Mecanismo Nacional Anticorrupção e estabelece o regime geral de prevenção da corrupção, e dispõe quanto ao teor e alcance do plano de prevenção de riscos de corrupção e infrações conexas. Este plano pretende identificar os principais riscos de corrupção e infrações conexas, bem como, as medidas adotadas ou a implementar para prevenir a sua ocorrência, sendo a sua elaboração e monitorização da responsabilidade da Comissão Executiva. No total foram identificados 11 potenciais eventos de corrupção e suborno, com nível de risco entre o baixo e médio, e para os quais se definiram medidas de mitigação – tais como **ações de sensibilização e formação, revisão de procedimentos**, entre outros. De referir que em 2023 foi feita a verificação e atualização do Plano de Prevenção da Corrupção e elaborado o Relatório de execução do Plano.

Comunicação das Políticas de Anticorrupção - Colaboradores	2023			2022			2021		
	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%
Total	2 026	53 340	4	5 458	44 037	12	9 222	38 574	24

Comunicação das Políticas de Anticorrupção – Parceiros de negócio	2023			2022			2021		
	N.º parceiros a quem foi comunicado	N.º total de parceiros	%	N.º parceiros a quem foi comunicado	N.º Total de parceiros	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%
Fornecedores	1 245	1 479	84	828	1 370	60	686	1 119	61
Clientes	38	84	45	14	74	19	5	12	42
Sócios	31	35	89	22	69	32	7	31	23
Total	1 314	1 598	82	864	1 513	57	698	1 162	60

Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 205-2.

Em 2023 foram identificados quatro **incidentes de corrupção**, que se encontram ainda em fase de análise, pelo que nenhuma conclusão deve ainda ser retirada dos mesmos. Destes, dois são relativos a possíveis conflitos de interesse na contratação de colaboradores e/ou terceiros. Um outro caso é inerente ao uso do transporte da empresa para fins pessoais e, por fim, o último caso é relativo à suposta inconformidade praticada por colaboradores no que respeita à sobrefaturação de empreiteiros ao Grupo Mota-Engil.

Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas	2023	2022	2021
N.º total de incidentes confirmados de corrupção	4	4	5
N.º total de incidentes confirmados nos quais colaboradores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	3	5
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

Nota: O apuramento destes dados decorre da receção, análise e investigação às denúncias recebidas na nossa Linha de Ética. O tratamento é efetuado ao abrigo do Procedimento de Comunicação de Irregularidades, por parte da Comissão de Risco e Auditoria Interna, através da equipa de Auditoria Interna, por delegação do Conselho Fiscal.

Concorrência leal

O Grupo Mota-Engil mantém, desde 2021, uma **Política de Concorrência Leal** (disponível na Intranet da Mota-Engil) que reflete a política de tolerância zero em relação a práticas restritivas da concorrência e proíbe tais atos em qualquer forma, seja diretamente ou através de terceiros, em qualquer lugar no mundo. Esta política reflete o compromisso contínuo do Grupo na luta contra quaisquer práticas restritivas da concorrência e a sua responsabilidade para com os mercados onde opera e tem os seguintes objetivos:

- Definir as responsabilidades do Grupo e as dos que trabalham para a Mota-Engil, na observação e defesa da uma concorrência justa, agindo de forma leal para com os clientes, fornecedores, concorrentes, colaboradores do Grupo e outras partes interessadas;
- Garantir o cumprimento das leis da concorrência aplicáveis em qualquer país onde possa realizar negócios; e
- Fomentar uma cultura de cumprimento das leis da concorrência, fornecendo informação e orientação sobre como reconhecer e lidar com tipos de conduta e situações que possam configurar uma prática de restrição da concorrência.

De referir que a Mota-Engil proíbe atividades relacionadas com a prática de cartel e outras práticas colusivas, nomeadamente comportamentos, que visem ou possam ser interpretados como causando uma restrição ou limitação à concorrência. É também proibido celebrar, sem justificação, acordos com outras empresas para não contratar determinados candidatos ou coordenar políticas de remuneração, da mesma forma que é proibido utilizar a participação em eventos de associações industriais ou comerciais e contatos relacionados para fins anticoncorrenciais.

2023	
N.º total de ações pendentes ou que já foram alvo de decisão judicial e nas quais a organização foi visada	0

Nota: O indicador GRI 206-1 passou a ser reportado pela 1.ª vez em 2023, em resultado da inserção do tópico material "Comportamento anticoncorrencial", motivo pelo qual não se incluem dados de histórico.

Gestão de conflitos de interesses

O Código de Ética e de Conduta Empresarial do Grupo Mota-Engil caracteriza as situações em que poderá ocorrer um conflito de interesses e define a responsabilidade dos colaboradores de agir no melhor interesse do Grupo, não devendo atuar de forma que colida com essa responsabilidade. Situações que potencialmente possam gerar conflito de interesses deverão ser reportadas para a linha de ética do Grupo ou para a linha de apoio de *Compliance*.

Adicionalmente, foi aprovado, em 2021, um "**Procedimento de Conflito de Interesses**" (disponível na Intranet do Grupo) que estabelece um processo de divulgação, avaliação e prevenção de conflitos de interesses reais, potenciais ou aparentes. Este define que: os colaboradores da Mota-Engil devem evitar relacionamentos éticos, legais, financeiros, pessoais ou outros conflitos de interesse e garantir que as suas atividades e interesses não entrem em conflito com as suas obrigações para com o Grupo; a ação necessária para um colaborador que não consegue ou não pode evitar um conflito de interesses é divulgá-lo; a divulgação deve ocorrer assim que o colaborador identificar que pode existir um conflito de interesses e, sempre que possível, antes de se envolver na conduta em questão.

A Mota-Engil acredita que a transparência é fundamental para a proteção da integridade e reputação da empresa e do colaborador. Assim, o colaborador deverá reportar ao seu superior direto qualquer tipo de conflito de interesses e enviar o Formulário de Declaração de Interesses (DCI) para a área de *Compliance* ou utilizar a Linha de Apoio de *Compliance* para que fique registada a divulgação. No caso de o conflito de interesses ser de um membro do Conselho de Administração da Empresa ou da Empresa do Grupo, este deverá divulgar o conflito junto do Conselho de Administração da Empresa ou da Empresa do Grupo e aguardar a decisão sem se envolver no processo de avaliação e deliberação.

Após a identificação dos riscos do conflito de interesses, estes deverão ser eliminados ou mitigados e, após avaliação diligente de cada caso, a área de *Compliance* deverá consultar os serviços jurídicos, recursos humanos ou outras funções de apoio para determinar a ação corretiva ou disciplinar apropriada.

De acordo com o Procedimento de Conflito de Interesses, a Linha de Ética da Mota-Engil também deve ser utilizada para denúncias face a conflitos de interesse percebidos por outros colaboradores, assim como para reportar tratamentos injustos ou situações de retaliação.

Transações com Partes Relacionadas

A Mota-Engil está ciente de que as relações com Partes Relacionadas podem prejudicar as sociedades e os seus acionistas uma vez que podem proporcionar à Parte Relacionada a oportunidade de se apropriar de uma parte do valor de uma sociedade.

Na **Política de Transações com Partes Relacionadas** do Grupo (disponível na Intranet da Mota-Engil) são descritas as questões processuais que devem ser consideradas como salvaguarda necessária para a proteção adequada dos interesses das sociedades e dos acionistas que não sejam Partes relacionadas, sempre que se verifiquem transações de Partes Relacionadas com o Grupo, ou qualquer outra pessoa que possa beneficiar uma Parte Relacionada.

A política contém disposições destinadas a impedir (i) essas Partes Relacionadas de tirar partido da sua posição quando envolvidas em transações com o Grupo e (ii) qualquer percepção de que o possam ter feito.

Poderá existir a necessidade de comunicação de transações com Partes Relacionadas ao mercado, ao abrigo dos deveres de informação a que as sociedades abertas estão sujeitas, nomeadamente: a prestação de informações quanto às principais transações relevantes mantidas com Partes Relacionadas, referindo nomeadamente o montante de tais transações; a natureza da relação relevante e outra informação necessária à compreensão da posição financeira do emitente se tais transações forem relevantes e não tiverem sido concluídas em condições normais de mercado.

A Política estabelece ainda que, mesmo em casos em que não seja obrigatório por lei, deverá ser obtida a aprovação formal pelo Conselho de Administração para transações com Partes Relacionadas superiores a montantes definidos (mesmo que em condições normais de mercado), após obtenção de parecer favorável do Conselho Fiscal.

Comunicação de irregularidades

No âmbito da comunicação de irregularidades, a Mota-Engil definiu, em 2023, uma [Política de Comunicação de Irregularidades e Não Retaliação](#).

O Grupo possui um [canal de denúncias e de comunicação de irregularidades](#) específico, independente, que garante o anonimato, a confidencialidade e a não retaliação, dando resposta à Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro, que estabelece o regime geral de proteção de denunciadores de infrações.

Através deste mecanismo os colaboradores, clientes, fornecedores e outros *stakeholders* do Grupo podem, de uma forma voluntária, denunciar atos que representem irregularidades. A plataforma *online* de denúncias está disponível em diversos idiomas, permitindo reportar casos de violações ao Código de Ética e de Conduta Empresarial, fraudes financeiras e contabilísticas, violações ao cumprimento da Lei de Prevenção do Branqueamento de Capitais e de Combate ao Financiamento do Terrorismo, de direitos humanos, entre outras.



Conheça a nossa [plataforma online de denúncias e de comunicação de irregularidades](#)

Nos casos em que a legislação local determina a existência de canais de reporte com domínios locais, é assegurado (sempre que legalmente viável) o reenvio automático e simultâneo das comunicações para o canal de Ética do Grupo.

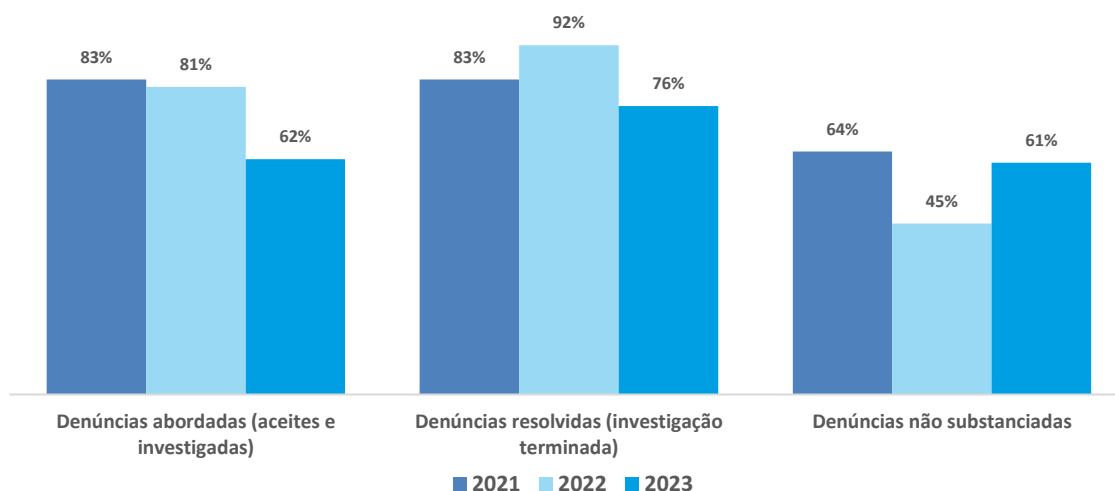
De referir que os colaboradores efetuam, desde 2019, formações *online* via portal *Success Factors*, ao abrigo do Programa de *Compliance*, nas quais se inclui um módulo sobre denúncias e mecanismos de reporte.

Em 2023, o *Top5* das categorias de denúncias, recebidas por via do canal de ética, contemplou: 1. Comportamento irregular de colaboradores; 2. Assédio; 3. Discriminação; 4. Violação de regras ambientais; 5. Roubo ou má utilização de ativos do Grupo.

Do total de 279 recebidas em 2023, verifica-se que 61% das denúncias são não substanciadas. Caso confirmado o fundamento da denúncia após o processo de investigação, são implementadas ações corretivas e/ou disciplinares que se demonstrem necessárias.

Comunicação de irregularidades	2023	2022	2021
N.º total de denúncias recebidas	279	223 ⁹	100 ¹⁰

Comunicação de irregularidades



De referir que em 2023 foi promovida uma formação subordinada ao tema “Denúncia de má conduta”, que abrangeu 2 852 colaboradores. A formação global de todos os colaboradores teve uma duração total de 713 horas.

Direitos humanos



GRI 3-3, 2-23, 2-24, 308-1, 308-2, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 411-1, 414-1 e 414-2
ESRS SMB-2, SBM-3, MDR-A, MDR-M, S1-1, S1-17, S2-1, S3-1, S4-1

Na Mota-Engil trabalha-se continuamente para respeitar e promover os direitos humanos nos diferentes contextos culturais, socioeconómicos e geográficos onde o Grupo opera, repudiando todo e qualquer ato que atente contra a dignidade da pessoa humana.

As políticas e práticas estão do Grupo alinhadas com o **Guia do CEO sobre Direitos Humanos do BCSD Portugal - Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável**, do qual é signatária, desde 2019.

⁹ Inclui 79 irregularidades comunicadas via linha principal do Grupo e 144 por via dos canais de reporte dos mercados.

¹⁰ Inclui 48 irregularidades comunicadas via linha principal do Grupo e 52 por via dos canais de reporte dos mercados.

O respeito pelos direitos humanos está consagrado no [Código de Ética e de Conduta Empresarial](#). De referir que o Grupo Mota-Engil tem uma política de tolerância zero à escravatura moderna, ao trabalho infantil, ao tráfico de seres humanos e à discriminação injusta. Está empenhado em promover um local de trabalho livre de assédio, discriminação e intimidação, onde todos os Colaboradores possam trabalhar em conjunto com abertura, confiança e respeito pelas diferenças. Define igualmente um compromisso em promover a saúde e segurança (Cap. 1.4.3.I), a diversidade, inclusão e igualdade (Cap. 1.4.3.II), os direitos laborais e condições de trabalho (Cap. 1.4.3.II) e a salvaguardar a informação pessoal e privacidade e o ambiente (Cap. 1.4.2).

O Grupo segue, de uma forma global, as “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais” e as “Diretrizes de Due Diligence da OCDE para uma Conduta Empresarial Responsável”. Esta responsabilidade e compromisso são extensivos às práticas do Grupo em matéria laboral, de política de investimentos, gestão da cadeia de fornecimento, entre outros. Saliente-se que em 2023 o Grupo iniciou a reflexão para a elaboração de uma **Política de Direitos Humanos para o Grupo Mota-Engil**, a qual será concluída em 2024. A elaboração da política terá o apoio de uma entidade externa no processo de reflexão do contexto atual e futuro da Mota-Engil, na identificação e necessidade de realinhamento das orientações já implementadas no Grupo e na auscultação de vários *stakeholders* (internos e externos) por forma a trazer maior inclusão de perspetivas de ação. Após a sua publicação prevê-se a comunicação interna (todas as empresas do Grupo) e externa (cadeia de valor) reforçadas com campanhas de formação e sensibilização com o intuito de informar claramente a todos os *stakeholders* as orientações e compromissos do Grupo nesta temática.

De referir que é vedada a contratação ou parceria em negócios com empresas nas quais tenham sido reportadas práticas de violação de direitos humanos. Tais impedimentos encontram-se dispostos nos nossos contratos de cláusulas e, no âmbito do Procedimento para Terceiros, estão definidos, desde 2019, os princípios orientadores para a execução de ações de **Due Diligence (DD)** às contrapartes com as quais estabelecemos relações de negócio (como clientes, fornecedores – incluindo subempreiteiros – e sócios de negócios). Para os parceiros cuja avaliação de risco indique um nível de risco médio e elevado é realizada uma devida diligência reforçada, processo de investigação aprofundada que permite a recolha de dados de integridade detalhados e verificação avançada de antecedentes sobre uma qualquer entidade. Este processo é iniciado para os parceiros cuja avaliação de risco indique um nível de risco médio e elevado. As medidas de devida diligência reforçada, podem consistir nas seguintes ações:

- Um segundo relatório de *screening* ao parceiro, seus acionistas, beneficiários efetivos e membros da gestão;
- Recolha de informação adicional através de um segundo questionário ao parceiro;
- Recolha de informação adicional através de entrevistas a representantes do parceiro;
- Investigação ao parceiro por um prestador de serviços externo à Mota-Engil.

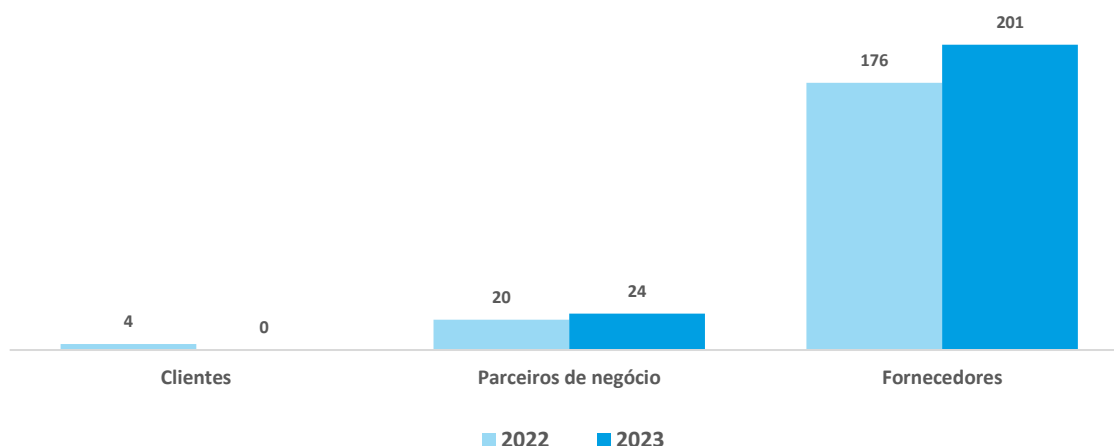
Os critérios utilizados para a seleção das contrapartes são:

- a) Potenciais clientes privados, projetos de infraestruturas, com valores de contrato igual ou superior a 5 milhões euros ou o equivalente em outra moeda;
- b) Outros potenciais clientes privados com valores de contrato igual ou superior a 500 mil euros ou o equivalente em outra moeda;
- c) Potenciais clientes por vendas de inventários ou de ativos fixos pertencentes ao Grupo Mota-Engil e cujo valor de venda seja igual ou superior a 10 mil euros ou o equivalente em outra moeda;
- d) Todos os potenciais parceiros de consórcio, *joint-ventures*, *special purpose vehicles* ou em outra forma de associação;
- e) Uma nova relação comercial com um fornecedor, sempre que: se estime vir a ter um valor cumulativo igual ou superior a 100 mil euros, ou o equivalente em outra moeda, anualmente; o contrato se destina a serviços de consultoria, de agência, ou a um pagamento de uma comissão de qualquer montante.

No âmbito do processo de avaliação de risco dos nossos parceiros de negócio – aplicável às entidades selecionadas de acordo com os critérios acima listados – são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas relativas a entidades ou pessoas, cuja busca incide nos seguintes tópicos: tráfico humano; discriminação ou abuso no local de trabalho; questões de segurança e saúde no trabalho; trabalho infantil; trabalho forçado ou escravo; igualdade de género; direitos LGBTQIA+; racismo; más práticas ambientais; entre outros.

Importa ainda referir que o Procedimento para Terceiros se encontra em revisão em conjunto com a área de *Procurement* do Grupo, com vista a reforçar as dimensões de *screening* e seleção, com especial destaque para a análise no âmbito das três vertentes de ESG que passarão a ser analisadas de forma sistemática nos processos de *DD*, mediante a utilização de uma nova plataforma.

Submissão a ações de devida diligência reforçada (*Enhanced DD*)



	2023	2022
<i>Enhanced DD</i>	225	200
Total de contrapartes avaliadas	1 125	851
% do total	20%	24%

Nota: Os dados reportados são extraídos da ferramenta para a avaliação de terceiros cuja utilização é transversal a todo o Grupo Mota-Engil.

Adicionalmente, promoveu-se a formação dos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos, num total de 1 943 horas. De referir que foram ministradas formações noutras temáticas (não contabilizadas neste valor), que também se enquadram no âmbito da promoção dos direitos humanos, como a segurança e saúde do trabalho, ambiente, entre outros (Cap. 1.4.3.II).

De referir que o **canal de denúncias e de comunicação de irregularidades do Grupo** permite o relato de violações de direitos humanos, causados pela própria Mota-Engil ou para os quais se contribua através das nossas operações e relações comerciais (secção “Comunicação de irregularidades”).

Em 2023, por via da Linha de Ética, não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores com risco significativo de incidentes de trabalho infantil, trabalho escravo ou forçado e de violação de direitos dos povos indígenas.

Enquanto riscos salientes identificados pelo Grupo em matéria de direitos humanos, refira-se o **assédio e discriminação**, em particular no âmbito da atividade da Engenharia e Construção. Esta identificação resulta da:

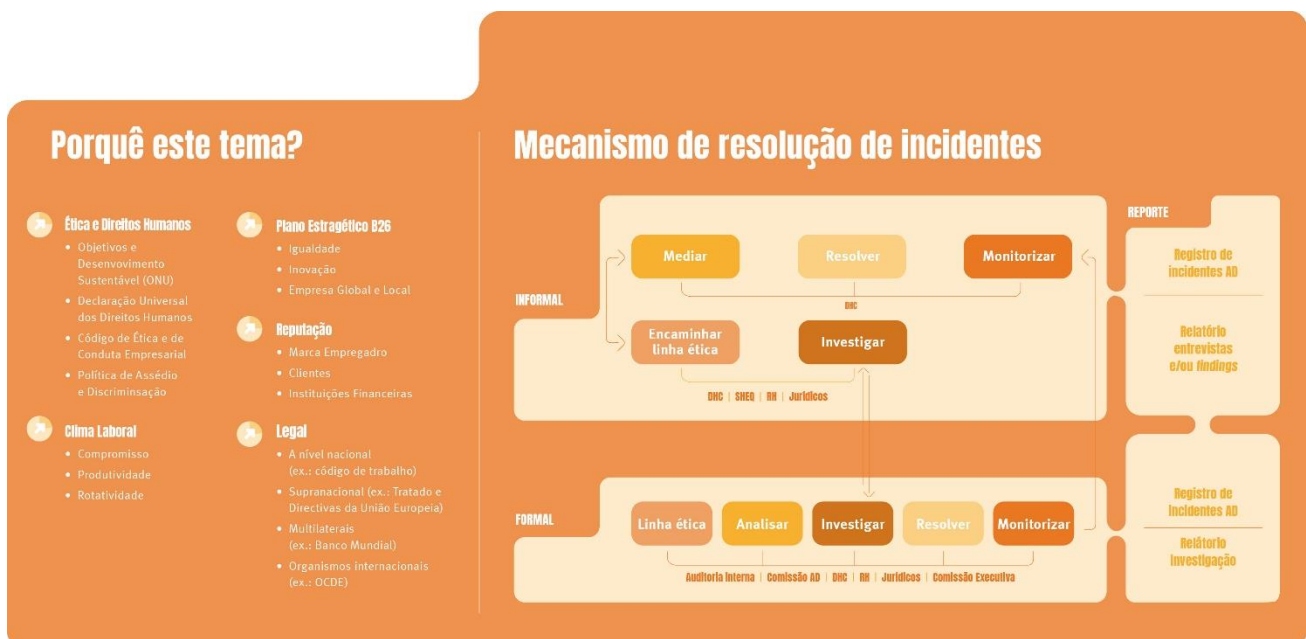
- Exposição do Grupo a incidentes relacionados com assédio e discriminação, quer pela natureza da sua atividade quer pela sua composição multicultural do Grupo;
- Importância da inclusão e diversidade na valorização dos colaboradores;
- Fomento do sentimento de pertença, compromisso e aumento da produtividade.

O Grupo Mota-Engil possui uma **Política de Combate ao Assédio e Discriminação** (disponível na Intranet da Mota-Engil), que visa promover um trabalho livre de assédio, discriminação e intimidação, onde todos os colaboradores possam trabalhar juntos com honestidade, confiança e respeito pelas diferenças. Todas as formas de assédio e discriminação podem constituir uma má conduta, fornecendo uma base para uma ação disciplinar, incluindo a cessação do emprego. Esta política tem como objetivos:

- Consciencializar os colaboradores de que não são tolerados comportamentos que possam criar um ambiente de hostilidade, discriminação ou intimidação e que os mesmos são fundamento para ações disciplinares;
- Definir os conceitos de assédio e discriminação, e elencar alguns comportamentos que configuram situações de assédio e/ou discriminação;
- Definir as responsabilidades dos diversos intervenientes no processo de combate ao assédio e discriminação;
- Divulgar a existência e o funcionamento dos mecanismos de resolução de incidentes de assédio e discriminação.

A atuação do Grupo tem incidido na comunicação e implementação da mesma. Encontra-se definida a função de **Conselheiro de Discriminação e Assédio (DHC)** – desempenhada pelos responsáveis de Recursos Humanos – nas várias empresas do Grupo, que são responsáveis, entre outros, por proporcionar os meios de auxílio que permitam a qualquer colaborador que seja vítima de discriminação e/ou assédio comunicar com a pessoa que o ofende de forma aberta, honesta e segura. De referir que quando a localização de um projeto está física e/ou organizacionalmente distante dos escritórios centrais da empresa do Grupo, o responsável SHEQ desse projeto atuará como delegado do DHC para os colaboradores que trabalham nesse local.

Encontra-se instituída uma **Comissão de Assédio e Discriminação**, para tratar todas as queixas recebidas através do **Mecanismo Formal de Queixas**, e um **Mecanismo de Resolução de Incidentes (IRM)** previsto na Política, o qual fornece os meios informais e formais para que os colaboradores tenham as suas preocupações e queixas resolvidas. Para tal existe uma plataforma para suportar o relato e gestão de casos tratados pelos DHC através do IRM.



No que diz respeito a incidentes de discriminação e medidas corretivas tomadas, verifica-se um aumento no número de casos, face a 2022. Os 23 relatos recebidos em 2023 dizem respeito a:

- 9 casos de discriminação
- 14 casos de assédio

Os casos identificados e concluídos em 2023 evidenciam que dois foram alvo de ações corretivas, tendo os restantes sido considerados improcedentes ou por falta de provas ou por falta de fundamento.

Incidentes de discriminação ocorridos		2023	2022	2021
N.º total de incidentes de discriminação ocorridos no período de relato		23	5	7
N.º total de incidentes analisados pela organização, de acordo com o ponto de situação dos incidentes e ações tomadas	N.º de planos de remediação implementados	2	0	1
	N.º de planos de remediação implementados, com resultados analisados através dos normais processos de revisão e gestão	0	0	0
	N.º de incidentes resolvidos	11	5	6
	N.º total de incidentes analisados	23	5	7

PRÓXIMOS PASSOS

- Definição e implementação de um plano de melhoria do sistema anticorrupção do Grupo através da avaliação das práticas anti suborno à luz da Isso 37001 (2024)
- Revisão do Plano de Prevenção de Riscos de Corrupção e Infrações Conexas (2024)
- Revisão do documento que resume o Programa de Integridade e *Compliance* por forma utilizá-lo como ferramenta de sensibilização e comunicação e revisão extensa das políticas e procedimentos constantes do mesmo (2024)
- Atualização e republicação dos Procedimentos de Donativos e de Terceiros do Grupo (2024)
- Desenvolvimento e publicação da Política de Direitos Humanos do Grupo (2024)
- Revisão e atualização de todos os Procedimentos e Políticas de *Compliance* do Grupo (2024)

II. Cadeia de fornecedores



GRI 3-3, 2-6, 201-1, 204-1, 308-1, 308-2, 408-1, 409-1, 411-1, 414-1, 414-2
ESRS MDR-A, MDR-M, G1-2

Constituindo um dos focos estratégicos do Grupo, a gestão da cadeia de fornecedores assume prioridade através de um compromisso contínuo em tornar os processos mais eficientes e consolidar o seu nível de integração nas restantes áreas e processos funcionais.

A área de *Procurement & Logistics* rege-se, atualmente, por um modelo de *governance* alicerçado numa estrutura de serviços globais, com a agregação de funções corporativas com vista a garantir a uniformização das políticas e transversalidade dos processos, a sinergia com as demais áreas funcionais e serviços locais e a monitorização do desempenho, eficiência e rentabilidade dos mercados/áreas de negócio.



A Mota-Engil conta atualmente com uma ampla rede de fornecedores locais e internacionais. No ano de 2023, foram realizados pedidos de compra a 14 674 fornecedores¹¹ distribuídos por 61 países.

Refira-se, por exemplo – no âmbito do negócio da Engenharia e Construção (E&C) –, o facto de concentrar e consolidar em Portugal e na China os seus pontos estratégicos de abastecimento transversais de bens ou serviços aos vários mercados, garantindo uma estrutura uniforme de suporte às áreas de negócio.

¹¹ Fornecedores com nota de encomenda registada em SAP, excluindo fornecedores intragrupo.

Processo de compras e cadeia de abastecimento



Principais produtos

Materiais de construção
Equipamento pesado/leve
Autopeças
Consumíveis



Principais fluxos (de ou para)

Portugal
Angola
Moçambique
Nigéria
México
Peru

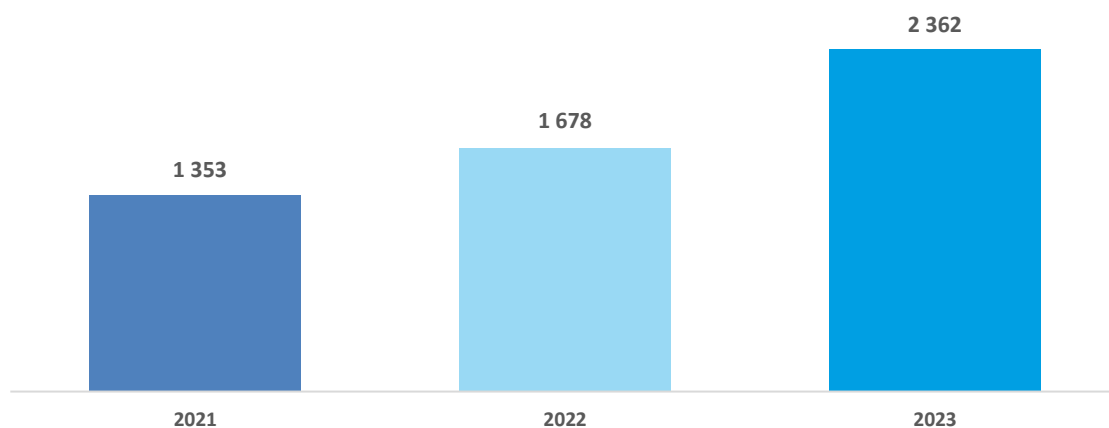


Principais serviços

Pick & collect
Emissão de documentos de imp/exp
Inventário
Gestão de *stock*
Marítimo/aéreo/rodoviário/ferroviário
Desalfandegamento
Projeto/carga perigosa
Localização/rastreamento de carga
Operações *control tower*
3pl/4pl modes
Pick/pack
Cross docking
Armazenamento
Taxas alfandegárias e classificações
Soluções door to door

Em 2023, foram despendidos 2 362 milhões de euros em fornecimentos e prestações de serviços¹², o que representa um incremento de 41% face ao ano anterior – crescimento que acelera a tendência registada nos anos anteriores. A magnitude deste valor reflete a relevância dos impactos – económicos, mas também sociais e ambientais –, inerentes às decisões de *Procurement* do Grupo, e reforça o carácter vital da cadeia de abastecimento, de forma a garantir a sustentabilidade de longo prazo do negócio.

Gastos em fornecimentos e prestações de serviços (M€)



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 201-1.

O ano fica marcado pela definição e implementação de uma Política de *Procurement* e Logística – “Princípios de Organização e Gestão” –, com a definição dos princípios orientadores para a gestão e organização das atividades de *Procurement & Logistics*.

¹² Fornecimentos e prestações de serviços com nota de encomenda associada.

Nesta base, um dos compromissos estratégicos estabelecidos, para três regiões na área de negócio da E&C, foi o incremento do volume de compras locais em 4%, relativamente ao período homólogo do ano anterior – o qual foi superado – o que reforça a estratégia e política do Grupo na promoção e desenvolvimento das comunidades onde opera. De referir que 88,1% do volume de compras foram efetuadas a fornecedores locais¹³, o que se traduziu num aumento de 6,1% face ao período homólogo do ano anterior. Esta iniciativa foi monitorizada centralmente e sempre com o acompanhamento e formação aos mercados locais, reforçando a sua autonomia de se autoabastecer.

Benefícios da compra local



Diretos

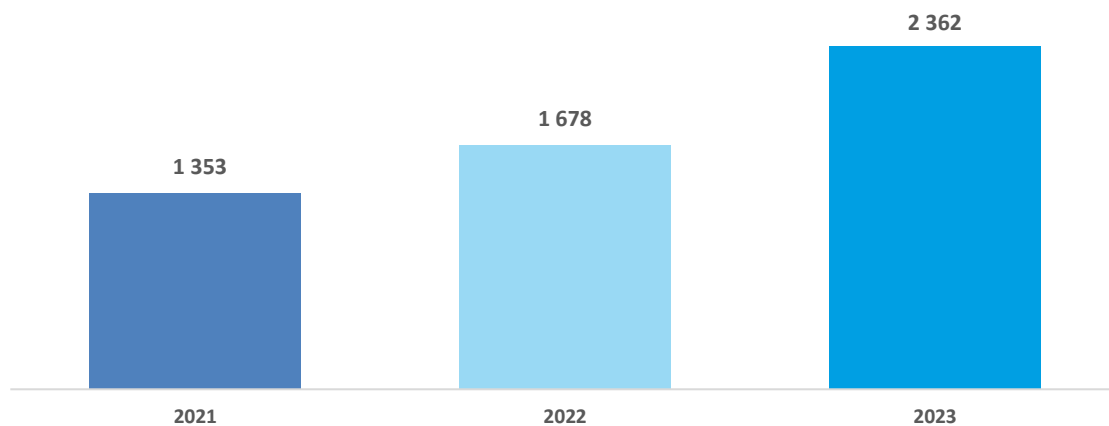
Maior proximidade, rapidez e disponibilidade, redução da pegada de carbono, redução de *stocks*, entre outros.



Indiretos

Desenvolvimento do tecido empresarial local, promoção do desenvolvimento económico e estímulo à criação de emprego, como reforço e evidência da nossa responsabilidade social junto às comunidades locais onde atuamos.

Despesas com fornecedores locais



Nota: Remete-se para a Tabela GRI para acesso às informações metodológicas sobre o cálculo do indicador GRI 204-1.

Em 2023, foi implementado o Modelo de *Sourcing* Estratégico, com a negociação e/ou intervenção direta das equipas centrais de *Procurement* e Logística em compras estratégicas para o Grupo, potenciando a melhoria na eficiência das negociações e, por conseguinte, um acréscimo de poupança.

¹³ Por despesa "local" entende-se toda a compra realizada no país no qual o material e/ou serviço são aplicados e/ou incorporados nos projetos daquele mesmo país. Corresponde ao Valor de Notas de Encomenda realizadas a Fornecedores Locais face ao valor Total de Notas de Encomenda, na área de negócio da Engenharia e Construção. Para mais informações sobre o perímetro de consolidação desta informação consultar Tabela GRI, indicador 204-1.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Implementação do Modelo de Sourcing Estratégico

A Mota-Engil, comprometida com a excelência operacional e sustentabilidade, implementou, em 2023, o Modelo de *Sourcing* Estratégico – uma abordagem inovadora na gestão de compras que visa aumentar a eficiência das negociações, maximizando ganhos e poupanças, e integrando requisitos éticos, sociais e ambientais no processo de Qualificação e Avaliação de Fornecedores. O Modelo de *Sourcing* Estratégico adota uma abordagem proativa, profissionalizando a função de compras com foco especializado em negociação e gestão contratual, visando a melhoria da *performance* dos fornecedores e prestadores de serviços, e o desenvolvimento de relações de parceria.

O Modelo foi implementado, numa primeira fase, nas três regiões na Unidade de Negócio de E&C, com posterior expansão a outras Unidades, nomeadamente a de Ambiente. Regista-se uma poupança de aproximadamente 8,5%, demonstrando a eficácia desta abordagem na otimização dos custos e no fortalecimento da base de fornecedores.

Esta iniciativa procura também alcançar uma gestão mais transparente, com uma visibilidade reforçada das despesas em todo o Grupo, contribuindo para a minimização da exposição ao risco nas compras de maior impacto. De referir que se pretende potenciar as condições de pagamento preferenciais, otimizando o fluxo de caixa e garantindo uma gestão financeira mais eficiente.

De referir que, em 2023, ocorreu a fusão de algumas equipas operacionais, nomeadamente MEEC, MEECA e ME ATIV, otimizando custos de estrutura em aproximadamente 6% e promovendo a uniformização e sistematização do processo.

Gestão de risco na cadeia de fornecedores

No que diz respeito à gestão de risco na cadeia de fornecedores, a Mota-Engil continua a reforçar o trabalho de parceria entre as áreas corporativas de *Procurement*, *Compliance*, Sustentabilidade e SHEQ, para alinhar os princípios fundamentais, linhas orientadoras e critérios definidos. Tendo como principal objetivo alinhar, consolidar e tornar mais fiável a informação de suporte, que permita a monitorização e uma gestão de risco proactiva, por forma a contribuir para uma melhoria sustentada da *performance* da empresa, foram duplicadas as Auditorias Internas ao processo de *Procurement & Logistics*, estendendo-as às três regiões das Unidades de Negócio de E&C e Ambiente.

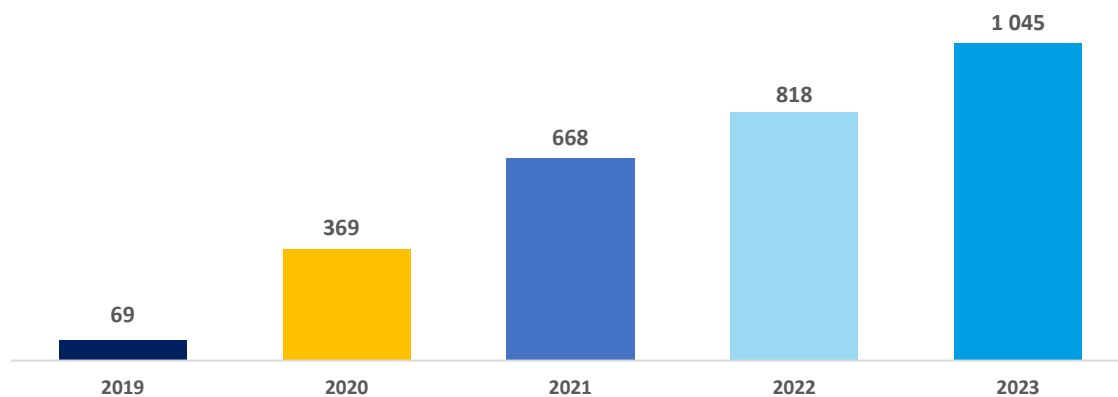
Também neste âmbito, foi revisto o Procedimento de Gestão de Fornecedores, com foco na 1.ª fase da Seleção de Fornecedores. Esta iniciativa está a ser desenvolvida com o suporte de uma nova plataforma digital, a qual permite obter a informação estruturada, relativa aos riscos ESG, integridade e situação financeira do fornecedor. A Mota-Engil ambiciona, no próximo ano, a operacionalização deste procedimento de forma transversal, nas três regiões da área de negócio de E&C, com especial foco nos fornecedores de fontes estratégicas¹⁴.

De referir que se encontram em desenvolvimento as ações para a implementação da 2.ª etapa deste procedimento, que consiste na Avaliação de Fornecedores na fase de análise e decisão da compra, por forma a incorporar nos critérios de decisão a informação relativa à avaliação ESG do fornecedor, obtida aquando da sua seleção.

Decorrente da implementação das 1.ª e 2.ª fases será desenvolvida uma nova etapa que consiste na avaliação de desempenho – através de critérios e ponderações para avaliar e monitorizar o índice de satisfação e *performance* dos fornecimentos.

De referir que estabelecemos negócio com empresas e indivíduos, em concordância com o Procedimento de Terceiros do Grupo Mota-Engil (KYS – Know Your Supplier), suportado na ferramenta do Grupo para a avaliação de Integridade (Cap. 1.4.4.I) – *Diligent Third Party*, dando conhecimento do Código de Ética e de Conduta Empresarial, bem como, partilhando as normas de *Compliance* e de integridade com terceiros para os quais não existam relatos de práticas de violação de direitos humanos.

¹⁴ Os fornecedores de fontes estratégicas são aqueles que fornecem materiais, produtos ou serviços, identificados na Organização como “Core Categories” e/ou “Strategic Trading”, e que potenciam economias de escala e permitem a diversificação das fontes de financiamento, reforçando a Estratégia do Grupo.

N.º de avaliações de integridade de Fornecedores – Diligent Third Party Management**PRÓXIMOS PASSOS****Procedimento de Gestão de Fornecedores**

- Operacionalização da primeira fase do Procedimento de Gestão de Fornecedores – Seleção do Fornecedor (2024)
- Validação e teste da solução relativa à segunda fase do procedimento – Decisão de compra e inclusão de critérios ESG (2024)
- Definição e implementação do Código de Ética e Conduta do Fornecedor (2024)

III. Investimento responsável

A Mota-Engil, realizou em 2023, duas emissões de *Sustainability-linked Bonds*: uma em abril, por oferta particular e direta, no montante de 10 milhões de euros, totalmente subscrita pelo Banco Montepio, “Sustainability-Linked Bonds Mota-Engil 2023-2027” e outra em dezembro, no montante de 50 milhões de euros, subscrita por investidores profissionais, “Obrigações Ligadas a Sustentabilidade Mota-Engil 2023-2028”. Esta última, encontra-se admitida à negociação no mercado regulamentado da *Luxembourg Stock Exchange*.

Estas duas emissões de *Sustainability-linked Bonds* pela Mota-Engil, deram sequência às emissões efetuadas em 2021 e 2022, que foram operações inovadoras, uma vez que permitiram a oferta de obrigações ligadas à sustentabilidade dirigidas ao mercado de retalho português.

Estas obrigações estão ligadas à sustentabilidade, na medida em que a Mota-Engil se comprometeu a atuar de forma a promover a melhoria de um indicador-chave de desempenho (KPI), o índice dos acidentes de trabalho não mortais com baixa, tendo em vista alcançar uma meta de desempenho de sustentabilidade (SPT). A meta em questão (Cap. 1.4.3.I) implica a redução da referida taxa de incidência de acidentes em projetos de Engenharia e Construção em 50% até 31 de dezembro de 2026, conforme *target* definido no âmbito do Plano Estratégico de 2022 - 2026 da Mota-Engil (“BUILDING 26 | For a sustainable future” – Cap. 1.2.3). Para a calibração da SPT, realizou-se um exercício de *benchmarking*¹⁵ que contemplou o desempenho e compromissos assumidos por um grupo de 16 *peers* internacionais do setor de Engenharia & Construção.

Nos setores de atividade em que opera o Grupo Mota-Engil, em particular o da Engenharia & Construção, a sinistralidade laboral nos projetos assume um caráter absolutamente relevante. De acordo com um estudo recente do *Center for Construction Training and Research*¹⁶, apesar da redução significativa do número de acidentes de trabalho com consequência grave (exceto óbitos), em 2019 o setor da Engenharia e Construção continuava a apresentar uma sinistralidade significativamente acima da média de todos os restantes setores, na ordem dos 29,2%. A importância de tornar os locais de trabalho seguros e saudáveis é explicitamente reconhecida na Agenda 2030 das Nações Unidas, particularmente no ODS-8 - Trabalho digno e crescimento económico, que tem associado à sua meta 8.8, a redução das taxas de frequência de acidentes de trabalho mortais e não mortais. A segurança e saúde no trabalho concorre igualmente para o cumprimento do ODS-3 - Saúde de qualidade, uma vez que os acidentes de trabalho e doenças profissionais contribuem significativamente para o problema crescente, a nível global, das doenças não transmissíveis e crónicas.

Alcançar “ZERO acidentes mortais” é indiscutivelmente um objetivo que se encontra definido e subjacente à forma de atuar do Grupo Mota-Engil e inerente à sua estratégia. Não obstante, a Mota-Engil considera que o foco exclusivo nos acidentes mortais, não permite uma atuação focada na prevenção de todos os outros acidentes que são a potencial fonte e causa de fatalidades, acabando por se tratar de uma medida reativa. Se a Mota-Engil se focar apenas nas zero mortes, o mesmo pode implicar uma interpretação errada de desempenho, visto poderem existir poucas mortes, mas muitos acidentes que poderiam (em última instância) ter causado mortes. Considerando que a ocorrência de uma fatalidade é irreversível, a Mota-Engil pretende antecipar, monitorizar e atuar nos acidentes que têm maior probabilidade de resultar em fatalidades, reforçando a atuação e prevenção através da implementação de medidas de prevenção e sensibilização, com especial foco nos acidentes com baixa. O indicador selecionado, índice de acidentes de trabalho não mortais com baixa (na sigla inglesa LTIFR - Lost Time Injury Frequency Rate), é um indicador da OIT que não permite perceber o número de dias de baixa associado a cada acidente grave, mas possibilita a normalização e *benchmarking* externo do KPI, bem como avaliar o desempenho alcançado na prevenção, principal preocupação da Mota-Engil.

A emissão daquelas obrigações encontra-se alinhada com os cinco componentes principais dos *Sustainability-Linked Bond Principles* (SLBP), publicados pela *International Capital Markets Association* (“ICMA”), em junho de 2020 e atualizados em junho de 2023. Por outro lado, foi emitida ainda uma *Second Party Opinion* a confirmar o alinhamento com os SLBP por parte da *S&P Global Ratings*, a qual se encontra disponível no site do Grupo Mota-Engil em: <https://www.mota-engil.com/sustentabilidade/opiniao-sobre-emissao-por-parte-da-mota-engil-de-obrigacoes-ligadas-a-sustentabilidade/> (a *Second Party Opinion* referente à emissão de 10 milhões de euros, totalmente subscrita pelo Banco Montepio, tratando-se de uma oferta particular, foi apenas disponibilizada ao Banco).

¹⁵ O exercício de *benchmarking* teve em consideração empresas semelhantes do setor da engenharia e construção: Aarsleff, Acciona, ACS, BAM, Bouygues, Eiffage, FCC Construcción, Ferroviál, Hochtief, Porr, Sacyr, Skanska, Strabag, Veidekke, Vinci, Webuild.

¹⁶ Fonte: <https://www.cpwr.com/wp-content/uploads/DataBulletin-December2020.pdf>.

Neste âmbito, o Grupo Mota-Engil compromete-se ainda a:

- Divulgar, no seu relatório de sustentabilidade, informação relevante para a análise do desempenho do KPI e da sua estratégia de sustentabilidade;
- Incluir nos seus relatórios de sustentabilidade anuais informação que permita avaliar o desempenho do Grupo Mota-Engil no KPI selecionado, por referência ao valor de base;
- Solicitar, anualmente, uma declaração de verificação externa independente que confirme o desempenho em relação ao KPI selecionado, a qual será integrada no respetivo relatório de sustentabilidade; e
- Solicitar, com referência à data de referência do SPT, uma declaração de verificação externa independente que confirme se a SPT prevista, foi efetivamente alcançada. Esta declaração será divulgada no sítio do Grupo (www.mota-engil.com).

IV. Informação fiscal

A Mota-Engil possui uma Política de gestão do risco fiscal estabelecendo a mesma um conjunto de princípios e procedimentos que visam permitir ao Grupo identificar, avaliar e gerir o risco fiscal inerente às operações (correntes e não correntes). Estes princípios e procedimentos aplicam-se a todas as empresas detidas pelo Grupo e são seguidas pelos vários níveis de gestão – holding, Unidades de Negócio e mercados / países – que, em linha com os princípios gerais da organização do Grupo, deverão interagir entre si para assegurar a identificação atempada dos riscos fiscais e a sua gestão efetiva.

O documento tipifica também um conjunto de situações que, pela sua natureza, complexidade ou dimensão, são potencialmente geradoras de riscos fiscais materiais para o Grupo e em que deve ser envolvida a área de fiscalidade corporativa no processo de tomada de decisão.

O Grupo rege-se pelo cumprimento da lei e obrigações fiscais nos vários mercados onde opera e monitoriza, central e localmente, alterações às leis e regulamentos fiscais em cada um daqueles locais onde opera e que possam ter impacto na sua estratégia fiscal.

A Mota-Engil procura manter uma boa relação com as autoridades fiscais dos países onde opera, tentando dessa forma minimizar o risco de disputa com as mesmas. Em Portugal, a Mota-Engil é uma das empresas que aderiu ao Código de Boas Práticas Tributárias promovido pelas autoridades fiscais portuguesas, o qual estabelece um conjunto de princípios e regras de conduta que devem nortear a relação entre os contribuintes e as autoridades fiscais.

Princípios orientadores

O Grupo rege-se pelo cumprimento da lei e obrigações fiscais nos vários mercados onde opera. Qualquer decisão tomada respeita as leis e regulamentos fiscais aplicáveis.

O princípio-base de gestão do risco fiscal assenta na prevenção de disputas desnecessárias com as várias autoridades fiscais: (i) garantindo que as decisões tomadas têm por base posições técnicas robustas e bem fundamentadas; (ii) documentando de forma apropriada os factos que estiverem na base das decisões tomadas; e (iii) implementando procedimentos de *compliance* que garantam que o resultado destas decisões é refletido de forma correta nos cálculos e declarações fiscais.

Num contexto em que a interpretação dos factos ou da legislação fiscal tem frequentemente associado um nível de subjetividade (sendo, portanto, suscetível de gerar disputas), evitar toda e qualquer disputa com as autoridades fiscais pode ser demasiado oneroso e não estar em linha com o objetivo de maximizar o valor criado para o Grupo. Neste sentido, o Grupo pode em determinadas circunstâncias decidir correr o risco de disputas, desde que seja provável que tais disputas sejam resolvidas a seu favor. Estas situações são avaliadas e geridas de acordo com os princípios estabelecidos na Política de gestão do risco fiscal.

Todas as decisões têm como base os objetivos de negócio do Grupo e, como tal, quaisquer iniciativas de otimização fiscal são realizadas neste contexto. Isto significa que qualquer transação ou operação realizada tem de ser motivada por razões comerciais e ter um propósito válido de negócio.

Avaliação do risco fiscal na tomada de decisões

Reconhecendo que as necessidades e objetivos do negócio são a prioridade para o Grupo, sempre que existam formas alternativas de atingir os mesmos resultados para o negócio é seguida aquela que se revela mais eficiente do ponto de vista fiscal. Assim, os responsáveis de cada negócio envolvem as equipas de fiscalidade locais, das Unidades de Negócio e, ou, corporativa no processo de planeamento e tomada de decisão para que estas possam trabalhar em parceria com as funções de negócio, fornecendo informação clara e atempada sobre o impacto fiscal das opções consideradas e (quando existam) sugerindo soluções que garantam o alinhamento entre os objetivos do negócio e a eficiência do ponto de vista fiscal. As equipas de fiscalidade devem ser capazes de operar num ambiente de incerteza e de capacidade de assunção de risco controlado em linha com os princípios de gestão de risco estabelecidos neste documento.

A prioridade das necessidades e objetivos do negócio não poderá, todavia, sobrepor-se ao cumprimento da lei e obrigações fiscais. Em caso de incerteza na interpretação da legislação fiscal, é efetuada uma avaliação clara das consequências fiscais esperadas e é assegurado que estas são consideradas no processo de tomada de decisão.

Além de participar nos processos de tomada de decisão em que a sua intervenção seja solicitada pelos responsáveis de negócio ou equipas de fiscalidade locais ou das Unidades de Negócio, a área de fiscalidade corporativa é consultada quando estão em causa operações / decisões que, pela sua natureza ou complexidade, são suscetíveis de ter impactos fiscais materiais para o Grupo.

Gestão do risco no cumprimento de obrigações fiscais

— *Compliance* fiscal

Cada empresa do Grupo é responsável pelo cumprimento das várias obrigações fiscais nos mercados onde opera. Estas obrigações incluem o cálculo dos vários impostos de acordo com a lei e regulamentos fiscais aplicáveis, o respetivo pagamento, a submissão de declarações dentro dos prazos estabelecidos por lei e outras obrigações acessórias de carácter administrativo. O cálculo e pagamento de impostos e a submissão de declarações fiscais são sempre efetuados com base na legislação fiscal em vigor à data do cumprimento de cada obrigação.

Em linha com os princípios estabelecidos, cada empresa é também responsável por documentar de forma apropriada as posições técnicas e os factos que estiverem na base de transações e decisões tomadas com reflexo nas declarações fiscais. Esta responsabilidade inclui a preparação de documentação relativa a preços de transferência nos mercados onde esta seja exigida. Esta documentação é preparada no momento em que são realizadas as transações ou tomadas as decisões e mantida em arquivo durante o período exigido pela lei local para a manutenção de registos de natureza fiscal.

Posições técnicas que afetem mais do que uma jurisdição, são reconciliadas e acordadas entre as partes intervenientes e a área de fiscalidade corporativa antes de serem incluídas em qualquer declaração fiscal.

Tendo em conta que a legislação fiscal é constantemente alvo de alterações, os intervenientes de cada empresa com responsabilidades na área fiscal mantêm-se atualizados sobre os desenvolvimentos a este nível no país onde operam.

— Gestão de inspeções e contencioso fiscal

Os responsáveis de cada empresa procuram manter uma boa relação com as respetivas autoridades fiscais locais para minimizar o risco de disputa com estas autoridades. O relacionamento é conduzido de forma profissional e cordial, baseado na prestação de informação clara e disponibilização da mesma de forma atempada.

A gestão de inspeções fiscais e ações de contencioso fiscal (como por exemplo reclamações administrativas ou ações judiciais) é da responsabilidade das empresas locais. As empresas notificam a área de fiscalidade corporativa sempre que iniciada uma nova inspeção, devendo incluir na notificação qual a empresa alvo de inspeção, o âmbito e o período coberto pela ação inspetiva.

As decisões de aceitar ou recorrer administrativa ou judicialmente de correções de imposto a pagar decorrentes de qualquer ação inspetiva são tomadas com base numa avaliação de custo-benefício, tendo em conta os seguintes fatores:

- Mérito dos argumentos técnicos que suportam cada matéria alvo de correção;
- Qualidade da documentação produzida para suportar os factos que estiverem na base das decisões tomadas;
- Alternativas existentes de resolução da disputa e, para cada alternativa, uma estimativa da probabilidade de sucesso, do tempo esperado de resolução e dos custos esperados (por exemplo, custos com garantias, consultores e advogados, custas judiciais);
- Riscos associados ao processo de disputa, em especial riscos reputacionais e de relacionamento com as autoridades fiscais.

Quando estas decisões incidem sobre situações identificadas como sendo suscetíveis de ter impactos fiscais materiais para o Grupo, a área de fiscalidade corporativa é envolvida no processo de decisão.

— Reporte de informação fiscal

As contas e demonstrações financeiras reportadas por cada empresa incluem todos os movimentos e saldos relativos a impostos, calculados com base em informação atualizada à data da sua preparação. Isto é essencial para permitir ao Grupo o reporte de informação financeira consolidada que seja precisa e completa.

Além do reporte financeiro, cada empresa reporta também à área de fiscalidade corporativa eventuais contingências fiscais existentes no respetivo período de reporte. Esta iniciativa insere-se no processo de monitorização de riscos transversais implementado pelo Grupo.

— Partilha de boas práticas e informação fiscal

As empresas locais e as equipas de fiscalidade das Unidades de Negócio e corporativa partilham conhecimento, experiências e boas práticas em todas as questões que possam contribuir para melhorar a identificação, avaliação e gestão de riscos fiscais.

Esta partilha permite aumentar a eficácia e qualidade na definição de posições técnicas sobre o tratamento de determinados rendimentos ou gastos, na identificação de questões relevantes no contexto de ações de inspeção fiscal e na gestão dessas mesmas inspeções.

Qualquer alteração às leis ou regulamentos fiscais em cada país que possa ter impacto material na operação das empresas locais é comunicada pelos responsáveis das respetivas empresas à área de fiscalidade corporativa para que esta participe na avaliação do impacto e na determinação de eventuais ações que possam ser necessárias tomar como resposta às alterações identificadas.

V. Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos



GRI 3-3
ESRS MDR-A, MDR-M, MDR-T

Decorrente da tipologia de produtos fornecidos pelas empresas do Grupo e serviços prestados pelas mesmas, podem gerar-se vários tipos de impactos com consequência para os clientes, colaboradores, comunidades e/ou utilizadores finais – e, naturalmente, para as atividades e reputação da Mota-Engil.

No âmbito das atividades do Grupo, existe um espectro alargado de situações de potenciais ocorrências que poderão impactar na qualidade e segurança dos produtos e serviços, assim como, gerar efeitos sérios ou perigosos. Refira-se como alguns exemplos de ocorrências a prevenir: a necessidade de demolição, segregação de produto, suspensão do produto e/ou serviço; erros no processo de execução que afetam a integridade ou funcionalidade dos produtos; manipulação de resultados de testes de qualidade para ocultar defeitos ou não conformidades; falhas em componentes/materiais/equipamentos críticos que comprometem a qualidade do produto/serviço final; produção/execução de produtos/serviços que não atendem às especificações e padrões de qualidade estabelecidas; problemas com fornecedores que afetam a qualidade do produto/serviço; exposição de informações confidenciais relacionadas à qualidade do produto e serviço; falhas nos processos de controlo de qualidade que permitem a produção de produtos não conformes; produtos que causam danos ambientais.

A nível social, refira-se o potencial impacto na segurança, saúde e bem-estar das pessoas, incluindo colaboradores e comunidades. Poder-se-á igualmente impactar na saúde pública, decorrente, por exemplo, de uma deficiente gestão das infraestruturas de gestão de resíduos e serviços prestados pelas empresas da área de negócio de Ambiente (Cap. 1.4.2.IV).

De referir que estes impactos podem não só gerar reclamações e insatisfação junto de clientes e ter associada uma quebra de confiança junto aos mesmos e aos colaboradores. Pode igualmente traduzir-se em custos e necessidade de recursos adicionais, perdas de produtividade e paragem de serviços, assim como resultar na aplicação de penalizações financeiras de clientes e multas por entidades oficiais.

O reconhecimento da significância dos potenciais impactos e magnitude dos riscos associados, traduziu-se na avaliação da “qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos” como um tema material, em resultado do exercício de dupla materialidade realizado (Cap. 1.4.1.III). Como tal foi definido um novo **objetivo estratégico** de atingir a certificação global – qualidade (ISO 9001), ambiente (ISO 14001), segurança e saúde no trabalho (ISO 45001) – até 2026. Isto significa obter a certificação de todas as empresas que atendendo ao seu volume de negócios se enquadrem no critério de elegibilidade para certificação.

No que diz respeito à **qualidade e segurança de produtos/serviços** associados à atividade da Mota-Engil, o Grupo visa priorizar o fornecimento de produtos e serviços de alta qualidade que satisfazem as condições contratuais, regulamentares e legais aplicáveis, mantendo padrões ambientais e de segurança rigorosos e, deste modo, gerando valor aos clientes e protegendo ao mesmo tempo o bem-estar dos colaboradores, comunidades e utilizadores finais das infraestruturas.

Quanto ao avanço do objetivo da certificação global, nos âmbitos normativos (ISO 9001, ISO 14001 e ISO 45001) e operacionais (engenharia e construção, ambiente e outras áreas de negócio), o processo teve início em 2019, com a meta de obter o primeiro certificado integrado global até 2020 na região de África. Em 2021 foram dados os primeiros passos para a uniformização do sistema de gestão integrado Segurança, Higiene, Ambiente e Qualidade (SHEQ) para a totalidade do Grupo (ver caixa de destaque).

Atualmente, a Mota-Engil apresenta um **volume de negócios do Grupo certificado de 77%**, coberto por um certificado global integrado único. Decorrente de uma melhoria metodológica, este ano deixou de se apurar a percentagem de trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão integrado (66%, valor de 2022) e passou a contabilizar-se a percentagem do total de volume de negócios do Grupo elegível, considerando-se, neste caso, as empresas elegíveis como aquelas que possuem operação e que são consideradas como estratégicas pela Comissão Executiva.

2023	
Certificação global	77% Do volume de negócios certificado

Nota: O valor apresentado contempla as empresas abrangidas em certificado único, para a ISO 9001, 14001 e 45001. Refira-se que, paralelamente à certificação global, ainda existem certificações individuais que serão substituídas pela Global até 2026.



Objetivo estratégico: certificação global (100%) do Grupo Mota-Engil de acordo com os referenciais ISO 9001, 14001 e 45001, com base no volume de negócios

Apesar de, individualmente, algumas das empresas da Mota-Engil terem **sistemas de gestão implementados e certificados** – de acordo as normas ISO e outros referenciais –, o Grupo tem investido no desenvolvimento deste novo sistema de gestão global integrado baseado na Mota-Engil SGPS (holding). Salieta-se que a implementação de uma certificação global tem associados vários benefícios e oportunidades para a Mota-Engil, incluindo:

- Economias de escala pela integração de práticas/procedimentos, tornando-o num sistema harmonizado e único, transversal, mais eficiente e simultaneamente capaz de absorver as especificidades e requisitos de cada geografia;
- Contributo para uma visão 360º do desempenho da Mota-Engil, como apoio à tomada de decisão, conducente a um entendimento e gestão unificados e possibilitando uma comunicação abrangente e homogénea, desde a estrutura corporativa às empresas individuais;
- Reforço da confiança para os clientes, por trabalhar com um Grupo organizado por processos;

Como fator de competitividade, onde se inclui também a elegibilidade em concursos comerciais.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Alargamento do âmbito da certificação global SHEQ à América Latina e Europa

Em 2023, foi feita a manutenção da certificação das empresas de Engenharia e Construção e Ambiente de África e foram incluídas todas as restantes empresas de Engenharia e Construção na América Latina (Brasil, México, Colômbia e Peru) e as empresas da Europa (Portugal e Polónia).

De referir que atualmente a certificação do sistema de gestão integrado da Mota-Engil abrange as empresas com projetos ativos de Engenharia e Construção nas três geografias – Europa, África e América Latina, tendo se cumprido a meta intermédia de toda a área de Negócio E&C ficar certificada em 2023. No caso da Área de Negócio de Ambiente, esta abrange a geografia África, pretendendo-se expandir a certificação corporativa a Portugal e ao Brasil, durante o ano de 2024. Adicionalmente e até ao final do ciclo estratégico “BUILDING 26 | For a sustainable future”, pretende-se abranger as restantes áreas de negócio, por forma a assegurar a certificação global do Grupo.

Neste âmbito está definida uma **Política SHEQ – Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade**, que tem como objetivo promover a integração do Sistema de Gestão da Mota-Engil, assente nas seguintes premissas:

- Alinhamento com o Plano Estratégico da Mota-Engil;
- Ação no âmbito da Sustentabilidade;
- Aplicável a todas as unidades de negócio, mercados, empresas, projetos e contratos;
- Integração dos sistemas de gestão de saúde e segurança, ambiente e qualidade (SHEQ);
- Eficiência da Organização.

Na revisão da política realizada em 2023, cada uma das áreas SHEQ apresenta uma carta de compromissos dedicada, que tem como objetivo traduzir a estratégia da Mota-Engil em orientações claras. Pretende-se que cada uma das orientações seja implementada diretamente ou em caso de necessidade de especificação, deverão ser desenvolvidos Procedimentos/Instruções para a sua implementação, assim como criados mecanismos de ligação à remuneração variável da gestão e trabalhadores, no caso de incumprimento do previsto na Política SHEQ. A Política foi revista em 2023, considerando as necessidades do sistema integrado e tendências ESG valorizadas pelos vários *stakeholders*.

Entre os **compromissos** assumidos pela política na área da qualidade, destaca-se:

- Garantir o compromisso com a satisfação do cliente, sustentado num bom relacionamento e baseado na excelência da qualidade dos produtos e serviços;
- Garantir que a gestão de topo, *process owners* e todos os cargos de gestão, lideram pelo exemplo, através da participação ativa na definição e implementação de ações, promovendo assim uma cultura SHEQ baseada em boas práticas e melhoria contínua;
- Definir e comunicar os objetivos, metas e indicadores pró-ativos, focados na qualidade do produto e sistema de gestão, alinhados com o plano estratégico do Grupo e respetivas prioridades, comunicá-los aos trabalhadores e cadeia de abastecimento e garantir a sua monitorização e discussão em reuniões de gestão e operação das empresas/mercados, com a promoção de ações de melhoria contínua;
- Identificar, comunicar e garantir o cumprimento de todos os requisitos dos *stakeholders* (internos e externos), aplicáveis às operações das unidades de negócio e respetivas empresas do Grupo Mota-Engil, com especial foco nos requisitos legais e contratuais;
- Implementar comités SHEQ nos vários níveis da organização, nomeadamente corporativo, empresa/mercado e projeto/contrato, sendo os mesmos liderados pela gestão de topo do respetivo nível, com o intuito de: (1) aumentar a eficiência do processo SHEQ; (2) garantir a consulta, participação e envolvimento de todos os trabalhadores; e (3) promover a melhoria da gestão da qualidade.

O sistema de gestão integrado SHEQ implementado na certificação global fundamenta-se na adoção de regulamentações/normativos, nas melhores práticas da indústria/setores em que o Grupo opera, e na disseminação global das boas práticas identificadas internamente entre as empresas do Grupo. O sistema integrado é traduzido a nível Corporativo através de processos de suporte e operacionais que estabelecem políticas e objetivos estratégicos, os quais são então detalhados nos documentos de suporte, incluindo procedimentos e manuais específicos. Ao nível de Projeto e Contratos, localizados em todas as unidades de negócio e geografias, são elaborados Method Statements e Planos de gestão de segurança e saúde, ambiental e qualidade. Em 2023, fez-se uma harmonização dos planos de qualidade de produtos e serviços entre as Unidades de Negócio de Engenharia e Construção e Ambiente, tendo-se alargado a sua aplicação à Unidade de Ambiente.

Esse processo é liderado pela administração e descentralizado pelos responsáveis de cada processo de suporte e Unidades de Negócio.

De salientar o **programa de auditorias internas**, uma atividade crucial para monitorizar o sistema de gestão integrado e preparar as auditorias externas de certificação, é composto por uma bolsa de auditores internos experientes e com uma sólida compreensão das operações do Grupo. Estes auditores, selecionados pelos responsáveis dos processos e operações, têm como objetivo analisar a conformidade do sistema implementado, garantindo uma amostragem imparcial e confiável. Os resultados das auditorias, comunicados à administração, permitem a identificação de boas práticas para disseminar no Grupo, além de indicar oportunidades de melhoria e orientar as empresas para a definição de correções e ações corretivas para melhor desempenho do sistema de gestão.

Em 2023 foi melhorado o programa de auditorias do Grupo, tendo-se alinhado os critérios de seleção dos projetos a auditar com base nas normas de acreditação IAF MD5 e IAF MD11 e melhorado e alargado o processo de seleção dos auditores internos, com inclusão de auditores da América Latina e Europa, permitindo uma permuta de experiências e boas práticas.

Destaca-se igualmente o investimento contínuo em **formação, tecnologia e inovação**, visando aprimorar a qualidade dos projetos de construção, produtos e serviços oferecidos, bem como o desempenho ambiental e de segurança.

De referir que as **plataformas internas/externas (OnME, Findings, Satisfação do Cliente, conformidade legal)** têm vindo a ser melhoradas e utilizadas para fomentar uma comunicação mais eficiente e um maior rigor no relato de informação. Esta ação enquadra-se no compromisso da Política SHEQ de promover a **digitalização** completa dos processos para aumentar a eficiência e agilidade na gestão e suporte à tomada de decisões.

Como complemento ao objetivo estratégico, são ainda monitorizados **objetivos e KPI globais, no âmbito da Qualidade**, destacando-se:

- Obter um grau de satisfação dos clientes > 80% - resultado de 2023: 86%
- Obter uma classificação e conformidade nas auditorias internas de 80%, sendo que se se verificar incumprimento com este objetivo, a área corporativa atua potenciando ações de mitigação para alcance dos mesmos - resultado de 2023: 81%
- Obter 100% das não conformidades tratadas e fechadas – resultado de 2023: 65%.

Como nota, a recolha da informação de satisfação dos clientes é realizada através de inquérito, cartas ou *e-mails*, chamada telefónica, reclamações, entre outros.

Em 2023 foi implementada uma nova abordagem na **recolha de KPI** através do alargamento ao nível das operações e não só aos mercados/empresas, traduzindo-se numa maior granularidade no relato e visibilidade da informação. Esta ação enquadra-se no compromisso da Política SHEQ de preservar, centralizar e elevar a qualidade da informação documentada e respetivo relato, em todos os processos.

Adicionalmente e no que diz respeito à **integridade e longevidade dos ativos**, o Grupo visa a manutenção da integridade e fiabilidade das infraestruturas através de protocolos pré-definidos, programas de manutenção proativos e inspeções regulares e rigorosas. O Grupo procura adotar, em função dos serviços prestados, estratégias de *design* e construção que priorizem a durabilidade, resiliência, desempenho a longo prazo, bem como esforços contínuos de manutenção e monitorização proativa para prevenir, identificar e resolver potenciais ocorrências que possam comprometer a integridade dos ativos ao longo do tempo.

Mencione-se a existência de protocolos e procedimentos para a **gestão de incidentes e emergências críticas**, incluindo avaliação e mitigação de riscos, planeamento de resposta a emergências, e ações de melhoria contínua. São realizadas, periodicamente, simulacros que visam vários cenários de emergência. É realizada igualmente a coordenação com as autoridades competentes e protocolos com partes interessadas relevantes para garantir a preparação, eficácia e rapidez na resposta a situações de emergência.

Como reflexo da preocupação de apoiar a saúde, segurança e segurança física (*security*) dos seus colaboradores em mobilidade internacional e *frequent flyers*, resultado de situações de emergência que poderá passar por necessidade de **evacuação em caso de cenários de emergência** como é o caso de doença, acidente de trabalho ou conflitos locais (políticos, atentados, entre outras ameaças à segurança física dos colaboradores), refira-se que a Mota-Engil tem um contrato com uma empresa internacional que assegura quer o **aconselhamento nas várias áreas quer na assistência médica e logística**.

PRÓXIMOS PASSOS

- Alargamento da certificação global SHEQ à área de Ambiente, em Portugal e no Brasil (2024)
- Alargamento da certificação global SHEQ às restantes áreas de negócio (2026)
- Desenvolvimento de uma *app* para elaboração do plano e relatório de auditoria internas, com a participação, conhecimento e experiência da bolsa de auditores do Grupo Mota-Engil (2024)
- Desenvolvimento de uma *app* para registo de constatações, com a participação, conhecimento e experiência das equipas SHEQ das várias unidades de negócio (2024)

VI. Inovação



GRI 3-3
ESRS MDR-A, MDR-M, MDR-T,

Com o objetivo de responder às necessidades ambientais, económicas e sociais, atuais e futuras, a Mota-Engil atua sobre as oportunidades e ameaças do mercado, otimizando o capital utilizado e tornando os seus negócios mais competitivos, eficientes e responsáveis com o ambiente e com a sociedade. A inovação é, por isso, uma das formas de garantir e exponenciar a rentabilidade dos negócios, aumentar a eficiência dos processos internos e apresentar soluções inovadoras para o Grupo, bem como para a criação de valor externo.

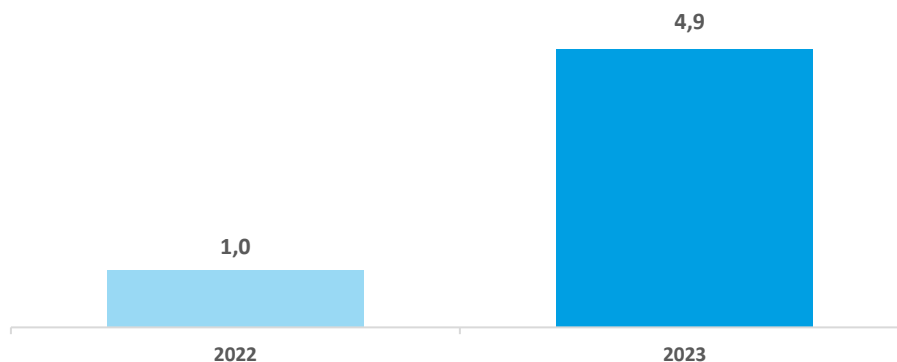
Enquadrada no eixo estratégico “**Novo rumo na Sustentabilidade e Inovação**” do “*BUILDING 26 | For a sustainable future*” (Cap. 1.4.1.I), a inovação é considerada como um elemento-chave para se atingir no Grupo um desempenho superior e para reforçar o portefólio de negócios.

A Mota-Engil Next (MEXT) – criada no final de 2022 – é a nova empresa do Grupo Mota-Engil, constituída com o objetivo de dar resposta ao Plano Estratégico 2022-2026 (Cap. 1.2.3), materializando o compromisso de reforçar o investimento em inovação e ser um acelerador de transformação global do Grupo, visando fortalecer e adquirir novas vantagens competitivas de longo prazo, abrindo caminho a um futuro próspero e sustentável para a Mota-Engil, para o planeta e para as gerações vindouras.

A MEXT lidera o compromisso do Grupo de reforçar, reestruturar, gerir e consolidar o investimento em inovação da Mota-Engil, e, simultaneamente, contribuir para a diversificação do seu negócio, com foco na sustentabilidade. De referir que foi definido pelo Grupo o compromisso de disponibilização de **fundos dedicados à inovação num investimento de 25 milhões de euros** (valor acumulado para o período de 2022-2026), para novos projetos *greenfield*. Em 2023 esse valor somou 3,9 milhões de euros, correspondendo a um investimento acumulado de 4,9 milhões de euros desde 2022.

Saliente-se, ainda, que também a captação de novas fontes de financiamento de inovação é um dos objetivos do Grupo, ancorada no estabelecimento de parcerias e na apresentação de candidaturas, por exemplo, a fundos europeus. Assim, para além da elaboração de investimentos conjuntos com entidades parceiras em diversos projetos de inovação, a Mota-Engil recebeu, em 2023, um total de 972 mil euros através de mecanismos de financiamento para a inovação.

Evolução do investimento acumulado em inovação (M€)



Para alcançar os seus objetivos, a MEXT alavanca a colaboração dentro do Grupo – entre empresas e colaboradores – e com entidades externas, nas quais se incluem universidades, *start-ups*, bem como a participação em *clusters*, tendo como propósito **“Inspirar, desafiar e capacitar todos para, através da colaboração, empenhar a sua criatividade e saber na construção da Mota-Engil do Futuro e de um Mundo Melhor.”**

Orientada para cumprir o seu propósito, a organização da MEXT materializa-se em cinco áreas corporativas: **Oficina de Transformação; Laboratório de Inovação; Oficina de Investimento; Comunicação (Creative Lab); e Negócios.**

Materializando o papel da MEXT como orquestradora da Inovação do Grupo, as áreas de Transformação, Inovação e Comunicação visam, no seu conjunto, ser um veículo dinamizador de eficiência e inovação no Grupo, operando de forma transversal a todas as áreas de negócio e geografias onde a Mota-Engil está presente.

ÁREAS CORPORATIVAS DE INOVAÇÃO DA MEXT



Oficina de Transformação

Responsável pela transformação do Grupo – nas vertentes digital, de processos, sustentabilidade e cultural.



Laboratório de Inovação

Lidera a estratégia de inovação das principais unidades de negócio do Grupo, nomeadamente, de Engenharia e Construção e de Ambiente e Serviços – alicerçada em dois principais vetores: a sustentabilidade e a digitalização.

O Laboratório de Inovação é também responsável pela gestão do ecossistema externo de inovação e pelo desenvolvimento de novas oportunidades de negócio.



Oficina de Investimento

Responsável por gerir os investimentos em inovação, transformação e apoiar a estratégia, ao nível dos projetos internos ou projetos desenvolvidos em conjunto com entidades externas.



Comunicação (Creative Lab)

Responsável por toda a comunicação interna e externa das áreas de Transformação, Inovação, Investimento e Negócios, garantindo a coerência da mensagem, a proximidade com os interlocutores e fomentando a transmissão dos valores da MEXT – a inovação, a criatividade e a sustentabilidade – nos diversos canais de comunicação.



Negócios

Responsabilidade executiva sobre um conjunto de participadas que atuam em áreas diferenciadas como:

- Imobiliária
- Produção Agroflorestal
- Mineração
- Energia

Enquanto *subholding*, a MEXT detém responsabilidade executiva sobre um conjunto de participadas que atuam em áreas diferenciadas como:

- **Imobiliária**, através da Emerge, esta desenvolve projetos em território nacional e dedica-se ao desenvolvimento e valorização de ativos, pela integração de novas estratégias e tecnologias de construção as quais lhes permitem concretizar soluções imobiliárias inovadoras, sustentáveis, atrativas e que agregam valor para os *stakeholders*, nomeadamente, colaboradores, parceiros e clientes.
- **Produção Agroflorestal**, através da Mamaland, a qual se dedica ao desenvolvimento e preservação de florestas sustentáveis, a projetos de agricultura sustentável e pretende vir a captar e transacionar créditos de carbono, atuando sobretudo ao nível do continente africano.
- **Mineração**, através da LGM, a qual é uma Unidade de Negócio em expansão, focada na exploração de projetos mineiros e tem como missão desenvolver e gerir o portefólio global de projetos mineiros do Grupo Mota-Engil.
- **Energia**, através da Mewton, a qual cria valor através do desenvolvimento e implementação de soluções energéticas de origem renovável, personalizadas e sustentáveis. A empresa analisa as necessidades específicas de cada projeto e desenvolve, constrói e opera soluções customizadas com dimensões que vão desde 1 MW até mais de 100 MW.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

Mamaland

A Mamaland – empresa da Mota-Engil que iniciou a sua atividade em 2023 – dedica-se ao desenvolvimento, implementação e manutenção de sistemas sustentáveis, adotando abordagens inclusivas destinadas a gerar prosperidade para o planeta e para as pessoas.

Tem como propósito o desenvolvimento de sistemas integrados, através de projecto de reflorestamento, florestamento, agro-floresta (entre outros) e que permitam o desenvolvimento económico, social e ambiental das comunidades abrangidas. E oferece uma oportunidade de investimento verde que não só contribui para o equilíbrio ecológico do planeta através da captura de carbono, mas também apoia a biodiversidade, capacita comunidades locais e proporciona retornos financeiros através de fluxos de receita diversificados.

Ao estabelecer a sua presença em países em desenvolvimento, a Mamaland visa não apenas preservar o ambiente, como também fomentar o crescimento económico sustentável e criar oportunidades de emprego dignas. Para isto, promove a formação das populações locais, contribuindo assim para a melhoria das condições de vida e a redução da pobreza, em consonância com os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) 1, 2 e 8, em adição dos seus contributos para os ODS 13 e 15.

Atualmente, a Mamaland, concentra a sua atividade no continente africano, com projetos estabelecidos em Angola, Malawi e Moçambique. O projeto em Angola, denominado “RaRe Maiombe” (Rainforest Recovery), destaca-se pela sua estrutura mais avançada, enquanto os projetos no Malawi – “MoRe Malawi” (Mountain Recovery) – e em Moçambique – “WiRe Moçambique” (Wildlife Recovery) – estão em fases iniciais, contando com o suporte da equipa da *Holding* em Portugal.

O projeto em Angola, apresentado na COP28, abrange uma área significativa de 15 mil hectares nas imediações da floresta tropical do Maiombe, em Cabinda. O investimento inicial foi financiado por meio de um empréstimo bancário, permitindo a aquisição de equipamentos e materiais necessários para o projeto, bem como o início da construção de estufas e o cultivo de 20 hectares de cacau em regime de cabruca, um sistema agroflorestal que utiliza árvores nativas da região para fornecer sombra aos cacauzeiros.

Por sua vez, o projeto “MoRe Malawi” abarca reservas florestais em várias regiões, totalizando 352 992 hectares, tendo sido recentemente celebrado um contrato para a concessão de projetos agroflorestais, que visa a geração de créditos de carbono.

O “WiRe Moçambique” engloba áreas de reserva florestal que totalizam 500 mil hectares, destacando-se a assinatura do memorando de entendimento para a realização de estudos em áreas de reserva florestal através da geração de créditos de carbono.

Inovação Interna

Em 2023, a MEXT teve a sua primeira iniciativa de inovação de grande escala designada “#WhatsMEXT”, a qual, em linha com a transição geracional da gestão de topo do Grupo Mota-Engil, desafiou os colaboradores a olhar para o passado – partilhando projetos inovadores de relevo – e, sobretudo, a pensar o futuro da Mota-Engil – identificando e partilhando desafios e oportunidades para o Grupo.

INICIATIVA CORPORATIVA EM DESTAQUE

#WhatsMEXT

A iniciativa “#WhatsMEXT”, lançada em 2023, consistiu em quatro fases fundamentais, as quais permitiram percorrer o “funil” da inovação de forma colaborativa, nomeadamente: fase de ideação (com o *crowdinnovation*), fase de processamento e priorização de ideias (com os *Rankings* colaborativos), fase de elaboração e priorização de projetos (com os *MEXTLabs’ Workshops*), a fase de aceleração e implementação de projetos de projetos (com os *MEXTLabs’ Projects*).

O arranque da iniciativa, com o processo de *crowdinnovation*, deu-se através de um desafio lançado, com recurso à plataforma “Delibera”, no qual todos os colaboradores do Grupo foram incentivados a partilhar projetos de inovação existentes e a identificar desafios e oportunidades para o presente e futuro do Grupo Mota-Engil.

No total foram recebidas 650 novas ideias e identificadas 125 iniciativas já implementadas no Grupo. Posteriormente, na fase de processamento e priorização, as ideias foram agrupadas por temas relevantes e priorizadas com base no seu potencial de impacto e alcance. Com base na análise realizada avançou-se para a terceira fase do “#WhatsMEXT”, na qual foram organizados *workshops* focados em quatro áreas temáticas: Gestão Corporativa; Operações; Sustentabilidade; e Pessoas e Cultura Organizacional. O objetivo destes *workshops*, foi o de trabalhar as ideias e de as desenvolver em projetos com impacto nas quatro grandes temáticas identificadas.

A conclusão dos *workshops* deu-se com o *pitch* dos projetos perante um júri composto por líderes de topo da Mota-Engil. No total foram apresentados 57 projetos e a sua maioria teve tração para a fase seguinte de aceleração. Este desafio proposto aos diferentes grupos de trabalho, constituídos por pessoas de diversas nacionalidades, idades e empresas, foi um marco na promoção da cultura de inovação e transformação do Grupo Mota-Engil – orientada para os desafios, os riscos e as oportunidades esperadas do futuro.

O processo conduziu, após análise, avaliação e consolidação, a uma seleção de 33 projetos para serem acelerados pela MEXT no âmbito dos *MEXTLabs’ Projects*. Os projetos selecionados abordam diversas temáticas relevantes como: atração, retenção e desenvolvimento de talento; saúde mental; sustentabilidade energética, de recursos e social; descarbonização; transformação digital e aplicação de novas tecnologias nas operações e processos. É esperado que esses projetos tenham um impacto significativo nos próximos anos para o grupo Mota-Engil.

Na partilha de novas ideias e iniciativas estiveram envolvidos mais de 1100 colaboradores, dos quais 314 participaram presencialmente nos *workshops* (representando um total de 14 nacionalidades).

É de salientar que o propósito desta iniciativa não foi apenas de gerar ideias e elaborar projetos com impacto, mas também de contribuir para a promoção de uma cultura de inovação colaborativa dentro do Grupo Mota-Engil, preparando-o para enfrentar os desafios e aproveitar as oportunidades que o futuro reserva.

A MEXT considera que os colaboradores são um agente central da mudança organizacional – em linha com o seu propósito –, pelo que, para além da iniciativa de *Whatsmext*, e dos respetivos *workshops* e projetos acelerados, arrancou, ao longo de 2023, com uma série de iniciativas destinadas a:

- **Inspirar** os colaboradores e cultivar a partilha de conhecimento de diferentes áreas de negócio recorrendo a “*Inspirational Sessions*” – as quais consistem numa sessão na qual é apresentado e discutido um tema relevante por um líder da área, pertencente ou não ao universo Mota-Engil. Estas sessões tiveram a duração de uma hora, em formato *online* e com uma periodicidade quinzenal.
- **Capacitar** os colaboradores, no âmbito da aquisição de novas competências críticas para a transformação e inovação. Criou-se o *Innovation Academy* (IA), que iniciou as suas atividades com um curso de liderança, designado “*Innovative Leaders*”.

- **Dar visibilidade** aos projetos de inovação internos e potenciar a partilha e escalabilidade de soluções dentro do Grupo, através do projeto “DidYouKnow”.
- **Reconhecer** as pessoas e projetos do Grupo mais meritórios para a transformação e inovação, com a criação dos “Innovation Awards”.

OUTPUTS DAS INICIATIVAS DA MEXT EM 2023

N.º de participantes envolvidos: >4 800

14 nacionalidades

51,3% homens e 48,7% mulheres

16,20% até aos 30 anos; 59,9% entre os 31 e os 50 anos; 23,89% acima dos 50 anos

N.º de empresas envolvidas: >100

N.º de horas promovidas no desenvolvimento de competências de Inovação: 109 horas¹⁷

N.º de projetos em aceleração: 33 (corresponde a 90% dos projetos internamente gerados)

N.º de pessoas reconhecidas pelo seu empreendedorismo em inovação: 51¹⁸

Transformação digital

Como componente relevante da dinâmica de Inovação, impõe-se a vertente de transformação digital – pela sua natureza prática e muito próxima aos processos (de negócio e internos) do Grupo. A alavancagem da competitividade do Grupo, a curto médio e longo prazo, será potenciada pela execução de diversas iniciativas já em curso e projetadas, sendo que é possível segmentá-las nos seguintes pilares fundamentais:

- Reforço do *Data&Analytics* como ferramenta de tomada de decisão (avançando com a componente basilar de definição de estratégia e governo de dados);
- Desmaterialização de processos de negócio, seja na componente de engenharia/ambiente como nas subjacentes atividades de suporte (exemplificados pelo desenvolvimento de aplicação para registos e acompanhamento de anomalias em obra ou a nova solução para a gestão de laboratórios);
- Também no contexto da desmaterialização de processo, melhoria da usabilidade/conectividade pelo desenvolvimento aplicacional *low code* (numa lógica federada ou comunitária) e pelo reforço da sua componente *mobile* (no universo Microsoft e SAP, como por exemplo na implementação da solução SAP Concur para a Gestão de Despesas);
- Otimização dos processos internos através de inúmeros *drivers* (da robotização ao *process mining*, passando pelo robustecimento e alargamento da nossa plataforma *core* SAP assim como as soluções no âmbito dos Recursos Humanos relativas à gestão de tempos e gestão documental).

No ano de 2023 destaque-se o projeto *Data Strategy & Governance*, que visa o desenvolvimento de uma estratégia corporativa de dados que englobe o modelo de governança, a consolidação de dados e a aplicação de soluções tecnológicas.

¹⁷ Somatório de “Inspirational Sessions”, “Innovation Academy” e *Workshops*.

¹⁸ Número de pessoas premiadas no Innovation Awards 2023.

INICIATIVAS CORPORATIVAS EM DESTAQUE

Transformação Digital: *Data Strategy & Governance*

O projeto de *Data Strategy & Governance*, liderado e executado pela ME Global, centra-se no desenvolvimento de uma estratégia corporativa de dados que englobe o modelo de governança, a consolidação de dados e a aplicação de soluções tecnológicas.

O projeto procura responder à existência de várias soluções dispersas e a sua integração deficiente dentro da Mota-Engil, que levam a uma baixa qualidade das fontes de dados, dificuldades no controle e fraca experiência do utilizador.

A implementação desta estratégia permitirá à Mota-Engil consolidar fontes de dados, melhorar a sua qualidade, estabelecer práticas de governança e proporcionar uma experiência unificada e consistente aos utilizadores. Tem como objetivo último aprimorar a tomada de decisão orientada por dados e melhorar a eficiência geral dentro da Organização.

O projeto, que conta com o acompanhamento da MEXT, foi apresentado no *workshop* de Management dos MEXTLabs em 2023 e está programado para ser acelerado em 2024, envolvendo a participação de todas as empresas do Grupo.

Transformação Digital: *Power Platform Community of Practice*

A iniciativa Community of Practice (CoP) dedicada a tecnologias *low-code* e, em particular, à *suite* Microsoft Power Platform, tem como objetivo capacitar os colaboradores da Mota-Engil a contribuírem de forma ativa para a transformação digital das diversas áreas de negócio, possibilitando a ideação e desenvolvimento das suas próprias soluções inovadoras, como aplicações, automações ou *chatbots*.

Este projeto pretende capitalizar o investimento recente da ME Global ao construir o Centro de Excelência em *Business Applications* para o Grupo Mota-Engil, que será responsável por governar o acesso a estas ferramentas, bem como garantir qualidade, segurança e escalabilidade das soluções criadas. Com efeito catalisador na cultura de melhoria contínua e eficiência operacional, a Mota-Engil acredita no crescimento de uma comunidade vibrante que permitirá apoiar todo o Grupo nos seus principais desafios digitais, independentemente da área de negócio.

Desenvolvimento de parcerias e atividades colaborativas

A Mota-Engil participa em diversos *clusters* de competitividade, fazendo parte de projetos de melhoria de eficiência coletiva e de projetos de inovação individuais ou em parceria. Os *clusters* são formados por empresas, associações empresariais, entidades públicas e entidades não empresariais do Sistema de Investigação e Inovação (Portugal). Salientamos, a este nível, os exemplos a seguir indicados.

<i>Cluster</i>	<i>Empresa(s) participante(s)</i>
Plataforma Tecnológica Portuguesa de Construção (PTPC)	MEEC
Plataforma Ferroviária Portuguesa (PFP)	MEEC
Habitat Sustentável	ME ATIV
Health Cluster Portugal	ME ATIV
CRP – Congresso Rodo Ferroviario Português	MEEC + ME Global

Laboratórios Colaborativos	Empresa(s) participante(s)
BUILT CoLAB – Ambiente Construído	MEEC
CECOLAB – Economia Circular	MEEC
RailColab	MEEC

De referir ainda que, em 2023, a MEXT tornou-se parceira do Innov.Club, foi membro do júri e mentor para a área da construção do StartUp Lisboa, participou em diversos eventos internacionais de inovação e estreitou relações com diversas universidades de relevo portuguesas, com vista ao desenvolvimento de parcerias e de projetos estratégicos para os próximos anos.

PRÓXIMOS PASSOS

- Aceleração e implementação de projetos de inovação internos – MEXTLabs' Projects (2024-2026)
- Promoção de sinergias entre as Unidades de Negócio do Grupo como catalisador de projetos de inovação (2024-2026)
- Lançamento de programa de incubação e investimento para empreendedores e *start-ups* com potencial estratégico (2024-2026)
- Desenvolvimento da cultura de inovação interna através do reforço da oferta formativa e fomento de iniciativas colaborativas (2024-2026)
- Expansão do alcance global das iniciativas da MEXT a todos os colaboradores da Mota-Engil (2024-2026)
- Geração de novas soluções que aumentem a rentabilidade e sustentabilidade da indústria de E&C, com base em parcerias estratégicas (2024-2029)
- Roll-out da plataforma de gestão de dados ESG (2024)



1.5

**PERSPETIVAS
PARA 2024**

1.5 Perspetivas para 2024

As perspetivas do Grupo Mota-Engil para 2024, são as seguintes:

- 1 – Crescimento do volume de negócios a caminho do objetivo definido para 2026;
- 2 – Evolução gradual da margem EBITDA a caminho do objetivo definido para 2026;
- 3 – Foco em novas adjudicações com critérios seletivos com preferência para projetos de grande dimensão;
- 4 – Foco na geração de *cash-flow* orgânico;
- 5 – Continuidade no fortalecimento da estrutura de capital com a dívida controlada;
- 6 – Rácio de investimento / volume de negócios esperado nos 9%;
- 7 – Compromisso de um crescimento sustentável.

Salienta-se que estas perspetivas não correspondem a um compromisso quanto ao desempenho futuro do Grupo, mas tão somente à melhor capacidade de previsão, nesta data, quanto à atividade das suas empresas. Assim sendo, o desempenho efetivamente alcançado em 2024 poderá diferir substancialmente destas previsões. Adicionalmente, o Grupo Mota-Engil não se compromete a fazer atualizações ou correções desta informação por alteração de qualquer fator endógeno ou exógeno que venha a alterar o seu desempenho.

1.6

**FACTOS RELEVANTES
APOS O TERMO DO EXERCÍCIO**



1.6 Factos relevantes após o termo do exercício

Em 2024, até à data de emissão do presente relatório, destacam-se os seguintes factos relevantes cujo detalhe se encontra adequadamente divulgado como informação privilegiada nos sítios da internet da Mota-Engil e da CMVM.

"MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS EM ANGOLA E NO MÉXICO NO VALOR DE CERCA DE 975 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. (Mota-Engil África) celebrou três novos contratos em Angola, no valor de cerca de 875 milhões de euros, os quais se detalham de seguida:

- Contrato com o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINOPUH), relativamente à empreitada para a "Conceção, projeto e construção, e conclusão das infraestruturas da marginal da Corimba" em Luanda, o qual consiste na construção da marginal da Corimba e trabalhos associados, nomeadamente a construção de 2.000 casas sociais, construção de 4 nós rodoviários, e reabilitação de algumas vias urbanas de acesso à marginal, bem como, a construção do Corredor de Cambanda. Este contrato terá uma duração de 36 meses e um valor inicial de cerca de 670 milhões de dólares.

- Contrato também com o MINOPUH, relativamente à empreitada para a "Reabilitação das infraestruturas gerais da urbanização Nova Vida, no município do Kilamba Kiaxi" em Luanda, o qual inclui a construção e reabilitação das infraestruturas gerais da urbanização Nova Vida, incluindo, entre outros, terraplenagens e pavimentação, redes de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais e residuais e remodelação e ampliação de uma ETAR. Este contrato terá uma duração de 24 meses e um valor inicial de cerca de 228 milhões de dólares.

- Contrato com a Administração Geral Tributária, relativamente à "Construção, reestruturação e melhoria do posto fronteiriço do Luvó", o qual consiste na construção, reestruturação e modernização do Posto Fronteiriço do Luvó, na Província do Zaire na fronteira de Angola com a República Democrática do Congo. Este contrato terá uma duração de 20 meses e um valor de cerca de 57 milhões de dólares.

Paralelamente, no México, a Mota-Engil México celebrou igualmente um novo contrato no valor de cerca de 100 milhões de euros (1.997 milhões de pesos mexicanos) associado à construção de um viaduto de ligação entre Chalco e Santa Martha para uso exclusivo por parte do Metrobus. A construção daquele viaduto terá um prazo estimado de 8,5 meses e permitirá a ligação do Estado do México à capital do país, melhorando a fluidez do trânsito naquela zona e reduzindo o tempo de transporte dos utentes. "

"MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL E NO PERU NO VALOR DE CERCA DE 540 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Peru S.A. celebrou um novo contrato, no valor de cerca de 160 milhões de euros, no âmbito do projeto de Toromocho.

O contrato acima referido, adjudicado pela Minera Chinalco, S.A., corresponde à empreitada para o "Recrecimiento de la Etapa 6 Presa de Relaves", mais uma fase dos trabalhos de desenvolvimento do Projeto de Toromocho (localizado a cerca de 150 km de Lima, no interior do Peru) no qual a Mota-Engil Peru S.A. tem vindo a executar diversos serviços. O contrato, com um valor inicial de cerca de 172 milhões de dólares, terá uma duração máxima de 1.027 dias.

Adicionalmente, após a verificação de todas as condições precedentes, nomeadamente as referentes ao financiamento deste importante projeto para o país e para a região de Lisboa, a Mota-Engil confirma a assinatura do contrato de gestão do complexo hospitalar do Hospital de Lisboa Oriental em regime de parceria público-privada (HLO) pelo consórcio participado por várias empresas do Grupo ficando a produção de efeitos apenas pendente do visto do Tribunal de Contas. A gestão atrás referida compreende as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do complexo hospitalar. Por outro lado, o valor de investimento nos próximos 3 anos ascenderá a cerca de 380 milhões de euros, enquanto a manutenção da infraestrutura ocorrerá durante um período de 27 anos e ascenderá ao montante global de cerca de 143 milhões de euros a preços constantes. "

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATO NO PERU NO VALOR DE CERCA DE 115 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Peru, S.A. celebrou um novo contrato, no valor de cerca de 115 milhões de euros, no âmbito do projeto de Las Bambas.

O contrato acima referido, adjudicado pela Minera Las Bambas, S.A., corresponde à empreitada para a “Construcción de la Etapa 6 de la Presa de Relaves”, mais uma fase dos trabalhos de desenvolvimento do projeto de Las Bambas (localizado a cerca de 560 km de Lima, a 4.000 metros de altitude, no interior sul do Peru) no qual a Mota-Engil Peru, S.A. tem vindo a operar desde 2011. O contrato, com um valor inicial de cerca de 122 milhões de dólares, terá uma duração máxima de 50 meses.”

1.7

NOTA FINAL



AVISO
ALTO VOLTAJE
CUIDADO

ADVERTENCIA
HOT SURFACE
CUIDADO

TPV
VBP

1.7 Nota Final

Resta agradecer o empenho pessoal e profissional de todos os colaboradores do Grupo Mota-Engil, dos membros dos órgãos sociais, dos clientes e de todos quantos se relacionaram com as suas diversas empresas.

Porto, 22 de março de 2024

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Jingchun Wang
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Di Xiao
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Francisco Manuel Seixas da Costa
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Vai Tac Leong
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Deputy Chief Executive Officer*)

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Paulo Sacadura Cabral Portas
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Ping Ping
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Tian Feng
Vogal não executivo do Conselho de Administração

ANEXOS

I. Tabela GRI	216
II. Tabelas de correspondências	306

Anexos

I. Tabela GRI

A presente tabela foi preparada de acordo com as Normas da Global Reporting Initiative (GRI). Faz-se a identificação das Normas e indicadores GRI aos quais se está a dar resposta, fazendo-se a remissão para os respetivos conteúdos no Relatório (ou outros recursos externos) e detalhando-se a resposta, na própria tabela, sempre que aplicável.

Declaração de utilização	O Grupo Mota-Engil reportou de acordo com os GRI Standards para o período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023
Reporte de acordo com:	GRI 1: Fundamentos 2021
Norma(s) Setorial(ais) GRI aplicável(eis):	Não Aplicável

CONTEÚDOS UNIVERSAIS

GRI 2: CONTEÚDOS GERAIS

Referente à norma publicada em 2021

A ORGANIZAÇÃO E AS SUAS PRÁTICAS DE RELATO

2-1 Perfil organizacional

Cap. 1.2.1 O mundo Mota-Engil

Nome da organização: Mota-Engil, SGPS, S.A.

Localização da sede: Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300-454 Porto, Portugal

Tipo e natureza jurídica da propriedade: A Mota-Engil SGPS, S.A. é uma sociedade aberta, matriculada na Conservatória do Registo Comercial do Porto.

A Mota-Engil SGPS, S.A. está cotada na Bolsa de Valores de Lisboa (Euronext Lisboa), integrando o seu índice de referência, o PSI 20.

2-2 Entidades incluídas no reporte de sustentabilidade da organização

Para a análise e sustentação das Normas GRI, o presente relato de sustentabilidade, teve em consideração a informação das empresas do Grupo indicadas na tabela, e que representam a grande maioria do seu volume de negócios. Foi considerada uma abordagem de controlo financeiro. Encontra-se em alinhamento com o relato de informação financeira, ou seja, essencialmente, estão incluídas as atividades de todas as unidades de negócio, incluindo a *Holding*, ou seja, as subsidiárias e consórcios do Grupo. Saliencia-se que o Grupo é dinâmico e está sujeito a adaptações históricas quando ocorrem alterações materiais na sua organização ou sempre que a informação se encontra disponível. As empresas Generadora Fénix e Suministradora Fénix foram incluídas apenas a partir de 2023 para a informação de segurança e ambiental. No entanto, para o ano de reporte 2023, nos dados ambientais destacam-se as seguintes exclusões principais: Real Estate Polónia, Turismo PT, ME Mali, ME Malawi e ME Ruanda. Para os dados de segurança, destacam-se as seguintes exclusões: Real Estate Polónia e Turismo PT.

De referir ainda que a informação ambiental e de segurança é recolhida junto dos mercados conta com o apoio dos *focal points* SHEQ dos mesmos. Estes elementos encerram em si como principal função, a implementação local das orientações relativas ao sistema de gestão SHEQ (oriundas da área corporativa), bem como a manutenção, monitorização e melhoria local do sistema de gestão, intervindo também como interface de comunicação bidirecional entre a estrutura corporativa e o respetivo mercado ou empresa. A informação relativa aos restantes indicadores foi apurada com base em informação recolhida centralmente.

Estrutura interna de gestão do Grupo	Empresa
Europa E&C	Mota-Engil Europa Central
	Mota-Engil Portugal
África E&C	Mota-Engil África do Sul
	Mota-Engil Angola
	Mota-Engil Camarões
	Mota-Engil Costa do Marfim
	Mota-Engil Gana
	Mota-Engil Guiné-Conacri
	Mota-Engil Malawi
	Mota-Engil Moçambique
	Mota-Engil Nigéria
	Mota-Engil Quénia
	Mota-Engil República Democrática do Congo
	Mota-Engil Ruanda
	Mota-Engil Uganda
	Mota-Engil Zimbabwe
América Latina	Mota-Engil Brasil
	Mota-Engil Colômbia
	Mota-Engil México
	Mota-Engil Panamá
	Mota-Engil Peru
	Mota-Engil República Dominicana

Ambiente	Clean Eburnie
	Eco Eburnie
	Eco Vision
	Ecolife
	EGF
	Suma - Serviços Industriais PT
	Suma - Serviços Urbanos PT
	Suma Brasil
	Vista Waste
MEXT	Emerge
	LGM
	Mamaland
	Mota-Engil Next SGPS
Capital	ATIV
	Renewing
	Concessões
	Turismo
Holding	Holding

Agradecemos a todas as áreas, negócios e mercados que contribuíram com conteúdos para a elaboração do presente relatório.

2-3 Período do relatório, frequência e pontos de contacto

O presente relatório retrata o exercício correspondente ao período de 1 de janeiro de 2023 a 31 de dezembro de 2023. O relatório é elaborado anualmente.

Os assuntos relativos à área da Sustentabilidade, em geral, podem ser endereçados a um canal dedicado ao tema gerido pela Direção de Sustentabilidade do Grupo, através dos seguintes contactos:

Mota-Engil, SGPS, SA, Sociedade Aberta, S.A.

Direção de Sustentabilidade

Endereço: Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300 454 Porto, Portugal

Correio eletrónico: sustainability@mota-engil.pt

2-4 Reformulações de informações

O presente relatório altera dados históricos sempre que necessário. Estas alterações decorrem do processo em curso de: 1) consolidação das metodologias de apuramento dos mesmos; e 2) uniformização das fontes e critérios de apuramento de dados, entre os diferentes mercados/geografias onde o Grupo opera. Destaca-se para garantir a comparabilidade dos indicadores ambientais, reestruturações ou mudanças significativas do perímetro de informação financeira ou podem provocar atualizações no histórico de dados. Por exemplo, os dados referentes à Takargo foram excluídos da BU Capital para 2021 e 2022, considerando o processo de venda ocorrido. Salienta-se ainda a criação da nova unidade de negócio Mota-Engil Next (MEXT). Remete-se para os respetivos indicadores a identificação da informação atualizada.

2-5 Verificação externa

Procurando responder às expectativas dos *stakeholders* do Grupo e fomentando a transparência e qualidade da informação, a informação constante no reporte de sustentabilidade foi verificada pela PwC – PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas. Esta elaborou um relatório independente de garantia limitada de fiabilidade, sobre a informação não financeira de sustentabilidade, nomeadamente nos indicadores associados aos objetivos ESG do Grupo. No âmbito desta verificação foram contemplados 6 KPIs referentes aos objetivos ESG do Plano Estratégico 2022-2026 – “BUILDING 26 | For a sustainable future”, para o ano de reporte 2023. Foram sido excluídos deste âmbito o KPI da inovação e da responsabilidade social corporativa, considerando que os mesmos estão atualmente a ser alvo de melhoria metodológica. Destaca-se a auditoria ao indicador associado ao índice de acidentes de trabalho não mortais com baixa (“LTIFR” na sigla em Inglês (Lost Time Injury Frequency Rate)) que inclui o valor obtido para projetos de Engenharia e Construção 2023. Este valor está incluído na monitorização das várias obrigações ligadas à sustentabilidade da Mota-Engil (Sustainability-Linked Bonds).

ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-6 Atividades, cadeias de valor e outras relações negociais

Cap. 1.2.1 O mundo Mota-Engil

Cap. 1.2.2 Áreas de negócio

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Durante 2023, não ocorreram alterações significativas no tipo de operações desenvolvidas pelo Grupo ou nas geografias onde operamos. Salienta-se, ainda, que a nível de cadeia de abastecimento também não se verificam alterações significativas, mantendo-se os subempreiteiros de especialidades de construção civil e os fornecedores de *commodities* (petróleo, aço, betão e energia) como os principais abastecedores do grupo.

Mais informações em: www.mota-engil.com/institucional/apresentacao/

2-7 Colaboradores

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Número total de colaboradores por duração de contrato e por gênero		2023	2022	2021
Contrato sem termo	Homens	17 828	15 694	15 860
	Mulheres	3 425	3 107	2 769
	Subtotal	21 253	18 801	18 629
Contrato a termo certo	Homens	28 264	22 274	17 480
	Mulheres	3 823	2 962	2 322
	Subtotal	32 087	25 236	19 802
Estagiários	Homens	-	-	92
	Mulheres	-	-	51
	Subtotal	-	-	143
Total Colaboradores	Homens	46 092	37 968	33 432
	Mulheres	7 248	6 069	5 142
	Total	53 340	44 037	38 574

Número total de colaboradores por duração de contrato e por região		2023	2022	2023
Contrato sem termo	E&C Europa	2 211	2 264	-
	E&C África	4 311	3 857	-
	E&C América Latina	5 232	3 669	-
	Ambiente	8 346	7 934	-
	MEXT	48	-	-
	Capital	765	774	427
	Holding e outros	340	303	258
	Subtotal	21 253	18 801	18 629
Contrato a termo certo	E&C Europa	938	859	-
	E&C África	13 853	11 613	-
	E&C América Latina	11 683	7 873	-
	Ambiente	4 789	4 239	-
	MEXT	74	-	-
	Capital	686	593	322
	Holding e outros	64	59	65
	Subtotal	32 087	25 236	19 802
Estagiários	E&C Europa	-	-	-
	E&C África	-	-	-
	E&C América Latina	-	-	-
	Ambiente	-	-	-
	MEXT	-	-	-
	Capital	-	-	6
	Holding e outros	-	-	17
	Subtotal	-	-	143

Total Colaboradores	E&C Europa	3 149	3 123	-
	E&C África	18 164	15 470	-
	E&C América Latina	16 915	11 542	-
	Ambiente	13 135	12 173	-
	MEXT	122	-	-
	Capital	1 451	1 367	755
	 Holding e outros	404	362	340
	Total	53 340	44 037	38 574

Nota 1: Não se encontram incluídos os trabalhadores temporários.

Nota 2: Os dados reportam-se ao número de colaboradores existentes em regime de tempo integral à data de 31 de dezembro.

Nota 3: A partir de 2022 os estagiários foram incluídos nos contratos a termo.

Nota 4: Considerando a alteração ocorrida em 2022 nas unidades de negócio do Grupo, apenas se apresentam os dados totais de 2021 e os dados desagregados por *Holding* e *Capital*, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

2-8 Trabalhadores que não são colaboradores

Dada a multiplicidade e diversidade dos negócios e operações do Grupo Mota-Engil, são várias as situações em que esta conta com a colaboração de trabalhadores que não são colaboradores do Grupo, nomeadamente no que concerne a prestadores de serviços, subempreiteiros e fornecedores, entre outros subcontratados. Embora não seja ainda possível apresentar informação consolidada e tratada que cubra todo este universo de trabalhadores, os mesmos encontram-se abrangidos pelas normas e orientações internas do Grupo no que diz respeito ao Sistema de Gestão Integrado de Segurança, Saúde e Ambiente.

GOVERNANÇA

2-9 Estrutura de governança e gestão

Cap. 1.2.4 Modelo de governo e órgãos sociais

Os detalhes da estrutura adotada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados em: Capítulo 03. Relatório sobre as práticas de Governo Societário | Parte I. Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | B. Órgãos Sociais e Comissões

ATIVIDADES E TRABALHADORES

2-10 Nomeação e seleção do órgão de governança hierarquicamente mais elevado

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente, e tal como previsto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva. Por outro lado, os estatutos da Sociedade preveem que as regras especiais referentes à eleição dos membros do Conselho de Administração, previstas nos n.ºs 2 a 5 do artigo 19º, se aplicarão, com as necessárias adaptações, à sua substituição.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto pelo número de membros fixado pela Assembleia Geral que os eleger. O mandato do Conselho de Administração é de três anos, sendo permitida a reeleição dos seus membros nos termos legais. Tendo terminado o mandato que compreendia o triénio 2021-2023, na próxima Assembleia Geral, deverá ser eleito o novo Conselho de Administração para o mandato que decorrerá entre 2024 e 2026.

Na nomeação e seleção dos membros são tidos em consideração critérios que incluem a visão dos acionistas, diversidade, independência e competências relevantes para a gestão dos impactos da organização. Todos os membros do Conselho de Administração devem cumprir critérios de diversidade, incluindo género, formação e experiência, a fim de contribuir para a excelência do seu desempenho e equilíbrio do modelo de governo da Sociedade e do Grupo. Em conformidade com a Lei n.º 62/2017, o género menos representado no Conselho de Administração terá sempre pelo menos 33% de todos os seus membros.

Mais informações em: Capítulo 03. Relatório sobre as práticas de Governo Societário | Parte I. Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | B. Órgãos Sociais e Comissões

2-11 Presidência do órgão de governança hierarquicamente mais elevado

Cap. 1.2.4 Modelo de governo e órgãos sociais

À data de publicação do presente relatório, Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva em substituição de António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e de Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins, respetivamente, os quais passaram a exercer funções de Vice-Presidente naquele órgão. Durante 2023, e em 31/12/2023, o Presidente do Conselho de Administração era administrador não executivo.

Os conflitos de interesses são evitados e mitigados através do equilíbrio na composição dos órgãos de gestão e da Política de Conflito de Interesses aprovada pelo Conselho de Administração (ver indicador 2-15).

De referir que sempre que o Presidente do Conselho de Administração for um membro não independente, os membros independentes nomeiam entre si um coordenador que assegura: (1) o diálogo com o Presidente do Conselho de Administração e outros administradores; (2) as condições e os meios necessários para o exercício das funções e para a avaliação do desempenho dos órgãos e comités internos; e (3) a ligação com as subcomissões internas, nomeadamente com a Comissão de Avaliação e Remunerações. No atual mandato do Conselho de Administração, o papel de *Independent Lead Director* é assegurado pela Dra. Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto, que foi nomeada para o efeito.

Se existirem factos que possam constituir ou causar um conflito entre os interesses de um membro do Conselho de Administração e os interesses da Sociedade, o referido membro é obrigado a informar o Conselho de Administração desses factos, tal como estabelecido no Procedimento de Conflito de Interesses que foi aprovado por unanimidade. Na situação acima referida, o membro do Conselho de Administração abster-se-á de participar e votar na reunião em que o assunto seja discutido e votado, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

2-12 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado na supervisão da gestão de impactos

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

De acordo com a Lei, os Estatutos e os Regulamentos de Funcionamento do Conselho de Administração e da Comissão Executiva, compete ao Conselho de Administração a aprovação das políticas, orçamentos e plano estratégico da Mota-Engil. Dependendo das matérias em análise, tais documentos são elaborados pelas empresas do Grupo em coordenação com os gestores de topo, nomeadamente o Centro Corporativo. Em certas matérias o Conselho de Administração recebe parecer prévio das suas comissões delegadas e/ou do Conselho Fiscal.

O Conselho de Administração, dentro dos limites definidos, delega a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva.

A Política de Gestão de Risco e o Programa de Integridade e *Compliance* estruturam os processos e as áreas de Auditoria, *Compliance* e *Controlling*, entre outras, suportam a Comissão Executiva (e o Conselho de Administração) para a avaliação dos impactos da atividade das empresas do Grupo na economia, no ambiente e nas pessoas. A Política e o Programa referidos, bem como todo o conjunto de regras internas do Grupo, são revistas e atualizadas periodicamente de acordo com um processo de melhoria contínua.

Mais informações sobre as competências do Conselho de Administração e Comissão Executiva: Capítulo 03. Relatório sobre as práticas de Governo Societário | Parte I. Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | B. Órgãos Sociais e Comissões

2-13 Atribuição de responsabilidade da gestão de impactos

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

O modelo de governo do Grupo baseia-se numa matriz hierárquica e funcional que permite uma delegação por patamares e dependendo de indicadores de materialidade variáveis. O Conselho de Administração, dentro dos limites definidos, delega a gestão corrente da Sociedade na Comissão Executiva. Por sua vez, as áreas funcionais que constam do Centro Corporativo e a Unidade de Serviços Partilhados administrativos e técnicos reportam pelo menos a um membro da Comissão Executiva e propõem e aplicam Políticas, Procedimentos e Regras transversais aplicáveis a todo o Grupo. As Unidades de Negócio reportam igualmente a pelo menos um membro da Comissão Executiva. Este modelo é depois replicado nas Unidades de Negócio. De acordo com este modelo de delegação por patamares, existem matérias obrigatoriamente aprovadas pelo Conselho de Administração, outras em que existe delegação na Comissão Executiva abaixo de determinado valor e outras ainda em que essa delegação pode ir até à Unidade de Negócio ou até à empresa, mais uma vez, em função de limites de valor pré-estabelecidos.

De acordo com este modelo existem vários momentos de reporte *bottom-up* das matérias tratadas em cada área funcional, havendo maioritariamente reportes com periodicidade mensal, mas verificando-se também reportes apenas trimestrais ou anuais e, por outro lado, reportes que estão permanentemente disponíveis para análise pela Comissão Executiva e pelo Conselho de Administração ou ainda reportes que são obrigatórios em função do planeamento ou execução de determinadas decisões.

2-14 Papel do órgão de governança hierarquicamente mais elevado no relato de sustentabilidade

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

A preparação da declaração de sustentabilidade é da responsabilidade da área funcional de Sustentabilidade, do Centro Corporativo, que define os procedimentos de recolha de informação junto de todas as empresas do Grupo em coordenação com outras áreas funcionais. A revisão das versões do relato é feita principalmente com o membro da Comissão Executiva com o pelouro da Sustentabilidade – i.e com o CEO –, sendo posteriormente submetido à validação pelos órgãos sociais.

2-15 Conflitos de interesse

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

O Código de Ética e de Conduta Empresarial caracteriza as situações em que poderá ocorrer um conflito de interesses e define a responsabilidade dos colaboradores de agir no melhor interesse do Grupo, não devendo atuar de forma que colida com essa responsabilidade. Situações que potencialmente possam gerar conflito de interesses deverão ser reportadas para a Linha de Ética do Grupo ou para a Linha de Apoio de *Compliance*.

Os conflitos de interesses são evitados e mitigados através do equilíbrio na composição dos órgãos de gestão (ver indicador 2-11) e dos dois instrumentos instituídos para comunicar, evitar e tratar potenciais conflitos de interesse:

- (1) Procedimento de Conflitos de Interesse: estabelece um processo de revisão e prevenção de conflitos de interesses reais ou aparentes. Este procedimento fornece requisitos para a divulgação de potenciais conflitos de interesse e o processo para obter uma análise de conflito de interesse;
- (2) Política de Transações com Partes Relacionadas: sempre que se verifiquem transações de Partes Relacionadas com o Grupo, ou qualquer outra pessoa que possa beneficiar uma Parte Relacionada, esta Política prevê as questões processuais a serem consideradas como salvaguarda necessária para a proteção adequada dos interesses das sociedades e dos acionistas que não sejam Partes Relacionadas, incluindo os acionistas minoritários.

De referir que poderá existir a necessidade de comunicação de transações com partes relacionadas ao mercado, ao abrigo dos deveres de informação a que as sociedades abertas estão sujeitas, nomeadamente a prestação de informações quanto às principais transações relevantes entre partes relacionadas realizadas nos seis primeiros meses do exercício referindo nomeadamente o montante de tais transações, a natureza da relação relevante e outra informação necessária à compreensão da posição financeira do emitente se tais transações forem relevantes e não tiverem sido concluídas em condições normais de mercado. Ademais, os procedimentos para aprovação de transações com partes relacionadas podem em alguns ser mais exigentes do que o previsto na lei, nomeadamente se os valores envolvidos forem superiores a 1 milhão de euros.

2-16 Comunicação de preocupações críticas

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

Cap. 1.4.2.I Taxonomia europeia

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

O Grupo Mota-Engil tem implementado um [Canal de Comunicação de Irregularidades](#). Por delegação do Conselho Fiscal, a quem compete, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades, a receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da área de Auditoria Interna. Qualquer queixa proveniente dos canais de denúncia e que se enquadre na categoria de incidentes de discriminação e assédio é encaminhada para a Comissão de Assédio e Discriminação. Outras infrações, em virtude da sua natureza, poderão ser encaminhadas para outras áreas Funcionais, nomeadamente Recursos Humanos e Assuntos Jurídicos.

De referir ainda que existem vários mecanismos instituídos com o objetivo de obter as opiniões, preocupações, reclamações e sugestões das comunidades, clientes e outros *stakeholders*. Cada empresa do Grupo apresenta canais específicos para receção das reclamações, no âmbito dos seus sistemas de gestão, realiza a sua análise e dá resposta aos reclamantes, estando esta informação descentralizada em cada um dos mercados/empresas. Com uma periodicidade semestral, é produzido um relatório, onde são sistematizadas as situações comunicadas mais recorrentes, bem como os indicadores relevantes sobre os resultados apurados e que é comunicado ao Conselho Fiscal e à Comissão de Risco e Auditoria Interna. Este relatório, entre outros, tem como objetivo ajudar a detetar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria nos controlos dos processos, servindo como contributo para uma proposta de revisão dos mesmos e/ou do mecanismo de comunicação de irregularidades.

2-17 Conhecimento coletivo do órgão de governança hierarquicamente mais elevado

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

2-18 Avaliação de desempenho do órgão de governança hierarquicamente mais elevado

De acordo com a delegação do Conselho de Administração, compete à Comissão de Avaliação e Remunerações promover a avaliação anual do desempenho global do Conselho de Administração, do desempenho individual dos seus membros, e, em especial, do desempenho da Comissão Executiva, bem como de outras comissões do Conselho de Administração, quando tal se revelar adequado.

De acordo com o seu Regulamento de Funcionamento, a Comissão de Avaliação e de Remunerações, reúne normalmente quatro vezes por ano, podendo, contudo, sob proposta do seu Presidente e acordo unânime dos seus membros, alguma dessas reuniões regulares ser anulada, por ausência de objeto. A Comissão poderá ainda reunir extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

Em função da avaliação do desempenho do Conselho de Administração/Comissão Executiva e dos seus membros, podem ser propostas (como foram recentemente) aos acionistas alterações à composição do órgão por forma a responder às exigências da empresa.

A componente quantitativa da avaliação do desempenho dos administradores executivos compreende um conjunto de Key-Performance Indicators (KPI), indexados ao Plano estratégico do Grupo. A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

De referir que o “Novo rumo na Sustentabilidade e Inovação” é um dos cinco eixos estratégicos definidos no Plano Estratégico “BUILDING 26 | For a sustainable future”, para o período 2022-2026 (Cap. 1.2.3).

2-19 Políticas de remuneração

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

Mais informações em:

[Política de Remunerações](#)

Capítulo 03. Relatório sobre as práticas de Governo Societário | Parte I. Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | D. Remunerações.

2-20 Processos que determinam a remuneração

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, com o apoio da Comissão de Avaliação e Remunerações, tem por função definir a Política de Remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pelo respetivo Conselho de Administração, obedecendo aos princípios da Política de Remunerações submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral. Compete também a esta Comissão, com o apoio da Comissão de Avaliação e Remunerações, confirmar anualmente a correta aplicação da Política de Remunerações (componentes fixas e variáveis) aprovada para os membros dos órgãos de administração, bem como para os membros das diversas Comissões da Sociedade.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores é adequada, entendendo esta Comissão ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais da remuneração a pagar aos membros do órgão de administração, mais considerando que a Política de Remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI-20, ponderadas as características da Sociedade. Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela Sociedade.

Em 2023, não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos nas suas funções. No entanto, compete única e exclusivamente a esta Comissão, dentro das limitações orçamentais da Sociedade, decidir a eventual contratação de serviços externos de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções. Por outro lado, compete à Comissão de Vencimentos assegurar que os eventuais serviços de consultoria a contratar sejam prestados com independência e que os respetivos prestadores não sejam contratados pelo Grupo para a execução de outros serviços sem a sua autorização expressa. Por forma a prestar informação ou esclarecimentos aos acionistas, o Presidente, ou, no seu impedimento, o outro membro da Comissão de Vencimentos, encontra-se presente nas Assembleias Gerais anuais ou naquelas em que a ordem de trabalhos inclui pontos relacionados com as remunerações dos membros dos órgãos de administração e das diversas Comissões da Sociedade.

De referir que a Política de Remunerações 2023 foi aprovada na reunião de Assembleia Geral de 27 de abril de 2023, com 99,41% de votos a favor e 0,59% de votos contra.

Mais informações em:

[Política de Remunerações](#)

Capítulo 03. Relatório sobre as práticas de Governo Societário | Parte I. Informação sobre estrutura acionista, organização e governo da Sociedade | D. Remunerações.

2-21 Rácio de compensação anual

O rácio da compensação anual total para o indivíduo mais bem pago, face à mediana do total de compensações para todos os outros colaboradores, é de 31,3. De referir que não ocorreu um aumento da compensação do indivíduo mais bem pago no período de análise.

ESTRATÉGIAS, POLÍTICAS E PRÁTICAS

2-22 Declaração sobre a estratégia de desenvolvimento sustentável

Mensagem do Presidente do Conselho de Administração

Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade

2-23 Compromissos relacionados com políticas

Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade

Cap. 1.4.2 Informação ambiental

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Os compromissos definidos e aprovados pelo Conselho de Administração são aplicáveis a todos os colaboradores, filiais, sucursais, delegações e escritórios de representação do Grupo Mota-Engil.

Com uma forte presença internacional e conciliando com um mercado de trabalho que já não se coaduna com as fronteiras nacionais, a Mota-Engil leva em consideração as convenções e recomendações da Organização Internacional do Trabalho (OIT), que abrange as matérias relacionadas com o trabalho, nomeadamente na defesa dos direitos dos colaboradores, estando estas patentes nos relacionamentos com os governos locais e com as organizações de empregadores.

As políticas e práticas do Grupo estão igualmente alinhadas com o Guia do CEO sobre Direitos Humanos do BCSD Portugal – Conselho Empresarial para o Desenvolvimento Sustentável, do qual é signatário e segue, de uma forma global, as “Diretrizes da OCDE para Empresas Multinacionais” e as “Diretrizes de Due Diligence da OCDE para uma Conduta Empresarial Responsável”. Esta responsabilidade e compromisso são extensivos às práticas do Grupo em matéria laboral, de política de investimentos, gestão da cadeia de fornecimento, entre outros. O Procedimento para Terceiros define os princípios orientadores para a execução de ações de Due Diligence (DD) às contrapartes com as quais estabelece relações de negócio, incluindo no contexto das *Enhanced DD* o escrutínio de incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide em tópicos sociais (incluindo direitos humanos), ambientais e outros.

A Mota-Engil possui no âmbito do seu sistema de Gestão uma Política Integrada SHEQ – Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade apoiada nos requisitos legais, contratuais, internos do Grupo e normativos, para além de considerar requisitos de sustentabilidade. Em 2023 esta política foi atualizada e divulgada internamente, tendo sido aprovada pelo Conselho de Administração da Mota-Engil. O princípio da prevenção está integrado como base na Política Integrada SHEQ e dos sistemas de gestão corporativo e das empresas do Grupo, através do qual se identificam riscos e se definem planos de ação para prevenir e minimizar os impactos do Grupo na segurança, saúde, ambiente e qualidade.

De referir que o nosso *roadmap* de sustentabilidade servirá de chapéu para várias outras políticas, incluindo de direitos humanos. O seu objetivo será uniformizar os compromissos e práticas entre as diferentes empresas que compõem o Grupo Mota-Engil, criando um conjunto de diretrizes transversais.

Mais informações em: [Código de Ética e de Conduta Empresarial](#), [Programa de Integridade e Compliance](#) e [Política SHEQ](#).

2-24 Incorporação de compromissos

Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade

Cap. 1.4.1.II *Governance* de sustentabilidade

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

A implementação dos compromissos definidos ao nível do Conselho de Administração é cascateada para as Áreas Corporativas – com destaque para as áreas de Sustentabilidade, Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade, Risco, *Compliance*, Estratégia de Recursos Humanos, *Procurement* e Logística e *Business Development & Inovação* – e Unidades de Negócio, reportando a um membro da Comissão Executiva. As áreas corporativas definem políticas, procedimentos e regras transversais aplicáveis a todo o Grupo.

De referir que para a operacionalização da estratégia e compromissos definidos no âmbito da sustentabilidade, a empresa conta com o Comité de Sustentabilidade do Grupo Mota-Engil e outros níveis de liderança, como os Líderes dos Sustainability Working Groups (Grupos de Trabalho de Sustentabilidade).

Para a implementação dos compromissos e políticas do Grupo, a comunicação, formação e sensibilização são fundamentais. Os compromissos de política são comunicados aos colaboradores através de emissão de Ordem de Serviço, do portal interno da organização e de ações de formação regulares, abrangendo temáticas como a promoção dos Direitos Humanos, a Segurança e Saúde do Trabalho (SST), Ambiente, Integridade e *Compliance*. O Grupo providencia também formação a outros trabalhadores, tais como subempreiteiros, na área da SST e Ambiente. Os compromissos que integram o Código de Ética e de Conduta Empresarial são partilhados ainda com os parceiros de negócio no início da relação de negócio.

2-25 Processos para remediar impactos negativos

Cap. 1.4.1.IV Os *stakeholders* do Grupo

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

O Grupo Mota-Engil tem vários mecanismos instituídos com o objetivo de obter opiniões, preocupações, reclamações e sugestões das comunidades, clientes e outros *stakeholders*. Cada empresa do Grupo apresenta canais específicos para receção das reclamações, no âmbito dos seus sistemas de gestão, realiza a sua análise e dá resposta aos reclamantes, estando esta informação descentralizada em cada um dos mercados/empresas.

Adicionalmente, a empresa disponibiliza um canal de comunicação de irregularidades (ver indicador 2-26).

Decorrente da avaliação de alegados impactos e comprovando-se a fundamentação de uma reclamação, a organização fornece ou coopera na remediação dos impactos negativos que possa ter causado ou contribuído. Esta análise é feita caso a caso e é gerida pela direção do projeto a quem é dirigida a reclamação. Aquando das assinaturas dos contratos são contratados seguros de responsabilidade civil com amplo leque de coberturas, salvaguardando possíveis ocorrências.

2-26 Mecanismos para procurar aconselhamento e levantar questões

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

O Grupo Mota-Engil disponibiliza uma linha de apoio a questões relacionadas com o [Programa de Integridade e Compliance](#) do Grupo, o qual compreende o conjunto de Políticas e Procedimentos existentes por forma a prevenir comportamentos desviantes sobre os princípios e valores vertidos no [Código de Ética e de Conduta Empresarial](#). A linha de apoio é compliance@mota-engil.com a qual é gerida pela Direção Corporativa de *Compliance*.

O [Canal de Comunicação de Irregularidades](#) representa o meio exclusivo e confidencial, disponibilizado Mota-Engil, para a comunicação segura e sigilosa de irregularidades ou práticas observadas não conformes com uma atuação íntegra, ética e transparente, traduzida no nosso Código de Ética e Conduta Empresarial e suportada pelas nossas normas internas e legislação vigente nos países onde estamos presentes. É garantida a total confidencialidade sobre a informação fornecida, a qual é recebida e analisada única e exclusivamente por uma equipa independente ligada diretamente ao órgão de fiscalização da empresa. A comunicação ou denúncia poderá ser efetuada através do preenchimento de formulário eletrónico disponível no [sítio público do Grupo](#).

2-27 Conformidade com leis e regulamentos

		2023	2022
N.º de ocorrências significativas de não conformidades com leis e regulamentos durante o período de relato	em que foram aplicadas multas (acima de 3.000€)	58	46
N.º de coimas pagas durante o período de relato, relativas a	casos de não conformidade com leis e regulamentos ocorridos no período de relato	33	32
	casos de não conformidade com leis e regulamentos ocorridas em exercícios anteriores	25	14
Valor das coimas pagas durante o período de relato (em Euros), relativas a	casos de não conformidade com leis e regulamentos ocorridos no período de relato	331 575 €	271 664 €
	casos de não conformidade com leis e regulamentos ocorridas em exercícios anteriores	544 720 €	866 025 €

Para o relato do presente indicador considerou-se como ocorrências significativas de não conformidades com leis e regulamento, as que deram origem a coimas com valores superiores a 3 000 €. Destaca-se que a forma de relato é diferente face ao ano anterior, tendo sofrido melhorias, considerando a informação centralmente disponível em sistema, pelo que os dados de 2022 foram corrigidos para corresponder a esta nova metodologia. O relato é baseado nos registos contabilísticos das empresas do Grupo Mota Engil, que são suportadas pela Mota Engil Global nas contas referentes a multas e penalidades, com análise casuística a alguns mercados (empresas da Colômbia e Costa do Marfim), convertendo os valores registados na contabilidade para Euros à taxa de câmbio média anual.

A generalidade dos valores das não conformidades decorre de coimas aplicadas no âmbito de inspeções fiscais ou resultantes de incumprimento dos prazos legais de entrega ou pagamento das obrigações fiscais (mercados de Espanha e Colômbia, respetivamente).

De uma forma geral, estas situações configuram ocorrências pontuais. No entanto, sempre que avaliado necessário, foram implementadas ações corretivas por forma a evitar situações futuras.

2-28 Participação em associações

Cap. 1.4.1.1 Abordagem estratégica à Sustentabilidade

A Mota-Engil faz parte, através das suas várias empresas, de associações setoriais, associações empresariais, câmaras de comércio e outros organismos. Faz-se representar nos setores onde atua e nas câmaras de comércio dos mercados geográficos onde opera. Considerando a diversidade das áreas de negócio do Grupo e estas múltiplas participações, por uma questão de síntese, identificam-se (abaixo) apenas as associações com maior destaque na área da sustentabilidade.

Nome da Entidade	Âmbito	Encara a participação como estratégica	Exerce funções nos Órgãos Sociais	Participa em projetos ou comissões
APCE - Associação Portuguesa de Comunicação de Empresa	EGF (Portugal)	●	●	
APEB - Associação Portuguesa das Empresas de Betão Pronto	Mota-Engil Engenharia e Construção, SA	●	●	●
APEMETA – Associação Portuguesa de Empresas de Tecnologias Ambientais	EGF (Portugal)	●		
APESB – Associação Portuguesa de Engenharia Sanitária e Ambiental	EGF (Portugal)	●	●	●
ASM – Aliança para Promoção da Saúde Mental no Local de Trabalho	Grupo Mota-Engil	●		
AVALER – Associação de Entidades de Valorização Energética de Resíduos Sólidos Urbanos	Valorsul (EGF, Portugal)	●	●	
BCSD Portugal	Grupo Mota-Engil	●	●	●
BRP Portugal	Grupo Mota-Engil	●		●
BUILT CoLAB – Digital Built Environment	Grupo Mota-Engil	●	●	●
CECOLAB – Circular Economy	MEEC	●	●	
CoLABOR - Laboratório Colaborativo para o Trabalho, Emprego e Proteção Social	Grupo Mota-Engil	●	●	●
COTEC Portugal	Grupo Mota-Engil	●		
GRACE – Empresas Responsáveis	Grupo Mota-Engil	●	● ⁽¹⁾	●
ISWA – International Solid Waste Association	EGF (Portugal)	●	●	●
Smart Waste Portugal	EGF (Portugal)	●	●	●

ENVOLVIMENTO DAS PARTES INTERESSADAS

2-29 Abordagem ao envolvimento das partes interessadas

Cap. 1.4.1.IV Os *stakeholders* do Grupo

2-30 Acordos de negociação coletiva

Acordos de contratação coletiva	2023								2022							
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEX T	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Porcentagem de trabalhadores abrangidos por acordos de negociação coletiva (%)	74%	29%	35%	53%	0%	97%	0%	41%	73%	32%	25%	32%	-	91%	0%	34%

Nota: Considerando a alteração ocorrida em 2022 nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil e não havendo comparabilidade entre os dados, optou-se por não apresentar os dados de 2021.

GRI 3: TÓPICOS MATERIAIS

Referente à norma publicada em 2021

3-1 Processo de definição da materialidade

Cap. 1.4.1.III Tópicos materiais

3-2 Lista de tópicos materiais

Cap. 1.4.1.III Tópicos materiais

Anexo Tabela de correspondências

3-3 Gestão dos tópicos materiais

Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à sustentabilidade

Cap. 1.4.1.III Tópicos materiais

Cada tópico material apresenta, nos respetivos subcapítulos, informação sobre a sua relevância para a Mota-Engil e para os seus *stakeholders*, assim como a abordagem seguida – políticas existentes, compromissos definidos, responsabilidades, entre outras informações relevantes –, que reflete a forma de gestão do Grupo. Adicionalmente, apresenta-se uma seleção de ações específicas, tais como projetos, programas e iniciativas, desenvolvidas corporativamente e por região onde a Mota-Engil exerce atividade, como forma de ilustrar a concretização da sua gestão neste âmbito, potenciando impactos positivos e minimizando impactos negativos, sempre que aplicável.

O Grupo Mota-Engil realiza a monitorização e avaliação regular dos indicadores associados a cada tópico. Para avaliar a eficácia da forma de gestão, conta ainda com os resultados de auditorias (internas e externas), eficácia das ações empreendidas para tratar riscos e oportunidades, *feedback* dos *stakeholders*, análises de *benchmarking* e, sempre que disponíveis, com *ratings* externos de desempenho.

CONTEÚDOS ESPECÍFICOS

GRI 200: DESEMPENHO ECONÓMICO

GRI 201: DESEMPENHO ECONÓMICO

Referente à norma publicada em 2016

201-1 Valor económico direto gerado e distribuído

(Milhares de Euros)	2023	2022	2021
I) Valor Económico Direto Gerado	5 671 667,08	3 929 158,86	2 678 360,59
Receitas (a)	5 671 667,08	3 929 158,86	2 678 360,59
II) Valor Económico Direto Distribuído (Custos operacionais)	5 300 073,30	3 641 020,47	2 425 198,48
Despesas com financiadores e acionistas (b)	344 156,90	211 152,58	151 960,54
Despesas com o Estado e outras entidades públicas (c)	146 146,67	80 120,34	84 517,28
Despesas com investimentos efetuados na comunidade (d)	3 380,75	3 138,35	3 022,80
Despesas com pessoal (e)	906 463,58	677 950,55	563 586,40
Despesas operacionais (f)	3 899 925,40	2 668 658,65	1 622 111,47
III) Valor Económico Acumulado (I-II)	371 593,78	288 138,39	253 162,11

Notas:

(a) Corresponde ao somatório das seguintes rubricas/subrubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: (i) Vendas e prestações de serviços; (ii) Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Ganhos na alienação de ativo tangível; (iii) Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Outros proveitos; e (iv) Rendimentos e ganhos financeiros - Juros obtidos.

(b) Corresponde ao somatório das subrubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas de (i) Gastos e perdas financeiras - Juros suportados; (ii) Gastos e perdas financeiras - Juros suportados - passivos de locação com os dividendos pagos no exercício constantes da demonstração consolidada dos fluxos de caixa.

(c) Corresponde ao somatório das seguintes rubricas/subrubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: (i) Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Gastos e perdas operacionais - Impostos; e (ii) Imposto sobre o rendimento - Imposto corrente.

(d) Corresponde à subrubrica da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Gastos e perdas operacionais - Donativos. A presente rubrica não contempla a plenitude dos investimentos realizados na comunidade, nos casos em que operacionalmente se encontram afetos a centros de custos específicos de obras e trabalhos locais.

(e) Corresponde à rubrica da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: Gastos com pessoal.

(f) Corresponde ao somatório das seguintes rubricas/subrubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: (i) Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e Variação da produção; (ii) Fornecimentos e serviços externos; (iii) Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Gastos e perdas operacionais - Perdas na alienação de ativo tangível; (iv) Outros rendimentos/(gastos) operacionais - Gastos e perdas operacionais - Outros gastos.

Nota: Devido a um ajuste contabilístico que envolveu uma das empresas do Grupo, que pertencia ao segmento Capital, foram alterados os dados referentes a 2021 para Capital e Holding face ao relato anterior.

GRI 202: PRESENÇA NO MERCADO

Referente à norma publicada em 2016

202-1 Rácio entre o salário mais baixo por género, comparado com o salário mínimo local

No que diz respeito à percentagem da força de trabalho a receber o salário mínimo nacional, e uma vez que nem todos os países têm este conceito, apresenta-se o seu apuramento apenas para os mercados onde existe um salário mínimo nacional definido.

Percentagem de colaboradores a receber o salário mínimo local (%)		2023	2022	2021
África do Sul	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Angola	Homens	0,0%	24,8%	10,8%
	Mulheres	0,0%	53,4%	20,6%
	Subtotal	0,0%	27,4%	11,6%
Argentina	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	-	-	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Brasil	Homens	9,9%	0,0%	-
	Mulheres	21,8%	0,0%	-
	Subtotal	11,7%	0,0%	-
Camarões	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Colômbia	Homens	36,8%	0,0%	33,3%
	Mulheres	12,3%	0,0%	27,4%
	Subtotal	29,2%	0,0%	31,5%
Costa do Marfim	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Gana	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-

Guiné	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Hungria	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	-	-	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Malawi	Homens	0,0%	0,4%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,3%	-
Mali	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	-	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
México	Homens	0,0%	0,0%	0,0%
	Mulheres	1,3%	0,2%	0,9%
	Subtotal	0,2%	0,0%	0,2%
Moçambique	Homens	20,1%	0,0%	0,4%
	Mulheres	25,4%	0,0%	0,0%
	Subtotal	20,5%	0,0%	0,3%
Nigéria	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Omã	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-

Panamá	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Paraguai	Homens	33,3%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	25,0%	0,0%	-
Peru	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Polónia	Homens	0,0%	0,0%	1,3%
	Mulheres	0,0%	0,0%	4,8%
	Subtotal	0,0%	0,0%	2,1%
Portugal	Homens	11,4%	14,0%	11,6%
	Mulheres	7,7%	10,3%	10,2%
	Subtotal	10,8%	13,4%	11,4%
Quénia	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Rep. Dominicana	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	20,0%	0,0%	-
	Subtotal	10,0%	0,0%	-
Ruanda	Homens	0,0%	0,1%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-

Uganda	Homens	0,0%	0,3%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,2%	-
Zimbabué	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	0,0%	0,0%	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Rep. Checa	Homens	0,0%	0,0%	-
	Mulheres	-	-	-
	Subtotal	0,0%	0,0%	-
Total	Homens	4,8%	5,8%	4,0%
	Mulheres	6,7%	7,0%	4,8%
	Total	5,1%	6,0%	4,1%

Nota: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Nestes incluem-se também os países onde o Grupo não teve projetos ativos, mas mantém colaboradores.

202-2 Proporção de cargos de gestão de topo ocupados por indivíduos provenientes da comunidade local

Nota 1: Este indicador foi reportado pela primeira vez em 2022, motivo pelo qual não se apresentam dados de histórico.

Nota 2: A definição de cargos de gestão de topo está de acordo com o mapeamento de carreiras e o grau de responsabilidade.

Geografia	2023	2022
África do Sul	0%	100%
Angola	13%	11%
Brasil	46%	36%
Colômbia	0%	0%
Costa do Marfim	0%	33%
Gana	0%	0%
Guiné	0%	0%
Malawi	50%	50%
México	20%	40%
Moçambique	14%	13%
Nigéria	14%	17%
Panamá	0%	0%
Paraguai	0%	0%
Peru	29%	29%

Polónia	94%	94%
Portugal	93%	95%
Quénia	0%	0%
Ruanda	0%	0%
Uganda	0%	0%
Total	65%	68%

GRI 204: PRÁTICAS DE COMPRAS/ABASTECIMENTO

Referente à norma publicada em 2016

204-1 Proporção de despesas com fornecedores locais

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Despesas com fornecedores locais	2023	2022	2021
Fornecedores locais (%)	88	82	86

Nota 1: Por despesa "local" entende-se toda a compra realizada no país no qual o material e/ou serviço são aplicados e/ou incorporados nos projetos daquele mesmo país. Corresponde ao Valor de Notas de Encomenda realizadas a Fornecedores Locais face ao valor Total de Notas de Encomenda, na área de negócio da Engenharia e Construção.

Nota 2: A base de cálculo para este indicador são os fornecedores, da área de negócio de E&C, da Europa, África e América do sul, cujo tiveram encomendas / pedidos de compra registados em SAP.

GRI 205: ANTICORRUPÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

205-1 Operações submetidas a avaliação de riscos de corrupção

Em 2023 não foram realizadas avaliações de riscos de corrupção. Em 2024, a avaliação será suportada pelo Enterprise Risk Register.

205-2 Comunicação e formação em políticas e procedimentos de combate à corrupção

Cap. 1.4.4.I Conduta Empresarial

Comunicação das Políticas de Anticorrupção - Colaboradores	2023			2022			2021		
	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaborado-res	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%
Administração / Direção Técnica e Gestão	82	275	30	173	257	67	225	247	91
Especialização e Coordenação	357	1 434	25	744	1 248	60	1 072	1 147	93
Supervisão e Técnicas	976	5 743	17	806	4 577	18	3 064	3 908	78
Operacionais e Suporte	611	45 888	1%	3 735	37 955	10	4 861	33 272	15
Total	2 026	53 340	4	5 458	44 037	12	9 222	38 574	24

Comunicação das Políticas de Anticorrupção - Parceiros de negócio	2023			2022			2021		
	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%	N.º colaboradores a quem foi comunicado	N.º total de colaboradores	%
Fornecedores	1 245	1 479	84	828	1 370	60	686	1 119	61
Clientes	38	84	45	14	74	19	5	12	42
Sócios	31	35	89	22	69	32	7	31	23
Total	1 245	1 479	84	828	1 370	60	686	1 119	61

Nota: Número de terceiros registados na plataforma de avaliação de terceiros que submeteram com sucesso o questionário, através do qual atestaram que leram, entenderam e concordaram em aderir ao Código de Ética e de Conduta Empresarial do Grupo Mota-Engil.

205-3 Casos confirmados de corrupção e medidas tomadas

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

	2023	2022	2021
N.º total de incidentes confirmados de corrupção	4	4	5
N.º total de incidentes confirmados nos quais colaboradores foram demitidos ou disciplinados devido a corrupção	0	3	5
N.º total de incidentes confirmados nos quais contratos com parceiros de negócio foram terminados ou não renovados devido a violações provocadas por corrupção	0	0	0

GRI 206: CONCORRÊNCIA DESLEAL

Referente à norma publicada em 2016

206-1 Ações judiciais por concorrência desleal, práticas de antitrust e monopólio

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

	2023
N.º total de ações pendentes ou que já foram alvo de decisão judicial e nas quais a organização foi visada	0

Nota: O indicador GRI 206-1 passou a ser reportado pela 1.ª vez em 2023, em resultado da inserção do tópico material "Comportamento anticoncorrencial", motivo pelo qual não se incluem dados de histórico.

DESEMPENHO AMBIENTAL

GRI 301: MATERIAIS

Referente à norma publicada em 2016

301-1 Consumo total de materiais usados por peso ou volume

Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular

Materiais (toneladas)	2023		2022		2021	
	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis	Materiais Não Renováveis	Materiais Renováveis
E&C Europa	6 548 719	1 024	3 376 816	872	3 686 226	1 558
E&C África	3 568 645	5 635	2 718 386	3 836	2 913 543	2 059
E&C América Latina	12 966 203	47 097	21 228 494	764	3 458 354	1 478
Ambiente	199 612	42 045	109 453	85 413	59 974	49 211
MEXT	2	0	-	-	-	-
Capital	40 475	36	57 134	463	93 247	552
Holdings e outros	0	0	-	-	-	-
Total Grupo Mota-Engil	23 323 656	95 836	27 490 331	91 348	10 211 584	54 858

Nota 1: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4).

Nota 2: Ainda não foi possível reportar toda a informação da *Holding*. No entanto, destaca-se que esta informação é considerada como não material.

Nota 3: Os materiais não renováveis com maior expressão no Grupo são os agregados pétreos e o betão hidráulico. O material renovável com maior expressão no Grupo é a madeira.

Nota 4: Os materiais considerados dizem respeito aos materiais com materialidade (financeira) possíveis de monitorizar atualmente, em peso ou volume. Desta forma, são excluídas peças e acessórios associados à manutenção e reparação de equipamentos, ferramentas, material elétrico, eletromecânico e hidráulico, geotêxteis e telas impermeabilizantes, pré-fabricados ligeiros de betão, materiais de proteção e segurança entre outros.

GRI 302: ENERGIA

Referente à norma publicada em 2016

302-1 Consumo de energia dentro da organização

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

Energia (GJ)	2023							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
ENERGIA CONSUMIDA								
Total de energia consumida	795 911	2 104 693	2 776 209	1 811 861	5 924	64 180	7 530	7 566 309
Consumo de combustíveis não renováveis	720 131	2 051 537	2 753 708	1 455 385	829	62 806	4 341	7 048 736
Consumo de combustíveis renováveis	0	0	3 529	582	0	0	0	4 111
Consumo de energia autogerada (solar e gestão de resíduos)	1 211	375	4 757	110 607	0	44	0	116 995
Consumo de energia elétrica adquirida	74 569	52 782	14 215	245 287	5 095	1 330	3 190	396 467
ENERGIA VENDIDA								
Venda de energia autogerada	319	0	2 410 595	1 359 346	0	0	0	3 770 260

Energia (GJ)	2022							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
ENERGIA CONSUMIDA								
Total de energia consumida	769 046	2 088 623	1 294 585	2 001 947	-	62 468	5 580	6 226 544
Consumo de combustíveis não renováveis	696 906	2 030 865	1 278 698	1 630 471	-	58 435	3 792	5 699 510
Consumo de combustíveis renováveis	0	0	240	437	-	0	0	676
Consumo de energia autogerada (solar e gestão de resíduos)	776	0	782	132 903	-	39	0	134 500
Consumo de energia elétrica adquirida	71 364	57 758	14 865	238 135	-	3 993	1 787	391 857
ENERGIA VENDIDA								
Venda de energia autogerada	127	0	0	1 461 216	-	0	0	1 461 343

Energia (GJ)	2021							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
ENERGIA CONSUMIDA								
Total de energia consumida	867 579	1 539 949	1 000 132	1 872 513	-	148 503	4 855	5 439 415
Consumo de combustíveis não renováveis	790 610	1 468 275	987 992	1 502 989	-	144 879	3 204	4 898 124
Consumo de combustíveis renováveis	0	0	1 285	614	-	0	0	1 899
Consumo de energia autogerada (solar e gestão de resíduos)	434	0	308	174 130	-	43	0	174 915
Consumo de energia elétrica adquirida	76 535	71 674	10 547	194 780	-	3 581	1 651	364 477
ENERGIA VENDIDA								
Venda de energia autogerada	74	0	0	1 826 179	-	31 238	0	1 857 491

Nota 1: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4).

Nota 2: A partir de 2023 incluiu-se a venda de energia da Geradora Fénix, faz parte da E&C América Latina.

Nota 3: Em *Holding e outros*, está contemplado nos seus indicadores consumos de escritórios (gás propano e eletricidade) e consumos da frota de automóveis (gasóleo e gasolina) associadas à empresa Mota-Engil SPGS e Mota-Engil Global (MESP).

Nota 4: Não inclui os dados de energia dos contratos de serviços de engenharia industrial, para clientes de mineração cujos consumos são assumidos pelos clientes.

302-3 Intensidade energética

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

Intensidade energética por volume de negócio (GJ/milhares de euros)	2023	2022	2021
E&C Europa	1,3	1,6	1,7
E&C África	1,6	1,8	1,9
E&C América Latina	1,1	1,0	2,2
Ambiente	3,1	3,6	4,2
MEXT	0,3	0,2	0,2
Capital	1,0	1,1	5,2
<i> Holding e Outros</i>	-	-	-
Total Grupo Mota-Engil	1,5	1,7	2,4

Nota 1: Os dados da *Holding* não se encontram apresentados por serem imateriais em termos de consumos. Não obstante, estes dados estão incluídos no total do Grupo.

GRI 303: ÁGUA E EFLUENTES

Referente à norma publicada em 2018

303-1 Interações com a água como um recurso partilhado**Cap. 1.4.2.III Água**

A gestão da água no Grupo Mota-Engil é determinada pelo cumprimento dos requisitos legais existente, pelo estabelecimento de objetivos para projetos específicos, mediante a significância dos impactos e conforme os sistemas de gestão ambiental de cada empresa. A gestão da água é determinada de acordo com a natureza do projeto. Principalmente nos projetos com requisitos externos mais exigentes, as equipas de projeto elaboram planos de controlo de erosão e sedimentação, bem como planos de conservação de água em conjunto com os órgãos públicos e, quando aplicável, com os *stakeholders* locais. Nesses planos são avaliadas as condições ambientais, o volume potencial de água necessário a capturar, as fontes disponíveis, a legislação em vigor, incluindo as obrigações para com os proprietários, e medidas de monitorização. O Grupo aposta na sensibilização dos seus colaboradores e subempreiteiros com vista à redução do consumo de água e na instalação de dispositivos de poupança de água em instalações com elevado consumo de água, bem como em soluções de reaproveitamento de água da chuva (quando viável). Importa salientar o papel relevante que a Mota-Engil ATIV desempenha junto dos clientes, no âmbito das prestações de serviços – através da instalação de zonas de medição e controlo para combater perdas de água ou através do desenvolvimento e aplicação de tecnologia inovadora que permite aumentar a eficiência hídrica em espaços verdes, entre outras – com impacto na respetiva cadeia de valor.

303-2 Gestão dos impactes relacionados com a descarga de água

Através das empresas e respetivos sistemas de gestão ambiental, visa-se assegurar que as águas residuais descarregadas cumprem as especificações das respetivas licenças de descarga (quando aplicável), requisitos legais locais e boas práticas ambientais.

303-3 Captação de água

Cap. 1.4.2.III Água

Captação de água (m ³)	2023			Total de água captada
	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros	
E&C Europa	79 769	107 130	106 670	293 570
E&C África	399 555	412 254	186 263	998 072
E&C América Latina	2 230 105	11 812	4 117 955	6 359 872
Ambiente	7 901	391 497	314 121	713 518
MEXT	0	0	11 860	11 860
Capital	0	0	6 425	6 425
Holding e outros	0	0	2 482	2 482
Total Grupo Mota-Engil	2 717 330	922 692	4 745 775	8 385 798

Captação de água (m ³)	2022			Total de água captada
	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros	
E&C Europa	54 380	114 696	87 214	256 290
E&C África	211 999	352 694	312 929	877 622
E&C América Latina	988 532	21 984	182 340	1 192 856
Ambiente	1 121	453 691	308 524	763 335
MEXT	-	-	-	-
Capital	0	8 280	15 264	23 544
Holding e outros	0	0	1 971	1 971
Total Grupo Mota-Engil	1 256 031	951 345	919 058	3 126 433

Captação de água (m ³)	2021			
	Água superficial	Água subterrânea	Água adquirida a terceiros	Total de água captada
E&C Europa	12 562	121 462	87 325	221 349
E&C África	218 558	92 306	273 271	584 135
E&C América Latina	375 246	38 450	86 697	500 394
Ambiente	5 665	465 916	327 017	798 598
MEXT	-	-	-	-
Capital	0	8 280	6 565	14 845
Holding e outros	0	0	1 698	1 698
Total Grupo Mota-Engil	612 032	726 413	790 525	2 128 970

Nota 1: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4).

Nota 2: Os quantitativos reportados dizem respeito à captação de água decorrente das operações das empresas do Grupo.

Nota 3: Nos quantitativos acima, no que se refere à água superficial, não se inclui a água captada do Rio Tejo, para arrefecimento do circuito água-vapor da Central de Valorização Energética da Valorsul (Portugal), devolvida na totalidade ao meio hídrico devidamente monitorizada e controlada.

Nota 4: A fonte "Água adquirida a terceiros" inclui o abastecimento de água por entidades gestoras municipais.

GRI 304: BIODIVERSIDADE

Referente à norma publicada em 2016

304-1 Instalações operacionais pertencentes, arrendadas, administradas, ou próximas de áreas protegidas, ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas

A maioria das instalações operacionais do Grupo Mota-Engil não estão localizadas em áreas protegidas ou em áreas de alto índice de biodiversidade fora das áreas protegidas. Exceção feita a algumas instalações da EGF (na área da gestão de resíduos) e à empresa CAPSFIL (em Portugal):

- A Valorsul é adjacente à Zona de Proteção Especial do Estuário do Tejo, estabelecida ao abrigo da Diretiva Aves, e que se destina essencialmente a garantir a conservação das espécies de aves e seus habitats;
- No caso da Algar, o Aterro Sanitário do Sotavento localiza-se na freguesia de Salir, concelho de Loulé, e insere-se nas seguintes áreas que integram a Estrutura Regional de Proteção e Valorização Ambiental (ERPVA): Sítio de Importância Comunitária Caldeirão (PTCON0057) e Zona de Proteção Especial Caldeirão (com o mesmo código), da Rede Natura 2000 (RN2000), e ainda na Zona Húmida com interesse internacional de conservação (Convenção de Ramsar), Ribeira do Vascão.

304-2 Impactos significativos de atividades, produtos e serviços sobre a biodiversidade

Referira-se a Valorsul, e os seus programas de monitorização ambiental, realizados continuamente desde 1999, e estabelecidos com entidades independentes e idóneas, entre Institutos de investigação e Universidades de todo o País. Não havendo um programa de monitorização estabelecido na legislação, a Valorsul considerou importante a monitorização na envolvente da instalação, tendo em consideração a sua localização junto ao estuário do Tejo e por ter sido a primeira Central de Valorização Energética a arrancar no País. Estes programas incluem a avaliação da qualidade do ar, qualidade da água e sedimentos, ecossistemas terrestre e estuarino, entre outros, e visam medir os impactos ambientais na envolvente das instalações da empresa. Ao longo dos últimos quase 20 anos de recolha e análise de dados aos parâmetros ambientais da região envolvente da Central, os resultados são positivos e consistentes: a atividade da Central não revela impactos negativos na qualidade ambiental da envolvente.

Salienta-se que a Mota-Engil Engenharia e Construção (MEEC) procura a melhoria contínua do seu desempenho ambiental pela mitigação de vários tipos de impactos ambientais a nível local, através de vários meios, tais como, entre outros, melhorar o controlo de emissões poluentes, a conservação e gestão da água, a reabilitação de pedreiras e a gestão da biodiversidade. O Grupo acredita que a biodiversidade é o núcleo de qualquer ecossistema e, ao promover e apoiar a proteção da biodiversidade e de áreas de elevado valor de conservação, espera estar a contribuir para a sua resiliência, em alinhamento com o ODS 15 (Proteger, restaurar e promover o uso sustentável dos ecossistemas terrestres) das Nações Unidas. Nos projetos em que a empresa participa e que estão sujeitos a avaliação e monitorização de impactos ambientais, aplica-se a hierarquia de mitigação (evitar, minimizar, restaurar e compensar) nas áreas em que opera que possuam biodiversidade relevante a nível nacional.

De referir ainda, a ação da Mota-Engil ATIV no âmbito da prestação de serviços para a biodiversidade, pelos impactos positivos da sua atividade.

Programas CTRSU (valorização energética da Valorsul) estabelecidos no âmbito da biodiversidade:

- Qualidade das águas e sedimentos
- Acompanhamento anual e avaliação da qualidade ambiental do meio envolvente à Central de Valorização Energética (CVE)
- Avaliação do impacto térmico gerado pelo Circuito de Água de Arrefecimento (CAR) na zona do estuário adjacente
- Ecossistemas terrestre e estuarino
- Monitorização biológica anual ao nível do ambiente terrestre – flora epifítica, aves – e estuarino – fitoplâncton, macroinvertebrados e ictiofauna

GRI 305: EMISSÕES

Referente à norma publicada em 2016

305-1 Emissões diretas de GEE (Âmbito 1)

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

Emissões (tCO ₂ e)	2023							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas								
Total âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas	59 207	169 729	207 429	2 055 235	86	4 763	477	2 496 926
Consumo de combustíveis	59 176	157 209	206 304	106 195	86	4 763	477	534 210
Fugas de gases fluorados	31	12 520	1 125	783	0	0	0	14 459
Tratamento de resíduos	0	0	0	1 948 256	0	0	0	1 948 256

Emissões (tCO ₂ e)	2022							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas								
Total âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas	56 929	166 640	94 197	1 954 513	-	4 453	419	2 277 176
Consumo de combustíveis	56 929	154 219	94 197	116 349	-	4 453	419	426 591
Fugas de gases fluorados	0	12 421	0	1 463	-	0	0	13 884
Tratamento de resíduos	0	0	0	1 836 701	-	0	0	1 836 701

Emissões (tCO ₂ e)	2021							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas								
Total âmbito 1 - Emissões de GEE Diretas	66 391	117 244	73 137	1 824 905	-	8 876	379	2 090 946
Consumo de combustíveis	66 332	111 102	73 137	108 025	-	8 875	354	367 838
Fugas de gases fluorados	59	6 142	0	1 085	-	2	24	7 314
Tratamento de resíduos	0	0	0	1 715 795	-	0	0	1 715 795

Nota: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4). De referir que, a Mota-Engil melhora está empenhada em melhorar, de forma contínua, as suas metodologias de cálculo das emissões de GEE, procurando realizar um cálculo cada vez mais completo robusto e abrangente. Procura-se, sempre que possível, que estas alterações também sejam realizadas no histórico, de forma a manter a comparabilidade dos valores. Salienta-se que a Takargo, que fazia parte da Capital, foi retirado dos anos anteriores, considerando que a empresa já não pertence ao Grupo Mota-Engil.

O cálculo das emissões de GEE foi refinado em alinhamento com as melhores práticas de reporte internacionais, com foco no GHG Protocol. São considerados emissões de GEE para além do dióxido de carbono (CO₂), como o metano (CH₄), o óxido nitroso (N₂O), gás fluorado com efeito de estufa (R-410A), entre outros. Os diferentes GEE são convertidos numa única unidade, dióxido de carbono equivalente (CO₂e), através do Potencial de Aquecimento Global (PAG) de cada GEE. Optou-se por escolher o PAG a 100 anos de acordo com o 5AR (Fifth Assessment Report do IPCC).

Nas emissões de âmbito 1, nomeadamente às emissões de GEE diretas das operações do Grupo, foram incluídas as emissões de GEE de combustíveis da frota móveis e equipamentos fixos, fugas de gases fluorados e tratamento de resíduos. O tratamento de resíduos encontra-se dentro das emissões de GEE em âmbito 1, enquadrado na subcategoria de processamento físico/químico do GHG Protocol (para mais informações, consultar apêndice D do GHG Protocol, setor resíduos). Destaca-se que as emissões de GEE dos combustíveis foram calculadas com base nos combustíveis reportados em GRI 302-1 (por favor consultar as notas associadas). Também foram incluídas as emissões relativas as fugas de gases fluorados, considerando a quantidade de gases adquirido para recarga de equipamentos existentes. Por último, o tratamento de resíduos inclui as emissões associadas ao processo de gestão de resíduos das empresas com gestão de aterro, incineradora ou tratamento biológico. Os cálculos destas emissões resultam de estimativas, como as emissões difusas de metano geradas nos aterros, e em medições diretas efetuadas nos motogeradores dos centros electroprodutores de energia dos aterros sanitários e digestões anaeróbias. Destaca-se que as emissões de GEE da Suma PT, em âmbito 1, associadas à gestão de aterros, só estão a ser consideradas as emissões da Triaza. As restantes empresas com gestão de aterros da Suma PT não se encontram dentro do controlo operacional do Grupo ou estão em processo de venda. Destaca-se ainda que as emissões de GEE da EcoVision também não foram reportadas por não se encontrarem dentro do controlo operacional do Grupo.

Não são incluídas em âmbito 1 as emissões de CO₂ de origem biogénica. Estas representam essencialmente emissões associadas ao tratamento de resíduos, mas também ao consumo de biocombustíveis (597 710 tCO₂ em 2023, 868 311 tCO₂ em 2022 e 792 996 tCO₂ em 2021). Esta informação para 2023 não inclui o aterro da Triaza.

305-2 Emissões indiretas (Âmbito 2) de GEE resultantes da energia adquirida

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

Emissões (tCO ₂ e)	2023							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 2 - Emissões de GEE Indiretas								
Aquisição de eletricidade (método <i>location-based</i>)	5 813	5 554	1 104	9 862	194	51	121	22 698
Aquisição de eletricidade (método <i>market-based</i>)	5 834	5 514	1 061	11 584	250	52	150	24 445

Emissões (tCO ₂ e)	2021							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 2 - Emissões de GEE Indiretas								
Aquisição de eletricidade (método <i>location-based</i>)	5 973	7 723	1 315	7 804	-	133	61	23 236
Aquisição de eletricidade (método <i>market-based</i>)	7 785	7 729	1 315	10 688	-	211	92	28 215

Emissões (tCO ₂ e)	2021							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 2 - Emissões de GEE Indiretas								
Aquisição de eletricidade (método <i>location-based</i>)	5 973	7 723	1 315	7 804	-	133	61	23 236
Aquisição de eletricidade (método <i>market-based</i>)	7 785	7 729	1 315	10 688	-	211	92	28 215

Nota: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4). De referir que, a Mota-Engil melhora está empenhada em melhorar, de forma contínua, as suas metodologias de cálculo das emissões de GEE, procurando realizar um cálculo cada vez mais completo robusto e abrangente. Procura-se, sempre que possível, que estas alterações também sejam realizadas no histórico, de forma a manter a comparabilidade dos valores. Salienta-se que a Takargo, que fazia parte da Capital, foi retirado dos anos anteriores, considerando que a empresa já não pertence ao Grupo Mota-Engil.

O cálculo das emissões de GEE foi refinado em alinhamento com as melhores práticas de reporte internacionais, com foco no GHG Protocol. No âmbito 2 são incluídas emissões de GEE da produção da eletricidade adquirida pelo Grupo (consultar notas GRI 302-1) e foram calculadas de acordo com as metodologias *location-based* e *market-based*. Fez-se recurso a apenas fatores de emissão públicos, sendo por vezes necessário recorrer a alguns pressupostos e simplificações de cálculo por falta de informação disponível. Por exemplo, sempre que não tenha sido possível obter um fator de emissão *market-based*, assumiu-se que o seu valor seria igual ao do *location-based*. Para o cálculo das emissões de GEE de acordo com a metodologia *location-based*, considerou-se os fatores de emissão nacionais, sempre que possível, mas também a fontes de informação globais como IRENA - International Renewable Energy Agency, Statistical Profiles, 2022 Dominicana e IGES - Institute for Global Environmental Strategies.

305-3 Outras emissões indiretas (Âmbito 3) de GEE

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

2023								
Emissões (tCO ₂ e)	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Âmbito 3 - Outras Emissões de GEE Indiretas								
Total Âmbito 3 - Outras emissões de GEE Indiretas	259 189	445 840	726 267	51 000	106	2 233	126	1 484 761
Categoria 1: Compra de produtos	244 788	409 552	680 072	23 727	5	1 193	0	1 359 337
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas em âmbito 1 e 2	14 401	36 288	46 195	27 273	101	1 040	126	125 424

2022								
Emissões (tCO ₂ e)	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Âmbito 3 - Outras Emissões de GEE Indiretas								
Total Âmbito 3 - Outras emissões de GEE Indiretas	191 562	407 246	915 071	55 072	-	2 453	91	1 571 573
Categoria 1: Compra de produtos	177 657	369 314	893 573	26 767	-	1 461	0	1 468 772
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas em âmbito 1 e 2	13 905	37 932	21 498	28 304	-	992	91	102 801

2021								
Emissões (tCO ₂ e)	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Âmbito 3 - Outras Emissões de GEE Indiretas								
Total Âmbito 3 - Outras emissões de GEE Indiretas	397 906	228 432	243 750	43 975	-	4 774	78	919 021
Categoria 1: Compra de produtos	381 714	197 774	227 122	18 425	-	2 981	0	828 017
Categoria 3: Atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas em âmbito 1 e 2	16 192	30 658	16 628	25 550	-	1 793	78	91 004

Nota: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4). De referir que, a Mota-Engil melhora está empenhada em melhorar, de forma contínua, as suas metodologias de cálculo das emissões de GEE, procurando realizar um cálculo cada vez mais completo robusto e abrangente. Procura-se, sempre que possível, que estas alterações também sejam realizadas no histórico, de forma a manter a comparabilidade dos valores. Salienta-se que a Takargo, que fazia parte da Capital, foi retirado dos anos anteriores, considerando que a empresa já não pertence ao Grupo Mota-Engil.

O cálculo das emissões de GEE foi refinado em alinhamento com as melhores práticas de reporte internacionais, com foco no GHG Protocol. As emissões de âmbito 3 referem-se às emissões de GEE indiretas da cadeia de valor do Grupo. Na categoria 1 foram estimadas as emissões de GEE associadas à produção dos produtos adquiridos (por favor consultar notas metodológicas GRI 301-1). Na categoria 3 foram estimadas as emissões de GEE das atividades relacionadas com combustível e energia não incluídas em âmbito 1 e 2, tendo-se recorrido aos mesmos dados de atividade que em âmbito 1 e 2 para a realização deste cálculo, associado a emissões de GEE a montante da compra de combustíveis e eletricidade e ainda perdas na rede de distribuição de eletricidade. A categoria de uso de produtos vendidos foi excluída do cálculo, encontrando-se fora do âmbito do reporte. As restantes categorias em âmbito 3 foram assumidas como não materiais ou não aplicáveis.

Para proceder ao cálculo das emissões indiretas de GEE associadas à categoria 1 e 3 em âmbito 3, uma das principais fontes de informação dos fatores de emissão de GEE é DEFRA – Department for Environment, Food & Rural Affairs, UK Government GHG Conversion Factors for Company Reporting.

305-4 Intensidade de emissões de GEE

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

2023								
Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/milhares de euros)	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Âmbito 1 por volume de negócios	0,10	0,13	0,08	3,56	0,00	0,08	-	0,49
Âmbito 2 por volume de negócios	0,01	0,00	0,00	0,02	0,01	0,00	-	0,00
Total (Âmbitos 1 + 2) por volume de negócios	0,11	0,14	0,08	3,58	0,01	0,08	-	0,49
Âmbito 3 por volume de negócios	0,43	0,35	0,28	0,09	0,01	0,04	-	0,29
Total (Âmbitos 1, 2 e 3) por volume de negócios	0,54	0,48	0,36	3,67	0,02	0,12	-	0,78

2021								
Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/milhares de euros)	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	Total Grupo Mota-Engil
Âmbito 1 por volume de negócios	0,13	0,14	0,16	4,14	-	0,31	-	0,91
Âmbito 2 por volume de negócios	0,01	0,01	0,00	0,02	-	0,00	-	0,01
Total (Âmbitos 1 + 2) por volume de negócios	0,14	0,15	0,16	4,15	-	0,32	-	0,92
Âmbito 3 por volume de negócios	0,76	0,28	0,53	0,10	-	0,17	-	0,40
Total (Âmbitos 1, 2 e 3) por volume de negócios	0,89	0,43	0,70	4,25	-	0,49	-	1,32

Intensidade de emissões de GEE (tCO ₂ e/milhares de euros)	2021							Total Grupo Mota-Engil
	E&C Europa	E&C África	E&C América Latina	Ambiente	MEXT	Capital	Holding e outros	
Âmbito 1 por volume de negócios	0,13	0,14	0,16	4,14	-	0,31	-	0,91
Âmbito 2 por volume de negócios	0,01	0,01	0,00	0,02	-	0,00	-	0,01
Total (Âmbitos 1 + 2) por volume de negócios	0,14	0,15	0,16	4,15	-	0,32	-	0,92
Âmbito 3 por volume de negócios	0,76	0,28	0,53	0,10	-	0,17	-	0,40
Total (Âmbitos 1, 2 e 3) por volume de negócios	0,89	0,43	0,70	4,25	-	0,49	-	1,32

Nota 1: O valor do numerador corresponde ao total das emissões de GEE de âmbito 1, 2 e 3 calculadas anteriormente.

Nota 2: O VN considerado foi o mais alinhado possível com o VN reportado no Relatório & Contas Consolidados Anual, excluindo empresas cuja informação ambiental existente não foi possível recolher.

Nota 3: Os dados da *Holding* não se encontram apresentados por serem imateriais em termos de consumos. Não obstante, estes dados estão incluídos no total do Grupo.

305-5 Redução de emissões de gases de efeito estufa (GEE)

Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas

Apesar de em geral se ter identificado um aumento de emissões de GEE ao nível do Grupo, foram realizadas várias iniciativas de redução durante o período de reporte. Salienta-se que está a ser desenvolvido um plano de ação climático, que permitirá estruturar, implementar e monitorizar a redução de emissões de uma forma sistematizada.

305-7 Emissões de óxidos de nitrogénio (NO_x), óxidos de enxofre (SO_x) e outras emissões atmosféricas significativas

Emissões atmosféricas (toneladas)	2023	2022	2021
Óxidos de azoto (NO _x)	678,6	779	826,8
Óxidos de enxofre (SO _x)	56,0	35	36,8
Compostos Orgânicos Voláteis (COV)	73,4	110	156,3
Poluentes tóxicos (HAP)	0,0	0	0,3
Partículas com diâmetro inferior a 10 µm (PM ₁₀)	11,3	10	4,1
Monóxido de carbono	24,8	264	339,9
Sulfureto de hidrogénio (H ₂ S)	0,0	0,0	0,2
Compostos Orgânicos Voláteis Não Metânicos (COVNM)	139,2	24,0	22,3

Nota: Os dados indicados dizem respeito às emissões, resultantes de medições diretas nos motogeradores (centros electroprodutores de energia de aterros e digestões anaeróbias), queimadores das instalações de digestão anaeróbia, Central de Valorização Energética da Valorsul, bem como biofiltros de tratamento do ar de exaustão, localizadas em Portugal.

No que diz respeito aos outros poluentes atmosféricos, referem-se a emissões que resultam das atividades das empresas de resíduos, decorrentes da sua prestação de serviços, com destaque para as da EGF (Portugal) que, decorrente do processo de valorização energética, possui monitorização em contínuo das emissões atmosféricas. Nestes casos, estão implementadas medidas de controlo/tratamento e de monitorização das emissões, conforme as condições definidas nas respetivas licenças e dando cumprimento à legislação aplicável. Refira-se por exemplo que, no caso da Central de Valorização Energética, e ao longo dos últimos quase 20 anos de recolha e análise de dados aos parâmetros ambientais da região envolvente da Central, em estudos conduzidos, sempre que possível, por entidades independentes, os resultados foram positivos e consistentes, demonstrando que a atividade da Central não revela impactes negativos na qualidade ambiental da envolvente.

Outras fontes de emissões atmosféricas associadas às atividades do Grupo são essencialmente controladas por monitorização pontual (de acordo com a legislação vigente), não se considerando por isso emissões significativas – ex. caldeiras de edifícios, chaminés das naves oficiais de estaleiros e de equipamentos das misturas betuminosas.

GRI 306: RESÍDUOS

Referente à norma publicada em 2020

306-1 Geração de resíduos e impactos significativos relacionados com os resíduos**Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular**

Uma parte significativa dos resíduos gerados advém da área de negócio da construção. Cada uma das empresas gere os seus resíduos, cumprindo as regulamentações em vigor em cada país, nomeadamente no que diz respeito ao registo, armazenamento temporário, entrega para transporte e tratamento adequado.

O Grupo Mota-Engil procura assegurar um destino final adequado para os resíduos, com destaque para as operações de valorização, para as quais está definido um objetivo estratégico corporativo, no âmbito do Plano Estratégico 2022-2026 – “BUILDING 26 | For a sustainable future”. No entanto, é importante salientar que a possibilidade de encaminhamento para valorização depende não apenas das características dos resíduos produzidos, mas também das infraestruturas existentes nas regiões onde o Grupo opera – um fator que por vezes é limitante.

Para além da produção de resíduos resultante das diversas atividades, o Grupo desempenha um papel importante na minimização dos impactos ambientais associados a esses resíduos – nas áreas geográficas onde operam as suas empresas de gestão de resíduos.

Uma vez que o Grupo Mota-Engil detém unidades de negócio bastante diversificadas, estas não são passíveis de serem representadas num único fluxograma, motivo pelo qual não se apresenta o fluxo de processo das entradas, atividades e saídas que causam ou poderiam causar impactos significativos relacionados com os resíduos.

306-2 Gestão de impactos significativos relacionados com os resíduos**Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular**

Os resíduos gerados são geridos de acordo com a regulamentação de cada país onde o Grupo Mota-Engil opera, no que diz respeito ao seu registo, armazenamento temporário, entrega para transporte e encaminhamento para destino final. O Grupo aposta na sensibilização dos seus colaboradores (internos e subcontratados) para minimizar a geração de resíduos, em consequência da sua atividade.

A Mota-Engil define como orientação estratégica de gestão de resíduos, no âmbito do Plano estratégico – “BUILDING 26 | For a sustainable future”, atingir 80% de resíduos valorizados até 2030, incluindo a preparação para reutilização (operações de verificação, limpeza ou reparação), reciclagem e outras operações de recuperação (no contexto do reporte de resíduos, as operações de recuperação não incluem a recuperação energética).

Para reduzir a quantidade de resíduos gerados, a Mota-Engil age de forma preventiva, promovendo medidas para garantir o uso eficiente de materiais nas suas atividades e fomentando a reciclagem e a circularidade. Procura selecionar materiais com menor impacto ambiental e tem estabelecido um grupo de trabalho dedicado à circularidade. Adicionalmente, promove a inovação, integrando e participando em laboratórios colaborativos nas suas áreas de atuação, com o objetivo de melhorar a eficiência dos seus processos e o desempenho dos recursos utilizados.

Nota: Em complemento ver resposta ao indicador 306-1.

306-3/4/5 Resíduos gerados, destinados a operações de valorização e a eliminação

Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular

Resíduos (toneladas)	2023				Total
	Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos		
	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	
E&C Europa	142	223	248 346	364	249 075
E&C África	1 296	538	11 711	80 433	93 978
E&C América Latina	8 929	465	192 385	91 049	292 829
Ambiente	667	696	7 747	3 225	12 335
MEXT	75	0	96	0	171
Capital	24	7	8 901	171	9 104
<i> Holding e outros</i>	-	-	-	-	-
Total Grupo Mota-Engil	11 133	1 930	459 389	196 985	657 492

Resíduos (toneladas)	2022				Total
	Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos		
	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	
E&C Europa	121	547	305 563	160	306 391
E&C África	79 952	7 165	412	150 742	238 270
E&C América Latina	99	1 344	34 184	42 609	78 236
Ambiente	1 338	8 223	2 615	5 187	17 362
MEXT	-	-	-	-	-
Capital	22	26	3 367	272	3 688
<i> Holding e outros</i>	-	-	-	-	-
Total Grupo Mota-Engil	81 532	17 304	346 140	198 970	643 947

Resíduos (toneladas)	2021				Total
	Resíduos perigosos		Resíduos não perigosos		
	Operação de valorização	Operação de eliminação	Operação de valorização	Operação de eliminação	
E&C Europa	171	458	248 506	6 253	255 388
E&C África	10 050	315	11 207	34 160	55 732
E&C América Latina	107	201	141 239	179 622	321 169
Ambiente	2 487	4 502	1 895	5 512	14 395
MEXT	-	-	-	-	-
Capital	65	9	13 212	402	13 687
Holdings e outros	-	-	-	-	-
Total Grupo Mota-Engil	12 879	5 485	416 058	225 949	660 372

Nota 1: Valores históricos são sujeitos a atualizações sempre que relevante (consultar GRI 2-4).

Nota 2: Os quantitativos reportados dizem respeito aos resíduos produzidos pelas atividades próprias das empresas do Grupo, estando incluídos os resíduos que recaem sobre o controlo operacional da Mota-Engil e foram encaminhados para valorização ou eliminação. Não contemplam os resíduos tratados pelas empresas de gestão de resíduos. Não inclui os dados de resíduos dos contratos de serviços de engenharia industrial, para clientes de mineração cuja gestão é assumida pelos clientes.

Nota 3: Nas operações de valorização inclui-se a preparação para reutilização (operações de verificação, limpeza ou reparação), reciclagem e outras operações de recuperação. No contexto do reporte de resíduos, as operações de recuperação não incluem a recuperação energética.

Nota 4: Na E&C Europa e E&C América Latina os resíduos não perigosos, destinados a operações de valorização, apresentam um valor muito elevado quando comparado com outras Unidades de Negócio, devido ao facto de na Polónia e na Colômbia, respetivamente, se estar a contabilizar os solos movimentados (superficiais e outros) como resíduo, conforme requisito legal nacional.

Nota 5: Ainda não foi possível reportar toda a informação da Holding. No entanto, destaca-se que esta informação é considerada como não material.

GRI 308: AVALIAÇÃO AMBIENTAL DE FORNECEDORES

Referente à norma publicada em 2020

308-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios ambientais

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

308-2 Impactos ambientais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade ambiental (e social), com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos ambientais (e sociais).

GRI 400: DESEMPENHO SOCIAL**GRI 401: EMPREGO**

Referente à norma publicada em 2016

401-1 Contratação de novos colaboradores e rotatividade dos colaboradores

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Percentagem de entradas e saídas, por localização, género e grupo etário		2023						2022						2021					
		Entradas			Saídas			Entradas			Saídas			Entradas			Saídas		
		< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50
E&C Europa	Homens	76%	24%	10%	50%	23%	18%	75%	23%	10%	60%	25%	14%	-	-	-	-	-	-
	Mulheres	76%	17%	7%	45%	20%	7%	72%	22%	15%	35%	20%	13%	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	76%	23%	10%	49%	23%	18%	74%	23%	10%	54%	24%	14%	-	-	-	-	-	-
E&C África	Homens	67%	42%	21%	32%	28%	22%	65%	42%	19%	42%	34%	17%	-	-	-	-	-	-
	Mulheres	62%	38%	15%	36%	25%	14%	68%	35%	16%	23%	22%	25%	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	66%	41%	21%	32%	28%	21%	66%	41%	19%	39%	33%	17%	-	-	-	-	-	-
E&C América Latina	Homens	116%	96%	81%	77%	71%	61%	97%	82%	62%	44%	47%	32%	-	-	-	-	-	-
	Mulheres	94%	73%	53%	52%	52%	42%	99%	74%	49%	39%	42%	23%	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	112%	94%	79%	73%	69%	60%	97%	81%	61%	43%	46%	31%	-	-	-	-	-	-

Ambiente	Homens	49%	23%	16%	38%	20%	20%	66%	36%	17%	29%	23%	12%	-	-	-	-	-	-
	Mulheres	49%	20%	13%	34%	15%	16%	49%	23%	15%	22%	12%	9%	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	49%	22%	15%	37%	19%	19%	63%	33%	16%	28%	20%	12%	-	-	-	-	-	-
MEXT	Homens	82%	41%	50%	18%	8%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Mulheres	79%	57%	0%	16%	26%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
	Subtotal	81%	46%	25%	17%	14%	0%	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital	Homens	65%	35%	25%	41%	24%	14%	70%	22%	19%	65%	33%	23%	73%	24%	20%	48%	24%	24%
	Mulheres	68%	33%	21%	49%	30%	44%	95%	31%	26%	58%	29%	16%	64%	29%	8%	27%	15%	17%
	Subtotal	66%	34%	25%	43%	25%	17%	75%	23%	20%	64%	32%	22%	72%	25%	19%	45%	23%	24%
Holding e outros	Homens	54%	7%	3%	13%	6%	3%	61%	10%	2%	36%	6%	3%	68%	27%	7%	25%	19%	27%
	Mulheres	50%	10%	0%	26%	5%	6%	44%	14%	0%	13%	7%	0%	64%	18%	6%	26%	13%	18%
	Subtotal	52%	9%	2%	20%	6%	4%	52%	12%	1%	23%	7%	2%	66%	22%	7%	26%	16%	23%
Total de Entradas e Saídas (por Faixa Etária)		80%	52%	32%	48%	38%	29%	75%	48%	25%	39%	32%	17%	77%	43%	23%	48%	35%	26%
Taxa de Entradas e Saídas (por género)	Homens	58%			41%			50%			33%			47%			37%		
	Mulheres	44%			30%			41%			21%			34%			25%		
Taxa de Entradas e Saídas (por localização)	E&C Europa	26%			25%			24%			24%			-			-		
	E&C África	46%			29%			44%			32%			-			-		
	E&C América Latina	97%			69%			82%			44%			-			-		
	Ambiente	26%			23%			34%			20%			-			-		
	MEXT	54%			13%			-			-			-			-		
	Capital	37%			26%			30%			34%			28%			26%		
Taxa de Entradas e Saídas		56%			39%			49%			31%			46%			35%		

Nota 1: Dados compilados a partir do Sistema de Informação Central do Grupo, não refletindo a informação consolidada da totalidade dos mercados/negócios (cuja integração está em desenvolvimento).

Nota 2: As percentagens foram calculadas com base no n.º total de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro, relativos a cada geografia, género e faixa etária.

Nota 3: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023.

401-2 Benefícios para colaboradores a tempo inteiro que não são atribuídos a colaboradores temporários ou a tempo parcial

Cap. 1.4.3.III Responsabilidade social

Em paralelo, o Clube de Vantagens Mota-Engil permite o acesso a uma ampla rede de parceiros privilegiados, permitindo aos colaboradores o acesso facilitado a condições preferenciais em instituições bancárias, seguros, combustíveis, hotéis, ginásios, cuidados de saúde, farmácias, espetáculos, lojas, telecomunicações, energia, entre outros serviços e produtos.

GRI 402: RELAÇÕES DE TRABALHO

Referente à norma publicada em 2016

402-1 Prazos mínimos de aviso prévio em relação a mudanças operacionais

A Mota-Engil segue os prazos mínimos de pré-aviso estabelecidos na legislação laboral ou nos instrumentos de negociação coletiva aplicáveis a cada empresa/mercado (quando existentes), uma vez que os prazos mínimos de pré-aviso não se encontram definidos/uniformizados a nível corporativo.

GRI 403: SAÚDE E SEGURANÇA OCUPACIONAL

Referente à norma publicada em 2018

403-1 Sistema de gestão de segurança e saúde no trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

Os sistemas integrados de SHEQ (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade), corporativo da Mota-Engil e locais (das empresas), abrangem não só os colaboradores próprios como aqueles cujo trabalho e/ou posto de trabalho é controlado pela organização (ex. subempreiteiros). Regem-se pela ISO 45001, encontrando-se em curso a implementação da Certificação Global do Grupo que irá reforçar a uniformização dos sistemas também neste âmbito. Atualmente, a unidade de negócio da Engenharia e Construção encontra-se certificada pela referida norma em todas as geografias onde o Grupo opera (África, América Latina e Europa).

As unidades de negócio Ambiente e Engenharia e Construção, estão certificadas em todo o continente africano.

Em curso está a uniformização do sistema gestão na unidade de negócio Ambiente na América Latina e Europa, esperando-se obter a sua certificação no decorrer de 2024.

403-2 Identificação de perigos, avaliação de riscos e investigação de incidentes

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

A abordagem em matéria de SST segue uma metodologia uniforme, em linha com as melhores práticas internacionais e orientações normativas. Centra-se na identificação dos perigos e avaliação dos riscos que impactam não só na segurança, mas também na saúde (entendendo-se para tal o bem-estar físico e mental), identificando a exposição e determinando medidas eficazes de controlo de prevenção e proteção, nos diversos tipos de operações, e seguindo a hierarquia de controlo de riscos.

A Mota-Engil investe numa atuação baseada na segurança e saúde proativas e no comportamento humano.

O Grupo realiza inspeções e verificações regulares (incluindo aos subempreiteiros), e é sujeito a auditorias periódicas. Promove a realização regular de simulacros e ações de formação específicas, visando a preparação e resposta a possíveis cenários de emergência.

De referir ainda que os colaboradores, aquando do seu acolhimento, são informados da sua autonomia para relatar situações de perigo e não permanecer em local/sob condição de exposição a esses perigos e riscos que possam pôr em causa, quer a sua segurança e/ou saúde, quer a de terceiros. Perante a identificação de tais situações, os colaboradores têm autonomia para, de imediato, informar os responsáveis pela operação e colegas, no sentido de serem afastados da situação de perigo até que o risco seja eliminado e repostas as condições de segurança/saúde necessárias. Estas orientações estão patentes na Política de Segurança, Saúde e Qualidade, nas Regras de Ouro bem como no Código de Ética e Conduta Empresarial, e são reforçadas em sede de ações de formação e *toolbox talks*. Atualmente está em curso a implementação de um programa de reforço desta matéria.

A identificação/denúncia de situações que possam constituir perigo faz parte da cultura empresarial da Mota-Engil, estando reforçada nas suas políticas, nomeadamente nas Regras de Ouro, e sendo patente a proteção contra represálias no Código de Ética e Conduta Empresarial e demais procedimentos associados, tal como o de Comunicação de Irregularidades.

403-3 Serviços de saúde no trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

A Mota-Engil desenvolve programas de vigilância e promoção da saúde, assegurando a realização de consultas de medicina do trabalho, exames médicos, testes de despistagem, campanhas de vacinação, monitorizações da exposição a agentes físicos, entre outros.

403-4 Envolvimento do colaborador na participação, consulta e comunicação sobre saúde e segurança no trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

Os processos de consulta e participação dos trabalhadores assumem um papel fundamental para a concretização dos resultados pretendidos em matéria de segurança e saúde do trabalho. No Grupo Mota-Engil estão definidos vários canais que permitem a consulta e participação dos colaboradores, de entre os quais se destacam as reuniões dos Comitês de Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade (ao nível do projeto, contrato, empresa, unidade de negócio e global), as *toolbox talks* (reuniões informais de segurança com foco em tópicos de SST e que decorrem no início de um trabalho ou turno), os inquéritos de consulta e participação direta dos colaboradores, entre outros. A somar a estes canais, existe também um portal digital corporativo, o processo de formações e sessões de esclarecimento que servem também como meios para prestação de informações relevantes no âmbito da SST.

403-5 Formação dos colaboradores em saúde e segurança no trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

403-6 Promoção da saúde do colaborador

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

403-7 Prevenção e mitigação de impactos na saúde e segurança no trabalho atribuíveis a relações comerciais

De salientar que uma parte significativa das empresas são certificados pela ISO 45001, encontrando-se em curso a implementação da Certificação Global do Grupo que irá reforçar a uniformização dos sistemas também neste âmbito. Os sistemas integrados de SHEQ (Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade), corporativo da Mota-Engil e locais (das empresas), abrangem não só os colaboradores próprios como aqueles cujo trabalho e/ou posto de trabalho é controlado pela organização (ex. subempreiteiros).

403-8 Trabalhadores abrangidos por um sistema de gestão de saúde e segurança no trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

403-9 Acidentes de trabalho

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

Unidade de negócio	2023		2022		2021	
	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa	N.º de acidentes mortais	N.º de acidentes não mortais com baixa
E&C Europa	0	94	0	115	0	130
E&C África	3	92	1	75	3	70
E&C América Latina	4	76	1	104	1	64
Ambiente	3	700	2	699	0	681
MEXT	0	0	-	-	-	-
Capital	0	74	0	89	0	78
Holding e outros	0	1	0	0	-	-
Total Grupo Mota-Engil	10	1 037	4	1 082	4	1 023

Nota 1: Foram contabilizados os acidentes de trabalho com colaboradores próprios do Grupo Mota-Engil (colaboradores locais e em mobilidade internacional), excluindo-se trabalhadores afetos a subempreiteiros e trabalhadores temporários.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023.

Unidade de negócio	2023		2022		2021	
	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)	Índice de óbitos resultantes de acidentes de trabalho	Índice de frequência de acidentes de trabalho não mortais com baixa (LTIFR)
E&C Europa	0,00	15,88	0,00	19,57	0,00	20,05
E&C África	0,07	2,01	0,03	2,08	0,11	2,49
E&C América Latina	0,09	1,66	0,04	4,15	0,04	2,73
Ambiente	0,12	27,61	0,09	30,29	0,00	28,21
MEXT	0,00	0,00	-	-	-	-
Capital	0,00	26,78	0,00	35,33	0,00	35,19
Holding e outros	0,00	1,58	0,00	0,00	-	-
Total Grupo Mota-Engil	0,08	8,21	0,04	11,62	0,05	12,13

Nota 1: Para o cálculo dos índices foi utilizado o fator de normalização de horas trabalhadas de 1 000 000.

Nota 2: Foram contabilizados os acidentes de trabalho com colaboradores próprios do Grupo Mota-Engil (colaboradores locais e em mobilidade internacional), excluindo-se trabalhadores afetos a subempreiteiros e trabalhadores temporários.

Nota 3: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023.

403-10 Doenças profissionais

Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho

Unidade de negócio	2023	2022	2021
	N.º total de casos de doenças profissionais confirmadas	N.º total de casos de doenças profissionais confirmadas	N.º total de casos de doenças profissionais confirmadas
E&C Europa	0	1	0
E&C África	0	0	0
E&C América Latina	0	0	0
Ambiente	14	18	13
MEXT	0	-	-
Capital	2	0	1
Holding e outros	0	0	-
Total Grupo Mota-Engil	16	19	14

Nota 1: Foram contabilizadas as doenças profissionais com colaboradores próprios do Grupo Mota-Engil (colaboradores locais e em mobilidade internacional), excluindo-se trabalhadores afetos a subempreiteiros e trabalhadores temporários.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023.

GRI 404: CAPACITAÇÃO E EDUCAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

404-1 Média anual de horas de formação anual por colaborador

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Formação por categoria funcional e género			2023		2022		2021	
			N.º de horas de formação	Média de horas de formação	N.º de horas de formação	Média de horas de formação	N.º de horas de formação	Média de horas de formação
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	616	68,4	2 363	60,6	-	-
		Mulheres	57	28,5	147	36,7	-	-
		Subtotal	673	61,2	2 510	58,4	-	-
	Especialização e Coordenação	Homens	2 879	17,4	6 677	27,4	-	-
		Mulheres	1 251	26,6	1 426	25,9	-	-
		Subtotal	4 130	19,5	8 103	27,1	-	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	10 289	24,3	13 573	23,3	-	-
		Mulheres	3 677	26,8	4 801	17,8	-	-
		Subtotal	13 966	24,9	18 374	21,6	-	-
	Operacionais e Suporte	Homens	15 746	12,2	18 079	9,8	-	-
		Mulheres	717	13,8	1 167	12,5	-	-
		Subtotal	16 463	12,3	19 245	10,0	-	-
	Total	Homens	29 530	15,7	40 692	15,1	-	-
		Mulheres	5 702	24,0	7 541	17,9	-	-
		Total	35 231	16,6	48 233	15,4	-	-

E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	2 464	35,2	2 873	50,4	-	-
		Mulheres	12	1,9	39	19,3	-	-
		Subtotal	2 476	32,6	2 912	49,4	-	-
	Especialização e Coordenação	Homens	3 449	12,2	2 475	8,6	-	-
		Mulheres	813	15,9	479	12,6	-	-
		Subtotal	4 262	12,8	2 954	9,1	-	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	37 624	24,2	15 425	12,0	-	-
		Mulheres	10 987	34,4	4 043	20,8	-	-
		Subtotal	48 611	25,9	19 468	13,2	-	-
	Operacionais e Suporte	Homens	64 353	10,4	79 034	6,4	-	-
		Mulheres	11 166	13,8	10 153	8,1	-	-
		Subtotal	75 519	10,8	89 187	6,6	-	-
	Total	Homens	107 889	13,3	99 807	7,1	-	-
		Mulheres	22 978	19,4	14 714	9,9	-	-
		Total	130 867	14,1	114 521	7,4	-	-

E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	994	29,2	595	16,5	-	-
		Mulheres	30	5,0	16	5,2	-	-
		Subtotal	1 024	25,6	610	15,6	-	-
	Especialização e Coordenação	Homens	4 459	12,6	3 198	13,3	-	-
		Mulheres	1 445	12,5	1 315	22,7	-	-
		Subtotal	5 904	12,6	4 514	15,1	-	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	18 318	12,5	8 824	7,8	-	-
		Mulheres	5 586	10,5	3 466	11,2	-	-
		Subtotal	23 904	12,0	12 290	8,5	-	-
	Operacionais e Suporte	Homens	95 066	9,8	48 654	5,4	-	-
		Mulheres	9 469	8,9	5 850	7,2	-	-
		Subtotal	104 534	9,7	54 504	5,6	-	-
	Total	Homens	118 836	10,3	61 271	5,9	-	-
		Mulheres	16 529	9,7	10 647	9,0	-	-
		Total	135 366	10,2	71 918	6,2	-	-

Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	188	7,8	418	10,4	-	-
		Mulheres	71	14,1	247	30,9	-	-
		Subtotal	258	8,9	665	13,8	-	-
	Especialização e Coordenação	Homens	2 083	19,8	2 252	23,7	-	-
		Mulheres	2 198	38,6	1 635	31,4	-	-
		Subtotal	4 281	26,4	3 886	26,4	-	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	9 999	28,2	13 905	52,3	-	-
		Mulheres	9 133	42,3	6 086	36,4	-	-
		Subtotal	19 132	33,5	19 991	46,2	-	-
	Operacionais e Suporte	Homens	245 241	22,2	190 052	20,7	-	-
		Mulheres	43 315	14,3	25 475	10,9	-	-
		Subtotal	288 556	20,5	215 527	18,7	-	-
	Total	Homens	257 510	22,3	206 626	21,5	-	-
		Mulheres	54 717	16,5	33 443	13,0	-	-
		Total	312 226	21,0	240 069	19,7	-	-

MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	356	50,9	-	-	-	-
		Mulheres	192	64,0	-	-	-	-
		Subtotal	548	54,8	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	Homens	289	36,1	-	-	-	-
		Mulheres	197	32,8	-	-	-	-
		Subtotal	486	34,7	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	778	97,3	-	-	-	-
		Mulheres	834	52,1	-	-	-	-
		Subtotal	1 612	67,1	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	Homens	30	15,0	-	-	-	-
		Mulheres	211	35,2	-	-	-	-
		Subtotal	241	30,1	-	-	-	-
	Total	Homens	1 453	58,1	-	-	-	-
		Mulheres	1 434	46,2	-	-	-	-
		Total	2 886	51,5	-	-	-	-

Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	218	18,2	108	5,1	128	12
		Mulheres	0	-	61	30,3	11	6
		Subtotal	218	18,2	169	7,3	139	11
	Especialização e Coordenação	Homens	1 317	20,6	720	11,1	1 001	28
		Mulheres	400	21,0	339	17,8	181	16
		Subtotal	1 717	20,7	1 059	12,6	1 182	25
	Supervisão e Técnicas	Homens	3 211	22,1	1 927	14,8	3 901	44
		Mulheres	939	17,1	856	11,6	1 407	37
		Subtotal	4 150	20,7	2 783	13,6	5 308	42
	Operacionais e Suporte	Homens	10 748	14,8	6 453	7,0	3 611	7
		Mulheres	1 373	15,4	890	6,8	465	17
		Subtotal	12 121	14,9	7 343	7,0	4 076	7
	Total	Homens	15 495	16,4	9 208	8,1	8 641	13
		Mulheres	2 711	16,6	2 146	9,5	2 064	26
		Total	18 206	16,4	11 354	8,3	10 705	14

<i> Holding e outros</i>	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	128	4,9	513	14,7	277	10
		Mulheres	30	7,5	41	4,1	13	2
		Subtotal	158	5,3	554	12,3	290	8
	Especialização e Coordenação	Homens	444	9,6	584	11,5	495	13
		Mulheres	603	14,3	709	16,5	735	19
		Subtotal	1 046	11,9	1 293	13,8	1 230	16
	Supervisão e Técnicas	Homens	1 427	21,9	1 052	15,5	542	19
		Mulheres	1 865	19,0	1 412	14,4	954	17
		Subtotal	3 291	20,2	2 464	14,8	1 496	18
	Operacionais e Suporte	Homens	274	18,3	132	5,1	132	2
		Mulheres	130	7,6	175	5,6	549	7
		Subtotal	404	12,6	307	5,4	681	5
	Total	Homens	2 272	14,9	2 281	12,7	1 446	9
		Mulheres	2 627	16,3	2 337	12,8	2 251	13
		Total	4 899	15,7	4 618	12,8	3 697	11

Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	4 964	27,3	6 870	30,1	2 725	12
		Mulheres	391	15,0	549	18,9	459	19
		Total	5 355	25,7	7 419	28,9	3 184	12,9
	Especialização e Coordenação	Homens	14 919	14,6	15 907	16,2	13 271	15
		Mulheres	6 906	20,4	5 903	22,3	6 069	25
		Total	21 824	16,0	21 809	17,5	19 340	16,9
	Supervisão e Técnicas	Homens	81 645	20,4	54 704	15,8	34 533	12
		Mulheres	33 020	24,1	20 665	18,6	19 267	21
		Total	114 665	21,3	75 370	16,5	53 800	13,8
	Operacionais e Suporte	Homens	431 457	14,9	342 404	10,3	262 479	9
		Mulheres	66 380	13,1	43 710	9,4	29 045	7
		Total	497 837	14,6	386 113	10,2	291 524	8,8
	Total	Homens	532 984	15,6	419 884	11,1	313 008	9,4
		Mulheres	106 697	15,7	70 827	11,7	54 840	10,7
		Total	639 681	15,6	490 711	11,1	367 848	9,5

Nota 1: Para o denominador do indicador considerou-se o n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Inclui os Administradores Executivos e remunerados.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

Nota 3: Os valores das taxas de entradas e saídas estão intrinsecamente associados ao início e término dos projetos, obras e contratos do Grupo.

404-2 Programas de desenvolvimento de competências e gestão do fim de carreira

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

A Mota-Engil, para além de realizar ações de formação internas para o desenvolvimento de competências, apoia financeiramente os seus colaboradores para a realização de cursos externos.

De referir ainda que faz o planeamento do período de aposentação dos seus colaboradores, assegurando programas de reaprendizagem para quem pretende continuar a trabalhar, bem como, indemnizações por cessação de funções (para além do estipulado por lei) e assistência na transição para a reforma.

404-3 Percentagem de colaboradores que recebem regularmente análises de desempenho e desenvolvimento de carreira

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Percentagem de colaboradores a receber análise de desempenho e de carreira (%)			2023	2022	2021
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	650,0	100,0	-
		Mulheres	2,4	100,0	-
		Subtotal	60,0	100,0	-
	Especialização e Coordenação	Homens	51,3	89,3	-
		Mulheres	47,3	94,5	-
		Subtotal	50,4	90,3	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	109,6	71,8	-
		Mulheres	17,3	77,0	-
		Subtotal	46,5	73,5	-
	Operacionais e Suporte	Homens	80,6	87,6	-
		Mulheres	76,6	81,1	-
		Subtotal	79,9	86,1	-
	Total	Homens	82,8	80,2	-
		Mulheres	24,6	80,4	-
		Total	55,1	80,2	-

E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	85,7	76,8	-
		Mulheres	100,0	100,0	-
		Subtotal	86,2	77,6	-
	Especialização e Coordenação	Homens	60,9	45,6	-
		Mulheres	72,9	63,2	-
		Subtotal	62,5	47,7	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	51,3	29,9	-
		Mulheres	64,6	44,3	-
		Subtotal	53,2	31,8	-
Operacionais e Suporte	Operacionais e Suporte	Homens	28,2	26,8	-
		Mulheres	13,5	23,4	-
		Subtotal	24,2	25,9	-
	Total	Homens	46,0	31,6	-
		Mulheres	39,3	33,3	-
		Total	44,8	31,9	-

E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	94,6	88,9	-
		Mulheres	100,0	66,7	-
		Subtotal	94,9	87,2	-
	Especialização e Coordenação	Homens	87,8	85,4	-
		Mulheres	93,0	87,9	-
		Subtotal	88,8	85,9	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	86,8	79,6	-
		Mulheres	87,9	89,0	-
		Subtotal	87,1	81,6	-
	Operacionais e Suporte	Homens	117,2	76,3	-
		Mulheres	82,2	69,3	-
		Subtotal	103,9	74,3	-
	Total	Homens	96,0	78,9	-
		Mulheres	85,6	78,5	-
		Total	93,1	78,8	-
Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	97,1	88,9	-
		Mulheres	75,0	83,3	-
		Subtotal	92,9	87,9	-
	Especialização e Coordenação	Homens	93,8	84,2	-
		Mulheres	94,6	98,1	-
		Subtotal	94,1	89,1	-
	Supervisão e Técnicas	Homens	88,8	72,6	-
		Mulheres	90,8	83,2	-
		Subtotal	89,7	76,7	-

	Operacionais e Suporte	Homens	94,2	83,6	-	
		Mulheres	86,5	74,2	-	
		Subtotal	92,6	81,7	-	
	Total	Homens	93,7	82,6	-	
		Mulheres	87,9	77,6	-	
		Total	92,3	81,4	-	
	MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	88,9	-	-
			Mulheres	100,0	-	-
			Subtotal	90,9	-	-
Especialização e Coordenação		Homens	64,3	-	-	
		Mulheres	62,5	-	-	
		Subtotal	63,6	-	-	
Supervisão e Técnicas		Homens	60,0	-	-	
		Mulheres	64,0	-	-	
		Subtotal	62,5	-	-	
Operacionais e Suporte		Homens	100,0	-	-	
		Mulheres	100,0	-	-	
		Subtotal	100,0	-	-	
Total		Homens	70,7	-	-	
		Mulheres	70,7	-	-	
		Total	70,7	-	-	

Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	73,3	65,0	100,0
		Mulheres	-	100,0	100,0
		Subtotal	73,3	68,2	100,0
	Especialização e Coordenação	Homens	94,0	92,3	88,9
		Mulheres	100,0	100,0	90,9
		Subtotal	95,7	94,0	89,4
	Supervisão e Técnicas	Homens	85,3	88,5	86,4
		Mulheres	88,7	83,8	81,6
		Subtotal	86,2	86,8	84,9
	Operacionais e Suporte	Homens	89,2	84,6	83,1
		Mulheres	115,7	80,5	85,2
		Subtotal	91,8	84,1	83,2
	Total	Homens	88,7	85,3	84,2
		Mulheres	104,5	83,6	84,6
		Total	90,8	84,9	84,2

<i> Holding e outros</i>	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	91,7	88,5	116,7
		Mulheres	75,0	100,0	100,0
		Subtotal	89,3	89,7	115,8
	Especialização e Coordenação	Homens	90,2	92,2	110,5
		Mulheres	106,4	100,0	113,2
		Subtotal	98,0	95,7	111,8
	Supervisão e Técnicas	Homens	98,8	85,3	153,6
		Mulheres	95,5	87,8	114,0
		Subtotal	96,9	86,7	127,1
	Operacionais e Suporte	Homens	73,3	65,4	79,5
		Mulheres	82,9	77,4	98,3
		Subtotal	78,5	71,9	90,3
	Total	Homens	91,5	84,8	110,2
		Mulheres	95,4	89,1	107,7
		Total	93,5	87,0	108,8
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	Homens	102,2	85,3	87,4
		Mulheres	27,1	90,0	85,7
		Total	83,6	85,7	87,3
	Especialização e Coordenação	Homens	71,7	75,5	62,1
		Mulheres	81,5	90,6	78,0
		Total	73,9	78,7	65,4

	Supervisão e Técnicas	Homens	74,2	59,8	52,6
		Mulheres	61,4	77,0	66,1
		Total	70,4	64,0	55,8
	Operacionais e Suporte	Homens	85,0	72,4	66,7
		Mulheres	71,5	62,7	58,4
		Total	81,8	70,2	64,9
	Total	Homens	79,7	68,6	61,9
		Mulheres	67,0	70,7	63,3
		Total	76,4	69,0	62,2

Nota 1: Para o denominador do indicador considerou-se o n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

Nota 3: Em resultado da dinâmica de entradas, saídas e mobilidade de colaboradores entre as unidades de negócio, o número de avaliados pode ser superior ao número de colaboradores elegíveis (fixo a 31 de dezembro) em alguma(s) da(s) categoria(s).

GRI 405: DIVERSIDADE E IGUALDADE DE OPORTUNIDADE

Referente à norma publicada em 2016

405-1 Diversidade nos órgãos de governação e colaboradores

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e género (%)		2023		2022		2021	
		Homens	Mulheres	Homens	Mulheres	Homens	Mulheres
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	91	9	91	9	-	-
	Especialização e Coordenação	79	21	82	18	-	-
	Supervisão e Técnicas	68	32	68	32	-	-
	Operacionais e Suporte	96	4	95	5	-	-
E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	97	3	97	3	-	-
	Especialização e Coordenação	87	13	88	12	-	-
	Supervisão e Técnicas	86	14	87	13	-	-
	Operacionais e Suporte	91	9	91	9	-	-
E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	93	7	92	8	-	-
	Especialização e Coordenação	81	19	81	19	-	-
	Supervisão e Técnicas	77	23	79	21	-	-
	Operacionais e Suporte	92	8	92	8	-	-
Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	85	15	83	17	-	-
	Especialização e Coordenação	63	37	65	35	-	-
	Supervisão e Técnicas	62	38	61	39	-	-
	Operacionais e Suporte	79	21	80	20	-	-

MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	75	25	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	64	36	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	38	63	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	75	25	-	-	-	-
Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	100	0	91	9	85	15
	Especialização e Coordenação	71	29	77	23	77	23
	Supervisão e Técnicas	73	27	64	36	70	30
	Operacionais e Suporte	90	10	88	12	95	5
Holding e outros	Administração / Direção Técnica e Gestão	79	21	78	22	81	19
	Especialização e Coordenação	52	48	54	46	50	50
	Supervisão e Técnicas	43	57	41	59	33	67
	Operacionais e Suporte	46	54	46	54	45	55
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	89	11	89	11	90	10
	Especialização e Coordenação	77	23	79	21	79	21
	Supervisão e Técnicas	76	24	76	24	76	24
	Operacionais e Suporte	88	12	88	12	88	12

Nota 1: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Inclui os Administradores Executivos e remunerados.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e idade (%)		2023			2022			2021		
		< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50	< 30	30 a 50	> 50
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	48	52	0	51	49	-	-	-
	Especialização e Coordenação	5	67	28	2	65	33	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	23	51	26	19	55	25	-	-	-
	Operacionais e Suporte	13	45	42	10	45	46	-	-	-
E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	47	53	0	46	54	-	-	-
	Especialização e Coordenação	3	59	38	2	57	40	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	26	55	19	22	53	25	-	-	-
	Operacionais e Suporte	28	64	8	22	67	10	-	-	-
E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	66	34	0	67	33	-	-	-
	Especialização e Coordenação	2	64	33	1	67	32	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	25	67	8	16	74	11	-	-	-
	Operacionais e Suporte	29	60	11	25	62	12	-	-	-
Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	45	55	2	46	52	-	-	-
	Especialização e Coordenação	3	70	27	1	69	30	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	12	70	18	8	71	21	-	-	-
	Operacionais e Suporte	21	60	20	17	61	22	-	-	-
MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	83	17	-	-	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	0	100	0	-	-	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	58	38	5	-	-	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	27	56	17	-	-	-	-	-	-

Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	50	50	0	48	52	0	38	62
	Especialização e Coordenação	3	81	16	1	82	17	2	81	17
	Supervisão e Técnicas	20	65	15	16	70	14	15	74	11
	Operacionais e Suporte	17	59	24	16	59	25	10	63	27
Holding e outros	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	57	43	0	56	44	0	53	47
	Especialização e Coordenação	2	81	17	3	80	17	5	80	14
	Supervisão e Técnicas	35	49	16	30	54	17	33	52	15
	Operacionais e Suporte	18	45	37	14	39	47	35	41	24
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	53	47	0	52	48	0	53	46
	Especialização e Coordenação	3	67	30	2	66	32	1	68	30
	Supervisão e Técnicas	24	60	15	18	62	19	16	64	20
	Operacionais e Suporte	25	60	14	21	63	17	19	63	18

Nota 1: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Inclui os Administradores Executivos e remunerados.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e antiguidade (anos) (%)		2023				2022				2021			
		< 3	3 a 10	11 a 20	≥ 20	< 3	3 a 10	11 a 20	≥ 20	< 3	3 a 10	11 a 20	≥ 20
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	9	11	26	54	12	14	23	51	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	18	20	32	30	13	18	34	35	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	43	18	16	23	34	23	19	24	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	40	23	16	21	35	26	17	22	-	-	-	-
E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	17	17	28	38	12	17	34	37	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	46	30	11	13	37	33	15	15	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	69	18	7	6	55	28	9	9	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	79	15	5	1	68	25	5	1	-	-	-	-
E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	22	41	24	12	18	44	28	10	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	62	28	6	3	48	39	8	4	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	81	16	2	0	70	26	3	1	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	92	7	0	0	87	12	0	0	-	-	-	-

Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	23	28	28	21	19	31	29	21	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	20	19	32	29	15	20	33	32	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	34	24	27	15	26	26	31	17	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	63	26	8	3	56	31	9	4	-	-	-	-
MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	17	33	42	8	-	-	-	-	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	77	18	5	0	-	-	-	-	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	88	10	0	3	-	-	-	-	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	81	4	2	13	-	-	-	-	-	-	-	-
Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	38	6	25	31	22	17	26	35	0	23	46	31
	Especialização e Coordenação	21	34	34	10	26	29	33	12	11	32	45	13
	Supervisão e Técnicas	60	21	17	2	48	32	16	4	52	30	16	2
	Operacionais e Suporte	56	34	9	2	44	41	11	3	53	34	11	3
Holding e outros	Administração / Direção Técnica e Gestão	21	32	17	30	20	36	13	31	19	28	22	31
	Especialização e Coordenação	15	32	30	23	13	33	32	22	12	29	42	17
	Supervisão e Técnicas	43	22	15	20	33	28	17	22	29	29	20	21
	Operacionais e Suporte	40	12	11	37	26	16	11	47	47	16	16	21
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	19	24	26	31	16	26	26	31	15	25	28	32
	Especialização e Coordenação	38	26	20	17	29	29	23	20	25	29	26	19
	Supervisão e Técnicas	65	18	9	8	52	26	12	10	44	31	14	11
	Operacionais e Suporte	77	16	5	2	67	24	6	3	68	22	7	3

Nota 1: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Inclui os Administradores Executivos e remunerados.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

Percentagem de colaboradores por categoria funcional e habilitações (%)		2023			2022			2021		
		Básico	Secundário	Superior	Básico	Secundário	Superior	Básico	Secundário	Superior
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	0	100	0	0	100	-	-	-
	Especialização e Coordenação	5	7	87	6	8	86	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	17	21	62	16	22	62	-	-	-
	Operacionais e Suporte	65	33	2	63	34	2	-	-	-
E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	2	98	0	0	100	-	-	-
	Especialização e Coordenação	8	13	79	12	17	71	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	17	33	50	23	30	46	-	-	-
	Operacionais e Suporte	64	31	5	69	26	5	-	-	-
E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	0	100	0	0	100	-	-	-
	Especialização e Coordenação	3	4	93	4	5	91	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	2	14	84	5	12	83	-	-	-
	Operacionais e Suporte	36	54	10	55	35	10	-	-	-
Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	4	2	94	0	0	100	-	-	-
	Especialização e Coordenação	1	10	90	4	5	90	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	15	19	65	12	20	68	-	-	-
	Operacionais e Suporte	73	24	4	81	15	4	-	-	-
MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	0	100	-	-	-	-	-	-
	Especialização e Coordenação	0	5	95	-	-	-	-	-	-
	Supervisão e Técnicas	0	8	93	-	-	-	-	-	-
	Operacionais e Suporte	50	44	6	-	-	-	-	-	-

Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	0	100	0	0	100	0	0	100
	Especialização e Coordenação	1	4	94	2	2	95	0	0	100
	Supervisão e Técnicas	14	14	72	12	15	73	5	16	79
	Operacionais e Suporte	60	35	4	62	33	5	50	46	4
Holding e outros	Administração / Direção Técnica e Gestão	0	0	100	0	0	100	0	0	100
	Especialização e Coordenação	1	14	85	1	14	85	4	13	83
	Supervisão e Técnicas	5	25	71	4	27	69	2	20	78
	Operacionais e Suporte	31	38	31	37	44	19	28	45	27
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	1	1	99	0	0	100	0	0	100
	Especialização e Coordenação	4	9	87	6	9	85	6	10	84
	Supervisão e Técnicas	11	22	67	14	21	65	14	25	61
	Operacionais e Suporte	58	36	6	69	26	6	63	32	5

Nota 1: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Inclui os Administradores Executivos e remunerados.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

405-2 Rácio do salário e remuneração entre homens e mulheres

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

Rácio do salário e remuneração entre mulheres e homens		2021	2022	2023
E&C Europa	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,69	0,60	-
	Especialização e Coordenação	0,80	0,80	-
	Supervisão e Técnicas	0,78	0,79	-
	Operacionais e Suporte	1,08	1,05	-
E&C África	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,63	0,61	-
	Especialização e Coordenação	0,89	1,00	-
	Supervisão e Técnicas	1,10	1,02	-
	Operacionais e Suporte	1,04	0,87	-
E&C América Latina	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,89	0,97	-
	Especialização e Coordenação	0,96	0,94	-
	Supervisão e Técnicas	0,90	0,96	-
	Operacionais e Suporte	0,94	0,95	-
Ambiente	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,88	0,81	-
	Especialização e Coordenação	0,96	1,02	-
	Supervisão e Técnicas	1,10	1,01	-
	Operacionais e Suporte	0,80	0,82	-
MEXT	Administração / Direção Técnica e Gestão	1,15	-	-
	Especialização e Coordenação	1,04	-	-
	Supervisão e Técnicas	1,48	-	-
	Operacionais e Suporte	2,96	-	-

Capital	Administração / Direção Técnica e Gestão	..(1)	1,10	0,94
	Especialização e Coordenação	0,86	0,96	0,94
	Supervisão e Técnicas	0,93	0,91	0,91
	Operacionais e Suporte	1,05	1,07	1,16
Holding e outros	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,82	0,86	1,15
	Especialização e Coordenação	0,82	0,86	0,81
	Supervisão e Técnicas	0,99	0,95	0,95
	Operacionais e Suporte	1,04	1,07	0,92
Total Grupo Mota-Engil	Administração / Direção Técnica e Gestão	0,86	0,79	0,87
	Especialização e Coordenação	0,89	0,92	0,88
	Supervisão e Técnicas	1,03	1,02	1,02
	Operacionais e Suporte	0,91	0,89	0,94

⁽¹⁾ Em 2023 não existiram mulheres nesta categoria, sendo que por essa razão não se apresenta o rácio.

Nota 1: Os dados reportam-se ao n.º de colaboradores existentes à data de 31 de dezembro. Exclui os colaboradores em mobilidade internacional de longa duração (ou seja, por períodos superiores a 6 meses) e membros do Conselho de Administração não executivos.

Nota 2: Considerando a alteração ocorrida nas unidades de negócio do Grupo Mota-Engil, a MEXT é reportada de forma individualizada apenas a partir de 2023. Apenas se apresentam os dados totais de 2021 do Grupo e os dados desagregados por Holding e Capital, uma vez que para as restantes unidades de negócio não foi possível recalcular-se os valores de acordo com a nova estrutura.

GRI 406: NÃO DISCRIMINAÇÃO

Referente à norma publicada em 2016

406-1 Incidentes de discriminação e ações corretivas tomadas

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Incidentes de discriminação ocorridos		2023	2022	2021
N.º total de incidentes de discriminação ocorridos no período de relato		23	5	7
N.º total de incidentes analisados pela organização, de acordo com o ponto de situação dos incidentes e ações tomadas	N.º de planos de remediação implementados	2	0	1
	N.º de planos de remediação implementados, com resultados analisados através dos normais processos de revisão e gestão	0	0	0
	N.º de incidentes resolvidos	11	5	6
	N.º total de incidentes analisados	23	5	7

Nota: Após a publicação do Relatório de Sustentabilidade 2021 foi ainda analisado e resolvido mais um dos casos ocorridos nesse período de relato, pelo que os dados foram atualizados em concordância.

GRI 407: LIBERDADE SINDICAL E NEGOCIAÇÃO COLETIVA

Referente à norma publicada em 2016

407-1 Operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade social, com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos sociais.

Adicionalmente, por via da Linha de Ética e em 2023, não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores em que a liberdade de associação e negociação coletiva possa estar em risco.

GRI 408: TRABALHO INFANTIL

Referente à norma publicada em 2016

408-1 Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade social, com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos sociais.

Adicionalmente, por via da Linha de Ética e em 2023, não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho infantil.

GRI 409: TRABALHO FORÇADO OU ANÁLOGO AO ESCRAVO

Referente à norma publicada em 2016

409-1 Operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade social, com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos sociais.

Adicionalmente, por via da Linha de Ética e em 2023, não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores em que se verifique um risco significativo de incidentes de trabalho escravo ou forçado.

GRI 410: PRÁTICAS DE SEGURANÇA

Referente à norma publicada em 2016

410-1 Pessoal de segurança com formação nas políticas ou procedimentos de direitos humanos

O respeito pelos direitos humanos está consagrado no Código de Ética e de Conduta Empresarial do Grupo e promove igualmente formação aos colaboradores em políticas ou procedimentos sobre direitos humanos, entre outras temáticas conexas. No caso de se tratar de empresas subcontratadas, a Mota-Engil assegura formação em matéria de segurança no trabalho e procedimentos de emergência, podendo cobrir outras temáticas específicas no âmbito dos direitos humanos e sobre controlo de acessos. De referir ainda que as formações ministradas aos trabalhadores destas entidades subcontratadas, envolvidas em questões de segurança física (*security*) de instalações e salvaguarda dos seus bens, é também assegurada pelas respetivas empresas, conforme requisitos legais locais. A gestão nestes casos é feita ao nível de cada projeto/mercado, não existindo ainda uma orientação corporativa que seja transversalmente aplicável e que uniformize a abordagem formativa neste âmbito, permitindo o cálculo da percentagem de pessoal de segurança que recebeu formação sobre as políticas ou procedimentos de direitos humanos.

GRI 411: DIREITOS DE POVOS INDÍGENAS

Referente à norma publicada em 2016

411-1 Incidentes envolvendo a violação dos direitos das populações indígenas

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade social, com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos sociais.

Adicionalmente, por via da Linha de Ética e em 2023, não foram reportados quaisquer casos de operações e fornecedores em que se verifique casos de violação dos direitos das populações indígenas.

GRI 413: COMUNIDADES LOCAIS

Referente à norma publicada em 2016

413-1 Operações com envolvimento da comunidade local, avaliações de impacte e programas de desenvolvimento

Cap. 1.4.3.III Responsabilidade social

Cap. 1.4.3.IV Fundação Manuel António da Mota

GRI 414: AVALIAÇÃO SOCIAL DE FORNECEDORES

Referente à norma publicada em 2016

414-1 Novos fornecedores selecionados com base em critérios sociais

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

414-2 Impactos sociais negativos na cadeia de fornecedores e ações tomadas

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial

Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

Encontram-se em curso iniciativas como a revisão do procedimento de gestão de fornecedores que permitirão na etapa de qualificação/*onboarding* submeter os fornecedores a questionários para avaliação de critérios de sustentabilidade social (e ambiental), com os quais a Mota-Engil ambiciona aprofundar conhecimento e informação de gestão, por forma a tipificar, categorizar e valorizar o seu painel de fornecedores. De referir que, à luz dos procedimentos atuais de *Enhanced Due Diligence*, para avaliação de risco dos parceiros de negócio, são escrutinados os incidentes/registos ao nível de sanções, exclusões e condenações, mas também notícias de imprensa negativas, e cuja busca incide também em tópicos sociais (e ambientais).

1.1.1 Tabelas de correspondências

I. Tabela de correspondências GRI

TÓPICOS MATERIAIS	NORMAS GRI	INDICADORES GRI	LOCALIZAÇÃO
Água e águas residuais	GRI 303: Água e Efluentes	303-1, 303-2, 303-3	Cap. 1.4.2.III
Anticorrupção	GRI 205: Combate à Corrupção	205-1, 205-2, 205-3	Cap. 1.4.4.I
Circularidade	GRI 301: Materiais GRI 306: Resíduos	301-1 306-1, 306-2, 306-3, 306-4, 206-5	Cap. 1.4.2.IV
Comportamento anticoncorrencial	GRI 206: Concorrência Desleal	206-1	Cap. 1.4.4.I
Condições de trabalho e proteção social	GRI 401: Emprego GRI 402: Relações de Trabalho	401-2 402-1	Cap. 1.4.3.II
Criação de emprego local e desenvolvimento de competências	GRI 202: Presença no Mercado GRI 401: Emprego	202-1, 202-2 401-1	Cap. 1.4.3.II
Diversidade, equidade e inclusão	GRI 405: Diversidade e Igualdade de Oportunidades GRI 406: Não Discriminação	405-1, 405-2 406-1	Cap. 1.4.3.II Cap. 1.4.4.I
Educação e formação	GRI 404: Formação e Educação GRI 413: Comunidades Locais	404-1 413-1	Cap. 1.4.3.II Cap. 1.4.3.III
Inovação	-	-	Cap. 1.4.4.VI
Mudança energética e climática	GRI 302: Energia GRI 305: Emissões	302-1, 302-3 305-1, 305-2, 305-3, 305-4, 305-5, 305-7	Cap. 1.4.2.II
Práticas de contratação de fornecedores	GRI 204: Práticas de Compra GRI 308: Avaliação Ambiental de Fornecedores GRI 414: Avaliação Social de Fornecedores	204-1 308-1, 308-2 414-1, 414-2	Cap. 1.4.4.II

Práticas laborais e progressão na carreira	GRI 401: Emprego GRI 404: Formação e Educação	401-1 404-2, 404-3	Cap. 1.4.3.II
Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos	-	-	Cap. 1.4.4.V
Responsabilidade Social	GRI 413: Comunidades Locais	413-1	Cap. 1.4.3.III
Saúde e segurança no trabalho	GRI 403: Segurança e Saúde no Trabalho	403-1, 403-2, 403-3, 403-4, 403-5, 403-6, 403-7, 403-8, 403-9, 403-10	Cap.1.4.3.I
Saúde pública	-	-	Cap. 1.4.2.IV
Trabalho infantil, trabalho forçado e novas formas de escravidão	GRI 408: Trabalho Infantil GRI 409: Trabalho Forçado ou Análogo ao Escravo	408-1 409-1	Cap. 1.4.4.I
Violência e assédio no local de trabalho	GRI 406: Não Discriminação	406-1	Cap. 1.4.4.I

Nota: Às normas e indicadores indicados, acrescem: a Norma GRI 3: Tópicos materiais, transversalmente aplicável; indicadores da Norma GRI 2: Conteúdos gerais de relato obrigatório; e outros indicadores que, não estando enquadrados nos tópicos materiais, decorrem da necessidade de resposta às exigências do Decreto-Lei n.º 89/2017, de 28 de julho e ao modelo de relatório para divulgação de informação não financeira definido pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (Ex. 304-1/2, 407-1, 410-1, 411-1, 415-1)

II. Tabela de correspondências ESRS

NORMA	REF.	NOME DO REQUISITO	LOCALIZAÇÃO
ESRS 2 DIVULGAÇÕES GERAIS	BP-1	Base geral para preparação das declarações de sustentabilidade.	Cap. 1.4.1, 1.4.2 Anexo Tabela GRI (2-2)
	BP-2	Divulgações relativas a circunstâncias específicas.	Cap. 1.4.1, 1.4.2
	GOV-1	O papel dos órgãos de administração, direção e supervisão.	Cap. 1.2.4, 1.4.1.II

GOV-2	Informação prestada e temas de sustentabilidade tratados pelos órgãos de administração, direção e supervisão da empresa.	Cap. 1.4.1.II
GOV-3	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentivo.	Cap. 1.4.1.II
GOV-4	Declaração sobre <i>due diligence</i> .	Não reportado
GOV-5	Gestão de riscos e controlos internos sobre relato de sustentabilidade.	Cap. 1.4.1.I
SBM-1	Estratégia, modelo de negócio e cadeia de valor.	Cap. 1.2.1, 1.2.2, 1.23, 1.4.1.I, 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (2-7, 201-1)
SBM-2	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> .	Cap. 1.4.1.IV
SBM-3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Cap. 1.4.1.I
IRO-1	Descrição do processo para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais.	Cap. 1.2.5, 1.4.1.III
IRO-2	Requisitos de divulgação das ESRS abrangidas pela declaração de sustentabilidade da empresa.	A presente tabela
MDR-P	Políticas adotadas para gerir temas materiais de sustentabilidade.	Cap. 1.4.1.I
MDR-A	Ações e recursos relativos aos temas materiais de sustentabilidade.	Cap. 1.4.2.II/III/IV, 1.4.3.I/II/III/IV, 1.4.4.I/II/V/VI
MDR-M	Métricas relativas a temas de sustentabilidade materiais.	Cap. 1.4.1.I, 1.4.2.II/III/IV, 1.4.3.I/II/III/IV, 1.4.4.I/II/V/VI
MDR-T	Acompanhamento da eficácia das políticas e ações através de metas.	Cap. 1.4.1.I, 1.4.2.II/ IV, 1.4.3.I/II/, 1.4.4. V/VI

ESRS E1 ALTERAÇÕES CLIMÁTICAS	GOV-3 (ESRS 2)	Integração do desempenho relacionado com a sustentabilidade nos regimes de incentive.	Cap. 1.4.1.II
	E1-1	Plano de transição para a mitigação das alterações climáticas.	Cap. 1.4.2.II
	SBM-3 (ESRS 2)	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Cap. 1.4.2,1.4.2.II
	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com o clima.	Cap. 1.2.5, 1.4.2
	E1-2	Políticas relacionadas com a mitigação e adaptação às alterações climáticas.	Cap. 1.4.2, 1.4.2.II
	E1-3	Ações e recursos reativos às políticas em matéria de alterações climáticas.	Cap. 1.4.2.II
	E1-4	Metas relacionadas com a mitigação e a adaptação às alterações climáticas.	Cap. 1.4.2.II
	E1-5	Consumo energético e combinação de energia.	Cap. 1.4.2.II Anexo Tabela GRI (302-1/3)
	E1-6	Emissões brutas de GEE de âmbito 1, 2, 3 e emissões totais de GEE.	Cap. 1.4.2.II Anexo Tabela GRI (305-1/2/3/4)
	E1-7	Projetos de remoção de GEE e de mitigação dos GEE financiados através de créditos de carbono	Não reportado
	E1-8	Fixação interna do preço do carbono.	Cap. 1.4.2.II
E1-9	Efeitos financeiros previstos dos riscos materiais físicos e de transição e potenciais oportunidades relacionadas com o clima.	Não reportado	

ESRS E2 A POLUIÇÃO	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a poluição.	Não material
	E2-1	Políticas relacionadas com a poluição.	Não material
	E2-2	Ações e recursos relacionados à poluição.	Não material
	E2-3	Metas relacionadas com a poluição.	Não material
	E2-4	Poluição do ar, da água e do solo.	Não material
	E2-5	Substâncias que suscitam preocupação e substâncias que suscitam elevada preocupação.	Não material
	E2-6	Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a poluição.	Não material
ESRS E3 ÁGUA E RECURSOS MARINHOS	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com os recursos hídricos e marinhos.	Não reportado
	E3-1	Políticas relacionadas com os recursos hídricos e marinhos.	Não reportado
	E3-2	Ações e recursos relacionados com os recursos hídricos e marinhos.	Cap. 1.4.2.III
	E3-3	Metas relacionados com os recursos hídricos e marinhos.	Cap. 1.4.2.III
	E3-4	Consumo de água.	Cap. 1.4.2.III Anexo Tabela GRI (303-3)
	E3-5	Efeitos financeiros previstos de riscos e oportunidades relacionados com os recursos hídricos e marinhos.	Não reportado

ESRS E4 BIODIVERSIDADE E ECOSSISTEMAS	SBM 3	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Não material
	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos para identificar e avaliar impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas.	Não material
	E4-2	Políticas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas.	Não material
	E4-3	Ações e recursos relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas.	Não material
	E4-4	Metas relacionadas com a biodiversidade e os ecossistemas.	Não material
	E4-5	Métricas de impacto relacionadas com a alteração da biodiversidade e dos ecossistemas.	Não material
	E4-6	Efeitos financeiros previstos dos riscos e oportunidades materiais relacionados com a biodiversidade e os ecossistemas.	Não material
ESRS E5 UTILIZAÇÃO DOS RECURSOS E ECONOMIA CIRCULAR	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos de identificação e avaliação dos impactos, riscos e oportunidades materiais relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular.	Não reportado
	E5-1	Políticas relacionadas com a utilização dos recursos e economia circular.	Não reportado
	E5-2	Ações e recursos relacionados com a utilização dos recursos e a economia circular.	Cap. 1.4.2.IV
	E5-3	Metas relacionadas com a utilização dos recursos e economia circular.	Cap. 1.4.2.IV
	E5-4	Entradas de recursos.	Cap. 1.4.2.IV Anexo Tabela GRI (301-1)
	E5-5	Saídas de recursos.	Cap. 1.4.2.IV, Anexo Tabela GRI (306-3/4/5)

	E5-6	Efeitos financeiros previstos decorrentes dos impactos, riscos e oportunidades relacionados com a utilização dos recursos e com a economia circular.	Não reportado
ESRS S1 PRÓPRIA MÃO DE OBRA	SBM-2 (ESRS 2)	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> .	Cap. 1.4.1.IV, 1.4.3.I/II
	SBM-3 (ESRS 2)	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Cap. 1.4.3.I/II, 1.4.4.I
	S1-1	Políticas relacionadas com a própria mão de obra.	Cap. 1.4.1.I, 1.4.3.I/II, 1.4.4.I
	S1-2	Processos para envolver os próprios trabalhadores e representantes dos trabalhadores sobre os impactos.	Cap. 1.4.1.IV, 1.4.3.I/II
	S1-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para os próprios trabalhadores expressarem preocupações.	Cap. 1.4.4.I
	S1-4	Adoção de ações sobre impactos materiais na própria mão de obra e abordagens para mitigar riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com a própria mão de obra, bem como a eficácia dessas ações.	Cap. 1.4.3.I/II
	S1-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais.	Cap. 1.4.3.I/II
	S1-6	Características dos trabalhadores assalariados da empresa.	Cap. 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (2-7, 401-1)
	S1-7	Características dos trabalhadores não assalariados na própria mão de obra da empresa.	Anexo Tabela GRI (2-8)
	S1-8	Cobertura da negociação coletiva e diálogo social.	Cap. 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (2-30)
	S1-9	Indicadores de diversidade.	Cap. 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (405-1)
S1-10	Salários adequados.	Anexo Tabela GRI (202-1)	

	S1-11	Proteção social.	Cap. 1.4.3.III
	S1-12	Pessoas com deficiência.	Não reportado
	S1-13	Indicadores de formação e desenvolvimento de competências.	Cap. 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (404-1/3)
	S1-14	Indicadores de saúde e segurança.	Cap. 1.4.3.I Anexo Tabela GRI (403-8/9,10)
	S1-15	Métricas de equilíbrio entre a vida pessoal e profissional.	Não reportado
	S1-16	Métricas de remuneração (diferença salarial e remuneração total).	Cap. 1.4.3.II Anexo Tabela GRI (2-21, 405-2)
	S1-17	Incidentes, queixas e impactos severos de desrespeito dos direitos humanos.	Cap. 1.4.4.I, Anexo Tabela GRI (406-1)
ESRS S2 TRABALHADORES NA CADEIA DE VALOR	SBM-2 (ESRS 2)	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> .	Cap. 1.4.1.IV
	SBM-3 (ESRS 2)	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Cap.1.4.4.I
	S2-1	Políticas relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor.	Cap. 1.4.4.I
	S2-2	Processos para envolver os trabalhadores da cadeia de valor sobre os impactos.	Cap. 1.4.1.IV, 1.4.4.I
	S2-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para os trabalhadores da cadeia de valor expressarem preocupações.	Cap. 1.4.4.I
	S2-4	Adoção de ações sobre os impactos materiais nos trabalhadores da cadeia de valor e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os trabalhadores da cadeia de valor, e eficácia dessas ações.	Anexo Tabela GRI (403-7)
	S2-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais.	Não reportado

ESRS S3 COMUNIDADES AFETADAS	SBM-2 (ESRS 2)	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> .	Cap. 1.4.1.IV
	SBM-3 (ESRS 2)	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios.	Cap.1.4.4.I
	S3-1	Políticas relativas às comunidades afetadas.	Cap. 1.4.4.I
	S3-2	Processos para envolver as comunidades afetadas relativamente os impactos.	Cap. 1.4.1.IV, 1.4.4.I
	S3-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para as comunidades afetadas expressarem preocupações.	Cap. 1.4.4.I
	S3-4	Adoção de ações sobre os impactos materiais nas comunidades afetadas, e abordagens para gerir riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com as comunidades afetadas, e eficácia dessas ações.	Cap. 1.4.2.IV, 1.4.3.III
	S3-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais.	Cap. 1.4.1.I
ESRS S4 CONSUMIDORES E UTILIZADORES FINAIS	SBM-2 (ESRS 2)	Interesses e pontos de vista dos <i>stakeholders</i> .	Cap. 1.4.1.IV
	SBM-3 (ESRS 2)	Impactos, riscos e oportunidades materiais e sua interação com a estratégia e o modelo de negócios,	Cap.1.4.4.I
	S4-1	Políticas relacionadas aos consumidores e utilizadores finais.	Cap. 1.4.1.I, Cap. 1.4.4.V
	S4-2	Processos para envolver os consumidores e utilizadores finais sobre os impactos.	Cap. 1.4.1.IV, 1.4.4.I
	S4-3	Processos para remediar impactos negativos e canais para consumidores e utilizadores finais poderem expressar preocupações.	Cap. 1.4.4.I

	S4-4	Adoção de ações sobre impactos materiais nos consumidores e utilizadores finais, e abordagens para gerir os riscos materiais e procurar oportunidades materiais relacionadas com os consumidores e utilizadores finais, e eficácia dessas ações.	Cap. 1.4.2.IV, 1.4.4.V
	S4-5	Metas relacionadas com a gestão dos impactos materiais negativos, a promoção de impactos positivos e a gestão de riscos e oportunidades materiais.	Não reportado
ESRS G1 CONDUTA EMPRESARIAL	GOV-1 (ESRS 2)	O papel dos órgãos de administração, de supervisão e de direção.	Cap.1.4.4.I
	IRO-1 (ESRS 2)	Descrição dos processos para identificar e avaliar os impactos, os riscos e as oportunidades materiais.	Cap. 1.2.5
	G1-1	Cultura empresarial e políticas de conduta empresarial.	Cap.1.4.4.I
	G1-2	Gestão da relação com os fornecedores	Cap. 1.4.4.II
	G1-3	Prevenção e deteção de corrupção e suborno.	Cap.1.4.4.I Anexo Tabela GRI (205-2)
	G1-4	Incidentes confirmados de corrupção ou suborno.	Cap.1.4.4.I Anexo Tabela GRI (2-27, 205-3)
	G1-5	Influência política e atividades de representação de grupos de interesse.	Anexo Tabela GRI (415-1)
	G1-6	Práticas de pagamento.	Não reportado

III. Tabela de correspondências CMVM

A presente tabela permite fazer a correspondência entre os conteúdos do relato de sustentabilidade e os elementos requeridos no modelo de relatório para divulgação de informação não financeira, recomendado pela CMVM – Comissão do Mercado de Valores Mobiliários. O referido modelo, aplicável às sociedades emitentes de valores mobiliários admitidos à negociação em mercado regulamentado, resulta da convocação do regime legal aplicável.

PARTE I - INFORMAÇÃO SOBRE AS POLÍTICAS ADOTADAS

CAPÍTULOS/SUBCAPÍTULOS	CORRESPONDÊNCIA DE CONTEÚDOS
A. INTRODUÇÃO	
1. Descrição da política geral da Sociedade quanto aos temas da sustentabilidade, com indicação das eventuais alterações face à anteriormente aprovada.	Cap. 1.2.3 Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i> Cap. 1.4.1.1 Abordagem estratégica à Sustentabilidade
2. Descrição da metodologia e das razões para a sua adoção no reporte da informação não financeira, bem como quaisquer alterações que tenham ocorrido em relação a anos anteriores e as razões que as motivaram.	Tabela GRI: 2-4
B. MODELO EMPRESARIAL	
1. Descrição geral do modelo de negócio e forma de organização da Sociedade/Grupo, indicando principais áreas de negócio e mercados em que opera (se possível com recurso a organogramas, gráficos ou quadros funcionais).	Cap. 1.2.1 O mundo Mota-Engil Cap. 1.2.2 Áreas de negócio
C. PRINCIPAIS FATORES DE RISCO	
1. Identificação dos principais riscos associados aos temas objeto de reporte e decorrentes das atividades, produtos, serviços ou relações comerciais da Sociedade, incluindo, se for caso disso e sempre que possível, as cadeias de fornecimento e subcontratação.	Tabela GRI: 2-12/13 Cap. 1.2.3 Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i> Cap. 1.2.4 Gestão de risco
2. Indicação da forma como esses riscos são identificados e geridos pela Sociedade.	

3. Explicitação da divisão funcional interna de competências, incluindo os órgãos sociais, comissões, comités ou departamentos responsáveis pela identificação e gestão/acompanhamento dos riscos.
 4. Indicação expressa dos novos riscos identificados pela Sociedade face ao relatado em anos anteriores, bem como dos riscos que deixaram de o ser.
 5. Indicação e breve descrição das principais oportunidades que sejam identificadas pela Sociedade no contexto dos temas objeto de reporte.
-

D. POLÍTICAS IMPLEMENTADAS

I. Políticas ambientais

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 1.2.3 Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i> Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade Cap. 1.4.2 Informação ambiental
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Tabela GRI: 2-27, 301-1 ao 306-3
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a	Cap. 1.4.2.II Alterações climáticas Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular
i. Utilização sustentável dos recursos	Tabela GRI: 301-1, 302-1/3, 303-1/2/3
ii. Poluição e alterações climáticas	Tabela GRI: 305-1/2/3/4/7
iii. Economia circular e gestão de resíduos	Tabela GRI: 306-1/2/3/4/5
iv. Proteção da biodiversidade	Tabela GRI: 304-1/2

II. Políticas sociais e fiscais	1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 1.2.3 Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i> Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade Cap.1.4.1.IV Os <i>stakeholders</i> do Grupo Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores Cap. 1.4.3.III Responsabilidade social Cap. 1.4.3.IV Fundação Manuel António da Mota
	2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Tabela GRI: 2-25, 2-27, 201-1, 204-1, 308-1/2, 413-1, 414-1/2
	3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:	
	i. Compromisso da empresa com a comunidade	Cap. 1.4.3.III Responsabilidade social Cap. 1.4.3.IV Fundação Manuel António da Mota Tabela GRI: 413-1
	ii. Subcontratação e fornecedores	Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores Tabela GRI: 2-6, 204-1, 308-1/2, 414-1/2

iii. Consumidores	Cap. 1.4.2.IV Utilização dos recursos e economia circular Cap. 1.4.4.V Qualidade e segurança dos produtos/serviços e gestão de incidentes críticos
iv. Investimento responsável	Cap. 1.4.4.III Investimento responsável
v. <i>Stakeholders</i>	Cap. 1.4.1.IV Os <i>stakeholders</i> do Grupo Tabela GRI: 2-29
vi. Informação fiscal	Cap. 1.4.4.IV Informação fiscal Tabela GRI: 201-1

**III. Trabalhadores e igualdade
entre gênero e não discriminação**

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.

Cap. 1.2.3 Estratégia *Building 26 for a Sustainable Future*
 Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade
 Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança no trabalho
 Cap. 1.4.3.II Gestão do talento

2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.

Tabela GRI: 2-7/30, 202-1/2, 401-1/2, 402-1, 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10, 404-1/2/3, 405-1/2, 406-1

3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a:

i. Emprego

Cap. 1.4.3.II Gestão do talento
 Tabela GRI: 2-7, 2-20, 202-1, 401-1, 402-1, 404-1, 405-1/2, 406-1

ii. Organização do trabalho	Cap. 1.4.3.II Gestão do talento Cap. 1.4.3.III Responsabilidade social Tabela GRI: 401-2
iii. Saúde e segurança	Cap. 1.4.3.I Saúde e segurança Tabela GRI: 403-1/2/3/4/5/6/7/8/9/10
iv. Relações sociais	Cap. 1.4.3.II Gestão do talento Tabela GRI: 2-30
v. Formação	Cap. 1.4.3.II Gestão do talento Tabela GRI: 404-1/2/3
vi. Igualdade	Cap. 1.4.3.II Gestão do talento Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial Tabela GRI: 405-1/2, 406-1

IV. Direitos humanos

1. Descrição dos objetivos estratégicos da Sociedade e das principais ações a empreender para a sua concretização.	Cap. 1.2.3 Estratégia <i>Building 26 for a Sustainable Future</i> Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores
2. Descrição dos principais indicadores de desempenho definidos.	Tabela GRI: 2-23, 406-1, 407-1, 408-1, 409-1, 410-1, 411-1
3. Indicação, face ao ano anterior, do grau de concretização daqueles objetivos, pelo menos por referência a: i. Procedimentos de diligência devida ii. Medidas de prevenção dos riscos iii. Processos judiciais	Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial Cap. 1.4.4.II Cadeia de fornecedores

V. Combate à corrupção e às tentativas de suborno

1. Prevenção da corrupção: medidas e instrumentos adotados para prevenção da corrupção e suborno; políticas implementadas para a dissuasão destas práticas junto de trabalhadores e fornecedores; informação sobre o sistema de compliance indicando os respectivos responsáveis funcionais, caso existente; indicação de processos judiciais que envolvam a Sociedade, os seus administradores ou trabalhadores relacionados com a corrupção ou subornos; medidas adotadas em sede de contratação pública, caso relevante.

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial
Tabela GRI: 2-23, 2-26, 205-1/2/3

2. Prevenção do branqueamento de capitais (para emitentes sujeitos a este regime): medidas de combate ao branqueamento de capitais; indicação do número de casos denunciados anualmente.

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial
Tabela GRI: 2-23, 2-26, 205-1/2/3

3. Códigos de ética: indicação de eventual código de ética a que a Sociedade tenha aderido ou implementado; indicação dos respetivos mecanismos de implementação e monitorização do cumprimento do mesmo, se aplicável.

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial
Tabela GRI: 2-23, 2-26, 205-1/2/3

4. Gestão de conflitos de interesses: medidas de gestão e acompanhamento de conflitos de interesses, nomeadamente exigência de subscrição de declarações de interesses, incompatibilidades e impedimentos pelos dirigentes e trabalhadores.

Cap. 1.4.4.I Conduta empresarial
Tabela GRI: 2-15

PARTE II - INFORMAÇÃO SOBRE OS *STANDARDS*/DIRETRIZES SEGUIDOS

CAPÍTULOS/SUBCAPÍTULOS		CORRESPONDÊNCIA DE CONTEÚDOS
<p>1. Identificação de <i>standards</i>/diretrizes seguidos no reporte de informação não financeira</p>	<p>Identificação dos <i>standards</i> / diretrizes seguidas na preparação da informação não financeira, incluindo as respectivas opções, bem como outros princípios considerados na atuação da Sociedade, caso aplicável.</p> <p>No caso de a Sociedade referir os Objetivos de Desenvolvimento Sustentável (ODS) da Agenda 2030 das Nações Unidas, incluir identificação daqueles para cujo cumprimento a Sociedade se compromete a contribuir, com indicação das medidas tomadas, em cada ano, no sentido da prossecução dos propósitos traçados relativamente a cada um desses ODS. Ou seja, identificar ações, projetos ou investimentos concretos direcionados ao cumprimento desse ODS.</p>	<p>Cap. 1.4.1 Informação geral</p> <p>Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade</p>
<p>2. Identificação do âmbito e metodologia de cálculo dos indicadores</p>	<p>Descrição do âmbito e metodologia de cálculo (incluindo a fórmula de cálculo) dos indicadores apresentados, bem como das limitações desse reporte.</p> <p>Sempre que possível, apresentação de uma tabela de correspondência entre os indicadores apresentados e os princípios ou objetivos considerados, indicando o sítio onde a informação se encontra detalhada (ex., a página do relatório autónomo de reporte de informação não financeira, do relatório e contas, de outro documento ou do sítio de internet da Sociedade).</p>	<p>Tabela GRI</p> <p>Cap. 1.4.1.IV Os <i>stakeholders</i> do Grupo</p>

3. Explicação em caso de não aplicação de políticas	Caso a Sociedade não aplique políticas em relação a uma ou mais questões, o reporte de informação não financeira apresenta uma explicação para esse facto.	---
4. Outras informações	Elementos ou informações adicionais que, não se encontrando vertidos nos pontos anteriores, sejam relevantes para a compreensão, enquadramento e justificação da relevância da informação não financeira divulgada, designadamente quanto a redes/consórcios de entidades ligadas a temas de sustentabilidade e responsabilidade das organizações que integra/a que pertence, seja a nível nacional ou internacional, e compromissos de sustentabilidade que a Sociedade voluntariamente assumiu, de âmbito local ou global.	Cap. 1.4.1.I Abordagem estratégica à Sustentabilidade Tabela GRI: 2-23, 2-28

MOTAENGIL

PARTE DOIS

2.1

**INFORMAÇÃO FINANCEIRA
CONSOLIDADA**

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS RESULTADOS POR NATUREZAS PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Ano	
		2023	2022 Reexpresso
Vendas e prestações de serviços	2	5 551 897	3 804 258
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	3	(1 534 647)	(925 164)
Fornecimentos e serviços externos	4	(2 327 038)	(1 705 829)
Gastos com pessoal	5	(906 464)	(677 951)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	6	53 551	45 389
Amortizações e depreciações	7, 15, 16 e 17	(281 349)	(278 656)
Perdas de imparidade	8	(21 206)	(2 632)
Provisões	8	(18 618)	(16 202)
Rendimentos e ganhos financeiros	9	272 702	446 170
Gastos e perdas financeiras	9	(448 742)	(600 357)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	10	15 407	(5 478)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	11	40 236	44 963
Posição monetária líquida	46	-	10 550
Resultado antes de imposto	12	395 726	139 062
Imposto sobre o rendimento	12	(129 847)	(39 655)
Resultado líquido consolidado do exercício		265 879	99 407
Atribuível:			
a interesses que não controlam	38	152 726	46 985
ao Grupo	13	113 153	52 422
Resultado por ação em euros:			
básico	13	0,376	0,174
diluído	13	0,376	0,174
Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas			

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DO OUTRO RENDIMENTO INTEGRAL PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022

(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	Ano	
		2023	2022 Reexpresso
Resultado líquido consolidado do exercício		265 879	99 407
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados			
Empresas consolidadas pelo método integral			
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira:	29		
Das quais associadas ao impacto da hiperinflação em Angola e no Zimbabue em exercícios anteriores		(12 521)	5 155
Outras		(186 211)	74 419
Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		(2 371)	3 989
Impostos diferidos associados à variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		533	(733)
Impacto da hiperinflação no Zimbabue	46	-	(10 550)
Empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial			
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira		1 795	(4 734)
Variação, líquida de impostos, no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa		1 568	32 693
Outro rendimento integral em empresas consolidadas pelo método da equivalência patrimonial		150	292
Itens de outro rendimento integral que não serão reclassificados para a demonstração dos resultados			
Empresas consolidadas pelo método integral			
Variação nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis e de ativos sob direito de uso	16 e 17	99 553	9 514
Impostos diferidos associados à variação nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis e de ativos sob direito de uso		(27 266)	(2 379)
Desvios atuariais	39	857	1 079
Impostos diferidos associados aos desvios actuariais		(191)	(259)
Variação no justo valor de outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	20	(5 065)	3 700
Impostos diferidos associados à variação no justo valor de outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		1 190	(814)
Total do outro rendimento integral		(127 978)	111 372
Total do rendimento integral consolidado do exercício		137 901	210 779
Atribuível:			
a interesses que não controlam		118 036	87 751
ao Grupo		19 865	123 028

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DA POSIÇÃO FINANCEIRA
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2023	2022 Reexpresso
Ativo			
Não corrente			
Goodwill	14	12 567	18 963
Ativos intangíveis	15	744 201	752 219
Ativos tangíveis	16	839 025	633 942
Ativos sob direito de uso	17	256 346	301 909
Investimentos financeiros em empresas associadas	18	115 325	132 770
Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos	19	190 394	119 465
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	20	44 332	93 413
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	20	73 629	63 201
Propriedades de investimento	21	125 802	103 471
Clientes e outros devedores	23	331 643	251 129
Ativos associados a contratos com clientes	24	21 997	5 139
Outros ativos não correntes	25	48 271	40 742
Instrumentos financeiros derivados	32	857	4 000
Ativos por impostos diferidos	12	193 026	234 992
Total do ativo não corrente		2 997 413	2 755 357
Corrente			
Inventários	22	532 891	528 757
Clientes e outros devedores	23	1 640 088	1 453 952
Ativos associados a contratos com clientes	24	688 543	589 669
Outros ativos correntes	25	148 969	79 073
Instrumentos financeiros derivados	32	755	58
Imposto sobre o rendimento	26	43 496	39 021
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	20	79 279	32 404
Outras aplicações financeiras	27	177 258	78 577
Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista	27	59 168	93 368
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	27	501 227	603 336
Ativos não correntes detidos para venda	28	826 795	167 256
Total do ativo corrente		4 698 468	3 665 471
Total do Ativo		7 695 881	6 420 827
Passivo			
Não corrente			
Empréstimos sem recurso	30	125 609	190 445
Empréstimos com recurso	30	1 078 037	843 161
Outros passivos financeiros	31	11 451	13 630
Passivos de locação	17	192 820	208 861
Fornecedores e credores diversos	33	28 131	16 642
Passivos associados a contratos com clientes	34	304 505	294 423
Outros passivos não correntes	35	151 116	141 368
Provisões	37	133 255	142 556
Passivos por impostos diferidos	12	224 510	199 482
Total do passivo não corrente		2 249 435	2 050 567
Corrente			
Empréstimos sem recurso	30	112 518	30 220
Empréstimos com recurso	30	720 220	776 918
Outros passivos financeiros	31	394 838	206 422
Passivos de locação	17	160 256	141 236
Instrumentos financeiros derivados	32	-	1 206
Fornecedores e credores diversos	33	1 499 128	1 285 867
Passivos associados a contratos com clientes	34	737 499	636 123
Outros passivos correntes	35	723 789	633 181
Imposto sobre o rendimento	36	43 884	32 238
Passivos não correntes detidos para venda	28	308 806	73 237
Total do passivo corrente		4 700 938	3 816 649
Total do Passivo		6 950 373	5 867 216
Capital próprio			
Capital social	29	306 776	306 776
Acções próprias	29	(10 232)	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	29	(183 336)	(116 143)
Resultado líquido consolidado do exercício		113 153	52 422
Capital próprio atribuível ao Grupo		226 361	232 824
Interesses que não controlam	38	519 148	320 787
Total do Capital próprio		745 509	553 611
Total do Capital próprio e Passivo		7 695 881	6 420 827

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

**DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DAS ALTERAÇÕES NO CAPITAL PRÓPRIO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022**
(Montantes expressos em milhares de euros)

Notas	Reservas de justo valor											Interesses que não controlam	Total do capital próprio	
	Capital social	Ações próprias	Prémios de emissão	Investimentos financeiros	Ativos fixos	Derivados	Reserva de conversão cambial	Reservas legais	Outras reservas e resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Capital próprio atribuível ao Grupo			
Saldo em 31 de dezembro de 2021 (auditado)	306 776	(10 232)	126 034	19 411	86 965	5 858	(370 569)	57 733	(90 577)	21 641	153 040	296 870	449 909	
Desconsideração do subgrupo Lineas como um ativo não corrente disponível para venda	-	-	-	-	-	13 579	1 989	-	(35 739)	2 461	(17 709)	-	(17 709)	
Saldo em 1 de janeiro de 2022 reexpresso	306 776	(10 232)	126 034	19 411	86 965	19 437	(368 580)	57 733	(126 315)	24 101	135 330	296 870	432 200	
Movimentos com detentores de capital														
Distribuição de dividendos	-	-	-	-	-	-	-	-	(20 747)	-	(20 747)	(10 235)	(30 983)	
Outros movimentos														
Outro rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	2 886	11 023	35 907	30 521	-	(9 730)	-	70 606	40 766	111 372	
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	52 422	52 422	46 985	99 407	
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	24 101	(24 101)	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	(13 785)	-	(13 785)	5 091	(8 695)	
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:														
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	38	-	-	-	-	-	-	-	8 998	-	8 998	(58 689)	(49 691)	
Saldo em 31 de dezembro de 2022 reexpresso	1.2.	306 776	(10 232)	126 034	22 297	97 988	55 344	(338 059)	57 733	(137 478)	52 422	232 824	320 787	553 611
Saldo em 1 de janeiro de 2023		306 776	(10 232)	126 034	22 297	97 988	55 344	(338 059)	57 733	(137 478)	52 422	232 824	320 787	553 611
Movimentos com detentores de capital														
Distribuição de dividendos	29	-	-	-	-	-	-	-	(30 138)	-	(30 138)	(35 060)	(65 197)	
Aumentos/ diminuições de capital	38	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	107 777	107 777	
Outros movimentos														
Outro rendimento integral consolidado do exercício	-	-	-	(3 875)	57 858	(269)	(147 668)	-	666	-	(93 288)	(34 690)	(127 978)	
Resultado líquido consolidado do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	113 153	113 153	152 726	265 879	
Transferências para outras reservas	-	-	-	-	-	-	-	-	52 422	(52 422)	-	-	-	
Outros	-	-	-	-	-	-	-	-	20 346	-	20 346	13 172	33 518	
Alterações de percentagem de participação em entidades controladas:														
- Outras aquisições/alienações de interesses que não controlam	38	-	-	-	-	-	-	-	(16 536)	-	(16 536)	(5 566)	(22 102)	
Saldo em 31 de dezembro de 2023		306 776	(10 232)	126 034	18 422	155 846	55 075	(485 727)	57 733	(110 718)	113 153	226 361	519 148	745 509

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

DEMONSTRAÇÃO CONSOLIDADA DOS FLUXOS DE CAIXA
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2023 E 2022
(Montantes expressos em milhares de euros)

	Notas	2023	2022
Atividades operacionais			
Recebimentos de clientes		5 210 375	4 187 069
Pagamentos a fornecedores		(3 864 453)	(2 557 675)
Pagamentos ao pessoal		(891 868)	(668 258)
Fluxos gerados pelas operações		454 054	961 136
(Pagamentos)/Recebimentos de imposto sobre o rendimento		(61 529)	(67 536)
Outros recebimentos/(pagamentos) de atividades operacionais		(65 823)	(27 347)
Fluxos das atividades operacionais (1)		326 703	866 254
Atividades de investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos financeiros	43	40 175	159 056
Ativos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso		30 655	19 822
Subsídios ao investimento		10 439	8 750
Juros e proveitos similares		91 619	64 635
Dividendos	43	16 601	5 385
		189 489	257 647
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros	43	(115 357)	(18 898)
Outras aplicações financeiras		(98 681)	(19 736)
Ativos tangíveis, intangíveis e ativos sob direito de uso		(455 307)	(257 387)
Propriedades de investimento		(70)	(3 646)
		(669 415)	(299 667)
Fluxos das atividades de investimento (2)		(479 927)	(42 019)
Atividades de financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos	30	1 663 507	1 322 274
Contratos de factoring e gestão de pagamentos a fornecedores	31	562 456	418 104
		2 225 963	1 740 378
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos	30	(1 240 825)	(1 292 953)
Contratos de factoring e gestão de pagamentos a fornecedores	31	(370 695)	(552 199)
Contratos de locação	17	(193 561)	(152 937)
Juros e custos similares		(345 551)	(230 561)
Dividendos	43	(60 474)	(27 151)
		(2 211 106)	(2 255 800)
Fluxos das atividades de financiamento (3)		14 857	(515 422)
Variação de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		(138 367)	308 812
Efeito da hiperinflação em caixa e seus equivalentes		-	(19 993)
Efeito das diferenças de câmbio		2 058	15 296
Efeito da hiperinflação no saldo inicial de caixa e seus equivalentes		-	8 705
Caixa e seus equivalentes no início do exercício	27	696 705	383 884
Caixa e seus equivalentes no fim do exercício	27	560 396	696 705

Para ser lido com o anexo às demonstrações financeiras consolidadas

o. Nota Introdutória

A Mota-Engil, SGPS, S.A., com sede no Edifício Mota, Rua do Rego Lameiro, nº 38 4300 - 454 Porto – Portugal (Mota-Engil SGPS ou Empresa), e as suas empresas participadas (Grupo ou Grupo Mota-Engil), têm como atividades principais a execução de empreitadas de obras públicas e privadas e atividades com elas conexas, bem como a recolha e tratamento de resíduos. A atividade do Grupo é desenvolvida essencialmente em três regiões: Europa, África e América Latina. Por último, existem ações da Mota-Engil SGPS admitidas à cotação na Euronext Lisbon e obrigações admitidas à cotação na Bolsa do Luxemburgo.

As presentes demonstrações financeiras são incluídas pelo método da equivalência patrimonial nas demonstrações financeiras consolidadas da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. (acionista direta da Empresa – MGP) e nas da China Communications Construction Group (CCCC).

Todos os montantes explicitados neste anexo são apresentados em milhares de euros, arredondados à unidade mais próxima, salvo se expressamente referido em contrário.

1. Bases de apresentação, de consolidação e políticas contabilísticas materiais

1.1 Bases de Apresentação

As demonstrações financeiras consolidadas do Grupo Mota-Engil foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos das empresas que o integram, ajustados no processo de consolidação.

O Conselho de Administração procedeu à avaliação da capacidade do Grupo operar em continuidade, tendo por base toda a informação relevante, factos e circunstâncias, de natureza financeira, comercial ou outra, incluindo acontecimentos subsequentes à data de referência das demonstrações financeiras disponíveis sobre o futuro. Em resultado da avaliação efetuada, o Conselho de Administração concluiu que o Grupo dispõe dos recursos adequados para manter as suas atividades, não havendo intenção de as cessar no curto prazo, pelo que considerou adequado o uso do pressuposto da continuidade das operações na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) emitidas pelo *International Accounting Standards Board* (IASB) e de acordo com as interpretações emitidas pelo *International Financial Reporting Interpretations Committee* (IFRIC) ou pelo anterior *Standards Interpretation Committee* (SIC), tal como adotadas e efetivas pela União Europeia à data de 1 de janeiro de 2023. No que se refere às empresas do Grupo que utilizam normativos contabilísticos diferentes, foram efetuados ajustamentos de conversão para as IFRS.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas foram preparadas com base no custo histórico, exceto para determinadas classes de ativos tangíveis, para as propriedades de investimento, para alguns investimentos em ações e para os instrumentos financeiros derivados, os quais foram mensurados ao custo revalorizado ou ao justo valor no final de cada período de reporte, tal como explicitado nas políticas contabilísticas abaixo.

O justo valor é a quantia pela qual um ativo pode ser trocado ou um passivo liquidado, entre partes conhecedoras e dispostas a isso, numa transação em que não exista relacionamento entre elas, independentemente de esse preço poder ser diretamente observável ou estimado utilizando outras técnicas de valorização. Ao estimar o justo valor de um ativo ou passivo, o Grupo considera as características que os participantes do mercado também teriam em consideração quando valorizassem o ativo ou passivo na data de mensuração.

Adicionalmente, para efeitos de relato financeiro, a mensuração a justo valor é hierarquizada em três níveis (Nível 1, 2 e 3), os quais têm em consideração, nomeadamente, se os dados utilizados são observáveis em mercado ativo e a significância dos mesmos ao nível da valorização dos ativos / passivos ou na divulgação destes.

Os níveis hierárquicos atrás referidos são como se seguem:

- Nível 1 – o justo valor é determinado com base em preços de mercado ativo para ativos / passivos idênticos;
- Nível 2 – o justo valor é determinado com base em outros dados que não sejam os preços de mercado identificados no Nível 1, mas que possam ser observáveis no mercado; e
- Nível 3 – o justo valor é determinado com base em modelos de avaliação cujos principais dados não são observáveis no mercado.

1.1.1 Normas, interpretações, emendas e revisões que entraram em vigor no exercício

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia foram aplicadas pela primeira vez no exercício findo em 31 de dezembro de 2023:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IAS 1 (alteração), Divulgação de políticas contabilísticas	1/jan/23	Alteração aos requisitos de divulgação de políticas contabilísticas baseados na definição de “material” em detrimento de “significativo”. A informação relativa a uma política contabilística considera-se material caso, na ausência da mesma, os utilizadores das demonstrações financeiras não tenham a capacidade de compreender outras informações financeiras incluídas nessas mesmas demonstrações financeiras. As informações relativas a políticas contabilísticas imateriais não precisam de ser divulgadas. O IFRS Practice Statement 2 foi também alterado para clarificar como se aplica o conceito de “material” à divulgação de políticas contabilísticas.
IAS 8 (alteração), Divulgação de estimativas contabilísticas	1/jan/23	Introdução da definição de estimativa contabilística e a forma como esta se distingue das alterações de políticas contabilísticas. As estimativas contabilísticas passam a ser definidas como valores monetários sujeitos a incerteza na sua mensuração, utilizadas para concretizar o(s) objetivo(s) de uma política contabilística.
IAS 12 (alteração), Imposto diferido relacionado com ativos e passivos associados a uma única transação	1/jan/23	A IAS 12 passa a exigir que as entidades reconheçam imposto diferido sobre determinadas transações específicas, quando o seu reconhecimento inicial dê origem a valores iguais de diferenças temporárias tributáveis e diferenças temporárias dedutíveis. As transações sujeitas referem-se ao registo de: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento, restauro ou passivos semelhantes, e os correspondentes valores reconhecidos como parte do custo do ativo relacionado, quando na data do reconhecimento inicial não relevem para efeitos fiscais. Estas diferenças temporárias são excluídas no âmbito da isenção do registo de impostos diferidos no reconhecimento inicial de ativos ou passivos. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
IAS 12 (alteração), Reforma da tributação internacional - regras do modelo Pilar Dois	1/jan/23	Na sequência da implementação das regras do Global Anti-Base Erosion (“GloBE”) da OCDE, poderão existir impactos significativos no apuramento dos impostos diferidos das entidades abrangidas que a esta data são difíceis de estimar. Esta alteração à IAS 12 introduz: i) uma exceção temporária aos requisitos de reconhecimento e divulgação de informações sobre ativos e passivos por impostos diferidos relacionados com o Pilar Dois; e ii) os requisitos de divulgação adicionais para as entidades afetadas (entidades pertencentes a grupos multinacionais com réditos consolidados de €750 milhões em pelo menos dois dos últimos quatro anos), como seja: o facto de a exceção ter sido aplicada, o gasto de imposto corrente que se refere às regras Pilar Dois, e a estimativa razoável do impacto da aplicação das regras do Pilar Dois, entre a data de publicação da legislação e a data da sua entrada em vigor.
IFRS 17 (nova e alteração), Contratos de seguro	1/jan/23	Esta nova norma substitui a IFRS 4 e aplica-se a todas as entidades emittentes de contratos de seguro, de resseguro ou de investimento com características de participação discricionária nos resultados se também forem emittentes de contratos de seguro. No âmbito da IFRS 17, as entidades emittentes de contratos de seguro precisam de avaliar se o tomador do seguro pode beneficiar de um determinado serviço como parte de um sinistro, ou se esse serviço é independente do sinistro/evento de risco, e fazer a separação da componente não-seguro. De acordo com a IFRS 17, as entidades têm de identificar as carteiras de contratos de seguro no reconhecimento inicial e dividi-las, no mínimo, nos seguintes grupos: i) contratos que são onerosos no reconhecimento inicial; ii) contratos que não apresentem uma possibilidade significativa de posteriormente se tornarem onerosos; e iii) restantes contratos em carteira. A IFRS 17 exige que uma entidade mensure os contratos de seguro usando estimativas e pressupostos atualizados que reflitam o cronograma dos fluxos de caixa e qualquer incerteza relacionada com os contratos de seguro. A IFRS 17 exige que uma entidade reconheça os rendimentos à medida que presta serviços de seguro (e não quando recebe os prémios) e preste informação sobre os ganhos do contrato de seguro que espera reconhecer no futuro. A IFRS 17 prevê três métodos de mensuração para a contabilização de diferentes tipos de contratos de seguro: i) Modelo geral de mensuração – ou “General measurement model” (“GMM”); ii) a Abordagem de imputação dos prémios – ou “Premium allocation approach” (“PAA”); e iii) a Abordagem da comissão variável – ou “Variable fee approach” (“VFA”). A IFRS 17 é de aplicação retrospectiva com algumas isenções na data da transição.
IFRS 17 (alteração), Aplicação inicial da IFRS 17 e IFRS 9 - Informação comparativa	1/jan/23	Esta alteração aplica-se apenas às seguradoras na transição para a IFRS 17, e permite a adoção de um “overlay” na classificação de um ativo financeiro para o qual a entidade não efetue a aplicação retrospectiva, no âmbito da IFRS 9. Esta alteração visa evitar desfasamentos contabilísticos temporários entre ativos financeiros e passivos de contratos de seguro, na informação comparativa apresentada na aplicação inicial da IFRS 17, prevendo: (i) a aplicação ativo financeiro a ativo financeiro; (ii) a apresentação da informação comparativa como se os requisitos de classificação e mensuração da IFRS 9 tivessem sido aplicados a esse ativo financeiro, mas sem exigir que uma entidade aplique os requisitos de imparidade da IFRS 9; e (iii) a obrigação de utilizar informações razoáveis e suportadas disponíveis na data de transição, para determinar como a entidade espera que esse ativo financeiro seja classificado de acordo com a IFRS 9.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas decorrentes da adoção das normas / interpretações / emendas e revisões acima referidas. Contudo, no âmbito da alteração à IAS – 1, o Grupo procedeu à revisão da divulgação das suas políticas contabilísticas.

1.1.2 Normas, interpretações, emendas e revisões que irão entrar em vigor em exercícios futuros

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, foram, até 31 de dezembro de 2023, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IAS 1 (alteração), Classificação de passivos como não correntes e correntes e Passivos não correntes com covenants	1/jan/24	Estas alterações clarificam que os passivos são classificados como saldos correntes ou não correntes em função do direito que uma entidade tem de diferir o seu pagamento para além de 12 meses após a data de relato. Também clarificam que os “covenants”, que uma entidade é obrigada a cumprir na data ou em data anterior à data de relato, afetam a classificação de um passivo como corrente ou não corrente mesmo que a sua verificação apenas ocorra após a data de relato. Quando uma entidade classifica os passivos resultantes de contratos de financiamento como não correntes e esses passivos estão sujeitos a “covenants”, é exigida a divulgação de informação que permita aos investidores avaliar o risco de estes passivos tornarem-se reembolsáveis no prazo de 12 meses, tais como: a) o valor contabilístico dos passivos; b) a natureza dos “covenants” e as datas de cumprimento; e c) os factos e as circunstâncias que indiquem que a entidade poderá ter dificuldades no cumprimento dos “covenants” nas datas devidas. Esta alteração é de aplicação retrospectiva.
IFRS 16 (alteração), Passivos de locação em transações de venda e relocação	1/jan/24	Esta alteração introduz orientações relativamente à mensuração subsequente de passivos de locação, quanto a transações de venda e relocação que qualificam como “vendas” segundo a IFRS 15, com maior impacto quando alguns ou todos os pagamentos de locação são pagamentos de locação variáveis que não dependem de um índice ou de uma taxa. Ao mensurar subsequentemente os passivos de locação, os vendedores-locatários deverão determinar os “pagamentos de locação” e “pagamentos de locação revistos” de forma que estes não venham a reconhecer ganhos/(perdas) relativamente ao direito de uso que retêm. Estas alterações são de aplicação retrospectiva.

1.1.3 Normas, interpretações, emendas e revisões ainda não adotadas pela União Europeia

As seguintes normas, interpretações, emendas e revisões, com aplicação obrigatória em exercícios económicos futuros, não foram, até 31 de dezembro de 2023, adotadas (“*endorsed*”) pela União Europeia:

Norma / Interpretação	Aplicável na União Europeia nos exercícios iniciados em ou após	Conteúdo
IAS 7 (alteração) e IFRS 7 (alteração), Acordos de financiamento de fornecedores	1/jan/24	Os acordos de financiamento de fornecedores caracterizam-se pela existência de um financiador que se obriga a pagar os saldos que uma entidade deve aos seus fornecedores e a entidade, por sua vez, concorda em pagar de acordo com os termos e condições dos acordos, na mesma data, ou posteriormente, à data do pagamento aos fornecedores. As alterações introduzidas exigem que uma entidade efetue divulgações adicionais sobre os acordos de financiamento de fornecedores negociados para permitir: i) a avaliação sobre a forma como os acordos de financiamento de fornecedores afetam os passivos e fluxos de caixa da entidade; e ii) o entendimento do efeito dos acordos de financiamento de fornecedores sobre a exposição de uma entidade ao risco de liquidez, e como a entidade seria afetada se os acordos deixassem de estar disponíveis. Os requisitos adicionais complementam os requisitos de apresentação e divulgação já existentes nas IFRS, conforme estabelecido pelo IFRS IC na Agenda Decision de dezembro de 2020.
IAS 21 (alteração), Efeitos das alterações das taxas de câmbio: Falta de permutabilidade	1/jan/25	Esta alteração ainda está sujeita à aprovação da União Europeia. Esta alteração adiciona os requisitos para determinar se uma moeda pode ser trocada por outra moeda (permutabilidade) e definir como determinar a taxa de câmbio à vista a ser usada, quando não for possível trocar uma moeda durante um longo período. Esta alteração exige também a divulgação de informação que permita compreender como é que a moeda que não pode ser trocada por outra moeda afeta, ou se espera que afete, o desempenho financeiro, a posição financeira e os fluxos de caixa da entidade, para além da taxa de câmbio à vista utilizada na data de relato e a forma como foi determinada.

As normas / interpretações / emendas / revisões referidas nos pontos 1.1.2 e 1.1.3 acima não foram aplicadas pelo Grupo no exercício findo em 31 de dezembro de 2023. No entanto, não se estimam impactos materiais decorrentes da sua aplicação.

As demonstrações financeiras consolidadas anexas são apresentadas em Euro (milhares) por esta ser a moeda principal das operações do Grupo. As demonstrações financeiras das empresas participadas expressas em moeda estrangeira foram convertidas para Euro de acordo com a política contabilística descrita na alínea h) da Nota 1.3 deste anexo.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, em conformidade com as IFRS, o Conselho de Administração do Grupo adotou certos pressupostos e estimativas que afetaram o montante dos ativos e passivos reportados, bem como os respetivos rendimentos e gastos incorridos, parte dos quais se encontram descritos na alínea r) da Nota 1.4 deste anexo.

Todas as estimativas e assunções efetuadas pelo Conselho de Administração tiveram por base o seu conhecimento à data de aprovação das demonstrações financeiras consolidadas anexas dos eventos e transações em curso.

1.2 Comparabilidade da informação

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, fruto da individualização de uma nova área de negócios (Mext), a informação por segmentos apresentada neste anexo às demonstrações financeiras consolidadas foi reexpressa de forma a contemplar as seis atuais unidades de negócio do Grupo:

Europa – E&C;
 África – E&C;
 América Latina – E&C;
 Ambiente;
 Capital; e
 Mext.

Deste modo, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio do Grupo podem resumir-se como segue:

- (i) transferência do segmento da Capital para o segmento da Mext das empresas imobiliárias a operar em Portugal e na Europa Central, das empresas a operar na exploração de parques solares e das empresas a operar na área da mineração;
- (ii) transferência dos segmentos Europa - E&C e África - E&C para o segmento da Mext das empresas que se encontram a desenvolver um projeto agro-industrial em Angola.

Ao nível de empresas, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio podem resumir-se como segue:

- (i) Transferência da MERE SGPS, da Logz e da Luso Global Mining, e respetivas empresas participadas, do segmento da Capital para o segmento da Mext;
- (ii) Transferência de partda Mamaland do segmento da Europa - E&C para o segmento da Mext;
- (iii) Transferência de parte da Mamaland do segmento de África - E&C para o segmento da Mext.

Adicionalmente, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo concluiu o processo de contabilização da compra, de acordo com o método previsto na Nota 1.3.e), associado à aquisição com ganho de controlo na Concessionária Cua. Deste modo, e tal como estabelecido na IFRS 3, as demonstrações financeiras consolidadas anexas foram reexpressas de forma a refletir os efeitos resultantes daquela transação no exercício de 2022.

O efeito da reexpressão acima mencionada pode resumir-se como segue:

	Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo	Resultado líquido consolidado do exercício atribuível a interesses que não controlam	Goodwill	Ativos não correntes detidos para venda
Saldos em 31 de dezembro de 2022 antes da reexpressão	22 034	40 729	35 750	20 132	143 159
Apuramento de um badwill e revalorização dos interesses anteriormente detidos	22 928	11 694	11 235	(1 169)	24 097
Saldos em 31 de dezembro de 2022 após a reexpressão	44 963	52 422	46 985	18 963	167 256

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo adquiriu 1% do capital social da Vyas e Comunicaciones, empresa que detinha cerca de 33% do capital social da Concessionária Cua (empresa concessionária de uma auto-estrada em construção no México), tendo por essa via passado a deter controlo sobre tais participadas.

Após a realização da transação atrás referida, o Grupo passou a deter, através da Mota-Engil Mexico e da Mota-Engil América Latina, 100% da Vyas e Comunicaciones e da Concessionária Cua.

Anteriormente, o Grupo detinha diretamente 66% da Concessionária Cua e 99% da Vias y Comunicaciones, mas os estatutos das referidas sociedades exigiam que as decisões sobre as atividades relevantes das mesmas teriam de ser tomadas com voto favorável de 75% dos direitos de voto (Concessionária Cua) e de 100% dos direitos de voto (Vias y Comunicaciones), respetivamente.

Relativamente a esta aquisição, o Grupo registou um *goodwill* provisório em 31 de dezembro de 2022 no montante de 1.169 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo concluiu o exercício de contabilização daquela aquisição, tendo, apurado o justo valor dos interesses anteriormente detidos, bem como o justo valor dos ativos e passivos identificáveis da Concessionária Cua, nomeadamente do seu ativo intangível associado ao direito de exploração de uma concessão de uma auto-estrada no México, e o correspondente passivo por imposto diferido. Deste modo, na sequência do atrás descrito, o Grupo apurou um ganho total de cerca de 23.000 milhares de euros, correspondendo parte ao *badwill* gerado na transação de aquisição de 1% do capital social da Vias e Comunicaciones (cerca de 200 milhares de euros) e o remanescente à revalorização dos interesses anteriormente detidos – 99% (cerca de 22.700 milhares de euros).

Concessionária Cua (99%)		38 081
Vias Y Comunicaciones (99%)		(14 169)
Valor contabilístico dos interesses anteriormente detidos	I	23 912
Concessionária Cua (99%)		60 780
Vias Y Comunicaciones (99%)		(14 169)
Justo valor dos interesses anteriormente detidos	II	46 611
Ganho de revalorização	III = II - I	22 699
Preço pago	IV	242
Custo da concentração empresarial	V = II + IV	46 853
Concessionária Cua (99%)		61 394
Vias Y Comunicaciones (99%)		(14 312)
Justo valor dos ativos líquidos adquiridos	VI	47 082
Goodwill/(Goodwill negativo)	VII = V - VI	(229)
Ganho reconhecido na demonstração de resultados	III - VII	22 928

Para a determinação do justo valor dos interesses anteriormente detidos e do ativo intangível da Concessionária Cua, foi utilizado um modelo de *discounted cash-flows*, com receitas e custos previsionais da concessão, ajustados por pressupostos de mercado, nomeadamente taxas de desconto e taxas de inflação esperadas.

1.3 Bases de consolidação

a) Empresas controladas

As demonstrações financeiras consolidadas anexas incorporam as demonstrações financeiras da Empresa e das entidades por si controladas, bem como as controladas pelas suas subsidiárias. Entende-se que existe controlo quando uma entidade: (i) tem poder sobre a participada; (ii) está exposta a e/ou tem direito a retornos variáveis em resultado do seu envolvimento com a participada; e (iii) tem a capacidade de utilizar o poder atrás referido para influenciar os retornos da participada. Desta forma, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação efetiva detida pelo Grupo é inferior a 50% foram consideradas como controladas pelo mesmo. A maioria dessas situações ocorre quando o Grupo detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez detém outra participação maioritária numa outra empresa participada. Por outro lado, algumas empresas participadas cuja percentagem de participação detida pelo Grupo é superior a 50% não foram consideradas como controladas, dada a existência de acordos com terceiras entidades em que se estabeleceu a partilha de controlo sobre as mesmas. Sempre que se verificam alterações em algum dos três elementos acima referidos relativamente a uma participada, o Grupo reavalia a existência de controlo sobre a mesma.

O Grupo controla uma participada mesmo que não detenha a maioria do seu capital quando, em virtude dos direitos de voto detidos e / ou de eventuais acordos celebrados, tenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral e esteja exposto a retornos variáveis. Em contrapartida, o Grupo não controla uma participada mesmo que detenha a maioria dos direitos de voto se no seguimento de eventuais acordos celebrados não detenha a capacidade prática de dirigir as atividades relevantes da participada de forma unilateral.

O resultado líquido e os demais elementos do outro rendimento integral e do capital próprio de empresas controladas correspondentes à participação de terceiros nas mesmas (interesses que não controlam) são apresentados na demonstração consolidada da posição financeira e na demonstração consolidada do outro rendimento integral em rubricas específicas de "Interesses que não controlam".

O outro rendimento integral das empresas controladas é atribuído ao Grupo e aos interesses que não controlam mesmo que a situação resulte num saldo deficitário destes últimos.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais transações realizadas entre empresas do Grupo podem resumir-se a:

- (i) Compras e vendas de inventários e ativos fixos;
- (ii) Prestações de serviços de construção;
- (iii) Prestações de serviços administrativos;
- (iv) Alugures de equipamentos;
- (v) Compra e venda de energia;
- (vi) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (vii) Distribuição de dividendos.

As empresas controladas (incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral) encontram-se detalhadas no Apêndice A ao presente anexo.

b) Empresas associadas

Os investimentos financeiros em empresas associadas são registados pelo método da equivalência patrimonial, sendo incluídos na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de "Investimentos financeiros em empresas associadas".

Os investimentos financeiros em empresas associadas são investimentos onde o Grupo exerce uma influência significativa. A influência significativa (presumida quando os direitos de voto são superiores a 20%) é o poder de participar nas decisões de cariz financeiro e operacional de uma empresa, sem todavia exercer controlo ou controlo conjunto sobre a mesma. Adicionalmente, em algumas empresas onde a percentagem de participação efetiva detida pelo Grupo é inferior a 20%, o mesmo exerce influência significativa sobre as mesmas. A maioria dessas situações ocorre quando o Grupo detém uma participação financeira maioritária numa empresa subsidiária que por sua vez controla ou exerce influência significativa numa empresa participada.

De acordo com o método da equivalência patrimonial, os investimentos financeiros são inicialmente registados pelo seu justo valor na data de aquisição, sendo este ajustado posteriormente:

- Pelo valor correspondente à participação do Grupo no rendimento integral (incluindo o resultado líquido do exercício) das associadas - por contrapartida de outro rendimento integral do Grupo ou de ganhos ou perdas do exercício, conforme aplicável;
- Pelos dividendos recebidos – por contrapartida de uma conta a receber ou de disponibilidades; e
- Por eventuais ganhos ou perdas gerados em operações com outras empresas do Grupo, que afetem a valorização dos ativos do Grupo.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as principais transações realizadas entre empresas do Grupo e empresas associadas podem resumir-se a:

- (i) Prestações de serviços de construção;
- (ii) Prestações de serviços administrativos;
- (iii) Concessão e obtenção de empréstimos; e
- (iv) Distribuição de dividendos.

É efetuada uma análise de imparidade aos investimentos financeiros em empresas associadas quando existem indícios de que o ativo possa estar em imparidade, sendo registada uma perda na demonstração consolidada dos resultados sempre que tal se confirme. A quantia recuperável dos investimentos financeiros em empresas associadas é, para este fim, determinada de acordo com o disposto na IAS 36. Quando as perdas por imparidade reconhecidas em períodos anteriores deixarem de existir, as mesmas são objeto de reversão através do registo do correspondente ganho na demonstração consolidada dos resultados. As perdas por imparidade são registadas como uma dedução à quantia escriturada dos investimentos financeiros.

Quando a proporção do Grupo nos prejuízos acumulados da associada excede o valor pelo qual o investimento financeiro se encontra registado, o investimento é relatado por valor nulo enquanto o capital próprio da associada não for positivo, exceto quando o Grupo tenha assumido compromissos para com a associada, registando, nesse caso, uma provisão para fazer face àqueles compromissos.

Os ganhos não realizados em transações com empresas associadas são eliminados proporcionalmente ao interesse do Grupo na associada por contrapartida da rubrica “Investimentos financeiros em empresas associadas”. As perdas não realizadas são similarmente eliminadas, mas somente até ao ponto em que a perda não evidencie que o ativo transferido esteja em situação de imparidade.

Sempre que necessário, são efetuados ajustamentos às demonstrações financeiras das empresas associadas para adequar as suas políticas contabilísticas às adotadas pelo Grupo.

Os investimentos financeiros em empresas associadas encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

c) Empreendimentos conjuntos

Empreendimentos conjuntos são acordos em que as partes que têm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos líquidos do mesmo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos são registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na rubrica de “Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos” através do método da equivalência patrimonial, tal como descrito na alínea b) acima.

No caso de aumentos de participações em empreendimentos conjuntos, não existe remensuração dos interesses anteriormente detidos, uma vez que não há uma alteração na categorização do investimento. Assim, o valor contabilístico da participação existente é aumentado pelo custo do interesse adicional adquirido e o *goodwill* é calculado pela diferença entre o custo de aquisição desse interesse adicional e o valor contabilístico da percentagem de interesse adicional nos ativos líquidos do empreendimento conjunto.

No caso de reduções em participações em empreendimentos conjuntos que não alteram a categorização do investimento, é desreconhecida a proporção do valor contabilístico alienada e reciclada para a demonstração dos resultados a proporção dos ganhos e as perdas anteriormente reconhecidas em outro rendimento integral que teriam que ser reclassificadas para a demonstração de resultados em caso de venda dos respetivos ativos e passivos.

Os investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos encontram-se detalhados no Apêndice A ao presente anexo.

d) Operações conjuntas

Operações conjuntas são acordos em que as partes que detêm o controlo conjunto do acordo têm direitos sobre os ativos e obrigações perante os passivos do acordo. Controlo conjunto é a partilha contratualmente acordada de controlo que existe apenas quando as decisões sobre as atividades relevantes exigem o consentimento unânime das partes que compartilham o controlo. Quando uma empresa do Grupo desenvolve a sua atividade no âmbito de uma operação conjunta, o Grupo, como um operador conjunto, reconhece em relação ao seu interesse naquela operação conjunta os seguintes elementos:

- Os seus ativos, incluindo a sua parte de quaisquer ativos detidos conjuntamente;
- Os seus passivos, incluindo a sua parte de quaisquer passivos incorridos conjuntamente;
- A sua quota de receitas provenientes da venda da produção pela ação conjunta; e
- As suas despesas, incluindo a sua parte de quaisquer gastos incorridos pela ação conjunta.

e) Concentrações de atividades empresariais

Para avaliar se uma aquisição de um ativo ou de um grupo de ativos constitui um negócio, o Grupo identifica os elementos na entidade adquirida (*inputs*, processos e *outputs*), avalia a capacidade de geração de *outputs* (no mínimo, deve ter um *input* e um processo substantivo para ser avaliado como um negócio) e, por fim, avalia a capacidade dos participantes do mercado poderem continuar a gerar *outputs* (conduzindo as atividades como um negócio).

No caso de um conjunto integrado de atividades que se encontre numa fase inicial de desenvolvimento e que ainda não começou a gerar *outputs*, o Grupo considera outros fatores para determinar se o mesmo constitui um negócio, tais como: (i) se já foi iniciado o planeamento das atividades principais; (ii) se existem funcionários, propriedade intelectual e outros *inputs* e processos; (iii) se está a ser seguido um plano para gerar *outputs*; e/ou (iv) se é possível obter acesso a clientes que irão adquirir os *outputs*. Geralmente, uma entidade em fase inicial que tem funcionários capazes de desenvolver um *output* será considerada um negócio.

Em linha com o acima exposto, o Grupo conclui que a IFRS 3 não é aplicável quando não existem *outputs* na data de aquisição devido a uma fase inicial de desenvolvimento, e o(s) processo(s) adquirido(s) não possa(m) ser considerado(s) substantivo(s). Assim, a aquisição de um ativo ou de um grupo de ativos que não preenche as condições para ser considerado um negócio é classificada como uma aquisição de uma empresa fora do âmbito da IFRS 3.

As concentrações de atividades empresariais são registadas de acordo com o método da compra. O custo da concentração é apurado ao justo valor, consistindo na soma, na data de aquisição do controlo, do: (i) justo valor dos ativos transferidos pelo Grupo; (ii) do justo valor das responsabilidades assumidas pelo Grupo em resultado da aquisição do controlo; e (iii) do justo valor dos instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo em troca da aquisição do controlo. Os gastos relacionados com concentrações de atividades empresariais são registados na demonstração consolidada dos resultados há medida em que forem sendo incorridos.

Na data de aquisição do controlo, os ativos e passivos identificáveis adquiridos são mensurados ao seu justo valor podendo tal mensuração ser concluída no prazo de doze meses após aquela data. Para efeitos de mensuração do justo valor, o Grupo recorre a preços de mercado vigentes para ativos e passivos semelhantes, ou, na sua ausência, a técnicas de valorização universalmente aceites (preços comparáveis, *discounted cash-flows*, etc.). O excesso do custo da concentração acrescido do justo valor de eventuais interesses previamente detidos na empresa adquirida e do valor atribuído aos interesses que não controlam relativamente ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos é reconhecido como *Goodwill*. Caso o referido diferencial seja negativo, o mesmo é reconhecido como rendimento na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas” após reconfirmação do justo valor atribuído aos ativos e passivos identificáveis adquiridos. O Grupo opta, numa base casuística, pela valorização dos interesses que não controlam: (i) de acordo com a sua proporção no justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes adquiridos, ou (ii) pelo seu justo valor. Até 1 de janeiro de 2012, os interesses que não controlam eram valorizados exclusivamente de acordo com a correspondente proporção no justo valor dos ativos e passivos adquiridos.

Os pagamentos contingentes futuros, caso existam, são reconhecidos como passivo no momento da aquisição do controlo pelo seu justo valor, sendo que qualquer alteração ao valor reconhecido inicialmente é registada por contrapartida da quantia escriturada do *Goodwill*, desde que ocorra dentro do período de remensuração (12 meses após a data da aquisição) e desde que esteja relacionada com eventos anteriores à data de aquisição. Caso contrário, será registada por contrapartida da rubrica da demonstração consolidada dos resultados de “Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”.

Quando uma concentração de atividades empresariais é atingida em etapas, o interesse anteriormente detido pelo Grupo na empresa adquirida é remensurado ao justo valor na data da aquisição e o ganho ou perda daí resultante, se algum, é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas”. Por outro lado, os montantes resultantes de interesses na empresa adquirida anteriores à data da aquisição que tenham sido reconhecidos no outro rendimento integral são reclassificados para a demonstração consolidada dos resultados, desde que esse fosse o tratamento apropriado caso essa participação tivesse sido alienada.

A aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas é registada pelo método da compra.

Deste modo, qualquer excesso / défice do custo de aquisição face ao justo valor dos ativos e passivos identificáveis adquiridos das empresas associadas na data de aquisição é reconhecido, respetivamente, como *Goodwill* (como parte integrante do valor do investimento financeiro), ou como um rendimento na demonstração consolidada dos resultados do exercício na rubrica de “Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas” (neste último caso, após a devida reconfirmação do justo valor dos ativos, passivos e passivos contingentes identificáveis).

Por outro lado, os pagamentos contingentes futuros e suas atualizações posteriores decorrentes da aquisição de investimentos financeiros em empresas associadas são registados ao justo valor por contrapartida da demonstração consolidada dos resultados.

Por último, as concentrações de atividades empresariais que resultem de transações efetuadas com entidades sob controlo comum são registadas de acordo com o método da compra, adotando-se por analogia as regras preconizadas na IFRS - 3. Adicionalmente, o diferencial entre o valor recebido e o justo valor dos ativos e passivos adquiridos, a diferença de aquisição apurada e a revalorização dos interesses anteriormente detidos são registados diretamente na demonstração consolidada das alterações no capital próprio.

f) Outras alterações em interesses em entidades controladas

A aquisição de interesses em empresas já controladas é considerada uma transação entre detentores de capital e, conseqüentemente, não dá origem ao reconhecimento de qualquer *Goodwill* ou resultado. Deste modo, qualquer diferença entre o respetivo custo e a quantia escriturada dos correspondentes interesses que não controlam adquiridos é registada diretamente no capital próprio. De igual forma, na alienação de interesses em empresas controladas que não resultem na perda de controlo, as eventuais diferenças entre a quantia transferida para interesses que não controlam e o preço da transação são registadas diretamente no capital próprio.

Quando uma alienação de interesses numa empresa até então controlada resulta na perda de controlo por parte do Grupo, é reconhecido um ganho ou uma perda na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas” correspondente à diferença entre: (i) o justo valor dos ativos recebidos pelo Grupo acrescido do justo valor de eventuais interesses mantidos na empresa e (ii) a quantia escriturada dos ativos e passivos da empresa nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo e eventuais interesses que não controlam relacionados.

g) Goodwill

O *Goodwill* encontra-se registado ao custo (apurado tal como descrito na alínea e) da presente Nota) deduzido de perdas por imparidade acumuladas.

No caso do *Goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS, o respetivo custo considerado correspondeu ao valor líquido contabilístico do mesmo apurado de acordo com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal àquela data, tendo aquele sido objeto de testes de imparidade na data de transição. Adicionalmente, e de acordo com a alternativa prevista na IFRS 1 – Adoção pela primeira vez das normas internacionais de relato financeiro, o Grupo não aplicou retrospectivamente as disposições da IAS 21 – Efeitos de alteração de taxas de câmbio ao *Goodwill* gerado antes da data de transição para as IFRS.

O *Goodwill* gerado com a aquisição de empresas participadas cuja moeda funcional não seja o Euro encontra-se registado na moeda funcional dessas participadas, sendo convertido para a moeda funcional e de relato do Grupo (Euro) à taxa de câmbio em vigor na data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais geradas nessa conversão são registadas na rubrica do capital próprio “Reserva de conversão cambial”.

Anualmente e com referência à data da demonstração consolidada da posição financeira, o Grupo procede à realização de testes de imparidade ao *Goodwill*. Sempre que o montante pelo qual o *Goodwill* se encontra registado seja superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda por imparidade na demonstração consolidada dos resultados na rubrica “Perdas de imparidade”. No caso do *Goodwill*, a quantia recuperável é sempre estimada para a unidade geradora de caixa (UGC) à qual o mesmo foi imputada.

De uma forma geral, as UGC correspondem às próprias empresas adquiridas, exceto no caso das empresas de tratamento e valorização de resíduos da EGF, cuja UGC correspondeu ao grupo de empresas adquiridas (11 concessionárias de tratamento e valorização de resíduos e duas empresas detentoras de participações sociais).

As perdas por imparidade registadas afetas ao *Goodwill* não podem ser revertidas.

h) Conversão de demonstrações financeiras de empresas com moeda funcional diferente do Euro.

Os ativos e passivos expressos nas demonstrações financeiras de empresas que não utilizem o Euro como moeda funcional são convertidos para Euro, no processo de consolidação, utilizando as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. Os rendimentos e os gastos, bem como os fluxos de caixa, são convertidos para Euro utilizando as taxas de câmbio médias verificadas no exercício, exceto para as empresas que utilizem uma moeda funcional considerada hiperinflacionária, situação em que são utilizadas as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira. As diferenças cambiais resultantes, geradas após 1 de janeiro de 2004, são registadas no capital próprio na rubrica “Reserva de conversão cambial”. As diferenças cambiais geradas até 1 de janeiro de 2004 (data de transição para as IFRS) foram anuladas por contrapartida da rubrica “Outras reservas e resultados transitados”.

O *Goodwill* e os ajustamentos de justo valor resultantes da aquisição de empresas que não utilizam o Euro como moeda funcional são tratados como ativos e passivos dessas empresas e convertidos para Euro de acordo com as taxas de câmbio em vigor à data de referência da demonstração consolidada da posição financeira.

Sempre que uma das empresas acima referidas é alienada, a quota-parte correspondente da diferença cambial acumulada é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados como um ganho ou uma perda na alienação, no caso de existir perda de controlo, ou transferida para interesses que não controlam no caso de não haver perda de controlo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as moedas funcionais adotadas pelas principais participadas do Grupo no reporte da sua informação financeira, foram como se segue:

Subsidiária	Segmento de negócio	2023		2022		
		Moeda Local	Moeda Funcional	Segmento de negócio	Moeda Local	Moeda Funcional
Mota-Engil Angola	África - E&C	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África - E&C	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Mota-Engil Costa do Marfim	África - E&C	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)	África - E&C	Franco África Ocidental (XOF)	Franco África Ocidental (XOF)
Mota-Engil Engenharia e Construção África (MEECA)	África - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)	África - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Guiné Mandiana	África - E&C	Franco Guineense (GNF)	Dólares Americanos (USD)	África - E&C	Franco Guineense (GNF)	Dólares Americanos (USD)
Mota-Engil Nigéria	África - E&C	Naira Nigeriano (NGN)	Dólares Americanos (USD)	África - E&C	Naira Nigeriano (NGN)	Dólares Americanos (USD)
Sucursal Mota-Engil África Angola	África - E&C	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)	África - E&C	Kwanza (AOA)	Kwanza (AOA)
Sucursal Mota-Engil África Malawi	África - E&C	Kwacha do Malawi (MWK)	Kwacha do Malawi (MWK)	África - E&C	Kwacha do Malawi (MWK)	Kwacha do Malawi (MWK)
Sucursal Mota-Engil África Moçambique	África - E&C	Metical (MZN)	Metical (MZN)	África - E&C	Metical (MZN)	Metical (MZN)
Sucursal Mota-Engil África Rwanda	África - E&C	Franco Ruandês (RWF)	Dólares americanos (USD)	África - E&C	Franco Ruandês (RWF)	Dólares americanos (USD)
Empresas do Grupo EGF	Ambiente	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Ambiente	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Suma	Ambiente	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Ambiente	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Consortio Lamat	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Empresa Construtora Brasil	América Latina - E&C	Real (BRL)	Real (BRL)	América Latina - E&C	Real (BRL)	Real (BRL)
FSE Suministradora Fenix SAPI	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Geradora Fenix	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil Latin America BV	América Latina - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)	América Latina - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil México	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)	América Latina - E&C	Peso Mexicano (MXN)	Peso Mexicano (MXN)
Mota-Engil Peru	América Latina - E&C	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)	América Latina - E&C	Nuevo Sol Peruano (PEN)	Nuevo Sol Peruano (PEN)
Lineas SGPS	Capital	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Capital	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil ATIV (a)	Capital	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Capital	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil Central Europe Polónia	Europa - E&C	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)	Europa - E&C	Zloty (PLN)	Zloty (PLN)
Mota-Engil Engenharia e Construção (MEEC)	Europa - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Europa - E&C	Euro (EUR)	Euro (EUR)
EMERGE - Mota-Engil Real Estate Developers (b)	Mext	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Mext	Euro (EUR)	Euro (EUR)
Mota-Engil SGPS	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)	Holding	Euro (EUR)	Euro (EUR)

(a) Anteriormente denominada por Manvia.

(b) Anteriormente denominada por Mota-Engil Real Estate Portugal.

As taxas de câmbio (de fecho e média) utilizadas em 31 de dezembro de 2023 e 2022 na conversão para Euro das demonstrações financeiras das principais empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas que não utilizam o Euro como moeda funcional, foram como se segue:

Moedas		Taxas de câmbio de fecho		Taxas de câmbio médias	
		2023	2022	2023	2022
Dólares Americanos	USD	1,11	1,07	1,08	1,05
Franco África Ocidental	XOF	655,96	655,96	655,96	655,96
Kwanza	AOA	915,99	537,44	757,52	479,72
Kwacha do Malawi	MWK	1 859,04	1 092,67	1 255,46	997,61
Metical	MZN	70,59	68,25	69,23	67,08
Nuevo Sol Peruano	PEN	4,38	4,36	4,21	4,31
Peso Mexicano	MXN	18,72	20,86	19,07	21,05
Real	BRL	5,35	5,64	5,40	5,41
Zloty	PLN	4,34	4,68	4,52	4,69

i) Empresas em economias hiperinflacionárias

De acordo com a IAS 29 – “Relato financeiro em economias hiperinflacionárias”, as demonstrações financeiras de entidades / empresas cuja moeda funcional seja a de uma economia hiperinflacionária têm de ser expressas em termos da unidade de mensuração corrente à data da demonstração consolidada da posição financeira, sendo o ganho ou a perda na posição monetária líquida incluído no resultado líquido consolidado do exercício.

São consideradas pelo Grupo economias hiperinflacionárias aquelas em que se verifiquem algumas das seguintes situações:

- i) a população em geral prefere conservar a sua riqueza em ativos não monetários ou numa moeda estrangeira relativamente estável. As quantias de moeda local detidas são imediatamente investidas para manter o poder de compra;
- ii) a população em geral vê as quantias monetárias não em termos de moeda local, mas em termos de uma moeda estrangeira estável. Os preços podem ser cotados nessa moeda;
- iii) as vendas e compras a crédito têm lugar a preços que compensem a perda esperada de poder de compra durante o período do crédito, mesmo que o período seja curto;
- iv) as taxas de juro, os salários e os preços estão ligados a um índice de preços; e
- v) a taxa de inflação acumulada durante os três últimos anos aproxima-se de 100% ou excede esse valor.

No seguimento do atrás descrito, e verificando-se algumas das situações acima elencadas, Angola (nos exercícios de 2017 e 2018) e Zimbabué (nos exercícios de 2019 a 2022) foram consideradas economias hiperinflacionárias. Contudo, no exercício de 2019, por algumas das situações acima referidas terem deixado de se verificar em Angola, o Grupo, a partir de 1 de janeiro de 2019, suspendeu a aplicação da IAS 29. Adicionalmente, no exercício de 2023, decorrente da alteração da moeda funcional da Sucursal da Mota-Engil Engenharia e Construção África no Zimbabué, o Grupo deixou de aplicar igualmente a IAS 29 a esta última entidade. No entanto, os impactos gerados em exercícios anteriores resultantes da adoção daquela norma, nomeadamente os associados à remensuração dos ativos e passivos não monetários, manter-se-ão até que os ativos sejam alienados, consumidos ou amortizados e até que os passivos sejam alienados ou liquidados.

Para efeitos de determinação do índice geral de preços acima mencionado, o Grupo utilizou em 31 de dezembro de 2022 a informação divulgada pelo Banco Nacional do Zimbabué sobre os níveis de inflação ocorridos naquele país nos últimos anos. Aqueles índices, resumidamente, foram como se segue:

Índice de Preços no Zimbabue	
Data	Índice de preços
31.12.2017	21 876,16
31.03.2018	21 848,87
30.06.2018	21 835,28
30.09.2018	21 344,33
31.12.2018	15 396,26
31.03.2019	13 099,14
30.06.2019	7 921,19
30.09.2019	4 708,46
31.12.2019	2 478,67
31.03.2020	1 687,18
30.06.2020	946,12
30.09.2020	620,02
31.12.2020	552,55
31.03.2021	495,43
30.06.2021	457,83
30.09.2021	409,12
31.12.2021	343,76
31.03.2022	286,88
30.06.2022	157,03
30.09.2022	107,55
31.12.2022	100,00

Informação detalhada sobre o impacto das reexpressões acima referidas no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 pode ser consultada na Nota 46.

1.4 Políticas contabilísticas materiais

As políticas contabilísticas materiais utilizadas na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas foram as seguintes:

a) Ativos intangíveis

Os ativos intangíveis apenas são reconhecidos quando sejam identificáveis, for provável que venham a gerar benefícios económicos futuros controlados pelo Grupo, e for possível mensurar o seu custo com fiabilidade. Os ativos intangíveis são mensurados ao custo de aquisição, deduzido de amortizações e eventuais imparidades.

Os ativos intangíveis são constituídos basicamente pelas licenças de exploração de concessões (decorrentes da adoção da IFRIC 12), pelos ativos reconhecidos no âmbito do processo de imputação de justo valor aos ativos e passivos adquiridos em concentrações de atividades empresariais e por *software*.

A IFRIC 12 aplica-se a contratos de concessão de serviço público nos quais o Concedente controla (regula):

- os serviços a serem prestados pela concessionária (mediante a utilização da infraestrutura), a quem e a que preço; e
- quaisquer interesses residuais sobre a infraestrutura no final do contrato.

A IFRIC 12 aplica-se a infraestruturas:

- construídas ou adquiridas pelo operador a terceiros; e
- já existentes e às quais é dado acesso ao operador.

Atendendo ao acima descrito, as concessões detidas pelo Grupo, maioritariamente afetas à área do tratamento e valorização de resíduos (Subgrupo EGF), encontram-se abrangidas no âmbito daquela IFRIC pelas seguintes razões:

- O Grupo possui contratos de concessão de serviço público celebrados com o Estado (Concedente) e por um período pré-definido;
- O Grupo efetua a prestação de serviços públicos mediante a utilização de infraestruturas;
- O Concedente controla os serviços prestados e as condições em que são prestados (no caso das concessões na área do tratamento e valorização dos resíduos, nomeadamente, através do regulador ERSAR); e
- Os diversos ativos utilizados para a prestação dos serviços revertem para o Concedente no final dos contratos de concessão.

Por outro lado, a IFRIC 12 estabelece igualmente os princípios genéricos de reconhecimento e mensuração dos direitos e obrigações ao abrigo de contratos de concessão com as características mencionadas anteriormente e define os seguintes modelos de reconhecimento:

- i) Modelo do ativo intangível – aplicável quando o operador recebe do Concedente o direito de cobrar uma tarifa em função da utilização da infraestrutura. Nestas situações, o operador deverá reconhecer um ativo intangível; e
- ii) Modelo do ativo financeiro – aplicável quando o operador tem um direito contratual incondicional de receber dinheiro ou outro ativo financeiro do Concedente, correspondente a montantes específicos ou determináveis. Nestas circunstâncias, o operador deverá registar um ativo financeiro (conta a receber). Neste modelo, o Concedente dispõe de poucos ou nenhuns poderes discricionários para evitar o pagamento, em virtude de o acordo ser, em geral, legalmente vinculativo.

Atendendo aos termos dos contratos de concessão celebrados pelas empresas concessionárias do Subgrupo EGF, nomeadamente ao seu modelo remuneratório, foi entendido que as operações desenvolvidas por aquelas concessionárias eram enquadráveis no modelo do ativo intangível em virtude das mesmas terem o direito de cobrar aos utilizadores uma tarifa e de assumirem os riscos operacionais, de investimento e de financiamento das concessões.

Por outro lado, relativamente ao valor residual dos ativos afetos às concessões, para os quais, de acordo com os respetivos contratos de concessão, o Grupo tem o direito de ser ressarcido no final das concessões pelo seu valor líquido contabilístico, este foi integrado como uma parte do ativo intangível, sendo remunerado anualmente de acordo com o regulamento tarifário em vigor.

Para fins de amortização dos ativos afetos às concessões, o Grupo tem em consideração o método que melhor reflete o modelo pelo qual se espera que os benefícios económicos futuros dos ativos sejam consumidos pelas concessionárias. Desta forma, o Grupo encontra-se a utilizar as vidas úteis definidas e aprovadas pelo regulador (ERSAR) por ser esta a base do seu rendimento anual, ou seja, os ativos concessionados são amortizados numa base linear em conformidade com o modelo de remuneração subjacente ao regulamento tarifário.

As vidas úteis definidas e aprovadas pela ERSAR para as principais infraestruturas afetas à atividade de tratamento e valorização de resíduos são como se seguem:

Classes	Anos
Aterros sanitários	Método de depleção
Biogás de aterros	7 - 36
ETAR - ETAL	3 - 36
Incenerização	3 - 36
Produção CDR	7 - 36
Recolha seletiva	3 - 10
Selagem de aterros	Período da concessão
Transferências e transportes	10 - 36
Tratamento mecânico	3 - 36
Triagem e ecentros	3 - 36
Valorização orgânica e biológica	3 - 36
Outros	2 - 12

As amortizações dos ativos intangíveis são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos ativos intangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

Por outro lado, importa ainda referir que o direito atribuído no âmbito dos contratos de concessão consiste na possibilidade das concessionárias cobrarem tarifas em função dos custos incorridos com as infraestruturas. Assim, tendo em consideração a metodologia de apuramento das tarifas, a base de remuneração é apurada atendendo a cada item de ativo concessionado em específico, o que pressupõe a necessidade de componentização do direito. Consequentemente, considera-se que o direito é componentizável por partes distintas à medida que se vão concretizando as diversas bases de remuneração. Desta forma, o ativo intangível vai sendo aumentado à medida que se vão concretizando as diversas infraestruturas afetas à concessão, sendo registado com base no seu custo de aquisição / construção e diminuído à medida que se vão consumindo os benefícios económicos futuros.

Relativamente aos subsídios ao investimento afetos aos ativos concessionados, estes são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados na mesma cadência da amortização dos ativos.

Por último, no âmbito dos contratos de concessão em vigor, a atividade de construção é subcontratada externamente a entidades especializadas. Por conseguinte, as concessionárias do Subgrupo EGF não têm qualquer margem na construção dos ativos afetos às concessões, pelo que o réditio e os encargos com a construção daqueles ativos apresentam igual montante e são registados nas rubricas da demonstração consolidada dos resultados de “Vendas e prestações de serviços” e “Fornecimentos e serviços externos”.

Os restantes ativos intangíveis associados a licenças de exploração de concessões encontram-se a ser amortizados pelo método das quotas constantes, por duodécimos, durante o período de vigência dos respetivos direitos (60 anos para os afetos à AMGP Agricultura, 20 anos para os afetos à Estradas do Zambeze e 7 anos para os afetos à EcoEburnie e à Clean Eburnie).

Em 31 de dezembro de 2023, não existem ativos intangíveis de valor material com uma vida útil indefinida nem ativos intangíveis de valor material gerados internamente.

b) Imóveis

Os imóveis (terrenos e edifícios) de uso próprio são registados inicialmente ao custo de aquisição ou produção. No entanto, com a exceção dos imóveis afetos à exploração de pedreiras, o Grupo adotou o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de amortizações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente dos mesmos. A respetiva quantia revalorizada corresponde ao seu justo valor à data da revalorização. As revalorizações são efetuadas regularmente (num prazo que não exceda os três anos), por avaliadores imobiliários independentes, de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo imóvel. O justo valor é apurado ora através do método comparativo de mercado, ora através do método do rendimento, ora através do método do custo de reposição depreciado.

No método comparativo de mercado são utilizados como inputs relevantes o custo m2 de aquisição, de construção, de venda ou de arrendamento de imóveis com características similares; no método do rendimento são utilizados como inputs relevantes as rendas em vigor, as rendas estimadas a vigorar após o final do presente contrato de arrendamento e a taxa de desconto que melhor reflita os riscos inerentes ao imóvel; e no método do custo de reposição depreciado são utilizados como inputs relevantes o custo m2 de construção e a depreciação económica / física do imóvel em análise.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos imóveis de uso próprio (excluindo os afetos à exploração de pedreiras) são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um terreno / edifício que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios anteriores se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente, se algum, registado como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício

As depreciações são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a vida útil estimada dos edifícios, a qual varia entre os 20 e os 50 anos. Os terrenos não são depreciados.

As depreciações dos imóveis de uso próprio são registadas por duodécimos na rubrica “Amortizações e depreciações” da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos imóveis de uso próprio são efetuadas de forma prospetiva.

c) Terrenos afetos à exploração de pedreiras

Os terrenos afetos à exploração de pedreiras são registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas. A depreciação destes ativos é efetuada de acordo com o método da depleção, ou seja, tendo em consideração o rácio entre as quantidades de inertes extraídas anualmente e as reservas totais estimadas de inertes existentes, as quais são objeto de aferição regular através de levantamentos topográficos efetuados por drones.

d) Equipamentos pesados afetos ao negócio de engenharia e construção e outros ativos tangíveis

A partir de 1 de janeiro de 2021, foi constituída uma nova classe de ativos tangíveis / ativos sob direito de uso para onde foram transferidos os equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção (pavimentadoras, escavadoras, *dumpers*, tratores, guas, multicarregadoras, plataformas, grupos de eletrogéneos, locomotivas, entre outros) e para os quais o Grupo adotou o modelo da revalorização (montante revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a sua mensuração subsequente.

O montante revalorizado corresponde ao justo valor do equipamento à data da revalorização. As revalorizações são efetuadas regularmente (num prazo que não exceda os três anos) por avaliadores independentes de forma a que o montante revalorizado não difira materialmente do justo valor do respetivo equipamento. O justo valor é apurado de forma individual, através do método comparativo de mercado ou através do método do custo de reposição depreciado.

O método comparativo de mercado consiste na determinação do valor de mercado do equipamento através da consulta aos preços praticados em ativos transacionados, com características iguais ou semelhantes e comercializados no mercado local e internacional.

O método do custo de reposição depreciado consiste na determinação do valor de substituição do equipamento em análise tendo em consideração o custo de aquisição de outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação / obsolescência funcional, física e económica verificada.

Os ajustamentos resultantes das revalorizações efetuadas aos equipamentos pesados acima referidos são registados por contrapartida de capital próprio. Quando um equipamento pesado que foi alvo de uma revalorização positiva em exercícios anteriores se encontra sujeito a uma revalorização negativa, o ajustamento é registado por contrapartida de capital próprio até ao montante correspondente ao acréscimo no capital próprio resultante das revalorizações anteriores, deduzido da quantia realizada através das depreciações, sendo o seu excedente, se algum, registado como custo na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Os outros ativos tangíveis encontram-se registados ao custo de aquisição, deduzido de depreciações e perdas por imparidade acumuladas.

Os equipamentos pesados e os outros ativos tangíveis em curso representam ativos ainda em fase de construção / desenvolvimento, encontrando-se registados ao custo de aquisição, deduzido de eventuais perdas por imparidade acumuladas.

As depreciações dos equipamentos pesados e dos outros ativos tangíveis são calculadas após os bens estarem em condições de serem utilizados, ou seja, quando os ativos se encontrem disponíveis para uso e nas condições necessárias, em termos de qualidade e fiabilidade técnica, para operarem de acordo com o pretendido pelo Conselho de Administração do Grupo, e são imputadas numa base sistemática pelo método das quotas constantes durante a sua vida útil, que é determinada tendo em conta a utilização esperada do ativo pelo Grupo, o desgaste natural esperado, a sujeição a uma previsível obsolescência técnica e ao valor residual atribuível ao bem.

As taxas de depreciação utilizadas correspondem aos seguintes períodos de vida útil estimada (em anos):

Equipamentos	Anos
Equipamento administrativo	4 - 10
Equipamento básico (excluindo o afeto a concessões)	3 - 10
Equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção	3 - 12
Equipamento de transporte	3 - 10
Ferramentas e utensílios	3 - 6
Outros ativos tangíveis	3 - 10

As depreciações dos equipamentos pesados e dos outros ativos tangíveis são registadas por duodécimos na rubrica "Amortizações e depreciações" da demonstração consolidada dos resultados. Eventuais alterações ao período de vida útil estimada dos equipamentos pesados e dos outros ativos tangíveis são efetuadas de forma prospetiva.

As mais ou menos valias resultantes da alienação ou abate de ativos tangíveis são determinadas pela diferença entre o seu preço de venda e o seu valor líquido contabilístico na data de alienação / abate, sendo registadas na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

e) Imparidade de ativos tangíveis e intangíveis

Em cada data de relato é efetuada uma revisão às quantias escrituradas dos ativos tangíveis e intangíveis do Grupo com vista a determinar se existe algum indício de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável do respetivo ativo (ou da UGC) a fim de se determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

A quantia recuperável do ativo ou da UGC consiste no maior de entre: (i) o justo valor deduzido dos custos para vender; ou (ii) o valor de uso. Na determinação do valor de uso, os fluxos de caixa futuros estimados são descontados utilizando uma taxa de desconto que reflita as expectativas do mercado quanto ao valor temporal do dinheiro e quanto aos riscos específicos do ativo ou da UGC relativamente aos quais as estimativas de fluxos de caixa futuros não tenham sido ajustadas.

Sempre que a quantia escriturada do ativo (ou da UGC) for superior à sua quantia recuperável, é reconhecida uma perda de imparidade. A perda de imparidade é registada de imediato na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas de imparidade”, salvo se tal perda compensar um excedente de revalorização registado no capital próprio. Neste último caso, aquela perda será tratada como um decréscimo de revalorização.

As perdas de imparidade são imputadas à quantia escriturada dos ativos da UGC na seguinte ordem: em primeiro lugar ao *Goodwill* alocado à UGC (se existir) e depois aos outros ativos da UGC numa base pro-rata atendendo às respetivas quantias escrituradas.

A reversão de perdas de imparidade reconhecidas em exercícios anteriores só ocorre quando exista evidência de que as perdas de imparidade reconhecidas anteriormente já não existem ou diminuíram. A reversão de perdas de imparidade é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Perdas de imparidade”. A reversão de perdas de imparidade é efetuada até ao limite da quantia que estaria reconhecida (líquida de amortizações e depreciações) caso a perda de imparidade anterior não tivesse sido registada.

f) Locações

Na data de início de cada contrato, o Grupo avalia se o âmbito do mesmo corresponde a um contrato de locação ou se contém uma locação. Uma locação é definida como um contrato, ou parte de um contrato, através do qual se atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo em troca de uma retribuição. Para se aferir se um contrato atribui o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um determinado período de tempo, o Grupo avalia, na sua data de início, se, durante o período de utilização do ativo, possui cumulativamente:

- O direito de obter substancialmente todos os benefícios económicos derivados do uso do ativo identificável; e
- O direito de direcionar o uso do ativo identificável.

O Grupo reconhece um ativo sob direito de uso e um passivo de locação na data de entrada em vigor do contrato. O ativo sob direito de uso é inicialmente mensurado ao custo, o qual compreende o valor inicial do passivo de locação ajustado por quaisquer pagamentos de locação realizados em ou antes da data de início, quaisquer custos diretos iniciais incorridos, assim como uma estimativa dos custos de desmantelamento e remoção do ativo subjacente (caso aplicável), deduzido de qualquer incentivo concedido.

O ativo sob direito de uso é depreciado por duodécimos, utilizando o método das quotas constantes, durante o período do contrato de locação, exceto para os ativos em que se espera exercer a opção de compra, situação em que os mesmos são depreciados durante a sua vida útil estimada.

Em cada data de relato é efetuada uma revisão às quantias escrituradas dos ativos sob direito de uso com vista a determinar se existe algum indício de que os mesmos possam estar em imparidade. Se existir algum indício, é estimada a quantia recuperável do respetivo ativo (ou da UGC) a fim de se determinar a extensão da perda por imparidade (se for o caso).

Os ativos sob direito de uso relativos a equipamentos pesados são mensurados subsequentemente pelo modelo de revalorização conforme descrito na Nota 1.4 d).

O passivo de locação é inicialmente reconhecido pelo valor presente das rendas ainda não pagas à data de entrada em vigor do contrato, descontadas à taxa de juro implícita na locação, ou, no caso em que não seja possível determinar essa taxa, à taxa de juro incremental da respetiva empresa participada. Na maioria das situações, o Grupo utiliza a sua taxa de juro incremental como a taxa de juro a aplicar no cálculo acima referido.

Os pagamentos de locação incluídos na mensuração do passivo de locação incluem as seguintes componentes:

- pagamentos fixos, deduzidos de quaisquer incentivos já recebidos;
- pagamentos variáveis, dependentes somente de uma determinada taxa ou índice;
- montantes que sejam devidos ao abrigo de uma garantia sobre o valor residual do ativo;
- preço de exercício de opções de compra, se for razoavelmente certo que o locatário irá exercer as mesmas; e
- pagamentos de penalidades pelo término do contrato, se for razoavelmente certo que o locatário irá cancelar o mesmo.

O passivo de locação é subsequentemente aumentado pelo custo dos juros e diminuído pelos pagamentos das rendas ao locador, e é remensurado quando se verificarem: (i) alterações nos pagamentos futuros derivadas de uma alteração de uma taxa ou de um índice especificados no contrato; (ii) alterações na estimativa do Grupo sobre o montante que deverá ser pago a título de garantia sobre o valor residual de um ativo, ou (iii) caso o Grupo altere a sua avaliação acerca do exercício de uma opção de compra, ou sobre a sua extensão ou rescisão.

g) Propriedades de investimento

As propriedades de investimento incluem terrenos e edifícios cuja finalidade é a obtenção de rendas e / ou a valorização do capital investido e não o uso na produção ou fornecimento de bens ou serviços ou para fins administrativos (casos em que são classificados como ativos tangíveis), ou para venda no decurso ordinário dos negócios (casos em que são classificados como inventários). A classificação de determinados terrenos e edifícios como propriedades de investimento, em detrimento de inventários e / ou de ativos tangíveis, resulta, essencialmente, do uso que o Conselho de Administração do Grupo define para aqueles imóveis, tendo em conta, nomeadamente, a maximização do retorno dos mesmos.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor, determinado anualmente por peritos independentes especializados.

As variações no justo valor das propriedades de investimento são reconhecidas diretamente na demonstração consolidada dos resultados na rubrica de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais – Variações de justo valor nas propriedades de investimento”.

Os gastos incorridos com propriedades de investimento em utilização, nomeadamente, manutenções, reparações, seguros e impostos sobre propriedades, são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados do exercício em que ocorrem.

h) Ativos não correntes detidos para venda

Os ativos não correntes são classificados como detidos para venda se é expectável que o seu valor contabilístico venha a ser recuperado principalmente através de uma alienação ou através de uma distribuição aos acionistas e não através do seu uso continuado. Para que tais ativos sejam objeto daquela classificação, os mesmos têm de estar disponíveis para venda imediata nas suas condições atuais, a venda tem de ser altamente provável, o Conselho de Administração tem de estar comprometido a executar tal venda e a alienação ocorrer previsivelmente num período de 12 meses.

Os ativos não correntes classificados como detidos para venda são registados pelo mais baixo entre a sua quantia escriturada e o seu justo valor deduzido dos custos estimados com a venda. A sua eventual amortização cessa a partir do momento da classificação como ativos não correntes detidos para venda.

Para efeitos de apuramento do justo valor dos ativos não correntes detidos para venda, foram consideradas, nomeadamente, as propostas de compra recebidas para os ativos a alienar e avaliações realizadas internamente.

i) Ativos e passivos financeiros

Os ativos e passivos financeiros são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando o Grupo se torna parte das disposições contratuais do instrumento.

Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo seu justo valor. Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição ou à emissão dos ativos e passivos financeiros (que não sejam ativos ou passivos financeiros mensurados pelo justo valor através dos resultados) são adicionados ou deduzidos ao justo valor do ativo ou passivo financeiro, conforme o caso, no seu reconhecimento inicial.

Os custos de transação diretamente atribuíveis à aquisição de ativos ou passivos financeiros reconhecidos pelo justo valor através dos resultados são reconhecidos imediatamente na demonstração consolidada dos resultados.

Ativos financeiros

Todas as compras e vendas de ativos financeiros são reconhecidas à data da assinatura dos respetivos contratos de compra e venda, independentemente da data da sua liquidação financeira.

Todos os ativos financeiros reconhecidos são mensurados subsequentemente ao custo amortizado ou, ao justo valor (através do outro rendimento integral ou dos resultados), dependendo do modelo de negócio adotado pelo Grupo e das características dos seus fluxos de caixa contratuais.

Classificação de ativos financeiros

a) Instrumentos de dívida e contas a receber

Os instrumentos de dívida de rendimento fixo e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado:

- i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo é mantê-lo de forma a receber os seus fluxos de caixa contratuais; e
- ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

O rendimento associado aos juros é reconhecido na demonstração consolidada dos resultados na rubrica "Rendimentos e ganhos financeiros", através do método da taxa de juro efetiva, para os ativos financeiros registados ao custo amortizado ou ao justo valor através dos resultados. O rendimento associado aos juros é calculado aplicando-se a taxa de juro efetiva à quantia escriturada bruta do ativo financeiro.

Os instrumentos de dívida e as contas a receber que cumpram as seguintes condições são mensurados subsequentemente a justo valor através de outro rendimento integral:

- i) o ativo financeiro é detido tendo em conta um modelo de negócio cujo objetivo prevê quer o recebimento dos seus fluxos de caixa contratuais, quer a sua alienação; e
- ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que são apenas pagamentos de capital e juros sobre o valor do capital em dívida.

b) Instrumentos de capital designados ao justo valor através de outro rendimento integral

No reconhecimento inicial, o Grupo pode efetuar uma escolha irrevogável (instrumento financeiro a instrumento financeiro) de designar determinados investimentos em instrumentos de capital próprio (ações) a justo valor através de outro rendimento integral.

A designação a justo valor através de outro rendimento integral não é permitida se o investimento for mantido para efeitos de negociação ou se resultar de uma contraprestação contingente reconhecida no âmbito de uma concentração de atividades empresariais.

Os investimentos em instrumentos de capital próprio reconhecidos ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados inicialmente pelo seu justo valor acrescido dos custos de transação. Posteriormente, são mensurados ao seu justo valor com os ganhos e perdas decorrentes da sua variação reconhecidos no outro rendimento integral. No momento da sua alienação, o ganho ou a perda acumulado gerado com estes instrumentos financeiros não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido somente para a rubrica de "Outras reservas e resultados transitados".

c) Ativos financeiros ao justo valor através dos resultados

Os ativos financeiros que não cumpram os critérios para serem mensurados pelo custo amortizado ou ao justo valor através de outro rendimento integral são mensurados ao justo valor através dos resultados.

Os ativos financeiros registados ao justo valor através dos resultados são mensurados pelo justo valor apurado no final de cada período de relato, sendo os respetivos ganhos ou perdas reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados, exceto se fizerem parte de uma relação de cobertura.

Imparidade de ativos financeiros

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para instrumentos de dívida mensurados ao custo amortizado, bem como para contas a receber de clientes e para ativos associados a contratos com clientes.

A quantia de perdas esperadas de imparidade para os ativos financeiros acima referidos é atualizada a cada data de relato de forma a refletir as alterações no risco de crédito ocorridas desde o reconhecimento inicial dos respetivos ativos financeiros.

As perdas de imparidade esperadas para crédito concedido (contas a receber de clientes e ativos associados a contratos com clientes) são estimadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos cinco anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Para o efeito, os saldos representativos do crédito concedido foram agrupados tendo em conta perfis de risco de crédito semelhantes (país, unidade de negócio, tipologia de devedor - público ou privado, etc.) e intervalos de vencimento.

O Grupo reconhece perdas de imparidade esperadas para crédito concedido para toda a vida das contas a receber de clientes, bem como para os ativos associados a contratos com clientes.

No que respeita às contas a receber de empreendimentos conjuntos e associadas, que não sejam consideradas parte do investimento financeiro nessas empresas, a imparidade de crédito é avaliada atendendo aos seguintes critérios: i) se o saldo a receber é imediatamente exigível (*"on demand"*); ii) se o saldo a receber tem baixo risco; iii) se tem um prazo inferior a 12 meses.

Nos casos em que o saldo a receber é imediatamente exigível e a empresa relacionada tem capacidade de pagar, a probabilidade de incumprimento foi considerada próxima de 0% e por isso a imparidade foi considerada igual a zero. Nos casos em que o saldo a receber não seja imediatamente exigível, é avaliado qual o risco de crédito da empresa relacionada e se este for "baixo" ou se o prazo for inferior a 12 meses, então o Grupo apenas avalia a probabilidade de ocorrer um incumprimento para os fluxos de caixa que se vencem nos próximos 12 meses.

Para todas as outras situações e naturezas de contas a receber, o Grupo aplica a abordagem geral do modelo de imparidade avaliando a cada data de relato se existiu um aumento significativo do risco de crédito desde a data do reconhecimento inicial do ativo. Se não tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas num prazo de 12 meses. Se tiver existido um aumento do risco de crédito, o Grupo calcula uma imparidade correspondente à quantia equivalente às perdas esperadas para todos os fluxos de caixa contratuais até à maturidade do ativo. A avaliação do risco de crédito é efetuada de acordo com os critérios divulgados na política de gestão de risco de crédito constante na Nota 45.

Apresentação de contas a receber

As contas a receber são registadas na demonstração consolidada da posição financeira na rubrica de "Clientes e outros devedores".

As contas a receber são classificadas como ativos correntes, exceto nos casos em que a sua maturidade é superior ao ciclo normal dos negócios, situação em que são classificadas como ativos não correntes.

Em algumas geografias, nomeadamente em África e na América Latina, o ciclo normal dos negócios pode exceder os 12 meses da data da demonstração consolidada da posição financeira e, para o efeito, é estimado o valor atual daquelas contas a receber, nos termos explicitados na Nota 23.

Desreconhecimento de ativos financeiros

O Grupo desreconhece um ativo financeiro apenas quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando transfere o ativo financeiro e substancialmente todos os riscos e benefícios associados à sua propriedade para outra entidade.

No desreconhecimento de um ativo financeiro mensurado ao custo amortizado, a diferença entre a sua quantia escriturada e a soma da retribuição recebida e a receber é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados.

No entanto, no desreconhecimento de um ativo financeiro representativo de um instrumento de capital designado no reconhecimento inicial irrevogavelmente como registado a justo valor através de outro rendimento integral, o ganho ou a perda acumulado na reserva de justo valor não é reclassificado para a demonstração consolidada dos resultados, mas sim transferido para a rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

Passivos financeiros e instrumentos de capital próprio

Classificação como passivo financeiro ou como instrumento de capital próprio

Os passivos financeiros e os instrumentos de capital próprio são classificados como passivo ou como capital próprio de acordo com a substância contratual da transação.

Capital próprio

Qualifica como capital próprio qualquer contrato que atribua a terceiros um interesse residual nos ativos líquidos do Grupo, sem qualquer obrigação de reembolso ou pagamento por parte do mesmo.

Os instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo são reconhecidos pelo montante recebido, líquido dos custos diretamente atribuíveis à sua emissão.

A recompra de instrumentos de capital próprio emitidos pelo Grupo (ações próprias) é registada pelo seu custo de aquisição como uma dedução ao capital próprio. Os ganhos ou perdas inerentes à alienação de ações próprias são registados na rubrica de “Outras reservas e resultados transitados”.

Passivos financeiros

Após o reconhecimento inicial, todos os passivos financeiros são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado ou pelo justo valor através dos resultados.

Passivos financeiros mensurados subsequentemente ao custo amortizado

Os passivos financeiros que não são designados para registo ao justo valor através dos resultados são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado utilizando-se o método da taxa de juro efetiva.

Tipologias de passivos financeiros

Os empréstimos sem recurso correspondem aos empréstimos em que apenas os ativos das empresas financiadas respondem pela liquidação da dívida (*Project finances*). Nos empréstimos com recurso, a liquidação da dívida pode ser assegurada pelo Grupo.

Os outros passivos financeiros referem-se, essencialmente, a operações de *factoring* e de gestão de pagamento a fornecedores (*confirming* e outros equiparáveis), as quais são inicialmente registadas pelo seu justo valor. Estes passivos financeiros são, subsequentemente ao seu reconhecimento inicial, mensurados pelo custo amortizado, através do método da taxa de juro efetiva.

Os empréstimos sob a forma de emissões de papel comercial são classificados como passivos não correntes quando têm garantia de colocação por um período superior a um ano e é intenção do Conselho de Administração do Grupo utilizar essa fonte de financiamento por um período superior a um ano.

Desreconhecimento de passivos financeiros

O Grupo desreconhece passivos financeiros quando, e somente quando, as obrigações do Grupo são liquidadas, canceladas ou expiraram.

A diferença entre a quantia escriturada do passivo financeiro desreconhecido e a contraprestação paga ou a pagar é reconhecida na demonstração consolidada dos resultados nas rubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e / ou de “Gastos e perdas financeiras”

Quando o Grupo troca com um determinado credor um instrumento de dívida por outro com termos substancialmente diferentes essa troca é registada como uma extinção do passivo financeiro original e o reconhecimento de um novo passivo financeiro.

Instrumentos financeiros derivados

O Grupo tem vindo a contratar um conjunto de instrumentos financeiros derivados (*forwards*, *swaps* e opções) com o objetivo de gerir a sua exposição ao risco de taxa de juro e ao risco de taxa de câmbio, não sendo utilizados instrumentos financeiros derivados com o objetivo de especulação. A utilização de instrumentos financeiros derivados encontra-se devidamente regulada pelo Grupo.

Os instrumentos financeiros derivados são reconhecidos inicialmente na data em que são contratados pelo seu justo valor, sendo posteriormente remensurados ao seu justo valor em cada data de relato. O ganho ou perda resultante é reconhecido imediatamente na demonstração consolidada dos resultados a não ser que o instrumento financeiro derivado seja designado como instrumento de cobertura, caso em que o reconhecimento na demonstração dos resultados depende da natureza da relação de cobertura.

Conforme acima referido, os instrumentos financeiros derivados utilizados pelo Grupo respeitam, essencialmente, a instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio maioritariamente afetos a empréstimos obtidos. O montante dos empréstimos, as datas de vencimento de juros e os planos de reembolso são geralmente similares com as condições estabelecidas para os instrumentos de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio, pelo que, normalmente, a cobertura é altamente eficaz.

Os instrumentos financeiros derivados de cobertura de taxa de juro e de taxa de câmbio são inicialmente registados pelo seu justo valor. As alterações subsequentes de justo valor dos instrumentos financeiros derivados afetos à cobertura de fluxos de caixa, associadas à parcela de cobertura efetiva, são reconhecidas na demonstração consolidada do outro rendimento integral na rubrica “Variação no justo valor de instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa”, sendo transferidas para a demonstração consolidada dos resultados no mesmo período em que o instrumento objeto de cobertura afeta os resultados.

A contabilidade de cobertura de fluxos de caixa é descontinuada se o instrumento de cobertura se vencer ou terminar antecipadamente, se a cobertura deixar de ser eficaz (quando já não exista relação económica entre o item coberto e o item de cobertura) ou quando o relacionamento de cobertura deixar de cumprir o objetivo de gestão de risco. Nestes casos, o ganho ou perda acumulado resultante do instrumento de cobertura deve permanecer reconhecido separadamente na demonstração consolidada do outro rendimento integral, sendo refletido na demonstração consolidada dos resultados no mesmo período de tempo do reconhecimento em resultados dos ganhos ou perdas no elemento coberto.

j) Caixa e seus equivalentes e outras aplicações financeiras

a) Caixa e seus equivalentes à vista

Os montantes incluídos nas rubricas “Caixa e seus equivalentes com/sem recurso à vista” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria vencíveis a menos de três meses da data de emissão que possam ser imediatamente mobilizáveis com um risco de alteração de valor não significativo.

b) Outras aplicações financeiras

Os montantes incluídos na rubrica de “Outras aplicações financeiras” correspondem aos valores de caixa, depósitos bancários à ordem e a prazo e outras aplicações de tesouraria não imediatamente disponíveis, pelo facto de terem sido dados em garantia ou estarem cativos.

Os montantes de Caixa e seus equivalentes sem recurso correspondem às disponibilidades das empresas financiadas em regime de *project finance*, nomeadamente as do Subgrupo EGF.

k) Inventários

As mercadorias e as matérias-primas, subsidiárias e de consumo são registadas ao menor do custo médio de aquisição ou do respetivo valor realizável líquido (estimativa do seu preço de venda deduzido dos custos a incorrer com a alienação).

Os produtos acabados e semiacabados, os subprodutos e os produtos e trabalhos em curso são registados ao custo de produção, o qual é inferior ao seu valor realizável líquido. O custo de produção inclui o custo da matéria-prima incorporada, o custo da mão-de-obra direta e os gastos gerais de fabrico.

São registados ajustamentos para refletir a diferença entre a quantia escriturada dos inventários e o correspondente valor realizável líquido, nos casos em que este último seja inferior na data de relato.

No caso dos inventários, os ajustamentos para o seu valor realizável líquido são apurados com base em valores de mercado e em diversos indicadores de rotação.

O custeio das mercadorias vendidas e das matérias consumidas segue as seguintes regras:

- Imóveis – custo específico; e
- Materiais e restantes inventários – custo médio.

l) Rédito

O rédito é mensurado de acordo com a retribuição especificada nos contratos estabelecidos com os clientes, excluindo qualquer montante recebido por conta de terceiros. O Grupo reconhece o rédito quando transfere o controlo sobre um determinado produto ou serviço, consoante a área de negócio em que desenvolve a sua atividade.

As principais áreas de negócio / fontes de rédito do Grupo podem ser detalhadas como se segue:

- i) Engenharia e Construção – Nesta área, o Grupo desenvolve nas três regiões onde atua projetos de construção civil e de obras públicas, destacando-se a construção de infraestruturas diversas como estradas, autoestradas, aeroportos, portos, barragens, linhas férreas, edifícios residenciais e comerciais, etc.. Nesta área, são incluídos igualmente os serviços de engenharia industrial prestados pelo Grupo (extração e transporte de minério).
- ii) Ambiente – Nesta área, o Grupo desenvolve nas três regiões onde atua serviços de recolha urbana de resíduos, bem como procede ao tratamento e valorização dos mesmos. Na componente de tratamento e valorização de resíduos, destaca-se a valorização orgânica de resíduos, bem como a produção de energia através da captação de biogás em aterro e através de centrais de valorização energética.
- iii) Serviços – Nesta área, o Grupo desenvolve, essencialmente, projetos de operação e manutenção de infraestruturas.
- iv) Energia – Nesta subárea, inclui-se, essencialmente, a atividade de geração e comercialização de energia elétrica no México.

Natureza, obrigações de desempenho e momento de reconhecimento do rédito

- i) Engenharia e Construção – Nesta área de negócio, o Grupo celebra com entidades públicas e privadas diversos contratos de prestação de serviços de construção que incluem várias componentes / tarefas. Embora na maior parte dos casos os clientes possam beneficiar das diferentes componentes / tarefas isoladamente, dado que as mesmas são negociadas em conjunto a promessa de transferência de cada uma delas não é separadamente identificável das outras. Adicionalmente, dado que as componentes / tarefas acima referidas tipicamente se encontram altamente interrelacionadas e dependentes entre si, o Grupo considera que as mesmas devem ser tratadas como uma obrigação de desempenho única. Deste modo, geralmente, cada contrato de construção é tratado como sendo uma obrigação de desempenho única.

Por outro lado, dado que os clientes têm a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo, a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido de acordo com o método *cost-to-cost* (descrito abaixo).

Assim sendo, o Grupo reconhece os resultados dos contratos de construção, contrato a contrato, de acordo com o método *cost-to-cost* (também denominado método da percentagem de acabamento), o qual é entendido como a relação entre os gastos incorridos em cada contrato até uma determinada data e a soma desses gastos com os gastos estimados para o completar. As diferenças obtidas entre os valores resultantes da aplicação da percentagem de acabamento aos proveitos totais estimados e os valores até então faturados são registadas nas rubricas de ativos / passivos associados a contratos com clientes. Adicionalmente, o Conselho de Administração do Grupo entende que o método *cost-to-cost* é o método mais apropriado a aplicar para medir o estágio de cumprimento das obrigações de desempenho associadas aos contratos de construção em curso.

Para efeitos de aplicação do método *cost-to-cost*, não são considerados custos com formação, orçamentação, deslocação, etc., na medida em que os mesmos não refletem o progresso e a transferência de controlo para o cliente.

Para fazer face aos gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção, o Grupo reconhece um passivo para acomodar tal obrigação legal, o qual é apurado tendo em consideração os valores históricos de produção e de gastos incorridos com os contratos em período de garantia. Em virtude das garantias de qualidade prestadas pelo Grupo resultarem unicamente de uma obrigação legal (quer no seu âmbito, quer no seu período de vigência) as mesmas não foram tratadas como obrigações de desempenho autónomas.

Nas situações em que o Grupo tem a capacidade (controlo) de orientar a utilização do ativo à medida que o mesmo vai sendo construído e a capacidade de obter substancialmente todos os benefícios económicos remanescentes do mesmo (nomeadamente na atividade de promoção imobiliária), o rédito é reconhecido quando o Grupo transfere o controlo do ativo para o cliente (geralmente no momento da realização da escritura de compra e venda do imóvel).

Relativamente à prestação de serviços de engenharia industrial, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do Grupo à medida que este desenvolve a sua atividade, a obrigação de desempenho nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o Grupo tem direito a faturar os serviços prestados, pois não existe um hiato significativo de tempo entre o momento da prestação dos serviços e o momento da sua faturação.

- ii) Ambiente – Nesta área de negócio, o Grupo celebra, nomeadamente com entidades públicas, diversos contratos de recolha, tratamento e valorização de resíduos. Dado que na maior parte dos casos os clientes podem beneficiar dos serviços acima referidos isoladamente, cada uma daquelas atividades é considerada como uma obrigação de desempenho autónoma. Adicionalmente, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do Grupo à medida que este desenvolve a sua atividade (recolha de resíduos), a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o Grupo presta o serviço.

Por outro lado, o rédito proveniente das atividades concessionadas desenvolvidas pelas empresas do Subgrupo EGF (tratamento e valorização de resíduos) é apurado com base na tarifa aprovada pelo regulador (ERSAR), tendo em consideração os proveitos permitidos e as quantidades de resíduos da recolha indiferenciada.

A tarifa tem a finalidade de recuperar:

- i) A amortização dos ativos da concessão associados à atividade regulada;
- ii) O retorno do valor líquido contabilístico médio dos ativos associados à atividade regulada, de acordo com as taxas definidas pelo regulador; e
- iii) Os custos operacionais associados à atividade regulada.

Desvios tarifários

O regulamento tarifário, emitido pela ERSAR, define a fórmula de cálculo dos proveitos permitidos para as atividades reguladas e contempla nessa fórmula o apuramento dos desvios tarifários que deverão ser recuperados até ao segundo ano após a data em que os mesmos forem gerados.

Desta forma, em cada data de relato, o Grupo apura, de acordo com os critérios definidos no regulamento tarifário, os desvios tarifários existentes entre os proveitos permitidos recalculados com base nos valores reais e os proveitos faturados.

Atendendo ao enquadramento regulatório acima descrito, os desvios tarifários apurados pelo Grupo em cada exercício cumprem um conjunto de características (fiabilidade de mensuração, direito à sua recuperação, transmissibilidade dos mesmos e incidência de juros) que suportam o seu reconhecimento como rédito, e como ativo, no ano em que são apurados. Tal racional é igualmente válido quando são apurados desvios tarifários a entregar (a pagar), os quais são configuráveis como passivos e menos rédito.

- (iii) Serviços - Relativamente à prestação de serviços de operação e manutenção de infraestruturas, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do Grupo à medida que este desenvolve a sua atividade, a obrigação de desempenho nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o Grupo tem direito a faturar os serviços prestados, pois não existe um hiato significativo de tempo entre o momento da prestação dos serviços e o momento da sua faturação.
- (iv) Energia – Nesta subárea de negócio, ao abrigo dos contratos estabelecidos, o Grupo vende, nomeadamente a empresas gestoras de redes energéticas, a energia que produz. Desta forma, cada contrato de venda de energia é considerado como uma obrigação de desempenho autónoma. Por outro lado, dado que os clientes recebem e consomem em simultâneo os benefícios económicos decorrentes do desempenho do Grupo à medida que este desenvolve a sua atividade (produção de energia), a obrigação de desempenho do Grupo nestes casos é satisfeita ao longo do tempo, sendo o rédito reconhecido no momento em que o Grupo tem direito a faturar o mesmo.

Genericamente, e dada a tipologia de serviços executados pelo Grupo, a alocação do preço às diferentes obrigações de desempenho encontra-se definida nos próprios contratos estabelecidos com os clientes.

Componentes significativas de financiamento

Sempre que existe um desfasamento temporal significativo (mais de 12 meses) entre o momento em que um bem ou serviço fica à disposição do cliente e o momento em que é pago, o Grupo procede à avaliação sobre a existência de uma componente significativa de financiamento no contrato. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como proveito ao longo do período estimado do financiamento concedido.

Adicionalmente, o Grupo avalia também a existência de uma componente significativa de financiamento nos adiantamentos recebidos de clientes. Caso exista, aquela componente é tratada como uma obrigação de desempenho autónoma, sendo o respetivo juro reconhecido como custo ao longo do período estimado do financiamento obtido.

Componentes variáveis de rédito

Para efeitos de determinação do preço total do contrato, o Grupo toma em consideração todas as componentes variáveis do mesmo, nomeadamente, descontos, bónus, revisões de preços, penalidades, pedidos de recuperação de custos incorridos, etc.. No entanto, o Grupo apenas reconhece rédito associado a componentes variáveis quando seja altamente provável que uma reversão significativa do mesmo não venha a ocorrer no futuro. Deste modo, no que respeita a revisões de preços, dado que a fórmula de cálculo inerente ao seu apuramento geralmente contempla alguns índices de difícil estimação, o rédito associado só é reconhecido no momento em que o mesmo possa ser apurado com fiabilidade. De igual forma, dado que historicamente o Grupo não tem sido objeto de penalidades aplicadas pelos seus clientes, as mesmas só são reconhecidas quando é altamente provável que venham a concretizar-se. Por último, os pedidos de recuperação de custos incorridos (os quais incluem, entre outros, *claims*) só são considerados como rédito quando for altamente provável que uma reversão significativa do mesmo não venha a ocorrer no futuro.

Ativos associados a contratos com clientes

Os ativos associados a contratos com clientes correspondem às obrigações de desempenho já cumpridas pelo Grupo ao abrigo de contratos estabelecidos com clientes para as quais a respetiva faturação não foi ainda emitida (essencialmente produção executada ao abrigo de contratos de construção reconhecida pelo método *cost-to-cost*). Quando o direito ao seu recebimento for incondicional, o saldo desta rubrica é transferido para a rubrica de “Clientes e outros devedores” ou compensado com o respetivo adiantamento recebido.

Passivos associados a contratos com clientes

Os passivos associados a contratos com clientes correspondem a adiantamentos recebidos de clientes relativamente a obrigações de desempenho a executar pelo Grupo no futuro ou a proveitos diferidos resultantes da adoção do método *cost-to-cost*, nomeadamente, aos contratos de construção em curso.

Os adiantamentos recebidos de clientes são apresentados no passivo corrente ou no passivo não corrente em função do perfil esperado de faturação dos contratos estabelecidos com os clientes.

Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos na demonstração consolidada da posição financeira quando:

- i) Estiverem relacionados com um contrato já existente ou com um contrato futuro específico;
- ii) Criarem recursos que irão ser utilizados para satisfazer uma ou mais obrigações de desempenho no futuro;
- iii) For expectável que sejam recuperáveis; e
- iv) Não estiverem já cobertos pelo âmbito de outra norma IFRS, como por exemplo, a de inventários, a de ativos tangíveis ou a de ativos intangíveis.

Deste modo, os custos com mão-de-obra, materiais e outros custos indiretos ou outros custos específicos associados à instalação, mobilização e desmobilização de estaleiros em contratos de construção são reconhecidos nesta rubrica.

Os custos associados ao cumprimento de contratos com clientes são reconhecidos ao longo do período de vigência do contrato de construção em rubricas de custos operacionais.

Quando é provável que os gastos totais previstos para completar um contrato de construção excedam os rendimentos definidos no mesmo, a perda esperada é reconhecida imediatamente na demonstração consolidada dos resultados do exercício.

Adiantamentos denominados em moeda estrangeira

Nos contratos celebrados com clientes denominados em moeda estrangeira, em que são recebidos adiantamentos, o rédito associado aos mesmos é reconhecido à taxa de câmbio da data do respetivo recebimento.

m) Ativos, passivos e transações em moeda estrangeira

No momento do reconhecimento inicial, todas as transações em moeda estrangeira são registadas na moeda funcional da respetiva entidade pela aplicação à quantia em moeda estrangeira da taxa de câmbio à vista entre a moeda funcional e a moeda estrangeira à data da transação.

No fim de cada período de relato: a) os itens monetários expressos em moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio de fecho; b) os itens não monetários que sejam mensurados em termos de custo histórico numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio da data da transação; e c) os itens não monetários que sejam mensurados pelo justo valor numa moeda estrangeira são convertidos à taxa de câmbio à data em que o justo valor foi determinado.

As diferenças de câmbio resultantes da liquidação de itens monetários ou da conversão de itens monetários a taxas diferentes daquelas a que foram convertidos no reconhecimento inicial ou, em demonstrações financeiras anteriores, são reconhecidas nos resultados do exercício, exceto se resultarem de itens monetários que façam parte do investimento líquido numa unidade operacional estrangeira. Neste último caso, as diferenças de câmbio são reconhecidas inicialmente em outro rendimento integral e são reclassificadas do capital próprio para o resultado líquido consolidado do exercício aquando da perda de controlo naquela unidade operacional.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações de investimento / financiamento (financeiras) são registadas em subrubricas de “Rendimentos e ganhos financeiros” e de “Gastos e perdas financeiras”.

As diferenças de câmbio relacionadas com transações operacionais são registadas em subrubricas de “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”.

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, os resultados, os fluxos de caixa e a posição financeira das entidades pertencentes ao perímetro de consolidação, cujas moedas funcionais não sejam a moeda de uma economia hiperinflacionária, foram convertidas para Euro às taxas de câmbio indicadas na Nota 1.3 alínea h).

n) Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento do exercício é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação (de acordo com as regras fiscais em vigor no país em que operam) e considera a tributação diferida.

Os impostos diferidos são calculados com base no método da responsabilidade do balanço e referem-se às diferenças temporárias existentes entre os montantes dos ativos e passivos para efeitos de reporte contabilístico e os seus respetivos montantes para efeitos de tributação.

Os ativos e passivos por impostos diferidos são calculados e anualmente avaliados utilizando as taxas de tributação em vigor, ou anunciadas para estarem em vigor, na data da reversão das diferenças temporárias.

Os passivos por impostos diferidos são reconhecidos para todas as diferenças temporárias tributáveis com exceção do *goodwill* não dedutível para efeitos fiscais; das diferenças resultantes do reconhecimento inicial de ativos e passivos que não afetem quer o lucro contabilístico quer o fiscal; e das diferenças relacionadas com investimentos em subsidiárias, na medida em que não seja provável que se revertam no futuro. Por outro lado, os ativos por impostos diferidos são reconhecidos quando é provável a existência de lucros tributáveis futuros que absorvam as diferenças temporárias dedutíveis para efeitos fiscais. Por último, após 1 de janeiro de 2023, no seguimento da alteração efetuada à IAS 12 - Imposto diferido relacionado com ativos e passivos que resultam de uma transação única, o Grupo passou a apresentar a desagregação do ativo por imposto diferido e do passivo por imposto diferido associado a: i) ativos sob direito de uso e passivos de locação; e ii) provisões para desmantelamento e descomissionamento de ativos fixos tangíveis correspondentes, onde e sempre que estes valores não sejam dedutíveis até à data de pagamento.

A compensação entre ativos e passivos por impostos diferidos apenas é permitida quando: (i) o Grupo tem o direito legal de proceder à compensação entre tais ativos e passivos para efeitos de liquidação; (ii) tais ativos e passivos relacionam-se com impostos sobre o rendimento lançados pela mesma autoridade fiscal; e (iii) o Grupo tem a intenção de proceder à compensação para efeitos de liquidação.

O montante de imposto a reconhecer, quer de imposto corrente, quer de imposto diferido, que resulte de transações ou eventos reconhecidos em rubricas de outro rendimento integral é registado diretamente nessas mesmas rubricas não afetando o resultado do exercício.

O montante de imposto reconhecido nas demonstrações financeiras consolidadas anexas corresponde ao entendimento do Grupo sobre o tratamento fiscal aplicável às transações em concreto, sendo reconhecidos passivos relativos a imposto sobre o rendimento ou outro tipo de impostos com base na interpretação que é efetuada e que se entende ser a mais apropriada.

Nas situações em que tais interpretações venham a ser questionadas pelas Autoridades Fiscais, no âmbito das suas competências, pelo facto da sua interpretação ser distinta da considerada pelo Grupo, tal situação é objeto de reanálise. Caso tal reanálise reconfirme o posicionamento do Grupo, concluindo-se que a probabilidade de perda de determinado processo fiscal é inferior a 50%, o Grupo trata a situação como um passivo contingente, não reconhecendo qualquer montante de imposto, atendendo a que a decisão mais provável é que não haja lugar ao pagamento do mesmo. Nas situações em que a probabilidade de perda é superior a 50%, é reconhecido um passivo, ou, caso tenha sido efetuado o pagamento, é reconhecido o gasto associado.

o) Provisões

As provisões são reconhecidas quando, e somente quando, o Grupo tem uma obrigação presente (legal ou implícita) resultante de um evento passado, seja provável que para a resolução dessa obrigação ocorra uma saída de recursos e o montante da obrigação possa ser razoavelmente estimado. As provisões são revistas na data de cada demonstração consolidada da posição financeira e ajustadas de modo a refletir a melhor estimativa a essa data (valor atual esperado do exfluxo a incorrer), tendo em consideração os riscos e incertezas inerentes a tal estimativa.

Provisões para contratos onerosos - As obrigações presentes resultantes de contratos onerosos são reconhecidas e mensuradas como provisões. É considerado que existe um contrato oneroso quando o Grupo está perante uma situação em que os custos inevitáveis de satisfazer as obrigações do contrato excedem os benefícios económicos que se esperam que sejam recebidos ao abrigo do mesmo.

Provisões para garantia de obra - As provisões para fazer face a gastos a incorrer durante o período de garantia dos contratos de construção são registadas há medida em que o rédito da construção é reconhecido em função da melhor estimativa do Conselho de Administração dos exfluxos de recursos necessários para satisfazer aquela obrigação.

Provisões para processos judiciais - As provisões para processos judiciais são registadas no momento em que se determina que é provável a ocorrência de uma saída de recursos para o Grupo, sendo as mesmas reapreciadas anualmente tendo em conta a opinião dos respetivos advogados / consultores legais encarregues dos processos.

p) Benefícios a empregados

a) Benefícios concedidos a empregados correntes e não correntes

É reconhecido um passivo para fazer face aos benefícios concedidos a empregados relativamente a salários, férias e subsídio de férias no período em que o serviço dos empregados foi prestado, sendo o mesmo reconhecido pelo montante dos benefícios expectáveis de serem pagos.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados correntes são mensurados ao valor não descontado dos benefícios expectáveis de serem pagos pelos serviços prestados.

Os passivos reconhecidos relativos a benefícios concedidos a empregados não correntes são mensurados ao valor atual dos pagamentos expectáveis futuros relativamente aos serviços prestados pelos empregados até à data de reporte.

q) Subsídios atribuídos pelo Estado

Os subsídios atribuídos pelo Estado para financiar investimentos em ativos tangíveis ou intangíveis são reconhecidos no passivo e registados como responsabilidades. Os subsídios ao investimento são reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados durante o período de vida útil estimado dos bens subsidiados na rubrica de "Outros rendimentos / (gastos) operacionais".

r) Julgamentos e estimativas

Na preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas, o Conselho de Administração do Grupo baseou-se no seu melhor conhecimento e na experiência de eventos passados e / ou correntes, considerando determinados pressupostos relativos a eventos futuros.

As estimativas contabilísticas mais significativas refletidas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas (e correspondentes fontes de incerteza) incluem:

- a) Justo valor dos terrenos e edifícios e das propriedades de investimento e valor realizável líquido dos imóveis registados em inventários

Os ativos imobiliários do Grupo (nomeadamente terrenos e edifícios de uso próprio) são mensurados através do modelo da revalorização, ou do modelo do justo valor, no caso das propriedades de investimento, o que implica a determinação do respetivo justo valor. Adicionalmente, os imóveis registados em inventários que apresentam indícios de imparidade são sujeitos a testes de imparidade que assentam na determinação do valor realizável líquido dos mesmos. O justo valor e o valor realizável líquido daqueles ativos imobiliários é frequentemente determinado com recurso a avaliações, as quais têm inevitavelmente subjacentes incertezas associadas a diversos fatores, tais como preços de mercado, *yields*, procura, etc.. Para atenuar o efeito destas incertezas, o Conselho de Administração tem por política, sempre que tal for praticável, o recurso a peritos credenciados e independentes para a realização das avaliações.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados no apuramento do justo valor e do valor realizável líquido para os principais imóveis detidos pelo Grupo, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 16, 21 e 22.

- b) Justo valor dos equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção

Os equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção são mensurados através do modelo da revalorização o que implica a determinação do respetivo justo valor. O justo valor daqueles ativos é frequentemente determinado com recurso a avaliações, as quais têm inevitavelmente subjacentes incertezas associadas a diversos fatores, tais como preços de mercado, *yields*, procura, etc.. Para atenuar o efeito destas incertezas, o Conselho de Administração tem por política, sempre que tal for praticável, o recurso a peritos credenciados e independentes para a realização das avaliações.

- c) Análises de imparidade ao *Goodwill*, a investimentos financeiros em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos, a ativos tangíveis e a ativos intangíveis

As análises de imparidade requerem a determinação do justo valor e / ou do valor de uso dos ativos em questão (ou de algumas UGC). Este processo requer um elevado número de julgamentos, nomeadamente a estimação de fluxos de caixa futuros associados aos ativos ou às respetivas UGC e a determinação de uma taxa de desconto apropriada para o apuramento do valor presente dos referidos fluxos de caixa. Neste particular, o Grupo, mais uma vez, estabeleceu o requisito de ser utilizada a máxima quantidade possível de dados de mercado observáveis. Estabeleceu ainda mecanismos de monitorização dos cálculos assentes no desafio crítico da razoabilidade dos pressupostos utilizados, da sua coerência e consistência (em situações similares).

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados nas análises de imparidade, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada nas Notas 14, 15, 16, 18 e 19.

- d) Determinação de perdas de imparidade para contas a receber e para outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado

As perdas de imparidade para contas a receber são apuradas conforme indicado na Nota 1.4 i). Por outro lado, a determinação da imparidade através da análise individual corresponde ao julgamento do Grupo quanto à situação económica e financeira dos seus clientes e à sua estimativa sobre o valor atribuído a eventuais garantias existentes, com o conseqüente impacto nos fluxos de caixa futuros esperados. De igual forma, as perdas de imparidade esperadas para o crédito concedido e para os outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado são apuradas tendo em conta um conjunto de informação histórica e de pressupostos (descritos na Nota 45 para os outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado), os quais poderão vir a não ser representativos da incobrável futura dos devedores do Grupo.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na determinação das perdas de imparidade para contas a receber encontra-se divulgada nas Notas 23 e 45.

e) Reconhecimento do rédito em contratos de construção em curso

O rédito dos contratos de construção em curso é reconhecido com base no método *cost- to -cost*, ou seja, de acordo com a percentagem de acabamento do contrato. A percentagem de acabamento traduz-se numa estimativa muito relevante que assenta na previsão dos gastos ainda a incorrer até à conclusão do contrato. Este processo baseia-se, em grande medida, no *input* dos técnicos envolvidos na execução do contrato, em virtude do seu conhecimento detalhado sobre o mesmo, da sua experiência e da sua competência técnica.

f) Valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos ou com pouca liquidez

Na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos (nomeadamente, instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo e as ações do Banco Angolano de Investimentos, S.A. – BAI) foram utilizadas técnicas de valorização assentes em modelos de fluxos de caixa descontados ou em múltiplos de transações de mercado.

A determinação do justo valor dos instrumentos financeiros derivados é geralmente efetuada pelas entidades junto das quais os mesmos foram contratados (contrapartes). O Conselho de Administração do Grupo reconhece competência e objetividade às contrapartes. Adicionalmente, o Grupo tem ainda acesso aos principais pressupostos e metodologias utilizados na determinação do justo valor daqueles instrumentos, os quais são considerados apropriados.

A determinação do justo valor das ações do BAI, as quais são transacionadas num mercado recentemente regulamentado e ainda com liquidez reduzida, foi efetuada tendo em consideração a sua cotação ajustada com base em outra informação pública disponibilizada na *Reuters / Bloomberg* ou em outras fontes credíveis de disponibilização de informação sobre transações financeiras.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na valorização de instrumentos financeiros não transacionados em mercados ativos encontra-se divulgada nas Notas 20 e 32.

g) Determinação do desfecho dos processos legais em curso

O desfecho dos processos legais em curso, bem como a respetiva necessidade de constituição de provisões, é estimado tendo por base a opinião dos advogados / consultores legais do Grupo. Por outro lado, os advogados / consultores legais do Grupo possuem as competências técnicas e o conhecimento detalhado dos processos que lhes permitem fazer face à incerteza inerente ao desfecho de tais processos (Nota 37).

h) Mensuração e reconhecimento de impostos diferidos

Os ativos e os passivos por impostos correntes e diferidos são determinados com base na interpretação da legislação fiscal em vigor nas várias jurisdições onde o Grupo opera. Deste modo, alterações na legislação fiscal ou na sua interpretação por parte das autoridades competentes podem ter impacto no montante dos impostos reconhecidos. Por outro lado, o reconhecimento de ativos por impostos diferidos pressupõe a existência de resultados e de matéria coletável positiva futura. Deste modo, a recuperação dos ativos por impostos diferidos depende ainda do desempenho das várias entidades incluídas no perímetro de consolidação, circunstância que o Grupo não controla por inteiro. De modo a atenuar o grau de incerteza associado a estas estimativas, em particular no tocante à interpretação da legislação fiscal aplicável, o Grupo e as várias empresas incluídas no seu perímetro de consolidação recorrem aos serviços de consultores fiscais externos especializados.

A informação sobre os pressupostos mais relevantes utilizados na análise de realização dos ativos por impostos diferidos, bem como a sensibilidade dos resultados apurados face a algumas alterações de pressupostos encontra-se divulgada na Nota 12.

As diversas estimativas acima referidas foram determinadas com base na melhor informação histórica disponível à data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas. Os julgamentos subjacentes àquelas estimativas tiveram em consideração a envolvente económica global do setor e da geografia em que operam as várias empresas incluídas no perímetro de consolidação, bem como os seus desenvolvimentos futuros esperados. Atendendo à sua natureza, aqueles julgamentos encontram-se sujeitos a um razoável grau de incerteza. Consequentemente, poderão ocorrer situações em períodos subsequentes que, não sendo previsíveis à data, não foram consideradas nas estimativas e que podem levar a que os desfechos observados difiram materialmente dos previstos. Alterações às estimativas que ocorram posteriormente à data de emissão das demonstrações financeiras consolidadas anexas serão corrigidas em resultados de forma prospetiva, conforme disposto pela IAS 8.

À data de preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas não são antecipadas alterações relevantes às estimativas efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

À data da preparação das demonstrações financeiras consolidadas anexas não são antecipadas alterações relevantes às estimativas de imposto sobre o rendimento efetuadas e, conseqüentemente, não são esperadas variações materiais nos ativos e passivos registados com base nessas estimativas.

- i) Apuramento do justo valor dos interesses anteriormente detidos em subsidiárias à data de obtenção de controlo, dos interesses ainda retidos em subsidiárias à data de perda de controlo, bem como do justo valor dos ativos e passivos classificados como detidos para venda

O apuramento do justo valor dos interesses anteriormente detidos em subsidiárias à data de obtenção de controlo, dos interesses ainda retidos em subsidiárias à data de perda de controlo, bem como do justo valor dos ativos e passivos classificados como detidos para venda é realizado através do preço de venda estabelecido contratualmente com as contrapartes ou através de modelos de *discounted cash-flows*, com projeções de receitas e de custos para a entidade envolvida, considerando, entre outras, taxas de desconto e de inflação de mercado.

s) Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração consolidada dos fluxos de caixa é preparada de acordo com a IAS 7 através do método direto. O Grupo classifica na rubrica “Caixa e seus equivalentes” os investimentos com vencimento a menos de três meses para os quais o risco de alteração de valor é insignificante, mas exclui os valores cativos de depósitos bancários afetos ao serviço da dívida, bem como os depósitos dados em garantia ao abrigo de cláusulas contratuais, os quais se encontram registados na rubrica de “Outras aplicações financeiras”. Por outro lado, os descobertos bancários não são incluídos na rubrica “Caixa e seus equivalentes” por não fazerem parte da gestão de tesouraria do Grupo.

As atividades operacionais englobam os recebimentos de clientes, os pagamentos a fornecedores, os pagamentos ao pessoal e outros relacionados com a atividade operacional. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de investimento incluem, nomeadamente, os associados a aquisições e alienações de empresas participadas, bem como os pagamentos e recebimentos decorrentes da compra e venda de ativos fixos e os dividendos recebidos. Os fluxos de caixa abrangidos nas atividades de financiamento incluem, designadamente, os pagamentos e recebimentos referentes a empréstimos obtidos e a contratos de locação, bem como o pagamento de juros e dividendos.

2. Vendas e prestações de serviços

As vendas e prestações de serviços nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisadas como se segue:

	2023	2022
Vendas		
Energia	225 622	227 462
Material reciclável	65 931	78 906
Imobiliário	32 393	27 023
Inertes	26 142	28 890
Outras atividades	82 016	25 626
Prestações de serviços		
Engenharia e construção	4 138 928	2 757 187
Concessões	335 526	95 625
Ambiente - recolha de resíduos	187 332	174 564
Ambiente - tratamento de resíduos	167 213	139 012
Ambiente - tratamento de resíduos - associadas à construção de ativos concessionados	97 400	59 126
Outras atividades	193 393	190 836
	5 551 897	3 804 258

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica de “Prestações de serviços – Engenharia e Construção” foi justificado, essencialmente, pela execução da elevada carteira de encomendas angariada em anos anteriores, nomeadamente na América Latina – E&C e em África – E&C.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes registados na rubrica “Prestações de serviços - Concessões” eram justificados, essencialmente, pelos proveitos associados à construção de infraestruturas concessionadas no México, tal como preconizado na IFRIC 12.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica “Prestações de serviços - Ambiente – tratamento de resíduos” foi justificado, essencialmente, pelo incremento da atividade das concessionárias do Grupo EGF.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as vendas e prestações de serviços por segmento operacional podem ser analisadas como se segue:

	2023	2022
América Latina - E&C	2 749 905	1 521 367
África - E&C	1 518 378	1 184 307
Europa - E&C	665 939	508 319
Ambiente	517 843	556 249
Capital	92 036	83 014
Mext	41 639	19 002
Outros, eliminações e intragrupo	(33 843)	(68 000)
	5 551 897	3 804 258

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros, eliminações e intragrupo” incluía, essencialmente, as vendas e prestações de serviços efetuadas entre empresas dos segmentos África – E&C, Europa – E&C, Mext e Capital.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, dois clientes do Grupo sediados no México representaram cerca de 22% da rubrica de “Vendas e prestações de serviços”, sendo que nenhum outro representou mais de 10%.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, um cliente do Grupo sediado no México representou cerca de 18% da rubrica de “Vendas e prestações de serviços”, sendo que nenhum outro representou mais de 10%.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não se verificou qualquer descontinuação significativa nas atividades desenvolvidas pelo Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a componente futura de rédito alocada a obrigações de desempenho ainda não cumpridas, ou cumpridas parcialmente, pode ser analisada como se segue:

Segmento	2024	2025 e seguintes	Total
África E&C	3 013 027	4 098 482	7 111 509
América Latina - E&C	2 458 335	1 903 053	4 361 388
Europa E&C	628 060	454 673	1 082 733
E&C - total	6 099 422	6 456 208	12 555 630
Ambiente	179 260	121 205	300 465
Capital	72 796	6 618	79 414
Grupo - total	6 351 477	6 584 032	12 935 509

Segmento	2023	2024 e seguintes	Total
África E&C	1 650 112	4 749 072	6 399 184
América Latina - E&C	1 969 511	2 839 196	4 808 706
Europa E&C	543 487	363 327	906 813
E&C - total	4 163 110	7 951 595	12 114 704
Ambiente	170 128	210 758	380 886
Capital	36 812	33 719	70 530
Grupo - total	4 370 049	8 196 071	12 566 120

3. Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção

O custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e a variação da produção, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

2023	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	76 517	214 182	290 699
Compras	249 813	1 364 730	1 614 542
Diferenças cambiais e outros movimentos	1 890	(7 659)	(5 769)
Variação de perímetro	-	(5 449)	(5 449)
Inventário final (Nota 22)	(74 996)	(276 576)	(351 572)
	253 223	1 289 227	1 542 450
Variação da produção			(7 803)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção			1 534 647

2022	Mercadorias	Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	Total
Inventário inicial	82 900	120 232	203 132
Compras	67 294	956 345	1 023 639
Diferenças cambiais e outros movimentos	921	5 526	6 447
Variação de perímetro	898	(315)	583
Inventário final (Nota 22)	(76 517)	(214 182)	(290 699)
	75 496	867 606	943 102
Variação da produção			(17 938)
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção			925 164

Os montantes incluídos na rubrica “Variação da produção” correspondem, essencialmente, ao valor dos apartamentos construídos e/ou alienados pelo Grupo, nomeadamente na Polónia.

4. Fornecimentos e serviços externos

Os fornecimentos e serviços externos nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Subcontratos	952 256	785 170
Transportes de mercadorias	349 951	129 151
Trabalhos especializados, honorários e comissões	317 431	304 629
Rendas e alugueres	219 070	122 188
Encargos associados à construção de ativos concessionados	97 400	59 126
Conservação e reparação	89 498	75 976
Seguros	73 438	44 059
Transportes, deslocações e estadias	59 656	39 320
Combustíveis	40 181	47 043
Vigilância e segurança	23 659	16 638
Água e eletricidade	19 541	14 629
Publicidade e propaganda	11 461	8 205
Comunicações	8 038	6 255
Utensílios, outros materiais e material de escritório	7 632	3 527
Limpeza	6 171	4 958
Outros fornecimentos e serviços	51 655	44 955
	2 327 038	1 705 829

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Subcontratos” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com subempreiteiros associados à execução dos contratos de construção que o Grupo se encontrava a realizar, e a sua distribuição por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
América Latina - E&C	475 566	472 744
Europa - E&C	253 905	176 190
África - E&C	226 483	121 820
Ambiente	44 740	14 412
Capital	21 549	18 297
Mext	14 820	7 208
Outros, eliminações e intragrupo	(84 807)	(25 500)
	952 256	785 170

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Trabalhos especializados, honorários e comissões” incluía, entre outros, trabalhos de assistência técnica, *outsourcing*, auditoria e consultoria.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Rendas e alugueres” respeitava, essencialmente, aos encargos suportados com o aluguer de equipamentos, máquinas, viaturas e instalações, alugueres esses que não cumpriam a definição de locação prevista na IFRS 16, ou que, cumprindo, eram de curto prazo, de baixo valor ou incluíam uma componente variável de preço (Nota 1.4. f).

5. Gastos com pessoal

Os gastos com pessoal nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Remunerações	720 521	545 980
Encargos sociais:		
Pensões (plano de benefícios definidos) - Nota 39	852	432
Outros	185 090	131 538
	906 464	677 951

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros” incluía, essencialmente, os gastos suportados com a Segurança Social e com outros regimes de contribuição social similares no estrangeiro, subsídios de refeição e doença, seguros de acidentes de trabalho e indemnizações.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os gastos com pessoal por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
América Latina - E&C	370 771	190 066
África - E&C	197 169	183 841
Ambiente	175 514	157 235
Europa - E&C	102 726	94 971
Capital	31 481	27 700
Mext	3 570	3 816
Outros, eliminações e intragrupo	25 232	20 321
	906 464	677 951

Número de colaboradores

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o número de colaboradores ao serviço do Grupo (tendo em consideração a unidade de negócio onde os mesmos estavam a prestar efetivamente a sua atividade) pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Administradores e Membros dos órgãos sociais	139	138
Pessoal do quadro	21 123	18 667
Pessoal não do quadro	32 078	25 232
	53 340	44 037
África - E&C	18 054	15 483
América Latina - E&C	16 916	13 995
Ambiente	13 532	9 914
Europa - E&C	3 078	3 081
Capital	1 166	1 093
Mext	122	87
Outros	472	384
	53 340	44 037

6. Outros rendimentos / (gastos) operacionais

Os outros rendimentos / (gastos) operacionais nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Rendimentos e ganhos operacionais		
Diferenças de câmbio favoráveis	716 580	514 060
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Aumentos (Nota 21)	39 885	364
Subsídios ao investimento (Nota 35)	14 370	16 700
Ganhos na alienação de ativo tangível	21 135	22 095
Outros proveitos	1 797	34 969
	793 766	588 188
Gastos e perdas operacionais		
Diferenças de câmbio desfavoráveis	650 889	477 363
Impostos	47 497	20 645
Perdas na alienação de ativo tangível	6 997	14 569
Variações de justo valor nas propriedades de investimento - Reduções (Nota 21)	209	3 986
Donativos	3 381	3 138
Outros gastos	31 243	23 097
	740 216	542 799
	53 551	45 389

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as diferenças de câmbio líquidas tiveram a sua origem, essencialmente, na unidade de negócio de África – E&C.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Subsídios ao investimento” respeitava, essencialmente, ao reconhecimento de subsídios ao investimento por parte das empresas do Subgrupo EGF.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os ganhos líquidos na alienação de ativo tangível foram justificados, essencialmente, pela Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia e Construção África, pela Empresa Construtora Brasil, pela Sucursal do Malawi da Mota-Engil Engenharia e Construção África e pela Mota-Engil Railway.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os ganhos líquidos na alienação de ativo tangível foram justificados, essencialmente, pela Mota-Engil O&M México, pela Empresa Construtora Brasil, pela Mota-Engil Central Europe Polónia e pela Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia e Construção África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Impostos” incluía diversos impostos suportados pelas diferentes empresas do Grupo, com destaque para as localizadas no México, em Portugal, na Nigéria, na Guiné-Conacri (somente em 2023), em Angola (somente em 2023) e na Colômbia (somente em 2022).

7. Amortizações e depreciações

As amortizações e depreciações nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisadas como se segue:

	2023	2022
Amortizações do exercício em ativo intangível (Nota 15):		
Software e outros direitos	1 670	1 084
Licenças de exploração de concessões	65 478	70 032
Outros ativos intangíveis	121	3 345
	67 270	74 460
Depreciações do exercício em ativo tangível (Nota 16):		
Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	894	921
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	9 455	9 761
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	86 165	50 710
Equipamentos - outros	18 470	45 102
Outros ativos tangíveis	3 358	2 283
	118 342	108 778
Depreciações do exercício em ativos sob direito de uso (Nota 17):		
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	3 867	3 410
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	59 736	51 352
Equipamentos - outros	32 117	40 616
Outros ativos tangíveis	18	41
	95 738	95 418
	281 349	278 656

8. Provisões e perdas de imparidade

As provisões e perdas de imparidade nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisadas como se segue:

	2023			2022		
	Aumentos	Reversões	Líquido	Aumentos	Reversões	Líquido
Provisões (Nota 37)	34 724	(16 106)	18 618	33 503	(17 302)	16 202
Total de provisões	34 724	(16 106)	18 618	33 503	(17 302)	16 202
Ajustamentos e perdas de imparidade:						
Em inventários (Nota 22)	212	(10)	203	462	(229)	233
Em <i>goodwill</i> (Nota 14)	-	-	-	641	-	641
Em ativos tangíveis (Nota 16)	893	(308)	585	960	(1 559)	(599)
Em outros ativos correntes	-	-	-	1 787	-	1 787
Em outros investimentos financeiros registrados ao custo amortizado	-	(339)	(339)	-	-	-
Em clientes e outros devedores (Nota 23)	46 550	(25 792)	20 758	10 543	(9 972)	570
Total de perdas de imparidade	47 655	(26 448)	21 206	14 393	(11 760)	2 632
Total de provisões e perdas de imparidade	82 379	(42 554)	39 825	47 896	(29 062)	18 834

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 nas rubricas de “Provisões” e de “Perdas de imparidade” deveu-se, essencialmente, ao reforço das provisões associadas ao período de garantia dos contratos de construção, nomeadamente nas unidades de negócio de África – E&C e da América Latina – E&C, bem como à constituição de imparidades para fazer face a alguns riscos de incobrabilidade em contas a receber.

O aumento líquido ocorrido no exercício findo em 31 de dezembro de 2022 na rubrica de “Provisões”, deveu-se, essencialmente, ao reforço das provisões associadas ao período de garantia dos contratos de construção, bem como a contingências diversas (nomeadamente nas unidades de negócio de África – E&C e do Ambiente).

9. Rendimentos e ganhos financeiros e Gastos e perdas financeiras

Os rendimentos e ganhos financeiros e os gastos e perdas financeiras (resultados financeiros) nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Rendimentos e ganhos financeiros		
Ativos financeiros registados ao custo amortizado:		
Juros obtidos	96 838	67 837
Descontos de pronto pagamento obtidos	1 011	489
Diferenças de câmbio favoráveis	141 197	354 999
Outros ativos financeiros:		
Rendimentos de participações de capital - Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	2 440	4 337
Ganhos de justo valor - Instrumentos financeiros derivados	3 842	832
Outros rendimentos e ganhos financeiros	27 373	17 676
	272 702	446 170
Gastos e perdas financeiras		
Passivos financeiros registados ao custo amortizado		
Juros suportados	256 938	165 216
Juros suportados - Passivos de locação (Nota 17)	26 745	18 786
Descontos de pronto pagamento concedidos	1 002	482
Diferenças de câmbio desfavoráveis	88 860	368 127
Outros passivos financeiros:		
Outros gastos e perdas financeiras	75 197	47 746
	448 742	600 357
	(176 041)	(154 187)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Juros obtidos” incluía, maioritariamente, os juros associados às obrigações do tesouro Angolanas e Moçambicanas detidas pelo Grupo, os rendimentos gerados pelas concessões da Clean Eburnie e da CMRO Nayarit (somente em 2023), as quais se encontram registadas de acordo com o modelo do ativo financeiro preconizado na IFRIC 12, bem como os juros associados a empréstimos concedidos pela Mota-Engil México e pela FSE Suministradora Fenix (somente em 2023) a algumas empresas associadas.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as diferenças de câmbio líquidas tiveram maioritariamente a sua origem na unidade de negócio de África – E&C.

Os dividendos são reconhecidos quando é estabelecido o direito do Grupo a receber o correspondente montante. Deste modo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Rendimentos de participações de capital” respeitava, essencialmente, a dividendos recebidos do BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A. (2.090 milhares de euros em 2023 e 4.179 milhares de euros em 2022).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os encargos financeiros capitalizados a ativos em construção / desenvolvimento podem ser analisados como se segue:

	2023	2022
Inventários	736	1 961
	736	1 961

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para efeitos de capitalização de encargos financeiros aos ativos em construção / desenvolvimento acima referidos, foi utilizada uma taxa de juro média de 6,35% e 6,09%, respetivamente.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Outros gastos e perdas financeiras” incluía, essencialmente, gastos com garantias e com a montagem de empréstimos, bem como diversas comissões e custos debitados por instituições financeiras, parte dos quais se encontram a ser reconhecidos pelo método da taxa de juro efetiva.

10. Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos podem ser analisados como se segue:

Ganhos em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	2023	2022
Grupo Lineas (segmento Capital)	7 522	-
Grupo Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	7 500	5 438
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	2 621	582
Consorcio Línea Panama Norte (segmento América Latina - E&C)	1 925	2 018
Consorcio Tren Ligero Línea 4 (segmento América Latina - E&C)	1 690	-
Automatriz (segmento África - E&C)	1 353	1 112
Infraconnect Fifteen Kenya (segmento África - E&C)	1 145	-
Infraconnect Eighteen Kenya (segmento África - E&C)	1 063	-
Concessionaria M&R (segmento América Latina - E&C)	742	-
ECOSS Ambiental (segmento Ambiente)	725	-
Besix (segmento América Latina - E&C)	510	-
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	-	2 961
Concesionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	-	1 668
Operadora Tampico Ciudad Victoria (segmento América Latina - E&C)	-	1 343
APP Tamaulipas (segmento América Latina - E&C)	-	906
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Capital)	-	493
Mota-Engil Tourism BV e participadas (segmento América Latina - E&C)	-	15
Outras	1 525	1 641
	28 320	18 176

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as perdas em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos podem ser analisadas como se segue:

Perdas em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	2023	2022
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	4 777	-
Autopista Urbana Siervo de la Nacion (segmento América Latina - E&C)	4 280	6 268
Concesionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	1 029	-
Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE's) participados pela Mota-Engil Engenharia e Construção (segmento Europa - E&C)	765	282
Constructora Conexión Oriente (segmento América Latina - E&C)	567	-
Grupo Lineas (segmento Capital)	-	9 658
Concesionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina - E&C)	-	3 532
Concesionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	-	2 397
Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla (segmento América Latina - E&C)	-	636
Infraconnect Eighteen Kenya (segmento África - E&C)	-	227
Infraconnect Fifteen Kenya (segmento África - E&C)	-	183
Outras	1 496	469
	12 913	23 654
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	15 407	(5 478)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o resultado apropriado no Grupo Lineas foi influenciado, essencialmente, pelos seguintes dois eventos não recorrentes: (i) a alteração na contabilização do contrato de concessão da Douro Interior (cerca de -29.000 milhares de euros); e (ii) pela reversão de uma provisão para contingências na Concessionária do Tiete (cerca de +14.000 milhares de euros).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as perdas apropriadas na Autopista Urbana Siervo de la Nacion, na Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (somente em 2022) e na Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (somente em 2022) foram justificadas, essencialmente, pela abertura recente das respetivas auto-estradas e pelo desfasamento existente nesta fase da operação entre as receitas geradas e os custos suportados, nomeadamente com encargos financeiros e com amortizações. Adicionalmente, como consequência da classificação em 2023 das duas últimas empresas concessionárias como ativos não correntes disponíveis para venda, o Grupo suspendeu a aplicação do método da equivalência patrimonial às mesmas.

11. Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas podem ser analisados como se segue :

Ganhos na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	2023	2022 reexpresso
Negócio dos resíduos industriais (segmento Ambiente)	35 922	-
Concessionária Cua Cua e Vías (segmento América Latina - E&C)	8 690	22 928
Autopista Urbana Siervo de la Nacion (segmento América Latina - E&C)	-	20 163
Operações na Irlanda e no Reino Unido (segmento Europa - E&C)	-	5 083
Takargo (segmento Capital)	-	785
HL (segmento Capital)	-	635
Outros	2 612	11
	47 224	49 605

Perdas na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	2023	2022
Grupo Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	5 700	-
Mota-Engil Tourism BV (segmento América Latina - E&C)	-	4 416
Outros	1 288	227
	6 988	4 643

Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	2023	2022
	40 236	44 963

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para as transações mais relevantes, é apresentado na Nota 42 o detalhe do apuramento dos respetivos ganhos / (perdas).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a perda apurada no Grupo Martifer resultou do reconhecimento da parcela contingente de preço associada à aquisição em exercícios anteriores de créditos sobre aquela entidade, os quais foram posteriormente utilizados para cobrir prejuízos na mesma.

12. Imposto sobre o rendimento

O imposto sobre o rendimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Imposto corrente	98 650	59 475
Imposto diferido	31 197	(19 820)
	129 847	39 655

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe e o movimento dos ativos e passivos por impostos diferidos, de acordo com as diferenças temporárias que os originaram, podem ser analisados como se segue:

Ativos por impostos diferidos 2023	2022	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2023
Prejuízos e créditos fiscais	61 313	(696)	14 928	(866)	14 119	88 799
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	79 656	(1 768)	4 243	(5 044)	(30 459)	46 628
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	46 140	(4 268)	1 831	(283)	(30 777)	12 643
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	23 761	-	(1 419)	-	(12 578)	9 764
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	9 189	-	-	-	99	9 288
Outros	14 933	(5 783)	(6 219)	2 873	20 100	25 905
	234 992	(12 514)	13 364	(3 319)	(39 496)	193 026

Ativos por impostos diferidos 2022	2021	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2022
Provisões e perdas de imparidade não aceites fiscalmente	62 458	-	13 364	255	3 579	79 656
Prejuízos e créditos fiscais	37 313	-	19 864	2 670	1 466	61 313
Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente	62 101	-	(32 140)	16 178	-	46 140
Acréscimos de gastos por investimento a realizar não aceites fiscalmente	27 582	-	(3 821)	-	-	23 761
Diferenças temporárias na liquidação de subsidiárias	9 189	-	-	-	-	9 189
Outros	10 605	784	7 223	1 361	(5 039)	14 933
	209 248	784	4 490	20 464	6	234 992

Passivos por impostos diferidos 2023	2022	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2023
Acréscimos de rendimentos líquidos de gastos não aceites fiscalmente	45 343	-	27 588	10 163	5 717	88 811
Reavaliação de ativos fixos e propriedades de investimento	56 843	(2)	3 651	15 031	(1 547)	73 976
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	38 843	-	(1 195)	(16)	(15 143)	22 489
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	14 214	-	16 549	(4 087)	(7 908)	18 768
Impacto da hiperinflação em Angola	8 362	-	(106)	(3 455)	522	5 323
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	23 111	-	(583)	-	(17 922)	4 605
Amortizações não aceites fiscalmente	8 370	(742)	(37)	54	(7 226)	420
Outros	4 397	(1 068)	(1 306)	(1 385)	9 481	10 118
	199 482	(1 812)	44 561	16 305	(34 026)	224 510

Passivos por impostos diferidos 2022	2021	Alteração de perímetro	Efeito em resultados	Efeito em reservas	Transferências e outros	2022
Reavaliação de ativos fixos e propriedades de investimento	61 833	-	(10 683)	6 476	(783)	56 843
Acréscimos de rendimentos líquidos de gastos não aceites fiscalmente	27 320	-	(6 534)	8 707	15 850	45 343
Imputação de justo valor em concentrações de atividades empresariais	38 571	-	272	-	-	38 843
Diferenças cambiais não aceites fiscalmente	13 157	-	572	484	-	14 214
Amortizações associadas a investimento futuro a realizar não aceites fiscalmente	23 882	-	(772)	-	-	23 111
Amortizações não aceites fiscalmente	8 149	-	219	2	-	8 370
Impacto da hiperinflação em Angola	7 688	-	-	674	-	8 362
Outros	14 647	(152)	1 595	1 143	(12 837)	4 397
	195 249	(152)	(15 331)	17 485	2 230	199 482

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a porção de ativos por impostos diferidos que se espera virem a ser realizados num prazo superior a 12 meses ascende a cerca de 170.700 milhares de euros e 155.000 milhares de euros, respetivamente.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a coluna “Alteração de perímetro” incluiu, essencialmente, o efeito da reclassificação dos ativos / passivos associados às operações na Polónia para a rubrica de ativos / passivos não correntes detidos para venda (Nota 28).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a coluna “Efeito em reservas” incluiu, essencialmente: (i) o efeito cambial decorrente da transposição de demonstrações financeiras de empresas participadas expressas em moeda estrangeira, nomeadamente das localizadas nas unidades de negócio de África – E&C e da América Latina – E&C e (ii) o imposto associado às reavaliações efetuadas aos imóveis de uso próprio e aos equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as rubricas de “Acréscimos de gastos não aceites fiscalmente” e de “Acréscimos de rendimentos líquidos de gastos não aceites fiscalmente” incluíam, essencialmente, o efeito resultante das diferenças temporárias existentes em alguns países no tratamento fiscal e contabilístico dos contratos de construção (nomeadamente, o reconhecimento para efeitos fiscais de custos e proveitos apenas no momento em que ocorre o respetivo fluxo financeiro).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, de acordo com as estimativas de imposto e as declarações fiscais das empresas que registaram ativos por impostos diferidos associados a prejuízos e créditos fiscais, aqueles eram reportáveis como se segue:

2023	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2019 (inclusive)	64 807	16 834
2020	61 610	18 013
2021	39 606	15 125
2022	33 596	11 996
2023	80 994	26 830
	280 613	88 799

2023	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2024	2 833	2 804
2025	16 363	5 135
2026	40 594	13 763
2027	30 168	6 040
após 2027	190 655	61 057
	280 613	88 799

2022	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano do registo:		
até 2018 (inclusive)	26 392	5 959
2019	26 947	8 581
2020	18 987	7 722
2021	54 875	19 496
2022	43 552	19 554
	170 752	61 313

2022	Prejuízos e créditos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2023	1 630	936
2024	6 130	3 679
2025	40 386	9 974
2026	39 774	21 808
após 2026	82 832	24 916
	170 752	61 313

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram sujeitos a avaliação os ativos por impostos diferidos reconhecidos resultantes de prejuízos fiscais reportáveis e de outras diferenças temporárias dedutíveis. Consequentemente, os mesmos só foram registados na medida em que fosse provável, de acordo com a informação abaixo indicada, que ocorressem lucros tributáveis no futuro e que esses pudessem ser utilizados para recuperar perdas fiscais ou para compensar diferenças temporárias tributáveis existentes. Aquela avaliação baseou-se, essencialmente, nos planos de negócio das diversas empresas do Grupo, periodicamente revistos e atualizados.

De igual modo, para efeitos de aferição da recuperação dos ativos por impostos diferidos gerados no consolidado fiscal (RETGS) da Mota-Engil SGPS, foram utilizados os planos de negócio das empresas que o compõe, nomeadamente o da Mota-Engil Engenharia e Construção e o da Mota-Engil Engenharia e Construção África.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso os lucros tributáveis considerados nos planos de negócio das empresas que compõem o consolidado fiscal da Mota-Engil SGPS fossem superiores ou inferiores a 5%, os ativos por impostos diferidos reconhecidos viriam aumentados e diminuídos em 1.378 milhares de euros e 1.378 milhares de euros, respetivamente (0 milhares de euros e 0 milhares de euros, respetivamente, em 31 de dezembro de 2022).

Adicionalmente, no seguimento da entrada em vigor da Lei n.º 24-D/2022, de 30 de dezembro, a dedução dos prejuízos fiscais ao lucro tributável deixou de estar limitada temporalmente, encontrando-se a mesma limitada a 65% do lucro tributável, com exceção da dedução dos prejuízos fiscais gerados nos exercícios de 2020 e 2021, cuja dedução está limitada a 75% do lucro tributável.

Por último, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam prejuízos fiscais reportáveis no montante de 72.976 milhares de euros e 46.005 milhares de euros, respetivamente, cujos ativos por impostos diferidos, numa ótica de prudência e de incerteza quanto à sua recuperação, não foram registados.

2023	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano em que foram gerados:		
até 2019 (inclusive)	10 429	1 924
2020	3 554	755
2021	5 121	1 085
2022	5 733	1 181
2023	48 139	10 279
	72 976	15 223

2023	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2024	777	142
2025	330	58
2026	988	184
2027	1 115	206
após 2027	69 766	14 633
	72 976	15 223

2022	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Ano em que foram gerados:		
até 2018 (inclusive)	13 347	2 656
2019	3 677	571
2020	14 941	4 156
2021	7 385	1 865
2022	6 655	1 706
	46 005	10 953

2022	Prejuízos fiscais	Ativos por impostos diferidos
Data de caducidade:		
2023	6 143	1 141
2024	4 401	871
2025	4 876	701
2026	4 291	959
após 2026	26 294	7 281
	46 005	10 953

A Mota-Engil SGPS é abrangida, desde janeiro de 2010, pelo Regime Especial de Tributação dos Grupos de Sociedades (RETGS), pelo que o imposto corrente é calculado com base nos resultados tributáveis das empresas incluídas na consolidação e no referido regime, de acordo com as regras do mesmo.

O RETGS engloba todas as empresas participadas direta ou indiretamente em, pelo menos, 75% do capital social e que sejam residentes em Portugal e sujeitas ao regime geral de tributação em sede de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas (IRC).

Para as empresas não abrangidas por aquele regime, o imposto corrente é calculado com base no respetivo resultado tributável, apurado de acordo com as regras fiscais em vigor no local da sede de cada empresa participada.

A partir de 1 de janeiro de 2007, os municípios passaram a poder cobrar uma derrama municipal anual até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de IRC. Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Mota-Engil SGPS e as suas empresas participadas sedeadas em Portugal foram tributadas em sede de IRC à taxa de 21%, acrescida de uma derrama municipal à taxa máxima de 1,5% sobre o lucro tributável, atingindo assim uma taxa agregada de imposto máxima de cerca de 22,5%.

Adicionalmente, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os lucros tributáveis das empresas participadas sedeadas em Portugal que excederam os 1.500.000 euros foram sujeitos a uma derrama estadual, apurada nos termos do artigo 87ºA do Código do IRC, às seguintes taxas:

- 3% para lucros tributáveis entre 1.500.000 euros e 7.500.000 euros;
- 5% para lucros tributáveis entre 7.500.000 euros e 35.000.000 euros; e
- 9% para lucros tributáveis superiores a 35.000.000 euros.

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a dedução dos gastos de financiamento líquidos na determinação do lucro tributável esteve condicionada ao maior dos seguintes limites:

- 1.000.000 euros; e
- 30% do resultado antes de depreciações, gastos de financiamento líquidos e impostos.

Por último, nos termos do artigo 88.º do Código do IRC, as empresas participadas sedeadas em Portugal encontram-se sujeitas adicionalmente a tributação autónoma sobre um conjunto de encargos às taxas previstas no artigo atrás mencionado.

Deste modo, para efeitos de apuramento de ativos / passivos por impostos diferidos, foram utilizadas em Portugal as taxas de 21% (para prejuízos fiscais e créditos fiscais reportáveis) e de 22,5% (para as outras diferenças temporárias) na medida em que se estima que aquelas serão as taxas que estarão em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a reconciliação entre a taxa nominal e efetiva de imposto sobre o rendimento pode ser analisada como se segue:

2023	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	395 726	89 038
Resultados de empresas associadas e de empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	(0,9)%	(15 407)	(3 467)
Prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias geradas no ano para as quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido e / ou anulação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores e / ou registo de ativos por impostos diferidos não reconhecidos anteriormente	3,5%	61 002	13 725
Taxas nominais de imposto diferenciadas	7,6%	-	30 197
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(4,9)%	(85 452)	(19 227)
Tributação autónoma	0,5%	-	2 091
Encargos financeiros não dedutíveis	6,3%	111 542	25 097
Rendimentos tributados em sede de outros impostos em detrimento de imposto sobre o rendimento	(2,8)%		(10 966)
Outros efeitos	1,2%		4 942
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	32,8%		129 847

2022 reexpresso	Taxa	Base fiscal	Imposto
Taxa e imposto nominal sobre o rendimento	22,5%	139 062	31 289
Resultados de empresas associadas e de empreendimentos conjuntos em equivalência patrimonial	1,1%	5 478	1 232
Prejuízos fiscais e outras diferenças temporárias geradas no ano para as quais não foi reconhecido ativo por imposto diferido e / ou anulação de ativos por impostos diferidos reconhecidos em exercícios anteriores e / ou registo de ativos por impostos diferidos não reconhecidos anteriormente	3,2%	16 527	3 718
Taxas nominais de imposto diferenciadas	9,6%	-	11 247
Diferença entre mais e menos valias fiscais e contabilísticas	(7,9)%	(63 921)	(14 382)
Tributação autónoma	1,1%	-	1 259
Encargos financeiros não dedutíveis	11,4%	59 153	13 309
Rendimentos tributados em sede de outros impostos em detrimento de imposto sobre o rendimento	(6,5)%		(7 556)
Outros efeitos	(0,4)%		(462)
Taxa efetiva e imposto sobre o rendimento	28,5%		39 655

Os montantes incluídos na rubrica “Taxas nominais de imposto diferenciadas” justificam-se, essencialmente, pelo facto das empresas sedeadas fora de Portugal apresentarem taxas de tributação distintas dos 22,5%.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as taxas nominais de imposto sobre lucros em vigor nos principais países onde o Grupo opera, e que serviram igualmente como base para o apuramento dos ativos e passivos por impostos diferidos, por serem as que se estima que estejam em vigor na data de reversão das respetivas diferenças temporárias, foram como se segue:

País	Taxas	
	2023	2022
África do Sul	27%	28%
Angola	25%	25%
Brasil	34%	34%
Colômbia	35%	35%
Costa do Marfim	25%	25%
Guiné	25%	25%
Malawi	35%	35%
México	30%	30%
Moçambique	32%	32%
Nigéria	30%	30%
Peru	29,5%	29,5%
Polónia	19%	19%
Ruanda	30%	30%

De acordo com a legislação nacional em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correção por parte das Autoridades Fiscais durante um período de quatro anos (cinco anos para a Segurança Social), exceto quando tenham ocorrido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais ou estejam em curso inspeções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são prolongados ou suspensos. Desta forma, as declarações fiscais das empresas do Grupo sedeadas em Portugal, relativas aos exercícios de 2020 a 2023, poderão ser sujeitas a revisão e correção. No entanto, o Conselho de Administração do Grupo entende que eventuais correções resultantes de diferentes interpretações da legislação vigente por parte das Autoridades Fiscais não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do Grupo, corroborada pelos seus advogados e consultores fiscais, que não existem passivos materiais associados a contingências fiscais, aferidos de acordo com a IFRIC 23 – Incertezas sobre o tratamento do imposto sobre o rendimento, que devessem originar o registo de provisões ou a necessidade de divulgação dos mesmos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Num futuro próximo, o Grupo será abrangido pelas regras de tributação mínima efetiva de grupos multinacionais (comumente designadas por “Pilar Dois”) as quais, em virtude da transposição da Diretiva (UE) 2022/2523, se aplicarão a partir de 1 de janeiro de 2024 nalgumas jurisdições nas quais o Grupo opera. Em Portugal, que é a jurisdição onde está sediada a entidade-mãe do Grupo, a Diretiva ainda não foi transposta, mas espera-se que o seja durante 2024 e que as regras produzam já efeito nesse ano.

Deste modo, dado que a legislação Pilar Dois não se encontrava em vigor à data de relato, a mesma não produziu qualquer impacto em 2023 no imposto corrente do Grupo. Quanto aos impostos diferidos relacionados com a adoção futura das novas regras, o Grupo aplicou a exceção ao seu reconhecimento e divulgação, tal como previsto na revisão à IAS 12 emitida em maio de 2023.

Por último, embora a aplicação das novas regras seja bastante complexa e se esteja ainda a avaliar todos os eventuais impactos futuros decorrentes da sua adoção no imposto corrente ou nos impostos diferidos, em virtude de nas diversas jurisdições onde o Grupo atualmente opera (e de acordo com as atuais taxas de tributação e benefícios fiscais em vigor) o nível de tributação efetiva ser superior ao limite mínimo de 15% previsto nas regras Pilar Dois (ainda que aplicando apenas as regras de tributação locais), não se estimam impactos materiais decorrentes da sua aplicação.

13. Resultados por ação

A Mota-Engil SGPS emitiu apenas ações ordinárias, pelo que não existem direitos especiais de dividendo ou voto.

Não se verifica no Grupo qualquer situação que possa representar uma redução dos resultados por ação com origem em opções, *warrants*, obrigações convertíveis ou outros direitos associados a ações ordinárias. Assim, não existe dissemelhança entre o cálculo do resultado por ação básico e o cálculo do resultado por ação diluído.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o capital social da Mota-Engil SGPS ascendia a 306.775.950 euros e encontrava-se representado por 306.775.950 ações ordinárias com o valor nominal de 1 euro cada.

Desta forma, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o apuramento dos resultados por ação pode ser analisado como se segue:

		2023	2022 Reexpresso
Resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo	(I)	113 153	52 422
Número de ações em circulação no início do exercício		306 775 950	306 775 950
Número de ações em circulação no final do exercício		306 775 950	306 775 950
Número médio ponderado de ações ordinárias	(II)	306 775 950	306 775 950
Número médio ponderado de ações próprias no exercício	(III)	6 091 581	6 091 581
Número médio ponderado de ações em circulação	(II - III)	300 684 369	300 684 369
Resultado por ação em euros:			
básico	(I) / (II - III)	0,376	0,174
diluído	(I) / (II - III)	0,376	0,174

14. Goodwill

A informação relativa ao *Goodwill*, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023			2022 reexpresso		
	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido	Goodwill bruto	Perdas por imparidade acumuladas	Goodwill líquido
Europa - E&C						
Mota-Engil Central Europe Polónia	-	-	-	8 011	(4 426)	3 585
Outros	469	(469)	-	-	-	-
	469	(469)	-	8 011	(4 426)	3 585
Ambiente						
Grupo Suma	7 686	(2 506)	5 179	12 639	(4 177)	8 462
Outros	98	(75)	23	98	(75)	23
	7 784	(2 581)	5 203	12 737	(4 252)	8 485
África - E&C						
Cecot	1 002	-	1 002	1 036	-	1 036
Outros	143	-	143	143	-	143
	1 145	-	1 145	1 179	-	1 179
América Latina - E&C						
Empresa Construtora Brasil	3 738	-	3 738	3 548	-	3 548
Consita	397	-	397	377	-	377
	4 135	-	4 135	3 924	-	3 924
Capital						
Mota-Engil Ativ	1 187	-	1 187	1 187	-	1 187
Outros	366	-	366	643	(41)	602
	1 553	-	1 553	1 831	(41)	1 789
MEXT						
Outros	278	(41)	236	-	-	-
	278	(41)	236	-	-	-
Grupo						
Outros	329	(33)	295	-	-	-
	329	(33)	295	-	-	-
	15 691	(3 124)	12 567	27 683	(8 719)	18 963

Os movimentos ocorridos no *Goodwill*, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	2023	2022 Reexpresso
Goodwill no início do exercício	18 963	20 069
Perdas de imparidade em goodwill (Nota 8)		
Mota-Engil Central Europe Polónia	-	(641)
	-	(641)
Alterações no goodwill por variação de perímetro		
Grupo Suma (Negócio de resíduos industriais)	(3 282)	-
Grupo - Outros	295	-
	(2 987)	-
Transferências		
Grupo Suma (Negócio de resíduos industriais)	-	(918)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(3 636)	-
	(3 636)	(918)
Alterações no goodwill por atualização cambial		
Empresa Construtora Brasil	190	378
Mota-Engil Central Europe Polónia	50	(22)
Outros	(14)	97
	226	453
Goodwill no fim do exercício	12 567	18 963

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a alteração de *Goodwill* por variação de perímetro ocorrida no Grupo Suma deveu-se à alienação do seu negócio de resíduos industriais (Nota 42).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a transferência de *Goodwill* ocorrida na Mota – Engil Central Europe Polónia resultou da sua classificação como um ativo não corrente disponível para venda (Nota 28).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as perdas de imparidade registadas foram justificadas pela anulação do *Goodwill* afeto ao negócio de pontes na Polónia.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a transferência de *Goodwill* ocorrida no Grupo Suma resultou da classificação do seu negócio de resíduos industriais como um ativo não corrente disponível para venda (Nota 28).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os métodos e os principais pressupostos utilizados na aferição da existência, ou não, de imparidade nos valores mais significativos de *Goodwill* registados nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, foram como se segue:

2023	
Pressuposto	ECB*
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos
Taxas de crescimento das vendas:	
Ano n+1	23,8%
Ano n+3	9,1%
Na perpetuidade	3,0%
Taxa de desconto utilizada	15,0%

* Avaliação expressa em moeda local.

2022			
Pressuposto	ECB*	Mota-Engil Central Europe Polónia	Grupo Suma (excluindo EGF)
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade	Projeções com perpetuidade
Período utilizado	5 anos	5 anos	5 anos
Taxas de crescimento das vendas:			
Ano n+1	62,0%	75,4%	(5,4)%
Ano n+3	(17,9)%	2,3%	2,6%
Na perpetuidade	3,0%	2,5%	2,0%
Taxa de desconto utilizada	14,3%	10,5%	8,8%

* Avaliação expressa em moeda local.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade dos resultados dos testes de imparidade efetuados ao *Goodwill* aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, à taxa de crescimento das vendas na perpetuidade e aos *cash-flows* projetados, era como se segue (impacto no valor recuperável dos ativos líquidos aos quais foram afetos os valores de *Goodwill*):

2023						
Sensibilidade aos pressupostos-chave						
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados	
	0,5%	(0,5)%	0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%
ECB	(5 333 375)	5 802 184	3 778 960	(3 476 643)	6 188 157	(6 188 157)

2022						
Sensibilidade aos pressupostos-chave						
	Taxa de desconto		Taxa de crescimento das vendas na perpetuidade		Cash-flows projetados	
	0,5%	(0,5)%	0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%
ECB	(3 093)	3 375	2 168	(1 983)	3 448	(3 448)
Mota-Engil Central Europe Polónia	(6 171)	6 998	5 205	(4 593)	4 864	(4 864)
Suma	(11 360)	13 186	10 228	(8 814)	8 155	(8 155)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas na perpetuidade inferior em 0,5% ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados nos testes acima referidos não originariam o registo de imparidades.

O valor de uso corresponde à estimativa do valor presente dos fluxos de caixas futuros das respetivas UGC, apurados com base em orçamentos e *business plans* devidamente aprovados pelo Conselho de Administração do Grupo, os quais abrangem, em média, um período de cinco anos.

Resumidamente, os pressupostos utilizados no apuramento do valor de uso foram os seguintes: (i) os fluxos de caixa de receitas foram projetados com base no conhecimento histórico do negócio, em análises de mercado, quer em termos de crescimento, quer em termos de quota de mercado, na carteira de encomendas já angariada, bem como nas perspetivas de angariação de novos contratos no futuro, baseadas em probabilidades históricas de sucesso; (ii) a margem operacional foi projetada com base em dados históricos e na experiência e conhecimento da gestão; (iii) os fluxos de caixa após o período de projeção foram extrapolados utilizando uma taxa de crescimento perpétuo similar à taxa de inflação esperada para o mercado onde a participada opera; e (iv) os fluxos de caixa estimados foram descontados ao seu valor presente, utilizando uma taxa de custo médio ponderado de capital.

15. Ativos intangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos intangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Europa - E&C	Ambiente	África - E&C	América Latina - E&C	Capital	Mext	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
2023								
Software e outros direitos	11	1 345	679	4 648	32	-	841	7 557
Licenças de exploração de concessões	-	554 619	47 850	-	10 378	-	-	612 848
Ativos em curso	62	16 522	22	95 544	125	9 571	-	121 846
Outros ativos intangíveis	31	36	205	1 679	-	-	(0)	1 950
	103	572 522	48 756	101 871	10 535	9 571	841	744 201
2022								
Software e outros direitos	68	1 273	600	931	47	46	1 638	4 604
Licenças de exploração de concessões	-	504 267	49 011	66 767	11 452	-	-	631 498
Ativos em curso	232	31 100	38	84 389	98	-	(0)	115 857
Outros ativos intangíveis	74	77	223	299	-	-	(412)	261
	374	536 717	49 872	152 387	11 597	46	1 226	752 219

A informação relativa ao valor bruto dos ativos intangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total	
2023							
Saldo inicial		0	23 415	1 720 056	115 857	1 204	1 860 532
Aumentos		-	598	135 604	52 782	1 434	190 418
Alienações		-	(18)	(2 745)	(554)	-	(3 317)
Abates		-	(842)	(26 112)	(6)	(49)	(27 010)
Diferenças cambiais	(10)		13	5 707	10 498	(58)	16 150
Variação de perímetro		-	(1 281)	(147 822)	(75)	(89)	(149 267)
Transferências e outros movimentos		0	4 670	56 428	(56 657)	392	4 833
		(9)	26 555	1 741 115	121 845	2 833	1 892 339
2022							
Saldo inicial		39 493	22 216	1 595 164	96 976	1 418	1 755 267
Aumentos		-	1 475	78 576	42 344	8 205	130 599
Alienações		-	(1)	(3 176)	(2 254)	-	(5 430)
Abates		(1)	(13)	(11 185)	(22)	(2 058)	(13 279)
Diferenças cambiais	86		625	1 435	8 189	31	10 366
Variação de perímetro		-	-	-	-	(416)	(416)
Transferências e outros movimentos		(39 578)	(887)	59 241	(29 376)	(5 975)	(16 575)
		0	23 415	1 720 056	115 857	1 204	1 860 532

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os principais aumentos / alienações / abates ocorridos em ativos intangíveis estiveram relacionados com a execução do plano de investimento das empresas do Subgrupo EGF, e, na componente dos aumentos, pelos investimentos efetuados pelas empresas concessionárias (de autoestradas e de parques de diversão) no México (cerca de 117.000 milhares de euros).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os principais aumentos / alienações / abates ocorridos em ativos intangíveis estiveram relacionados com a execução do plano de investimento das empresas do Subgrupo EGF, com os investimentos efetuados por três novas empresas concessionárias (de autoestradas e de parques de diversão) no México (cerca de 66.800 milhares de euros) e com o investimento efetuado pela Estradas do Zambeze no âmbito do contrato de concessão que atualmente explora.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as variações de perímetro ocorridas em ativos intangíveis estiveram relacionadas, essencialmente, com a classificação no final de 2023 das empresas concessionárias mexicanas para a rubrica de ativos não correntes detidos para venda (cerca de 148.000 milhares de euros – Nota 28).

A informação relativa ao valor das amortizações acumuladas dos ativos intangíveis e respetivos valores líquidos, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Despesas de desenvolvimento	Software e outros direitos	Licenças de exploração de concessões	Ativos em curso	Outros ativos intangíveis	Total
2023						
Saldo inicial	(0)	(18 811)	(1 088 558)	-	(944)	(1 108 313)
Aumentos (Nota 7)	-	(1 670)	(65 478)	-	(121)	(67 270)
Alienações	-	18	2 745	-	-	2 763
Abates	-	820	25 422	-	29	26 271
Diferenças cambiais	10	(155)	138	1	52	46
Transferências e outros movimentos	(0)	34	(2 537)	-	12	(2 490)
	9	(18 998)	(1 128 268)	1	(883)	(1 148 138)
2022						
Saldo inicial	(17 039)	(18 092)	(1 019 923)	-	(1 053)	(1 056 107)
Aumentos (Nota 7)	-	(1 084)	(70 032)	-	(3 345)	(74 460)
Alienações	-	1	3 163	-	-	3 163
Abates	1	13	10 550	-	2	10 566
Diferenças cambiais	(3)	(366)	(74)	-	(23)	(467)
Transferências e outros movimentos	17 042	716	(12 241)	-	3 475	8 992
	(0)	(18 811)	(1 088 558)	-	(944)	(1 108 313)
Valor líquido						
2023	0	7 557	612 848	121 846	1 950	744 201
2022	0	4 604	631 498	115 857	261	752 219

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Licenças de exploração de concessões” apresentava o seguinte detalhe:

	2023	2022
Concessões atribuídas ao subgrupo EGF	537 562	480 568
Mamaland	47 224	48 128
Eco Eburnie	15 235	19 411
Concessionária Tulltepec	0	42 019
Azpau Entretenimiento	0	19 898
Outras	12 827	21 473
	612 848	631 498

No final de 2014 foi conhecida a decisão que considerou a Suma vencedora do concurso público de privatização de 95% do capital social da EGF, entidade que gere as empresas concessionárias dos sistemas multimunicipais para o tratamento e valorização de resíduos sólidos urbanos em Portugal. Após obtenção da declaração de não oposição por parte da Autoridade da Concorrência, o processo de privatização ficou concluído no final do primeiro semestre de 2015 e a EGF e as suas participadas foram consolidadas no Grupo Mota-Engil a partir de 1 de julho de 2015.

As concessões atribuídas em regime de exclusividade por um período de 19 anos às empresas do subgrupo EGF (Algar, Amarsul, Ersuc, Resiestrela, Resinorte, Resulima, Suldouro, Valnor, Valorlis, Valorminho e Valorsul) têm o seu termo em 2034.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, cerca de 65% e 63%, respectivamente, do montante total de licenças de exploração de concessões do Subgrupo EGF era justificado por 5 concessionárias (Valorsul, Ersuc, Resinorte, Algar e Amarsul).

A atividade objeto das concessões compreende o tratamento dos resíduos urbanos gerados nas áreas dos municípios utilizadores, incluindo a sua valorização e a disponibilização de subprodutos, assim como a recolha seletiva de resíduos urbanos, encontrando-se os municípios obrigados a entregar às concessionárias todos os resíduos urbanos cuja gestão se encontre sob sua responsabilidade.

A fiscalização das concessões é da responsabilidade da ERSAR, tendo esta a competência de definir as tarifas a aplicar, assim como de aprovar as contas reguladas. Por outro lado, a partir de 2021, os planos de investimento das concessionárias passaram a ser aprovados pelo Concedente em detrimento da ERSAR.

A exploração e a gestão das concessões compreende também a conceção, a construção, a aquisição, a extensão, a reparação, a renovação, a manutenção e a otimização de obras e equipamentos necessários ao exercício da atividade das concessionárias.

As bases da concessão definem que as concessionárias terão como atividade principal a atividade relativa à exploração e à gestão do sistema multimunicipal de resíduos urbanos, compreendendo o tratamento de resíduos urbanos resultantes da recolha indiferenciada e a recolha seletiva de resíduos urbanos, incluindo a triagem, e como atividades complementares as atividades que, não se integrando na atividade principal, utilizam ativos afetos a esta, permitindo otimizar a respetiva rentabilidade. O exercício das atividades complementares depende de autorização do Concedente, precedida de pareceres da Autoridade da Concorrência e da ERSAR.

Consideram-se como bens afetos à concessão:

- As infraestruturas relativas ao tratamento e valorização de resíduos urbanos indiferenciados e seletivos, bem como os bens utilizados na recolha seletiva de resíduos urbanos: as estações de transferência, os ecocentros, as centrais de processamento, triagem e valorização e os respetivos acessos, as infraestruturas associadas, os aterros, os ecopontos e os meios de transporte de resíduos;
- Os equipamentos necessários à operação das infraestruturas e ao acompanhamento e controlo da sua exploração;
- Todas as obras, máquinas e aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a receção e tratamento dos resíduos e para a manutenção dos equipamentos e gestão do sistema multimunicipal não referidos acima; e
- Os equipamentos, máquinas, veículos, aparelhagens e respetivos acessórios utilizados para a recolha seletiva de resíduos urbanos.

Adicionalmente, são também considerados como ativos afetos à concessão:

- Os imóveis adquiridos por via do direito privado ou mediante expropriação para implantação das infraestruturas;
- Os direitos privativos de propriedade intelectual e industrial de que as concessionárias sejam titulares; e
- Outros bens e direitos que se encontrem relacionados com a continuidade da exploração das concessões, nomeadamente laborais, de empreitada, de locação e de prestação de serviços.

As concessionárias devem elaborar e manter o inventário dos bens e direitos afetos às concessões, devendo, anualmente, enviar à ERSAR informação detalhada sobre os mesmos, assim como dos abates efetuados.

As concessionárias têm a obrigação de, durante o prazo de vigência das concessões, manter o bom estado de funcionamento, conservação e segurança dos ativos e meios a elas afetos, efetuando todas as reparações, renovações e adaptações necessárias para a manutenção dos ativos nas condições técnicas requeridas.

As concessionárias mantêm o direito de explorar os ativos afetos às concessões até à extinção destas. Os ativos afetos às concessões apenas podem ser utilizados para o fim previsto nas concessões. Na data de extinção das concessões, os bens a elas afetos revertem para uma Entidade Intermunicipal, para a Associação de Municípios, para o conjunto dos Municípios utilizadores, ou para o Estado, mediante o exercício do respetivo direito de opção e o pagamento às concessionárias, nos termos previstos nas Bases e nos contratos de concessão, de uma indemnização correspondente ao valor líquido contabilístico daqueles bens, líquido de subsídios.

As concessionárias são responsáveis pelos riscos inerentes às concessões nos termos da legislação aplicável, assumindo os respetivos riscos operacionais. Por outro lado, as concessionárias são responsáveis pela obtenção do financiamento necessário ao desenvolvimento do objeto da concessão, por forma a cumprir cabal e atempadamente as obrigações assumidas nos contratos de concessão, assumindo assim os respetivos riscos de investimento e de financiamento.

O regime remuneratório das concessões baseia-se no reconhecimento às concessionárias dos proveitos permitidos a serem refletidos nas tarifas a aplicar aos utilizadores do sistema.

Os proveitos permitidos anualmente às concessionárias, no âmbito da atividade concessionada, são definidos pela ERSAR para um horizonte temporal de três a cinco anos (“Período regulatório”). O modelo regulatório é fixado pela ERSAR e assenta, entre outros, nos seguintes pressupostos:

- Elegibilidade dos custos de exploração, para efeitos de determinação dos proveitos permitidos, por referência a um cenário de eficiência produtiva da exploração e gestão do sistema multimunicipal;
- Remuneração do capital com base no custo médio ponderado, com parâmetros definidos tendo como referência valores de mercado e o desempenho de entidades representativas comparáveis;
- Definição de uma base de ativos, constituída pelos bens afetos às concessões, como incidência da remuneração do capital;
- Adoção de mecanismos de incentivo à eficiência; e
- Repercussão adequada nos proveitos permitidos das diferenças registadas entre as quantidades estimadas e as quantidades de resíduos urbanos entregues às concessionárias.

Adicionalmente, a definição da base de custos de exploração deve atender ao seu controlo efetivo pelas concessionárias, às tecnologias e capacidades instaladas, bem como às oscilações da procura.

Assim, as tarifas a aplicar aos utilizadores devem proporcionar às concessionárias os proveitos permitidos nos termos das bases anteriores e correspondem ao resultado da divisão dos proveitos permitidos anualmente às concessionárias pelas quantidades estimadas de consumo para esse ano.

Os contratos de concessão poderão ser rescindidos pelo Concedente se ocorrer qualquer uma das situações a seguir descritas, com impacto significativo nas operações das concessões: desvio do objeto da concessão; interrupção prolongada da exploração por facto imputável às concessionárias; oposição reiterada ao exercício da fiscalização ou repetida desobediência às determinações do Concedente ou, ainda, sistemática inobservância das leis e regulamentos aplicáveis à exploração; recusa em proceder à adequada conservação e reparação das infraestruturas; cobrança reiterada de valores superiores aos fixados nos contratos de concessão e nos contratos celebrados com os utilizadores; dissolução ou insolvência das concessionárias; trespasse da concessão ou subconcessão não autorizadas; alienação não autorizada de participações no capital das concessionárias; oneração de participações no capital das concessionárias em inobservância do disposto nos contratos de concessão; aumento ou redução não autorizados, quando aplicável, do capital social das concessionárias; falta de prestação da caução ou de renovação do respetivo valor nos termos e prazos previstos; e recusa ou impossibilidade das concessionárias em retomar as concessões.

Adicionalmente, o Concedente pode resgatar as concessões, assumindo a gestão direta do serviço público concedido, sempre que motivos de interesse público o justifiquem e decorrido que seja pelo menos dois terços do prazo contratual, com, pelo menos, um ano de antecedência relativamente à data de produção de efeitos do resgate.

Pelo resgate, as concessionárias têm direito a uma indemnização que deve atender ao valor contabilístico à data do resgate dos bens revertidos, líquido de subsídios, ao valor dos créditos existentes, bem como ao valor de eventuais lucros cessantes, tendo em consideração o número de anos que restem para o termo da concessão.

Por outro lado, durante o exercício de 2020, foi renovado à Mamaland (anteriormente denominada por Empresa Agrícola e Florestal) o direito de superfície e de exploração por 60 anos de um terreno localizado em Cabinda, com uma área de cerca de 16.000 hectares, destinado ao exercício de atividades de natureza agro-florestal. Aquele direito, foi atribuído provisoriamente por 5 anos, convertendo-se em definitivo se forem cumpridas determinadas condições. Adicionalmente, aquele direito poderá ser renovável ainda por mais 60 anos, contando que nenhuma das partes proceda à sua denúncia com uma antecedência de um ano sobre a data do seu termo inicial, altura em que reverterá para o Estado Angolano. Neste negócio, o risco de procura é assumido na plenitude pela Mamaland.

Adicionalmente, em setembro de 2018, foi atribuída à Ecoeburnie a concessão de recolha e tratamento de resíduos sólidos urbanos em Abidjan, na Costa do Marfim, por um período de 7 anos. Nesta concessão, a remuneração da Ecoeburnie está indexada às quantidades de resíduos sólidos urbanos recolhidas e tratadas estando a mesma exposta ao risco de procura. No final da concessão, os bens afetos à mesma reverterão para o Concedente em troca do recebimento do seu valor líquido contabilístico.

Também na Costa do Marfim, e relacionada com a concessão acima descrita, foi atribuída à Clean Eburnie a concessão de exploração de um aterro sanitário por um período de 7 anos. Nesta concessão, a remuneração da Clean Eburnie é composta por duas parcelas: (i) uma renda fixa incondicional independente da quantidade de resíduos depositada no aterro (e que foi tratada de acordo com o modelo do ativo financeiro – ver Nota 23); e (ii) uma renda variável em função da quantidade de resíduos depositada no aterro (e que foi tratada de acordo com o modelo do ativo intangível). No final da concessão, os bens afetos à mesma reverterão para o Concedente.

De igual modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo iniciou os trabalhos de construção na Concessionaria Tultepec e na Azpau Entretenimento. Estas concessões, de auto-estradas e de um parque de diversões, encontram-se localizadas no México, tem uma duração de 30 e de 20 anos, respetivamente, assumindo o Grupo o risco de procura nas mesmas. No final das concessões, os respetivos bens reverterão para o Concedente.

Por último, em 2010, o Estado de Moçambique atribuiu à Estradas do Zambeze a concessão de exploração de duas pontes e de alguns eixos viários por um período de 30 anos. Nesta concessão, a remuneração da Estradas do Zambeze consistia no recebimento de uma renda líquida mínima garantida que lhe permitiria fazer face, pelo menos, ao serviço da dívida, aos custos de operação e manutenção dos ativos concessionados, bem como às grandes reparações a executar no futuro nos mesmos. No entanto, em abril de 2015, fruto da contestação dos agentes económicos locais, as portagens em algumas daquelas infraestruturas foram suspensas pelo Governo Moçambicano, sendo que, após aquela data, e até à conclusão do processo de renegociação em curso da concessão, a Estradas do Zambeze encontra-se, ao abrigo das disposições previstas no contrato de concessão, a receber na íntegra as portagens cobradas nas infraestruturas remanescentes. Deste modo, e até à clarificação do novo modelo de concessão, a Estradas do Zambeze encontra-se a reconhecer o seu direito de exploração como um ativo intangível na medida em que, neste período, encontra-se a suportar o risco de procura.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes mais significativos incluídos na rubrica de “Ativos em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2023	2022
Análise e desenvolvimento do projecto Jorge Luque (Generadora Fenix)	81 762	82 120
Projeto Matadouro (Oriental Hub)	9 571	-
Construção de sistema denox em central de tratamento (Valorsul)	1 276	-
Construção no aterro do Seixal de tratamento biológico (Amarsul)	1 118	-
Transição da instalação de tratamento mecânico de Palmela para tratamento biológico (Amarsul)	-	6 531
Obras de construção civil de adequação à receção de bioresíduos (Ersuc)	-	1 982
Selagem do aterro sanitário de Vila Fria - 2ª Fase (Resulima)	-	1 191
Outros investimentos em curso efetuados pelas empresas do Subgrupo EGF	14 516	15 827
	108 244	107 651

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, no que se refere aos ativos afetos à rubrica de “Licenças de exploração de concessões”, os mesmos não podem ser transacionados sem a aprovação prévia do Concedente e do Regulador (no caso das empresas do Subgrupo EGF). Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, existiam compromissos associados à realização de investimentos futuros por parte das empresas do Subgrupo EGF no montante de cerca de 77.000 milhares de euros (173.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam cerca de 46.600 milhares de euros e 33.450 milhares de euros, respetivamente, de ativos intangíveis que foram dados em garantia aos respetivos credores.

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.e).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos intangíveis foram considerados pelo Grupo os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital;
- Geração de *cash-flows* negativos; e
- Interrupção / atraso no desenvolvimento / construção dos respetivos ativos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os métodos e os principais pressupostos utilizados na elaboração dos testes de imparidade aos principais ativos intangíveis do Grupo que evidenciavam indícios de imparidade, foram como se segue:

Pressuposto	Jorge Luque	
	2023	2022
Método utilizado	Valor de uso	Valor de uso
Base utilizada	Projeções	Projeções
Período utilizado	20 anos	21 anos
Taxa de crescimento médio das vendas	9,99%	11,04%
Taxa de desconto média utilizada	13,29%	10,40%
Valor de balanço do ativo	81 762	82 120

O projeto Jorge Luque, o qual se encontra em curso na sua fase final de construção, corresponde à construção de uma central de ciclo combinado no México com uma capacidade máxima de 110 MW (37 MW numa primeira fase) ao abrigo de um contrato de concessão.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas inferior em 0,5%, ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

Pressuposto	Mamaland	
	2023	2022
Método utilizado	Produção de cacau	Produção de cacau
Base utilizada	Projeções	Projeções
Período utilizado	12 anos com perpetuidade	11 anos com perpetuidade
Início da produção	2 026	2 026
Produção em velocidade cruzeiro	2 035	2 033
Taxa de crescimento médio das vendas	81,40%	56,00%
Taxa de desconto média utilizada	14,42%	15,47%
Valor de balanço do ativo	47 224	48 128

Conforme atrás referido, a Mamaland dedica-se à exploração agroflorestal em Cabinda, tendo decidido em 2022, no seguimento de uma reflexão estratégica entretanto efetuada, centrar a sua atividade na produção de cacau (cacau e caju no exercício de 2021). Para aquela decisão, foram tidos em conta, entre outros, os seguintes aspetos: (i) o cacau ter um risco de procura menor; (ii) permitir períodos de stockagem mais alargados; e (iii) ser uma cultura nativa e logo mais sustentável para o ecossistema que a rodeia.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,5%, ou uma taxa de crescimento das vendas inferior em 0,5%, ou projetado *cash-flows* inferiores em 5%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

Pressuposto	2023
	Subgrupo EGF(a)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	11 anos (Período remanescente das concessões)
Base de ativos regulada média para 2024	379 195
Base de ativos regulada média para 2022 - 2024	350 324
Base de ativos regulada média estimada em 2034	796 223
Taxa de desconto média utilizada no período 2024 - 2034	6,70%
Valor de balanço da UGC	377 105

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de tratamento e valorização de resíduos desenvolvida pelas empresas concessionárias do Subgrupo EGF.

Pressuposto	2022
	Subgrupo EGF(a)
Método utilizado	Valor de uso
Base utilizada	Projeções
Período utilizado	12 anos (Período remanescente das concessões)
Base de ativos regulada média para 2023	382 295
Base de ativos regulada média para 2022 - 2024	362 752
Base de ativos regulada média estimada em 2034	348 696
Taxa de desconto média utilizada no período 2023 - 2034	6,04%
Valor de balanço da UGC	307 312

(a) Ativos líquidos afetos à atividade de tratamento e valorização de resíduos desenvolvida pelas empresas concessionárias do Subgrupo EGF.

Em 31 de dezembro de 2023, o aumento, face ao período anterior, da Base de ativos regulada média estimada em 2034 foi justificado, essencialmente, pela necessidade de cumprimento das metas estabelecidas no PERSU2030, as quais vão exigir um nível de investimento muito mais alto do que em períodos regulatórios anteriores.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso se tivesse utilizado uma taxa de desconto superior em 0,25% ou uma Base de ativos regulada (BAR) média inferior em 5%, os resultados apurados no teste acima referido não originariam o registo de imparidades.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, no âmbito dos mecanismos existentes de adequação das tarifas estimadas à realidade verificada, o Regulador (ERSAR) aceitou as seguintes correções às tarifas faturadas pelas concessionárias da EGF:

- Correção do ajustamento tarifário do ano de 2021, no montante de cerca de 8.600 milhares de euros, determinado de acordo com o previsto no artigo 37º do Regulamento Tarifário. De salientar que o montante atrás referido incluiu ainda um ajustamento associado aos efeitos provocados pela pandemia Covid-19, no montante de cerca de 1.400 milhares de euros e um ajustamento associado às manutenções plurianuais no montante de cerca de 5.300 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, decorrente do facto de ainda subsistirem dúvidas sobre os valores de investimento aprovados para o período regulatório de 2022 a 2024, a ERSAR não se pronunciou sobre as contas reguladas de 2022 das empresas concessionárias do subgrupo EGF, não tendo por isso sido apurados quaisquer ajustamentos tarifários no exercício de 2023.

16. Ativos tangíveis

A informação relativa ao valor líquido contabilístico dos ativos tangíveis por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Europa - E&C	Ambiente	África - E&C	América Latina - E&C	Capital	Mext	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
2023								
Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	17 755	-	-	-	-	-	-	17 755
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	50 779	19 400	114 218	26 336	6 286	28 218	102	245 339
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	15 166	-	201 810	27 219	-	-	23	244 217
Equipamentos - outros	7 777	16 863	31 200	34 643	3 503	426	163	94 575
Ativos tangíveis em curso	15 646	1 385	131 706	9 139	4 052	2 283	17	164 228
Outros ativos tangíveis	89	239	47 515	4 616	20 451	-	-	72 911
	107 212	37 888	526 449	101 953	34 292	30 927	305	839 025
2022								
Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	23 616	-	-	-	-	-	-	23 616
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	51 272	18 396	94 803	19 935	5 184	28 005	125	217 719
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	14 261	-	129 726	42 988	-	-	-	186 975
Equipamentos - outros	11 452	18 251	25 470	13 491	2 403	64	169	71 301
Ativos tangíveis em curso	18 643	2 537	75 696	1 194	2 423	1 027	6 928	108 448
Outros ativos tangíveis	967	255	7 807	4 011	12 841	-	-	25 882
	120 212	39 440	333 503	81 619	22 852	29 096	7 222	633 942

A informação relativa ao valor bruto dos ativos tangíveis, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	Equipamentos - outros	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
2023							
Saldo inicial	63 178	320 539	1 097 175	412 883	106 513	47 816	2 048 105
Aumentos	42	14 514	97 824	78 885	105 591	53 859	350 716
Alienações	(132)	(267)	(52 444)	(9 953)	(2 027)	(327)	(65 150)
Abates	-	(1 729)	(4 664)	(8 065)	(1 015)	(870)	(16 342)
Reavaliações	-	65 175	35 306	-	-	-	100 481
Diferenças cambiais	679	(58 756)	(227 569)	(27 339)	(11 836)	(1 623)	(326 446)
Variação de perímetro	(9 308)	(18 473)	(16 553)	(58 156)	311	(340)	(102 518)
Transferências e outros movimentos	(545)	4 855	40 426	25 676	(35 246)	(2 495)	32 671
	53 914	325 858	969 503	413 931	162 293	96 020	2 021 518

	Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	Equipamentos - outros	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
2022							
Saldo inicial	51 785	264 521	437 634	425 967	68 966	30 833	1 279 705
Aumentos	649	5 095	44 292	58 993	90 945	10 996	210 971
Alienações	-	(186)	(6 348)	(12 958)	(15)	(625)	(20 131)
Abates	-	(3 117)	(8 201)	(18 179)	(27)	(191)	(29 716)
Reavaliações	-	3 390	423 540	259	-	-	427 189
Diferenças cambiais	-	13 587	14 880	18 244	(1 399)	1 957	47 269
Variação de perímetro	-	(484)	-	(6 131)	470	381	(5 764)
Transferências e outros movimentos	10 745	37 733	191 378	(53 311)	(52 427)	4 466	138 584
	63 178	320 539	1 097 175	412 883	106 513	47 816	2 048 105

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os aumentos ocorridos nos ativos tangíveis foram justificados, essencialmente, pelos investimentos efetuados na Costa do Marfim, na África do Sul e no Senegal associados à prestação de serviços de engenharia industrial de médio e longo prazo, bem como pelos investimentos efetuados na Nigéria, no México, na Guiné e em Angola no segmento de engenharia e construção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os aumentos ocorridos nos ativos tangíveis foram justificados, essencialmente, pelos investimentos efetuados na África do Sul, no Mali e em Moçambique associados à prestação de serviços de engenharia industrial de médio e longo prazo, bem como pelos investimentos efetuados em Angola, no México e no Perú no segmento de engenharia e construção.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as alienações de ativos tangíveis foram justificadas, essencialmente, pela Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia e Construção África (em 2023), pela Mota-Engil Railway (em 2023) e pela Empresa Construtora do Brasil (em 2023 e 2022).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante inscrito na rubrica “Reavaliações” resultou, essencialmente, da atualização para o valor revalorizado de um conjunto de imóveis de uso próprio detidos pelo Grupo, maioritariamente, em Angola e em Portugal e pela atualização para o valor revalorizado dos equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as diferenças cambiais apuradas foram justificadas, essencialmente, pela desvalorização do kwanza angolano e do kwacha malawiano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as diferenças cambiais apuradas foram justificadas, essencialmente, pela valorização do kwanza angolano, do metical moçambicano e do peso mexicano, bem como pela desvalorização do kwacha malawiano.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante inscrito na rubrica “Variação de perímetro” deveu-se, essencialmente, à reclassificação dos ativos tangíveis da Mota-Engil Central Europe Polónia e das empresas concessionárias mexicanas para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 28).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o montante inscrito na rubrica “Transferências e outros movimentos” respeitou, essencialmente, à transferência de alguns equipamentos para / e da rubrica de “Ativos sob direito de uso” (Nota 17).

A informação relativa aos valores de depreciações e perdas de imparidade acumuladas em ativos tangíveis e respetivos valores líquidos, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	Equipamentos - outros	Ativos tangíveis em curso	Outros ativos tangíveis	Total
2023							
Saldo inicial	(39 562)	(102 820)	(910 201)	(341 581)	1 935	(21 934)	(1 414 164)
Aumentos do exercício (Nota 7)	(894)	(9 455)	(86 165)	(18 470)	-	(3 358)	(118 342)
Perdas de imparidade (Nota 8)	-	(585)	-	-	-	-	(585)
Alienações	-	72	45 437	6 600	-	295	52 403
Abates	-	1 126	4 216	5 383	-	818	11 543
Reavaliações	-	(1 394)	(155)	-	-	-	(1 549)
Varição de perímetro	4 042	7 721	12 097	20 012	-	(39)	43 833
Diferenças cambiais	(271)	24 710	215 518	22 405	-	395	262 757
Transferências e outros movimentos	526	108	(6 033)	(13 704)	-	713	(18 390)
	(36 159)	(80 519)	(725 286)	(319 355)	1 935	(23 109)	(1 182 493)
2022							
Saldo inicial	(25 889)	(92 067)	(301 595)	(365 645)	-	(17 428)	(802 624)
Aumentos do exercício (Nota 7)	(921)	(9 761)	(50 710)	(45 102)	-	(2 283)	(108 778)
Perdas de imparidade (Nota 8)	-	599	-	-	-	-	599
Alienações	-	64	1 670	12 791	-	620	15 145
Abates	-	600	4 958	7 745	-	188	13 491
Reavaliações	-	(26)	(416 849)	(308)	-	-	(417 183)
Varição de perímetro	-	297	-	4 651	-	-	4 948
Diferenças cambiais	-	1 679	(7 509)	(13 408)	-	(1 128)	(20 365)
Transferências e outros movimentos	(12 752)	(4 205)	(140 167)	57 696	1 935	(1 904)	(99 398)
	(39 562)	(102 820)	(910 201)	(341 581)	1 935	(21 934)	(1 414 164)
Valor líquido							
2023	17 755	245 339	244 217	94 575	164 228	72 911	839 025
2022	23 616	217 719	186 975	71 301	108 448	25 882	633 942

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes mais significativos incluídos na rubrica “Ativos tangíveis em curso” referiam-se aos seguintes projetos:

Descrição	2023	2022
Equipamentos de movimentação de terras (Mota-Engil Côte d'Ivoire Mining)	39 185	13 392
Equipamentos de movimentação de terras (Mota-Engil Guiné Simandou)	26 149	-
Equipamentos de movimentação de terras (Mota-Engil Senegal)	19 533	-
Equipamentos diversos (Sucursal de Moçambique da MEECA)	16 485	16 052
Equipamentos diversos (Mota-Engil Railway)	12 824	13 392
Terreno Dry Port Liwonde (Sucursal do Malawi da MEECA)	10 432	17 749
Equipamentos diversos (Tarucani)	6 687	6 928
Terreno Biske Plaza (Mota-Engil Real Estate Hungary)	1 075	1 027
Equipamentos de movimentação de terras (Mota-Engil Mali)	-	15 444
	132 371	83 985

A aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis e a realização dos respetivos testes, se necessários, foram efetuados numa base anual tal como referido na Nota 1.4.e).

Para efeitos de aferição da existência de indícios de imparidade nos ativos tangíveis, foram considerados pelo Grupo os seguintes indicadores:

- Obsolescência física / técnica do ativo;
- Valor do rácio ativo / EBITDA superior a um determinado parâmetro (em função da tipologia e localização do ativo);
- Alterações nas taxas de juro e nas taxas de remuneração de capital;
- Geração de *cash-flows* negativos; e
- Interrupção / atraso no desenvolvimento / construção dos respetivos ativos.

Os terrenos e edifícios (imóveis) de uso próprio do Grupo encontram-se registados ao justo valor, tendo parte dos mesmos sido objeto de reavaliação em 2023 ou em 2022. De acordo com a política definida pelo Grupo, aquela tipologia de imóveis deve ser objeto de reavaliação pelo menos de três em três anos.

As avaliações dos terrenos e edifícios foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O método de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

c) Método do custo

O método do custo consiste na determinação do valor de substituição do imóvel em análise tendo em consideração o custo de construir outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação / obsolescência funcional, física e económica verificada.

As avaliações realizadas aos imóveis do Grupo foram na sua grande maioria executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, quando sedeadas em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Relativamente às avaliações realizadas aos imóveis localizados em Angola, as mesmas foram executadas igualmente por uma entidade independente e especializada, credenciada junto da Comissão de Mercado de Capitais de Angola e que pertence a um grupo internacional que presta aquele tipo de serviços.

Os *inputs* mais relevantes utilizados nas avaliações realizadas aos imóveis acima referidos, foram como se segue:

- Custo do terreno m2;
- Custo de construção m2;
- Valor de venda por m2;
- Valor de renda por m2; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2023 e 2022 aos principais imóveis detidos pelo Grupo pode ser resumida como se segue:

2023					Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m2/mês	Taxa de desconto	Preço de venda m2	Custo de construção m2
Armazém Angola	Mota-Engil Angola	Método comparativo	26 839	n.a.	n.a.	968,89	n.a.
Edifício Angola	Mota-Engil Angola / Suc. Angola MEECA	Método comparativo	18 115	n.a.	n.a.	2 563,52	n.a.
Imóvel em Lima	Mota-Engil Peru	Método comparativo	15 955	n.a.	n.a.	2 000,93	n.a.
Estaleiro Angola	Mota-Engil Angola	Método comparativo	11 117	n.a.	n.a.	903,80	n.a.
Fábrica em Angola	Novicer	Método comparativo	9 108	n.a.	n.a.	586,37	n.a.
Edifício residencial em Angola	Suc. Angola MEECA	Método comparativo	8 868	n.a.	n.a.	1 335,01	n.a.

2022					Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Renda m2/mês	Taxa de desconto	Preço de venda m2	Custo de construção m2
Imóvel em Lima	Mota-Engil Peru	Método comparativo	15 636	n.a.	n.a.	1 960,88	n.a.
Imóvel em Vilar do Andorinho	Suma	Método do custo de reposição	2 850	n.a.	n.a.	n.a.	997,90
Imóvel na Maia	MERE PT	Método do rendimento	2 314	2,97	6,7%	n.a.	n.a.

A sensibilidade dos resultados das avaliações realizadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, às rendas m2/mês, ao preço de venda m2 e ao custo de construção m2, pode ser analisada como se segue:

2023			Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m2/mês		Preço de venda m2		Custo de construção m2	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Armazém Angola	Mota-Engil Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	1 342	(1 342)	n.a.	n.a.
Edifício Angola	Mota-Engil Angola / Suc. Angola MEECA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	906	(906)	n.a.	n.a.
Imóvel em Lima	Mota-Engil Peru	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	798	(798)	n.a.	n.a.
Estaleiro Angola	Mota-Engil Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	556	(556)	n.a.	n.a.
Fábrica em Angola	Novicer	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	455	(455)	n.a.	n.a.
Edifício residencial em Angola	Suc. Angola MEECA	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	443	(443)	n.a.	n.a.

2022			Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Renda m2/mês		Preço de venda m2		Custo de construção m2	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Imóvel em Lima	Mota-Engil Peru	Método comparativo	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	782	(782)	n.a.	n.a.
Imóvel em Vilar do Andorinho	Suma	Método do custo de reposição	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	111	(111)
Imóvel na Maia	MERE PT	Método do rendimento	(161)	187	116	(116)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.

Caso venha a ocorrer um aumento do preço de venda m2, das rendas m2/mês, do custo de construção m2 ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição do preço de venda m2, das rendas m2/mês, do custo de construção m2 ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor dos imóveis virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Deste modo, o apuramento do justo valor dos imóveis do Grupo enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

A partir de 1 de janeiro de 2021, foi definida uma nova classe de ativos tangíveis / ativos sob direito de uso. Para esta nova classe, foram transferidos os equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção (centrais de betão, pavimentadoras, escavadoras, *dumpers*, tratores, gruas, multicarregadoras, plataformas, grupos de eletrogéneos, locomotivas, entre outros), os quais eram registados até 31 de dezembro de 2020 ao custo. Adicionalmente, a partir de 1 de janeiro de 2021, o Grupo adotou o modelo da revalorização (valor revalorizado deduzido de depreciações acumuladas) como política contabilística para a mensuração subsequente desta nova classe de ativos tangíveis.

O justo valor dos equipamentos pesados é apurado de forma individual, através do método comparativo de mercado ou do método do custo de reposição depreciado.

O método comparativo consiste na determinação do valor de mercado do equipamento através da consulta aos preços praticados em ativos transacionados com características iguais ou semelhantes e comercializados no mercado - local e internacional - nos últimos seis meses. Para tal, foram consultadas diversas fontes da especialidade, no concreto, do setor de transportes, movimentações e elevação de cargas, pavimentação, minério, construção civil e grupos eletrogéneos.

O método do custo de reposição depreciado consiste na determinação do valor de substituição do equipamento em análise tendo em consideração o custo de aquisição de outro com idêntica funcionalidade, deduzido do montante relativo à depreciação / obsolescência funcional, física e económica verificada.

Os *inputs* mais relevantes utilizados nas avaliações realizadas aos equipamentos pesados, foram como se segue:

- Estado de utilização e conservação;
- Utilidade do equipamento no contexto nacional e internacional;
- Ano de fabrico e vida útil remanescente do equipamento;
- Ano de aquisição;
- Marca e modelo; e
- Histórico de revisões e inspeções.

As avaliações realizadas aos equipamentos pesados tiveram por base, essencialmente, o método comparativo de mercado e, embora tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado, a liquidez das mesmas e as diferentes características de cada equipamento não permitem qualificar o mercado como ativo. Deste modo, o apuramento do justo valor dos equipamentos pesados do Grupo enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a quantia escriturada que teria sido reconhecida se os ativos tangíveis do Grupo tivessem sido registados de acordo com o modelo do custo, seria como se segue:

	Custos históricos	Revalorização	Total
2023			
Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	17 755	-	17 755
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	117 625	127 713	245 339
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	176 836	67 381	244 217
Equipamentos - outros	94 575	-	94 575
Ativos tangíveis em curso	164 228	-	164 228
Outros ativos tangíveis	72 911	-	72 911
	643 931	195 094	839 025
2022			
Terrenos e edifícios - afetos à exploração de pedreiras	23 616	-	23 616
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	134 589	83 130	217 719
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	141 325	45 650	186 975
Equipamentos - outros	71 301	-	71 301
Ativos tangíveis em curso	108 448	-	108 448
Outros ativos tangíveis	25 882	-	25 882
	505 162	128 780	633 942

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais ativos e passivos do Grupo afetos à exploração de pedreiras eram como se segue:

	2023	2022
Ativo fixo:		
Terrenos em exploração	17 563	22 772
Edifícios afetos à exploração	192	844
Equipamentos afetos à exploração	2 451	4 231
Inventário:		
Stock de minério	1 325	2 204
Contas a receber e a pagar:		
Saldos a receber	10 995	11 452
Saldos a pagar	6 399	7 209
	26 127	34 293

Em 31 de dezembro de 2023, existiam alguns ativos registados na rubrica de ativos tangíveis que se encontravam a colateralizar empréstimos obtidos no montante de cerca de 55.000 milhares de euros (21.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

17. Ativos sob direito de uso e passivos de locação

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos ativos sob direito de uso era como se segue:

Ativos sob direito de uso	2023	2022
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	9 440	17 400
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	174 934	141 071
Equipamentos - outros	63 627	100 557
Ativos em curso	8 146	42 615
Outros ativos tangíveis	199	267
	256 346	301 909

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos passivos de locação era como se segue:

Passivos de locação	2023	2022
Corrente	160 256	141 236
Não corrente	192 820	208 861
	353 076	350 097

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam cerca de 203.900 milhares de euros e 210.200 milhares de euros, respetivamente, de ativos sob direito de uso dados em garantia aos respetivos credores.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o impacto na demonstração consolidada dos resultados dos contratos de locação, foi como se segue:

	2023	2022
Depreciações do exercício (Nota 7):		
Terrenos e edifícios - imóveis de uso próprio	3 867	3 410
Equipamentos - pesados afetos à atividade de engenharia e construção	59 736	51 352
Equipamentos - outros	32 117	40 616
Outros ativos tangíveis	18	41
	95 738	95 418
Juros suportados (Nota 9):		
Juros suportados - Ativos sob direito de uso	26 745	18 786
	26 745	18 786
Rendas (Nota 4):		
Rendas de curta duração, de reduzido valor, variáveis ou associadas a contratos sem ativos de locação identificáveis	219 070	122 188
	219 070	122 188

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os aumentos de ativos sob direito de uso ascenderam a cerca de 106.000 milhares de euros e as alienações a cerca de 3.000 milhares de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os aumentos de ativos sob direito de uso ascenderam a cerca de 88.100 milhares de euros e as alienações a cerca de 5.000 milhares de euros.

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o efeito da revalorização dos ativos sob direito de uso associados a equipamentos pesados afetos à atividade de engenharia e construção ascendeu a 621 milhares de euros e - 492 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos passivos de locação foi como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial	350 097	333 515
Transações com impacto em caixa:		
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(193 561)	(152 937)
	(193 561)	(152 937)
Transações sem impacto em caixa:		
Variação cambial	738	5 967
Contratação de novas operações	202 954	157 818
Transferências, variações de perímetro e outros movimentos	(7 151)	5 734
Saldo final	353 077	350 097

18. Investimentos financeiros em empresas associadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos investimentos financeiros em empresas associadas era como se segue:

	2023	2022
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	26 622	13 226
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	22 510	16 157
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	19 932	12 432
Consortio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara (segmento América Latina - E&C)	17 744	-
Concessionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	10 546	9 491
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina - E&C)	-	38 097
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	-	16 474
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina - E&C)	-	14 675
Outros	17 971	12 218
	115 325	132 770

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor de balanço dos principais investimentos financeiros em empresas associadas pode ser detalhado como se segue:

2023	Capital próprio da associada antes de outros instrumentos de capital (*)	Outros instrumentos de capital (*)	Capital próprio da associada	% efetiva	% direta	Quota-parte do capital próprio da associada	Ajustamentos de consolidação	Goodwill	Quota-parte dos outros instrumentos de capital (*)	Valor de balanço
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	55 139	-	55 139	15%	30%	16 287	(25)	10 360	-	26 622
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	59 236	-	59 236	19%	38%	22 510	-	-	-	22 510
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	53 152	-	53 152	38%	38%	19 932	-	-	-	19 932
Consortio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara (segmento América Latina - E&C)	34 792	-	34 792	26%	51%	17 744	-	-	-	17 744
Concessionaria Alternativas Viales (segmento América Latina E&C)	23 102	-	23 102	46%	46%	10 546	-	-	-	10 546

(*) Prestações suplementares, prestações acessórias ou aportes de capital

2022	Capital próprio da associada antes de outros instrumentos de capital (*)	Outros instrumentos de capital (*)	Capital próprio da associada	% efetiva	Quota-parte do capital próprio da associada	Ajustamentos de consolidação	Goodwill	Quota-parte dos outros instrumentos de capital (*)	Valor de balanço
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina - E&C)	(32 795)	87 571	54 776	29%	(9 422)	(1 852)	-	49 371	38 097
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	(41 123)	58 894	17 771	26%	(10 632)	(2 614)	-	29 720	16 474
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	41 460	-	41 460	19%	8 035	7 971	152	-	16 157
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina - E&C)	15 073	15 986	31 059	24%	3 613	3 548	-	7 514	14 675
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	10 861	0	10 861	15%	1 636	1 518	10 071	-	13 226
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	33 152	-	33 152	38%	12 432	-	-	-	12 432
Concessionária Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	20 790	-	20 790	46%	9 491	-	-	-	9 491

(*) Prestações suplementares, prestações acessórias ou aportes de capital

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empresas associadas foi como se segue:

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Saldo final
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	13 226	(4 280)	17 676	-	-	26 622
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	16 157	2 621	3 732	-	-	22 510
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	12 432	7 500	-	-	-	19 932
Consortio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara (segmento América Latina - E&C)	-	1 690	-	-	16 054	17 744
Concessionária Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	9 491	(1 029)	2 084	-	-	10 546
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina - E&C)	38 097	-	2 784	(40 881)	-	-
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	16 474	-	2 587	(22 940)	3 879	-
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina - E&C)	14 675	(326)	3 479	(17 828)	-	-
Outros	12 218	3 708	831	663	551	17 971
	132 770	9 884	33 173	(80 987)	20 485	115 325

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos e diminuições	Saldo final
Concessionária Autopista Cardel Poza Rica (segmento América Latina - E&C)	36 799	(3 532)	4 303	-	527	38 097
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	16 768	(2 397)	2 103	-	-	16 474
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	13 659	582	1 916	-	-	16 157
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina - E&C)	12 466	906	1 303	-	-	14 675
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	31 699	(6 268)	3 185	-	(15 390)	13 226
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	6 994	5 438	-	-	-	12 432
Concesionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	-	1 668	(4 061)	11 884	-	9 491
Mota-Engil Tourism BV e participadas (segmento América Latina - E&C)	41 076	15	251	(41 342)	-	-
Concesionaria Cua SAPI (segmento América Latina - E&C)	19 510	-	2 007	(21 493)	(24)	-
Outros	8 377	1 789	1 501	551	(0)	12 218
	187 348	(1 799)	12 508	(50 401)	(14 886)	132 770

(1) Inclui essencialmente variações cambiais e correções efetuadas às contas individuais das participadas após a data de aprovação e publicação das contas consolidadas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os principais movimentos ocorridos na coluna “Transferências e variações de perímetro” foram justificados, essencialmente, pela reclassificação dos investimentos financeiros detidos na Concessionária Autopista Cardel Poza Rica, na Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico e na APP Tamaulipas SAPI para a rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 28).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os principais movimentos ocorridos na coluna “Outros aumentos e diminuições” foram justificados, essencialmente, pela realização e aumento de capital efetuado na participada Consórcio Tren Ligero Linea 4 Guadalajara.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os principais movimentos ocorridos na coluna “Transferências e variações de perímetro” foram justificados, essencialmente: (i) pela alienação da totalidade do investimento financeiro detido na Mota-Engil Tourism BV e participadas; (ii) pela alteração do método de consolidação da Concesionaria Cua SAPI no seguimento da sua classificação como um ativo não corrente disponível para venda; e (iii) pela consolidação da Concesionaria Alternativa Vialles, a qual até 31 de dezembro de 2021 se encontrava registada na rubrica de “Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os principais movimentos ocorridos na coluna “Outros aumentos e diminuições” foram justificados, essencialmente, pela alienação e posterior aquisição de 20% e 17,2%, respetivamente, da Autopista Urbana Siervo de la Nacion.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empresas associadas, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2023	% participação		Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
	efetiva	direta							
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	15%	30%	890 924	50 048	699 276	186 557	55 139	104 151	(13 808)
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	19%	38%	81 393	50 882	68 777	4 261	59 236	14 122	7 334
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	38%	38%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Consortio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara (segmento América Latina - E&C)	26%	51%	107 461	224 723	190 371	107 022	34 792	101 408	3 313
Concessionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	46%	46%	51 182	520	27 906	693	23 102	-	(2 254)

2022	% participação efetiva	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico (segmento América Latina - E&C)	26%	280 481	49 422	-	312 132	17 771	32 163	(9 272)
APP Coatzacoalcos Villahermosa (segmento América Latina - E&C)	19%	68 305	44 127	68 475	2 497	41 460	19 320	3 863
APP Tamaulipas SAPI (segmento América Latina - E&C)	24%	75 872	34 751	7 454	72 110	31 059	20 693	3 782
Autopista Urbana Siervo de la Nación (segmento América Latina - E&C)	15%	676 407	44 892	99 383	611 054	10 861	15 653	(67 186)
Martifer (segmento Outros, eliminações e intragrupo)	38%	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d	n/d
Concessionaria Alternativas Viales (segmento América Latina - E&C)	46%	138 156	45 637	132 672	30 331	20 790	49 858	(186)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2015, o Grupo celebrou com uma entidade mexicana um acordo conducente à alienação de duas das suas empresas concessionárias de auto-estradas no México (Concessionária Autopista Cardel Poza Rica e Concessionária Autopista Tuxpan-Tampico). Na sequência daquele acordo, e de adendas entretanto celebradas, o Grupo concedeu uma opção de compra à contraparte exercível durante os 12 e 18 meses subsequentes à inauguração das respetivas auto-estradas e aquela atribuiu ao Grupo uma opção de venda daquelas participações exercível nos dois anos subsequentes à data em que expirem as suas opções de compra. Adicionalmente, até à presente data, as acima referidas opções de compra foram exercidas pela contraparte, prevendo-se agora a conclusão das transações durante os primeiros meses de 2024, após apreciação e aprovação das mesmas por parte da Autoridade da Concorrência local. Deste modo, o Grupo alienará as respetivas participações financeiras pelo seu custo de aquisição acrescido de uma remuneração variável em função do tempo que medeie entre a data de celebração do acordo acima referido e a data de alienação das respetivas participações.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo mantinha registado na rubrica “Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras” cerca de 94.400 milhares de euros e 78.200 milhares de euros, respetivamente, associados às transações acima referidas (Nota 33).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação resumida sobre os principais Agrupamentos Complementares de Empresas (ACE) em que o Grupo participa, e em que aplica o método de equivalência patrimonial, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2023	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
METRO SANTOS SODRÉ, ACE	Portugal	70%	1 885	7 786	22	9 649	-	29 196	-
MESOFER, ACE	Portugal	37%	539	1 921	522	1 937	-	19 434	-

2022	País	% participação	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
MESOFER, ACE	Portugal	37%	11	4 534	-	4 546	-	18 365	-
METRO SANTOS SODRÉ, ACE	Portugal	70%	595	10 695	-	11 290	-	11 747	-
EXPI, ACE	Portugal	37%	-	411	45	754	(388)	302	230
SOMAGUE/MOTA-ENGIL - COTA 500, ACE	Portugal	36%	156	875	176	625	230	256	230

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam compromissos assumidos, passivos contingentes (exceto o referido na Nota 40) e restrições materiais quanto à distribuição de fundos por parte das empresas / entidades acima referidas.

A relação dos ACE em que o Grupo participa é apresentada no Apêndice A deste Anexo.

19. Investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos era como se segue:

	2023	2022
Grupo Lineas (segmento Capital)	78 626	86 140
Lobito Atlantic Holding (segmento África - E&C)	49 946	-
Concesionaria Cua e Vías Y Construciones (segmento América Latina E&C)	28 716	-
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	20 959	23 345
Consortio Línea Panama Norte (segmento América Latina - E&C)	6 091	2 656
Outros	6 055	7 325
	190 394	119 465

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos foi como se segue:

2023	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Saldo final
Grupo Lineas (segmento Capital)	86 140	7 522	(15 035)	-	-	78 626
Lobito Atlantic Holding (segmento África - E&C)	-	(78)	24	-	50 000	49 946
Concesionaria Cua e Vías Y Construciones (segmento América Latina E&C)	-	0	-	28 716	-	28 716
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	23 345	(4 777)	2 392	-	-	20 959
Consortio Línea Panama Norte (segmento América Latina - E&C)	2 656	1 925	1 510	-	-	6 091
Outros	7 325	931	(71)	(2 129)	-	6 055
	119 465	5 523	(11 182)	26 587	50 000	190 394

2022	Saldo inicial	Efeito em resultados do exercício	Efeito em reservas ⁽¹⁾	Transferências e variações de perímetro	Outros aumentos/diminuições	Saldo final
Grupo Lineas (segmento Capital)	71 687	(9 658)	24 111	-	-	86 140
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	14 793	2 961	5 590	-	-	23 345
Operadora Marítima Matamoros (segmento América Latina - E&C)	1 021	-	83	-	2 199	3 304
HL - Sociedade Gestora do Edifício (segmento Capital)	5 014	493	2 996	(8 503)	-	-
Outros	1 610	2 527	(755)	3 664	(369)	6 677
	94 126	(3 679)	32 026	(4 839)	1 830	119 465

(1) Inclui essencialmente variações cambiais, distribuição de dividendos e variação no justo valor dos instrumentos financeiros derivados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo Lineas dedicava-se à gestão de concessões de infraestruturas em Portugal e no Brasil enquanto a Sistemas Electricos Metropolitanos dedicava-se à exploração de um aterro sanitário na cidade do México. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, a Lobito Atlantic Holding dedicava-se à gestão de uma concessão de uma linha férrea que liga Angola a alguns países vizinhos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos na coluna “Outros aumentos / diminuições” foram justificados, essencialmente, pela realização de prestações suplementares na participada Lobito Atlantic Holding, de modo a que a mesma pudesse liquidar ao Concedente parte do custo associado à atribuição da concessão acima referida.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos na coluna “Efeito em reservas” no Grupo Lineas foram justificados, essencialmente, pela distribuição de dividendos à Mota-Engil Concessões.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos na coluna “Transferências e variações de perímetro” foram justificados, essencialmente, pela alienação parcial com perda de controlo da Concesionaria Cua e subsequente consideração de metade daquele investimento como um ativo não corrente disponível para venda. Até 31 de dezembro de 2022, a totalidade daquele investimento encontrava-se registado na rubrica de “Ativos não correntes detidos para venda” (Nota 28).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos na coluna “Efeito em reservas” no Grupo Lineas foram justificados, essencialmente, pela valorização do instrumento financeiro derivado de cobertura de fluxos de caixa detido pela Douro Interior.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo alienou na totalidade o seu investimento financeiro na HL – Sociedade Gestora do Edifício tendo gerado uma mais-valia de 635 milhares de euros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação resumida sobre os principais investimentos financeiros em empreendimentos conjuntos, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2023	% participação		Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
	efetiva	direta							
Grupo Lineas (segmento Capital)	60%	60%	617 125	136 286	525 587	96 781	131 044	7 840	12 536
Lobito Atlantic Holding (segmento África - E&C)	50%	50%	18	104 603	-	14 845	89 776	-	(787)
Concesionaria Cua e Vías Y Construciones (segmento América Latina E&C)	51%	99%	135 370	48 611	133 942	15 979	34 060	63 125	(1 989)
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	26%	50%	164 191	49 539	108 297	67 343	38 089	115 246	(9 277)
Consortio Línea Panama Norte (segmento América Latina - E&C)	50%	50%	568	35 464	1 109	25 890	9 033	63 849	3 850

2022	% participação efetiva	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Grupo Lineas (segmento Capital)	60%	920 378	191 376	696 037	272 150	143 567	101 113	(16 097)
Sistemas Electricos Metropolitanos (segmento América Latina - E&C)	26%	148 659	58 119	27 621	136 482	42 675	136 234	12 059
Operadora Maritima Matamoros (segmento América Latina - E&C)	26%	-	4 419	-	-	4 419	-	-

Por outro lado, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo desenvolveu diversas operações conjuntas com parceiros, nomeadamente através de consórcios (Nota 1.3.d), os quais se encontram elencados no Apêndice A deste anexo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação resumida sobre as principais operações conjuntas desenvolvidas pelo Grupo, integradas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na proporção dos ativos e passivos e gastos e rendimentos que lhe são contratualmente alocáveis, extraída das suas demonstrações financeiras individuais, pode ser analisada como se segue:

2023	País	% participação efetiva	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Consortio Ibague-Honda-Cambao-Manizales	Colômbia	46%	1 793	8 919	-	10 712	-	26 682	14 908
Consortio MEP-PTP	Peru	50%	585	7 997	267	8 299	16	3 250	16
Consortio Vial Jaylli	Peru	50%	-	29	-	4	25	1	17

2022	País	% participação efetiva	Ativo não corrente	Ativo corrente	Passivo não corrente	Passivo corrente	Capital Próprio	Vendas e prestações de serviços	Resultado líquido
Consortio Ibague-Honda-Cambao-Manizales	Colômbia	46%	5 885	8 094	-	13 979	-	35 900	24 158
Consortio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA	República Dominicana	42%	-	479	-	779	(299)	1 530	23
Consortio Puentes de Loreto	Peru	34%	138	1 874	-	786	1 227	1 197	(2 159)
Consortio Conservacion Vial Santa Rosa	Peru	50%	130	142	-	(5)	277	8	(72)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam compromissos assumidos, passivos contingentes e restrições materiais quanto à distribuição de fundos por parte das empresas / entidades acima referidas.

20. Outros investimentos financeiros

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos outros investimentos financeiros era como se segue:

	2023	2022
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado		
Não correntes		
Títulos de dívida pública da Costa do Marfim	24 728	-
Títulos de dívida pública de Moçambique	19 604	17 932
Títulos de dívida pública de Angola	-	75 481
	44 332	93 413
Correntes		
Títulos de dívida pública de Angola	74 846	31 071
Títulos de dívida pública da Costa do Marfim	4 121	-
Títulos de dívida pública de Moçambique	311	1 333
	79 279	32 404
	123 610	125 817
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral		
BAI-Banco Angolano de Investimentos	35 031	40 000
Desarrolladora Multimodal Istmo	10 716	-
Fundo de Investimento Invesurb	5 837	2 424
STI	5 071	5 245
Autopista Urbano Tramo Oriente	4 197	3 768
Auto - Sueco Angola	2 044	2 724
Outros	10 733	9 041
	73 629	63 201

Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os títulos de dívida pública de Angola, de Moçambique e da Costa do Marfim, detidos no âmbito de um modelo de negócio cujo objetivo consiste em deter ativos financeiros a fim de recolher fluxos de caixa contratuais, bem como para assegurar uma adequada proteção ao risco cambial e uma eficiente gestão de tesouraria em moeda local, apresentavam as seguintes características:

2023	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade de acordo com o valor nominal		
			1 ano	1 - 3 anos	> 3 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	76 471	5%	76 471	-	-
Obrigações do Tesouro Moçambicano em Meticais	25 272	variável	1 681	10 098	13 493
Obrigações do Tesouro da Costa do Marfim em francos CFA	28 849	3%	4 121	12 364	12 364
	130 592				
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado e perdas de imparidade acumuladas	(6 982)				
Valor de balanço	123 610				

2022	Montante (Valor nominal)	Taxa de juro	Maturidade de acordo com o valor nominal		
			1 ano	1 - 3 anos	> 3 anos
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas	14 636	16% - 16,25%	14 636	-	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em Kwanzas indexados ao USD	17 183	5%	17 183	-	-
Obrigações do Tesouro Angolanas em USD	79 224	5%	-	79 224	-
Obrigações do Tesouro Moçambicano em Meticais	26 139	variável	-	5 216	20 923
	137 182		31 819	84 440	20 923
Diferencial entre o valor nominal e o custo amortizado e perdas de imparidade acumuladas	(11 365)				
Valor de balanço	125 817				

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo detinha cerca de 124 milhões de euros e 126 milhões de euros, respetivamente, de títulos de dívida pública de Angola, de Moçambique e da Costa do Marfim (somente em 2023), não tendo os mesmos sido adquiridos mas sim entregues ao Grupo como forma de liquidação de contas a receber, geradas no passado, com a prestação de serviços de engenharia e construção e de recolha de resíduos para entidades estatais angolanas, moçambicanas e costa marfinenses. Por outro lado, naquelas datas, de forma a monitorizar o risco de crédito daqueles títulos, o Grupo tem vindo a acompanhar a evolução do *rating* de crédito de Angola (B- em 2023 e 2022), de Moçambique (CCC+ em 2023 e 2022) e da Costa do Marfim (BB- em 2023).

Adicionalmente, conforme referido acima, o objetivo do Grupo com a detenção daqueles títulos prende-se, essencialmente, em assegurar uma cobertura eficaz do risco cambial em Angola (na medida em que parte daqueles títulos são denominados em USD ou eram indexados ao USD); em possuir ativos financeiros elegíveis de serem utilizados como colaterais em financiamentos a obter / obtidos em Angola, e assim gerir a sua tesouraria / liquidez; e em obter juros, face às suas taxas de juro atrativas. Por outro lado, salienta-se igualmente o facto de desde a primeira entrega de títulos, no exercício de 2015, que os juros e as amortizações de capital associadas aos mesmos terem sido sempre liquidados atempadamente. Por último, durante o exercício de 2022, fruto de ofertas entretanto recebidas e da decisão de amortizar parcialmente a dívida bancária mantida em Angola, que se encontrava colateralizada com aqueles títulos, o Grupo alienou cerca de 90 milhões de euros de títulos (a valores ligeiramente acima do seu valor nominal), o que, no futuro, poderá repetir em caso de necessidade, e que permitirá mitigar / ultrapassar um eventual *gap* de liquidez com que se defronte. Não obstante, a classificação destes títulos como detidos até à maturidade não se alterou, pois mantêm-se as intenções sobre a sua detenção.

Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral

O Grupo adquiriu em exercícios anteriores uma participação financeira de 3% no BAI – Banco Angolano de Investimentos, S.A. (BAI).

Com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, e no seguimento da sua entrada em bolsa em junho de 2022, o Grupo passou a apurar o justo valor daquele investimento financeiro através da respetiva cotação disponibilizada na BODIVA, ajustada, dado o número escasso de transações e a dispersão muito significativa da sua cotação, pelo valor apurado recorrendo a múltiplos de transações de mercado ocorridas nos últimos anos em Angola e no continente africano (*Price-to-Book Value* e *Price to Earnings*), utilizando um universo de 37 transações ocorridas em mercados com restrições de capital estrangeiro (31 no exercício de 2022). O ajustamento à cotação considerou a média simples dos dois múltiplos acima referidos, sendo que cada um deles foi apurado também pela média simples entre o valor máximo e mínimo das transações observadas.

Como resultado dos cálculos acima indicados, o Grupo, nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, reduziu o justo valor daquele investimento financeiro em cerca de 5.000 milhares de euros e aumentou o mesmo em cerca de 3.700 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, caso a média do *Price-to-Book Value* e do *Price to Earnings* fosse superior ou inferior a 10%, o justo valor do investimento financeiro no BAI viria aumentado ou diminuído em 3.500 milhares de euros (4.000 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022), respetivamente.

Adicionalmente, para os restantes ativos financeiros incluídos nesta rubrica (essencialmente ações em empresas não cotadas), o Conselho de Administração do Grupo entendeu que o seu custo de aquisição, deduzido, se necessário, das respetivas perdas de imparidade identificadas, correspondia à melhor estimativa do seu justo valor em 31 de dezembro de 2023 e 2022.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, parte dos investimentos acima referidos no montante de, aproximadamente, 48.650 milhares de euros e 49.300 milhares de euros, respetivamente, encontravam-se a colateralizar empréstimos bancários e garantias bancárias obtidos em África.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos outros investimentos financeiros foi como se segue:

	2023	
	Ao custo amortizado	Ao justo valor
Saldo em 1 de janeiro de 2022	125 817	63 201
Aumentos	32 081	16 818
Reembolsos	(25 498)	-
Variação de justo valor	-	(5 065)
Alienações	(3 232)	(1 459)
Variações cambiais e outros	(5 557)	133
	123 610	73 629
	2022	
	Ao custo amortizado	Ao justo valor
Saldo em 1 de janeiro de 2021	222 403	64 400
Aumentos	2 270	93
Reembolsos	(41 890)	-
Variação de justo valor	-	3 700
Alienações	(90 303)	-
Transferências	-	(7 048)
Variações cambiais e outros	33 337	2 056
	125 817	63 201

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo recebeu cerca de 32.000 milhares de euros de obrigações do tesouro da Costa do Marfim como forma de liquidação de contas a receber que o mesmo mantinha com entidades públicas naquele país.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os aumentos ocorridos nos outros investimentos financeiros ao justo valor respeitaram, essencialmente, ao investimento efetuado na Desarrolladora Multimodal Istmo, a qual irá desenvolver um projeto de construção e exploração de parques industriais no México.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo alienou cerca de 90.000 milhares de euros de obrigações do tesouro de Angola.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as transferências ocorridas foram justificadas, essencialmente, pelo transferência da Concessionária Alternativas Vialles para a rubrica de “Investimentos financeiros em empresas associadas”.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Variações cambiais e outros – Ao custo amortizado”, respeitava, essencialmente, a diferenças cambiais geradas pelo kwana angolano.

21. Propriedades de investimento

A informação relativa às propriedades de investimento, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
MEXT	68 239	46 454
África - E&C	34 723	33 768
América Latina - E&C	19 232	19 459
Ambiente	2 924	3 102
Europa - E&C	510	510
Capital	174	178
	125 802	103 471

O movimento ocorrido nas propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial	103 471	112 412
Aumentos	70	3 646
Variação de justo valor (Nota 6)	39 676	(3 622)
Diferenças cambiais	(14 939)	6 071
Transferências e outros movimentos	(2 393)	(15 036)
	125 802	103 471

As variações de justo valor ocorridas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 foram justificadas, essencialmente, por um imóvel em Portugal (em 2023), fruto do aumento da capacidade construtiva e da alteração do projeto imobiliário a desenvolver no mesmo na sequência da aprovação das autoridades competentes, agora focado unicamente na infraestruturação e loteamento do terreno, e por um terreno em Angola (em 2023 e em 2022), sendo que relativamente a este último a variação de justo valor deverá ser analisada em conjunto com a rubrica de diferenças cambiais.

As diferenças cambiais verificadas nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 tiveram a sua origem, essencialmente, nos terrenos detidos pelo Grupo no Peru e em Angola.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as transferências e outros movimentos foram justificadas, essencialmente, pela alteração de uso dada ao terreno da participada Logz, na sequência do processo de instalação e exploração de um parque solar no mesmo, tendo este sido reclassificado para a rubrica de ativos tangíveis.

As propriedades de investimento, incluindo as que se encontram em fase de construção, são registadas pelo seu justo valor determinado anualmente com referência à data de relato por peritos independentes especializados.

Os resultados gerados com as propriedades de investimento nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

2023				
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)	Perdas por imparidade
Em Portugal				
Imóvel em Matosinhos	58 311	2 451	24 019	-
Imóvel Mota Galiza	9 773	253	635	-
Outras	3 253	-	-	-
	71 337	2 704	24 654	-
Fora de Portugal				
Terreno em Luanda	28 564	-	14 283	-
Terreno no Peru	15 363	-	(77)	-
Outras	10 538	-	815	-
	54 465	-	15 021	-
Total	125 802	2 704	39 676	-
2022				
	Valor do ativo	Rendimentos de rendas	Ganhos/perdas de variação de justo valor (Nota 6)	Perdas por imparidade
Em Portugal				
Imóvel em Matosinhos	33 729	2 113	-	-
Imóvel Mota Galiza	9 291	245	216	-
Outras	7 223	-	-	-
	50 244	2 358	216	-
Fora de Portugal				
Terreno em Luanda	30 204	-	(3 549)	-
Terreno no Peru	15 439	-	(437)	-
Outras	7 583	-	147	-
	53 227	-	(3 839)	-
Total	103 471	2 358	(3 622)	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a propriedade de investimento localizada em Matosinhos encontrava-se a colateralizar um empréstimo obtido no montante de cerca de 62.000 milhares de euros e 14.500 milhares de euros, respetivamente.

As avaliações das propriedades de investimento foram efetuadas de acordo com uma das seguintes metodologias, aplicadas de acordo com a situação específica de cada imóvel:

a) Método de mercado

O método de mercado tem por referência valores de transação de imóveis semelhantes e comparáveis ao imóvel objeto de estudo obtidos através de prospeção de mercado realizada na zona onde aquele se encontra localizado.

b) Método do rendimento

Este método tem por finalidade estimar o valor do imóvel a partir da capitalização da sua renda líquida, atualizada para o momento presente, através do método dos fluxos de caixa descontados.

As avaliações realizadas aos imóveis atrás referidos foram executadas por entidades independentes e especializadas, as quais, para os imóveis localizados em Portugal, se encontram credenciadas junto da Comissão do Mercado de Valores Mobiliários (CMVM).

Para as principais propriedades de investimento detidas pelo Grupo, o seu justo valor foi apurado tendo em consideração os seguintes *inputs* relevantes:

- Taxa de ocupação;
- Custo do terreno m²;
- Custo de construção m²;
- Preço de venda m²;
- Valor de renda m²; e
- Taxa de capitalização / desconto.

A informação mais relevante sobre as avaliações realizadas em 2023 e 2022 às principais propriedades de investimento detidas pelo Grupo, pode ser resumida como se segue:

2023					Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m ²	Renda m ² /mês	Custo de construção m ²	Taxa de desconto
Imóvel em Matosinhos	Emerge	Cash-flows descontados	58 311	393,86	n.a.	72,63	11,0%
Terreno em Luanda	Mota-Engil Angola	Método comparativo	28 564	208,74	n.a.	n.a.	n.a.
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	15 363	145,55	n.a.	n.a.	n.a.
Imóvel Mota Galiza	Emerge	Método do rendimento	9 773	n.a.	4,74	n.a.	7,0%

2022					Principais pressupostos		
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Preço de venda m ²	Renda m ² /mês	Custo de construção m ²	Taxa de desconto
Imóvel em Matosinhos	Emerge	Cash-flows descontados	33 729	1 622,68	n.a.	542,80	11,9%
Terreno em Luanda	Mota-Engil Angola	Método comparativo	30 204	220,73	n.a.	n.a.	n.a.
Terreno no Peru	Promotora e Imobiliária Santa Clara	Método comparativo	15 439	146,27	n.a.	n.a.	n.a.
Imóvel Mota Galiza	Emerge	Método do rendimento	9 291	n.a.	4,54	n.a.	7,1%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas às propriedades de investimento aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao preço de venda m², ao custo de construção m² e às rendas m²/mês, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2023			Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m ²		Custo de construção m ²		Renda m ² /mês	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Imóvel em Matosinhos	Emerge	Cash-flows descontados	(990)	1 011	3 597	(3 597)	(681)	681	n.a.	n.a.
Terreno em Luanda	Mota-Engil Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	1 428	(1 428)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Terreno no Peru	Promotora e imobiliária Santa Clara	Método comparativo	n.a.	n.a.	768	(768)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imóvel Mota Galiza	Emerge	Método do rendimento	(615)	709	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	461	(461)

2022			Sensibilidade aos pressupostos-chave							
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Preço de venda m ²		Custo de construção m ²		Renda m ² /mês	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Imóvel em Matosinhos	Emerge	Cash-flows descontados	(1 738)	1 830	8 224	(8 224)	(6 403)	6 403	n.a.	n.a.
Terreno em Luanda	Mota-Engil Angola	Método comparativo	n.a.	n.a.	1 510	(1 510)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Terreno no Peru	Promotora e imobiliária Santa Clara	Método comparativo	n.a.	n.a.	772	(772)	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.
Imóvel Mota Galiza	Emerge	Método do rendimento	(574)	660	n.a.	n.a.	n.a.	n.a.	437	(437)

Caso venha a ocorrer um aumento dos preços de venda m², das rendas m²/mês ou uma diminuição da taxa de capitalização / desconto, o justo valor das propriedades de investimento virá aumentado. Por outro lado, caso venha a ocorrer uma diminuição dos preços de venda m², das rendas m²/mês ou um aumento da taxa de capitalização / desconto, o justo valor das propriedades de investimento virá diminuído.

Embora as avaliações acima referidas tenham sido realizadas com base em dados e transações de mercado (divulgadas, essencialmente, por agências imobiliárias), a reduzida liquidez das mesmas e as diferentes características de cada imóvel não permitem qualificar o mercado como ativo. Deste modo, o apuramento do justo valor das propriedades de investimento do Grupo enquadra-se no Nível 3 da IFRS 13.

22. Inventários

A informação relativa aos inventários, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Valor bruto:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	276 576	214 182
Produtos e trabalhos em curso	97 356	94 484
Produtos acabados	12 574	10 270
Mercadorias	74 996	76 517
Adiantamentos por conta de compras	85 366	154 170
	546 868	549 622
Ajustamentos em inventários:		
Matérias primas, subsidiárias e de consumo	(3 059)	(4 975)
Produtos e trabalhos em curso	(1 093)	(5 806)
Produtos acabados	(2 338)	(2 602)
Mercadorias	(7 486)	(7 481)
	(13 977)	(20 865)
	532 891	528 757

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Matérias-primas, subsidiárias e de consumo” incluía, essencialmente, materiais de construção localizados no Ruanda (cerca de 26.700 milhares de euros e 30.500 milhares de euros, respetivamente), em Moçambique (cerca de 21.300 milhares de euros e 29.000 milhares de euros, respetivamente), no Uganda (cerca de 15.300 milhares de euros e 8.700 milhares de euros, respetivamente), no México (cerca de 142.000 milhares de euros e 52.000 milhares de euros, respetivamente), em Portugal (cerca de 19.200 milhares de euros e 20.200 milhares de euros, respetivamente) e na Polónia (cerca de 0 milhares de euros e 9.600 milhares de euros, respetivamente).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Produtos e trabalhos em curso” referia-se, essencialmente, a projetos imobiliários em desenvolvimento na Polónia (somente em 2022), no México (somente em 2023) e em Portugal.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Mercadorias” referia-se, maioritariamente, a projetos imobiliários localizados em Portugal cujo destino é a comercialização.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a diminuição ocorrida na rubrica de “Adiantamentos por conta de compras” foi justificada, maioritariamente, pela Mota-Engil México.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Inventários” incluía cerca de 164.000 milhares de euros e 154.000 milhares de euros, respetivamente, associados a projetos imobiliários.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a porção de inventários que se espera virem a ser realizados num prazo superior a 12 meses ascende a cerca de 197.200 milhares de euros e 221.000 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam alguns imóveis registados na rubrica de inventários que se encontravam a colateralizar empréstimos obtidos no montante de cerca de 12.000 milhares de euros e 6.940 milhares de euros, respetivamente.

O movimento ocorrido nos ajustamentos em inventários, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Saldo inicial	20 865	19 834
Aumentos (Nota 8)	212	462
Reduções (Nota 8)	(10)	(229)
Utilizações	(3 519)	(1 416)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(3 572)	2 215
Saldo final	13 977	20 865

Para efeitos de aferição do valor realizável líquido dos inventários, nomeadamente dos imóveis, foram utilizadas as metodologias de avaliação descritas na Nota 16.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação mais relevante sobre as avaliações efetuadas aos principais imóveis (classificados em inventários) detidos pelo Grupo, pode ser resumida como se segue:

2023				Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Custo de construção m2	Preço de venda m2	Renda m2/mês	Taxa de desconto
Projeto imobiliário - Portugal - I	Emerge Alverca	Cash-flows descontados	37 987	655,58	3 888,25	n.a.	12,0%
Projeto imobiliário - Portugal - II	Emerge Ajuda	Cash-flows descontados	4 036	1 093,92	4 869,33	n.a.	9,5%

2022				Principais pressupostos			
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Valor de avaliação	Custo de construção m2	Preço de venda m2	Renda m2/mês	Taxa de desconto
Projeto imobiliário - Portugal - I	Emerge	Cash-flows descontados	38 095	646,21	3 821,36	n.a.	11,9%
Projeto imobiliário - Portugal - III	Emerge Aurora	Cash-flows descontados	20 744	1 088,99	4 997,83	n.a.	9,9%
Projeto imobiliário - Polónia - VI	MECE Polónia	Cash-flows descontados	15 738	n.a.	2 108,14	n.a.	10,5%
Projeto imobiliário - Polónia - VII	MECE Polónia	Cash-flows descontados	14 361	n.a.	1 818,72	n.a.	10,8%
Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE Polónia	Cash-flows descontados	9 426	680,75	2 741,48	n.a.	10,0%
Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE Polónia	Cash-flows descontados	7 659	662,44	2 756,11	n.a.	10,0%

A sensibilidade dos resultados das avaliações efetuadas aos imóveis acima referidos aos principais pressupostos-chave, nomeadamente à taxa de desconto, ao custo de construção m2 e ao preço de venda m2, foi como se segue (impacto no justo valor dos imóveis):

2023			Sensibilidade aos pressupostos-chave					
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Custo de construção m2		Preço de venda m2	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Projeto imobiliário - Portugal - I	Emerge Alverca	Cash-flows descontados	(1 991)	2 110	(3 397)	3 397	5 354	(5 354)
Projeto imobiliário - Portugal - II	Emerge Ajuda	Cash-flows descontados	(100)	102	(349)	349	565	(565)

2022			Sensibilidade aos pressupostos-chave					
Imóvel	Empresa	Método de avaliação	Taxa de desconto		Custo de construção m2		Preço de venda m2	
			0,5%	(0,5)%	5,0%	(5,0)%	5,0%	(5,0)%
Projeto imobiliário - Portugal - I	Emerge Alverca	Cash-flows descontados	(2 063)	2 189	(3 355)	3 355	5 368	(5 368)
Projeto imobiliário - Portugal - III	Emerge Aurora	Cash-flows descontados	(423)	433	(1 966)	1 966	2 837	(2 837)
Projeto imobiliário - Polónia - VI	MECE Polónia	Cash-flows descontados	(39)	39	n.a.	n.a.	808	(808)
Projeto imobiliário - Polónia - VII	MECE Polónia	Cash-flows descontados	(94)	95	n.a.	n.a.	773	(773)
Projeto imobiliário - Polónia - I	MECE Polónia	Cash-flows descontados	(134)	136	(404)	404	946	(946)
Projeto imobiliário - Polónia - II	MECE Polónia	Cash-flows descontados	(143)	145	(410)	410	846	(846)

23. Clientes e outros devedores

A informação relativa a clientes e outros devedores, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2023	2022	2023	2022
Cientes, conta corrente				
Valor bruto				
Europa - E&C	7 485	4 868	138 416	151 394
Ambiente	17 523	26 371	149 121	191 448
África - E&C	13 752	7 874	580 120	568 757
América Latina - E&C	-	18 100	384 717	289 632
Capital	874	875	24 238	22 749
Mext	-	-	1 273	990
Outros, eliminações e intragrupo	9 595	(318)	(118 157)	(99 901)
	49 228	57 770	1 159 727	1 125 069
Perdas de imparidade acumuladas	(14)	(22)	(199 968)	(204 405)
	49 214	57 748	959 759	920 664
Cientes, títulos a receber	-	-	92	14
Total de clientes	49 214	57 748	959 851	920 678
Empresas associadas, participadas e participantes				
Valor bruto	132 156	80 647	93 113	11 231
Perdas de imparidade acumuladas	(1 853)	(2 078)	-	-
	130 303	78 569	93 113	11 231
Adiantamentos a fornecedores	-	-	73 849	98 644
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o Rendimento)	-	-	67 265	93 507
Outros devedores - Ativos registrados ao justo valor por resultados	40 000	-	-	-
Outros				
Valor bruto				
Europa - E&C	2 204	2 158	253 103	213 884
Ambiente	56	3 226	65 486	17 037
África - E&C	41 330	24 263	250 580	212 552
América Latina - E&C	68 428	75 721	245 284	163 090
Capital	2 151	10 862	6 455	4 816
Mext	-	-	13 394	12 541
Outros, eliminações e intragrupo	-	740	(360 141)	(267 014)
	114 169	116 970	474 160	356 906
Perdas de imparidade acumuladas	(2 044)	(2 158)	(28 150)	(27 015)
	112 125	114 812	446 010	329 892
Total de outros devedores	282 428	193 381	680 237	533 274
Total de clientes e outros devedores	331 643	251 129	1 640 088	1 453 952

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Clientes, conta corrente – Valor bruto – Ambiente” incluía cerca de 27.400 milhares de euros e 35.700 milhares de euros, respetivamente (dos quais cerca de 17.400 milhares de euros e 26.200 milhares de euros classificados como não correntes, respetivamente) associados a uma concessão de exploração de um aterro sanitário na Costa do Marfim. Esta concessão foi atribuída pelo Estado da Costa do Marfim por um prazo de 7 anos à Clean Eburnie e a empresa participada tem um direito incondicional de receber uma renda mensal como contrapartida da construção do referido aterro.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, a diminuição ocorrida na rubrica de “Clientes, conta corrente – Valor bruto – Ambiente” deveu-se, essencialmente, ao recebimento por parte da Vista Waste de um conjunto significativo de faturas emitidas em exercícios anteriores a entidades públicas angolanas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica de “Clientes, conta corrente – Valor bruto – América Latina – E&C” deveu-se, essencialmente, ao aumento da atividade no ano, nomeadamente no México.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Empresas associadas, participadas e participantes” referia-se, essencialmente, a empréstimos concedidos a empresas associadas do Grupo localizadas no México.

Em 31 de dezembro de 2023, o saldo da rubrica “Outros devedores – Ativos registados ao justo valor por resultados – não correntes” incluía cerca de 40.000 milhares de euros associados a um empréstimo efetuado à Duro Felguera, o qual, dependente do sucesso de um aumento de capital que aquela entidade viria a realizar, seria parcial ou totalmente devolvido ou convertido em ações ordinárias. Em 23 de fevereiro de 2024, no seguimento da conclusão do aumento de capital atrás referido, a totalidade do montante atrás indicado foi convertido em ações ordinárias representativas de 23.89% do capital social da Duro Felguera.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Outros – Valor bruto – África – E&C – Não correntes” referia-se, essencialmente, a uma conta a receber da Mota-Engil Construction South África, a qual, no seguimento do seu processo de alienação em 2019, viu o seu plano de reembolso modificado (5 prestações anuais iguais de um montante de rands sul africanos equivalente a 17 milhões de euros ao câmbio de 2019). Adicionalmente, em virtude daquela conta a receber não vencer juros, o Grupo registou no ano de 2019 um ajustamento de cerca de 23.000 milhares de euros para fazer face ao efeito temporal do dinheiro.

Em 31 de dezembro de 2023, 11.300 milhares de euros daquela conta a receber encontravam-se classificados como não correntes (24.100 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022) e 11.600 milhares de euros encontravam-se classificados como correntes (24.500 milhares de euros em 31 de dezembro de 2022).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica “Outros – Valor bruto – África – E&C – Correntes” deveu-se, essencialmente, ao aumento da atividade no ano, nomeadamente em Angola, na Guiné e na Nigéria.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o saldo da rubrica “Outros – Valor bruto – América Latina – E&C – Não correntes”, referia-se, essencialmente, às contas a receber associadas à alienação do negócio do turismo no México, para as quais se encontra definido um plano de reembolso com amortizações semestrais durante 5 anos.

O movimento ocorrido nas perdas de imparidade acumuladas de clientes e outros devedores, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisado como se segue:

	2023	2022
Cientes e outros devedores:		
Saldo inicial	235 678	230 258
Aumentos (Nota 8)	46 550	10 543
Reduções (Nota 8)	(25 792)	(9 972)
Utilizações	(0)	(120)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(24 406)	4 969
Saldo final	232 029	235 678

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram reconhecidas perdas de imparidade esperadas para contas a receber, as quais foram estimadas utilizando uma matriz de incobabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos cinco anos, ajustada por fatores específicos atribuíveis aos devedores, bem como pelas condições macroeconómicas que se estimam para o futuro. Adicionalmente, naquelas datas, foram igualmente registados ajustamentos às contas a receber por perdas de imparidade incorridas quando ocorreram indicadores objetivos de que o Grupo não iria receber integralmente os montantes a que tinha direito de acordo com os termos originais dos contratos estabelecidos. Os ajustamentos foram apurados considerando a antiguidade das contas a receber, o perfil de risco do devedor, bem como a sua situação económico-financeira. Por outro lado, para as contas a receber cujo momento expectável de realização excede o prazo de um ano, o Grupo procedeu à atualização financeira desses saldos (considerando um prazo entre um e dois anos adicionais para recuperar a dívida) e taxas de atualização entre os 4,4% e os 34,1% em África – E&C (8% e 24% no exercício de 2022).

A exposição do Grupo ao risco de crédito é atribuível, sobretudo, às contas a receber associadas à sua atividade operacional.

Por outro lado, é convicção do Conselho de Administração do Grupo de que o montante pelo qual aqueles ativos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

24. Ativos associados a contratos com clientes

A informação relativa aos ativos associados a contratos com clientes por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023		2022	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
África - E&C	-	327 941	-	321 731
Ambiente	8 838	35 846	-	24 059
América Latina - E&C	565	284 686	1 030	230 016
Capital	12 593	8 043	3 431	671
Europa - E&C	-	31 962	678	23 054
Mext	-	64	-	-
Outros, eliminações e intragrupo	-	2	-	(9 862)
	21 997	688 543	5 139	589 669

O movimento ocorrido nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 nos ativos e nos passivos associados a contratos com clientes pode ser analisado como se segue:

Saldo em 1 de janeiro de 2023	(335 738)
Rédito reconhecido no ano associado a passivos registados em exercícios anteriores	904 927
Adiantamentos recebidos no ano, líquidos de rédito reconhecido no próprio ano	(994 185)
Transferências para a rubrica de clientes e outros devedores	(431 591)
Aumentos resultantes do cumprimento de novas obrigações de desempenho ainda não faturadas	632 261
Alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores	(70 906)
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	(36 232)
Saldo em 31 de dezembro de 2023	(331 465)
Ativos associados a contratos com clientes	710 540
Passivos associados a contratos com clientes (Nota 34)	(1 042 004)
	(331 465)

Saldo em 1 de janeiro de 2022	343 521
Rédito reconhecido no ano associado a passivos registados em exercícios anteriores	136 882
Adiantamentos recebidos no ano, líquidos de rédito reconhecido no próprio ano	(712 793)
Transferências para a rubrica de clientes e outros devedores	(563 458)
Aumentos resultantes do cumprimento de novas obrigações de desempenho ainda não faturadas	402 618
Alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores	35 806
Diferenças cambiais, variações de perímetro e outras	21 686
Saldo em 31 de dezembro de 2022	(335 738)
Ativos associados a contratos com clientes	594 808
Passivos associados a contratos com clientes (Nota 34)	(930 546)
	(335 738)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores foram justificadas, essencialmente, por Angola, fruto de alguns aditamentos efetuados a projetos em curso com uma margem inferior à dos contratos originais.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as alterações às estimativas formuladas em exercícios anteriores foram justificadas, essencialmente, pela negativa, pelo mercado do Brasil e, pela positiva, pelos mercados de Angola e do México.

25. Outros ativos

A informação relativa aos outros ativos, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2023	2022	2023	2022
Acréscimos de rendimentos				
Juros a receber	-	-	14 406	4 890
Outros acréscimos de rendimentos	-	-	12 808	1 645
	-	-	27 213	6 535
Gastos diferidos				
Seguros	433	629	26 814	33 859
Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes	28 995	10 778	50 417	13 418
Outros gastos diferidos (Outros)	18 843	29 335	44 524	25 261
	48 271	40 742	121 755	72 538
	48 271	40 742	148 969	79 073

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes - Correntes” incluía, essencialmente, gastos diferidos associados à mobilização / desmobilização de equipamentos e de estaleiros em projetos de engenharia e construção em execução por parte do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Custos associados ao cumprimento de contratos com clientes – Não correntes” incluía, essencialmente, o montante incorrido pelo Grupo com a aquisição de 50%, em 2023 e em anos anteriores, de duas fases, respetivamente, de um projeto de engenharia e construção.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros gastos diferidos (Outros)” correspondia, entre outros, aos desvios tarifários a recuperar gerados pelas empresas concessionárias do SubGrupo EGF.

26. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
África - E&C	24 094	20 565
América Latina - E&C	12 945	10 565
Ambiente	5 370	5 936
Europa - E&C	9	926
Capital	1 068	864
MEXT	9	
Outros, eliminações e intragrupo	-	165
	43 496	39 021

27. Caixa e Outras aplicações financeiras

A informação relativa às rubricas de “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista” e de “Outras aplicações financeiras”, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	À vista		Outras aplicações financeiras		Total	
	2023	2022	2023	2022	2023	2022
Outras aplicações de tesouraria	1 722	766	-	-	1 722	766
Depósitos bancários e caixa						
Depósitos bancários	497 309	600 044	177 258	78 577	674 566	678 621
Caixa	2 196	2 526	-	-	2 196	2 526
	501 227	603 336	177 258	78 577	678 485	681 913

A informação relativa à rubrica de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista”, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	à Vista	
	2023	2022
Depósitos bancários e caixa		
Depósitos bancários	59 152	93 051
Caixa	17	317
	59 168	93 368

Os montantes de “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” estão associados, essencialmente, às empresas do Subgrupo EGF.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, para efeitos de preparação da demonstração consolidada dos fluxos de caixa, o saldo de “Caixa e seus equivalentes” apresentava a seguinte composição:

	Total	
	2023	2022
Com recurso à vista	501 227	603 336
Sem recurso à vista	59 168	93 368
	560 396	696 705

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam 177.258 milhares de euros e 78.577 milhares de euros, respetivamente, de disponibilidades registadas na rubrica de “Outras aplicações financeiras” não imediatamente disponíveis pelo facto de terem sido dadas em garantia ou estarem cativas ao abrigo de contratos de financiamento celebrados com terceiros.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes incluídos nas rubricas de “Caixa e seus equivalentes com recurso à vista”, “Caixa e seus equivalentes sem recurso à vista” e “Outras aplicações financeiras”, apresentavam a seguinte origem geográfica:

	2023	2022
México	269 342	217 808
Portugal	197 995	182 972
Nigéria	115 393	183 576
Angola	50 234	44 096
Peru	24 702	43 130
Zimbabwe	20 487	21 527
Brasil	10 177	11 534
Costa do Marfim	8 659	24 364
Moçambique	4 487	4 064
Países Baixos	3 928	3 524
Polónia	1 818	6 182
Outros	30 431	32 504
	737 653	775 282

28. Ativos e passivos não correntes detidos para venda

A informação relativa aos ativos e passivos não correntes detidos para venda, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022 Reexpresso
Ativos associados às Concessionárias mexicanas (segmento América Latina - E&C):		
CMRO Nayarit	211 226	-
AZPAU Entretenimiento	123 902	-
Mota-Engil Aeropuertos	116 721	-
Concessionária Tultepec AIFA Pirâmides	79 887	-
Concessionária Autopista Cardel	40 881	-
Vías y Comunicaciones e Concessionaria Cua	31 050	-
Concessionária Tuxpan Tampico	22 940	-
APP Tamaulipas	17 828	-
Ativos associados às operações na Polónia (segmento Europa - E&C / segmento Mext)	176 727	-
Ativos associados à Concessionária Cua (segmento América Latina - E&C)	-	109 150
Ativos associados ao negócio dos resíduos industriais (segmento Ambiente)	0	50 717
Outros	5 632	7 389
Ativos não correntes detidos para venda	826 795	167 256

	2023	2022
Passivos associados às Concessionárias mexicanas (segmento América Latina - E&C):		
CMRO Nayarit	171 114	-
AZPAU Entretenimiento	7 123	-
Mota-Engil Aeropuertos	5 677	-
Concesionária Tultepec AIFA Pirâmides	1 509	-
Passivos associados às operações na Polónia (segmento Europa - E&C / segmento Mext)	123 383	-
Passivos associados à Concessionária Cua (segmento América Latina - E&C)	-	52 177
Passivos associados ao negócio dos resíduos industriais (segmento Ambiente)	-	21 060
Passivos não correntes detidos para venda	308 806	73 237

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, no seguimento de uma reorganização do seu portefólio de concessões, o Grupo Mota-Engil estabeleceu com o seu parceiro de negócios no México um acordo através do qual se comprometeu a alienar parcialmente (com perda de controlo) um conjunto de participações financeiras que detém em empresas concessionárias mexicanas (Concessionária Tultepec, Aifa Pirâmides, CMRO Nayarit, Azpau Entretenimiento e Mota-Engil Aeropuertos) durante o exercício de 2024. Deste modo, os ativos e passivos das empresas atrás referidas foram reclassificados em 31 de dezembro de 2023 para estas rubricas.

Ainda no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, e no âmbito da atrás referida reorganização, o Grupo alienou parcialmente (com perda de controlo), também ao seu parceiro de negócios no México, a Concessionária Cua e o veículo que a detinha (Vias y Comunicaciones).

Adicionalmente, em dezembro de 2023, o Grupo Mota-Engil estabeleceu com uma terceira entidade um contrato promessa de compra e venda sobre as operações de construção e de promoção imobiliária que vinha a desenvolver na Polónia, razão pela qual classificou os ativos e passivos das empresas envolvidas nas presentes rubricas. Esta transação estima-se que esteja concluída até ao final do primeiro semestre de 2024.

Por fim, e também em dezembro de 2023, o Grupo Mota-Engil concretizou a alienação do negócio dos resíduos industriais, bem como a alienação parcial (com perda de controlo) da Concessionária Cua (ver Notas 11 e 42).

Em 31 de dezembro de 2023, o detalhe agregado dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados às concessionárias mexicanas, era como segue:

Concessionárias mexicanas	2023
Ativo	
Não corrente	
Ativos intangíveis	147 641
Ativos tangíveis	35 310
Investimentos financeiros em empresas associadas	138 510
Cientes e outros devedores	148 268
Ativos por impostos diferidos	1 889
	471 619
Corrente	
Cientes e outros devedores	52 287
Ativos associados a contratos com clientes	94 036
Outros ativos correntes	6 965
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	19 530
	172 817
Total do Ativo	644 436
Passivo	
Não corrente	
Empréstimos com recurso	167 541
Passivos por impostos diferidos	1 321
	168 862
Corrente	
Empréstimos com recurso	1 480
Fornecedores e credores diversos	10 095
Outros passivos correntes	4 986
	16 560
Total do Passivo	185 423

Em 31 de dezembro de 2023, o detalhe agregado dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados às operações na Polónia, era como segue:

Operações na Polónia		2023
Ativo		
Não corrente		
Goodwill		3 636
Ativos intangíveis		632
Ativos tangíveis		25 396
Ativos sob direito de uso		21 410
Investimentos financeiros em empresas associadas		315
Outros ativos não correntes		1 576
Ativos por impostos diferidos		12 514
		65 478
Corrente		
Inventários		62 326
Clientes e outros devedores		18 291
Ativos associados a contratos com clientes		14 961
Outros ativos correntes		1 579
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista		14 092
		111 249
Total do Ativo		176 727
Passivo		
Não corrente		
Empréstimos com recurso		777
Fornecedores e credores diversos		5 160
Provisões		8 186
Passivos associados a contratos com clientes		1 306
Passivos de locação		9 864
Outros passivos não correntes		676
Passivos por impostos diferidos		1 187
		27 157
Corrente		
Empréstimos com recurso		7 591
Fornecedores e credores diversos		32 250
Passivos associados a contratos com clientes		17 292
Passivos de locação		3 810
Outros passivos financeiros		52
Outros passivos correntes		35 231
		96 226
Total do Passivo		123 383

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o contributo das concessionárias mexicanas e das operações na Polónia para a demonstração consolidada dos resultados do Grupo, foi como se segue:

Concessionárias mexicanas	2023
Vendas e prestações de serviços	224 598
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	(271)
Fornecimentos e serviços externos	(38 028)
Gastos com pessoal	(1 082)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(181 447)
Amortizações e depreciações	(7)
Rendimentos e ganhos financeiros	11 337
Gastos e perdas financeiras	(22 391)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	(166)
Resultado antes de imposto	(7 457)
Imposto sobre o rendimento	(186)
Resultado líquido do exercício	(7 643)

Operações na Polónia	2023
Vendas e prestações de serviços	199 680
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	(53 579)
Fornecimentos e serviços externos	(110 188)
Gastos com pessoal	(25 232)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	7 104
Amortizações e depreciações	(5 356)
Provisões e perdas de imparidade	(6 016)
Rendimentos e ganhos financeiros	885
Gastos e perdas financeiras	(3 542)
Resultado antes de imposto	3 756
Imposto sobre o rendimento	(1 186)
Resultado líquido do exercício	2 570

Em 31 de dezembro de 2022, o detalhe dos ativos e passivos não correntes detidos para venda associados à Concessionária Cua e ao negócio de resíduos industriais, era como se segue:

Concessionária Cua	2022 Reexpresso
Ativo	
Não corrente	
Ativos intangíveis	86 348
Ativos tangíveis	5
Ativos sob direito de uso	514
	86 867
Corrente	
Inventários	2 845
Clientes e outros devedores	6 006
Outros ativos correntes	7 327
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista	6 105
	22 283
Total do Ativo	109 150
Passivo	
Não corrente	
Fornecedores e credores diversos	3 666
Provisões	712
	4 378
Corrente	
Empréstimos com recurso	36 464
Fornecedores e credores diversos	11 330
Outros passivos correntes	5
	47 798
Total do Passivo	52 177

Resíduos industriais		2022
Ativo		
Não corrente		
Goodwill		918
Ativos intangíveis		29
Ativos tangíveis		21 235
Ativos sob direito de uso		2 770
Investimentos financeiros em empresas associadas		59
		25 011
Corrente		
Inventários		494
Clientes e outros devedores		8 704
Outros ativos correntes		456
Caixa e seus equivalentes com recurso à vista		16 052
		25 706
Total do Ativo		50 717
Passivo		
Não corrente		
Empréstimos com recurso		417
Passivos de locação		1 317
Provisões		7 575
Passivos por impostos diferidos		152
		9 461
Corrente		
Empréstimos com recurso		210
Passivos de locação		702
Fornecedores e credores diversos		7 711
Outros passivos correntes		2 976
		11 600
Total do Passivo		21 060

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o contributo da Concessionária Cua e do negócio dos resíduos industriais para a demonstração consolidadas dos resultados do Grupo, foi como se segue:

Concessionária Cua		2022
Vendas e prestações de serviços		30 451
Fornecimentos e serviços externos		(4 032)
Gastos com pessoal		(177)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais		(22 429)
Amortizações e depreciações		(2)
Rendimentos e ganhos financeiros		7 466
Gastos e perdas financeiras		(11 609)
Resultado antes de imposto		(333)
Imposto sobre o rendimento		100
Resultado líquido do exercício		(233)

Resíduos industriais	2022
Vendas e prestações de serviços	39 776
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	(9 618)
Fornecimentos e serviços externos	(11 435)
Gastos com pessoal	(5 984)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	(1 631)
Amortizações e depreciações	(2 156)
Provisões e perdas de imparidade	(749)
Rendimentos e ganhos financeiros	177
Gastos e perdas financeiras	(106)
Resultado antes de imposto	8 273
Imposto sobre o rendimento	(1 946)
Resultado líquido do exercício	6 326

Por último, no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo concretizou a alienação das operações na Irlanda e no Reino Unido (fevereiro de 2022), bem como da Takargo (junho de 2022) (Notas 11 e 42).

29. Capital e reservas

Capital social

O capital social da Mota-Engil SGPS em 31 de dezembro de 2023 e 2022, totalmente subscrito e realizado, ascendia a 306.775.950 euros e encontrava-se representado por 306.775.950 ações, com um valor nominal de 1 euro cada.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Mota-Engil SGPS cumpriu com os requisitos de capital estabelecidos na legislação comercial portuguesa, nomeadamente, os definidos no artigo 35º do Código das Sociedades Comerciais.

Ações próprias

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo não procedeu a aquisições nem a alienações de ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo detinha 6.091.581 ações próprias com um custo médio de 1,68 euros por ação totalizando 10.232 milhares de euros.

Prémios de emissão

Os prémios de emissão correspondem a ágios obtidos com a emissão ou com aumentos de capital. De acordo com a legislação comercial portuguesa, os valores incluídos nesta rubrica seguem o regime estabelecido para as “Reservas legais”, isto é, os valores não são distribuíveis, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas podem ser utilizados para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Reserva de justo valor – Investimentos financeiros

A “Reserva de justo valor – Investimentos financeiros” reflete as variações de justo valor dos ativos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de justo valor – Ativos fixos

A “Reserva de justo valor – Ativos fixos” não pode ser distribuída aos acionistas, exceto se se encontrar totalmente depreciada ou se os respetivos bens objeto de reavaliação tiverem sido alienados.

Reserva de justo valor – Derivados

A “Reserva de justo valor – Derivados” reflete as variações de justo valor dos instrumentos financeiros derivados de cobertura de fluxos de caixa que se consideram eficazes e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

Reserva de conversão cambial

A “Reserva de conversão cambial” reflete as variações cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras de empresas participadas com moeda diferente do Euro e não é passível de ser distribuída aos acionistas ou utilizada para absorver prejuízos.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, os movimentos ocorridos nesta rubrica deveram-se, essencialmente, à desvalorização do kwanza de Angola e do kwacha do Malawi.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, os movimentos ocorridos nesta rubrica deveram-se, essencialmente, à valorização do kwanza de Angola, do metical de Moçambique, do peso do México, bem como à desvalorização do kwacha do Malawi e do peso da Colômbia.

Os efeitos da aplicação da IAS – 29 às operações do Zimbabue (Nota 46), bem como o efeito cambial acumulado da aplicação desta norma em exercícios anteriores (Zimbabue até 2019 e Angola até 2018) não são considerados nesta rubrica mas na rubrica de Outras reservas e resultados transitados.

Reservas legais

A legislação comercial portuguesa estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual, se positivo, tem de ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é distribuível, a não ser em caso de liquidação da Empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos, depois de esgotadas todas as outras reservas, e para incorporação no capital.

Nos termos da legislação comercial portuguesa, o montante de reservas distribuíveis é determinado de acordo com as demonstrações financeiras individuais da Mota-Engil SGPS preparadas de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS), tal como adotadas na União Europeia.

Distribuições

De acordo com o aprovado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 27 de abril de 2023, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2022 foi aplicado da seguinte forma:

- Transferência do resultado líquido negativo apurado no montante de 17.430.287 euros e 24 cêntimos para a conta de “Resultados transitados”

Adicionalmente, na Assembleia-Geral acima referida, foi igualmente aprovada a seguinte distribuição:

- Distribuição aos acionistas de bens sociais, nomeadamente de parte do montante contabilizado na conta de “Reservas Livres”, no montante global de 30.748.153 euros e 47 cêntimos, cabendo assim a cada ação o valor de 10,023 cêntimos de euro por ação, já cativos de impostos.

Por outro lado, destaca-se que do montante de dividendos distribuído, cerca de 610 milhares de euros se encontravam associados às ações próprias detidas pela Empresa.

De acordo com o aprovado na Assembleia Geral de Acionistas realizada em 6 de maio de 2022, o resultado líquido do exercício findo em 31 de dezembro de 2021 foi aplicado da seguinte forma:

- Para reserva legal, 5% do resultado líquido do exercício, no valor de 2.117.049 euros e 1 cêntimo;
- Para distribuição aos acionistas, numa primeira fase, 5,175 cêntimos de euro por ação, cativos de impostos, no valor global de 15.875.655 euros e 41 cêntimos;
- Para distribuição aos acionistas, numa segunda fase, 1,725 cêntimos de euro por ação, cativos de impostos, no valor global de 5.291.885 euros e 14 cêntimos, caso o resultado líquido consolidado atribuível ao Grupo a verificar no final do primeiro semestre de 2022 fosse superior a 50% do resultado líquido consolidado atribuível ao Grupo verificado no ano de 2021, isto é, superior a 10.820,5 milhares de euros (o que veio a concretizar-se); e
- Para reservas livres, o remanescente, no valor de 19.146.390 euros e 74 cêntimos.

Por último, destaca-se que do montante de dividendos distribuído, cerca de 421 milhares de euros se encontravam associados às ações próprias detidas pela Empresa.

Política de gestão de capital

A estrutura de capital do Grupo Mota-Engil, determinada pela proporção entre o capital próprio e a dívida líquida, é gerida de forma a assegurar a continuidade e o desenvolvimento das suas atividades operacionais, bem como para maximizar o retorno dos seus acionistas e otimizar os seus custos de financiamento.

O Grupo Mota-Engil monitoriza periodicamente a sua estrutura de capital, identificando riscos, oportunidades e as necessárias medidas de ajustamento com vista à concretização dos objetivos acima referidos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo Mota-Engil apresentava um *Gearing* contabilístico de 63% e 56% respetivamente.

Gearing = total do capital próprio / dívida líquida, sendo que a dívida líquida corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada da posição financeira: empréstimos com recurso; empréstimos sem recurso; caixa e seus equivalentes com recurso à vista; caixa e seus equivalentes sem recurso à vista; outras aplicações financeiras e outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado.

Propostas de aplicação de resultados e distribuição de bens sociais

Do Relatório de Gestão Individual de 2023 constam as seguintes propostas:

“O Conselho de Administração propõe à Assembleia Geral anual:

- Que seja efetuada a cobertura dos resultados transitados negativos no montante de 17.430.287 euros e 24 cêntimos através da utilização da conta de “Reservas livres”;
- Que o resultado líquido negativo apurado no montante de 53.392.216 euros e 1 cêntimo, seja transferido para a conta de “Resultados transitados”; e
- Verificando-se que se mostram cumpridos os requisitos previstos nos artigos 32º e 33º do Código das Sociedades Comerciais, que se distribuam aos acionistas bens sociais, nomeadamente, a distribuição de parte do montante contabilizado na conta de “Reservas livres”, no montante global de 39.175.288,82 euros, cabendo assim, a cada ação, o valor de 12,770 cêntimos de euro, cativos de impostos.

Excluir-se-á deste valor global o montante da distribuição que caberia às ações que, à data da distribuição dos referidos bens sociais, sejam detidas pela própria Empresa ou por sociedades suas dependentes, que deverá continuar afeto à conta de “Reservas livres”.

30. Empréstimos

Os montantes relativos ao endividamento com recurso, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
2023						
Empréstimos por obrigações não convertíveis	80 534	61 241	184 121	3 629	248 990	329 525
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	472 235	373 932	400 581	37 080	811 593	1 283 828
Descobertos bancários	47 296	-	-	-	-	47 296
Contas caucionadas	2 985	-	-	-	-	2 985
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	90 615	17 453	-	-	17 453	108 068
Outros empréstimos	26 555	-	-	-	-	26 555
	720 220	452 626	584 702	40 709	1 078 037	1 798 257
2022						
Empréstimos por obrigações não convertíveis	124 170	85 904	198 927	-	284 831	409 001
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	426 811	278 972	267 324	12 034	558 330	985 140
Descobertos bancários	61 685	-	-	-	-	61 685
Contas caucionadas	37 263	-	-	-	-	37 263
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	126 935	-	-	-	-	126 935
Outros empréstimos	55	-	-	-	-	55
	776 918	364 876	466 251	12 034	843 161	1 620 079

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, existiam operações de financiamento com compromissos de manutenção de *covenants* relacionados, essencialmente, com níveis de autonomia financeira (total do capital próprio / total do ativo) e rácios de endividamento (dívida líquida / EBITDA), determinados com base nas demonstrações financeiras consolidadas do Grupo, das suas *subholdings* ou com base nas demonstrações financeiras das respetivas empresas participadas, cujas condições foram negociadas de acordo com as práticas normais de mercado.

Em 31 de dezembro de 2023, tendo-se verificado incumprimentos em alguns dos *covenants* acima referidos, foram reclassificados para dívida corrente cerca de 43.000 milhares de euros, tendo, no entanto, os respetivos *waivers* já sido obtidos em 2024.

Em 31 de dezembro de 2022, não se verificaram incumprimentos nos *covenants* acima referidos.

Os montantes relativos ao endividamento sem recurso, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, podem ser analisados como se segue:

	Corrente (a 1 ano)	entre 1 e 2 anos	entre 2 e 5 anos	a mais de 5 anos	Não corrente	Total
2023						
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	100 587	9 797	47 528	67 067	124 392	224 979
Contas caucionadas	6 432	-	-	-	-	6 432
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	5 500	1 216	-	-	1 216	6 716
	112 518	11 013	47 528	67 067	125 609	238 127
2022						
Dívidas a instituições de crédito:						
Empréstimos bancários	15 139	54 626	58 633	73 470	186 729	201 868
Contas caucionadas	7 782	-	-	-	-	7 782
Outros empréstimos obtidos:						
Emissões de papel comercial	7 300	2 500	1 216	-	3 716	11 016
	30 220	57 126	59 849	73 470	190 445	220 665

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes de endividamento sem recurso encontravam-se associados às empresas do Subgrupo EGF e à empresa utilizada para o financiamento da sua aquisição (Suma Tratamento).

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a maturidade média do endividamento (com e sem recurso) era de 2,5 e 2,3 anos, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido no endividamento foi como se segue:

2023	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	409 001	1 187 008	61 685	45 044	137 952	55	1 840 744
Transações com impacto em caixa:							
Recebimentos de empréstimos	63 629	1 269 110	87 999	59 107	157 188	26 474	1 663 507
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(144 412)	(724 307)	(96 985)	(94 725)	(180 397)	-	(1 240 825)
	(80 783)	544 803	(8 986)	(35 617)	(23 209)	26 474	422 682
Transações sem impacto em caixa:							
Variação cambial	-	(33 427)	(1 012)	(10)	-	-	(34 450)
Reconhecimento do custo amortizado	1 281	(6 844)	-	-	(32)	-	(5 594)
Variações de perímetro e transferências	26	(182 734)	(4 391)	-	74	26	(186 999)
Saldo final	329 525	1 508 807	47 296	9 417	114 784	26 555	2 036 384

2022	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Empréstimos bancários	Descobertos bancários	Contas caucionadas	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
Saldo inicial	416 885	1 166 825	33 065	33 563	139 914	263	1 790 515
Transações com impacto em caixa:							
Recebimentos de empréstimos	70 000	633 423	72 486	131 116	415 250	-	1 322 274
Amortizações e reembolsos de empréstimos	(77 657)	(634 295)	(43 837)	(119 892)	(417 272)	-	(1 292 953)
	(7 657)	(873)	28 650	11 223	(2 022)	-	29 322
Transações sem impacto em caixa:							
Variação cambial	(58)	24 625	278	1	-	-	24 845
Reconhecimento do custo amortizado	(193)	(923)	-	-	31	-	(1 085)
Variações de perímetro e transferências	23	(2 646)	(307)	256	28	(208)	(2 853)
Saldo final	409 001	1 187 008	61 685	45 044	137 952	55	1 840 744

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os principais empréstimos obrigacionistas e programas de papel comercial (superiores a 20.000 milhares de euros) contratados pelo Grupo em vigor naquelas datas, eram como se segue:

2023						
Tipo de emissão / Emitente	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
Empréstimos obrigacionistas:						
Mota-Engil SGPS	dez/21	dez/26	Taxa fixa 4,25%	i)	113 883	
Mota-Engil SGPS	out/19	out/24	Taxa fixa 4,375%	ii)	76 654	
Mota-Engil SGPS	out/22	out/27	Taxa fixa 5,75%	iii)	70 000	
Mota-Engil SGPS	dez/23	dez/26	Taxa fixa 7,25%	iv)	50 000	
Programas de papel comercial:						
Mota-Engil SGPS	jun/23	jun/24	Taxa determinada por acordo entre a emitente e as entidades colocadoras		47 428	3 a 397 dias
Mota-Engil Europa	ago/22	ago/25	Euribor do prazo + 4%		22 215	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses

- i) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 02/12/25 e 50% em 02/12/26;
ii) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 30/10/23 e 50% em 30/10/24;
iii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato;
iv) Juros e reembolsos (4) semestrais.

2022						
Tipo de emissão / Emitente	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual	Prazos de emissão
Empréstimos obrigacionistas:						
Mota-Engil SGPS	out/19	out/24	Taxa fixa 4,375%	i)	168 000	
Mota-Engil SGPS	dez/21	dez/26	Taxa fixa 4,25%	ii)	132 000	
Mota-Engil SGPS	out/22	out/27	Taxa fixa 5,75%	iii)	70 000	
Mota-Engil SGPS	jan/18	jan/23	Taxa fixa 4%	iii)	29 650	
Programas de papel comercial:						
Mota-Engil SGPS	jun/19	jun/23	Taxa determinada por acordo entre a emitente e as entidades colocadoras		36 358	3 a 397 dias
Mota-Engil Europa	ago/22	ago/25	Euribor do prazo + 4%		24 419	Col. Direta: de 7 dias a 6 meses
Mota-Engil SGPS	dez/13	dez/27	Taxa máxima indicada pela emitente		21 749	7 a 397 dias
Mota-Engil SGPS	ago/19	fev/23	Taxa determinada por acordo entre a emitente e as entidades colocadoras		20 365	7 a 181 dias

i) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 30/10/23 e 50% em 30/10/24;

ii) Juros semestrais com reembolso em 2 prestações, 50% em 02/12/25 e 50% em 02/12/26;

iii) Juros semestrais com reembolso único no vencimento do contrato.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os outros empréstimos contraídos de montante superior a 30.000 milhares de euros podem ser analisados como se segue:

2023					
Devedor	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual
Outras operações:					
Mota-Engil Engenharia e Construção África	abr/23	mar/28	Euribor 3M + Spread	Amortização semestral	200 000
Mota-Engil, SGPS	ago/19	fev/26	Euribor 6M + Spread	Amortização anual	77 410
Mota-Engil, SGPS	nov/23	nov/25	Euribor 6M + Spread	Amortização total no final do período	60 000
Mota-Engil Angola	mai/23	mai/24	Taxa fixa 16,5%	Amortização total no final do período	44 487
Mota-Engil Engenharia e Construção África	ago/23	jun/27	Euribor 6M + Spread	Amortização semestral	43 750
Mota-Engil O&M México	jul/23	mar/32	TIE 28 dias + Spread	Amortização trimestral	40 276
Mota-Engil Nigéria	set/22	fev/26	Taxa fixa 15,5%	Amortização trimestral	40 193
Mota-Engil, SGPS	mar/20	set/26	Euribor 6M + Spread	Amortização semestral	38 055
Mota-Engil Engenharia e Construção África	mar/23	mar/31	Euribor 3M + Spread	Amortização semestral	35 484
Mota-Engil Nigéria	out/23	out/24	SOFR 12M + Spread	Amortização total no final do período	34 736
Mota-Engil México	jul/22	mai/28	Taxa fixa 8,5%	Amortização trimestral	32 974
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/21	dez/25	Euribor 6M + Spread	Amortização semestral	30 000
2022					
Devedor	Data de emissão inicial	Data de vencimento	Indexação	Condições de reembolso	Montante nominal atual
Outras operações:					
Mota-Engil, SGPS	ago/19	fev/26	Euribor 6M + 2,5%	Amortização anual	97 604
Mota-Engil México	abr/21	fev/24	TIE + 2,5%	Amortizações mensais	64 056
Mota-Engil, SGPS	mar/20	set/26	Euribor 6M + 3%	Amortizações semestrais	46 433
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/21	dez/25	Euribor 6M + 5,5%	Amortizações semestrais	45 000
Mota-Engil Engenharia e Construção África	abr/19	mar/24	Euribor 3M com spread diferenciado (entre 5,75% e 6,5%)	Amortizações semestrais	42 589
Mota-Engil Engenharia e Construção África	ago/21	ago/26	SOFR + 6%	Amortizações trimestrais	36 721
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/19	dez/24	Euribor 3M + 6,75%	Amortizações trimestrais	32 500
Mota-Engil Nigéria	set/22	set/23	Taxa fixa 15,5%	Amortização total no final do período	30 023
Mota-Engil Engenharia e Construção África	dez/22	dez/26	Euribor 6M + 6,45%	Amortizações trimestrais	30 000

31. Outros passivos financeiros

A informação relativa aos outros passivos financeiros, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2023	2022	2023	2022
Factoring	-	-	184 131	146 235
Operações de gestão de pagamentos	11 451	13 630	210 707	60 186
	11 451	13 630	394 838	206 422

A rubrica de “Operações de gestão de pagamentos” inclui os saldos relativos a operações de *confirming* e outras equiparáveis, tendo o seu aumento em 2023 sido justificado, essencialmente, por um projeto executado pela Mota-Engil México (Trem Maya).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o movimento ocorrido nos outros passivos financeiros foi como se segue:

2023	Factoring	Operações de gestão de pagamentos	Total
Saldo inicial	146 235	73 816	220 051
Transações com impacto em caixa:			
Recebimentos	254 379	308 077	562 456
Amortizações	(210 959)	(159 735)	(370 695)
	43 420	148 341	191 761
Transações sem impacto em caixa:			
Transferências e variação cambial	(5 524)	-	(5 524)
Saldo final	184 131	222 158	406 288

2022	Factoring	Operações de gestão de pagamentos	Total
Saldo inicial	229 170	111 101	340 271
Transações com impacto em caixa:			
Recebimentos	310 284	107 820	418 104
Amortizações	(393 324)	(158 875)	(552 199)
	(83 040)	(51 055)	(134 095)
Transações sem impacto em caixa:			
Transferências e variação cambial	105	13 770	13 875
Saldo final	146 235	73 816	220 051

32. Instrumentos financeiros derivados

A informação relativa aos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

Coberturas de fluxos de caixa							Justo valor	
Participada	Tipo	Contraparte	Início	Nocional	Taxas contratadas	Vencimento	2023	2022
Mota-Engil, SGPS	Limit Swap Floor	Société Generale	nov/19	105 000	Troca Euribor 6M por taxa fixa 0,128%	ago/24	755	2 126
Mota-Engil, SGPS	Swap	Bank of China	abr/20	29 800	Recebe Euribor 6M -0,5% se Euribor 6M > 0,5%, caso contrário 0	mar/25	857	1 875
Mota-Engil Engenharia e Construção África	Swap	CAIXA BI	jun/18	3 333	Troca Euribor 6M por taxa fixa 0,54%	dez/23	-	58
							1 611	4 058
Mota-Engil México	Swap	Banobras	set/22	44 594	Troca TIEE 28 dias por taxa fixa 10,42%	jul/23	-	(1 160)
Mota-Engil Latin America BV	Swap	CAIXA BI	jun/18	2 500	Troca Euribor 6M por taxa fixa -0,381%	dez/23	-	(46)
							-	(1 206)
Total ativo não corrente							857	4 000
Total ativo corrente							755	58
Total passivo corrente							-	(1 206)
							1 611	2 852

O apuramento do justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo foi efetuado pelas respetivas contrapartes, que são consideradas entidades financeiras idóneas / independentes e de reconhecido mérito. Os modelos de avaliação utilizados basearam-se no método dos fluxos de caixa descontados, utilizando *par rates of swaps*, cotadas no mercado interbancário e disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg* para os prazos relevantes, sendo calculadas as respetivas taxas *forwards* e fatores de desconto que serviram para descontar os fluxos de caixa fixos (*fixed leg*) e os fluxos de caixa variáveis (*floating leg*). O somatório das duas *legs* apura o VAL (valor atualizado líquido). No caso das opções, foi utilizado o modelo de *Black-Scholes* e os valores de volatilidade disponíveis nas páginas da *Reuters* e da *Bloomberg*.

No seguimento do acima descrito, o justo valor dos instrumentos financeiros derivados contratados pelo Grupo foi determinado com base em técnicas de avaliação cujos principais *inputs* são observáveis no mercado, pelo que o mesmo enquadra-se no nível 2 da IFRS 13.

33. Fornecedores e credores diversos

A informação relativa aos fornecedores e credores diversos, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	Não correntes		Correntes	
	2023	2022	2023	2022
Fornecedores				
Europa - E&C	7 303	5 634	175 986	172 529
Ambiente	-	-	81 603	70 866
África - E&C	34	946	352 180	353 109
América Latina - E&C	125	0	343 632	196 296
Capital	379	25	55 793	38 197
MEXT	-	-	17 377	7 749
Outros, eliminações e intragrupo	-	-	(120 543)	(109 704)
	7 841	6 606	906 028	729 044
Fornecedores de ativo fixo	-	-	81 120	77 622
Empresas associadas e outros acionistas	12 628	12	27 493	56 983
Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras	-	-	94 443	78 185
Estado e outros entes públicos (exceto impostos sobre o rendimento)	-	-	177 224	169 721
Outros credores	7 662	10 024	212 820	174 313
	20 290	10 036	593 101	556 824
	28 131	16 642	1 499 128	1 285 867

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica “Fornecedores - América Latina - E&C”, deveu-se, essencialmente, ao forte aumento de atividade verificado no ano no México.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Empresas associadas e outros acionistas” incluía, essencialmente, os saldos devidos a parceiros do Grupo, nomeadamente no México e na Costa do Marfim.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Adiantamentos por conta de vendas de participações financeiras” incluía os montantes de cerca de 94.400 milhares de euros e 78.200 milhares de euros, respetivamente, associados à futura alienação de duas empresas concessionárias de auto-estradas no México (Nota 18).

Por último, é convicção do Conselho de Administração do Grupo de que o valor pelo qual os passivos financeiros acima referidos se encontram registados na demonstração consolidada da posição financeira se aproxima do seu justo valor.

34. Passivos associados a contratos com clientes

A informação relativa a passivos associados a contratos com clientes por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023		2022	
	Não correntes	Correntes	Não correntes	Correntes
África - E&C	15 000	227 896	50 582	271 571
Ambiente	-	2 707	-	22 628
América Latina - E&C	289 505	448 991	241 635	269 694
Capital	-	4 172	-	2 297
Europa - E&C	-	47 990	2 206	51 697
Mext	-	4 703	-	17 949
Outros	-	1 041	-	287
	304 505	737 499	294 423	636 123

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o aumento ocorrido na rubrica de “Passivos associados a contratos com clientes” deveu-se, maioritariamente, a um conjunto de adiantamentos recebidos no México.

35. Outros passivos

A informação relativa aos outros passivos não correntes, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

Outros passivos não correntes	2023	2022
Subsídios ao investimento	133 479	137 666
Outros	17 637	3 702
	151 116	141 368

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Subsídios ao investimento” respeitava na sua maioria às empresas do Subgrupo EGF.

A informação relativa aos outros passivos correntes, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

Outros passivos correntes	2023	2022
Acréscimos de gastos		
Encargos com férias e subsídio de férias	63 506	52 230
Juros a liquidar	37 956	24 543
Trabalhos em curso não faturados por fornecedores:		
África - E&C	251 025	183 165
América Latina - E&C	279 004	269 465
Europa - E&C	15 506	31 510
Capital	6 258	1 597
Ambiente	351	299
MEXT	-	436
Outros, eliminações e intragrupo	(4 535)	15 321
Outros acréscimos de gastos	38 314	22 204
	687 387	600 770
Rendimentos diferidos		
Subsídios ao investimento	16 838	16 582
Outros rendimentos diferidos	19 565	15 830
	36 402	32 412
	723 789	633 181

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica “Outros rendimentos diferidos” incluía os montantes de 5.200 milhares de euros e 10.500 milhares de euros, respetivamente, relativos aos desvios tarifários das empresas do Subgrupo EGF.

A principal informação sobre os subsídios ao investimento atribuídos ao Grupo é como se segue:

Sociedade beneficiária	Valor do ativo	Reconhecimento de proveitos		
		Proveitos diferidos	Reconhecimento de proveitos em 2023	Reconhecimento de proveitos em 2022
Algar (a)	76 188	7 440	786	1 224
Amarsul (a)	67 735	20 199	1 671	1 807
Correia & Correia	-	-	12	12
Emerge	1 331	671	-	-
Enviroil II	-	-	106	106
Ersuc (a)	161 449	19 994	1 745	3 160
Resiestrela (a)	32 156	8 593	583	620
Resinorte (a)	130 510	34 351	2 780	2 950
Resulima (a)	38 925	21 267	1 903	1 931
Suldouro (a)	46 430	7 203	1 071	1 115
Valnor (a)	47 444	9 207	651	715
Valorlis (a)	34 739	9 568	351	380
Valorminho (a)	6 007	1 495	239	240
Valorsul (a)	188 675	10 075	2 472	2 440
Mota-Engil Renewing	2 938	256	-	-
		150 317	14 370	16 700

(a) Estes subsídios ao investimento estão relacionados com as empresas do subgrupo EGF pelo que a maturidade dos mesmos acompanha a vida útil dos respetivos ativos subsidiados, conforme descrito na política divulgada na Nota 1.4. a).

36. Imposto sobre o rendimento

A informação relativa ao imposto sobre o rendimento por segmento operacional, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
África - E&C	13 953	16 060
América Latina - E&C	27 385	14 885
Ambiente	1 635	630
Capital	-	64
Europa - E&C	274	272
Mext	3	327
Outros, eliminações e intragrupo	634	-
	43 884	32 238

37. Provisões

A informação relativa a provisões, com referência a 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial	2 179	1 281
	2 179	1 281
Provisões diversas		
Provisões para garantias de obra	71 048	44 602
Provisões para responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos (Nota 39)	19 099	20 486
Provisões para processos de natureza legal	17 333	17 911
Provisões para selagem, monitorização de aterros e restauro ambiental	6 538	6 146
Provisões para outras contingências	17 058	52 130
	131 076	141 275
	133 255	142 556

As provisões para garantias de obra decorrem dos contratos de construção executados pelo Grupo e têm a sua origem, essencialmente, na Mota-Engil Angola, na Mota-Engil Engenharia e Construção, na Mota-Engil Central Europe Polónia (somente em 2022) e na Sucursal de Moçambique da Mota-Engil Engenharia e Construção África.

As provisões para processos de natureza legal incluem, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, 11.572 milhares de euros e 11.108 milhares de euros, respetivamente, relativos ao acordo estabelecido em exercícios anteriores com a INDECOPI.

As provisões para selagem, monitorização de aterros e restauro ambiental referem-se, essencialmente, às empresas do Subgrupo Suma e à Clean Eburnie.

As provisões para outras contingências incluem custos estimados com contingências diversas de índole legal, fiscal e judicial.

A informação relativa ao movimento das provisões, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Provisões para investimentos valorizados pelo método da equivalência patrimonial		
Saldo inicial	1 281	1 048
Aumentos	1 127	446
Transferências, cambial e variação de perímetro	(230)	(213)
	2 179	1 281
Provisões diversas		
Saldo inicial	141 275	123 182
Aumentos (Nota 8)	34 724	33 503
Reduções (Nota 8)	(16 106)	(17 302)
Utilizações	(1 308)	(2 494)
Transferências, cambial e variação de perímetro	(27 509)	4 387
	131 076	141 275

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, com exceção das provisões constituídas para selagem, monitorização de aterros e restauro ambiental, para as responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos e para o acordo associado à INDECOPI, a data de utilização das restantes provisões não é passível de ser estimada, pelo que as mesmas não foram alvo de atualização financeira.

De igual modo, exceto para a provisão associada à INDECOPI, dada a incerteza quanto ao momento em que as provisões acima referidas se irão converter em passivos, não foi possível divulgar os momentos esperados para a ocorrência dos respetivos exfluxos futuros de recursos, razão pela qual as mesmas foram classificadas como não correntes.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as datas em que a provisão associada à INDECOPI será utilizada são como se segue:

	2023	2022
30 de setembro de 2023	-	2 314
30 de setembro de 2024	3 306	3 085
30 de setembro de 2025	4 133	3 856
30 de setembro de 2026	4 133	3 856
	11 572	13 111
Diferença para o valor atual	-	(2 003)
Valor atual da provisão	11 572	11 108

38. Interesses que não controlam

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as empresas controladas pelo Grupo que apresentavam interesses que não controlam mais significativos eram como seguem:

2023	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	33,00%	28 514	110 557	Project Management Solutions (33%)
Mota-Engil México	49,00%	58 930	79 423	Prodi (49%)
Mota-Engil Nigéria	49,00%	23 744	52 071	SNR SPV2 (49%)
Valorsul	68,67%	3 316	37 751	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Suma	38,50%	2 286	34 679	Urbaser (38,5%)
FSE Suministradora Fénix SAPI	66,00%	3 053	27 964	Ashkora Capital (66%)
Empresa Construtora do Brasil	50,00%	10 481	25 235	Santo António do Bonsucesso Participações (50%)
Geradora Fénix	53,59%	706	20 149	Ashkora Capital (44,59%) LF del Centro S.C. (9%)
CMRO Nayarit	49,00%	47	19 320	Prodi (49%)
Ersuc	42,54%	98	10 671	Município da Mealhada (8,34%) Município de Coimbra (6,93%) Município de Oliveira de Azeméis (3,09%) Município da Figueira da Foz (2,80%) Município de Águeda (2,05%) Município de Cantanhede (1,67%) Município de Anadia (1,35%) Município de Estarreja (1,23%) Outros municípios (15,08%)
Consorcio Lamat	70,00%	(2 787)	8 970	China Communications Construction Company (35%) Prodi (28%) Gavil Ingeniería (5%) Grupo Cosh (1%) Eyasa (1%)
Outras		24 340	92 358	
		152 726	519 148	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela Suma (entidade detida pelo Grupo Mota-Engil em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

2022 reexpresso	Percentagem de detenção dos interesses que não controlam	Resultado atribuível a interesses que não controlam	Interesses que não controlam acumulados	Principais acionistas
Mota-Engil Angola	33,00%	5 046	82 211	Project Management Solutions (33%)
Suma	38,50%	(1 682)	38 398	Urbaser (38,5%)
Valorsul	68,67%	1 345	34 435	Município de Lisboa (20,00%) Município de Loures (11,51%) Município da Amadora (5,16%) Município de Vila Franca de Xira (4,61%) Município de Odivelas (0,54%) Outros municípios (5,25%); (a)
Mota-Engil México	49,00%	23 268	20 500	Prodi (49%)
FSE Suministradora Fénix	48,99%	2 112	16 562	Ashkora Capital (48,99%)
Generadora Fénix	53,59%	1 713	13 067	Ashkora Capital (44,59%) LF del Centro S.C. (9%)
Consortio Lamat	70,00%	8 145	10 600	China Communications Construction Company (35%) Prodi (28%) Gavil Ingeniería (5%) Grupo Cosh (1%) Eyasa (1%)
Ersuc	42,54%	1 211	10 573	Município da Mealhada (8,34%) Município de Coimbra (6,93%) Município de Oliveira de Azeméis (3,09%) Município da Figueira da Foz (2,80%) Município de Águeda (2,05%) Município de Cantanhede (1,67%) Município de Anadia (1,35%) Município de Estarreja (1,23%) Outros municípios (15,08%)
Vista Waste	35,69%	3 816	10 655	Vista Energy (41%) Mota-Engil Angola (10%); (a)
Outras		2 012	83 785	
		46 985	320 787	

(a) Esta empresa é detida igualmente, direta ou indiretamente, pela Suma (entidade detida pelo Grupo Mota-Engil em 61,5% e pelo Grupo Urbaser em 38,5%).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes incluídos na rubrica “Outras - Interesses que não controlam acumulados” referiam-se, essencialmente, à Suma Tratamento e às restantes participadas do Subgrupo EGF (em 2023 e 2022), às restantes participadas da Suma (em 2023 e 2022), à Azpau (em 2023 e 2022), ao Consórcio GDL Tunel (em 2023), à Mota-Engil O&M México (em 2023) e à Mota-Engil Nigéria (em 2022).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e nos exercícios findos naquelas datas, a informação financeira resumida (contributos) sobre as principais subsidiárias controladas pelo Grupo com interesses que não controlam, era como se segue:

2023	Mota-Engil Angola	Mota-Engil México	Mota-Engil Nigéria	Valorsul	Suma	FSE Suministradora Fénix SAPI	Empresa Construtora do Brasil	Geradora Fénix	CMRO Nayarit	Ersuc	Consórcio Lamat
Posição financeira											
Ativos correntes	506 134	1 129 544	163 221	44 929	143 190	64 987	120 331	4 612	55 027	25 299	233 787
Ativos não correntes	179 070	466 498	110 112	99 039	28 946	3 196	31 992	118 005	211 226	70 185	-
Passivos correntes	358 019	991 424	149 612	54 481	52 249	25 808	80 317	76 913	-	34 876	220 215
Passivos não correntes	100 974	452 512	41 022	34 511	29 813	3	21 537	17 436	226 825	44 405	834
Capital próprio atribuível aos acionistas majoritários	115 655	72 684	30 627	17 225	55 396	14 408	25 235	8 119	20 109	5 531	3 768
Interesses que não controlam	110 557	79 423	52 071	37 751	34 679	27 964	25 235	20 149	19 320	10 671	8 970
	226 212	152 107	82 699	54 976	90 074	42 372	50 469	28 268	39 429	16 203	12 737
Demonstração de resultados											
Rendimentos	550 205	1 770 894	349 312	82 818	71 364	157 388	263 085	63 288	140 382	34 384	639 110
Gastos	463 798	1 649 582	300 855	77 990	65 427	152 762	242 123	63 582	140 286	34 235	643 068
Resultado líquido do exercício	86 407	121 312	48 457	4 828	5 937	4 626	20 962	(294)	96	149	(3 958)
atribuível:											
aos acionistas majoritários	57 893	62 382	24 713	1 513	3 651	1 573	10 481	(1 000)	49	51	(1 171)
a interesses que não controlam	28 514	58 930	23 744	3 316	2 286	3 053	10 481	706	47	98	(2 787)
2022	Mota-Engil Angola	Suma	Valorsul	Mota-Engil México	FSE Suministradora Fénix	Geradora Fénix	Consórcio Lamat	Ersuc	Vista Waste		
Posição financeira											
Ativos correntes	300 518	169 301	42 406	752 464	46 804	18 437	80 666	19 303	31 600		
Ativos não correntes	234 312	31 977	86 736	381 814	1 176	102 582	11 415	72 636	18 708		
Passivos correntes	281 945	62 574	39 447	734 637	12 304	78 148	63 382	25 126	16 900		
Passivos não correntes	65 310	38 970	39 548	363 051	1 872	16 516	13 645	50 759	3 556		
Capital próprio atribuível aos acionistas majoritários	105 364	61 336	15 712	16 090	17 242	13 288	4 453	5 481	19 196		
Interesses que não controlam	82 211	38 398	34 435	20 500	16 562	13 067	10 600	10 573	10 655		
	187 575	99 734	50 147	36 590	33 805	26 355	15 053	16 054	29 851		
Demonstração de resultados											
Rendimentos	249 308	57 402	92 977	705 229	127 400	57 267	534 719	44 427	34 516		
Gastos	234 017	61 771	91 017	657 743	123 089	55 445	523 153	42 588	23 827		
Resultado líquido do exercício	15 291	(4 369)	1 959	47 486	4 311	1 822	11 567	1 838	10 689		
atribuível:											
aos acionistas majoritários	10 245	(2 687)	614	24 218	2 199	109	3 421	628	6 874		
a interesses que não controlam	5 046	(1 682)	1 345	23 268	2 112	1 713	8 145	1 211	3 816		

O movimento ocorrido na rubrica de interesses que não controlam nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser detalhado como se segue:

	2023
Saldo em 31 de dezembro de 2022	320 787
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	152 726
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados:	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	(49 269)
Variação, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	14 579
Distribuição de dividendos (a)	(35 060)
Aumentos / diminuições de capital social (b)	107 777
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam (c)	(5 566)
Outros	13 172
	519 148

(a) Dos quais cerca de (32.600) milhares de euros relativos à Mota-Engil México.

(b) Dos quais cerca de 35.000 milhares de euros relativos à Mota-Engil México, 35.000 milhares de euros relativos à Mota-Engil Angola, 22.000 milhares de euros relativos à Mota-Engil Nigéria e 16.000 milhares de euros relativos à Empresa Construtora do Brasil.

(c) Dos quais (22.300) milhares de euros relativos à alienação do negócio dos resíduos industriais da Suma e 11.700 milhares de euros relativos à perda de percentagem no negócio da energia no México.

	2022 Reexpresso
Saldo em 31 de dezembro de 2021	296 870
Resultado líquido do exercício atribuível a interesses que não controlam	46 985
Itens de outro rendimento integral que poderão vir a ser reclassificados para a demonstração dos resultados:	
Diferenças cambiais decorrentes da transposição de demonstrações financeiras expressas em moeda estrangeira	44 319
Variação, líquida de impostos, nos excedentes de revalorização de ativos tangíveis	(3 887)
Outras variações no rendimento integral	334
Distribuição de dividendos (a)	(10 235)
Alterações no perímetro de consolidação e nos interesses que não controlam (b)	(58 689)
Outros	5 091
	320 787

(a) Dos quais cerca de (4.200) milhares de euros relativos à Mota-Engil México, cerca de (2.500) milhares de euros relativos à Vista Waste e cerca de (2.300) milhares de euros relativos à Fenix.

(b) Dos quais cerca de (20.100) milhares de euros relativos à alienação do negócio do turismo no México e cerca de (27.300) milhares de euros relativos à operação de aquisição e alienação da Mota-Engil Angola (Nota 42).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, não existiam acordos ou direitos protetivos estabelecidos com acionistas minoritários que limitem o uso ou a realização dos ativos acima elencados por parte do Grupo.

39. Planos de pensões de benefícios definidos

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o Grupo tinha assumido responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos relativamente a alguns ex-funcionários e a atuais e ex-administradores acionistas fundadores. Estes últimos, são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá em traços gerais obter uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da sua reforma (ou 80% do salário do Presidente do Conselho de Administração ou de outro administrador do Grupo se, mais elevado).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação sobre as responsabilidades com pensionistas e com os administradores acionistas fundadores, bem como as respetivas coberturas, podem ser analisadas como se segue:

	2023	2022
Responsabilidades com pensionistas	14 835	10 083
Responsabilidades com administradores acionistas fundadores	4 264	10 403
Provisões constituídas	19 099	20 486
% de cobertura	100%	100%

A informação relativa ao movimento das responsabilidades com pensões, com referência aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, pode ser analisada como se segue:

	2023	2022
Responsabilidades no início do exercício	20 486	22 157
Benefícios pagos	(1 382)	(1 024)
Custo dos serviços correntes	254	236
Custo dos juros	598	196
Perdas/(Ganhos) atuariais	(857)	(1 079)
Responsabilidades no fim do exercício	19 099	20 486

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as perdas / (ganhos) atuariais ocorridas foram justificadas, essencialmente, pela alteração da data expectável de passagem à reforma por parte de um beneficiário.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, as perdas / (ganhos) atuariais ocorridas foram justificadas, essencialmente, pelo aumento da taxa de desconto e por uma diminuição da idade expectável de reforma de dois dos beneficiários.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados referentes aos planos de pensões de benefícios definidos ascenderam a 852 milhares de euros e 432 milhares de euros, respetivamente. Adicionalmente, naqueles exercícios, foram reconhecidos na demonstração consolidada do outro rendimento integral os montantes, brutos de impostos diferidos, de 857 milhares de euros e de 1.079 milhares de euros, respetivamente, referentes aos desvios atuariais e financeiros verificados.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os estudos atuariais efetuados para quantificar as responsabilidades com pensões foram elaborados por um perito atuário independente certificado pela ASF – Autoridade de Supervisão de Seguros e Fundos de Pensões e assumiram os seguintes pressupostos:

	2023	2022
Tabela de Mortalidade	TV 73/77	TV 73/77
Tabela de Invalidez	EKV80	EKV80
Taxa de desconto	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento salarial	1,0%	1,0%
Taxa de atualização das pensões	3,00%	3,00%
Taxa de crescimento das pensões	0%/1,5%	0%/1,5%
Número de pagamentos do benefício	12/13/14	12/13/14

As responsabilidades com planos de pensões de benefícios definidos foram apuradas de acordo com o “*Projected Unit Credit Method*”, utilizando os pressupostos atuariais e financeiros mais adequados ao plano estabelecido.

A taxa de desconto utilizada no apuramento das responsabilidades foi determinada por referência a taxas de mercado de obrigações de empresas de baixo risco e de prazo semelhante ao da liquidação das responsabilidades.

Com base no estudo atuarial efetuado em 31 de dezembro de 2023, a melhor estimativa do custo com pensões a pagar no ano de 2024 ascende a 104 milhares de euros.

Os planos de pensões de benefícios definidos expõem o Grupo aos seguintes riscos:

- **Risco de taxa de juro** – o valor atual das responsabilidades é apurado com base numa taxa de desconto determinada por referência às taxas de juro de obrigações denominadas em euros com elevada qualidade em termos de risco de crédito; se a taxa de desconto diminuir as responsabilidades irão aumentar.
- **Risco de longevidade** – o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto a melhor estimativa à data da mortalidade esperada para os participantes antes e após a data da reforma. Um aumento da esperança média de vida dos participantes do plano irá aumentar as responsabilidades com pensões.

- Risco de salário / pensão - o valor atual das responsabilidades é apurado tendo como pressuposto uma estimativa de salário / pensão futuro dos participantes. Assim, um aumento do salário / pensão dos participantes irá aumentar as responsabilidades com pensões.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso a taxa de crescimento dos salários aumentasse 0,5%, o valor atual das responsabilidades viria aumentado em cerca de 0 milhares de euros e em cerca de 51 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, caso a taxa de desconto fosse superior ou inferior a 0,5%, o valor atual das responsabilidades viria diminuído e aumentado em 715 e 764 milhares de euros e em 788 e 1.087 milhares de euros, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023, a *duration* das responsabilidades ascendia a 8 anos.

40. Ativos e Passivos Contingentes

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as garantias prestadas pelo Grupo a terceiros sob a forma de garantias bancárias e de seguros caução, nomeadamente a clientes cujas empreitadas estão a cargo das diversas empresas do Grupo, discriminadas por moeda, são como se segue:

	2023	2022
Coroas Checas	5 473	5 716
Dólares dos Estados Unidos	443 574	562 587
Escudos Cabo Verdianos	-	231
Euros	478 017	395 768
Kwachas do Malawi	3 119	12 040
Kwanzas de Angola	169 350	138 761
Meticais Moçambicanos	27 857	9 279
Nuevos Soles Peruanos	38 425	33 791
Pesos Colombianos	43 925	172 263
Pesos Mexicanos	1 705 250	1 261 129
Reais do Brasil	113 282	112 647
Zlotys Polacos	2 095	143 008
Outras	169 318	196 945
	3 199 684	3 044 164

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe das garantias prestadas por empresa do Grupo é como se segue:

	2023	2022
Mota Engil México	1 126 048	866 388
Consorcio Lamat Tramo 1 SAPI	497 120	387 978
Mota-Engil Engenharia e Construção	277 925	217 152
Mota-Engil Engenharia e Construção África	201 497	116 595
Mota-Engil Peru	109 128	100 622
Mota-Engil Nigéria	49 748	284 677
Mota-Engil Angola	162 878	137 575
Empresa Construtora Brasil	75 353	81 551
Sucursal da Mota Engil Engenharia e Construção África - Moçambique	55 758	24 131
Sucursal da Mota-Engil Engenharia e Construção África - Costa do Marfim	41 808	21 136
Sucursal da Mota Engil Engenharia e Construção África - Malawi	30 352	24 046
Grupo Suma/EGF	28 135	32 172
Mota-Engil ATIV	22 137	20 303
Sucursal da Mota Engil Engenharia Colômbia/Mota Engil Colômbia	8 431	87 792
Mota-Engil Central Europe Polónia	-	142 703
Outras	513 366	499 345
	3 199 684	3 044 164

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o valor das garantias prestadas pelo Grupo a favor da administração fiscal portuguesa por processos fiscais superiores a 500 milhares de euros ascendia a 82.167 milhares de euros (84.657 milhares de euros em 2022), ascendendo os correspondentes processos fiscais em aberto a cerca de 81.700 milhares de euros (86.000 milhares de euros em 2022). Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023, considerando apenas os processos superiores a 500 milhares de euros, existiam processos fiscais em aberto em outros países no montante de cerca de 13.500 milhares de euros (12.000 milhares de euros em 2022). No entanto, o Grupo procedeu à impugnação judicial das respetivas liquidações adicionais, sendo entendimento do seu Conselho de Administração, corroborado por pareceres dos seus assessores legais / fiscais, que as referidas impugnações judiciais serão precedentes, razão pela qual não foram registadas quaisquer provisões nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, o Grupo encontrava-se envolvido em vários processos judiciais, quer como réu, quer como autor, que, considerando apenas os processos superiores a 500 milhares de euros, envolviam, na qualidade de réu, valores de, aproximadamente, 141.000 milhares de euros (126.000 milhares de euros em 2022). A este respeito, há que referir que, em 31 de dezembro de 2023, do valor acima mencionado: (i) 36.600 milhares de euros encontram-se concentrados num processo em Portugal que se prolonga há mais de dez anos; e (ii) que cerca de 68.200 milhares de euros respeitam a um processo de 2021 relacionado com uma disputa mantida com um cliente sobre a responsabilidade pela suspensão / não conclusão de um projeto de construção.

Quanto ao primeiro daqueles processos, o facto de o autor não ter conseguido provar em tribunal ao longo dos últimos 17 anos quaisquer factos ou direitos sobre os quais incidiria a sua pretensão indemnizatória (arguindo lucros cessantes de cerca de 36.600 milhares de euros) suporta o entendimento do Conselho de Administração que o desfecho daquele processo será favorável ao Grupo.

Quanto ao segundo daqueles processos, salienta-se que o mesmo se encontra a ser julgado num tribunal arbitral em Portugal, que o ACE responsável pela execução do projeto, do qual o Grupo fazia parte, solicitou igualmente um pedido de ressarcimento pela suspensão do projeto de 27.000 milhares de euros e que é esperada para o exercício de 2024 uma decisão sobre o mesmo.

No entanto, face aos pareceres técnicos e jurídicos entretanto obtidos, principalmente quanto à caracterização jurídica do ato resolutório do contrato e correlativas consequências, é entendimento do Conselho de Administração do Grupo que do desfecho deste processo, pelo menos, não irão surgir perdas materiais para o mesmo motivo pelo qual não foram constituídas quaisquer provisões.

Por último, desde 2018, dois ex-colaboradores do Grupo Mota-Engil encontram-se a ser investigados pelo Ministério Público Peruano no seguimento do seu alegado envolvimento num conjunto de práticas desenvolvidas, entre 2011 e 2014, por algumas empresas de construção a operar no Peru que não estariam em total conformidade com a legislação em vigor. Adicionalmente, no seguimento daquela investigação, a Mota-Engil Peru foi envolvida naquele processo, tendo entretanto e no seu interesse, aderido a um regime criado de auto-embargo de ativos de cerca de 300 milhares de euros. Durante o exercício de 2022, o Grupo concluiu os procedimentos de adesão ao Regime Voluntário Especial previsto na Lei nº 30737, o que lhe permitiu ativar os mecanismos que a referida norma estabelecia para limitar o montante da eventual indemnização que lhe poderá ser imposta em caso de condenação (máximo de 3.500 milhares de euros ao câmbio de 31 de dezembro de 2023). No entanto, à data deste relatório, em virtude da fase de investigação preparatória do processo acima referido ter sido concluída apenas em janeiro de 2024, eventuais contingências associadas à evolução daquela investigação não são neste momento possíveis de se aferir e de se quantificar.

41. Partes relacionadas

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e nos exercícios findos naquelas datas, os saldos e as transações mantidas com partes relacionadas, correspondentes a empresas associadas e empreendimentos conjuntos (contabilizados pelo método da equivalência patrimonial), bem como com acionistas do Grupo que possuam uma participação superior a 20% e com outras empresas / entidades por estes detidas, foram como se segue:

2023	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	176 686	22 285	176 201	32 957
Empreendimentos conjuntos	228	330	2 955	11
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	21 250	46 293	-	-

2022	Contas a receber	Contas a pagar	Suprimentos concedidos	Suprimentos obtidos
Empresas associadas	124 326	36 964	79 124	49 571
Empreendimentos conjuntos	8 849	9 632	3 072	-
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	25 954	1 045	-	-

2023	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias, FSE e Outros gastos operacionais	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	264 115	8 871	20 422	3 259
Empreendimentos conjuntos	415	306	-	-
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	11 660	140 929	-	-

2022	Vendas e prestações de serviços	Custo das mercadorias, FSE e Outros gastos operacionais	Juros obtidos	Juros suportados
Empresas associadas	204 153	7 951	4 046	2 371
Empreendimentos conjuntos	507	276	-	-
Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo	1 192	54 081	-	-

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a relação de empresas associadas e de empreendimentos conjuntos é divulgada no Apêndice A deste Anexo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a Mota-Engil SGPS era detida diretamente em 38,41% pela MGP e em 32,41% pela Epoch. Naquelas datas, nenhum outro acionista detinha mais de 10% do capital social da Empresa. Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023, a MGP era detida a 100% pelos acionistas individuais abaixo indicados, enquanto que em 31 de dezembro de 2022 era detida a 100% pela FM – Sociedade de Controlo, SGPS, S.A., a qual foi fusionada na MGP no decurso do presente exercício, e que era detida pelos acionistas abaixo indicados. Por último, naquelas datas, a Epoch era detida em cerca de 59% pela China Communications Construction Group, cuja participação é imputada ao Estado da República Popular da China.

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (administrador igualmente da Mota-Engil SGPS)

Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (administradora igualmente da Mota-Engil SGPS)

Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa

Por outro lado, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, encontravam-se incluídas na categoria “Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo” as seguintes entidades / pessoas singulares:

- i) As entidades, pessoas singulares e seus familiares diretos que sejam acionistas diretos ou indiretos da Mota-Engil SGPS;
- ii) As pessoas-chave da gerência e seus familiares diretos da Mota-Engil SGPS;
- iii) As entidades referidas em (i) onde detenham participações ou cargos de administração / gerência;
- iv) As entidades controladas pelas pessoas referidas em (ii).

Em 31 de dezembro de 2023, as principais entidades / pessoas singulares incluídas na categoria atrás referida com as quais o Grupo manteve saldos e transações no exercício findo naquela data, foram como se segue:

Agrimota - Sociedade Agrícola e Florestal, S.A.

António Lago Cerqueira, S.A.

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota

António Maria Vasconcelos Mota Meireles

Ascendi - Serviços A.G. Operação, S.A.

Auto Sueco - Angola, S.A.

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos

Caves da Cerca, S.A.

CAVMS - Gestão de Participações

China Communications Construction Company Mexico S de RL de CV

China Communications Trading

Chuwa Bussan Co., Ltd.

CUORE - Investments 4 Life, Lda.

Di Xiao

Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, S.A.

Eaglestone Advisory S.A.

Eaglestone Capital Advisory

Eaglestone NV

Eaglestone S.A.

Edifícios Galiza - Sociedade Imobiliária, Lda.

Empresa Agrícola Florestal Casa Costa, S.A.

Empresa de Gestão Florestal dos Chões, S.A.

Epoch Capital Investments BV

Ferfor Empresa Industrial

Francisco Manuel Seixas Costa

Fundação Manuel António da Mota

Gonçalo Nuno Gomes Andrade Moura Martins

Habifarol- Sociedade Imobiliária Unipessoal, Lda

Hospital da Luz Aveiro, S.A.

Hospital da Luz Coimbra, S.A.

Hospor - Hospitais Portugueses, S.A.

Iberfibran - Poliestireno Extrudido, S.A.

Imobiliária Toca do Lobo, Lda.

Imogera, Lda.

Jinchung Wang

José Carlos Barroso Pereira Pinto

José Manuel Mota Neves da Costa Nogueira

Luísa Mota, Lda

Luz Saúde, S.A.

MAFVM Holding. Lda.

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota

Maria Luísa Fonseca Vasconcelos

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles

Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos da Mota

Maria Teresa Mota Neves da Costa

Mineira de Pensalvos, Lda.

Mineira do Jarmelo, Lda.

Morada Certa, S.A.

Mota Gestão Concessões SGPS, S.A.

Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

Motadossantoswood, S.A.

Motawood - Entidade de Gestão Florestal, S.A.

Navarras Supermercados, Lda

Novus Tempus, Mediação de Seguros, S.A.

Portuscale - Trading, Lda.

Saiotes & Etc - Festas, Lda.

Sem Par - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.

Sociedade Agrícola Moura Basto, S.A.

Swipe News, S.A.

Tecniforja, S.A.

Verotamega - Sociedade Imobiliária, Lda.

Vila Avenida Hotel, S.A.

Vinciama Consulting, Lda

Em 31 de dezembro de 2023, os principais saldos mantidos com “Empresas associadas” resultaram, essencialmente, da prestação de serviços de engenharia e construção e da concessão de empréstimos a empresas concessionárias mexicanas.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as principais transações mantidas com “Empresas associadas” resultaram, essencialmente, da prestação de serviços de engenharia e construção a empresas concessionárias mexicanas e quenianas e a juros relativos aos empréstimos concedidos às empresas concessionárias mexicanas.

Em 31 de dezembro de 2023, os principais saldos mantidos com “Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo” resultaram, essencialmente, da aquisição de equipamentos à Chuwa Bussan e de materiais à CCCC (cerca de 43.000 milhares de euros de contas a pagar) e à faturação de alguns serviços à CCCC no âmbito da execução de uma obra em parceria no México (cerca de 13.000 milhares de euros de contas a receber).

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, as principais transações mantidas com “Acionistas e empresas com acionistas comuns ao Grupo” resultaram da execução de uma obra no México (Trem Maya), em que a CCCC (através da sua participação no Consórcio Lamat) realizou parte da mesma (cerca de 132.000 milhares de euros de custos e 8.000 milhares de euros de proveitos).

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os membros dos órgãos de administração da Mota-Engil SGPS, considerados pessoal-chave da gerência, eram como se segue:

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Di Xiao
Francisco Manuel Seixas da Costa
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto
Isabel Maria Pereira Anibal Vaz
Jingchun Wang
João Pedro dos Santos Dinis Parreira ⁽¹⁾
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira ⁽¹⁾
Leong Vai Tac ⁽²⁾
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Paulo Sacadura Cabral Portas
Ping Ping
Tian Feng
Xiangrong Wang ⁽³⁾

(1) Iniciou funções em 30 de janeiro de 2023.

(2) Iniciou funções em 6 de maio de 2022.

(3) Deixou de exercer funções em 30 de janeiro de 2023.

As remunerações atribuídas aos membros do Conselho de Administração nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022 ascenderam aos montantes de 7.510 milhares de euros (dos quais, 3.021 milhares de euros a título de remuneração fixa, 2.134 milhares de euros a título de outras remunerações, 1.966 milhares de euros a título de remuneração variável e 390 milhares de euros a título de senhas de presença) e de 4.493 milhares de euros (dos quais, 3.095 milhares de euros a título de remuneração fixa, 403 milhares de euros a título de outras remunerações, 670 milhares de euros a título de remuneração variável e 325 milhares de euros a título de senhas de presença), respetivamente.

As remunerações acima indicadas foram determinadas pela Comissão de Vencimentos tendo em conta o desempenho individual de cada administrador e a evolução deste tipo de mercado de trabalho.

Os seguintes atuais e ex-administradores acionistas fundadores são ainda beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos:

- António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
- Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (deixou de exercer funções em 30 de junho de 2021)
- Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
- Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (deixou de exercer funções em 30 de junho de 2021)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a informação sobre o plano de pensões acima referido encontra-se divulgada na Nota 39, sendo que a responsabilidade do Grupo para com os acima referidos administradores em funções ascendia a 4.264 milhares de euros e a 10.403 milhares de euros, respetivamente.

Por último, não ocorreram transações com partes relacionadas que tivessem ultrapassado o limiar de 2,5% do ativo consolidado tal como estabelecido na Lei nº 50/2020.

42. Perímetro de consolidação

Em 31 de dezembro de 2023, as empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, respetivos métodos de consolidação, sedes, percentagens de consolidação, atividades, datas de constituição e datas de aquisição, são tal como se apresenta no Apêndice A.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as alterações ocorridas no perímetro de consolidação foram como se segue:

Aumento de percentagem de participação

2023:

Área de Negócio - América Latina - E&C

Concessionária Tultepec AIFA Pirâmides, S.A. de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Consórcio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA (empresa anteriormente já com controlo partilhado)
Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Fideicomiso de Vivienda de Bajo Costo Mota Engil, S.R.L. (empresa já controlada anteriormente)
Mota-Engil Dominicana S.A.S. (empresa já controlada anteriormente)
Operadora Marítima Matamoros SAPI de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Operadora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Tracevia Mexico S.A. de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Tracevia S.A. (empresa já controlada anteriormente)

2022:

Área de Negócio - África - E&C

Akwangola, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
Automatriz, S.A. (empresa onde já se detinha influência significativa)
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. (empresa onde já se detinha influência significativa)
Martinox, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
Mebisa - Minerais e Britagens, S.A. (empresa onde já se detinha influência significativa)
MEIM Morila SARL (empresa já controlada anteriormente)
Mota-Engil Angola, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
Novicer - Cerâmicas de Angola, (SU) Limitada. (empresa já controlada anteriormente)
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. (empresa já controlada anteriormente)
Rentaco Angola - Equipamentos e Transportes, (SU) Limitada. (empresa já controlada anteriormente)
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. (empresa já controlada anteriormente)
Vista Energy Environment & Services, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
Vista Multi Services, Lda. (empresa já controlada anteriormente)
Vista Power, Lda. (empresa onde já se detinha influência significativa)

Área de Negócio - Ambiente

Vista Waste Management, Lda. (empresa já controlada anteriormente)
--

Área de Negócio - América Latina - E&C

AZPAU Entretenimiento, SAPI de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Concesionaria Cua SAPI de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Concesionaria Urbana Arco Oriente S.A. de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan, S.A. de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan II, S.A. de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Constructora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla, S.A. de C.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)
Lineas Mexico, B.V. (empresa onde se detinha influência significativa e se passou a deter controlo)

Área de Negócio - Capital

Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. (empresa onde já se detinha influência significativa)
Mota-Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A. (empresa já controlada anteriormente)
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda. (empresa já controlada anteriormente)
Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (empresa já controlada anteriormente)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo procedeu à aquisição e alienação, respetivamente, de 20% e 4% do capital social da Mota-Engil Angola (empresa já controlada) e respetivas empresas participadas.

Os efeitos da transação acima nas demonstrações financeiras consolidadas anexas podem resumir-se como segue:

		Mota-Engil Angola
Valor contabilístico dos interesses sem controlo adquiridos	(I)	27 270
Preço de compra (liquidado através de encontro de contas)	(II)	16 284
Impacto positivo em capital próprio atribuível ao Grupo	(I) - (II)	10 986

Por outro lado, também no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo passou a deter 100% do capital social da Ex-Manvia (empresa já controlada) e da Ex-Vibeiras (empresa já controlada) - agora fusionadas na Mota-Engil – Ativ. Decorrente desta transação, os interesses sem controlo e o capital próprio atribuível ao Grupo diminuíram em 678 milhares de euros e em 1.066 milhares de euros, respetivamente.

Por último, como resultado das restantes transações acima referidas, e do apuramento definitivo do justo valor dos ativos e passivos identificáveis nas empresas em que se ganhou controlo, não foram produzidos efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas de 2023 e 2022.

Empresas consolidadas integralmente ou pelo método da equivalência patrimonial pela primeira vez no exercício

2023:

Área de Negócio - África - E&C

Lobito Atlantic Holding, S.A.
Lobito Atlântic Railway, S.A.
Mota-Engil Lobito SGPS, S.A.
Shorengil Properties Limited

Área de Negócio - América Latina - E&C

Besix - ECB SPE Ltda.
Consortio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara, SAPI de C.V.
Infraestructura y Construcciones de Nuevo León, S.A.P.I. de C.V.
Limafren, S.A.
Mota-Engil Aeropuertos, SAPI de C.V.
Terminal Maritima Matamoros, SAPI DE C.V.

2022:

Área de Negócio - África - E&C

Luso Global Mining Angola - Prestação de Serviços e Indústria Extractiva, Lda.

Mota-Engil Côte D'Ivoire Mining, SARL

Área de Negócio - América Latina - E&C

Concesionaria Alternativas Viales SAS

Vías Y Comunicaciones Cua, SAPI de C.V.

Área de Negócio - Capital

Mota-Engil Concessões, S.A.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, como resultado da primeira consolidação das empresas acima indicadas não foram produzidos efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Constituição de empresas

2023:

Área de Negócio - África - E&C

Mota-Engil BLV de La Paix, SARLU

Mota-Engil Guinée Simandou, SARLU

Mota-Engil Sénégal Mining, SUARL

Área de Negócio - América Latina - E&C

Consortio MEP-PTP

Mota-Engil Fundações Brasil Ltda.

Stiler, SA, Limafren Sociedad Anonima y Otros

Área de Negócio - Capital

Mota-Engil BCircle, Lda.

SCP Financial Investments, S.A.

Área de Negócio - Mext

Mota-Engil Energia, S.A.

2022:

Área de Negócio - África - E&C

Mota-Engil Guinée SARLU

Sociedade Mineira do Moquita, Limitada

Wouri Resources, S.A.

Área de Negócio - América Latina - E&C

CMRO Nayarit SAPI de C.V.

Rovella Carranza S.A. - Mota-Engil México S.A.P.I. de C.V.

Área de Negócio - Capital

D.I. Investimentos, S.A.

Mota-Engil Capital, S.A. (anteriormente denominada por "Mota-Engil Capital II, S.A.")

Mota-Engil Real Estate Ajuda, Sociedade Unipessoal, Lda.

Mota-Engil Real Estate Alverca, Sociedade Unipessoal, Lda.

Mota-Engil Real Estate Aurora, Sociedade Unipessoal, Lda.

Mota-Engil Real Estate Freixieiro, Sociedade Unipessoal, Lda.

Mota-Engil Real Estate Grijó, Sociedade Unipessoal, Lda.

Mota-Engil Real Estate Moagem, Sociedade Unipessoal, Lda.

Área de Negócio - Mext

Colhub - Coliving Beato, Lda.

Mota-Engil Next Investments, SGPS, S.A. (anteriormente denominada por "Mota-Engil Next, SGPS, S.A.")

Fusão de empresas e reorganizações societárias

2023:

Área de Negócio - América Latina - E&C

Operadora APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. (na Mota-Engil O&M México, SAPI de C.V.)

2022:

Área de Negócio - Capital

Áreagolfe - Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A. (na Mota-Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A.)

Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A. (na Mota-Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A.)

Saída de empresas

2023:

Área de Negócio - Ambiente

Citrave - Centro Integrado de Tratamento de Resíduos de Aveiro, S.A. (alienada)

Correia & Correia, Lda. (alienada)

Enviroil II – Reciclagem de Óleos Usados, Lda. (alienada)

Enviroil SGPS, Lda. (alienada)

Resilei – Tratamento de Resíduos Industriais, S.A. (alienada)

Rima – Resíduos Industriais e Meio Ambiente, S.A. (alienada)

SRI - Gestão de Resíduos, Lda. (alienada)

Triu - Técnicas de Resíduos Industriais e Urbanos, S.A. (alienada)

Área de Negócio - América Latina - E&C

Consortio Mepax Limitada (liquidada)

Área de Negócio - Mext

Öböl Invest Befektetési És Üzletviteli Tanácsadó Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. (liquidada)

PTT - Parque Tecnológico do Tâmega, S.A. (liquidada)

Empresa - Mãe do Grupo e outras

MK Contractors, LLC (liquidada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o Grupo concluiu a alienação do seu negócio de resíduos industriais ao Grupo Urbaser. Deste modo, o ganho gerado no exercício com a alienação daquele negócio pode ser demonstrado como se segue:

		Negócio de resíduos industriais
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados	(I)	20 078
Preço de venda (liquidado por encontro de contas com o Grupo Urbaser em janeiro de 2024)	(II)	56 000
Mais valia gerada na demonstração dos resultados	(III) = (II) - (I)	35 922

2022:

Área de Negócio - África - E&C
Meeecake Holdco Limited (alienada)
Mota-Engil Kenya - Road Construction, Operation and Maintenance, Sociedade Unipessoal Lda. (alienada)
Área de Negócio - Ambiente
InvestAmbiente - Recolha de Resíduos e Gestão de Sistemas de Saneamento Básico, S.A. (liquidada)
Nova Beira - Gestão de Resíduos, S.A. (liquidada)
Área de Negócio - América Latina - E&C
Comercializadora Costa Canuva (alienada)
Consorcio ME Colombia (liquidado)
Consórcio Vial el Descanso-Langui (liquidado)
Consórcio Vial Sur del Peru (liquidado)
Consórcio Vial Valle Sagrado (liquidado)
Fideicomiso el Capomo (alienado)
Fideicomiso Fairmont Costa Canuva (alienado)
Mota-Engil Tourism, B.V. (alienada)
Mota-Engil Turismo Holding, S.A.P.I. de C.V. (alienada)
Mota-Engil Turismo, S.A. de C.V. (alienada)
Translei Consórcio Cusco-Quillabanba (liquidado)
Área de Negócio - Capital
Belém Grid - Promoção imobiliária e de Animação Turística, S.A. (liquidada)
HL - Sociedade Gestora do Edifício, S.A. (alienada)
Ibercargo Rail, S.A. (alienada)
Öböl XI. Ingatlanhasznosítási Beruházó És Szolgáltató Korlátolt Felelősségű Társaság Kft. (liquidada)
Proempar - Promoção e Gestão de Parques Empresariais e Tecnológicos, S.A. (liquidada)
Takargo - Transportes de Mercadorias, S.A. (alienada)
Área de Negócio - Europa - E&C
Glan Agua, Ltd (alienada)
Glan Agua (UK), Ltd (alienada)
Mota-Engil International Construction (UK) Ltd (alienada)
Mota-Engil Ireland Construction Limited (alienada)
Mota-Engil Ireland Services Ltd. (alienada)
Streamcrest Limited (alienada)

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo procedeu à alienação das operações na Irlanda e no Reino Unido, do negócio do Turismo no México, bem como da Takargo e da HL. O resultado gerado com estas transações pode ser resumido como se segue:

		Irlanda e Reino Unido	Turismo	Takargo	HL
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados	(I)	(998)	24 150	(369)	8 503
Reciclagem de swaps	(II)	-	-	-	2 862
Reciclagem de cambiais	(III)	315	(3 656)	-	-
Preço de venda (recebido em numerário - Nota 43)	(IV)	4 400	9 647	417	12 000
Preço de venda (por receber)	(V)	-	6 431	-	-
Ganho apurado (registado na rubrica "Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas" - Nota 11)	(IV) + (V) - (I) - (II) - (III)	5 083	(4 416)	785	635

Diminuição de percentagem de participação

2023:

Área de Negócio - Ambiente

CTR Santa Luzia Tratamento e Disposição de Resíduos Ltda. (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)
Vista Waste Management, Lda. (empresa já controlada anteriormente)

Área de Negócio - América Latina - E&C

Concessionaria Cua SAPI de C.V. (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)
FSE Comercializadora Fenix, SAPI de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
FSE Suministradora Fenix, SAPI de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Generadora Fenix, SAPI de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Mota-Engil Energia, S.A. de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Mota-Engil Energy B.V. (empresa já controlada anteriormente)
Mota-Engil Energy Holding México, SAPI de C.V. (empresa já controlada anteriormente)
Vías Y Comunicaciones Cua, SAPI de C.V. (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)

Tal como mencionado na Nota 28, em dezembro de 2023, no âmbito da reorganização do seu portefólio de concessões no México, o Grupo alienou 1% do capital social da Vias y Comunicaciones ao seu parceiro de negócios no México, participada que detinha 33% do capital social da Concessionária Cua. Adicionalmente, esta venda gerou a perda de controlo por parte do Grupo sobre essas duas entidades, uma vez que as decisões sobre as atividades relevantes das mesmas têm de ser adotadas com voto favorável de 75% dos direitos de voto (Concessionária Cua) e de 100% dos direitos de voto (Vias y Comunicaciones), respetivamente.

Deste modo, no exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o ganho gerado com a alienação e perda de controlo na Concessionaria Cua pode ser demonstrado como se segue:

		Concessionaria Cua
Concessionaria CUA (1%)		674
Vias Y Comunicaciones (1%)		(26)
Valor contabilístico dos ativos alienados	I	648
Preço de venda	II	757
Mais-valia	III = II - I	109
<hr/>		
Concessionaria CUA (99%)		66 373
Vias Y Comunicaciones (99%)		(17 451)
Valor contabilístico dos ativos detidos	IV	48 922
Concessionaria CUA (99%)		74 954
Vias Y Comunicaciones (99%)		(17 451)
Justo valor dos interesses anteriormente detidos	V	57 503
Revalorização dos interesses detidos	VI = V - IV	8 581
Mais-valia (Regista na rubrica "Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas" - Nota 11)		8 690
<hr/>		
Reciclagem de cambiais (Registada na rubrica "Gastos e perdas financeiras")	VII	5 963
Mais valia total gerada na demonstração dos resultados	III + VI + VII	14 653

2022:

Área de Negócio - África - E&C	
Infraconnect Eighteen Kenya Limited (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)	
Infraconnect Fifteen Kenya Limited (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)	
<hr/>	
Área de Negócio - Ambiente	
Mais ITAPEVI - SPE S/A (empresa onde se detinha controlo e se passou a deter influência significativa)	
<hr/>	
Área de Negócio - América Latina - E&C	
Autopista Urbana Siervo de la Nacion, SAPI de C.V. (empresa onde já se detinha influência significativa)	

No exercício findo em 31 de dezembro de 2022, o Grupo procedeu à alienação e aquisição, respetivamente, de 20% e 17,2% do capital social da Autopista Urbana Siervo de la Nacion (empresa onde se detinha e detém influência significativa).

Os efeitos da transação acima nas demonstrações financeiras consolidadas anexas, podem resumir-se como segue:

		Autopista Urbana Siervo de la Nación
Valor contabilístico dos ativos líquidos alienados	(I)	8 530
Preço de venda (liquidado através de encontro de contas)	(II)	28 693
Ganho apurado (registado na rubrica "Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas" - Nota 11)	(II) - (I)	20 163
<hr/>		
Valor contabilístico dos ativos líquido adquiridos	(III)	19 914
Preço de compra (liquidado através da conversão de aportes de capital em capital social)	(IV)	30 051
Goodwill gerado na transação	(IV) - (III)	10 136

Por último, como resultado das restantes transações acima referidas, e do apuramento definitivo do justo valor dos ativos e passivos identificáveis nas empresas em que se perdeu controlo, não foram produzidos efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas de 2023 e 2022.

Empresas adquiridas

2023:

Área de Negócio - América Latina - E&C

Alana Capital SAPI de C.V.

Área de Negócio - Mext

Edgagrpt, Lda.

Alteração do método de consolidação

2023:

Alteração do método de consolidação de integração global para método de equivalência patrimonial na Mext

Sociedade Mineira do Moquita, Limitada

2022:

Alteração do método de consolidação proporcional para método de equivalência patrimonial - América Latina - E&C

Consortio Línea Panama Norte

Como resultado das transações acima referidas, não foram gerados efeitos materiais nas demonstrações financeiras consolidadas anexas.

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, listam-se abaixo as principais situações em que existe dissemelhança entre a percentagem de capital detida pelo Grupo e o método de consolidação adotado:

Empresa	% utilizada na consolidação	Método adotado	Justificação
Empresa Construtora do Brasil	50,00%	Integral	Embora não detenha a maioria do capital, o Grupo detém a maioria dos direitos de voto através de um acordo parassocial.
Consórcio GDL Túnel	21,88%	Integral	Embora não detenha a maioria do capital, o Grupo, através de um acordo parassocial estabelecido com um dos outros acionistas da participada, possui a maioria dos direitos de voto.
Consórcio GDL Viaducto	21,88%	Integral	Embora não detenha a maioria do capital, o Grupo, através de um acordo parassocial estabelecido com um dos outros acionistas da participada, possui a maioria dos direitos de voto.
Construtora Grand Canal	2,04%	Integral	Embora detenha a maioria dos direitos de voto, através de um acordo parassocial estabelecido com os outros acionistas, o Grupo apenas detém uma parte residual dos direitos económicos.
Concessionaria Cua e Vías y Comunicaciones	50,49% 50,83%	MEP	Embora detenha a maioria do capital, de acordo com os estatutos das participadas, as decisões relevantes nas mesmas têm de ser tomadas por unanimidade.
Mota-Engil Uganda Limited	60,00%	Integral	Embora não detenha a maioria do capital, o Grupo, através de um acordo parassocial estabelecido com o outro acionista da participada, possui a maioria dos direitos económicos e dos direitos de voto.
Resilei (Empresa alienada em 2023)	50,00%	Integral	Embora não detenha a maioria do capital, o Grupo detém a maioria dos direitos de voto na medida em que o seu representante, o Presidente do Conselho de Administração da participada, possui voto de qualidade em caso de empate nas decisões relevantes.

43. Anexo à Demonstração Consolidada dos Fluxos de Caixa

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes pagos relacionados com a aquisição de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2023	2022
Aportes de capital na Lobito Atlantic Holding (segmento África - E&C)	45 249	-
Empréstimo Duro Felguera (segmento América Latina - E&C)	39 607	-
Aquisição de participação Desarrolladora Multimodal Istmo (segmento América Latina - E&C)	10 523	-
Aumento de capital no Consorcio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara (segmento América Latina - E&C)	8 188	-
Efeito da reclassificação das operações na Polónia para "Ativos não correntes detidos para venda"	6 046	-
Fundo INVESURB (segmento Ambiente)	3 533	-
Efeito da reclassificação das Concessionárias mexicanas para "Ativos não correntes detidos para venda"	796	-
Efeito da reclassificação do negócio dos resíduos industriais do Grupo Suma para "Ativos não correntes"	-	11 536
Concessão de empréstimos à Freixo Magnum (segmento Capital)	-	3 000
Aportes de capital na Operadora Marítima Matamoros (segmento América Latina - E&C)	-	2 206
Concessão de empréstimos à Shoreline Natural Resources (segmento África - E&C)	-	1 034
Outros	1 416	1 122
	115 357	18 898

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes recebidos relacionados com a alienação/reembolso de investimentos financeiros podem ser discriminados como se segue:

	2023	2022
Reembolso/alienação de títulos de dívida pública de Angola (segmento África - E&C)	28 730	132 193
Alienação parcial da Mota-Engil Tourism BV (segmento América Latina - E&C)	9 740	-
Alienação da HL (segmento Capital)	-	12 000
Alienação da Mota-Engil Tourism BV (segmento América Latina - E&C)	-	9 647
Alienação das operações na Irlanda e no Reino Unido (segmento Europa - E&C)	-	4 400
Alienação da Takargo (segmento Capital)	-	417
Outras	1 705	400
	40 175	159 056

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes pagos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2023	2022
Acionistas da Mota-Engil SGPS	30 138	20 747
Acionistas da Mota-Engil México	23 655	4 275
Acionistas da Generadora Fenix	4 563	-
Acionistas da Operadora Tampico Ciudad Victoria	1 554	2 078
Outros	564	51
	60 474	27 151

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes recebidos relacionados com dividendos podem ser discriminados como se segue:

	2023	2022
Lineas	13 170	-
BAI	2 140	4 179
Outros	1 292	1 206
	16 601	5 385

44. Segmentos de negócio

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, fruto da individualização de uma nova área de negócios (Mext), a informação por segmentos apresentada no anexo às demonstrações financeiras consolidadas foi reexpressa de forma a contemplar as seis atuais unidades de negócio do Grupo:

África – E&C;
Ambiente;
América Latina – E&C;
Europa – E&C;
Capital; e
Mext.

Deste modo, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio do Grupo podem resumir-se como segue:

- (i) transferência do segmento da Capital para o segmento da Mext das empresas imobiliárias a operar em Portugal e na Europa Central, das empresas a operar na exploração de parques solares e das empresas a operar na área da mineração;
- (ii) transferência dos segmentos Europa - E&C e África - E&C para o segmento da Mext das empresas que se encontram a desenvolver um projeto agroflorestal em Angola.

Ao nível de empresas, as principais alterações ocorridas no exercício de 2023 nos segmentos de negócio podem resumir-se como segue:

- (i) Transferência da MERE SGPS, da Logz e da Luso Global Mining, e respetivas empresas participadas, do segmento da Capital para o segmento da Mext;
- (ii) Transferência de parte da Mamaland do segmento da Europa - E&C para o segmento da Mext;
- (iii) Transferência de parte da Mamaland do segmento de África - E&C para o segmento da Mext.

A unidade de negócio de Africa - E&C inclui a atividade de engenharia e construção, bem como a prestação de serviços de engenharia industrial desenvolvida pelo Grupo, essencialmente, em Angola, Moçambique, Costa do Marfim, Ruanda, Uganda, África do Sul, Guiné-Conacri e Nigéria.

A unidade de negócio do Ambiente encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Tratamento e valorização de resíduos (cujo veículo é a EGF); (ii) Recolha de resíduos urbanos (cuja atividade é principalmente desenvolvida pela Suma); (iii) Industrial (cuja atividade principal consiste na recolha e tratamento de óleos usados, e que foi alienada em dezembro de 2023) e (iv) Internacional (com presença, essencialmente, em Angola, Costa do Marfim e Brasil).

A unidade de negócio da América Latina - E&C inclui a atividade de engenharia e construção desenvolvida pelo Grupo, essencialmente, no México, no Peru, no Brasil e na Colômbia. Adicionalmente, inclui também o negócio de geração e comercialização de energia no México e o negócio de gestão e operação de diversas concessões no México e na Colômbia.

A unidade de negócio Europa - E&C inclui, essencialmente, a atividade de engenharia e construção desenvolvida pelo Grupo em Portugal e na Polónia e, até janeiro de 2022, na Irlanda e no Reino Unido.

A unidade de negócio da Capital encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Serviços (que compreende essencialmente os serviços de operação e manutenção prestados atualmente pela Mota-Engil ATIV; (ii) Concessões (atividade em Portugal e em Moçambique), (iii) Turismo (atividade em Portugal) e (iv) Energia (produção de energia descentralizada e carregamento de veículos elétricos em Portugal).

A unidade de negócio da Mext encontra-se dividida nos seguintes subsegmentos: (i) Inovação e desenvolvimento (que compreende essencialmente os departamentos internos da própria *sub-holding* vocacionados para a inovação, transformação e investimento); (ii) Imobiliário (atividade em Portugal e na Europa Central); (iii) Agrofloresta (atividade em Angola e no Malawi), (iv) Mineração (atividade desenvolvida maioritariamente em África) e (v) Energia (atividade em Portugal e em África).

Adicionalmente, os montantes relativos à Mota-Engil, SGPS e outras empresas instrumentais foram incluídos na rubrica “Outros, eliminações e intragrupo”, a qual inclui também os montantes relativos às transações e aos saldos mantidos entre as empresas dos diferentes segmentos de negócio.

Estes segmentos foram utilizados tendo em consideração o facto de serem unidades do Grupo que desenvolvem atividades onde se podem identificar separadamente as receitas e as despesas, em relação às quais é produzida informação financeira separada, sendo os seus resultados operacionais revistos pela gestão e servindo os mesmos como base à tomada de decisões.

As políticas contabilísticas utilizadas na preparação da informação financeira por segmentos foram idênticas às descritas na Nota 1.4.

A demonstração consolidada dos resultados por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

2023	Europa - E&C	Ambiente	África - E&C	América Latina - E&C	Capital	Mext	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	665 939	517 843	1 518 378	2 749 905	92 036	41 639	(33 843)	5 551 897
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção (b)	(152 245)	(52 206)	(452 552)	(873 269)	(13 392)	(15 489)	24 507	(1 534 647)
Resultado bruto (c) = (a) + (b)	513 693	465 637	1 065 826	1 876 637	78 644	26 149	(9 337)	4 017 250
Fornecimentos e serviços externos (d)	(358 766)	(190 260)	(610 355)	(1 141 280)	(54 757)	(23 190)	51 570	(2 327 038)
Gastos com pessoal (e)	(102 726)	(175 514)	(197 169)	(370 771)	(31 481)	(3 570)	(25 232)	(906 464)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	1 451	10 355	62 591	(24 913)	10 496	9 670	(16 100)	53 551
EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	53 652	110 217	320 893	339 672	2 903	9 059	902	837 298
Amortizações e depreciações (h)	(18 633)	(77 006)	(119 301)	(60 334)	(4 936)	(51)	(1 087)	(281 349)
Provisões e perdas de imparidade (i)	(8 064)	2 526	(20 270)	5 142	(271)	(184)	(18 703)	(39 825)
[das quais, imparidades para ativos não correntes]	(893)	220	427	-	-	-	-	(246)
Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)	26 954	35 736	181 322	284 480	(2 305)	8 825	(18 887)	516 124
Rendimentos e ganhos financeiros	12 071	14 120	120 464	84 436	198	798	40 615	272 702
Gastos e perdas financeiras	(35 171)	(54 600)	(174 948)	(157 249)	(2 178)	(4 687)	(19 909)	(448 742)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	(765)	1 341	3 715	(4 074)	8 006	(314)	7 498	15 407
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	(22)	35 000	41 022	11 000	-	(465)	(46 300)	40 236
Resultado antes de imposto	3 068	31 597	171 575	218 592	3 721	4 156	(36 983)	395 726

2022 reexpresso	Europa - E&C	Ambiente	África - E&C	América Latina - E&C	Capital	Mext	Outros, eliminações e intragrupo	Grupo Mota-Engil
Vendas e prestações de serviços (a)	509 734	556 249	1 183 017	1 521 367	83 014	22 787	(71 910)	3 804 258
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção (b)	(108 290)	(45 984)	(362 555)	(400 442)	(1 471)	(721)	(5 702)	(925 164)
Resultado bruto (c) = (a) + (b)	401 444	510 265	820 463	1 120 925	81 544	22 067	(77 613)	2 879 094
Fornecimentos e serviços externos (d)	(267 577)	(239 443)	(447 794)	(770 680)	(51 294)	(20 870)	91 828	(1 705 829)
Gastos com pessoal (e)	(94 971)	(157 235)	(183 843)	(190 066)	(27 700)	(3 816)	(20 320)	(677 951)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais (f)	1 295	17 228	36 198	(14 693)	844	3 183	1 334	45 389
EBITDA (g) = (c) + (d) + (e) + (f)	40 192	130 815	225 024	145 486	3 394	564	(4 771)	540 704
Amortizações e depreciações (h)	(18 329)	(83 092)	(114 384)	(57 498)	(4 373)	(64)	(916)	(278 656)
Provisões e perdas de imparidade (i)	(2 948)	(6 537)	(8 006)	(10 237)	618	4 277	4 000	(18 834)
[das quais, imparidades para ativos não correntes]	(1 198)	-	126	(92)	-	1 122	(0)	(42)
Resultado operacional (j) = (g) + (h) + (i)	18 915	41 186	102 633	77 752	(361)	4 777	(1 687)	243 214
Rendimentos e ganhos financeiros	7 544	12 937	205 344	226 984	1 249	588	(8 477)	446 170
Gastos e perdas financeiras	(26 149)	(30 103)	(254 250)	(265 320)	(2 012)	(1 407)	(21 116)	(600 357)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	(232)	692	898	(3 063)	(9 628)	417	5 438	(5 478)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	5 083	8	-	38 449	-	1 423	(0)	44 963
Posição monetária líquida	-	-	10 550	-	-	-	-	10 550
Resultado antes de imposto	5 161	24 720	65 175	74 802	(10 752)	5 797	(25 841)	139 062

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a rubrica de “Vendas e prestações de serviços - Outros, eliminações e intragrupo” pode ser analisada como se segue:

Vendas e prestações de serviços	2023	2022
Eliminações e intragrupo	(125 495)	(106 159)
Outros (Empresas não incluídas nos seis segmentos acima indicados)	91 652	34 248
	(33 843)	(71 910)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os intragrupos de vendas e prestações de serviços podem ser analisados como se segue:

Intragrupo - Vendas e prestações de serviços	2023	2022
África - E&C	(16 059)	(16 055)
Ambiente	(741)	(668)
América Latina - E&C	(5)	(4 317)
Capital	(13 455)	(10 959)
Europa - E&C	(47 994)	(32 036)
Mext	(1 082)	(1 435)
Outros	(46 160)	(40 688)
	(125 495)	(106 159)

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, as vendas e prestações de serviços intragrupo foram efetuadas a preços semelhantes às praticadas para as vendas e prestações de serviços a clientes externos.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a posição financeira consolidada por segmento operacional pode ser analisada como se segue:

	2023		2022 reexpresso	
	Ativo	Passivo	Ativo	Passivo
África - E&C	2 929 638	2 298 974	2 475 302	1 982 059
Ambiente	1 145 186	891 666	1 150 302	947 694
América Latina - E&C	3 025 208	2 601 612	2 352 536	1 868 770
Capital	217 777	113 268	176 655	78 698
Europa - E&C	1 044 922	828 128	935 461	782 075
Mext	320 539	245 101	386 064	192 705
Outros	(987 390)	(28 376)	(1 055 493)	15 215
Grupo Mota-Engil	7 695 881	6 950 373	6 420 827	5 867 216

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o investimento e os investimentos financeiros em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos por segmento operacional podem ser analisados como se segue:

	Investimento (a)		Investimentos financeiros em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	
	2023	2022	2023	2022
	África - E&C	270 763	174 804	64 165
Ambiente	112 349	75 901	7 420	3 316
América Latina - E&C	69 572	72 248	147 298	126 703
Capital	16 179	9 079	78 633	86 157
Europa - E&C	32 893	17 325	-	-
Mext	11 178	162	-	-
Outros	427	1 125	8 202	26 341
Grupo Mota-Engil	513 360	350 644	305 718	252 235

(a) Aumento líquido (aumentos-alienações) ocorrido nas rubricas de ativos intangíveis, de ativos tangíveis e de ativos sob direito de uso, excluindo os afetos ao negócio de concessões do México (Nota 15)

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022 e nos exercícios findos naquelas datas, os ativos não correntes e as vendas e prestações de serviços por país podem ser analisados como se segue:

2023	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços
Portugal	1 290 088	952 273
México	522 538	2 242 039
Angola	231 663	427 490
Costa do Marfim	172 859	142 333
Moçambique	167 763	229 732
Nigéria	111 380	295 165
Perú	92 234	233 694
Brasil	64 946	288 007
Países Baixos	63 467	339
Guiné	58 982	108 792
Malawi	32 995	37 505
Polónia	14 757	208 219
Resto do Mundo	173 743	386 308
	2 997 413	5 551 897

2022 reexpresso	Ativos não correntes	Vendas e prestações de serviços
Portugal	1 190 973	813 354
México	534 496	1 170 011
Angola	284 826	367 099
Moçambique	173 157	203 379
Perú	100 665	190 140
Costa do Marfim	93 389	159 409
Polónia	60 034	33 903
Guiné	58 379	150 995
Malawi	37 841	125 175
Brasil	37 674	3 122
Mali	34 761	43 277
Nigéria	27 354	151 251
Resto do Mundo	121 807	393 145
	2 755 357	3 804 258

45. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros, de acordo com as políticas contabilísticas descritas na Nota 1.4 i), foram classificados como se segue:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	737 653	775 282
Clientes - corrente	959 851	920 678
Outros devedores - outros - corrente	446 010	329 892
Clientes - não corrente	49 214	57 748
Outros devedores - outros - não corrente	112 125	114 812
Outros devedores - Ativos registados ao justo valor por resultados - não corrente	40 000	-
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	93 113	11 231
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	130 303	78 569
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	67 265	93 507
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	79 279	32 404
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	44 332	93 413
	2 759 145	2 507 536
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	73 629	63 201
Instrumentos financeiros derivados	1 611	4 058
Quantia escriturada dos ativos financeiros	2 834 386	2 574 795

	2023	2022
Passivos financeiros		
Instrumentos financeiros derivados	-	1 206
	-	1 206
Passivos financeiros registados ao custo amortizado		
Empréstimos com e sem recurso - corrente	832 738	807 139
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	1 203 646	1 033 606
Outros passivos financeiros - corrente	394 838	206 422
Outros passivos financeiros - não corrente	11 451	13 630
Fornecedores e credores diversos - corrente	1 499 128	1 285 867
Fornecedores e credores diversos - não corrente	28 131	16 642
	3 969 932	3 363 304
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9		
Passivos de locação - corrente	160 256	141 236
Passivos de locação - não corrente	192 820	208 861
	353 076	350 097
Quantia escriturada dos passivos financeiros	4 323 009	3 714 608

Os impactos na demonstração consolidada do rendimento integral resultantes dos instrumentos financeiros acima referidos podem ser resumidos como se segue:

	2023			2022		
	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral	Demonstração dos resultados		Outro rendimento integral
	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor	Gastos financeiros (Nota 9)	Rendimentos financeiros (Nota 9)	Reserva de justo valor
Ativos financeiros						
Ao custo amortizado	-	96 838	-	-	67 837	-
Ao justo valor	-	6 282	(7 436)	-	5 169	3 700
	-	103 120	(7 436)	-	73 006	3 700
Passivos financeiros						
Ao justo valor	-	-	-	-	-	3 989
Ao custo amortizado	283 683	-	-	184 002	-	-
	283 683	-	-	184 002	-	3 989

O Grupo Mota-Engil está exposto a uma variedade de riscos financeiros, merecendo especial enfoque os riscos de taxa de juro, cambial, de liquidez e de crédito.

O processo de gestão de riscos é uma parte integrante do sistema de controlo interno do Grupo que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos do Grupo e a fiabilidade da informação relatada.

Deste modo, a gestão de riscos na Mota-Engil SGPS e nas suas empresas participadas assenta num processo evolutivo de permanente identificação e controlo da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias e áreas de negócio em que está presente, promovendo o estudo e implementação de estratégias de mitigação dos principais riscos.

A gestão global de riscos do Grupo Mota-Engil é da competência da sua Comissão Executiva e dos Órgãos de Administração e Fiscalização das suas empresas participadas. Ao nível da Comissão Executiva, a área de responsabilidade de Risco corporativo é atribuída a um administrador executivo.

O Grupo Mota-Engil, pela sua diversificação geográfica, com presença em 3 continentes e 21 países, está exposto a uma variedade de riscos financeiros, sendo que a sua política de gestão daqueles riscos visa minimizar impactos e efeitos adversos decorrentes da incerteza característica dos mercados financeiros. Esta incerteza, que se reflete em diversas vertentes, exige especial atenção e medidas concretas e efetivas de gestão.

A atividade de gestão do risco financeiro é coordenada pela Área de Finanças corporativas, a qual coordena e monitoriza a gestão de tesouraria e da carteira de dívida, com o apoio e suporte da Área corporativa de Controlo de Negócios, e desenvolve-se de acordo e em conformidade com as orientações aprovadas pelo Conselho de Administração, com intervenção consultiva da Comissão de Risco e Auditoria Interna, que daquele é delegada, não deixando de ser uma responsabilidade das administrações de cada uma das unidades de negócio do Grupo.

A postura do Grupo relativamente à gestão dos riscos financeiros é conservadora, recorrendo, quando aconselhável, a instrumentos de cobertura de risco sempre na perspetiva de que estes se relacionem com a atividade normal e corrente, não assumindo nunca posições em derivados ou outros instrumentos financeiros que se revistam de caráter especulativo.

Os diversos tipos de risco financeiro estão interrelacionados e as diversas medidas de gestão adotadas pretendem assegurar a prossecução do mesmo objetivo, isto é, a salvaguarda dos ativos e a diminuição da volatilidade dos fluxos de caixa e das rentabilidades esperadas.

Risco de taxa de juro

A política de gestão do risco de taxa de juro tem por objetivo a otimização do custo da dívida e a obtenção de um reduzido nível de volatilidade nos encargos financeiros, ou seja, pretende controlar e mitigar o risco de se incorrer em perdas resultantes de variações das taxas de juro a que se encontra indexada a dívida financeira do Grupo, maioritariamente denominada em euros. Refira-se a este nível, que a estratégia de alocação da dívida aos mercados locais, próxima da geração de *cash-flows*, tem contribuído para uma diversificação de moedas em termos de tomada de dívida.

Adicionalmente, o Grupo continua a analisar e a avaliar oportunamente a contratação de instrumentos de cobertura que assegurem alterações futuras das taxas de juro.

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade dos resultados financeiros do Grupo a alterações no indexante da taxa de juro dos empréstimos obtidos pode ser analisada como se segue:

	Impacto estimado	
	2023	2022
Variação nos juros suportados pela alteração de 1 p.p. na taxa de juro aplicada ao endividamento médio bruto do ano (excluindo locações, factoring e operações de gestão de pagamentos)	19 386	18 156
Blindagem por taxa fixa	(7 722)	(8 280)
Blindagem por instrumentos financeiros derivados de taxa de juro	(1 852)	(2 062)
Sensibilidade do resultado financeiro a variações da taxa de juro	9 812	7 814

As taxas de juro médias suportadas nos empréstimos obtidos pelo Grupo nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, foram como se segue:

	2023		2022	
	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)	Taxas médias (%)	Intervalo de taxas (%)
Empréstimos por obrigações não convertíveis	5,75	[4,71; 11,68]	4,99	[3,17; 8,1]
Dívidas a instituições de crédito:				
Empréstimos bancários	9,34	[2,34; 24,6]	5,93	[0,69; 36,07]
Descobertos bancários	8,83	[5,93; 23]	9,23	[2,5; 23]
Contas caucionadas	7,35	[3,25; 23,1]	5,12	[2; 19,5]
Emissões de papel comercial	7,26	[2,5; 9,25]	4,68	[2; 7,71]

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, 53% e 46% da dívida bruta (correspondente às rubricas de endividamento com e sem recurso adicionada das operações de *factoring* e de gestão de pagamentos a fornecedores e dos passivos de locação), incluindo o efeito da contratação de instrumentos financeiros derivados, encontrava-se contratada a taxa variável e o custo médio daquela dívida ascendia a 7,60% e a 5,39%, respetivamente.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, o detalhe dos instrumentos financeiros do Grupo de acordo com o tipo de taxa de juro contratada é como segue:

2023	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros registados ao custo amortizado				
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	227 083	-	510 570	737 653
Clientes	27 955	-	981 111	1 009 065
Outros devedores - outros	34 273	153 070	370 792	558 135
Outros devedores - Ativos registados ao justo valor por resultados	-	-	40 000	40 000
Empresas associadas, participadas e participantes	15 741	191 869	15 806	223 416
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	-	-	67 265	67 265
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	103 695	19 915	-	123 610
	408 747	364 855	1 985 544	2 759 145
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro	-	-	73 629	73 629
Instrumentos financeiros derivados	1 611	-	-	1 611
Quantia escriturada dos ativos financeiros	410 358	364 855	2 059 173	2 834 386
Passivos financeiros				
Passivos financeiros registados ao custo amortizado				
Empréstimos com e sem recurso	772 179	1 264 205	-	2 036 384
Outros passivos financeiros	26 377	379 912	-	406 289
Fornecedores e credores diversos	94 443	-	1 432 817	1 527 260
	892 999	1 644 116	1 432 817	3 969 932
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9				
Passivos de locação	150 045	203 031	-	353 076
Quantia escriturada dos passivos financeiros	1 043 044	1 847 148	1 432 817	4 323 009
2022				
	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
Ativos financeiros				
Ativos financeiros registados ao custo amortizado				
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	332 216	-	443 065	775 282
Clientes	35 001	-	943 426	978 427
Outros devedores - outros	44 467	66 517	333 720	444 704
Empresas associadas, participadas e participantes	8 608	69 913	11 280	89 800
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	-	-	93 507	93 507
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	106 552	19 265	-	125 817
	526 844	155 695	1 824 998	2 507 536
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	63 201	63 201
Instrumentos financeiros derivados	4 058	-	-	4 058
Quantia escriturada dos ativos financeiros	530 902	155 695	1 888 199	2 574 795

2022	Juro à taxa fixa	Juro à taxa variável	Não sujeito a taxa de juro	Total
Passivos financeiros				
Passivos financeiros registados ao custo amortizado				
Empréstimos com e sem recurso	842 333	998 411	-	1 840 744
Outros passivos financeiros	4 962	215 089	-	220 051
Fornecedores e credores diversos	78 185	-	1 224 324	1 302 509
Instrumentos financeiros derivados	1 206	-	-	1 206
	926 686	1 213 501	1 224 324	3 364 511
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9				
Passivos de locação	156 326	193 771	-	350 097
Quantia escriturada dos passivos financeiros	1 083 012	1 407 272	1 224 324	3 714 608

Risco cambial

O Grupo Mota-Engil operacionaliza os seus negócios a nível internacional através de diversas empresas em diferentes jurisdições, estando por isso exposto ao risco de taxa de câmbio.

Refira-se que ao nível do risco de taxa de câmbio existe um acompanhamento contínuo e sistemático das variações a que o Grupo está sujeito. Esse acompanhamento é efetuado pelas Áreas de Finanças corporativas e de Controlo de Negócios da Mota Engil SGPS, consolidando e reportando a informação de todas as empresas presentes nas diversas geografias, quer ao nível de fluxos, saldos e dívida.

A exposição do Grupo Mota-Engil ao risco de taxa de câmbio resulta sobretudo da presença de várias das suas participadas em diversos mercados, nomeadamente em África e na América Latina, que trazem novos desafios com a exposição a novas moedas e novas realidades económico-financeiras.

A política de gestão do risco de taxa de câmbio tem por objetivo a redução da volatilidade em investimentos e operações expressas em moeda externa (moedas que não o euro), contribuindo para uma menor sensibilidade dos resultados a flutuações cambiais.

O risco de taxa de câmbio no Grupo sintetiza-se de duas formas:

- Risco de transação – associado aos fluxos de tesouraria e aos valores dos instrumentos registados na demonstração da posição financeira em que mudanças nas taxas de câmbio têm um impacto sobre os resultados e os fluxos de tesouraria; e
- Risco de translação – associado a flutuações no valor do capital investido nas empresas estrangeiras do Grupo, devido a alterações de taxas de câmbio.

Em termos de gestão do risco de taxa de câmbio, procura-se, sempre que possível ou aconselhável, realizar coberturas naturais de valores em exposição pelo recurso a dívida financeira denominada na moeda externa em que se expressam os valores em risco. Sempre que tal não se revele possível ou adequado, promove-se a contratação ou realização de outras operações baseadas em instrumentos financeiros derivados, estruturadas numa lógica de minimização do seu custo, nomeadamente para cobertura de riscos em transações cambiais futuras, com grande grau de certeza quanto a montante e datas de realização.

Salienta-se, por outro lado, que, principalmente nos mercados africanos, uma parte significativa dos contratos é denominada em euros ou em dólares norte-americanos, sendo, sempre que possível, indexado o câmbio ao valor do contrato registado em moeda nacional, com vista a eliminar qualquer risco de volatilidade com perda de valor.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os ativos e passivos do Grupo expressos de acordo com a moeda funcional do país em que cada participada opera, eram como seguem:

Moeda	2023		2022 reexpresso	
	Ativos	Passivos	Ativos	Passivos
Dólar Norte Americano (USD)	552 348	441 654	557 089	518 104
Euro (EUR)	2 936 308	3 146 503	2 836 302	2 917 569
Franco CFA (África Ocidental)	87 800	91 403	89 432	91 830
Kwacha do Malawi (MWK)	15 504	32 797	52 935	45 205
Kwanza de Angola (AOA)	802 042	509 301	667 899	385 167
Metical de Moçambique (MZM)	277 335	99 588	237 705	74 820
Novo Sol Peruano (PEN)	196 530	136 724	190 307	139 074
Peso Mexicano (MXN)	2 436 102	2 094 312	1 529 316	1 347 021
Real do Brasil (BRL)	189 288	161 164	92 943	109 391
Zloti Polaco (PLN)	184 003	134 611	152 140	112 990
Outras	18 621	102 315	14 760	126 046
	7 695 881	6 950 373	6 420 827	5 867 216

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a sensibilidade do resultado líquido e dos capitais próprios do Grupo a variações cambiais ocorridas nas principais divisas a que está exposto, pode ser analisada como se segue:

2023	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	53	417
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	(91)	(40)
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	285	1 342
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	(10)	82
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	51	543
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	643	693
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	120	(77)
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	15	490

2022	Resultado líquido	Capital próprio
Impactos estimados pela apreciação em 1%:		
do Dólar Norte Americano (USD) face ao Euro (EUR)	170	90
do Kwacha do Malawi (MWK) face ao Euro (EUR)	(262)	340
do Kwanza de Angola (AOA) face ao Euro (EUR)	269	1 628
do Metical de Moçambique (MZM) face ao Euro (EUR)	213	1 424
do Novo Sol Peruano (PEN) face ao Euro (EUR)	46	471
do Peso Mexicano (MXN) face ao Euro (EUR)	200	619
do Real do Brasil (BRL) face ao Euro (EUR)	(101)	(26)
do Zloty Polaco (PLN) face ao Euro (EUR)	19	393

Para efeitos da análise acima referida, considerou-se o impacto da variação de + 1% na taxa de câmbio na conversão das demonstrações financeiras das participadas com moeda funcional diferente do Euro para Euro no resultado líquido e nos capitais próprios do Grupo.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os empréstimos obtidos pelo Grupo encontravam-se denominados nas seguintes moedas:

	Empréstimos por obrigações não convertíveis	Dívidas a instituições de crédito	Emissões de papel comercial	Outros empréstimos	Total
2023					
Dólar Norte Americano		116 592		5 882	122 475
Euros	325 896	1 070 278	114 784	55	1 511 014
Franco CFA	-	34 855	-	-	34 855
Kwanza de Angola	-	81 407	-	-	81 407
Nuevo Sol Peruano	-	297	-	-	297
Naira Nigeriana	-	56 731	-	-	56 731
Pesos Mexicanos	-	138 778	-	-	138 778
Real Brasileiro	-	52 251	-	20 617	72 869
Zlotys Polacos	3 629	7 574	-	-	11 202
Outras	-	6 757	-	-	6 757
	329 525	1 565 520	114 784	26 555	2 036 384
2022					
Dólar Norte Americano	-	70 829	-	-	70 829
Euros	409 001	876 355	137 952	55	1 423 362
Franco CFA	-	17 611	-	-	17 611
Kwanza de Angola	-	24 124	-	-	24 124
Nuevo Sol Peruano	-	2 406	-	-	2 406
Pesos Mexicanos	-	168 035	-	-	168 035
Real Brasileiro	-	60 200	-	-	60 200
Zlotys Polacos	-	19 218	-	-	19 218
Outras	-	54 959	-	-	54 959
	409 001	1 293 737	137 952	55	1 840 744

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez passa pela manutenção de um adequado nível de disponibilidades, assim como pela negociação de limites de crédito que permitam assegurar os meios financeiros necessários para solver compromissos no momento em que estes se tornam exigíveis.

A política de gestão do risco de liquidez do Grupo Mota-Engil tem por objetivo garantir que existem fundos disponíveis (saldos e fluxos financeiros de entrada) a cada momento no Grupo suficientes para que estes possam fazer face, em devido tempo, a todos os compromissos financeiros assumidos (fluxos financeiros de saída).

A obtenção de elevados níveis de flexibilidade financeira, fundamental para a gestão deste risco, tem vindo a ser prosseguida pelo recurso às seguintes medidas de gestão:

- Estabelecimento de relações de parceria com as entidades financiadoras, assegurando o seu apoio financeiro ao Grupo numa ótica de longo prazo, independentemente do contexto que possa condicionar os negócios;
- Contratação e manutenção de linhas de crédito excedentárias de curto prazo, que se constituem como reservas de liquidez, disponíveis para utilização a todo o momento;
- Realização de um rigoroso planeamento financeiro por empresa, concretizado na elaboração e revisão periódica de orçamentos de tesouraria, possibilitando a previsão antecipada de excedentes e défices futuros de tesouraria, e a otimização e gestão integrada de fluxos financeiros entre participadas do Grupo;
- Financiamento dos investimentos no médio e longo prazo, adequando as maturidades da dívida e o plano de pagamento das responsabilidades resultantes do financiamento à capacidade de geração de fluxos de caixa de cada projeto ou empresa;

- Início do processo de negociação dos refinanciamentos de empréstimos de médio e longo prazo a vencer no ano, com pelo menos um ano de antecedência sobre a respetiva maturidade;
- Contratação de financiamentos de médio e longo prazo de forma a reduzir a dependência de fundos mais voláteis de curto prazo criando dessa forma alguma imunização a fatores conjunturais dos mercados financeiros;
- Escalonamento do vencimento da dívida financeira ao longo do tempo, procurando estender a maturidade média da dívida para a tornar mais coincidente com o ciclo de libertação de meios e do grau de permanência de alguns ativos de longo prazo detidos pelo Grupo;
- Procura de novas fontes de financiamento e de novos financiadores, com o objetivo de:
 - Diversificação geográfica – captação de recursos nos diversos mercados em que o Grupo desenvolve atividade;
 - Diversificação de instrumentos de dívida – captação de fundos junto de fontes alternativas, reforçando o objetivo estratégico de uma maior desintermediação bancária.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a posição de liquidez do Grupo (componente de capital e juros) detalha-se como se segue:

	2023				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
Ativos financeiros					
Ativos financeiros registados ao custo amortizado					
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	737 653	-	-	-	737 653
Clientes	963 083	42 916	9 457	-	1 015 456
Outros devedores - outros	469 806	74 856	61 484	-	606 145
Empresas associadas, participadas e participantes	116 051	143 681	-	-	259 733
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	67 265	-	-	-	67 265
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	82 202	11 599	36 494	-	130 295
Ativos financeiros registados ao justo valor					
Outros devedores - Ativos registados ao justo valor por resultados	-	40 000	-	-	40 000
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	73 629	73 629
Instrumentos financeiros derivados	755	-	857	-	1 611
Total dos ativos financeiros ao abrigo da IFRS - 9	2 436 815	313 052	108 292	73 629	2 931 787
Outros ativos não financeiros					
Inventários	532 891	-	-	-	532 891
Ativos associados a contratos com clientes	688 543	21 997	-	-	710 540
Outros ativos correntes e não correntes	148 969	48 271	-	-	197 239
Imposto sobre o rendimento	43 496	-	-	-	43 496
Ativos não correntes detidos para venda	826 795	-	-	-	826 795
Total de ativos não financeiros	2 240 693	70 267	-	-	2 310 961
Total de ativos	4 677 508	383 319	108 292	73 629	5 242 748
Passivos financeiros registados ao custo amortizado					
Empréstimos com e sem recurso	1 008 133	567 310	771 874	-	2 347 317
Outros passivos financeiros	435 937	12 609	-	-	448 546
Fornecedores e credores diversos	1 504 795	22 528	5 604	-	1 532 926
Total de passivos financeiros ao abrigo da IFRS - 9	2 948 865	602 447	777 478	-	4 328 790
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9					
Passivos de locação	182 273	97 655	108 593	-	388 522
Total de passivos financeiros	182 273	97 655	108 593	-	388 522
Outros passivos não financeiros					
Passivos associados a contratos com clientes	737 499	304 505	-	-	1 042 004
Outros passivos correntes e não correntes	723 789	151 116	-	-	874 905
Imposto sobre o rendimento	43 884	-	-	-	43 884
Passivos não correntes detidos para venda	308 806	-	-	-	308 806
Total de passivos não financeiros	1 813 977	455 622	-	-	2 269 599
Total passivos	4 945 116	1 155 724	886 071	-	6 986 911
Gap de liquidez	(267 607)	(772 405)	(777 780)	73 629	(1 744 163)

	2022 reexpresso				Total
	< 1 ano	entre 1 e 2 anos	a mais de 2 anos	Indeterminado	
Ativos financeiros					
Ativos financeiros registados ao custo amortizado					
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	775 282	-	-	-	775 282
Clientes	924 840	44 499	18 311	-	987 650
Outros devedores - outros	339 409	119 758	19 782	-	478 948
Empresas associadas, participadas e participantes	17 912	84 414	-	-	102 326
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	93 507	-	-	-	93 507
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado	39 194	79 742	20 160	-	139 096
Ativos financeiros registados ao justo valor					
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	63 201	63 201
Instrumentos financeiros derivados	58	-	4 000	-	4 058
Total dos ativos financeiros ao abrigo da IFRS - 9	2 190 201	328 413	62 253	63 201	2 644 069
Outros ativos não financeiros					
Inventários	528 757	-	-	-	528 757
Ativos associados a contratos com clientes	589 669	5 139	-	-	594 808
Outros ativos correntes e não correntes	79 073	40 742	-	-	119 815
Imposto sobre o rendimento	39 021	-	-	-	39 021
Ativos não correntes detidos para venda	166 087	-	-	-	166 087
Total de ativos não financeiros	1 402 607	45 881	-	-	1 448 488
Total de ativos	3 592 808	374 294	62 253	63 201	4 092 557
Passivos financeiros registados ao custo amortizado					
Empréstimos com e sem recurso	906 355	477 713	622 812	-	2 006 880
Outros passivos financeiros	216 995	14 284	-	-	231 279
Fornecedores e credores diversos	1 295 250	8 699	7 943	-	1 311 891
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivados	1 206	-	-	-	1 206
Total de passivos financeiros ao abrigo da IFRS - 9	2 419 806	500 697	630 755	-	3 551 257
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9					
Passivos de locação	154 661	91 792	126 518	-	372 971
Total de passivos financeiros	154 661	91 792	126 518	-	372 971
Outros passivos não financeiros					
Passivos associados a contratos com clientes	636 123	294 423	-	-	930 546
Outros passivos correntes e não correntes	633 181	141 368	-	-	774 549
Imposto sobre o rendimento	32 238	-	-	-	32 238
Passivos não correntes detidos para venda	73 237	-	-	-	73 237
Total de passivos não financeiros	1 374 780	435 791	-	-	1 810 571
Total passivos	3 949 246	1 028 280	757 272	-	5 734 799
Gap de liquidez	(379 367)	(653 986)	(695 019)	63 201	(1 665 170)

De acordo com a política de gestão de liquidez definida pelo Grupo, e de forma a mitigar o *gap* de liquidez acima apresentado, em 31 de dezembro de 2023, o mesmo dispunha de linhas de crédito disponíveis e não utilizadas de cerca de 504 milhões de euros (326 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022). Por outro lado, após 31 de dezembro de 2023, o Grupo já refinanciou ou encontra-se em processo de refinanciamento de cerca de 236 milhões de euros de dívida bancária (cerca de 453 milhões de euros em 31 de dezembro de 2022).

Risco de crédito

A política de gestão do risco de crédito tem por objetivo garantir que as participadas do Grupo promovem a efetiva cobrança e recebimento dos seus créditos sobre terceiros nos prazos estabelecidos e / ou negociados para o efeito.

A mitigação deste risco é conseguida preventivamente, antes da exposição ao risco, pelo recurso a entidades fornecedoras de informação e perfis de risco de crédito que permitam fundamentar a decisão de concessão de crédito.

Posteriormente, depois de concedido o crédito, é promovida a manutenção de estruturas de controlo de crédito e cobrança implementadas ao nível de cada mercado, e, nalguns casos mais particulares, promove-se o recurso à contratação de seguros de crédito junto de reputadas companhias de seguros especializadas. Estas medidas contribuem para a manutenção dos créditos sobre clientes dentro de níveis não suscetíveis de afetar a saúde financeira das participadas do Grupo.

Adicionalmente, o desenvolvimento significativo da atividade do Grupo em África e na América Latina foi em parte promovido pelo desenvolvimento de uma estratégia comercial próxima e dirigida a um elevado e crescente número de clientes, espalhados por diversas áreas de negócio e polos geográficos, o que mitiga o risco.

Por outro lado, regista-se o facto de alguns dos maiores projetos que o Grupo tem em curso terem como promotores alguns dos maiores conglomerados privados a nível mundial, o que confere uma segurança acrescida ao nível da solidez financeira e de cobertura de crédito, existindo ainda de forma crescente o apoio de entidades multilaterais em África e na América Latina como financiadoras de projetos de infraestruturas promotoras do desenvolvimento económico e social em áreas como o Ambiente, a Energia e a Logística, o que assegura um conforto adicional ao nível do risco de crédito.

Por último, apesar da tendência reforçada nos últimos anos para o desenvolvimento de projetos de dimensão superior, o Grupo tem uma dispersão muito significativa do seu relacionamento comercial, contando nestes projetos com o pagamento de adiantamentos que permitem reduzir de forma significativa o risco de crédito.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição do Grupo ao risco de crédito era como segue:

	2023	2022
Ativos financeiros		
Ativos financeiros registados ao custo amortizado		
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	737 653	775 282
Clientes - corrente	959 851	920 678
Outros devedores - outros - corrente	446 010	329 892
Clientes - não corrente	49 214	57 748
Outros devedores - outros - não corrente	112 125	114 812
Outros devedores - Ativos registados ao justo valor por resultados - não corrente	40 000	-
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	93 113	11 231
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	130 303	78 569
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	67 265	93 507
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	79 279	32 404
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	44 332	93 413
	2 759 145	2 507 536
Instrumentos financeiros derivados	1 611	4 058
Ativos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9		
Ativos associados a contratos com clientes	710 540	594 808
	710 540	594 808
Quantia escriturada dos ativos financeiros	3 471 296	3 106 402

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a qualidade do risco de crédito do Grupo era como se segue:

2023	Clientes e outros devedores - outros (a)	Disponibilidades
Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	-	-
Aa1; Aa2; Aa3	4 905	372
A1; A2; A3	38 272	49 199
Baa1; Baa2; Baa3	149 531	151 962
Ba1; Ba2; Ba3	25 183	265 938
B1; B2; B3	404 654	168 873
Caa1; Caa2; Caa3	29 251	-
Sem rating ou sem informação	1 145 579	101 308
Total	1 797 376	737 653

(a) Bruto de imparidades

2022	Clientes e outros devedores - outros (a)	Disponibilidades
Aaa; Aa1; Aa2; Aa3	-	32
Aa1; Aa2; Aa3	-	16 894
A1; A2; A3	6 514	106 401
Baa1; Baa2; Baa3	135 449	126 328
Ba1; Ba2; Ba3	34 135	155 462
B1; B2; B3	481 188	263 432
Caa1; Caa2; Caa3	67 962	685
Sem rating ou sem informação	931 481	106 048
Total	1 656 729	775 282

(a) Bruto de imparidades

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a antiguidade das contas a receber associadas a clientes e outros devedores - outros que não se encontravam em imparidade, era como se segue:

Antiguidade no balanço - Clientes e outros devedores - outros	2023	2022
Valores Vencidos		
] 0 ; 3] meses	361 456	244 956
] 3 ; 12] meses	191 562	216 731
] 1 ; 3] anos	151 256	186 297
Mais de 3 anos	96 221	114 563
	800 496	762 547
Valores não vencidos	766 704	660 583
Total	1 567 200	1 423 130

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a exposição do Grupo a saldos correntes com antiguidade superior a um ano, líquidos de perdas de imparidade acumuladas e de saldos credores mantidos com os respetivos terceiros, resultava, essencialmente, de dívidas confirmadas de organismos públicos (Estado e instituições públicas de Angola, Moçambique, Costa do Marfim e Malawi), de saldos a receber de parceiros do Grupo, nomeadamente dos parceiros da Mota-Engil Angola e da Mota-Engil México e de saldos a receber de empresas associadas.

O risco de crédito do Grupo resulta, essencialmente: i) do risco de recuperação dos meios monetários entregues à guarda de terceiros, e ii) do risco de recuperação dos créditos concedidos a entidades externas ao Grupo. O risco de crédito é avaliado no momento inicial e ao longo do tempo, de forma a acompanhar a sua evolução.

Uma parte significativa dos saldos a receber de clientes e de outros devedores encontra-se dispersa por um número elevado de entidades, com exceção de dois clientes estatais mexicanos, um fator que contribui para a redução do risco de concentração do crédito. Regra geral, parte significativa dos clientes do Grupo não têm *rating* de crédito atribuído.

Para os ativos financeiros que não os registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes”, o Grupo considera a probabilidade de incumprimento com o reconhecimento inicial do ativo e consoante a ocorrência de aumentos significativos do risco de crédito de forma contínua em cada período de reporte.

De modo a avaliar se existiu um aumento significativo no risco de crédito, o Grupo tem em consideração, entre outros, os seguintes indicadores:

- Risco de crédito interno;
- Risco de crédito externo (caso disponível);
- Alterações adversas correntes ou expectáveis ao nível dos resultados operacionais do devedor;
- Aumento significativo no risco de crédito dos outros instrumentos financeiros emitidos pelo devedor;
- Alterações significativas no valor dos colaterais sobre as responsabilidades, ou na qualidade das garantias de terceiros;
- e
- Alterações significativas na performance e comportamento expectável do devedor, incluindo alterações nas condições de pagamento do devedor ao nível do grupo a que pertence, assim como alterações ao nível dos seus resultados operacionais.

No que respeita aos títulos de dívida pública detidos pelo Grupo, registados nas rubricas de “Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado” presume-se que existe um aumento significativo no risco de crédito (e o apuramento da imparidade para todos os fluxos contratuais do ativo até à data da sua maturidade) se o *rating* externo do devedor sofrer uma queda de 3 *notchs* (tendo em conta os *ratings* atribuídos por pelo menos duas das três principais agências de *rating* – *Moody's*, *Standard & Poors* e *Fitch*) e desde que o *rating* final se situe abaixo do nível Caa2 ou CCC. Genericamente, a perda de imparidade apurada resulta da aplicação da seguinte fórmula: exposição ao risco X probabilidade de incumprimento x perda em caso de incumprimento.

Por outro lado, independentemente da análise acima, e para os restantes casos, presume-se um aumento significativo no risco de crédito se um devedor se atrasa mais de 90 dias a contar da data de pagamento contratual.

Para os ativos financeiros registados nas rubricas de “Clientes e outros devedores” e “Ativos associados a contratos com clientes”, o Grupo aplica a abordagem simplificada para apurar e registar as perdas de crédito esperadas exigidas pela IFRS 9 (Nota 1.4. i)).

Nos exercícios findos em 31 de dezembro de 2023 e 2022, a principal informação utilizada no apuramento das perdas esperadas de imparidade (taxas médias) foi como segue:

Antiguidade de saldos	2023		2022	
	Clientes privados	Clientes públicos	Clientes privados	Clientes públicos
Valores não vencidos	0,65%	0,00%	3,22%	0,00%
Valores Vencidos				
] 0 ; 3] meses	1,66%	0,00%	7,35%	0,00%
] 3 ; 6] meses	3,05%	0,00%	9,66%	0,00%
] 6 ; 12] meses	4,50%	0,00%	14,85%	0,00%
] 1 ; 2] anos	9,76%	0,00%	22,63%	0,00%
] 2 ; 3] anos	12,36%	0,00%	18,00%	0,00%
Mais de 3 anos	15,98%	0,00%	23,81%	0,00%
<i>Forward looking ratios</i>	94,60%	100,00%	95,86%	100,00%

Justo valor

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os instrumentos financeiros do Grupo registados ao justo valor eram como segue:

	2023				Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral	Justo valor por outro rendimento integral designado no reconhecimento inicial		
Ativos financeiros						
Ativos financeiros registados ao custo amortizado						
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	737 653	-	-	-	737 653	
Clientes - corrente	959 851	-	-	-	959 851	
Outros devedores outros - corrente	446 010	-	-	-	446 010	
Clientes - não corrente	49 214	-	-	-	49 214	
Outros devedores - outros - não corrente	112 125	-	-	-	112 125	
Outros devedores - Ativos registados ao justo valor por resultados - não corrente	-	40 000	-	-	40 000	Nível 3
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	93 113	-	-	-	93 113	
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	130 303	-	-	-	130 303	
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	67 265	-	-	-	67 265	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	79 279	-	-	-	79 279	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	44 332	-	-	-	44 332	
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	73 629	73 629	Nível 3
Instrumentos financeiros derivados	-	-	1 611	-	1 611	Nível 2
Quantia escriturada dos ativos financeiros	2 719 145	40 000	1 611	73 629	2 834 386	

2023					
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral	Total	Hierarquia de justo valor
Passivos financeiros					
Passivos financeiros registados ao custo amortizado					
Empréstimos com e sem recurso - corrente	832 738	-	-	832 738	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	1 203 646	-	-	1 203 646	
Outros passivos financeiros - corrente	394 838	-	-	394 838	
Outros passivos financeiros - não corrente	11 451	-	-	11 451	
Fornecedores e credores diversos - corrente	1 489 128	10 000	-	1 499 128	Nível 3
Fornecedores e credores diversos - não corrente	28 131	-	-	28 131	
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9					
Passivos de locação - corrente	160 256	-	-	160 256	
Passivos de locação - não corrente	192 820	-	-	192 820	
Quantia escriturada dos passivos financeiros	4 313 009	10 000	-	4 323 009	

2022						
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral	Justo valor por outro rendimento integral designado no reconhecimento inicial	Total	Hierarquia de justo valor
Ativos financeiros						
Ativos financeiros registados ao custo amortizado						
Caixa e seus equivalentes / outras aplicações financeiras	775 282	-	-	-	775 282	
Clientes – corrente	920 678	-	-	-	920 678	
Outros devedores outros - corrente	329 892	-	-	-	329 892	
Clientes - não corrente	57 748	-	-	-	57 748	
Outros devedores - outros - não corrente	114 812	-	-	-	114 812	
Empresas associadas, participadas e participantes - corrente	11 231	-	-	-	11 231	
Empresas associadas, participadas e participantes - não corrente	78 569	-	-	-	78 569	
Estado e outros entes públicos (exceto Imposto sobre o rendimento)	93 507	-	-	-	93 507	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - corrente	32 404	-	-	-	32 404	
Outros investimentos financeiros registados ao custo amortizado - não corrente	93 413	-	-	-	93 413	
Outros investimentos financeiros registados ao justo valor através de outro rendimento integral	-	-	-	63 201	63 201	Nível 3
Instrumentos financeiros derivados	-	-	4 058	-	4 058	Nível 2
Quantia escriturada dos ativos financeiros	2 507 536	-	4 058	63 201	2 574 795	

	2022			Total	Hierarquia de justo valor
	Custo amortizado	Justo valor por resultados	Justo valor por outro rendimento integral		
Passivos financeiros					
Instrumentos financeiros derivados	-	-	1 206	1 206	Nível 2
Passivos financeiros registados ao custo amortizado					
Empréstimos com e sem recurso - corrente	807 139	-	-	807 139	
Empréstimos com e sem recurso - não corrente	1 033 606	-	-	1 033 606	
Outros passivos financeiros - corrente	206 422	-	-	206 422	
Outros passivos financeiros - não corrente	13 630	-	-	13 630	
Fornecedores e credores diversos - corrente	1 281 567	4 300	-	1 285 867	Nível 3
Fornecedores e credores diversos - não corrente	16 642	-	-	16 642	
Passivos financeiros fora do âmbito da IFRS - 9					
Passivos de locação - corrente	141 236	-	-	141 236	
Passivos de locação - não corrente	208 861	-	-	208 861	
Quantia escriturada dos passivos financeiros	3 709 101	4 300	1 206	3 714 608	

46. Impacto da Hiperinflação

Até ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, a economia do Zimbabue foi considerada como sendo uma economia hiperinflacionária. Deste modo, a Sucursal do Zimbabue da Mota-Engil Engenharia e Construção África, cuja moeda funcional até 31 de dezembro de 2022 era o dólar do Zimbabue (dólar dos Estados Unidos a partir de 1 de janeiro de 2023), procedeu à reexpressão das suas demonstrações financeiras para a unidade de mensuração corrente.

Em 31 de dezembro de 2022 e no exercício findo naquela data, o impacto nas demonstrações financeiras consolidadas anexas da consideração da economia do Zimbabue como uma economia hiperinflacionária, pode ser resumido como se segue:

2022 reexpresso	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
Vendas e prestações de serviços	3 804 258	-	3 804 258
Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção	(925 164)	-	(925 164)
Fornecimentos e serviços externos	(1 705 829)	-	(1 705 829)
Gastos com pessoal	(677 951)	-	(677 951)
Outros rendimentos / (gastos) operacionais	45 389	-	45 389
Amortizações e depreciações	(278 656)	-	(278 656)
Perdas de imparidade	(2 632)	-	(2 632)
Provisões	(16 202)	-	(16 202)
Rendimentos e ganhos financeiros	446 170	-	446 170
Gastos e perdas financeiras	(600 357)	-	(600 357)
Ganhos / (perdas) em empresas associadas e em empreendimentos conjuntos	(5 478)	-	(5 478)
Ganhos / (perdas) na aquisição e alienação de empresas subsidiárias, empreendimentos conjuntos e associadas	44 963	-	44 963
Posição monetária líquida	-	10 550	10 550
Resultado antes de imposto	128 512	10 550	139 062
Imposto sobre o rendimento	(39 655)	-	(39 655)
Resultado líquido consolidado do exercício	88 858	10 550	99 407
Atribuível:			
a interesses que não controlam	46 985	-	46 985
ao Grupo	41 872	10 550	52 422

2022 reexpresso	Antes da aplicação da IAS 29	Impacto IAS 29	Após a aplicação da IAS 29
Ativo			
Total do ativo não corrente	2 755 351	6	2 755 357
Total do ativo corrente	3 665 471	-	3 665 471
Total do Ativo	6 420 821	6	6 420 827
Passivo			
Total do passivo não corrente	2 050 566	2	2 050 567
Total do passivo corrente	3 816 649	-	3 816 649
Total do Passivo	5 867 215	2	5 867 216
Capital próprio			
Capital social	306 776	-	306 776
Ações próprias	(10 232)	-	(10 232)
Reservas, Resultados transitados e Prémios de emissão	(105 025)	(11 118)	(116 143)
Resultado líquido consolidado do exercício	41 300	11 123	52 422
Capital próprio atribuível ao Grupo	232 819	5	232 824
Interesses que não controlam	320 787	-	320 787
Total do Capital próprio	553 606	5	553 611
Total do Capital próprio e Passivo	6 420 821	6	6 420 827

47. Eventos subsequentes

Em 2024, até à data de emissão do presente relatório, destacam-se os seguintes factos relevantes cujo detalhe se encontra adequadamente divulgado como informação privilegiada nos sítios da internet da Mota-Engil e da CMVM.

"MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS EM ANGOLA E NO MÉXICO NO VALOR DE CERCA DE 975 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. (Mota-Engil África) celebrou três novos contratos em Angola, no valor de cerca de 875 milhões de euros, os quais se detalham de seguida:

- Contrato com o Ministério das Obras Públicas, Urbanismo e Habitação (MINOPUH), relativamente à empreitada para a "Conceção, projeto e construção, e conclusão das infraestruturas da marginal da Corimba" em Luanda, o qual consiste na construção da marginal da Corimba e trabalhos associados, nomeadamente a construção de 2.000 casas sociais, construção de 4 nós rodoviários, e reabilitação de algumas vias urbanas de acesso à marginal, bem como, a construção do Corredor de Cambanda. Este contrato terá uma duração de 36 meses e um valor inicial de cerca de 670 milhões de dólares.

- Contrato também com o MINOPUH, relativamente à empreitada para a "Reabilitação das infraestruturas gerais da urbanização Nova Vida, no município do Kilamba Kiaxi" em Luanda, o qual inclui a construção e reabilitação das infraestruturas gerais da urbanização Nova Vida, incluindo, entre outros, terraplenagens e pavimentação, redes de abastecimento de água e de drenagem de águas pluviais e residuais e remodelação e ampliação de uma ETAR. Este contrato terá uma duração de 24 meses e um valor inicial de cerca de 228 milhões de dólares.

- Contrato com a Administração Geral Tributária, relativamente à “Construção, reestruturação e melhoria do posto fronteiriço do Luvo”, o qual consiste na construção, reestruturação e modernização do Posto Fronteiriço do Luvo, na Província do Zaire na fronteira de Angola com a República Democrática do Congo. Este contrato terá uma duração de 20 meses e um valor de cerca de 57 milhões de dólares.

Paralelamente, no México, a Mota-Engil México celebrou igualmente um novo contrato no valor de cerca de 100 milhões de euros (1.997 milhões de pesos mexicanos) associado à construção de um viaduto de ligação entre Chalco e Santa Martha para uso exclusivo por parte do Metrobus. A construção daquele viaduto terá um prazo estimado de 8,5 meses e permitirá a ligação do Estado do México à capital do país, melhorando a fluidez do trânsito naquela zona e reduzindo o tempo de transporte dos utentes. "

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATOS DE CONSTRUÇÃO EM PORTUGAL E NO PERU NO VALOR DE CERCA DE 540 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Peru S.A. celebrou um novo contrato, no valor de cerca de 160 milhões de euros, no âmbito do projeto de Toromocho.

O contrato acima referido, adjudicado pela Minera Chinalco, S.A., corresponde à empreitada para o “Recrecimiento de la Etapa 6 Presa de Relaves”, mais uma fase dos trabalhos de desenvolvimento do Projeto de Toromocho (localizado a cerca de 150 km de Lima, no interior do Peru) no qual a Mota-Engil Peru S.A. tem vindo a executar diversos serviços. O contrato, com um valor inicial de cerca de 172 milhões de dólares, terá uma duração máxima de 1.027 dias.

Adicionalmente, após a verificação de todas as condições precedentes, nomeadamente as referentes ao financiamento deste importante projeto para o país e para a região de Lisboa, a Mota-Engil confirma a assinatura do contrato de gestão do complexo hospitalar do Hospital de Lisboa Oriental em regime de parceria público-privada (HLO) pelo consórcio participado por várias empresas do Grupo ficando a produção de efeitos apenas pendente do visto do Tribunal de Contas. A gestão atrás referida compreende as atividades de conceção, projeto, construção, financiamento, conservação, manutenção e exploração do complexo hospitalar. Por outro lado, o valor de investimento nos próximos 3 anos ascenderá a cerca de 380 milhões de euros, enquanto a manutenção da infraestrutura ocorrerá durante um período de 27 anos e ascenderá ao montante global de cerca de 143 milhões de euros a preços constantes. “

“MOTA-ENGIL INFORMA SOBRE ADJUDICAÇÃO DE CONTRATO NO PERU NO VALOR DE CERCA DE 115 MILHÕES DE EUROS

A Mota-Engil S.G.P.S., S.A. (Mota-Engil) informa que a sua participada Mota-Engil Peru, S.A. celebrou um novo contrato, no valor de cerca de 115 milhões de euros, no âmbito do projeto de Las Bambas.

O contrato acima referido, adjudicado pela Minera Las Bambas, S.A., corresponde à empreitada para a “Construcción de la Etapa 6 de la Presa de Relaves”, mais uma fase dos trabalhos de desenvolvimento do projeto de Las Bambas (localizado a cerca de 560 km de Lima, a 4.000 metros de altitude, no interior sul do Peru) no qual a Mota-Engil Peru, S.A. tem vindo a operar desde 2011. O contrato, com um valor inicial de cerca de 122 milhões de dólares, terá uma duração máxima de 50 meses.”

Por último, destaca-se igualmente em janeiro de 2024 a aquisição dos 38,5% remanescentes detidos pelo Grupo Urbaser no capital social da Suma, por um montante de cerca de 59 milhões de euros.

48. Honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, o montante de honorários pagos ao auditor / revisor oficial de contas foi como segue:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade	Por entidades que integram o grupo	Por entidades não controladas pelo grupo	Total
	Valor (euros)	Valor (euros)	Valor (euros)	Valor (euros)
Auditoria e revisão legal de contas	181 629	1 870 541	277 073	2 329 243
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	217 848	20 973	238 821
Outros serviços que não revisão legal de contas	-	2 200	-	2 200
Total	181 629	2 090 589	298 046	2 570 264

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor e Revisor Oficial de Contas da Sociedade durante o exercício de 2023 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de acesso à base de dados Consult@able, a qual consiste num repositório de informação contabilística, financeira e fiscal de acesso disponível publicamente mediante subscrição;
- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre a informação financeira constante nos pedidos de revisão extraordinária de preços submetidos por uma empresa do Grupo a alguns municípios portugueses;
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre a validação de rácios financeiros associados a contratos de financiamento obtidos e / ou a concursos nos quais as empresas do Grupo participaram;
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre as contas reguladas de algumas Empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Participação de dois colaboradores numa formação *on-line* promovida pelo auditor destinada ao público em geral;
- Prestação de serviços jurídicos associados ao modelo de energias renováveis a implementar por parte de uma empresa participada;
- Revisão das declarações fiscais de algumas empresas mexicanas no âmbito da legislação fiscal vigente;
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410.

49. Aprovação das demonstrações financeiras

Estas demonstrações financeiras consolidadas foram aprovadas pelo Conselho de Administração do Grupo em 22 de março de 2024. Contudo, as mesmas ainda estão pendentes de aprovação pela Assembleia Geral de Acionistas sendo convicção do Conselho de Administração do Grupo que serão aprovadas sem alterações.

Apêndice A. Empresas consolidadas

Empresas / Entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da consolidação integral

Em 31 de dezembro de 2023, as empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da consolidação integral, respetivas sedes, percentagem de consolidação, atividade, data de constituição e data de aquisição das mesmas foram as seguintes

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Empresa - Mãe do Grupo e outras					
Mota-Engil, SGPS, S.A. ("Mota-Engil SGPS")	Portugal (Porto)	-	Gestão de participações financeiras	ago/90	-
ME 3I, SGPS, S.A. ("ME 3I SGPS")	Portugal (Linda-a-Velha)	61,20	Gestão de participações financeiras	out/11	-
Através da Mota-Engil Indústria e Inovação		61,20			
Mota-Engil Global - Serviços Partilhados Administrativos e Técnicos, S.A. ("Mota-Engil Global")	Portugal (Porto)	100,00	Serviços administrativos	dez/02	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Indústria e Inovação")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/10	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Mediação de Seguros, S.A. ("Mota-Engil Mediação")	Portugal (Porto)	100,00	Mediação de seguros	jul/20	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Capital					
Botelho, Silva & Abreu, Lda. ("Botelho & Abreu")	Portugal (Porto)	100,00	Restauração	ago/43	jun/19
Através da Largo do Paço		100,00			
Estradas do Zambeze ("Estradas do Zambeze")	Moçambique (Maputo)	95,00	Concessão rodoviária	nov/09	abr/20
Através da MEEC África		95,00			
Hygeia – Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A. ("Hygeia")	Portugal (Lisboa)	99,00	Gestão de participações financeiras	dez/18	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		98,99			
Através da Mota-Engil Ativ, da Mota-Engil Capital e da Mota-Engil Europa		0,01			
Immo Park Gdańsk, Sp. z.o.o. ("Immo Park Gdańsk")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/13	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Immo Park Warszawa, Sp. z.o.o. ("Immo Park Warszawa")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/12	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda. ("Largo do Paço")	Portugal (Amarante)	100,00	Promoção imobiliária	-	out/01
Através da Mota-Engil Capital		100,00			
Mota-Engil Ativ - Gestão e Manutenção de Ativos, S.A. ("Mota-Engil Ativ")	Portugal (Linda-a-Velha)	100,00	Manutenção e exploração de instalações	jul/94	jun/98
Através da Mota-Engil Capital		100,00			
Mota-Engil Ativ Polska Sp. z.o.o. ("Mota-Engil Ativ Polska" - anteriormente denominada por "Listopada Project Development")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Gestão de instalações	nov/15	-
Através da Mota-Engil Ativ		100,00			
Mota-Engil BCircle, Lda. ("Mota-Engil Bcircle")	Portugal (Vila Franca de Xira)	70,00	Soluções técnicas de economia circular, valorização de resíduos orgânicos, produção de energia, investigação, inovação e desenvolvimento tecnológico	set/23	-
Através da Mota-Engil Ativ		70,00			
Mota-Engil Capital, S.A. ("Mota-Engil Capital" - anteriormente denominada por "Mota-Engil Capital II")	Portugal (Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	dez/22	-
Através da Mota-Engil SGPS		100,00			
Mota-Engil Central Europe PPP 2 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 2")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	dez/13	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Mota-Engil Central Europe PPP 3 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 3")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	abr/14	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Mota-Engil Central Europe PPP 4 Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP 4")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	out/20	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Mota-Engil Central Europe PPP Road Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP Road")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	-	nov/13
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Mota-Engil Central Europe PPP Sp. z.o.o. ("ME Central Europe PPP")	Polónia (Cracóvia)	100,00	Conceção, construção, gestão e exploração de lugares de estacionamento	mar/12	-
Através da Mota-Engil Central Europe Polónia		100,00			
Mota-Engil Concessões, S.A. ("Mota-Engil Concessões")	Portugal (Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	nov/21	-
Através da Mota-Engil Capital		100,00			

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota-Engil Renewing, S.A. ("ME Renewing") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Energia, mobilidade sustentável, reciclagem e reutilização e aproveitamento de recursos	ago/18	-
Mota-Engil Renewing Polska Sp. z.o.o. ("Mota-Engil Renewing Polska" - anteriormente denominada por "MEREPI") Através da ME Renewing	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Energia, mobilidade sustentável, reciclagem e reutilização e aproveitamento de recursos	fev/20	-
Operadora Estradas do Zambeze ("Operadora Estradas do Zambeze") Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	95,00 95,00	Operação e manutenção de estradas	nov/09	abr/20
Project Development 4 Sp. z.o.o. ("Project Development 4") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/20	-
SCP Financial Investments, S.A. ("SCP Financial Investments") Através da Mota-Engil Concessões	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	nov/23	-
VBT - Projectos e Obras de Arquitectura Paisagística, Lda ("VBT") Através da Mota-Engil Ativ Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	Angola (Luanda)	60,00 50,00 10,00	Atividades de plantação e manutenção de jardins	set/08	-
Mext					
Arkona Property Development Sp z.o.o. ("Arkona") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Bukowinska Project Development ("Bukowinska Project Development") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/15	-
Colhub - Coliving Beato, Lda. ("Colhub") Através da Mota-Engil Capital Através da Mota-Engil Renewing	Portugal (Porto)	100,00 95,00 5,00	Instalação de um espaço "coliving" e prestação de serviços acessórios ou conexos	jun/22	-
Corgimobil - Empresa Imobiliária das Corgas, Lda. ("Corgimobil") Através da Emerge	Portugal (Cascais)	97,25 97,25	Construções, estudos e realizações imobiliárias	-	nov/00
Dmowskiego Project Development, Sp. z.o.o. ("Dmowskiego") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Dzieci Warszawy Project Development Sp. z.o.o. ("Dzieci") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Emerge - Mota-Engil Real Estate Developers, S.A. ("Emerge" anteriormente denominada por "Mota-Engil Real Estate Portugal") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	set/01	-
Grodowska Project Development Sp. z.o.o. ("Grodowska") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Conceção e construção de habitação social	mar/14	-
Kilniskiego Project Development Sp. z.o.o. ("Kilniskiego") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	ago/07	-
Kilniskiego Property Investment Sp. z.o.o. ("Kilniskiego PI") Através da Kilniskiego Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 99,99 0,01	Promoção imobiliária	set/11	-
Kordylewskiego Project Development W Likwidacji Sp. z.o.o. ("Kordylewskiego") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	fev/05	-
La Scala Property Development Sp z.o.o. ("Scala") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Logz - Atlantic Hub, S.A. ("Logz") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Lisboa)	100,00 100,00	Gestão e prestação de serviços logísticos e de infra-estruturas	jul/08	fev/20
Luso Global Mining B.V. ("Luso Global Mining BV") Através da Luso Global Mining	Países Baixos (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	out/10	-
Luso Global Mining, S.A. ("Luso Global Mining") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Prospecção e exploração de minérios	ago/20	-
Luso Global Mining Angola - Prestação de Serviços e Indústria Extractiva, Lda. ("Luso Global Mining Angola") Através da Luso Global Mining	Angola (Luanda)	99,90 99,90	Prospecção e exploração de minérios	nov/21	-
Luso Global Mining Cameroon, S.A. ("Luso Global Mining Cameroon") Através da Luso Global Mining	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Prospecção e exploração de minérios	dez/20	-
Mamaland - Produção Agroflorestal, Lda. ("Mamaland") Através da MEEC África Através da Mota Internacional	Angola (Cabinda)	100,00 50,00 50,00	Atividade agroflorestal	set/21	-
Mamaland Company, S.A. ("Mamaland Company" - anteriormente denominada por "Empresa Agrícola Florestal") Através da AMGP Através da Mota-Engil Next	Portugal (Porto)	100,00 55,28 44,72	Exploração agrícola florestal	fev/18	set/20
ME Investiții AV s.r.l. ("Mota-Engil Investiții") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Roménia (Bucareste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	-	set/07
Mota-Engil Energia, S.A. ("Mota-Engil Energia") Através da Mota-Engil Next	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção, desenvolvimento e gestão de instalações e atividades de produção, armazenamento e venda de energia	jun/23	-
Mota-Engil Next Investments, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Next Investments" - anteriormente denominada por "Mota-Engil Next") Através da Mota-Engil Next	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	nov/22	-
Mota-Engil Next, S.A. ("Mota-Engil Next" - anteriormente denominada por "Mota-Engil Capital") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	fev/18	-
Mota-Engil Real Estate Ajuda, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Ajuda") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/22	-
Mota-Engil Real Estate Alverca, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Alverca") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	abr/22	-
Mota-Engil Real Estate Aurora, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Aurora") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	abr/22	-
Mota-Engil Real Estate Freixieiro, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Freixieiro") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	abr/22	-
Mota-Engil Real Estate Grijó, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Grijó") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	abr/22	-
Mota-Engil Real Estate Hungary Ingatlanforgalmazó, Kereskedelmi és Szolgáltató Kft. ("Mota-Engil Real Estate Hungria") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Hungria (Budapeste)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jul/05	-

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota-Engil Real Estate Management, sp. z.o.o. ("Mota-Engil Real Estate Management") Através da Mota-Engil Central Europe Polónia	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/05	-
Mota-Engil Real Estate Moagem, Sociedade Unipessoal, Lda. ("Mota-Engil Real Estate Moagem") Através da Emerge	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	abr/22	-
Mota-Engil Real Estate, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Real Estate SGPS") Através da Mota-Engil Capital	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/02	-
Mota-Engil Vermelo Sp. z.o.o. ("ME Vermelo") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	mar/12	-
Ogród Saski Project Development Sp. z.o.o. ("Ogród" - anteriormente denominada por "Balice") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Oriental Hub, S.A. ("Oriental Hub") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Conceção, construção, reabilitação e exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto	nov/18	-
Project Development 2 Sp. z.o.o. ("Project Development 2") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Project Development 5 Sp. z.o.o. ("Project Development 5") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	51,00 51,00	Promoção imobiliária	fev/20	-
Senatorska Project Development Sp. z.o.o. ("Senatorska") Através da Mota-Engil Real Estate Management	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/15	-
Sikorki Project Development Sp. z.o.o. ("Sikorki") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	out/12	-
Soltysowska Project Development Sp. z.o.o. ("Soltysowska") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	nov/05	-
Turalgo-Sociedade de Promoção Imobiliária e Turística do Algarve, S.A. ("Turalgo") Através da Emerge	Portugal (Oeiras)	51,00 51,00	Promoção imobiliária	mai/92	-
Wilanow Project Development SP. z.o.o. ("Wilanow") Através da Mota-Engil Real Estate, SGPS	Polónia (Cracóvia)	100,00 100,00	Promoção imobiliária	jun/07	-
Wouri Resources, S.A. ("Wouri Resources") Através da Luso Global Mining	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Prospecção e exploração de minérios	dez/22	-
Ambiente					
AGIR - Ambiente e Gestão Integrada de Resíduos, Lda. ("Agir") Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços Através da Suma	Cabo Verde (Praia)	80,75 50,00 30,75	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/07	-
Akwangola, S.A. ("Akwangola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	67,00 67,00	Exploração do mercado de água	dez/10	dez/13
Algar - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Algar") Através da EGF	Portugal (Loulé)	33,15 33,15	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Amarsul-Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Amarsul") Através da EGF	Portugal (Setúbal)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Clean Eburnie SARL ("Clean Eburnie") Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	60,00 60,00	Estudo técnico, concepção, financiamento, construção e exploração de centros técnicos de aterros	dez/17	-
Eco Eburnie, S.A. ("Eco Eburnie") Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	100,00 100,00	Recolha de resíduos sólidos urbanos, limpeza e manutenção de vias públicas	out/17	-
Eco Vision LLC ("Eco Vision") Através da Suma	Omã (Muscat)	31,37 31,37	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	jul/15	-
Ecolife, S.A. ("Ecolife") Através da Mota-Internacional Através da Suma	Moçambique (Maputo)	58,45 40,00 18,45	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/13	-
Ekosrodowisko z.o.o. In Liquidation ("Ekosrodowisko") Através da MES	Polónia (Bytom)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	fev/05	dez/05
Empresa Geral de Fomento, S.A. ("EGF") Através da Suma Tratamento	Portugal (Lisboa)	59,19 59,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Ersuc - Resíduos Sólidos do Centro, S.A. ("Ersuc") Através da EGF Através da Suma	Portugal (Coimbra)	34,14 30,46 3,68	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Geres Participações, S.A. ("Geres Participações") Através da Suma	Brasil (Belo Horizonte)	61,50 61,50	Gestão de participações financeiras	dez/14	out/21
MES, Mota-Engil Srodowisko, Sp. z.o.o. ("MES") Através da Suma	Polónia (Cracóvia)	61,50 61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/05	-
Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Ambiente e Serviços") Através da Mota-Engil Europa	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	jun/97	-
Novaflex - Técnicas do Ambiente, S.A. ("Novaflex") Através da Suma	Portugal (Lisboa)	61,50 61,50	Recolha de outros resíduos não perigosos	-	dez/07
Real Verde - Técnicas de Ambiente, S.A. ("Real Verde") Através da Novaflex	Portugal (Vila Real)	61,50 61,50	Tratamento e eliminação de outros resíduos não perigosos	dez/07	-
Resiestrela - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resiestrela") Através da EGF	Portugal (Castelo Branco)	37,26 37,26	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Resiges - Gestão de Resíduos Hospitalares, Lda. ("Resiges") Através da Novaflex	Portugal (Setúbal)	61,50 61,50	Recolha de resíduos perigosos	mai/98	dez/07
Resinorte - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resinorte") Através da EGF	Portugal (Braga)	44,46 44,46	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Resulima - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Resulima") Através da EGF	Portugal (Viana do Castelo)	30,19 30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
SIGA - Sistema Integrado de Gestão Ambiental, S.A. ("Siga") Através da Suma	Portugal (Ponta Delagada)	43,05 43,05	Tratamento e eliminação de resíduos não perigosos	out/08	-
SIGAMB - Sistemas de Gestão Ambiental, Lda. ("SIGAMB") Através da Novaflex	Angola (Luanda)	61,44 61,44	Estudos técnicos, consultoria e formação na área ambiental	fev/14	-

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Suldouro - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Suldouro")	Portugal	35,52			
Através da EGF	(Vila Nova de Gaia)	35,52	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Suma (Douro) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Douro")	Portugal	61,50			
Através da Suma	(Murça)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jul/00	-
Suma (Esposende) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda. ("Suma Esposende")	Portugal	61,50			
Através da Suma	(Esposende)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/99	-
Suma (Macau), Lda. ("Suma Macau")	China	60,89			
Através da Suma	(Macau)	60,89	Recolha de resíduos sólidos urbanos	-	dez/13
Sumalab, S.A. ("Sumalab")	Portugal	61,50			
Através da Suma	(Matosinhos)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	dez/00	-
Suma (Porto) - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Porto")	Portugal	61,50			
Através da Suma	(Porto)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/08	-
Suma Tratamento, S.A. ("Suma Tratamento")		59,20			
Através da Suma		49,19			
Através da Suma Esposende	Portugal	0,01	Gestão de participações financeiras	out/14	-
Através da Novaflex	(Lisboa)	0,01			
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços		10,00			
Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma")	Portugal	61,50			
Através da Mota-Engil Ambiente e Serviços	(Lisboa)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	jun/94	-
Suma Brasil - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A. ("Suma Brasil")	Brasil	61,50			
Através da Geres Participações	(Belo Horizonte)	61,50	Tratamento de resíduos	-	dez/14
Triaza - Tratamento de Resíduos Industriais da Azambuja, S.A. ("Triaza")	Portugal	61,50			
Através da Suma	(Azambuja)	61,50	Recolha de resíduos sólidos urbanos	nov/15	-
Valnor - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valnor")	Portugal	31,57			
Através da EGF	(Portalegre)	31,57	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorlis - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorlis")	Portugal	30,19			
Através da EGF	(Leiria)	30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorminho - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos, S.A. ("Valorminho")	Portugal	30,19			
Através da EGF	(Valença)	30,19	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A. ("Valorsul")	Portugal	31,33			
Através da EGF	(Loures)	31,33	Promoção do tratamento e valorização de resíduos sólidos	-	jun/15
Vista Waste Management, Lda. ("Vista Waste")		61,50			
Através da Vista SA	Angola	25,22	Recolha de resíduos	dez/09	dez/13
Através da Suma	(Luanda)	36,29			
Europa					
Carlos Augusto Pinto dos Santos & Filhos S.A. ("Capsfil")	Portugal	100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Vila Flor)	100,00	Extração de saibro, areia e pedra britada	mar/77	out/09
Diace - Construtoras das Estradas do Douro Interior A.C.E. ("Diace ACE MEEC")	Portugal	53,10			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	53,10	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	nov/08	dez/15
Glacé - Construtoras das Auto-estradas da Grande Lisboa A.C.E. ("Glacé ACE MEEC")	Portugal	52,87			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	52,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	dez/06	dez/15
Lusitânia - Construtoras das Auto-estradas das Beiras Litoral e Alta A.C.E. ("Lusitânia ACE MEEC")	Portugal	83,95			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/01	dez/15
Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS ("Mota-Engil Central Europe República Checa")	Rep. Checa	100,00			
Através da Mota-Engil Europa	(Praga)	100,00	Construção civil e obras públicas	jan/97	-
Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A. ("Mota-Engil Central Europe Management")	Portugal	100,00			
Através da Mota-Engil Europa	(Porto)	100,00	Gestão de participações financeiras	ago/17	-
Mota-Engil Central Europe, S.A. ("ME Central Europe Polónia")	Polónia	100,00			
Através da Mota-Engil Central Europe Management	(Cracóvia)	100,00	Execução de obras	fev/53	mar/99
Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A. ("Mota-Engil Engenharia e Construção")	Portugal	100,00			
Através da Mota-Engil Europa	(Amarante)	100,00	Execução de obras e compra e venda de imóveis	dez/00	-
Mota-Engil Europa, S.A. ("Mota-Engil Europa")	Portugal	100,00			
Através da Mota-Engil SGPS	(Linda-a-Velha)	100,00	Gestão de participações financeiras	jun/10	-
Mota-Engil Magyarország Berüházási És Építőipari Zrt. ("Mota-Engil Magyarországi")	Hungria	100,00			
Através da Mota-Engil Europa	(Budapeste)	100,00	Execução de obras públicas	jan/96	-
Mota-Engil Railway Engineering, S.A. ("ME Railway Engineering")		100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Portugal	96,15	Estudos, projetos, execução de obras e representação de materiais e equipamentos relacionados com obras de caminho de ferro	jun/18	-
Através da MEEC África	(Porto)	1,92			
Através da Mota-Engil Latin America BV		1,92			
Norace - Construtoras das Auto-estradas do Norte A.C.E. ("Norace ACE MEEC")	Portugal	82,87			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	82,87	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	jun/99	dez/15
Pinhal - Construtoras das Auto-estradas do Pinhal Interior A.C.E. ("Pinhal ACE MEEC")	Portugal	53,52			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	53,52	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/10	dez/15
Portuscale - Construtoras das Auto-estradas do Grande Porto A.C.E. ("Portuscale ACE MEEC")	Portugal	83,95			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	jul/02	dez/15
Vianor - Construtoras das Auto-estradas da Costa de Prata A.C.E. ("Vianor ACE MEEC")	Portugal	83,95			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	(Porto)	83,95	Realização de trabalhos de construção e serviços e fornecimento de conceção	abr/00	dez/15
África					
AMGP Agricultura, S.A. ("AMGP")	Portugal	100,00			
Através da MEEC África	(Porto)	100,00	Gestão de projectos de exploração agrícola	fev/19	set/20

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Cecot - Centro de Estudos e Consultas Técnicas, Lda. ("Cecot") Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Projetos e fiscalização em construção civil	set/98	abr/11
Cosamo (Proprietary) Limited ("Cosamo") Através da Mota Internacional	África do Sul (Joanesburgo)	100,00 100,00	Comercial	dez/76	-
Fatra - Fábrica de Trefilaria de Angola, S.A. ("Fatra") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	70,00 70,00	Fabricação de produtos derivados de ferro	mai/08	nov/10
Fibreglass Sundlete (Moçambique), Lda. ("Fibreglass") Através da ME Maurícias	Moçambique (Maputo)	100,00 100,00	Comercial	ago/62	mar/99
Indimo, Lda. ("Indimo") Através da Cecot Através da MEEC África	Moçambique (Maputo)	100,00 50,00 50,00	Promoção imobiliária	mar/03	out/04
KARP Joint Venture LLP ("KARP Joint Venture") Através da MEEC África	Quênia (Nairobi)	62,00 62,00	Gestão de participações financeiras	fev/21	-
Liwonde Logistics Platform Limited ("Liwonde") Através da ME Investments Malawi Através da MEEC África – Sucursal do Malawi	Malawi (Lilongwe)	99,49 50,00 49,49	Gestão e administração de sociedades	jun/15	-
Malawi Ports Company Limited ("Malawi Ports Company") Através da MEEC África Através da ME Malawi	Malawi (Lilongwe)	100,00 88,00 12,00	Transportes marítimos	nov/10	-
Malawi Shipping Company Limited ("Malawi Shipping Company") Através da ME Malawi	Malawi (Lilongwe)	100,00 100,00	Transportes marítimos	nov/10	-
Martinox, S.A. ("Martinox") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Benguela)	67,00 67,00	Construção de aço inox	fev/08	dez/11
MEIM Morila SARL ("MEIM Morila") Através da MEEC África Através da Mota-Engil Mali	Mali (Citê du Niger)	94,00 64,00 30,00	Execução de todo o tipo de serviços de perfuração de mineração	ago/21	-
Mota & Companhia Maurícias, Lda. ("ME Maurícias") Através da MEEC África	Maurícias (Ebene)	100,00 100,00	Construção civil	mai/10	-
Mota-Engil África, N.V. ("ME África NV") Através da Mota-Engil SGPS	Países Baixos (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	out/12	-
Mota-Engil África, SGPS, S.A. ("Mota-Engil África") Através da MEEC África	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	mai/10	-
Mota-Engil África Global Technical Services B.V. ("ME África GTS BV") Através da MEEC África	Países Baixos (Amesterdão)	100,00 100,00	Gestão e administração de sociedades	mai/14	-
Mota-Engil Angola, S.A. ("Mota-Engil Angola") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	67,00 67,00	Construção civil e obras públicas e privadas	mai/10	-
Mota-Engil BLV de La Paix, SARLU ("Mota-Engil BLV") Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	100,00 100,00	Desenvolvimento e reabilitação da Boulevard de la Paix	jul/23	-
Mota-Engil Cameroon SARL ("Mota-Engil Cameroon") Através da MEEC África	Camarões (Douala)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	jan/18	-
Mota-Engil Côte D'Ivoire, SARL ("Mota-Engil Costa de Marfim") Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/18	-
Mota-Engil Côte D'Ivoire Mining, SARL ("Mota-Engil Costa de Marfim Mining") Através da MEEC África	Costa do Marfim (Abidjan)	100,00 100,00	Prospecção e exploração de minérios	nov/20	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África PTY LTD ("Mota-Engil Engenharia e Construção África PTY") Através da MEEC África	África do Sul (Joanesburgo)	100,00 100,00	Execução de obras	fev/17	-
Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A. ("MEEC África") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Execução de obras	ago/12	-
Mota-Engil Guinée SARLU ("Mota-Engil Guiné") Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	ago/22	-
Mota-Engil Guinée Conakry, SARL ("Mota-Engil Guiné Conakry") Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	ago/17	-
Mota-Engil Guinée Mandiana, SARL ("Mota-Engil Guiné Mandiana") Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	100,00 100,00	Extração mineira e florestal	fev/20	-
Mota-Engil Guinée Simandou, SARLU ("Mota-Engil Guinée Simandou") Através da MEEC África	Guiné Conacri (Conacri)	100,00 100,00	Prestação de serviços de terraplenagens, construção e engenharia civil e mineração	abr/23	-
Mota-Engil Investments (Malawi) Limited ("ME Investments Malawi") Através da Mota-Engil África	Malawi (Lilongwe)	100,00 100,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	mar/11	-
Mota-Engil Lobito SGPS, S.A. ("Mota-Engil Lobito SGPS") Através da Mota-Engil África Através da MEEC África	Portugal (Porto)	100,00 27,00 73,00	Gestão de participações financeiras	out/22	-
Mota-Engil (Malawi) Limited ("ME Malawi") Através da MEEC África	Malawi (Lilongwe)	100,00 100,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	jul/11	-
Mota-Engil Mali SARL ("Mota-Engil Mali") Através da MEEC África	Mali (Citê du Niger)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas e privadas	jul/21	-
Mota-Engil Moçambique, Lda. ("ME Moçambique") Através da MEEC África Através da Indimo	Moçambique (Maputo)	100,00 50,00 50,00	Promoção imobiliária	jul/94	-
Mota-Engil Nigeria Limited ("Mota-Engil Nigeria") Através da MEEC África	Nigéria (Lagos)	51,00 51,00	Construção civil e obras públicas e privadas	jul/18	-
Mota-Engil S. Tomé e Príncipe, Lda. ("Mota-Engil S. Tomé") Através da Mota Internacional Através da MEEC África	S. Tomé e Príncipe (S. Tomé)	100,00 95,00 5,00	Empreiteiro de obras públicas e/ou construção civil	dez/04	-
Mota-Engil Sénégal Mining, SUARL ("Mota-Engil Senegal") Através da MEEC África	Dakar (Senegal)	100,00 100,00	Serviços de perfuração de mineração	dez/20	-
Mota-Engil Trading (Beijing) Co. Ltd. ("Mota-Engil Trading Beijing") Através da MEEC África	China (Beijing)	100,00 100,00	Comercial	dez/20	-

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota-Engil (Uganda) Limited ("Mota-Engil Uganda") Através da MEEC África	Uganda (Kampala)	60,00 60,00	Exploração, extração, perfuração, bombeamento, fornecimento e transporte de óleo, gás, petróleo e outros produtos relacionados	out/20	-
Mota Internacional - Comércio e Consultadoria Económica, Lda. ("Mota Internacional") Através da Mota-Engil África	Portugal (Funchal)	100,00 100,00	Comércio e gestão de participações internacionais	set/97	dez/98
Novicer - Cerâmicas de Angola, (SU) Limitada. ("Novicer") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	67,00 67,00	Fabrico e comércio de materiais de barro	set/07	-
Penta - Engenharia e Construção, Lda. ("Penta") Através da MEEC África Através da Mota Internacional	Cabo Verde (Praia)	100,00 96,00 4,00	Construção civil e obras públicas e privadas	abr/07	-
Prefal – Préfabricados de Luanda, Lda. ("Prefal") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	60,30 60,30	Fabrico de materiais pré-esforçados	dez/93	-
Rentaco Angola - Equipamentos e Transportes, (SU) Limitada. ("Rentaco Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	67,00 67,00	Aluguer de equipamentos de construção	jan/08	-
Shorengil Properties Limited ("Shorengil") Através da Mota-Engil Nigeria Através da MEEC África	Nigéria (Lagos)	51,00 49,98 1,02	Construção civil e promoção imobiliária	out/21	fev/22
Sonauta - Sociedade de Navegação, Lda. ("Sonauta") Através da Mota Internacional	Angola (Luanda)	100,00 100,00	Transportes marítimos c/exclusão dos costeiros	nov/94	-
Tracevia Angola - Sinalização, Segurança e Gestão de Tráfego, Lda. ("Tracevia Angola") Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	67,00 67,00	Sinalização rodoviária	-	set/07
Vista Energy Environment & Services, S.A. ("Vista SA") Através da Suma	Angola (Luanda)	61,50 61,50	Gestão de participações financeiras	jul/08	dez/13
Vista Multi Services, Lda. ("Vista Multi Services") Através da Vista SA Através da Mota-Engil Angola	Angola (Luanda)	67,00 53,60 13,40	Serviços urbanos	mai/09	dez/13
América Latina					
Administradora Desarrollo MEM ("Administradora Desarrollo MEM") Através da Mota-Engil O&M México SAPI Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	51,00 50,75 0,25 0,00	Administração de empresas	fev/18	-
Alana Capital SAPI de C.V. ("Alana") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	30,60 30,60	Desempenho profissional regular de operações de crédito, locação financeira e factoring financeiro	-	ago/23
Ambiente y Servicios Peru S.A. ("Ambiente y Servicios Peru") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 0,00 100,00	Exploração de terminais	-	-
AZPAU Entretenimiento, SAPI de C.V. ("AZPAU") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,80 50,80	Construção e manutenção de parque de diversões	jun/21	-
CMRO Nayarit SAPI de C.V. ("CMRO Nayarit") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil O&M México SAPI	México (Cidade do México)	51,00 50,49 0,51	Concessionária de auto-estradas	jun/22	-
Colombia ME S.A.S. ("Colombia ME") Através da ME Latin America BV Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Colômbia (Bogotá)	100,00 99,00 1,00	Construção civil e obras públicas	out/21	-
Concesionaria Tultepec AIFA Pirâmides, S.A. de C.V. ("Concesionaria Tultepec") Através da Mota-Engil América Latina SAPI Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	51,49 1,00 50,49	Concessionária de auto-estradas	dez/20	-
Concesionaria Urbana Arco Oriente S.A. de C.V. ("Concesionaria Urbana Arco Oriente") Através da Mota-Engil México Através da Ascendi México	México (Cidade do México)	50,33 17,00 33,33	Concessionária de auto-estradas	out/18	-
Concesiones e Infraestructuras Andina S.A. ("Concesiones e Infraestructuras Andina") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção África Através da Mota-Engil Latam PT	Peru (Lima)	100,00 1,00 99,00	Construção civil	fev/21	-
Consórcio EE Canoas ("Consórcio EE Canoas") Através da Empresa Construtora do Brasil Através da Mota-Engil Latam Colombia SAS	Colômbia (Bogotá)	87,50 21,88 65,63	Construção civil e obras públicas	set/18	-
Consórcio Fanning ("Consórcio Fanning") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio GDL Viaduto, SAPI de C.V. ("Consórcio GDL Viaduto") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	21,88 21,88	Construção civil e obras públicas	jun/14	-
Consorcio Hospitalario Chavin ("Consorcio Hospitalario Chavin") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	90,00 90,00	Atividades de arquitetura e engenharia e atividades conexas de consultoria técnica	nov/20	-
Consórcio La Ponciana ("Consórcio La Ponciana") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Lamat Tramo 1 SAPI ("Consórcio Lamat") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	29,58 29,58	Construção civil e obras públicas	abr/20	-
Consórcio Los Castños ("Consórcio Los Castños") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio ME Carrera 43 ("Consorcio ME Carrera 43") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Latam Colombia SAS	Colômbia (Bogotá)	51,00 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	fev/18	-
Consórcio MEC Arroyo Carrera 65 ("Consórcio MEC Arroyo Carrera") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Bogotá)	51,00 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	set/16	-
Consórcio MEC-Av.Malecon-UF1 ("Consórcio MEC-Av.Malecon-UF1") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia Através da Mota-Engil Colômbia	Colômbia (Buenaventura)	51,00 0,00 51,00	Construção civil e obras públicas	mai/16	-

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Consórcio MEC-Av.Malecon-UJ2 ("Consórcio MEC-Av.Malecon-UJ2")		51,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	Colômbia (Bogotá)	0,00	Construção civil e obras públicas	nov/16	-
Através da Mota-Engil Colômbia		51,00			
Consórcio ME-Contrato Colegios ("Consórcio ME Colegios")		100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	Colômbia (Buenaventura)	75,00	Construção de obras de engenharia civil	mai/16	-
Através da Mota-Engil Peru		25,00			
Consórcio Mota-Engil Ojeda & Iju Paracas ("Consórcio ME Ojeda & Iju")		100,00			
Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Mota-Engil TR ("Consórcio Mota-Engil TR")		100,00			
Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	50,00	Construção civil	-	nov/21
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal do Peru		50,00			
Consórcio Porta ("Consórcio Porta")		100,00			
Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00	Construção de apartamentos	dez/11	-
Consórcio Túnel Guadalajara, SAPI de C.V. ("Consórcio GDL Túnel")		21,88			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	21,88	Construção civil e obras públicas	jul/14	-
Constructora APP Tabasvera S.A. de C.V. ("Constructora APP Tabasvera")		38,25			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	38,25	Construção civil e obras públicas	jul/16	-
Constructora Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de C.V. ("Constructora Cardel-Poza Rica")		51,00			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,99	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Através da Mota-Engil América Latina		0,01			
Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan, S.A. de C.V. ("Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan I")		51,49			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,49	Construção civil e obras públicas	abr/21	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		1,00			
Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan II, S.A. de C.V. ("Constructora Cuapiaxtla - Cuacnopalan II")		51,49			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,49	Construção civil e obras públicas	jun/21	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		1,00			
Constructora Gran Canal SAPI de C.V. ("Constructora Gran Canal")		2,04			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	2,04	Construção civil e obras públicas	-	abr/21
Constructora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. ("Constructora Tampico Ciudad Victoria")		28,05			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	20,40	Construção civil e obras públicas	set/08	-
Através da Mota-Engil O&M México SAPI		7,65			
Desarrolladora Cuatro Caminos SAPI de C.V. ("Desarrolladora Cuatro Caminos")		49,99			
Através da ME Inmobiliaria SAPI	México (Cidade do México)	49,99	Construção civil	jun/19	-
Desarrolladora Patzcuaro, SAPI de C.V. ("Desarrolladora Patzcuaro")		49,99			
Através da ME Inmobiliaria SAPI	México (Cidade do México)	49,99	Construção civil	ago/19	-
Desarrollos DOT México, S.A. de C.V. ("Desarrollos DOT México")		43,35			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	43,35	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
Empresa Constructora Brasil, S.A. ("Empresa Constructora Brasil")		50,00			
Através da MEBR	Brasil (Belo Horizonte)	50,00	Construção civil e obras públicas	nov/12	-
Empresa Constructora de Honduras, S.A. ("Empresa Constructora Honduras")		35,70			
Através da Mota-Engil México	Honduras (Villanueva)	35,70	Construção civil e obras públicas	ago/18	set/18
Fideicomiso de Vivienda de Bajo Costo Mota Engil, S.R.L. ("Fideicomiso VBC")		100,00			
Através da Mota-Engil Dominicana	Rep. Dominicana (Santo Domingo)	100,00	Construção, reforma e reparação de edifícios residenciais	nov/15	-
Flame Investments, B.V. ("Flame Investments")		51,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Países Baixos (Amsterdão)	51,00	Gestão de participações financeiras	mar/15	-
FSE Comercializadora Fenix, SAPI de C.V. ("FSE Comercializadora Fenix")		34,00			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	0,00	Comercialização de energia	set/16	-
Através da ME Energia operacional		34,00			
FSE Suministradora Fenix, SAPI de C.V. ("FSE Suministradora Fenix")		34,00			
Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	0,00	Distribuição de energia	ago/16	-
Através da ME Energia operacional		34,00			
Generadora Fenix, SAPI de C.V. ("Generadora Fenix")		30,94			
Através da ME Energia operacional	México (Cidade do México)	30,94	Produção de energia	set/15	-
Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla, S.A. de C.V. ("Grupo Constructor y Desarrollador de Puebla")		51,49			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,49	Construção civil e obras públicas	jun/20	-
Através da Mota-Engil América Latina SAPI		1,00			
Limafren, S.A. ("Limafren")		100,00			
Através da Mota-Engil Peru	Uruguai (Montevideo)	100,00	Construção civil e obras públicas	-	set/22
Lineas Mexico, B.V. ("Lineas Mexico")		100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Países Baixos (Amsterdão)	100,00	Gestão de participações financeiras	mai/21	-
Luso Energy del Peru S.A. ("Luso Energy del Peru")		100,00			
Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	99,98	Outras atividades empresariais	mai/11	-
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção		0,02			
MEBR Construções, Consultoria e Participações, S.A. ("MEBR")		100,00			
Através da Mota-Engil Latin America BV	Brasil (São Paulo)	33,75	Construção civil e obras públicas	mar/11	-
Através da Mota-Engil Latam Peru		66,25			
Minería y Ingeniería Andina S.A. ("Minería y Ingeniería Andina")		100,00			
Através da Mota-Engil Engenharia e Construção África	Peru (Lima)	1,00	Construção civil	fev/21	-
Através da Mota-Engil Latam PT		99,00			
Mota-Engil Aeropuertos, SAPI de C.V. ("Mota-Engil Aeropuertos")		51,01			
Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,99	Prestação de serviços aeroportuários complementares e comerciais	out/22	-
Através da Mota-Engil América Latina		0,02			

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Mota-Engil América Latina SAPI de C.V. ("Mota-Engil América Latina") Através da Mota-Engil SGPS Através da Mota-Engil Latin America BV	México (Cidade do México)	100,00 0,00 100,00	Gestão de participações financeiras	nov/13	mai/14
Mota-Engil Argentina, SAU ("Mota-Engil Argentina") Através da Mota-Engil Latin America BV	Argentina (Buenos Aires)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	abr/18	-
Mota-Engil Aruba Construction Company VBA ("Mota-Engil Aruba Construction") Através da Mota-Engil Aruba Holding	Aruba (Oranjestad)	100,00 100,00	Construção civil e obras públicas	jan/12	abr/16
Mota-Engil Aruba Holding Company VBA ("Mota-Engil Aruba Holding") Através da Mota-Engil Latin America BV	Aruba (Oranjestad)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
Mota-Engil Chile S.A. ("Mota-Engil Chile") Através da Mota-Engil Peru Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Chile (Santiago)	100,00 100,00 0,00	Construção civil e obras públicas	fev/13	-
Mota-Engil Colômbia, S.A.S. ("Mota-Engil Colômbia") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Latin America BV	Colômbia (Bogotá)	100,00 9,20 90,80	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
Mota-Engil Dominicana S.A.S. ("Mota-Engil Dominicana") Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil Colômbia	Rep. Dominicana (Santo Domingo)	100,00 99,97 0,03	Construção civil e obras públicas	nov/14	dez/23
Mota-Engil Energia, S.A. de C.V. ("ME Energia operacional") Através da Mota-Engil Energy Holding Através da Mota-Engil América Latina SAPI	México (Cidade do México)	34,00 34,00 0,00	Desenvolvimento e operacionalização de produção de energia	set/15	-
Mota-Engil Energy Holding México, SAPI de C.V. ("ME Energy Holding") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil Energy BV	México (Cidade do México)	34,00 0,01 34,00	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
Mota-Engil Energy B.V. ("Mota-Engil Energy BV") Através da Flame Investments	Países Baixos (Amsterdão)	34,00 34,00	Finanças e Consultadoria	set/15	-
Mota-Engil Fundações Brasil Ltda. ("Mota-Engil Fundações") Através da MEBR	Brasil (Belo Horizonte)	100,00 100,00	Realização de obras de fundação, serviços de engenharia, obras portuárias, marítimas e fluviais e administração de obras	mai/23	-
Mota-Engil Honduras, S.A. ("Mota-Engil Honduras") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil Latin America BV	Honduras (Tegucigalpa)	51,20 50,80 0,40	Construção e prestação de serviços de engenharia civil e arquitetura	jun/18	-
Mota-Engil Inmobiliaria SAPI de C.V. ("ME Inmobiliaria SAPI") Através da Mota-Engil México	México (Cidade do México)	50,49 50,49	Promoção imobiliária	jul/18	-
Mota-Engil Latam Col, S.A.S. ("Mota-Engil Latam Col") Através da Mota-Engil Colômbia Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Colômbia (Bogotá)	100,00 99,00 1,00	Construção civil e obras públicas	fev/11	-
Mota-Engil Latam Colombia S.A.S. ("ME Latam Colombia SAS") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção Através da Mota-Engil Latin America BV	Colômbia (Bogotá)	100,00 49,00 51,00	Construção civil e obras públicas	dez/16	-
Mota-Engil Latam Peru, S.A. ("Mota-Engil Latam Peru") Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Peru (Lima)	100,00 99,90 0,10	Gestão de participações financeiras	dez/15	-
Mota-Engil Latam Portugal, S.A. ("Mota-Engil Latam Portugal") Através da Mota-Engil SGPS	Portugal (Porto)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	jul/15	-
Mota-Engil Latin America B.V. ("ME Latin America BV") Através da Mota-Engil Latam Portugal	Países Baixos (Amsterdão)	100,00 100,00	Gestão de participações financeiras	nov/15	-
Mota-Engil México, S.A. de C.V. ("Mota-Engil México") Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil América Latina	México (Cidade do México)	51,00 19,18 31,82	Construção civil e obras públicas	jan/10	-
Mota-Engil O&M México, SAPI de C.V. ("Mota-Engil O&M México SAPI") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil América Latina	México (Cidade do México)	51,00 50,99 0,01	Construção civil e obras públicas	set/17	-
Mota-Engil Peru, S.A. ("Mota-Engil Peru") Através da Mota-Engil Latin America BV Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	Peru (Lima)	100,00 99,90 0,10	Construção civil e obras públicas	set/86	-
Mota-Engil Servicios Compartidos, S.A. de C.V. ("Mota-Engil Servicios Compartidos") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil América Latina	México (Cidade do México)	51,00 51,00 0,00	Serviços administrativos	set/19	-
Operadora Marítima Matamoros SAPI de C.V. ("Operadora Marítima Matamoros") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil O&M México SAPI	México (Cidade do México)	51,00 25,50 25,50	Concessão e manutenção rodoviária	abr/17	-
Operadora Tampico Ciudad Victoria, SAPI de C.V. ("Operadora Tampico Ciudad Victoria") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil O&M México SAPI	México (Cidade do México)	31,88 0,01 31,87	Concessão e manutenção rodoviária	abr/17	-
Promotora de Autopistas del Oriente S.A. de CV ("Promotora de Autopistas del Oriente") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil O&M México SAPI	México (Cidade do México)	51,00 51,00 0,00	Gestão de participações financeiras	mai/20	-
Promotora Inmobiliaria Santa Clara, S.A. ("Santa Clara") Através da Mota-Engil Peru Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal do Peru	Peru (Lima)	100,00 99,99 0,01	Prestação de serviços de promoção imobiliária	mai/12	-
Puente Boca del Rio S.A. de C.V. ("Puente Boca del Rio") Através da Mota-Engil México Através da Mota-Engil Engenharia e Construção	México (Cidade do México)	58,35 43,35 15,00	Construção civil e obras públicas	mai/16	-
Stiler, SA, Limafren Sociedad Anonima y Otros ("Stiler") Através da Limafren	Uruguai (Montevideu)	59,70 59,70	Construção de obras de arquitetura	jan/23	-
Tarucani Generating Company, S.A. ("Tarucani") Através da Luso Energy del Peru Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	100,00 99,98 0,02	Geração e distribuição de energia elétrica	abr/00	-

Designação	Sede	Percentagem de consolidação	Atividade	Data de constituição	Data de aquisição
Tracevia Mexico S.A. de C.V. ("Tracevia Mexico")	México (Cidade do México)	99,99	Concessão, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	jun/17	mar/23
Através da Tracevia Brasil		99,99			
Tracevia S.A. ("Tracevia Brasil")	Brasil (São Paulo)	100,00	Concessão, instalação, desenvolvimento e manutenção de ITS	mar/11	-
Através da MEBR		100,00			
Tuxpan - Tampico Construcciones, S.A. de C.V. ("Construtora Tuxpan Tampico")	México (Cidade do México)	51,00	Construção civil e obras públicas	-	nov/17
Através da Mota-Engil México		50,99			
Através da Mota-Engil América Latina		0,01			

Empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas pelo método da equivalência patrimonial

Em 31 de dezembro de 2023, as empresas / entidades incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da equivalência patrimonial, suas respectivas sedes e percentagem de consolidação, foram as seguintes:

Designação	Sede	Percentagem de consolidação
Empresas associadas e empreendimentos conjuntos		
Empresa-Mãe do Grupo e outras		
Riscos e Diâmetros Angola, SGPS, S.A. ("Riscos e Diâmetros Angola")	Portugal	30,10
Capital		
Ascendi Mexico, S.A. C.V ("Ascendi Mexico")	México	60,00
Concessionária Rodovias do Tietê, S.A. ("Rodovias do Tietê")	Brasil	30,00
D.I. Investimentos, S.A. ("DI Investimentos")	Portugal	60,00
Lineas - Concessões de Transportes, SGPS, S.A. ("Lineas SGPS")	Portugal	60,00
Lineas - Serviços de Administração e Gestão, Lda. ("Lineas")	Portugal	60,08
Lineas Concessions Latam Holding, B.V. ("Lineas Concessions Latam Holding")	Países Baixos	60,00
Lineas International Holding, B.V. ("Lineas International Holding")	Países Baixos	60,00
Lineas Investimentos SGPS, S.A. ("Lineas Investimentos")	Portugal	60,00
Lusoponte - Concessionária para a Travessia do Tejo, S.A. ("Lusoponte")	Portugal	30,30
Operadora DI - Operação e Manutenção Rodoviária, S.A. ("Operadora Douro Interior")	Portugal	48,45
SDI - Subconcessionária do Douro Interior, S.A. ("Douro Interior")	Portugal	48,45
Mext		
Edgagrpt, Lda. ("Edgagrpt")	Portugal	50,00
MERESOL I – Real Estate, Lda. ("MERESOL I")	Portugal	50,00
MERESOL II – Real Estate, Lda. ("MERESOL II")	Portugal	50,00
Sociedade Mineira do Moquita, Limitada ("Sociedade Mineira Moquita")	Angola	34,97
Ambiente		
Ambital – Investimentos Ambientais no Alentejo, EIM ("Ambital")	Portugal	30,14
Citrup – Centro Integrado de Resíduos, Lda. ("Citrup")	Portugal	18,45
CTR Santa Luzia Tratamento e Disposição de Resíduos S.A. ("CTR")	Brasil	15,38
Ecolezíria - Empresa Intermunicipal para Tratamento de Resíduos Sólidos, EIM ("Ecolezíria")	Portugal	15,07
ECOSS Ambiental Serviços de Limpeza Urbana - SPE Ltda. ("ECOSS Ambiental")	Brasil	20,91
Mais ITAPEVI - SPE S/A ("Mais ITAPEVI")	Brasil	21,53
África		
Automatriz, S.A. ("Automatriz")	Angola	33,50
Icer – Indústria de Cerâmica, Lda. ("Icer")	Angola	33,50
Infraconnect Eighteen Kenya Limited ("Infraconnect Eighteen Kenya")	Quênia	16,12
Infraconnect Fifteen Kenya Limited ("Infraconnect Fifteen Kenya")	Quênia	16,12
Lobito Atlantic Holding, S.A. ("Lobito Atlantic Holding")	Portugal	49,50
Lobito Atlântic Railway, S.A. ("Lobito Atlantic Railway")	Angola	49,48
Mebisa - Minerais e Britagens, S.A. ("Mebisa")	Angola	20,10
SPRI - Sociedade Portuguesa de Realizações Industriais e Assistência Técnica, Lda. ("SPRI")	Angola	40,00
Twine, Lda. ("Twine")	Mozambique	50,00
Vista Power, Lda. ("Vista Power")	Angola	33,50
América Latina		
APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de C.V. ("APP Coatzacoalcos Villahermosa")	México	19,38
APP Tamaulipas, SAPI de C.V. ("APP Tamaulipas")	México	23,97
Ausur, S.A. ("Ausur")	Argentina	33,33
Autopista Urbana Siervo de la Nacion, SAPI de C.V. ("Autopista Siervo de la Nacion")	México	15,07
Besix - ECB SPE Ltda. ("Besix")	Brasil	25,00
Concesionaria Alternativas Viales SAS ("Concesionaria Alternativas Viales")	Colômbia	45,65
Concesionaria Autopista Cardel-Poza Rica S.A. de C.V. ("Concesionaria Autopista Cardel")	México	28,73
Concesionaria Autopista Tuxpan-Tampico S.A. de C.V. ("Concesionaria Autopista Tuxpan-Tampico")	México	25,85
Concesionaria Cua SAPI de C.V. ("Concesionaria Cua")	México	50,83
Consorcio Línea Panama Norte ("Consorcio Línea Panamá Norte")	Panamá	50,00
Consorcio Planeta Rica ("Consorcio Planeta Rica")	Colômbia	50,00
Consorcio Tren Ligero Línea 4 Guadalajara, SAPI de C.V. ("Consorcio Tren Ligero Línea 4")	México	26,01
Constructora Autopista Perote Xalapa, S.A. de C.V. ("Constructora Perote Xalapa")	México	25,50
Constructora Conexión Oriente, S.A. de CV ("Constructora Conexión Oriente")	México	25,50
Constructora M&R, S.A. de C.V. ("Constructora M&R")	México	10,20
Infraestructura y Construcciones de Nuevo León SAPI de C.V. ("Infraestructura y Construcciones de Nuevo León")	México	25,50
M&R de Occidente SAPI de C.V. ("Concesionária M&R")	México	20,00
Rovella Carranza S.A. - Mota-Engil México S.A.P.I. de C.V. - Unión Transitoria ("Rovella Carranza")	Argentina	25,50
Sistemas Electricos Metropolitanos ("Sistemas Electricos Metropolitanos")	México	25,50
Terminal Maritima Matamoros, SAPI DE C.V. ("Terminal Maritima Matamoros")	México	24,99
Trans Tamaulipas, S.A. de C.V. ("Trans Tamaulipas")	México	17,00
Vías Y Comunicaciones Cua, SAPI de C.V. ("Vías Y Comunicaciones")	México	50,49
Grupo Martifer	Portugal	37,50

Em 31 de dezembro de 2023, os Agrupamentos Complementares de Empresas incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas pelo método da equivalência patrimonial e respetiva percentagem de consolidação, foram os seguintes:

Agrupamentos Complementares de Empresas	Percentagem de consolidação
Em atividade	
Ecotejo-Serviços Manut. Tejo Atlântico, ACE	50,00
Haçor M - Manutenção do Edifício do Hospital da Ilha Terceira, ACE	45,00
Manvia - Lena Ambiente, ACE	50,00
Mesofer, ACE	36,50
Metro Santos Sodré ACE	70,00
ME Water - Manvia Efacec Exploração Técn. Sistemas, ACE	50,00
Em período de garantia	
Barragem de Foz Tua ACE	33,34
DIEXP - Expropriações do Douro Interior, ACE	37,08
EXPI - Expropriações do Pinhal Interior, ACE	37,08
GACE - Gondomar ACE	24,00
GCVC, ACE (Grupo Construtor de Vila do Conde)	42,86
GLEX - Expropriações da Grande Lisboa, ACE	42,08
Haçor Hospital da Terceira, ACE	77,50
HL - Hospital de Loures, ACE	65,00
LGC - Linha Gondomar, Construtores, ACE	30,00
Metroligeiro Construção de Infraestruturas, ACE	53,20
Mota-Engil/Acciona/Edivisa - Obras do Aproveitamento Hidroeléctrico de Alto Tâmega, ACE	42,50
Mota-Engil, Soares da Costa, Monteadriano - Matosinhos, ACE	42,86
Reforço de Potência da Barragem de Venda Nova III, ACE	28,33
Somague, BPC, Mota-Engil, SPIE - Linha Vermelha do Metropolitano em ACE	23,68
SOMAGUE/MOTA-ENGIIL - COTA 500, ACE	36,42
Via Rápida Câmara Lobos ECL, ACE	36,42

Acordos conjuntos – Consórcios

Em 31 de dezembro de 2023, os Consórcios incluídos nas demonstrações financeiras consolidadas anexas na proporção dos ativos e passivos e gastos e rendimentos contratualmente alocáveis ao Grupo, respetivas sedes e percentagem de consolidação, foram os seguintes:

Designação	Sede	Percentagem de consolidação
Empresas conjuntamente controladas - Consórcios		
África		
BEME VOF ("BEME VOF") Através da MEEC África - Sucursal dos Países Baixos	Países Baixos (Dordrecht)	50,00 50,00
América Latina		
Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa ("Consórcio Conservacion Vial Santa Rosa") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Consórcio Constructor Del Puerto de San Martin ("CCPSM - Consorcio Constructor Del Puerto de San Martin") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	33,30 33,30
Consórcio Ibagué-Honda-Cambao-Manizales ("Consórcio Ibague") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal da Colômbia	Colômbia (Bogotá)	45,65 39,65 6,00
Consorcio MEP-PTP ("Consorcio MEP-PTP") Através da Mota-Engil Peru	Peru (Lima)	50,10 50,10
Consórcio Mota-Engil Dominicana SAS/IEMCA ("Consórcio Mota-Engil Dominicana") Através da Mota-Engil Dominicana	Rep. Dominicana (Santo Domingo)	70,00 70,00
Consórcio Mota-Engil Peru HL Paíta ("Consórcio Mota-Engil Peru HL Paíta") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Consórcio Puentes de Loreto ("Consórcio Puentes Loreto") Através da Mota-Engil Engenharia e Construção - Sucursal do Peru	Peru (Lima)	34,00 20,00 14,00
Consórcio Vial Acobamba ("Consórcio Vial Acobamba") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Consórcio Vial Jaylli ("Consórcio Vial Jaylli") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	42,00 42,00
Consórcio Vial Tambillo ("Consórcio Vial Tambillo") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Consórcio Vial Vizcachane ("Consórcio Vial Vizcachane") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Stracon Translei Joint Venture ("Stracon Translei") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00
Translei Consórcio Cosapi ("Translei Consórcio Cosapi") Através da Mota- Engil Peru	Peru (Lima)	50,00 50,00

PARTE
TRÈS



3. RELATORIO SOBRE AS PRATICAS DO GOVERNO SOCIETARIO

3.1 Informação sobre estrutura acionista, Organização e Governo da Sociedade

Nota Introdutória

As referências efetuadas ao longo deste documento ao Código dos Valores Mobiliários (“CVM”) referem-se à versão em vigor à data de 31 de dezembro de 2023.

A. ESTRUTURA ACIONISTA

V. Estrutura de capital

1. Estrutura de capital (capital social, número de ações, distribuição do capital pelos acionistas, etc.), incluindo indicação das ações não admitidas à negociação, diferentes categorias de ações, direitos e deveres inerentes às mesmas e percentagem de capital que cada categoria representa (Art. 29º-H, nº 1, al. a)).

O capital social da Mota-Engil, SGPS, S.A. (“Mota-Engil” ou “Sociedade”) é de 306.775.950 euros e é representado por 306.775.950 ações ordinárias, nominativas e com um valor nominal de um euro por ação. Todas as ações estão cotadas na Euronext Lisbon.

Distribuição do capital pelos acionistas em 31 de dezembro de 2023:

Acionistas	Nº de ações	% de capital detido	% de direitos de voto
Ações próprias:	6 091 581	1,99%	-
Participações qualificadas:			
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	123 037 424	40,11%	40,92%
China Communications Construction Group	99 426 974	32,41%	33,07%
Outros acionistas	78 219 971	25,50%	26,01%
	306 775 950	100,00%	100,00%

2. Restrições à transmissibilidade das ações, tais como cláusulas de consentimento para a alienação, ou limitações à titularidade de ações (Art. 29º-H, nº 1, al. b)).

Não existem restrições à transmissibilidade das ações nem limitações à sua titularidade.

3. Número de ações próprias, percentagem de capital social correspondente e percentagem de direitos de voto a que corresponderiam as ações próprias (Art. 29º-H, nº 1, al. a)).

Em 31 de dezembro de 2023, a Mota-Engil detinha 6.091.581 ações próprias correspondentes a 1,99% do seu capital social, as quais não conferiam direito de voto.

4. Acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade na sequência de uma oferta pública de aquisição, bem como os efeitos respetivos, salvo se, pela sua natureza, a divulgação dos mesmos for seriamente prejudicial para a Sociedade, exceto se a Sociedade for especificamente obrigada a divulgar essas informações por força de outros imperativos legais (art. 29º-H, nº 1, al. j)).

Não existem acordos significativos de que a Sociedade seja parte e que entrem em vigor, sejam alterados ou cessem em caso de mudança de controlo da Sociedade, nem foram adotadas medidas que determinem pagamentos ou assunção de encargos pela Sociedade no caso de mudança de controlo ou da composição do órgão de administração.

5. Regime a que se encontre sujeita a renovação ou revogação de medidas defensivas, em particular aquelas que prevejam a limitação do número de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

Não foram adotadas quaisquer medidas defensivas nem existem quaisquer limitações estatutárias relativas ao número de votos que podem ser exercidos por um único acionista.

6. Acordos parassociais que sejam do conhecimento da Sociedade e possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto (art. 29º-H, nº 1, al. g)).

A Sociedade não tem conhecimento de quaisquer acordos parassociais que possam conduzir a restrições em matéria de transmissão de valores mobiliários ou de direitos de voto.

VI. Participações sociais e obrigações detidas

7. Identificação das pessoas singulares ou coletivas que, direta ou indiretamente, são titulares de participações qualificadas (art. 29º-H, nº 1, al. c)), com indicação detalhada da percentagem de capital e de votos imputável e da fonte e causas de imputação.

Em 31 de dezembro de 2023 e de acordo com as notificações recebidas pela Sociedade, os acionistas que, de acordo com o artigo 20º do CVM, têm uma participação qualificada representativa de, pelo menos, 5% do capital social da Mota-Engil são os seguintes:

Acionistas	Nº de ações	% de capital detido	% de direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. (*)	117 827 648	38,41%	39,19%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) / (***) (a)	1 650 000	0,54%	0,55%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) / (***) (a)	1 444 490	0,47%	0,48%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (***) (a)	856 300	0,28%	0,28%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (***) (a)	829 530	0,27%	0,28%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (***)	187 061	0,06%	0,06%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**) / (***)	131 000	0,04%	0,04%
António Maria Vasconcelos Mota de Meireles (***)	76 395	0,02%	0,03%
José Manuel Mota Neves da Costa (***)	35 000	0,01%	0,01%
Atribuível à Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	123 037 424	40,11%	40,92%
Epoch Capital Investments BV (*)	99 426 974	32,41%	33,07%
Atribuível à China Communications Construction Group	99 426 974	32,41%	33,07%
	Sub-total I	72,52%	73,99%
Ações próprias	6 091 581	1,99%	0,00%
Outros acionistas	78 219 971	25,50%	26,01%
	Sub-total II	27,48%	26,01%
	TOTAL	100,00%	100,00%

(*) Acionista direta da Sociedade

(**) Membro do Conselho de Administração da Sociedade

(***) Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. ("MGP") era detida a 100% pelas pessoas singulares assinaladas com (a) acima. No ponto 4.3 do capítulo 4 - Anexos pode ser consultada a percentagem de capital detida por cada uma daquelas pessoas singulares na MGP.

À data deste relatório, eram atribuíveis à MGP 123.037.424 ações, correspondentes a 40,11% do capital social da Mota-Engil, que conferiam 40,92% dos direitos de voto.

Não existem acionistas, ou categorias de acionistas, titulares de direitos especiais.

8. Indicação sobre o número de ações e obrigações detidas por membros dos órgãos de administração e de fiscalização. [NOTA: a informação deve ser prestada de forma a dar cumprimento ao disposto no nº 5 do art. 447º CSC]

As ações e obrigações detidas pelos membros dos órgãos de administração e de fiscalização da Sociedade encontram-se divulgadas em anexo ao relatório anual de gestão nos termos exigidos pelo artigo 447º do CSC (ver ponto 4.3 do capítulo 4 - Anexos).

9. **Poderes especiais do órgão de administração, nomeadamente no que respeita a deliberações de aumento do capital (art. 29º-H, nº 1, al. i)), com indicação, quanto a estas, da data em que lhe foram atribuídos, prazo até ao qual aquela competência pode ser exercida, limite quantitativo máximo do aumento do capital social, montante já emitido ao abrigo da atribuição de poderes e modo de concretização dos poderes atribuídos.**

Na Assembleia Geral de Acionistas realizada no dia 7 de janeiro de 2021, foi aprovada a inclusão de um novo artigo nos estatutos da Sociedade (artigo 6.º A), que concedia ao Conselho de Administração a autorização para deliberar, por uma única vez, um aumento de capital por novas entradas em dinheiro até ao montante máximo de 100 milhões de euros.

No exercício findo em 31 de dezembro de 2021, a autorização acima referida foi utilizada na íntegra no aumento de capital social ocorrido no dia 28 de maio de 2021 (de 237.505.141 euros para 306.775.950 euros).

10. **Informação sobre a existência de relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.**

Não existiram no exercício findo em 31 de dezembro de 2023 relações significativas de natureza comercial entre os titulares de participações qualificadas e a Sociedade.

B. ÓRGÃOS SOCIAIS E COMISSÕES

I. Assembleia Geral

11. Identificação e cargos dos membros da Mesa da Assembleia Geral e respetivo mandato (início e fim)

Em 31 de dezembro de 2023, a Mesa da Assembleia Geral era composta pelos seguintes membros, mandatados para o triénio 2022-2024:

Presidente: Dr. António Cândido Lopes Natário
Secretário: Dr. Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto

12. Eventuais restrições em matéria de direito de voto, tais como limitações ao exercício do voto dependente da titularidade de um número ou percentagem de ações, prazos impostos para o exercício do direito de voto ou sistemas de destaque de direitos de conteúdo patrimonial (Art 29º-H, nº1, al.f)

De acordo com os estatutos da Mota-Engil, a cada ação corresponde um voto, exceto às ações preferenciais sem voto, estando assegurada, deste modo, a necessária proporcionalidade entre a detenção de capital e o direito de voto.

Ainda que os estatutos da Mota-Engil prevejam a possibilidade de a Sociedade emitir ações preferenciais sem voto, não existe atualmente essa categoria de ações.

Por outro lado, de acordo com o número 3 do artigo 16º dos estatutos da Sociedade, nos casos em que a ordem de trabalhos inclua matérias cuja aprovação careça de maioria qualificada, a Assembleia Geral apenas pode deliberar, em primeira convocação, desde que se encontrem presentes ou representados acionistas que detenham ações correspondentes a mais de 50% do capital social.

As regras estatutárias sobre o exercício do direito de voto por correspondência estão previstas no artigo 15º dos estatutos da Sociedade. De acordo com aquele artigo, os acionistas poderão votar por correspondência relativamente a todo e qualquer tema, não estando prevista qualquer restrição a este nível.

A Sociedade disponibiliza um modelo para o exercício do direito de voto por correspondência, podendo o mesmo ser obtido através dos serviços da Direção de *Investor Relations* (Dr. Pedro Arrais – e-mail: pedro.arrais@mota-engil.pt).

Só serão considerados os votos por correspondência desde que as declarações de voto por correspondência sejam recebidas na sede da Sociedade com pelo menos três dias de antecedência em relação à data da Assembleia Geral.

Durante o ano de 2023, não foi implementada a participação e o exercício do direito de voto à distância ou via eletrónica. No entanto, os estatutos da Sociedade prevêm essa possibilidade.

Os acionistas da Sociedade podem aceder, no sítio da Internet (www.mota-engil.com), aos extratos das atas das reuniões das Assembleias Gerais, sendo as mesmas divulgadas dentro do prazo de cinco dias após a sua realização.

A Sociedade disponibiliza, no seu sítio da Internet (www.mota-engil.com), informação relativa às deliberações tomadas nas reuniões das suas Assembleias Gerais referentes pelo menos aos três últimos exercícios, bem como o capital social representado e os resultados das votações.

A Sociedade não adotou qualquer mecanismo que provoque o desfasamento entre o direito ao recebimento de dividendos ou à subscrição de novos valores mobiliários e o direito de voto de cada ação.

13. Indicação da percentagem máxima dos direitos de voto que podem ser exercidos por um único acionista ou por acionistas que com aquele se encontrem em alguma das relações do nº1 do Artigo 20º

Os estatutos da Sociedade não prevêm a limitação de votos suscetíveis de detenção ou de exercício por um único acionista de forma individual ou em concertação com outros acionistas.

14. Identificação das deliberações acionistas que, por imposição estatutária, só podem ser tomadas com maioria qualificada, para além das legalmente previstas, e indicação dessas maiorias

De acordo com o estabelecido nos estatutos da Sociedade, as deliberações da Assembleia Geral deverão ser tomadas por maioria simples, exceto se a lei exigir diversamente ou se, se relacionarem, nomeadamente, com os assuntos detalhados abaixo previstos no número 2 do seu artigo 16º, para os quais uma maioria qualificada de pelo menos 70,01% é necessária:

- a) cisão, fusão, transformação e dissolução da Sociedade, bem como celebração, alteração ou cessação, de contrato de subordinação ou de contrato de grupo paritário;
- b) aprovação e alteração dos estatutos da Sociedade;
- c) aumento de capital da Sociedade;
- d) redução do capital social da Sociedade, amortização ou remição de ações;
- e) limitação ou supressão dos direitos de preferência dos acionistas nos aumentos de capital;
- f) qualquer
 - (i) aquisição ou transmissão - mesmo que derivada da perda de controlo, fusão ou cisão de subsidiária - de participação social, de ativos ou de unidade de negócio, desde que o respetivo valor seja superior a 15% (quinze por cento) do valor total do ativo consolidado da Sociedade;
 - (ii) decisão de cessar uma atividade ou de iniciar a prossecução de nova atividade, ainda que compreendida no objeto social, desde que o respetivo valor seja superior a 15% (quinze por cento) do valor do ativo total consolidado da Sociedade;
- g) quaisquer assuntos, não incluídos nas alíneas anteriores, sujeitos a maioria qualificada de acordo com lei imperativa.

II. Administração e Supervisão

15. Identificação do modelo de governo adotado

A Mota-Engil adota um modelo de governo latino / clássico reforçado, composto por Conselho de Administração, Conselho Fiscal e Revisor Oficial de Contas, não fazendo o último parte do Conselho Fiscal. O Conselho de Administração é o órgão responsável por praticar todos os atos de administração relativos ao objeto social, por determinar a orientação estratégica e por proceder à designação e supervisão geral da atuação da Comissão Executiva e das comissões especializadas por si constituídas. Os restantes dois órgãos têm a responsabilidade de fiscalização.

Os detalhes da estrutura adotada, os órgãos que a compõem e correspondentes funções e responsabilidades são apresentados a seguir.

16. Regras estatutárias sobre requisitos procedimentais e materiais aplicáveis à nomeação e substituição dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão (art. 29º-H, nº 1, al. h))

Os membros do Conselho de Administração são eleitos, de acordo com a lei e os estatutos, nos termos constantes de proposta aprovada em Assembleia Geral de Acionistas. Adicionalmente, e tal como previsto na lei e nos estatutos, o Conselho de Administração elegeu uma Comissão Executiva. Por outro lado, os estatutos da Sociedade prevêem que as regras especiais referentes à eleição dos membros do Conselho de Administração, previstas nos n.ºs 2 a 5 do artigo 19º, se aplicarão, com as necessárias adaptações, à sua substituição.

17. Composição, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho de Administração Executivo e do Conselho Geral e de Supervisão, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação e data do termo de mandato de cada membro

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho de Administração é composto pelo número de membros fixado pela Assembleia Geral que os elege. O mandato do Conselho de Administração é de três anos, sendo permitida a reeleição dos seus membros nos termos legais. O atual mandato do Conselho de Administração compreende o triénio 2021-2023.

Em 31 de dezembro de 2023, a Mota-Engil apresentava um Conselho de Administração composto por 17 membros: um Presidente, três Vice-Presidentes e treze vogais. Na mesma data, cinco dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros doze exerciam funções não executivas.

Administrador	Primeira designação	Termo do mandato em curso
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2023
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2023
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	17 de abril de 2012	31 de dezembro de 2023
Di Xiao	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2023
Francisco Manuel Seixas da Costa	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2023
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	28 de março de 2008	31 de dezembro de 2023
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	11 de maio de 2018	31 de dezembro de 2023
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2023
Jingchun Wang	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2023
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	30 de janeiro de 2023	31 de dezembro de 2023
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira	30 de janeiro de 2023	31 de dezembro de 2023
Leong Vai Tac	6 de maio de 2022	31 de dezembro de 2023
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	25 de maio de 2016	31 de dezembro de 2023
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	31 de março de 2000	31 de dezembro de 2023
Paulo Sacadura Cabral Portas	30 de janeiro de 2023	31 de dezembro de 2023
Ping Ping	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2023
Tian Feng	30 de junho de 2021	31 de dezembro de 2023

Adicionalmente, à presente data, Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos exerce as funções de Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva.

18. Distinção dos membros executivos e não executivos do Conselho de Administração e, relativamente aos membros não executivos, identificação dos membros que podem ser considerados independentes, ou, se aplicável, identificação dos membros independentes do Conselho Geral e de Supervisão

Em 31 de dezembro de 2023, era a seguinte a classificação dos membros do Conselho de Administração:

Administrador	Executivo / Não-executivo ⁽¹⁾	Independente / Não-independente ⁽²⁾
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	Não-executivo	Independente
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Não-executivo	Não-independente
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Executivo	Não-independente
Di Xiao	Executivo	Não-independente
Francisco Manuel Seixas da Costa	Não-executivo	Independente
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	Não-executivo	Não-independente
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	Não-executivo	Independente
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	Não-executivo	Independente
Jingchun Wang	Não-executivo	Não-independente
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Executivo	Não-independente
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira	Executivo	Não-independente
Leong Vai Tac	Não-executivo	Independente
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Executivo	Não-independente
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	Não-executivo	Não-independente
Paulo Sacadura Cabral Portas	Não-executivo	Independente
Ping Ping	Não-executivo	Não-independente
Tian Feng	Não-executivo	Não-independente

(1) Executivo: membro da Comissão Executiva; Não-executivo: não-membro da Comissão Executiva;

(2) Considerados independentes de acordo com o critério de independência estabelecido no ponto 18.1 do Anexo I do Regulamento nº 4/2013 da CMVM e da recomendação IV.2.4 do Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (IPCG) (2018 e revisto em 2023);

Adicionalmente, dadas as responsabilidades assumidas, o tempo dispendido e as práticas salariais comparáveis, entende-se que as retribuições anuais (divulgadas no ponto 77), sob a forma de senhas de presença, dos administradores Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro, Francisco Manuel Seixas da Costa, Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto, Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz, Leong Vai Tac e Paulo Sacadura Cabral Portas não lhes retiram a sua independência.

Por outro lado, sendo seis o número de administradores independentes, de acordo com os critérios atrás referidos, de entre um total de doze administradores não executivos, considera-se haver uma proporção adequada de independentes entre os administradores não executivos. A este respeito, referir que de acordo com os atuais estatutos da Sociedade, tendo em consideração a atual estrutura acionista, os administradores independentes devem representar pelo menos 33,3% do número total de administradores.

Por último, atendendo à dimensão e complexidade do Grupo, presente num elevado número de países e desenvolvendo diversas atividades, e face à análise de *benchmarking* realizada a outras empresas cotadas em Portugal e na União Europeia, considera-se adequado, de forma a assegurar com eficiência as funções que lhe estão atribuídas, o atual número de administradores não executivos.

19. Qualificações profissionais e outros elementos curriculares relevantes de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Em 31 de dezembro de 2023, os elementos curriculares dos membros do Conselho de Administração eram os seguintes:

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Presidente)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto
- Master in Business Administration pela Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Vice-Presidente)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Engenharia Civil (Vias de Comunicação) pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa
- Pós-graduação em Gestão pelo Instituto Superior de Gestão

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Jingchun Wang (Vice-Presidente)

Qualificações profissionais

- Bacharelato em Engenharia (Construção de autoestradas e vias urbanas) pela Universidade de Chang'an

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser Vice-Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2021, exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Pós-graduação em Desenvolvimento Sustentável pela Nova School of Business and Economics

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2018, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Di Xiao (Vogal)

Qualificações profissionais

- Bacharelato em Contabilidade Internacional pela Universidade de Estudos Internacionais de Xangai
- Mestrado em Contabilidade pela Universidade de Economia e Negócios Internacionais

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2021, exerceu funções nos últimos cinco anos em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)

Qualificações profissionais

- Licenciatura em Ciências Sociais e Políticas pela Universidade de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2018, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Administração e Gestão de Empresas pela Universidade Católica Portuguesa
- Master in Business Administration pela Universidade Católica Portuguesa
- Mestrado em Gestão de Operações Comerciais pela Universidade Católica - Porto Business School
- Doutoramento em Business Studies pela Warwick Business School

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2018, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Química (Ramo de Processos e Indústria) pelo Instituto Superior Técnico
- Master in Business Administration com especialização em Gestão pela Universidade Nova de Lisboa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2018, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Direito pela Faculdade de Direito da Universidade de Coimbra
- Pós-graduação em Gestão pela Universidade Católica Portuguesa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Economia na Faculdade de Economia e Gestão da Universidade Católica Portuguesa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo

Leong Vai Tac (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Matemática pela Universidade de Waterloo, Canadá
- Doutoramento em Direito pela Universidade de Peking, China

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2022, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Mestrado em Engenharia Civil pela University College of London

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Civil pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A., exerce/exerceu funções nos últimos cinco anos em vários órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Paulo Sacadura Cabral Portas (Vogal independente)**Qualificações profissionais**

- Licenciado em Direito pela Universidade Católica Portuguesa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro independente não executivo do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2023, exerce/exerceu nos últimos cinco anos funções em vários órgãos sociais de empresas fora do Grupo

Ping Ping (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Bacharelato em Direito pela Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito
- Mestrado em Direito pela Universidade Chinesa de Ciência Política e Direito

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2021, não exerce/exerceu funções nos últimos cinco anos em órgãos sociais de empresas do Grupo e de empresas fora do Grupo

Tian Feng (Vogal)**Qualificações profissionais**

- Mestrado em Engenharia Civil pela Universidade de Tsinghua (China)

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Para além de ser membro do Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, S.A. desde 2021, exerce/exerceu funções nos últimos cinco anos em várias empresas fora do Grupo

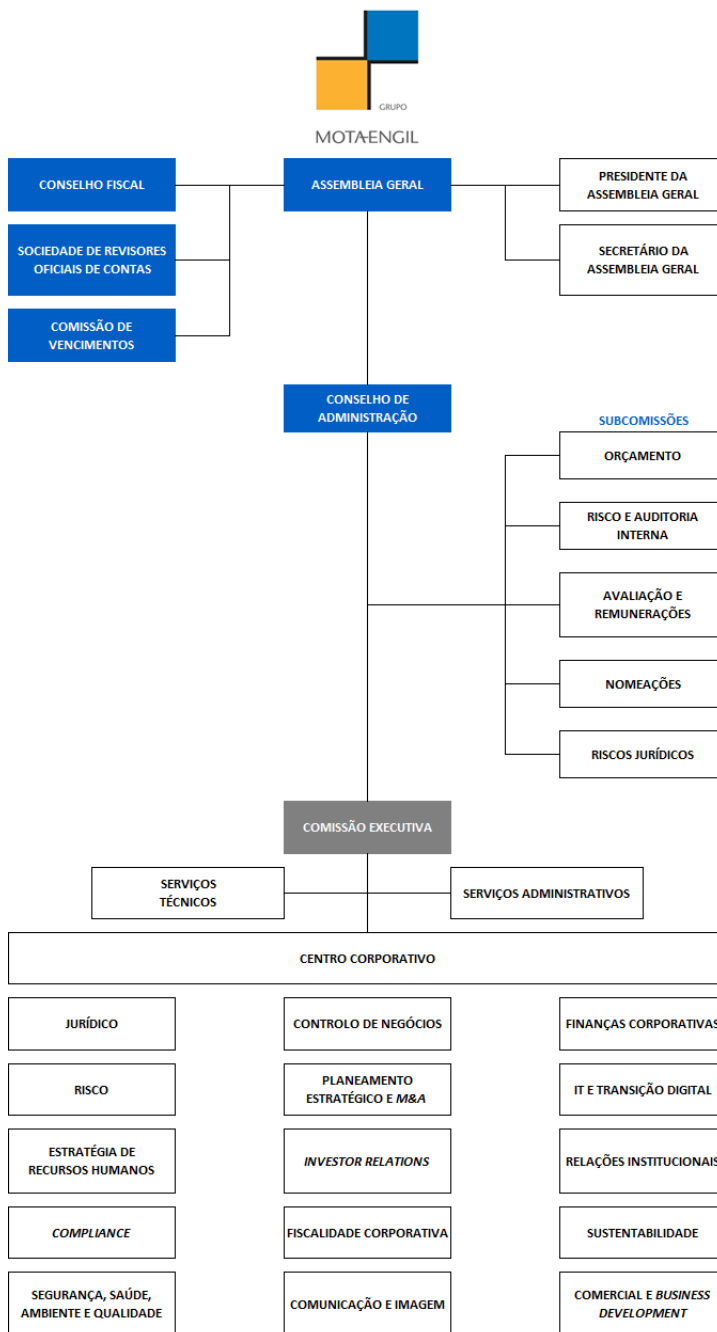
No ponto 4.7 do capítulo 4 - Anexos deste relatório, é apresentada a lista de cargos exercidos nos últimos 5 anos pelos membros do Conselho de Administração da Mota-Engil em outras sociedades do Grupo e fora deste.

20. Relações familiares, profissionais ou comerciais, habituais e significativas, dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo com acionistas a quem seja imputável participação qualificada superior a 2% dos direitos de voto.

Os membros do Conselho de Administração António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles são irmãos e conjuntamente com mais duas irmãs são titulares de 100% do capital social da MGP. No ponto 4.3 do capítulo 4 - Anexos pode ser consultada a percentagem de capital detida por cada uma daquelas pessoas singulares na MGP.

O membro do Conselho de Administração Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota é filho de António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota e o membro do Conselho de Administração Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos é filho de Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (acionista da MGP).

21. Organogramas ou mapas funcionais relativos à repartição de competências entre os vários órgãos sociais, comissões e/ou departamentos da Sociedade, incluindo informação sobre delegações de competências, em particular no que se refere à delegação da administração quotidiana da Sociedade.



Órgãos de administração

Em 31 de dezembro de 2023, a Mota-Engil apresentava um Conselho de Administração composto por 17 membros: um Presidente, três Vice-Presidentes e treze vogais. Na mesma data, cinco dos seus membros exerciam funções executivas e formavam uma Comissão Executiva, e outros doze exerciam funções não-executivas.

Os parágrafos seguintes descrevem de forma exaustiva o conteúdo dos regulamentos de funcionamento dos órgãos de administração e respetivas subcomissões, nomeadamente quanto à composição, competências e operação.

Conselho de Administração

Composição

De acordo com o regulamento de funcionamento do Conselho de Administração, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Por outro lado, todos os membros do Conselho de Administração devem cumprir critérios de diversidade, incluindo género, formação e experiência, a fim de contribuir para a excelência do seu desempenho e equilíbrio do modelo de governo da Sociedade.

Adicionalmente, em conformidade com a Lei n.º 62/2017, o género menos representado no Conselho de Administração terá sempre pelo menos 33,3% de todos os seus membros.

Sempre que o Presidente do Conselho de Administração for um membro não independente, os membros independentes nomearão entre si um coordenador que assegurará: (1) o diálogo com o Presidente do Conselho de Administração e outros administradores; (2) as condições e os meios necessários para o exercício das funções e para a avaliação do desempenho dos órgãos e comités internos; e (3) a ligação com as subcomissões internas, nomeadamente com a Comissão de Avaliação e Remunerações. No atual mandato do Conselho de Administração, a Dra. Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto foi nomeada como *Senior Independent Director*.

Se existirem factos que possam constituir ou causar um conflito entre os interesses de um membro do Conselho de Administração e os interesses da Sociedade, o referido membro é obrigado a informar o Conselho de Administração desses factos, tal como estabelecido no Procedimento de conflito de interesses que foi aprovado por unanimidade.

Na situação acima referida, o membro do Conselho de Administração abster-se-á de participar e votar na reunião em que o assunto seja discutido e votado, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Competências

O Conselho de Administração é responsável pela gestão da atividade da Sociedade de acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais e nos estatutos.

Deste modo, o Conselho de Administração é responsável, após obtenção de parecer do Conselho Fiscal, por aprovar as linhas gerais da estratégia da Sociedade e a sua política de risco corporativo, a qual terá de incluir a fixação de limites à tomada de riscos, não podendo delegar essas questões ou a organização e coordenação da estrutura societária da Sociedade, nomeadamente o seu sistema de controlo interno, nem outras questões estratégicas, em função do seu montante, risco ou características particulares.

Cabe ao Conselho de Administração, com parecer prévio do Conselho Fiscal, aprovar a política de transações com partes relacionadas e disponibilizar periodicamente ao Conselho Fiscal um relatório de análise sobre esta matéria.

O Conselho de Administração é também responsável por estabelecer procedimentos de monitorização, avaliação periódica e ajustamento ao sistema de controlo interno em vigor, incluindo uma avaliação anual do grau de conformidade e desempenho desse sistema, bem como a perspetiva de alteração do quadro de risco previamente definido.

O Conselho de Administração é igualmente responsável por estabelecer as grandes linhas de orientação do modelo de gestão da Sociedade e das suas subsidiárias, podendo submeter propostas à Assembleia Geral de Acionistas sobre alterações ao modelo de governo da Sociedade.

O Conselho de Administração, dentro dos limites da lei, pode delegar a gestão corrente da Sociedade numa Comissão Executiva, designando o seu Presidente. As matérias delegadas à Comissão Executiva encontram-se descritas neste ponto no subcapítulo relativo à Comissão Executiva.

O Conselho de Administração pode ainda delegar em um ou vários administradores o tratamento de determinadas matérias de administração, designadamente através da constituição de Comissões, designando os seus Presidentes.

Por último, entre outras responsabilidades, compete ao Presidente do Conselho de Administração implementar mecanismos de avaliação anual sobre o funcionamento do Conselho de Administração, bem como sobre o desempenho das suas Comissões e dos administradores executivos, tendo em conta o cumprimento do Plano estratégico e do Orçamento da Sociedade, da gestão dos riscos, do seu funcionamento interno e da contribuição de cada membro para o efeito, bem como sobre a relação entre os diversos órgãos e Comissões da Sociedade.

Operação

O Conselho de Administração reúne normalmente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois outros administradores, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo Presidente do Conselho de Administração e publicitado a todos os seus membros, bem como aos membros do Conselho Fiscal, até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

A convocatória para cada reunião deverá ser enviada pelo Presidente do Conselho de Administração aos administradores e membros do Conselho Fiscal com pelo menos 7 dias úteis de antecedência, juntamente com a respetiva agenda, sendo assegurado pelo seu Gabinete de apoio a recolha e distribuição da documentação de suporte a cada matéria incluída na agenda.

O Conselho de Administração não pode decidir sem estar presente ou representada a maioria dos seus membros.

Qualquer membro do Conselho de Administração pode ser representado por outro membro do Conselho através de um documento de representação que só pode ser utilizado uma vez.

Os membros do Conselho Fiscal estão presentes nas reuniões do Conselho de Administração para as quais o respetivo Presidente os convoque, ou em que a divulgação periódica de informação financeira seja avaliada, bem como em todas as outras, sempre que tal seja considerado adequado.

Os administradores deverão assegurar a sua presença em pelo menos oitenta por cento das reuniões do Conselho de Administração realizadas em cada exercício.

As resoluções do Conselho de Administração da Sociedade são tomadas por maioria simples dos votos expressos. No entanto, as matérias previstas no número 7 do artigo 20.º dos estatutos são aprovadas por votos favoráveis de mais de 2/3 dos membros do Conselho de Administração.

De cada reunião é elaborada ata, validada por todos os presentes e circulada por todos os membros do Conselho de Administração e do Conselho Fiscal.

Os administradores não-executivos acompanham a atividade desenvolvida pela Sociedade, garantindo-se a efetiva capacidade de supervisão, fiscalização e avaliação da atividade, nomeadamente através das reuniões periódicas do Conselho de Administração e das Comissões societárias a que alguns pertencem, sem prejuízo do acesso a qualquer informação ou documentação que tenha sido solicitada. Em concreto, sublinha-se que a definição da estratégia e sua avaliação periódica, bem como a atualização da política de gestão de risco foram aprovadas em reuniões do Conselho de Administração com a participação fundamental dos administradores não-executivos.

Por último, no exercício das suas funções não-executivas, os administradores não se depararam, no exercício de 2023, com quaisquer constrangimentos. O relatório anual de gestão inclui uma descrição sobre a atividade desenvolvida pelos administradores não-executivos.

Comissão Executiva

Composição

De acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão Executiva, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Por outro lado, se existirem factos que possam constituir ou causar um conflito entre os interesses de um membro da Comissão Executiva e os interesses da Sociedade, tal membro é obrigado a informar o Conselho de Administração desses factos, tal como estabelecido no procedimento de conflito de interesses da Sociedade.

Na situação acima referida, o membro da Comissão Executiva abster-se-á de participar e votar numa reunião em que o assunto seja discutido e votado, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que lhe forem solicitados.

Adicionalmente, nos termos da lei e da política de transações com partes relacionadas, sempre que um membro da Comissão Executiva seja parte em negócio com a Sociedade ou com sociedades controladas ou controladoras (negócio com partes relacionadas) esse negócio será submetido a parecer do Conselho Fiscal e aprovação do Conselho de Administração, salvo nos casos previstos na lei e naquela política.

Conforme indicado no ponto 18 deste relatório, a Comissão Executiva é composta por 5 membros.

Competências

A Comissão Executiva é responsável pela gestão da atividade da Sociedade de acordo com o disposto no Código das Sociedades Comerciais e de acordo com a delegação aprovada pelo Conselho de Administração nos termos do artigo 20.º dos estatutos.

A Comissão Executiva executa e supervisiona a implementação das políticas aprovadas pelo Conselho de Administração para as empresas do Grupo, apoiando a sua atividade e tomando posições nas matérias que lhe foram delegadas.

Nos termos dos estatutos, e tal como aprovado em reunião do Conselho de Administração, foram delegadas na Comissão Executiva as seguintes matérias em particular:

- pareceres fiscais relacionados com as subsidiárias com resultados antes de impostos inferiores a um montante pré-definido;
- qualquer alteração no objeto ou nos estatutos das subsidiárias com um volume de negócios inferior a um montante pré-definido;
- conclusão, alteração ou rescisão de acordos de patentes, licenças ou *knowhow*;
- a disposição de garantias de qualquer tipo, tal como a assunção de dívida (ex: cartas de conforto, concessão de garantias, ónus sobre quaisquer ativos de uma subsidiária) inferiores a um montante pré-definido individualmente ou inferiores a um montante pré-definido em agregado relativamente a obrigações para com terceiras partes relacionadas por parte de subsidiárias;
- a submissão de propostas comerciais inferiores a um montante pré-definido;
- todas as parcerias estratégicas e / ou de capital (novos parceiros para novos projetos ou investimentos) em projetos com um volume de negócios estimado anualmente inferior a um montante pré-definido;
- assinatura de contratos de bens e serviços inferiores a um montante pré-definido;
- operações estratégicas de investimento, incluindo concessões ou desinvestimentos não incluídos no Plano de investimentos, com valor inferior a um montante pré-definido;
- início de processos legais contra clientes, parceiros ou entidades contratadas, assim como processos relacionados com dívidas a receber (ou acordos de recebimentos relacionados) de valor inferior a um montante pré-definido;
- aumento em menos de 20% da dívida de médio e longo prazo no Grupo ou nas suas subsidiárias (não previsto em Orçamento);
- transações financeiras para subsidiárias que requeiram garantias do Grupo;
- designação, cessação de atividade ou retirada de funções dos órgãos sociais de subsidiárias com um volume de negócios inferior a um montante pré-definido;
- qualquer contribuição de natureza cultural, social ou científica, no âmbito do programa de responsabilidade social do Grupo, inferior a um montante pré-definido.

Por outro lado, a Comissão Executiva é também responsável por:

- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre o Plano de negócios do Grupo (incluindo objetivos estratégicos do Grupo e Plano económico e financeiro), sobre as Políticas corporativas, sobre o Orçamento anual e sobre o Plano de investimento e financiamento;
- submeter propostas ao Conselho de Administração para entrada em novas regiões, mercados ou negócios;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre operações de aquisição, fusão e venda de subsidiárias;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre a incorporação de marcas de qualquer subsidiária;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre qualquer parceria estratégica e / ou de capital (novos parceiros para novos contratos ou investimentos);
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre as diretrizes para o Grupo em termos da política de dividendos, estrutura de capital, investimentos, gestão da dívida, operações de emissão e troca de obrigações, empréstimos, financiamentos, relação bancária, seguros e garantias;

- submeter propostas ao Conselho de Administração para aumentar a exposição da dívida de médio e longo prazo da Sociedade e suas subsidiárias (em acréscimo ao Orçamento);
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre transações financeiras das subsidiárias que requeiram garantias corporativas da Sociedade;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre operações estruturais de capital e dívida de médio e longo prazo;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre relatórios intercalares e anuais das contas consolidadas e individuais da Sociedade;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre as diretrizes do modelo de gestão da Sociedade e suas subsidiárias;
- submeter propostas ao Conselho de Administração sobre políticas de representação institucional do Grupo, regiões e mercados;
- aprovar a emissão e revogação de procurações;
- aprovar decisões de curto, médio e longo prazo relacionadas com a dívida;
- representação oficial da Sociedade, administrativa e judicialmente;
- representação institucional do Grupo por delegação do Conselho de Administração;
- representação do Grupo, por delegação do Conselho de Administração, junto de atuais e potenciais investidores;
- aprovar as políticas de *marketing* do Grupo;
- aprovar e coordenar as ações de comunicação interna do Grupo;
- submeter propostas ao Conselho de Administração, incluindo pareceres, sobre as orientações estratégicas do Grupo, regiões e mercados, sobre as políticas de recursos humanos, relativamente ao desenvolvimento de carreiras, remunerações e incentivos;
- aprovar o Plano anual de ação de recursos humanos (*Top Management* e jovens de elevado potencial);
- aprovar as políticas de recursos humanos para *Top Management* relativamente ao desenvolvimento de carreira, remunerações e incentivos;
- aprovar as políticas de recursos humanos, incluindo o sistema de gestão e avaliação de desempenho e de incentivos para os colaboradores.

Adicionalmente, compete ao Presidente da Comissão Executiva informar o Conselho de Administração da atividade da Comissão, bem como das suas decisões e respetiva implementação. Por último, os membros executivos prestaram aos membros não-executivos, bem como aos demais membros dos órgãos sociais, todos os esclarecimentos necessários ao exercício das competências destes, quer por sua iniciativa, quer a solicitação dos mesmos, nomeadamente no decurso das reuniões do Conselho de Administração.

Operação

A Comissão Executiva reúne normalmente pelo menos duas vezes por mês e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros administradores, devendo o calendário para as reuniões de cada ano ser elaborado pelo Presidente da Comissão Executiva e publicitado a todos os membros até ao dia 15 de dezembro do ano anterior.

A convocatória para cada reunião deverá ser enviada aos membros da Comissão Executiva com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a respetiva proposta de agenda.

Qualquer membro da Comissão Executiva pode solicitar a inclusão de pontos adicionais na agenda da reunião, anexando todos os documentos considerados necessários para a decisão e pedindo a participação de qualquer pessoa externa (incluindo, mas não se limitando a, um membro de qualquer departamento corporativo, a um *CEO* de uma Unidade de negócio ou a um *country manager*) na apresentação de cada ponto.

O Gabinete da Comissão Executiva é responsável pela elaboração e distribuição da agenda e da respetiva documentação de suporte, de acordo com as matérias aprovadas para o efeito pelo Presidente da Comissão Executiva.

A Comissão Executiva não pode reunir sem estar presente ou representada a maioria dos seus membros.

Qualquer membro da Comissão Executiva pode ser representado por outro membro da mesma Comissão através de documento enviado ao Presidente que só pode ser utilizado uma vez.

Os membros da Comissão Executiva deverão assegurar a sua presença em pelo menos oitenta por cento das reuniões da Comissão realizadas em cada exercício.

As resoluções da Comissão Executiva são tomadas por uma maioria simples dos votos expressos. De cada reunião é elaborada ata, validada por todos os presentes, e circulada pelo Conselho de Administração.

Em 31 de dezembro de 2023, no que concerne à distribuição de pelouros entre os titulares do Conselho de Administração, nomeadamente no âmbito da Comissão Executiva, destaca-se o seguinte:

- Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
 - Presidente da Comissão Executiva (“CEO”)
 - Jurídico
 - *Compliance*
 - Risco
 - Sustentabilidade
 - Estratégia de recursos humanos
 - *Investor relations*
 - Relações institucionais
 - Comunicação e imagem

- Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
 - Vice-Presidente da Comissão Executiva (“Vice-CEO”)
 - Comercial e *Business development*
 - Segurança, saúde, ambiente e qualidade

- João Pedro dos Santos Dinis Parreira
 - Planeamento estratégico e *M&A*

- Di Xiao
 - *Chief Accounting Officer* (CAO)
 - Serviços administrativos
 - Serviços técnicos

- José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira
 - *Chief Financial Officer* (CFO)
 - Finanças corporativas
 - Controlo de negócios
 - Fiscalidade corporativa
 - *IT* e transição digital

Em 31 de dezembro de 2023, Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos, na qualidade de Presidente da Comissão Executiva, era considerado o *Chief Executive Officer* (CEO) da Sociedade e o Dr. José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira, na qualidade de responsável pela área financeira da Sociedade, era considerado o *Chief Financial Officer* (CFO).

Órgãos de fiscalização

A fiscalização da Sociedade é exercida por um Conselho Fiscal e por uma Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, os quais exercem as funções que resultam da legislação aplicável e dos estatutos.

Compete à Assembleia Geral eleger os membros do Conselho Fiscal, bem como o suplente ou suplentes deste e, bem assim, designar o respetivo Presidente de entre os seus membros. Por outro lado, compete igualmente à Assembleia Geral designar, sob proposta do Conselho Fiscal, o Revisor Oficial de Contas ou a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas.

Conselho Fiscal

Composição

De acordo com o regulamento de funcionamento do Conselho Fiscal, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Por outro lado, em conformidade com a Lei n.º 62/2017, o género menos representado no Conselho Fiscal terá sempre pelo menos 33,3% de todos os seus membros.

Adicionalmente, os membros do Conselho Fiscal estão sujeitos, durante o seu mandato, ao regime de incompatibilidades previsto no artigo 414º-A do Código das Sociedades Comerciais.

O Conselho Fiscal da Sociedade é composto por um número mínimo de três membros efetivos, um Presidente e dois vogais, sendo que a maioria destes deverá ser independente.

Competências

As competências / responsabilidades do Conselho Fiscal encontram-se descritas no ponto 38 deste relatório.

Operação

O Conselho Fiscal reúne normalmente pelo menos uma vez por mês e extraordinariamente sempre que for convocado pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião do Conselho Fiscal deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a sua agenda.

O Conselho Fiscal não pode decidir sem a presença da maioria dos seus membros.

As resoluções do Conselho Fiscal são tomadas por uma maioria simples dos votos expressos. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros efetivos do Conselho Fiscal.

Os membros do Conselho Fiscal deverão estar presentes nas reuniões do Conselho de Administração para as quais o respetivo Presidente os convoque, ou em que a divulgação periódica de informação financeira seja avaliada, bem como em todas as outras, sempre que tal seja considerado adequado. De salientar que até ao momento, o Conselho Fiscal tem participado na grande maioria das reuniões do Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reunir-se-á com o *CEO* de cada Unidade de negócio do Grupo pelo menos duas vezes por ano e sempre que uma transação não orçamentada relevante estiver a ser estudada ou proposta. Por outro lado, o Conselho Fiscal manterá com a periodicidade considerada adequada, reuniões, pelo menos anuais, com os membros da Comissão de Risco e Auditoria Interna e com os membros da Comissão de Orçamento de modo a acompanhar os resultados da sua atividade.

Subcomissões:

Comissão de Orçamento

Composição

A Comissão de Orçamento teve a sua composição aprovada em reunião do Conselho de Administração, sendo a mesma a seguinte:

- Um Presidente (Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro - administradora independente)
- Dois outros membros (Tian Feng – administradora não independente e Luís Filipe Cardoso da Silva)

Por outro lado, de acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão de Orçamento, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Competências

A Comissão de Orçamento supervisiona a emissão do Orçamento anual do Grupo (OAG), incluindo os exercícios periódicos de *Forecast*, elaborando pareceres para posterior análise por parte do Conselho de Administração.

A Comissão de Orçamento participa igualmente na revisão da estratégia e do Plano de negócios do Grupo.

Adicionalmente, no caso de uma nova empresa, *joint venture* ou grande projeto não incluído no OAG, a Comissão de Orçamento supervisionará a elaboração do primeiro orçamento referente ao ano de aquisição ou arranque do projeto.

Por outro lado, a Comissão de Orçamento poderá emitir relatórios e pareceres relativos ao cumprimento do OAG, aos desvios orçamentais ocorridos ou sobre outras matérias da sua responsabilidade.

Por último, compete ao Presidente da Comissão de Orçamento informar o Presidente do Conselho de Administração da atividade da Comissão, bem como das suas decisões e respetiva implementação.

Operação

A Comissão de Orçamento reúne normalmente pelo menos quatro vezes por ano e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião da Comissão de Orçamento deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a proposta de agenda.

Qualquer membro da Comissão de Orçamento poderá solicitar ao Presidente, até 3 dias úteis antes de cada reunião, a inclusão de pontos adicionais na agenda, anexando para tal todos os documentos de suporte que considere indispensáveis.

O Presidente é responsável pela preparação e distribuição da agenda e respetiva documentação.

As resoluções da Comissão de Orçamento serão tomadas por uma maioria simples dos votos expressos, sendo admitidas declarações de voto em ata. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros da Comissão de Orçamento.

Durante o ano de 2023, realizaram-se 4 reuniões da Comissão de Orçamento com a presença efetiva, ou via representação, da totalidade dos membros em exercício.

Comissão de Risco e Auditoria Interna

Composição

A Comissão de Risco e Auditoria Interna teve a sua composição aprovada em reunião do Conselho de Administração, sendo a mesma a seguinte:

- Um Presidente (Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto - administradora independente)
- Dois outros membros (Ping Ping – administradora não independente e António Manuel da Silva Vila Cova)

Por outro lado, de acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão de Risco e Auditoria Interna, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Competências

De acordo com a delegação do Conselho de Administração, compete à Comissão de Risco e Auditoria Interna:

- monitorizar o negócio da Sociedade, garantindo uma análise integrada e permanente dos riscos que lhes estão associados;
- propor e acompanhar a implementação de medidas e procedimentos concretos relacionados com o controlo e redução de riscos na atividade da Sociedade, visando a melhoria da gestão do sistema de controlo interno e do sistema de risco;
- verificar a implementação de ajustamentos ao sistema de controlo interno e de gestão de riscos propostos pelo Conselho Fiscal;
- emitir parecer sobre a matriz de risco do Grupo sempre que a mesma for atualizada ou quando ocorrerem alterações substanciais nos riscos do ambiente externo e / ou riscos operacionais;
- avaliar as estratégias de gestão de risco definidas a nível corporativo e a implementação das políticas corporativas de gestão de risco nas Unidades de negócio;
- monitorizar a avaliação dos riscos associados a projetos selecionados;
- aprovar o Plano anual de auditoria interna de acordo com a materialidade, relevância e oportunidade dos riscos identificados;
- emitir relatórios com recomendações, se aplicável, na sequência de cada auditoria interna realizada pela área de Auditoria Interna;
- monitorizar a implementação das recomendações contidas nos relatórios ou pareceres da área de Auditoria Interna, conforme informação regularmente recebida sobre o seu estado de execução;
- monitorizar auditorias externas e comentar relatórios de auditoria;
- monitorizar as inspeções das autoridades reguladoras e de outras autoridades;
- promover um ambiente e cultura de cumprimento das políticas internas pelas diversas empresas, bem como das regras e procedimentos relacionados com os valores corporativos, nomeadamente o Código de ética e conduta empresarial nas empresas do Grupo;
- monitorizar o cumprimento do procedimento de comunicação de irregularidades, nomeadamente garantindo os direitos do denunciante.

Por último, compete, entre outras, ao Presidente da Comissão de Risco e Auditoria Interna, gerir em todas as matérias relevantes a área de Auditoria Interna, em coordenação com o *Chief Corporate Officer*, assegurar a circulação de informação com o Conselho Fiscal e informar o Presidente do Conselho de Administração da atividade da Comissão, bem como das suas decisões e respetiva implementação.

Operação

A Comissão de Risco e Auditoria Interna reúne normalmente pelo menos quatro vezes por ano e extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a proposta de agenda.

O Presidente é responsável pela preparação e distribuição da agenda e respetiva documentação.

Os membros da Comissão de Risco e Auditoria Interna assegurarão a sua presença em pelo menos oitenta por cento das reuniões realizadas em cada exercício.

As resoluções da Comissão de Risco e Auditoria Interna serão tomadas por uma maioria simples dos votos expressos, sendo admitidas declarações de voto em ata. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros da Comissão de Risco e Auditoria Interna.

Durante o ano de 2023, realizaram-se 4 reuniões da Comissão de Risco e Auditoria Interna com a presença efetiva, ou via representação, da totalidade dos membros em exercício.

Comissão de Avaliação e Remunerações

Composição

A Comissão de Avaliação e Remunerações teve a sua composição aprovada em reunião do Conselho de Administração, sendo a mesma a seguinte:

- Um Presidente (Francisco Manuel Seixas da Costa - administrador independente)
- Dois outros membros (Tian Feng – administradora não independente e Ismael Antunes Hernandez Gaspar)

Por outro lado, de acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão de Avaliação e Remunerações, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Competências

De acordo com a delegação do Conselho de Administração, compete à Comissão de Avaliação e Remunerações:

- promover a avaliação anual do desempenho global do Conselho de Administração, do desempenho individual dos seus membros, e, em especial, do desempenho da Comissão Executiva, bem como de outras comissões do Conselho de Administração, quando tal se revelar adequado;
- tendo em consideração os artigos 26.º-A a 26-F do Código dos Valores Mobiliários, elaborar e atualizar a proposta de política de remunerações a apresentar pela Comissão de Vencimentos aos acionistas;
- preparar anualmente uma proposta sobre o pacote de remunerações para todos os órgãos estatutários da Sociedade a apresentar pela Comissão de Vencimentos aos acionistas;
- tendo em consideração as normas de avaliação de desempenho dos administradores, órgãos estatutários das Unidades de negócio e subsidiárias e todos os gestores de topo, realizar avaliações e fazer recomendações tidas por adequadas e necessárias;
- rever e aprovar o pacote de remuneração específico para todos os órgãos sociais das Unidades de negócio e subsidiárias e para todos os gestores de topo. Para tal, a Comissão terá em consideração fatores como os vencimentos pagos por empresas comparáveis, o compromisso temporal e as responsabilidades de cada função, as condições de recrutamento para outros cargos da Sociedade, bem como se a remuneração deverá ser determinada com base nos resultados e no desempenho;
- rever e aprovar a remuneração variável baseada nos resultados e no desempenho, de acordo com as políticas e objetivos da Sociedade aprovados pelo Conselho de Administração, e a avaliação anual do desempenho;
- rever e aprovar as compensações a pagar aos administradores e gestores de topo em relação a qualquer perda ou cessação de funções ou nomeação, por forma a garantir que as mesmas sejam realizadas de acordo com as condições contratuais relevantes, em termos justos e razoáveis, não impondo encargos indevidos à Sociedade;

- rever e aprovar as medidas de indemnização relativas à demissão ou à destituição de administradores por má conduta, a fim de assegurar que as mesmas sejam realizadas de acordo com as condições contratuais pertinentes e, de igual modo, em termos justos e razoáveis;
- garantir que nenhum administrador ou qualquer parte relacionada (tal como definido na política de transações com partes relacionadas) esteja envolvido na determinação da sua própria remuneração.

Por último, entre outras, compete ao Presidente da Comissão de Avaliação e Remunerações:

- assegurar o intercâmbio de informações com outros órgãos sociais e Comissões, nomeadamente a Comissão de Vencimentos;
- apoiar a Comissão de Vencimentos a exercer as suas funções nos termos da lei e do artigo 27º dos estatutos, nomeadamente através da apresentação da proposta da política de remunerações e da apresentação da proposta de pacote de remuneração para todos os órgãos sociais da Sociedade; e
- informar o Presidente do Conselho de Administração da atividade da Comissão de Avaliação e Remunerações, bem como das suas decisões e da respetiva implementação.

Operação

A Comissão de Avaliação e Remunerações reúne normalmente quatro vezes por ano, podendo, contudo, sob proposta do seu Presidente e acordo unânime dos seus membros, alguma dessas reuniões regulares ser anulada, por ausência de objeto. A Comissão poderá ainda reunir extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião da Comissão deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a proposta de agenda.

Qualquer membro da Comissão de Avaliação e Remunerações poderá solicitar ao Presidente, até 3 dias úteis antes de cada reunião, a inclusão de pontos adicionais à agenda, anexando para tal todos os documentos de suporte que considere indispensáveis.

O Presidente é responsável pela preparação e distribuição da agenda e respetiva documentação.

As resoluções da Comissão de Avaliação e Remunerações serão tomadas por uma maioria simples dos votos expressos, sendo admitidas declarações de voto em ata. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros da Comissão de Avaliação e Remunerações.

Durante o ano de 2023, realizou-se uma reunião da Comissão de Avaliação e Remunerações com a presença efetiva, ou via representação, da totalidade dos membros em exercício.

Comissão de Nomeações

Composição

A Comissão de Nomeações teve a sua composição aprovada em reunião do Conselho de Administração, sendo a mesma a seguinte:

- Um Presidente (Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz - administradora independente)
- Dois outros membros (Ping Ping – administradora não independente e Ismael Antunes Hernandez Gaspar)

Por outro lado, de acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão de Nomeações, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Competências

De acordo com a delegação do Conselho de Administração, a Comissão de Nomeações é responsável pelas seguintes matérias:

- a. relativas aos membros dos órgãos sociais da Sociedade:
 - rever a estrutura, a dimensão e a composição (incluindo as competências, conhecimentos e experiência) de cada órgão social pelo menos anualmente e efetuar recomendações aos acionistas sobre quaisquer alterações propostas para complementar a estratégia corporativa da Sociedade;
 - avaliar a independência dos administradores independentes da Sociedade;
 - rever a política de diversidade e a sua divulgação no Relatório de governo e no Relatório de informação não financeira;

- tendo em consideração as normas, procedimentos e métodos de seleção dos candidatos a qualquer órgão social, efetuar recomendações sobre os candidatos aos acionistas;
 - efetuar recomendações sobre a nomeação ou a renomeação de qualquer membro de um órgão social e sobre os planos de sucessão dos administradores, em particular do Presidente do Conselho de Administração e do *CEO*.
- b. relativas aos membros dos órgãos sociais das Unidades de negócio e subsidiárias e de todos os gestores de topo:
- rever a política de diversidade ao nível do Grupo e a sua divulgação no Relatório de governo e no Relatório de informação não financeira;
 - emitir parecer sobre as propostas da Comissão Executiva para a nomeação ou renomeação de qualquer membro de um órgão social das Unidades de negócio e subsidiárias;
 - emitir parecer sobre as propostas da Comissão Executiva para a nomeação de qualquer gestor de topo.
- c. avaliar e efetuar recomendações sobre as posições acima mencionadas;
- d. recrutar candidatos qualificados nos mercados de recursos humanos no país e no estrangeiro e no conjunto de talentos internos, identificar indivíduos devidamente qualificados para atuar como diretores, nomear esses candidatos para a direção ou efetuar recomendações ao Conselho de Administração.

Por último, entre outras, compete ao Presidente da Comissão de Nomeações assegurar a coordenação com a Comissão para a Igualdade entre Mulheres e Homens, considerando sempre o Plano para a igualdade de género, e informar o Presidente do Conselho de Administração da atividade da Comissão, bem como das suas decisões e respetiva implementação.

Operação

A Comissão de Nomeações reúne normalmente quatro vezes por ano, podendo, contudo, sob proposta do seu Presidente e acordo unânime dos seus membros, alguma dessas reuniões regulares ser anulada, por ausência de objeto. A Comissão poderá ainda reunir extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a proposta de agenda.

Qualquer membro da Comissão de Nomeações poderá solicitar a inclusão de pontos adicionais na agenda, anexando todos os documentos de suporte considerados necessários para a decisão e pedindo a participação de qualquer pessoa externa (incluindo, mas não se limitando a, um membro de qualquer departamento corporativo) na apresentação de cada ponto.

O Presidente é responsável pela preparação e distribuição da agenda e respetiva documentação.

As resoluções da Comissão de Nomeações serão tomadas por uma maioria simples dos votos expressos. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros da Comissão de Nomeações.

Durante o ano de 2023, não se realizou qualquer reunião da Comissão de Nomeações.

Comissão de Riscos Jurídicos

Composição

A Comissão de Riscos Jurídicos teve a sua composição aprovada em reunião do Conselho de Administração, sendo a mesma a seguinte:

- Um Presidente (Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins - administrador não executivo e não independente)
- Dois outros membros (Luís Filipe Cardoso da Silva e Ivone Santos Martins)

Por outro lado, de acordo com o regulamento de funcionamento da Comissão de Riscos Jurídicos, os seus membros devem ter um perfil adequado para as funções a desempenhar, incluindo atributos individuais, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional.

Adicionalmente, de acordo com os assuntos discutidos, serão convidados para as reuniões desta Comissão os representantes das áreas jurídicas e de risco das principais empresas do Grupo.

Competências

De acordo com a delegação do Conselho de Administração, compete à Comissão de Riscos Jurídicos:

- integrar (através, pelo menos, do seu Presidente) a equipa de coordenação dos principais riscos jurídicos, por iniciativa própria, por solicitação da Comissão Executiva ou por indicação do Conselho de Administração;
- acompanhar o processo de levantamento sistemático de riscos jurídicos, integrado no sistema de gestão de risco da Sociedade;
- emitir recomendações sobre os serviços jurídicos previstos contratar no orçamento anual;
- emitir recomendações sobre a contratação de serviços jurídicos sempre que o respetivo valor ultrapasse os 50 mil euros;
- emitir recomendações sobre o *Head of Legal*, e sobre os coordenadores da área jurídica das Unidades de negócio.

Por último, entre outras, compete ao Presidente da Comissão de Riscos Jurídicos informar o Presidente do Conselho de Administração da atividade da Comissão, bem como das suas decisões e respetiva implementação.

Operação

A Comissão de Riscos Jurídicos reúne normalmente quatro vezes por ano, podendo, contudo, sob proposta do seu Presidente e acordo unânime dos seus membros, alguma dessas reuniões regulares ser anulada, por ausência de objeto. A Comissão poderá ainda reunir extraordinariamente sempre que for convocada pelo seu Presidente ou por dois outros membros.

A convocatória para cada reunião da Comissão deverá ser enviada pelo Presidente aos restantes membros com pelo menos 5 dias úteis de antecedência, juntamente com a proposta de agenda.

Qualquer membro da Comissão de Riscos Jurídicos poderá solicitar ao Presidente, até 3 dias úteis antes de cada reunião, a inclusão de pontos adicionais à agenda, anexando para tal todos os documentos de suporte que considere indispensáveis.

O Presidente é responsável pela preparação e distribuição da agenda e respetiva documentação.

As resoluções da Comissão de Riscos Jurídicos serão tomadas por uma maioria simples dos votos expressos, sendo admitidas declarações de voto em ata. De cada reunião é elaborada ata, validada e circulada por todos os membros da Comissão de Riscos Jurídicos.

Durante o ano de 2023, realizou-se uma reunião da Comissão de Riscos Jurídicos com a presença efetiva, ou via representação, da totalidade dos membros em exercício.

Outras comissões

Comissão de Vencimentos

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, tem por função definir a Política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade. Neste contexto, a Comissão de Vencimentos, com o apoio da Comissão de Avaliação e Remunerações, acompanha e avalia, numa base constante, o desempenho dos administradores, verificando em que medida foram atingidos os objetivos propostos, e reúne sempre que for necessário.

Por outro lado, compete a esta Comissão, com o apoio da Comissão de Nomeações, assegurar que as propostas para eleição dos novos membros do Conselho de Administração sejam acompanhadas da fundamentação sobre a adequação do perfil, conhecimentos e *curriculum* à função a desempenhar, de modo a cumprir com os atributos individuais pré-estabelecidos, tais como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência profissional, bem como com os critérios de diversidade, incluindo género, formação e experiência, exigidos no regulamento de funcionamento do Conselho de Administração.

De igual modo, encontra-se também no âmbito de atuação da Comissão de Vencimentos, com o apoio da Comissão de Nomeações, o acompanhamento e o apoio no processo de nomeação de quadros dirigentes.

A Comissão de Vencimentos eleita para o triénio 2021-2023 é composta pelos seguintes membros: Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos e Jingchun Wang, ambos membros não independentes do Conselho de Administração. São elaboradas atas de todas as reuniões realizadas.

Durante o ano de 2023, realizaram-se 4 reuniões da Comissão de Vencimentos com a presença efetiva da totalidade dos membros em exercício.

22. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo.

Os órgãos de administração e fiscalização da Sociedade têm regulamentos internos de funcionamento que não se encontram publicados no sítio de Internet da Sociedade e que não se encontram disponíveis para consulta. A Mota-Engil entende que os regulamentos vão para além dos aspetos de mero funcionamento dos órgãos, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não os disponibiliza ao público. No entanto, as principais funções e responsabilidades daqueles órgãos são explicitadas detalhadamente ao longo deste relatório, vide por exemplo pontos 21 e 38.

23. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade de cada membro, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, às reuniões realizadas.

Durante o ano de 2023, tiveram lugar 17 reuniões do Conselho de Administração (CADM) e 20 reuniões da Comissão Executiva (COMEX), com a seguinte assiduidade:

Administrador	CADM	COMEX	Nº cargos de administração fora do Grupo ⁽³⁾
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	94%	n/a	5
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	100%	n/a	3
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	94%	100%	12
Di Xiao	100%	100%	0
Francisco Manuel Seixas da Costa	100%	n/a	1
Gonçalo Nuno Gomes de A. Moura Martins	94%	n/a	1
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	100%	n/a	1
Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz	94%	n/a	23
Jingchun Wang	100%	n/a	2
João Pedro dos Santos Dinis Parreira ¹⁾	75%	89%	0
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira ¹⁾	94%	100%	0
Leong Vai Tac	88%	n/a	1
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	88%	100%	4
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	76%	n/a	5
Paulo Sacadura Cabral Portas ¹⁾	100%	n/a	1
Ping Ping	100%	n/a	0
Tian Feng	100%	n/a	2
Xiangrong Wang ²⁾	n/a	n/a	0
Assiduidade média	94%	98%	

1) Iniciou funções em 30/01/2023

2) Deixou de exercer funções em 30/01/2023

3) Número de cargos de administração exercidos em empresas fora do Grupo Mota-Engil.

24. Indicação dos órgãos da Sociedade competentes para realizar a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

Tal como referido no ponto 21 acima, compete à Comissão de Avaliação e Remunerações, por delegação do Conselho de Administração, promover a avaliação anual do desempenho global do Conselho de Administração, do desempenho individual dos seus membros, e, em especial, do desempenho da Comissão Executiva, bem como das outras comissões do Conselho de Administração, quando tal se revelar adequado.

25. Critérios predeterminados para a avaliação de desempenho dos administradores executivos.

A componente quantitativa da avaliação do desempenho dos administradores executivos compreende um conjunto de *Key-Performance Indicators* (KPI), indexados ao Plano estratégico do Grupo.

A avaliação quantitativa é, posteriormente, ponderada com a avaliação qualitativa individual, de natureza discricionária, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos.

26. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício.

Em 31 de dezembro de 2023, os cargos exercidos pelos administradores da Mota-Engil em outras empresas (maioritariamente em empresas do Grupo ou em representação do Grupo), bem como outras atividades relevantes desempenhadas pelos mesmos, encontram-se discriminados no ponto 4.7 do capítulo 4 - Anexos "Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco anos", ficando evidenciada pelo reduzido número de cargos que exercem fora do Grupo Mota-Engil, e também pela assiduidade e participação ativa dos mesmos, quer nas reuniões da Comissão Executiva, no caso dos administradores executivos, quer nas reuniões do Conselho de Administração (conforme ponto 23 supra), a disponibilidade de cada um dos membros para o exercício das suas funções.

27. Identificação das comissões criadas no seio, consoante aplicável, do Conselho de Administração, do Conselho Geral e de Supervisão e do Conselho de Administração Executivo, e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento.

Para além da Comissão Executiva, o Conselho de Administração constituiu a Comissão de Orçamento, a Comissão de Risco e Auditoria Interna, a Comissão de Avaliação e Remunerações, a Comissão de Nomeações e a Comissão de Riscos Jurídicos (conforme ponto 21 supra). Os respetivos regulamentos internos de funcionamento não se encontram disponíveis para consulta, mas as principais funções e responsabilidades daquelas Comissões encontram-se descritas detalhadamente no ponto atrás referido.

28. Composição, se aplicável, da comissão executiva e/ou identificação de administrador(es) delegado(s).

Em 31 de dezembro de 2023, a composição da Comissão Executiva era como segue:

Administrador	Cargo
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Presidente do Conselho de Administração e Presidente da Comissão Executiva
Di Xiao	Vogal do Conselho de Administração
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	Vogal do Conselho de Administração e Vice-Presidente da Comissão Executiva
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Vogal do Conselho de Administração
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira	Vogal do Conselho de Administração

29. Indicação das competências de cada uma das comissões criadas e síntese das atividades desenvolvidas no exercício dessas competências.

No que respeita a esta matéria, remete-se para o ponto 21 supra.

III. Fiscalização

30. Identificação do órgão de fiscalização (Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria ou Conselho Geral e de Supervisão) correspondente ao modelo adotado.

O Conselho Fiscal e a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas são, no modelo de governo adotado, os órgãos de fiscalização da Sociedade.

31. Composição, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação do número estatutário mínimo e máximo de membros, duração estatutária do mandato, número de membros efetivos, data da primeira designação, e data do termo de mandato de cada membro, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 18.

De acordo com os estatutos da Sociedade, o Conselho Fiscal deve ser composto por um número mínimo de três membros efetivos, sendo que a maioria destes deverá ser independente. Por outro lado, o Conselho Fiscal terá ainda um ou dois membros suplentes, se for constituído por três ou mais membros efetivos, respetivamente. Adicionalmente, compete à Assembleia Geral de Acionistas designar o Presidente do Conselho Fiscal entre os seus membros. Por último, o mandato dos membros do Conselho Fiscal tem a duração de três anos.

Os membros designados para o mandato em curso (triénio de 2023-2025) e que se encontram em funções são:

Membro	Cargo	Primeira designação	Termo do mandato em
José António Ferreira de Barros	Presidente	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2025
Cristina Maria da Costa Pinto	Efetivo	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2025
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Efetivo	23 de maio de 2019	31 de dezembro de 2025
Carlos Manuel Pomar dos Santos Neves de Matos	Suplente	27 de abril de 2023	31 de dezembro de 2025

Adicionalmente, atendendo à dimensão e complexidade do Grupo, presente num elevado número de países e desenvolvendo diversas atividades, e face à análise de *benchmarking* realizada a outras empresas cotadas em Portugal e na União Europeia, considera-se adequado o atual número e o perfil dos membros do Conselho Fiscal.

32. Identificação, consoante aplicável, dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras que se considerem independentes, nos termos do art. 414º, nº 5 CSC, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 19.

Todos os membros do Conselho Fiscal, efetivos e suplente, cumprem os critérios de independência previstos no nº 5 do artigo 414º, bem como as regras de incompatibilidade previstas no nº 1 do artigo 414º-A, ambos do CSC.

33. Qualificações profissionais, consoante aplicável, de cada um dos membros do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras e outros elementos curriculares relevantes, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 21.

José António Ferreira de Barros (Presidente)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Engenharia Químico-Industrial pela Faculdade de Engenharia da Universidade do Porto

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Gerente da SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda.
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Eça de Queiroz
- Presidente do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AMAR – Associação Mutualista dos Artistas, Casa do Artista – Norte
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da STCP - Sociedade de Transportes Coletivos do Porto, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FASE - Estudos e Projectos, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GED Ventures Portugal, SCR
- Fundador e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação AEP

Cristina Maria da Costa Pinto (Efetivo)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Licenciatura em Direito pela Universidade Católica Portuguesa

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Consultora na área fiscal na Sociedade Pinheiro Pinto – Consultadoria, Lda.
- Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
- Advogada

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (Efetivo)**Qualificações profissionais**

- Licenciatura em Gestão pela Faculdade de Economia da Universidade do Porto
- Pós-graduação em Gestão do Risco e Derivados pela Universidade Católica Portuguesa
- Revisor Oficial de Contas

Percurso profissional nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal de várias empresas fora do Grupo
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, de várias empresas fora do Grupo

34. Existência e local onde podem ser consultados os regulamentos de funcionamento, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 24.

O Conselho Fiscal da Mota-Engil dispõe de regulamento interno de funcionamento. No entanto, o mesmo não se encontra publicado no sítio de Internet da Sociedade nem se encontra disponível para consulta. A Sociedade entende que o regulamento vai para além dos aspetos de mero funcionamento do órgão, contendo um conteúdo reservado, razão pela qual não o disponibiliza ao público. Contudo, as principais funções e responsabilidades do Conselho Fiscal encontram-se descritas detalhadamente ao longo dos diversos pontos deste capítulo III (pontos 30 a 38).

35. Número de reuniões realizadas e grau de assiduidade às reuniões realizadas, consoante aplicável, de cada membro do Conselho Fiscal, Comissão de Auditoria, Conselho Geral e de Supervisão e da Comissão para as Matérias Financeiras, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 25.

Durante o ano de 2023, realizaram-se 12 reuniões do Conselho Fiscal com a presença efetiva da totalidade dos membros em exercício.

36. Disponibilidade de cada um dos membros, consoante aplicável, do Conselho Fiscal, da Comissão de Auditoria, do Conselho Geral e de Supervisão ou da Comissão para as Matérias Financeiras, com indicação dos cargos exercidos em simultâneo em outras empresas, dentro e fora do Grupo, e outras atividades relevantes exercidas pelos membros daqueles órgãos no decurso do exercício, podendo remeter-se para ponto do relatório onde já conste essa informação por força do disposto no nº 26.

José António Ferreira de Barros (Presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Gerente da SPAL – Sociedade Portuguesa do Ar Líquido, Lda.
- Membro do Conselho de Administração da Fundação Eça de Queiroz
- Presidente do Conselho Fiscal da CIN - Corporação Industrial do Norte, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AMAR – Associação Mutualista dos Artistas, Casa do Artista – Norte
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da FASE - Estudos e Projectos, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da AEP - Associação Empresarial de Portugal, Câmara de Comércio e Indústria para o Norte de Portugal, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da GED Ventures Portugal, SCR
- Fundador e Presidente do Conselho de Curadores da Fundação AEP

Cristina Maria da Costa Pinto (Efectivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
- Consultora na área fiscal na Sociedade Pinheiro Pinto – Consultadoria, Lda.
- Membro do Conselho Fiscal das seguintes entidades:
 - Banco L. J. Carregosa, S.A.
 - Haitong Bank SGPS, S.A.
 - Sogrape SGPS, S.A.
 - Super Bock Group SGPS, S.A.

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus (Efetivo)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente do Conselho Fiscal da Flexdeal – Sociedade de Investimento Mobiliário para Fomento da Economia, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Bright Ventures Capital, SCR, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Sonae Capital, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal da Sociedade Banco Primus, S.A.
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, da Associação Porto Digital
- Membro do Conselho Fiscal, na qualidade de Revisor Oficial de Contas, da Sociedade Lusa - Agências de Notícias de Portugal, S.A.
- Fiscal Único das seguintes entidades:
 - AS Artedouro, SA.
 - Frezite - Ferramenta de Corte, S.A.
 - Frezigest, S.A.
 - Oftaline, S.A.
 - Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte
 - Gestão e Obras do Porto, EM
 - Seri, Lda.
 - Mia Borsa - Fabrico e Comércio de Malas e Carteiras, Lda.

37. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos de contratação de serviços adicionais ao auditor externo.

De acordo com a legislação aplicável, é da competência do Conselho Fiscal da Mota-Engil avaliar adequadamente as ameaças à independência do revisor / auditor decorrentes da prestação de serviços distintos dos de auditoria. Esses serviços, mesmo que não sejam proibidos nos termos da lei, têm, ainda assim, que ser sempre objeto de parecer prévio devidamente fundamentado.

Nestes termos, foi sujeita à apreciação do Conselho Fiscal a possibilidade de o revisor / auditor da Mota-Engil poder prestar qualquer serviço distinto do de auditoria. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal recebe anualmente, nos termos do artigo 62º-B do Decreto-Lei nº 487/99, de 16 de novembro (alterado pelo Decreto-Lei nº 224/2008, de 20 de novembro), a declaração de independência do revisor / auditor, na qual são descritos os serviços prestados por este e por outras entidades da mesma rede, respetivos honorários pagos, eventuais ameaças à sua independência e as medidas de salvaguarda adotadas para fazer face às mesmas. Todas as ameaças à independência do revisor / auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda adotadas.

Para informação adicional sobre esta matéria, recomenda-se a leitura do ponto 46.

38. Outras funções dos órgãos de fiscalização e, se aplicável, da Comissão para as Matérias Financeiras.

Ao Conselho Fiscal compete, nos termos da lei e do respetivo regulamento de funcionamento:

- supervisionar a gestão da Sociedade;
- verificar o cumprimento da lei e dos regulamentos, dos estatutos e das normas emitidas pelas autoridades de supervisão, bem como das políticas gerais, regras, normas e práticas estabelecidas no Grupo;
- verificar, nas empresas do Grupo, a concretização dos objetivos fundamentais de: (a) controlo interno, (b) auditoria interna e (c) gestão de riscos no que respeita ao processo de preparação e divulgação da informação financeira, sem violar a sua independência;
- assegurar a adequação e a supervisão do cumprimento das políticas, critérios e práticas contabilísticas adotadas, das estimativas e julgamentos e da correção dos livros, dos registos contabilísticos e dos documentos de suporte;
- verificar, quando e como considerar adequado, o volume das disponibilidades e o *stock* de qualquer tipo de ativos ou valores pertencentes ou recebidos por empresas do Grupo em depósito ou outra garantia;
- verificar a exatidão dos documentos contabilísticos das empresas do Grupo e acompanhar o processo de preparação e divulgação de informação financeira, apresentando recomendações ou propostas para garantir a sua integridade;
- preparar anualmente um relatório sobre a sua ação de supervisão e dar parecer sobre o relatório e contas e propostas apresentadas pelo Conselho de Administração, incluindo a declaração prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 29º-G do Código dos Valores Mobiliários atestando se o relatório sobre a estrutura e as práticas de governo societário divulgado inclui os elementos referidos no artigo 29º-H do mesmo Código;
- convocar a Assembleia Geral, quando o seu Presidente não o fizer, devendo fazê-lo;
- receber as comunicações de irregularidades detetadas ou submetidas por colaboradores, acionistas ou outros, delegando à Comissão de Risco e Auditoria Interna, através da área de Auditoria Interna, a gestão do respetivo processo;
- selecionar e propor o Revisor Oficial de Contas à Assembleia Geral para eleição e recomendar justificadamente a sua preferência nos termos do artigo 16.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014;
- acompanhar a auditoria periódica das contas anuais individuais e consolidadas, incluindo a sua execução, tendo em conta quaisquer conclusões e recomendações da CMVM;
- rever e discutir com o Revisor Oficial de Contas o conteúdo do Relatório adicional para o órgão de fiscalização previsto no artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014;
- informar o Conselho de Administração dos resultados da auditoria periódica das contas e explicar como contribuiu para a integridade do processo de preparação e divulgação de informação financeira, bem como o papel que desempenhou neste processo;
- acompanhar a independência do Revisor Oficial de Contas e, nesse quadro, avaliar e decidir sobre a prestação pelo Revisor Oficial de Contas de serviços não proibidos à Sociedade e às empresas do Grupo, bem como as respetivas condições, nos termos da legislação aplicável;
- emitir parecer sobre a manutenção do Revisor Oficial de Contas para além de um período de oito anos, tendo em conta as condições de independência e as vantagens e os custos da sua substituição;
- emitir parecer sobre a política de transações com partes relacionadas;
- emitir parecer sobre todas as transações realizadas com titulares de participação qualificada na Sociedade, com entidades relacionadas com aqueles nos termos do artigo 20.º do Código dos Valores Mobiliários ou com outras partes relacionadas (incluindo os membros de qualquer órgão social), ou as suas renovações, exceto as transações que decorram no curso normal dos negócios e tenham um valor inferior a 1.000.000 de euros;
- monitorizar o cumprimento da política de transações com partes relacionadas, nomeadamente analisando o registo de potenciais transações de partes relacionadas.

Para efeitos de seleção do Revisor Oficial de Contas a contratar pela Sociedade, o Conselho Fiscal segue a seguinte metodologia: (1) pré-avaliação das entidades com potencial de assumir tal função; (2) preparação e envio, para as entidades selecionadas, de pedido de apresentação de proposta com indicação do âmbito e tipo de serviços a prestar ao nível global às empresas do Grupo, critérios de seleção e calendário respetivo; (3) receção das propostas por parte das empresas selecionadas; (4) análise das propostas e avaliação de acordo com critérios objetivos; e (5) seleção e proposta de contratualização.

Por outro lado, compete igualmente ao Conselho Fiscal pronunciar-se sobre as linhas gerais da estratégia da Sociedade, bem como sobre a sua política de risco corporativo, previamente à sua aprovação final pelo Conselho de Administração, e recomendar (com uma periodicidade semestral) a implementação de mecanismos e procedimentos de controlo interno com vista a assegurar que os riscos efetivamente incorridos pelo Grupo são consistentes com os objetivos, em termos de risco, fixados pelo Conselho de Administração.

Adicionalmente, compete ao Conselho Fiscal, com uma periodicidade quadrimestral, pronunciar-se sobre o acompanhamento da execução do Plano estratégico do Grupo.

Por último, entre outras responsabilidades, compete também ao Conselho Fiscal do Grupo acompanhar e avaliar o exercício de funções pelas áreas de *Compliance*, Risco e Auditoria Interna. Deste modo, e no âmbito da respetiva função fiscalizadora, o Conselho Fiscal acompanha os planos de trabalho e os recursos afetos às áreas atrás referidas, sendo destinatário de relatórios periódicos realizados pelas mesmas, assim como de informações sobre matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.

IV. Revisor Oficial de Contas

39. Identificação do revisor oficial de contas e do sócio revisor oficial de contas que o representa.

O cargo de Revisor Oficial de Contas efetivo da Sociedade é desempenhado pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC Lda., representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia.

40. Indicação do número de anos em que o revisor oficial de contas exerce funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou Grupo.

O cargo de Revisor Oficial de Contas é exercido desde 2017 (sete anos) pela PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda..

41. Descrição de outros serviços prestados pelo ROC à sociedade.

Ver resposta no ponto 46 abaixo.

V. Auditor

42. Identificação do auditor externo designado para os efeitos do art. 8º e do sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções, bem como o respetivo número de registo na CMVM.

O Auditor da Sociedade, nos termos do nº 2 do artigo 8º do Código dos Valores Mobiliários, é a PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., representada pelo Dr. António Joaquim Brochado Correia e encontra-se registado na CMVM sob o número 20161485.

43. Indicação do número de anos em que o auditor externo e o respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções exercem funções consecutivamente junto da Sociedade e/ou do Grupo.

A PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda. e o seu representante iniciaram a prestação de serviços de auditoria à Sociedade em 2017 (há sete anos).

44. Política e periodicidade da rotação do auditor externo e do respetivo sócio revisor oficial de contas que o representa no cumprimento dessas funções.

A política da Sociedade em termos de rotação do Auditor consiste, genericamente, na realização de um processo de consulta periódico para a sua escolha de três em três anos. No entanto, no ano de 2016, fruto da imposição legal quanto à necessidade de rotação dos auditores, o Conselho Fiscal da Sociedade promoveu o lançamento de um novo processo de consulta para o período de 2017 a 2022, tendo convidado três das quatro grandes empresas de auditoria de reputação internacional para apresentarem uma proposta para a prestação de serviços de auditoria ao Grupo Mota-Engil. Como resultado do referido processo de consulta, o Conselho Fiscal da Sociedade propôs a nomeação da PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda.. Adicionalmente, durante o ano de 2023, dado o desempenho do auditor e a possibilidade do mesmo ainda poder exercer novo mandato, o Conselho Fiscal decidiu propor que o mesmo fosse renomeado para o triénio 2023-2025 e que após o termo de tal mandato fosse promovido um novo processo de consulta junto do mercado. Por outro lado, a política da Sociedade e do Auditor relativamente à periodicidade de rotação do Revisor Oficial de Contas que o representa, no cumprimento dessas funções, enquadra-se no normativo legal vigente, isto é, dois ou três mandatos, consoante sejam, respetivamente, de quatro ou três anos.

45. Indicação do órgão responsável pela avaliação do auditor externo e periodicidade com que essa avaliação é feita.

O Conselho Fiscal avalia anualmente o Auditor, assumindo a responsabilidade pela fiscalização das suas habilitações e pela sua independência, bem como garante que lhe são asseguradas, dentro da Sociedade, as condições adequadas à prestação dos seus serviços, sendo o interlocutor da Sociedade e o primeiro destinatário dos seus relatórios.

Apesar de não constituir competência específica ou exclusiva da Assembleia Geral, nada impede que a mesma seja chamada a pronunciar-se, em caso de interpelação pelo Conselho Fiscal, sobre a destituição do Auditor, sempre que se verifique justa causa para o efeito. Em todo o caso, e até à presente data, o Conselho Fiscal da Mota-Engil não encontrou quaisquer razões para ponderar a tomada de diligências no sentido de destituir com justa causa uma entidade que tenha desempenhado as funções de Auditor da Sociedade.

46. Identificação de trabalhos, distintos dos de auditoria, realizados pelo auditor externo para a Sociedade e/ou para sociedades que com ela se encontrem em relação de domínio, bem como indicação dos procedimentos internos para efeitos de aprovação da contratação de tais serviços e indicação das razões para a sua contratação.

Os trabalhos distintos dos de auditoria prestados pelo Auditor e Revisor Oficial de Contas da Sociedade durante o exercício de 2023 detalham-se de seguida:

- Disponibilização de acesso à base de dados Consult@able, a qual consiste num repositório de informação contabilística, financeira e fiscal de acesso disponível publicamente mediante subscrição;
- Disponibilização de licença de acesso à base de dados Inforfisco, a qual consiste num repositório de natureza fiscal de fonte pública (desde legislação a jurisprudência);
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre a informação financeira constante nos pedidos de revisão extraordinária de preços submetidos por uma empresa do Grupo a alguns municípios portugueses;
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre a validação de rácios financeiros associados a contratos de financiamento obtidos e / ou a concursos nos quais as empresas do Grupo participaram;
- Emissão de relatórios de garantia razoável de fiabilidade sobre as contas reguladas de algumas empresas concessionárias a submeter ao organismo regulador (ERSAR);
- Participação de dois colaboradores numa formação *on-line* promovida pelo auditor destinada ao público geral;
- Prestação de serviços jurídicos associados ao modelo de energias renováveis a implementar por parte de uma empresa participada;
- Revisão das declarações fiscais de algumas empresas mexicanas no âmbito da legislação fiscal vigente;
- Revisões limitadas às demonstrações financeiras individuais e consolidadas de algumas empresas participadas, em conformidade com a Norma Internacional de Trabalhos de Revisão ISRE 2410.

Tal como referido no ponto 37 acima, compete ao Conselho Fiscal fiscalizar a independência do Auditor e, nesse quadro, apreciar e emitir parecer sobre a prestação pelo Auditor de serviços adicionais à Sociedade (que não de auditoria) ou a sociedades por ela controladas. Desta forma, para cada pedido de prestação de serviços solicitado foi emitido um parecer, devidamente fundamentado, sobre a possibilidade da sua execução.

Todas as ameaças à independência do Auditor foram avaliadas e discutidas com este, assim como as respetivas medidas de salvaguarda. Desta forma, em virtude de: (i) os serviços atrás referidos não serem proibidos; (ii) parte significativa dos mesmos corresponderem a serviços de garantia razoável de fiabilidade; (iii) parte dos serviços deverem ser preferencialmente (por questões de tempo) ou obrigatoriamente (por imposição legal) executados pelo Revisor Oficial de Contas / Auditor da Sociedade e (iv) no seu acumulado, os honorários totais de serviços que não de auditoria ou de garantia razoável de fiabilidade não serem significativos, o Conselho Fiscal entendeu que a independência do Auditor não foi afetada pela prestação daqueles serviços.

Por último, no âmbito do seu trabalho, o Auditor verifica a aplicação das políticas e sistemas de remunerações, bem como analisa a eficácia e funcionamento dos mecanismos de controlo interno. No caso de encontrar qualquer deficiência ou irregularidade, esta é reportada ao Conselho Fiscal.

47. Indicação do montante da remuneração anual paga pela Sociedade e/ou por pessoas coletivas em relação de domínio ou de grupo ao auditor e a outras pessoas singulares ou coletivas pertencentes à mesma rede e discriminação da percentagem respeitante aos seguintes serviços (Para efeitos desta informação, o conceito de rede é o decorrente da Recomendação da Comissão Europeia nº C (2002) 1873, de 16 de maio)

Durante o exercício de 2023, a remuneração anual suportada pela Sociedade, e por outras sociedades em relação de domínio ou de Grupo, com os auditores (PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda), incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, foi de 2.570.264 euros, tendo esse montante sido repartido pela prestação dos seguintes serviços:

Natureza do Serviço	Pela Sociedade	Por entidades que integram o Grupo	TOTAL
Auditoria e revisão legal de contas	181.629	100%	2.147.614
Outros serviços de garantia de fiabilidade	-	0%	238.821
Outros serviços que não revisão legal de contas	-	0%	2.200
TOTAL	181.629	100%	2.388.635

C. ORGANIZAÇÃO INTERNA

I. Estatutos

48. Regras aplicáveis à alteração dos estatutos da Sociedade.

As alterações aos estatutos da Sociedade têm que ser aprovadas por maioria qualificada de pelo menos 70,01% de votos presentes.

II. Comunicação de irregularidades

49. Meios e política de comunicação de irregularidades ocorridas na Sociedade.

A Sociedade tem em vigor um procedimento onde estão definidos os mecanismos a adotar em matéria de comunicação de irregularidades. O procedimento considera que constituem “irregularidades” todos os atos ou omissões, dolosos ou negligentes, que sejam imputados à conduta de colaboradores da Sociedade no exercício dos seus cargos profissionais, que violem: i) a legislação, normas ou regulamentos vigentes; ii) o Código de ética e de conduta empresarial; e iii) as boas práticas de gestão; em todos os casos por referência aos domínios da contabilidade, controlo interno contabilístico, auditoria, luta contra a corrupção e crime financeiro. As comunicações recebidas que extravasem esse âmbito não serão objeto de tratamento pelo referido procedimento.

Este procedimento é enquadrado pelos seguintes pontos:

- (i) finalidade do tratamento;
- (ii) carácter voluntário da denúncia;
- (iii) direitos do denunciado, nomeadamente de acesso à informação;
- (iv) direitos do denunciante, de não retaliação, intimidação ou discriminação;
- (v) não utilização abusiva ou de má-fé, sob pena de instauração de processo disciplinar ou penal; e
- (vi) confidencialidade das denúncias, assim como do denunciante, estando asseguradas medidas de segurança adequadas.

A comunicação de irregularidades deverá ser efetuada por escrito, por *email* ou carta, para pelo menos um dos seguintes endereços:

- etica@mota-engil.com
- Auditoria Interna – Rua do Rego Lameiro, nº 38, 4300 – 454 Porto
- www.mota-engil.pt/Provedoria

Por delegação do Conselho Fiscal, a quem compete, nos termos do Código das Sociedades Comerciais, receber as comunicações de irregularidades, a receção e encaminhamento das participações de preocupações ou infrações é da responsabilidade da área de Auditoria Interna. Algumas ocorrências, em virtude da sua natureza, poderão ser encaminhadas para as respetivas áreas funcionais corporativas.

As fases processuais do mecanismo de comunicação de irregularidades incluem: receção e registo; análise preliminar e confirmação das alegadas informações; notificação; investigação; e relatório final, com ações de correção e conclusão / opinião sobre a situação reportada, com comunicação ao Conselho Fiscal.

Com uma periodicidade semestral, é produzido um relatório, onde são sistematizadas as situações comunicadas mais recorrentes, bem como os indicadores relevantes sobre os resultados apurados. Este relatório, entre outros, tem como objetivo ajudar a detetar eventuais fragilidades ou oportunidades de melhoria nos controlos dos processos, servindo como contributo para uma proposta de revisão dos mesmos e / ou do mecanismo de comunicação de irregularidades.

III. Controlo interno e gestão de riscos

50. Pessoas, órgãos ou comissões responsáveis pela auditoria interna e/ou pela implementação de sistemas de controlo interno.

Como órgão máximo e independente para a salvaguarda do cumprimento dos processos e procedimentos, e com reporte ao Conselho de Administração, a Comissão de Risco e Auditoria Interna tem como missão apoiar a gestão do Grupo Mota-Engil no reforço dos meios e métodos de atuação ao nível do controlo interno e da monitorização dos riscos de negócio. Adicionalmente, compete também a esta Comissão o acompanhamento da evolução dos níveis globais de risco e avaliar em conjunto com a Comissão Executiva as medidas de monitorização e controlo dos riscos.

A Comissão de Risco e Auditoria Interna tem sob a sua dependência funcional a equipa corporativa de Auditoria Interna, cuja missão é apoiar a consecução dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia e controlo interno dos processos de gestão do Grupo.

Deste modo, a área de Auditoria Interna dispõe de uma estrutura de recursos especificamente alocada ao desempenho das seguintes funções:

- realização de auditorias de gestão, financeiras, operacionais e tecnológicas nas diversas empresas e projetos do Grupo;
- auditar o bom funcionamento dos processos, boas práticas e políticas definidas;
- verificação da conformidade e cumprimento dos procedimentos internos, leis, regulamentos e contratos;
- verificação do cumprimento dos procedimentos de controlo interno atendendo às recomendações das entidades reguladoras, assim como da legislação aplicável nos diferentes mercados em que o Grupo atua;
- assegurar o *follow-up* apropriado das recomendações emitidas nos relatórios enviados à Comissão de Risco e Auditoria Interna;
- analisar o processo de comunicação e o cumprimento do Código de ética e conduta empresarial do Grupo e as políticas de *Compliance*;
- apoiar o Conselho de Administração, o Conselho Fiscal e a Comissão de Risco e Auditoria Interna nas vertentes relacionadas com processos e procedimentos de gestão.

Por outro lado, ao Conselho Fiscal é atribuída, entre outras, a responsabilidade pela avaliação do funcionamento do sistema de controlo interno do Grupo e de propor o respetivo ajustamento às suas necessidades. Sobre esta matéria, convém ainda referir que, tal como estipulado na alínea i) do nº 1 do artigo 420º do Código das Sociedades Comerciais, é da competência do Conselho Fiscal verificar a eficácia do sistema de gestão de risco, do sistema de controlo interno e da prática de auditoria interna.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal acede aos relatórios e pareceres emitidos pela Comissão de Risco e Auditoria Interna, supervisiona a adoção dos princípios e das políticas de identificação e gestão dos principais riscos financeiros e operacionais, bem como acompanha as medidas destinadas a monitorizar, controlar e divulgar os riscos.

O Conselho de Administração e o Conselho Fiscal reconhecem a importância que têm para o Grupo os sistemas de gestão de risco e de controlo interno, promovendo deste modo as condições humanas e tecnológicas suscetíveis de propiciar um ambiente de controlo proporcional e adequado aos riscos da atividade.

Compete igualmente à Comissão Executiva assegurar a criação e o funcionamento dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco.

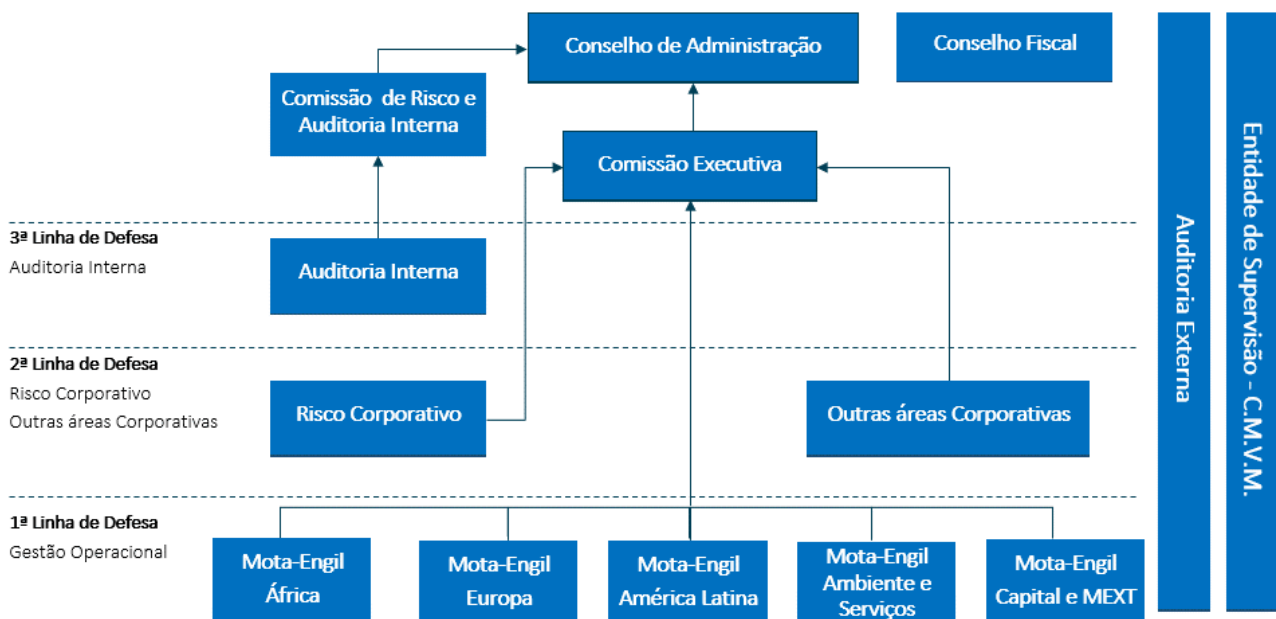
Por outro lado, com o crescimento da atividade internacional e conseqüente diversificação geográfica e de negócio, a estrutura organizacional do Grupo apresenta cada vez mais uma dimensão superior e complexa. Assegurando a devida autonomia operacional aos negócios, a Mota-Engil, com a sua vertente estratégico-financeira, dispõe no seu modelo de *governance* de uma estrutura denominada Centro corporativo onde se encontram todas as funções corporativas de suporte à Comissão Executiva, as quais funcionam como um instrumento de controlo da performance do negócio e de uma gestão de risco mais robusta e estruturada, de acordo com as políticas, procedimentos e visão estratégica do Grupo.

As atividades de gestão de risco e a sua coordenação por uma área específica, a área de Risco corporativo, encontram-se sob a responsabilidade de um administrador executivo, procurando assim reforçar a avaliação de risco de uma forma mais sistematizada, eficiente e com o devido *interface* comunicacional com as diversas áreas de negócio em diferentes mercados e regiões.

A política de gestão de risco é parte integrante do sistema de controlo interno que consiste no desenvolvimento de políticas e procedimentos de gestão com o objetivo de assegurar a criação de valor, a salvaguarda dos ativos, o cumprimento de leis e regulamentos e um ambiente de controlo que assegure o cumprimento dos valores éticos da Mota-Engil e a fiabilidade da informação relatada.

51. Explicitação, ainda que por inclusão de organograma, das relações de dependência hierárquica e/ou funcional face a outros órgãos ou comissões da Sociedade.

A organização e o modelo de *governance* da Mota-Engil têm por base a implementação das melhores práticas internacionais ao nível de *Corporate Governance*, assegurando uma transparência de processos e procedimentos e uma autonomia e independência de atuação consignada no chamado modelo das “três linhas de defesa”, tal como esquematizado no organograma abaixo, perseguindo as orientações da declaração de posicionamento do “*Institute of Internal Auditors*” para uma gestão eficaz de riscos e controlos de uma Organização.



- A primeira linha de defesa é desempenhada pelas Unidades de negócio, mercados, empresas e projetos, os quais são responsáveis pela gestão do risco na linha da frente, desempenhando um papel fundamental na gestão dos mesmos, pois normalmente estão mais próximos da maioria deles e, portanto, são continuamente confrontados para avaliar os riscos, com a quantidade de risco a assumir e para definir as opções de tratamento dos riscos. A tomada destas decisões é acompanhada de uma ponderação consciente dos riscos envolvidos não só para a Unidade de negócio, mercado, empresa ou projeto, mas também equilibrando o impacto mais amplo do risco no Grupo como um todo.

As Unidades de negócio têm responsabilidade na identificação, avaliação, notificação e mitigação dos riscos, de forma a facilitar, padronizar e tornar mais eficaz o processo de gestão de riscos. Na gestão operacional estão definidos gestores do risco, designados por *Risk Owners*, que são responsáveis pela identificação dos riscos na sua área de negócio e que funcionam como *focal points* no relacionamento com a área de Risco corporativo.

- A segunda linha de defesa é representada pelas áreas do Centro corporativo, as quais reportam à Comissão Executiva, e das quais destacamos: o Controlo de Negócios; o Planeamento Estratégico e M&A; as Finanças corporativas; a Fiscalidade corporativa; o Risco; a Estratégia de Recursos Humanos; a Sustentabilidade; o Jurídico; o *Compliance*; o IT e Transição Digital; a Segurança, Saúde, Ambiente e Qualidade e a Comercial e o *Business Development*. Todas estas áreas contribuem, no âmbito da sua área funcional e de forma complementar, para a disseminação das políticas transversais de risco, desde que com o devido consentimento / aprovação da Comissão Executiva.
- A terceira linha de defesa é representada pela área de Auditoria Interna, a qual tem como principal função contribuir para a concretização dos objetivos estratégicos, avaliando a conformidade e melhoria contínua da eficácia do controlo interno dos processos de gestão do Grupo, apoiando na prevenção e mitigação de riscos de controlo que se possam traduzir no risco de perda financeira e promovendo o respeito do Grupo e dos seus colaboradores por todo o normativo aplicável através de uma intervenção independente, em conjunto com todas as unidades orgânicas do Grupo.

A área de Auditoria Interna reporta à Comissão de Risco e Auditoria Interna, órgão independente, que por sua vez reporta diretamente ao Conselho de Administração, e que é composta por três membros permanentes.

A CMVM (entidade reguladora), o Auditor e o Conselho Fiscal estão fora do corpo executivo da Sociedade mas desempenham igualmente um papel importante na estrutura geral de *governance* e controlo, nomeadamente:

- Por fornecerem avaliações às partes interessadas da Sociedade, incluindo aos órgãos de *governance* e à Administração; e
- Por estabelecerem requisitos com a intenção de fortalecer os controlos e terem uma função independente e objetiva para avaliar o todo ou parte da primeira, segunda ou terceira linha de defesa no que tange a esses requisitos, procurando atuar de forma cooperante e em diálogo permanente com a Sociedade.

52. Existência de outras áreas funcionais com competências no controlo de riscos.

A gestão de risco na Sociedade e nas sociedades por si controladas é um elemento integrador de todos os processos e decisões organizativas e não uma atividade isolada afastada das principais atividades do Grupo.

A gestão e controlo do risco são acompanhados pelo Conselho de Administração, pelos responsáveis das Unidades de negócio e pelas áreas corporativas da Sociedade.

A área de Risco corporativo, que também integra a segunda linha de defesa, é responsável por definir a política de gestão de risco e garantir o seu bom funcionamento, assegurando que a Sociedade está consciente dos seus principais riscos, suportando a análise do apetite de risco e respetiva definição de limites, bem como o processo de gestão do risco em cascata na organização através da estrutura definida de forma a promover uma boa implementação, responsabilização e cultura em termos de risco.

Por outro lado, aquela área tem ainda como responsabilidade a produção de relatórios trimestrais que detalhem os níveis de exposição a cada um dos principais riscos, através dos *Key Performance / Risk Indicators* (KPI/KRI) identificados ao longo do ano, bem como selecionar e implementar as opções de tratamento do risco. Aqueles relatórios, são posteriormente analisados pela Comissão Executiva, permitindo a reflexão sobre as principais recomendações e a decisão sobre as opções de tratamento do risco a adotar, sendo que os mesmos são igualmente partilhados com a Comissão de Risco e Auditoria Interna.

Por último, ao nível dos riscos de cibersegurança e segurança da informação, os mesmos são geridos e monitorizados regularmente pelo *Chief Information Officer* do Grupo, o qual reporta diretamente a um membro da Comissão Executiva e ao Comité de Privacidade.

53. Identificação e descrição dos principais tipos de riscos (económicos, financeiros e jurídicos) a que a Sociedade se expõe no exercício da atividade.

A gestão de risco no Grupo Mota-Engil assenta na permanente identificação e análise da exposição aos diferentes tipos de riscos inerentes à sua atividade, nas várias geografias em que está presente, e que são transversais a todo o Grupo – riscos de conjuntura, riscos financeiros - riscos de taxa de juro, riscos de taxa de câmbio, riscos de liquidez, riscos de crédito, riscos operacionais, riscos legais, riscos regulatórios, riscos ambientais entre outros – e na adoção de estratégias de maximização da rentabilidade.

Em capítulo autónomo do Relatório de Gestão, que se considera parte integrante deste relatório por referência, são descritos em pormenor os principais riscos a que o Grupo está exposto na condução do seu negócio (capítulo 1.2.5 do Relatório de gestão).

54. Descrição do processo de identificação, avaliação, acompanhamento, controlo e gestão de riscos.

A gestão de risco está incorporada em todo o Grupo Mota-Engil sendo o seu principal objetivo identificar, avaliar e gerir as oportunidades e ameaças que os diferentes negócios, em diferentes localizações, enfrentam na persecução dos objetivos de criação de valor.

O Grupo Mota-Engil persegue as melhores práticas instituídas para o controlo interno e gestão de risco, sendo que, neste capítulo, está incorporado na sua gestão o sistema de controlo interno baseado nas orientações internacionais do COSO (*The Committee of Sponsoring Organizations of the Treadway Commission*), nomeadamente, quanto à avaliação e atribuição de graus de criticidade e prioridade aos riscos em função dos impactos nos objetivos de negócio e quanto à sua probabilidade de ocorrência.

A gestão de risco é uma responsabilidade de toda a Organização, nomeadamente das Unidades de negócio, das diferentes áreas corporativas, com destaque para a área de Risco corporativo, que coordena as diferentes informações de risco e monitoriza com base numa perspetiva global, e da área de Auditoria Interna.

Descreve-se, de seguida, o conjunto cíclico e sequencial de fases do processo de gestão de risco do Grupo:

- Avaliação dos riscos: Identificação, análise e avaliação do risco;
- Tratamento do risco: Seleção e implementação de opções para enfrentar o risco;
- Monitorização e revisão: Assegurar e melhorar a qualidade e eficácia da conceção, implementação e resultados dos processos; e
- Registo e relatório: Documentação e comunicação do processo e resultados.

Anualmente e de acordo com um plano definido e aprovado pela Comissão de Risco e Auditoria Interna, são realizadas auditorias operacionais de conformidade e financeiras que visam testar a eficácia dos controlos internos implementados pelo Grupo.

A área de Risco corporativo assegura a aplicação efetiva da gestão de risco através do acompanhamento contínuo da respetiva adequação e eficácia, do acompanhamento de medidas de mitigação de eventuais deficiências de controlo interno e da monitorização permanente dos níveis de risco e implementação de medidas de controlo.

A avaliação do sistema de controlo interno e de gestão de risco permite aferir sobre a sua eficácia, sem, contudo, deixar de apontar medidas de melhoria a implementar a curto e médio prazo num processo que se pretende que seja de evolução e melhoria contínua e adequado ao desenvolvimento da própria Organização empresarial e dos seus respetivos desafios estratégicos.

Deste modo, a estratégia e as principais políticas definidas pelo Conselho de Administração são permanentemente monitorizadas através do sistema de controlo interno implementado pelo Grupo, cuja eficácia permite ir assegurando em parte o êxito a longo prazo da Sociedade.

Por último, a concretização das principais políticas definidas pelo Conselho de Administração (descritas em maior detalhe no relatório anexo relativo à informação não financeira) nos domínios ambiental, social, dos direitos humanos, da igualdade de género, da não discriminação entre trabalhadores, do combate à corrupção e às tentativas de suborno, entre outros, são o exemplo do contributo positivo que o Grupo oferece e pretende continuar a oferecer no longo prazo à comunidade em geral.

55. Principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira (art. 29º-H, nº 1, al. I)).

A existência de um ambiente de controlo interno eficaz, particularmente no processo de reporte financeiro, é um compromisso dos órgãos de administração e de fiscalização, bem como das diferentes Unidades de negócio e do Centro corporativo, os quais são responsáveis pela produção de informação financeira.

Por outro lado, o Conselho de Administração está continuamente empenhado em assegurar que são implementadas as políticas adequadas que garantam que as demonstrações financeiras são reportadas de acordo com os princípios contabilísticos adotados.

Os documentos de apresentação de informação financeira e não financeira ao mercado são elaborados pelas áreas de Controlo de Negócios e de *Investor Relations*, com base na informação disponibilizada pelas Unidades de negócio, e são apresentados ao mercado de capitais pelo representante para as Relações com o Mercado.

Todos os documentos de informação financeira e não financeira a apresentar ao mercado são enviados previamente aos órgãos de administração e de fiscalização e apenas são divulgados após terem sido objeto de análise e respetiva aprovação pelos mesmos.

O processo de divulgação de informação financeira e não financeira consolidada envolve um número restrito de colaboradores da Mota-Engil. Adicionalmente, através dos processos e controlos implementados, parte dos quais referidos nos pontos 50 a 54 infra, a Mota-Engil prepara e divulga de forma adequada e rigorosa aos seus diversos *stakeholders* (órgãos sociais, acionistas, investidores, analistas financeiros, entre outros), nos prazos internos definidos (mensalmente) ou nos prazos legais estipulados, a informação financeira e não financeira necessária à análise e à avaliação da atividade do Grupo.

A este propósito, e de acordo com o previsto no Regulamento (UE) n.º 596/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, a Mota-Engil elaborou e mantém atualizadas listas dos seus colaboradores, com ou sem vínculo laboral, que têm acesso, regular ou ocasional, a informação privilegiada. A inclusão na respetiva lista foi dada a conhecer a cada um dos colaboradores que a integra, explicando-lhes: (i) os motivos que originaram a inclusão do seu nome na referida lista; (ii) os deveres e obrigações previstos na lei; e (iii) as consequências decorrentes da divulgação ou utilização abusivas de informação privilegiada, bem como foi obtida dos respetivos colaboradores a confirmação que tomaram conhecimento da sua inclusão naquela lista e das obrigações decorrentes desse facto.

Por último, no âmbito do seu trabalho, o Auditor e Revisor Oficial de Contas, no seu relatório de auditoria, pronuncia-se sobre a inclusão dos elementos exigíveis à Sociedade nos termos do artigo 299-H do Código dos Valores Mobiliários relativamente ao relatório sobre as práticas de governo societário. Neste sentido, e tendo em conta a alínea m) do referido artigo, existe conformidade no cumprimento dos principais elementos dos sistemas de controlo interno e de gestão de risco implementados na Sociedade relativamente ao processo de divulgação de informação financeira.

IV. Apoio ao investidor

56. Serviço responsável pelo apoio ao investidor, composição, funções, informação disponibilizada por esse serviço e elementos para contacto.

A Sociedade mantém um contacto permanente com investidores e analistas, através da área de *Investor Relations*, disponibilizando informação atualizada relevante e fidedigna, para além de prestar esclarecimentos relativos aos negócios do Grupo, com o objetivo de melhorar o conhecimento e a compreensão daqueles em relação ao mesmo.

A área de *Investor Relations*, em articulação com a área de Controlo de Negócios, prepara regularmente apresentações para a comunidade financeira, comunicações sobre resultados trimestrais, semestrais e anuais, bem como comunicações relevantes ao mercado sempre que tal se revele necessário para divulgar ou clarificar qualquer evento que possa influenciar a evolução da cotação da ação da Mota-Engil. Adicionalmente, e quando solicitada, fornece esclarecimentos sobre as atividades do Grupo, respondendo às questões colocadas através de *e-mail* ou por telefone.

Toda a informação divulgada é disponibilizada na página da internet da CMVM (www.cmvm.pt) e na da Mota-Engil (www.mota-engil.com).

O responsável pela área de *Investor Relations* é Pedro Manuel Ramos Arrais, cujos contactos são:

Rua Mário Dionísio, 2
2799-957 Linda-a-Velha
Tel.: 351 214 158 200
Fax: +351 214 158 688
E-mail: pedro.arrais@mota-engil.pt

57. Representante para as relações com o mercado.

O representante para as relações com o mercado de capitais é Luís Filipe Cardoso da Silva, cujos contactos são:

Edifício Mota
Rua do Rego Lameiro, 38
4300-454 Porto
Tel.: +351 225 190 300
Fax: +351 225 190 303
E-mail: investor.relations@mota-engil.pt

58. Informação sobre a proporção e o prazo de resposta aos pedidos de informação entrados no ano ou pendentes de anos anteriores.

Tal como referido anteriormente, a Sociedade mantém um contacto permanente, através da área de *Investor Relations*, com os seus investidores e analistas mediante a disponibilização de informação sempre atualizada. Por outro lado, quando solicitada, presta esclarecimentos sobre os factos relevantes da atividade do Grupo, entretanto divulgados nos termos da lei. Todas as informações solicitadas são analisadas e respondidas num prazo que não ultrapassa cinco dias úteis, pelo que não existem pedidos pendentes do ano anterior. A Sociedade considera que a sua área de *Investor Relations* assegura um contacto permanente com os investidores, mantendo paralelamente um registo dos pedidos solicitados e do respetivo tratamento que lhes foi dado.

V. Sítio de Internet

59. Endereço(s).

O sítio institucional da Sociedade na Internet é disponibilizado em português, espanhol, francês e inglês e pode ser acedido através do seguinte endereço www.mota-engil.com. Na área para investidores é proporcionada informação que permite o conhecimento sobre a evolução da Sociedade, bem como sobre a sua realidade atual em termos económicos, financeiros e de governo.

60. Local onde se encontra informação sobre a firma, a qualidade de sociedade aberta, a sede e demais elementos mencionados no artigo 171º do Código das Sociedades Comerciais.

<http://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>

61. Local onde se encontram os estatutos e os regulamentos de funcionamento dos órgãos e/ou comissões.

<http://www.mota-engil.com/investidores/perfil-corporativo-2/>

62. Local onde se disponibiliza informação sobre a identidade dos titulares dos órgãos sociais, do representante para as relações com o mercado, do Gabinete de Apoio ao Investidor ou estrutura equivalente, respetivas funções e meios de acesso.

<http://www.mota-engil.com/institucional/orgaos-sociais/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/apoio-ao-investidor-2/>

63. Local onde se disponibilizam os documentos de prestação de contas, que devem estar acessíveis pelo menos durante cinco anos, bem como o calendário semestral de eventos societários, divulgado no início de cada semestre, incluindo, entre outros, reuniões da assembleia geral, divulgação de contas anuais, semestrais e, caso aplicável, trimestrais.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/informacoes-financeiras/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/calendario-do-investidor/>

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

64. Local onde são divulgados a convocatória para a reunião da assembleia geral e toda a informação preparatória e subsequente com ela relacionada.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

65. Local onde se disponibiliza o acervo histórico com as deliberações tomadas nas reuniões das assembleias gerais da Sociedade, o capital social representado e os resultados das votações, com referência aos 3 anos antecedentes.

<http://www.mota-engil.com/Investidores/assembleias-gerais/>

D. REMUNERAÇÕES

I. Competência para a determinação

66. Indicação quanto à competência para a determinação da remuneração dos órgãos sociais, dos membros da comissão executiva ou administrador delegado e dos dirigentes da Sociedade.

De acordo com os estatutos, a Comissão de Vencimentos, eleita pelos acionistas reunidos em Assembleia Geral, com o apoio da Comissão de Avaliação e Remunerações, tem por função definir a política de remunerações dos titulares dos órgãos sociais, fixando as remunerações aplicáveis, tendo em consideração as funções exercidas, o desempenho verificado e a situação económica da Sociedade.

A remuneração dos dirigentes da Sociedade é determinada pelo respetivo Conselho de Administração, obedecendo aos princípios da política de remunerações submetida pela Comissão de Vencimentos à apreciação da Assembleia Geral.

Por último, compete também a esta Comissão, com o apoio da Comissão de Avaliação e Remunerações, confirmar anualmente a correta aplicação da Política de remunerações (componentes fixas e variáveis) aprovada para os membros dos órgãos de administração, bem como para os membros das diversas Comissões da Sociedade.

II. Comissão de remunerações

67. Composição da comissão de remunerações, incluindo identificação das pessoas singulares ou coletivas contratadas para lhe prestar apoio e declaração sobre a independência de cada um dos membros e assessores.

A Comissão de Vencimentos eleita para o triénio 2021-2023 é composta pelos seguintes membros: Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos e Jingchun Wang, ambos membros não independentes do Conselho de Administração.

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Presidente do Conselho de Administração e da Comissão Executiva) e Jingchun Wang (membro não-executivo do Conselho de Administração) integram a Comissão de Vencimentos, tendo sido eleitos para essas funções pela Assembleia Geral, sob proposta da acionista majoritária Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.. As suas participações na Comissão de Vencimentos correspondem exclusivamente à representação dos interesses acionistas, ali intervindo nessa qualidade e não na de membros do órgão de administração. Para garantia de independência no exercício das referidas funções, estes membros não tomam parte em qualquer discussão ou deliberação em que exista ou possa existir conflito de interesses, designadamente no que se refere à fixação das remunerações dos respetivos parentes enquanto membros executivos do órgão de administração. Adicionalmente, é convicção geral, nomeadamente da Assembleia Geral de Acionistas que os elegeram para os respetivos cargos, que os membros da Comissão de Vencimentos acumulam uma experiência, uma ponderação e uma ética que lhes permite cabalmente zelar pelos interesses que lhes estão cometidos.

Em 2023, não foi contratada qualquer pessoa singular ou coletiva para apoiar a Comissão de Vencimentos nas suas funções. No entanto, compete única e exclusivamente a esta Comissão, dentro das limitações orçamentais da Sociedade, decidir a eventual contratação de serviços externos de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.

Por outro lado, compete à Comissão de Vencimentos assegurar que os eventuais serviços de consultoria a contratar sejam prestados com independência e que os respetivos prestadores não sejam contratados pelo Grupo para a execução de outros serviços sem a sua autorização expressa.

Por último, de forma a prestar informação ou esclarecimentos aos acionistas, o Presidente, ou, no seu impedimento, o outro membro da Comissão de Vencimentos, encontra-se presente na Assembleia Geral anual ou naquelas em que a ordem de trabalhos inclua pontos relacionados com as remunerações dos membros dos órgãos de administração e das diversas Comissões da Sociedade.

68. Conhecimentos e experiência dos membros da comissão de remunerações em matéria de política de remunerações.

Considera-se, em virtude dos respetivos currículos e / ou percursos profissionais (ver ponto 4.7 do capítulo 4 - Anexos “Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco anos”), que os membros da Comissão de Vencimentos possuem conhecimentos e experiência em matéria de política de remunerações. Adicionalmente, e quando se revela necessário, a Comissão de Vencimentos é auxiliada por recursos especializados, internos ou externos à Sociedade, para suportar as suas deliberações em matéria de política de remunerações.

III. Estrutura das remunerações

69. Descrição da política de remuneração dos órgãos de administração e de fiscalização a que se refere o artigo 2º da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Tal como estipulado na Lei nº 28/2009, de 19 de junho, anualmente era submetida à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas uma declaração sobre a política de remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização.

No entanto, com a entrada em vigor da Lei n.º 5/2020, a proposta de política de remunerações terá de ser submetida à aprovação da Assembleia-Geral de Acionistas, pelo menos de quatro em quatro anos, e sempre que ocorra uma alteração relevante da política vigente. Contudo, como os estatutos da Sociedade assim o determinam, a política de remunerações do Grupo é submetida anualmente à apreciação da Assembleia Geral de Acionistas.

Durante o exercício de 2023, e de acordo com a proposta de política de remunerações aprovada na Assembleia-Geral de Acionistas de 27 de abril de 2023, os princípios gerais observados na fixação das remunerações foram, essencialmente, os seguintes:

a) Funções desempenhadas

Deverão ser tidas em conta as funções desempenhadas por cada um dos elementos, num sentido mais amplo da atividade efetivamente exercida e das responsabilidades que lhes estão associadas e não apenas num sentido formal. Não estarão na mesma posição todos os administradores entre si, nem mesmo os administradores executivos entre si, ou os membros do Conselho Fiscal. A reflexão sobre as funções deve ser efetuada no seu sentido mais amplo, sendo exigível que se levem em linha de conta critérios tão diversos como, por exemplo, a responsabilidade, o tempo de dedicação ou o valor acrescentado para o Grupo que resulta de um determinado tipo de intervenção ou uma representação institucional. Igualmente, não se poderá furta a esta reflexão a existência de funções desempenhadas noutras sociedades dominadas, significando isso tanto um aumento de responsabilidade como uma fonte cumulativa de rendimento.

Em alinhamento com o princípio supra enunciado, o Grupo tem definida uma política retributiva cuja abrangência se estende, de forma segmentada, aos membros dirigentes e colaboradores, baseando-se no modelo internacional Korn Ferry / HayGroup, para a pontuação das funções.

De acordo com a metodologia em vigor, as funções são avaliadas com base no conhecimento, complexidade e responsabilidade/autonomia exigidos, e enquadradas, posteriormente, em grupos funcionais predefinidos, constituindo este o vetor referencial para a determinação das condições em matéria retributiva.

b) A situação económica da Sociedade

Deve ser tida em consideração a situação económica da Sociedade, os interesses desta numa perspetiva de longo prazo, bem como o real crescimento da mesma e a criação de valor para os seus *stakeholders*.

Neste âmbito, o Grupo tem vindo a suportar o seu desenvolvimento no planeamento de curto e médio prazo (Plano Estratégico do Grupo), estabelecendo objetivos e definindo iniciativas cuja execução é alvo de avaliação periódica através de um conjunto de KPI, orientando o desempenho em torno de cinco eixos estratégicos:

- Foco na rentabilidade de Engenharia e Construção;
- Crescimento no Ambiente, Concessões e Serviços Industriais;
- Programa de eficiência;
- Sustentabilidade e inovação; e
- Otimização e diversificação da dívida.

Sendo o Plano estratégico do Grupo o instrumento orientador da sua estratégia, os KPI constituem um dos componentes-chave para a avaliação dos membros dirigentes do Grupo e, respetivamente, para a determinação das suas compensações em matéria retributiva, direcionando os mecanismos de incentivo para a efetiva criação de valor, num horizonte de longo prazo.

c) Condições gerais de mercado para situações equivalentes

A definição de qualquer remuneração não pode fugir à lei da oferta e da procura, não sendo o caso dos titulares dos órgãos sociais exceção. Apenas o respeito pelas práticas do mercado permite manter profissionais com um nível de desempenho adequado à complexidade das funções e às responsabilidades atribuídas. É importante que a remuneração esteja alinhada com o mercado e seja estimulante, permitindo servir como meio para atingir um elevado desempenho individual e coletivo, assegurando-se não só os interesses do próprio, mas essencialmente os da Sociedade e a criação de valor para todos os seus acionistas.

Tendo em consideração o princípio supracitado, é âmbito da política retributiva do Grupo a auditoria periódica às práticas de compensação, bem como a comparação das mesmas com o mercado. Para esse efeito, é adotada a metodologia internacional de pontuação de funções Korn Ferry / HayGroup, bem como estudos salariais Korn Ferry / HayGroup direcionados para os grupos funcionais de comparação, garantindo, deste modo, racionais de ajustamento competitivos à estratégia para o desenvolvimento do capital humano e à evolução do mercado salarial.

Os principais aspetos da Política de remunerações aprovada podem ser resumidos como se segue:

1. A remuneração dos membros executivos, bem como dos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, será composta por uma parte fixa e uma parte variável.

A política retributiva consagra dois aspetos fundamentais na compensação do universo de membros dirigentes e colaboradores do Grupo: por um lado, a equidade / competitividade retributivas, salvaguardadas através da análise interna e comparação externa da proporção da retribuição fixa em relação com a função exercida pelos titulares (utilizando como suporte a metodologia Korn Ferry / HayGroup); e por outro, a meritocracia, complementando a retribuição fixa com uma retribuição variável, dependente da avaliação do desempenho.

2. A remuneração dos membros não-executivos independentes do Conselho de Administração, dos membros do Conselho Fiscal e dos membros da Mesa da Assembleia Geral será composta apenas por uma parte fixa.
3. A parte fixa da remuneração dos membros do Conselho de Administração com funções executivas, bem como dos membros não-executivos não independentes, será pagável numa base de 14 meses por ano.
4. A fixação do valor mensal para a parte fixa das remunerações dos membros do Conselho de Administração será efetuada para todos os que sejam membros da Comissão Executiva e para aqueles que, embora não pertencentes a esta comissão, não sejam considerados independentes.
5. A fixação de valor predeterminado por cada participação em reunião aos membros do Conselho de Administração será efetuada para aqueles que sejam considerados independentes e tenham funções essencialmente não-executivas.
6. As remunerações fixas dos membros do Conselho Fiscal e da Mesa da Assembleia Geral consistirão todas num valor fixo, pagável 12 vezes por ano.
7. O processo de atribuição de remunerações variáveis aos membros executivos, bem como aos não-executivos não independentes do Conselho de Administração, deverá seguir os critérios propostos pela Comissão de Vencimentos, sob proposta da Comissão de Avaliação e Remunerações, atenta a avaliação de desempenho efetuada, da sua posição hierárquica, de critérios de performance de longo prazo da Sociedade, do crescimento real da mesma e das variáveis de desempenho escolhidas.

Ao abrigo da política retributiva definida para o Grupo, a retribuição variável está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo corporativo de gestão de desempenho.

A avaliação do desempenho no Grupo compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano estratégico do Grupo, e que são declinados em metas anuais, no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual incidindo sobre competências-chave para o Grupo.

A atribuição de retribuição variável no Grupo pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas-barreira, definidas para cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano estratégico do Grupo; e o atingimento médio satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo predefinidos.

Adicionalmente, encontram-se estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável de modo a minimizar o incentivo de resultados desalinhados com uma perspetiva de criação de valor sustentável, num horizonte de longo prazo.

Como tal, não haverá lugar à atribuição de retribuição variável caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para cada ciclo de avaliação anual; e
 - O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.
8. Na fixação de todas as remunerações, designadamente na distribuição do valor global da remuneração variável dos membros do Conselho de Administração, serão observados os princípios gerais acima consignados: funções desempenhadas, situação da Sociedade e critérios de mercado.

A política retributiva do Grupo é extensível aos membros dirigentes e colaboradores, encontrando-se segmentada em grupos funcionais predefinidos (inserindo-se os membros do Conselho de Administração em *Top Executives*), utilizando como base o modelo internacional Korn Ferry / HayGroup para pontuação das funções. Salvaguarda-se na política retributiva do Grupo que as retribuições fixadas para cada grupo funcional (quer se trate da componente fixa, quer da variável) tenham como racional a equidade interna e o *benchmarking* salarial relativo ao mercado de referência, desenvolvido periodicamente.

Em relação aos grupos de sociedades cuja política e práticas remuneratórias foram tomadas como elemento comparativo para fixação da remuneração, a Comissão de Vencimentos teve em consideração, nos limites da informação acessível, todas as sociedades nacionais de dimensão equivalente, designadamente dentro do PSI, e também sociedades de outros mercados internacionais com características equivalentes ao Grupo.

Não se encontram fixados pela Comissão de Vencimentos quaisquer acordos quanto a pagamentos a efetuar pelo Grupo relativos à destituição ou cessação por acordo de funções de administradores.

Tal como já referido, a remuneração dos administradores não-executivos não independentes do órgão de administração integra uma componente variável. A Sociedade entende que, para além de dever premiar a estratégia de longo prazo levada a cabo por todo o Conselho de Administração, incluindo os administradores não-executivos não independentes, esta situação não desvirtua a sua função não-executiva.

Para além dos estatutos determinarem que, em termos totais, a remuneração variável dos membros do Conselho de Administração não possa exceder 5% dos lucros do exercício, estão previstos mecanismos na política retributiva em vigor que visam, por um lado, premiar a criação de valor efetiva, numa perspetiva de longo prazo, e, por outro, desincentivar a assunção de riscos excessivos e de comportamentos desalinhados com a estratégia preconizada para o Grupo.

Assim, a retribuição fixa e variável encontram-se balizadas por posicionamentos retributivos que têm como racional a função, o respetivo grupo funcional e o *benchmarking* no mercado de referência. A retribuição fixa tem subjacente um valor mínimo e máximo predefinido por grupo funcional e a retribuição variável encontra-se indexada à avaliação de desempenho, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo e máximo, predefinidos. Em termos agregados, o *mix* de retribuição fixa e variável encontra-se balanceado, através da fixação de limites mínimos e máximos, previstos no âmbito da política retributiva.

A Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos administradores é adequada, entendendo esta Comissão ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e / ou individuais da remuneração a pagar aos membros do órgão de administração, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI, ponderadas as características da Sociedade.

Os membros do órgão de administração não celebraram contratos, nem com a Sociedade, nem com terceiros, que tenham por efeito mitigar o risco inerente à variabilidade da remuneração que lhes foi fixada pela Sociedade.

70. Informação sobre o modo como a remuneração é estruturada de forma a permitir o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, bem como sobre o modo como é baseada na avaliação do desempenho e desincentiva a assunção excessiva de riscos.

A atual Política de remunerações do Grupo, tal como aprovada em Assembleia Geral de Acionistas, procura promover, numa perspetiva de médio e longo prazo, o alinhamento dos interesses dos administradores, demais órgãos sociais e dirigentes com os interesses da Sociedade, e assenta, sobretudo, numa base fixa, com uma componente variável (quando aplicável) em função dos resultados da atividade desenvolvida e da situação económica e financeira da Sociedade.

Conforme descrito no ponto 69, a política retributiva do Grupo tem subjacentes instrumentos de retribuição variável estruturados de modo a promover o alinhamento dos interesses dos membros do órgão de administração com os interesses de longo prazo da Sociedade, desincentivando a assunção excessiva de riscos, nomeadamente pela monitorização de determinados KPI.

Para tal, estão definidos na política retributiva mecanismos de indexação da retribuição variável à avaliação de desempenho, que, por seu turno, se baseia em KPI declinados a partir do Plano estratégico do Grupo, definido para um horizonte de longo prazo.

Ao abrigo da componente quantitativa da avaliação de desempenho, são definidas, no início de cada ciclo de avaliação, as metas a atingir para cada um dos KPI.

A atribuição de retribuição variável no Grupo pressupõe um atingimento médio satisfatório das metas fixadas, ponderadas com a avaliação qualitativa individual.

Adicionalmente, estão estabelecidos mecanismos preventivos de inibição do pagamento de retribuição variável, caso se verifique uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para o ciclo de avaliação anual; e
- O atingimento médio das metas definidas por KPI, ponderado com a avaliação qualitativa individual, ser insatisfatório.

71. Referência, se aplicável, à existência de uma componente variável da remuneração e informação sobre eventual impacto da avaliação de desempenho nesta componente.

A política de remunerações dos membros executivos do Conselho de Administração da Sociedade, e dos membros não executivos não independentes, obedece a um plano composto por: (i) uma componente fixa definida de acordo com a função, respetivo enquadramento nos grupos funcionais predefinidos para o Grupo e *benchmarking* de mercado (suportados na metodologia internacional Korn Ferry / HayGroup de pontuação de funções) e que engloba a remuneração bruta base paga por referência ao período de um ano; e (ii) uma componente variável paga a título de prémio de *performance* tendo em consideração a evolução do seu desempenho, baseada em critérios definidos e revistos anualmente pela Comissão de Vencimentos.

Os critérios de atribuição da retribuição variável aos membros dos órgãos de administração do Grupo estão indexados à avaliação de desempenho, da responsabilidade da Comissão de Vencimentos.

A avaliação do desempenho compreende duas componentes: a avaliação quantitativa, medida através do cumprimento de KPI indexados ao Plano estratégico do Grupo e que são declinados em metas anuais, fixadas no início de cada ciclo de avaliação; e a avaliação qualitativa, que resulta de uma avaliação individual discricionária, a qual contempla, entre outros, os seguintes aspetos: (i) a disponibilidade efetiva demonstrada no acompanhamento da atividade, quer ao nível geográfico, quer ao nível de negócio; (ii) a disponibilidade demonstrada no acompanhamento, formação e avaliação dos quadros de topo do Grupo em conjunto com a Comissão de Avaliação e Remunerações; (iii) o contributo efetivo, direta e indiretamente, através da motivação e sensibilização dos quadros de topo para o cumprimento dos 5 eixos estratégicos definidos no Plano estratégico do Grupo; e (iv) a difusão / promoção e o alinhamento com as políticas de *compliance*, de gestão de risco e de sustentabilidade definidas pelo Grupo.

O pagamento da retribuição variável aplicável aos membros dirigentes do Grupo pressupõe a observância de duas condições cumulativas: o atingimento das metas barreira, definidas no início de cada ciclo de avaliação anual, desdobradas a partir do Plano estratégico do Grupo, nomeadamente o atingimento do resultado líquido estimado e o atingimento satisfatório das metas quantitativas ponderadas com a avaliação qualitativa individual, podendo resultar num valor de *payout* que varia entre um percentual mínimo (0%) e máximo (5%) do resultado líquido anual para a totalidade dos membros do Conselho de Administração, tal como estipulado nos estatutos da Sociedade.

Por último, de modo a salvaguardar os interesses de longo prazo dos acionistas e dos diversos *stakeholders*, o Grupo Mota-Engil estabeleceu uma política de restituição relativamente à qual, na eventualidade de se verificar um *restatement* das contas da Sociedade, poder haver lugar à devolução das remunerações pagas a título de retribuição variável.

O horizonte temporal associado ao mecanismo de restituição terá em consideração o período do *restatement* das contas da Sociedade, bem como os fatores que o originaram.

72. Diferimento do pagamento da componente variável da remuneração, com menção do período de diferimento.

Não existe qualquer diferimento no pagamento das remunerações variáveis. Não obstante este facto, a Comissão de Vencimentos estrutura a remuneração dos membros do órgão de administração de forma a existir uma continuação do desempenho positivo da Sociedade no longo prazo. Ex ante, a monitorização do desempenho positivo é realizada através da avaliação periódica dos KPI desdobrados do Plano estratégico do Grupo, permitindo acompanhar a evolução do desempenho da Sociedade. Ex post, encontram-se definidos mecanismos na política retributiva que visam inibir o pagamento de retribuição variável, caso não seja verificada uma das seguintes condições:

- Uma das metas-barreira (que corresponde ao valor mínimo a atingir por KPI, para ser elegível o pagamento de retribuição variável) não ser atingida, de acordo com os parâmetros fixados para cada ciclo de avaliação anual; e
- O atingimento médio das metas definidas por KPI ponderado com a avaliação qualitativa individual ser insatisfatório.

Adicionalmente, e conforme referido no ponto 71, de modo a salvaguardar os interesses de longo prazo dos acionistas e *stakeholders*, o Grupo Mota-Engil estabeleceu uma política de restituição relativamente à qual, na eventualidade de se verificar um *restatement* das contas da Sociedade, poder haver lugar à devolução das remunerações pagas a título de retribuição variável.

O horizonte temporal associado ao mecanismo de restituição terá em consideração o período do *restatement* das contas da Sociedade, bem como os fatores que o originaram.

Deste modo, a Comissão de Vencimentos considera que a forma como se encontra estruturada a remuneração dos membros dos órgãos de administração, nomeadamente a ausência de qualquer mecanismo de diferimento da componente variável, ponderada pela existência de mecanismos de restituição e balizada por uma avaliação qualitativa suportada em parâmetros de atuação sustentável, é adequada e permite o alinhamento dos interesses destes com os interesses da Sociedade no longo prazo. Pelo mesmo motivo, entende a Comissão de Vencimentos ser desnecessária a fixação de limites máximos potenciais, agregados e/ou individuais, da remuneração a pagar aos membros dos órgãos sociais, mais considerando que a política de remunerações adotada está em linha com as práticas remuneratórias da generalidade das empresas congéneres do PSI, ponderadas as características da Sociedade.

73. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em ações bem como sobre a manutenção, pelos administradores executivos, dessas ações, sobre eventual celebração de contratos relativos a essas ações, designadamente contratos de cobertura (*hedging*) ou de transferência de risco, respetivo limite, e sua relação face ao valor da remuneração total anual.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de ações e / ou qualquer outro sistema de incentivos com ações.

74. Critérios em que se baseia a atribuição de remuneração variável em opções e indicação do período de diferimento e do preço de exercício.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir opções sobre ações.

75. Principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais e de quaisquer outros benefícios não pecuniários.

A Sociedade não tem qualquer outro sistema de prémios anuais ou benefícios não pecuniários.

76. Principais características dos regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os administradores e data em que foram aprovados em assembleia geral, em termos individuais.

Com exceção de dois atuais administradores acionistas fundadores, a Sociedade não tem em vigor regimes complementares de pensões ou de reforma antecipada para os outros administradores. Os administradores acionistas fundadores são beneficiários de um plano de pensões de benefícios definidos que lhes permitirá obter, genericamente, uma pensão correspondente a 80% do salário auferido na data da reforma (ver nota 39 do Anexo às demonstrações financeiras consolidadas). O referido plano já se encontrava em vigor em data anterior à data de admissão à cotação da ação da Mota-Engil.

Em 31 de dezembro de 2023 e 2022, os montantes acumulados de responsabilidades com planos de reforma de benefícios definidos relativamente aos acima referidos administradores, eram como se segue:

Nome	Valores em euros		
	2023	2022	Variação
António Manuel Queirós V. da Mota	5 145 042	4 831 527	313 515
Maria Paula Queirós V. Mota de Meireles	4 263 426	5 571 373	-1 307 947
	9 408 468	10 402 901	-994 433

A variação ocorrida no exercício de 2023 nas responsabilidades acumuladas deveu-se, essencialmente, à alteração da data estimada de reforma de um dos administradores.

IV. Divulgação das remunerações

77. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de administração da Sociedade, proveniente da Sociedade, incluindo remuneração fixa e variável e, relativamente a esta, menção às diferentes componentes que lhe deram origem.

Membros	Componente Fixa	Componente Variável	Outras Remunerações	Senhas de presença	Total
Administradores executivos					
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	472.000	400.392			872.392
Di Xiao	456.000	150.567	35.972		642.539
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	351.545	250.305			601.850
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira	238.750	185.937			424.687
Manuel António Fonseca Vasconcelos da Mota	480.000	400.392			880.392
Administradores não executivos não independentes					
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	202.159	578.000	360.000		1.140.159
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	288.834		1.724.787		2.013.621
Jingchun Wang	280.570		5.518		286.088
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	251.000		7.753		258.753
Administradores não executivos independentes					
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro				70.000	70.000
Francisco Manuel Seixas da Costa				70.000	70.000
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto				70.000	70.000
Isabel Maria Pereira Anibal Vaz				70.000	70.000
Leong Vai Tac				55.000	55.000
Paulo Sacadura Cabral Portas				55.000	55.000
Total					7.510.480

Por outro lado, não existem quaisquer planos de atribuição de ações ou de direitos de adquirir opções sobre ações ou de qualquer outro sistema de incentivos com ações, sendo que os critérios relativos às componentes variáveis da remuneração dos órgãos de administração são aqueles que constam da Política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre a ligação entre a remuneração e o desempenho dos órgãos de administração é aquela que consta da Política de remunerações descrita no ponto 69.

A informação sobre os principais parâmetros e fundamentos de qualquer sistema de prémios anuais é aquela que consta da Política de remunerações descrita no ponto 69.

Adicionalmente, não existem quaisquer outros montantes pagos a qualquer título por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo.

Por último, relativamente a esta temática, remete-se igualmente para o ponto 4.8 do capítulo 4 - Anexos, onde é apresentado o Relatório sobre remunerações previsto no artigo 26.º G do Código dos Valores Mobiliários.

78. **Montantes a qualquer título pagos por outras sociedades em relação de domínio ou de grupo ou que se encontrem sujeitas a um domínio comum.**

Os montantes pagos por outras sociedades do Grupo encontram-se incluídos no quadro do ponto anterior.

79. **Remuneração paga sob a forma de participação nos lucros e/ou de pagamento de prémios e os motivos por que tais prémios e ou participação nos lucros foram concedidos.**

A componente variável da remuneração dos membros do órgão de administração corresponde a um prémio de desempenho e está dependente da avaliação de desempenho, cujos princípios gerais e respetivo modo de aplicação se encontram previstos no Modelo corporativo de gestão de desempenho, tal como já explicitado no ponto 69.

80. Indemnizações pagas ou devidas a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

Não foram pagas indemnizações a ex-administradores executivos relativamente à cessação das suas funções durante o exercício.

81. Indicação do montante anual da remuneração auferida, de forma agregada e individual, pelos membros dos órgãos de fiscalização da Sociedade, para efeitos da Lei nº 28/2009, de 19 de junho.

Valores em euros		
Membros	Empresa	Total
Cristina Maria da Costa Pinto	Mota-Engil SGPS	30 000
José António Ferreira de Barros	Mota-Engil SGPS	30 000
Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus	Mota-Engil SGPS	30 000
		90 000

Adicionalmente, a Sociedade de Revisores Oficiais de Contas PricewaterhouseCoopers & Associados – SROC, Lda., incluindo outras entidades pertencentes à mesma rede, auferiu no ano de 2023, na Sociedade e em empresas em relação de domínio ou grupo, o montante de 2.570.264 euros (ver pontos 46 e 47).

82. Indicação da remuneração no ano de referência do presidente da mesa da assembleia geral.

No ano de 2023, o presidente da Mesa da Assembleia Geral auferiu 6.000 euros e o respetivo secretário auferiu 3.000 euros.

V. Acordos com implicações remuneratórias

83. Limitações contratuais previstas para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador e sua relação com a componente variável da remuneração.

Não se encontram fixados contratualmente quaisquer limites para a compensação a pagar por destituição sem justa causa de administrador para além do previsto na lei. Por outro lado, não existe nenhum instrumento jurídico celebrado com administradores que obrigue a Sociedade ao pagamento de qualquer indemnização ou compensação além do que é legalmente exigível.

84. Referência à existência e descrição, com indicação dos montantes envolvidos, de acordos entre a Sociedade e os titulares do órgão de administração e dirigentes, na aceção do nº 3 do artigo 248º-B do Código dos Valores Mobiliários, que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade. (art. 29º-H, nº 1, al. k)).

Não foram celebrados quaisquer acordos entre a Sociedade, os administradores e dirigentes que prevejam indemnizações em caso de demissão, despedimento sem justa causa ou cessação da relação de trabalho na sequência de uma mudança de controlo da Sociedade.

VI. Planos de atribuição de ações ou opções sobre ações (*stock options*)

85. Identificação do plano e dos respetivos destinatários.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

86. Caracterização do plano (condições de atribuição, cláusulas de inalienabilidade de ações, critérios relativos ao preço das ações e o preço de exercício das opções, período durante o qual as opções podem ser exercidas, características das ações ou opções a atribuir, existência de incentivos para a aquisição de ações e ou o exercício de opções).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

87. Direitos de opção atribuídos para a aquisição de ações ('stock options') de que sejam beneficiários os trabalhadores e colaboradores da empresa.

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

88. Mecanismos de controlo previstos num eventual sistema de participação dos trabalhadores no capital na medida em que os direitos de voto não sejam exercidos diretamente por estes (art. 29º-H, nº 1, al. e)).

A Sociedade não tem em vigor, ou prevista, qualquer medida remuneratória em que haja lugar à atribuição de direitos a adquirir ações ou opções sobre ações.

E. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

I. Mecanismos e procedimentos de controlo

89. Mecanismos implementados pela Sociedade para efeitos de controlo de transações com partes relacionadas.

Todos os negócios realizados pela Sociedade com partes relacionadas respeitam o interesse da Sociedade e suas participadas e são estabelecidos em condições normais de mercado. Os mecanismos em vigor implementados para controlar tais transações passam por procedimentos administrativos específicos que decorrem, essencialmente, de imposições normativas e pela aprovação pelo Conselho de Administração e pelo Conselho Fiscal (caso aplicável).

No seguimento da entrada em vigor da Lei n.º 5/2020, a Sociedade aprovou uma Política de transações com partes relacionadas, tendo a mesma obtido parecer prévio favorável do Conselho Fiscal.

Os principais aspetos daquela Política podem elencar-se de seguida:

1. Definição de parte relacionada - acionista qualificado, administrador, pessoa que exerce influência significativa e pessoas associadas;
2. Âmbito das transações com partes relacionadas:
 - uma transação com partes relacionadas é definida como uma transação diferente de uma transação no “curso normal de negócios” entre o Grupo e uma parte relacionada;
 - ao avaliar se uma transação está no "curso normal de negócios", deve ser considerada a dimensão e incidência da transação, assim como se essa transação é realizada no âmbito da atividade corrente do Grupo e em condições de mercado;
 - as transações que não estejam no “curso normal de negócios” ou que sejam de valor igual ou superior a 1.000.000 de euros, deverão ser aprovadas pelo Conselho de Administração com parecer prévio do Conselho Fiscal;
 - sem prejuízo do estabelecido no parágrafo anterior, as transações com partes relacionadas cujo valor, individual ou cumulativo, seja igual ou superior a 2,5% do ativo consolidado da Sociedade, deverão ser divulgadas publicamente, o mais tardar no momento em que forem realizadas.

3. Identificação, caracterização e registo de partes relacionadas:

- as pessoas e entidades que se integrem nos diversos tipos de partes relacionadas deverão ser identificadas e registadas nos sistemas de informação da Sociedade mediante a criação de uma lista de partes relacionadas, completa e atualizada pelo menos semestralmente;
- a lista referida no parágrafo anterior deverá incluir o nome ou denominação da parte relacionada, tipo de relacionamento da parte relacionada com o Grupo, o número de identificação fiscal ou número de registo comercial e a respetiva percentagem de todas as participações diretas ou indiretas, quando aplicável;
- o Secretário da Sociedade manterá atualizada a lista de partes relacionadas, mantendo os órgãos sociais da Sociedade, áreas do Centro corporativo e área de Auditoria Interna informadas relativamente à mesma, tendo em vista o adequado cumprimento daquela política.

4. Comunicação, registo e aprovação de transações com partes relacionadas:

- se a contraparte de uma transação constar da lista de partes relacionadas, então a área de Controlo de Negócios da Sociedade deverá introduzir os detalhes da transação proposta no Registo de potenciais transações com partes relacionadas do Grupo;
- o registo de potenciais transações com partes relacionadas do Grupo deverá conter pelo menos as seguintes informações: (i) identificação da parte relacionada; (2) data da transação; (3) descrição da transação; (4) se a potencial transação com partes relacionadas envolver a venda de um ativo, incluir a descrição do ativo, data de aquisição e valor contabilístico; e (5) montante envolvido na transação;
- sempre que a Sociedade ou qualquer empresa do Grupo se proponha a entrar numa potencial transação com partes relacionadas, o Secretário da Sociedade deve, o mais rapidamente possível e em qualquer caso antes da concretização da transação ou da assinatura de qualquer compromisso conexo, ser notificado por escrito (incluindo por e-mail) com as informações inscritas no Registo da potencial transação com partes relacionadas;
- o Secretário da Sociedade informará o Conselho de Administração se considerar que a transação proposta que lhe foi notificada pela área de Controlo de Negócios se enquadra numa transação com partes relacionadas para efeitos da presente Política. Nesse caso, solicitará a aprovação do Conselho de Administração a essa transação com partes relacionadas, sempre que cumprida a condição precedente de obtenção de parecer favorável do Conselho Fiscal da Sociedade;
- um registo de todas as aprovações do Conselho de Administração relativamente às transações com partes relacionadas será mantido sob a supervisão do Secretário da Sociedade e incluirá pormenores sobre a natureza da transação com partes relacionadas, a data de aprovação e quaisquer condições a que a aprovação esteja sujeita;
- anualmente, o Conselho de Administração reunir-se-á para rever todas as transações com partes relacionadas, nos doze meses anteriores, para determinar se tais transações foram executadas no curso normal de negócios e em condições de mercado, analisando, nomeadamente, o Registo referido acima. O Conselho Fiscal deverá participar, pelo menos quanto a este ponto, na reunião do Conselho de Administração em que se proceder à análise acima referida.

5. Definição de partes relacionadas isentas.

90. Indicação das transações que foram sujeitas a controlo no ano de referência.

Durante o ano de 2023, não ocorreram transações susceptíveis de controlo por parte do Conselho Fiscal.

91. Descrição dos procedimentos e critérios aplicáveis à intervenção do órgão de fiscalização para efeitos da avaliação prévia dos negócios a realizar entre a Sociedade e titulares de participação qualificada ou entidades que com eles estejam em qualquer relação, nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários.

Ver resposta ao ponto 89 acima.

Adicionalmente, de acordo com a periodicidade definida, é disponibilizada ao Conselho Fiscal uma análise sobre as transações efetuadas com partes relacionadas, segregando as transações efetuadas no curso normal dos negócios daquelas que não o sejam e que têm de ser previamente aprovadas pelo mesmo.

II. Elementos relativos aos negócios

92. Indicação do local dos documentos de prestação de contas onde está disponível informação sobre os negócios com partes relacionadas, de acordo com a IAS 24, ou, alternativamente, reprodução dessa informação.

A informação sobre os negócios efetuados com partes relacionadas encontra-se divulgada na Nota 41 às demonstrações financeiras consolidadas constante do Relatório e Contas Consolidadas 2023.

3.2 Avaliação do Governo da Sociedade

1. Identificação do Código de Governo das Sociedades adotado

O presente relatório obedece ao modelo constante do anexo ao Regulamento da CMVM nº 4/2013, de 1 de agosto, e tem por referência o Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* (2018, revisto em 2023) divulgado através do seu endereço eletrónico www.cgov.pt.

2. Análise de cumprimento do Código de Governo das Sociedades adotado

Indicação discriminada das recomendações incluídas no Código de Governo das Sociedades do Instituto Português de *Corporate Governance* adotadas e não adotadas pela Mota-Engil:

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
I. RELAÇÃO DA SOCIEDADE COM ACIONISTAS, PARTES INTERESSADAS E A COMUNIDADE EM GERAL			
I.1.A sociedade explicita em que termos a sua estratégia procura assegurar o cumprimento dos seus objetivos de longo prazo e quais os principais contributos daí resultantes para a comunidade em geral.	(1)	Cumprida	Capítulo 1.4.1.I do relatório de gestão
	(2)	Cumprida	
I.2.A sociedade identifica as principais políticas e as principais medidas adotadas no que respeita ao cumprimento dos seus objetivos ambientais e sociais.	(1)	Cumprida	Capítulos 1.4.1.I, 1.4.2, 1.4.3 e 1.4.4 do relatório de gestão
	(2)	Cumprida	
II. COMPOSIÇÃO E FUNCIONAMENTO DOS ÓRGÃOS DA SOCIEDADE			
II.1. Informação			
II.1.1.sociedade institui mecanismos que assegurem, de forma adequada e rigorosa, a atempada circulação ou divulgação da informação necessária aos seus órgãos, ao secretário da sociedade, aos acionistas, aos investidores, aos analistas financeiros, às demais partes interessadas e ao mercado em geral.		Cumprida	21, 55, 56 e 58
II.2. Diversidade na composição e funcionamento dos órgãos da Sociedade			
II.2.1.As sociedades estabelecem, previamente e em abstrato, critérios e requisitos relativos ao perfil de membros dos órgãos da sociedade adequados à função a desempenhar, considerando, designadamente, atributos individuais (como competência, independência, integridade, disponibilidade e experiência), e requisitos de diversidade (com particular atenção à igualdade entre homens e mulheres), que possam contribuir para a melhoria do desempenho do órgão e para o equilíbrio na respetiva composição.		Cumprida	21
II.2.2.Os órgãos de administração e de fiscalização e as suas comissões internas dispõem de regulamentos internos — nomeadamente sobre o exercício das respectivas atribuições, presidência, periodicidade de reuniões, funcionamento e quadro de deveres dos seus membros — divulgados na íntegra no sítio da Internet da sociedade, devendo ser elaboradas atas das respetivas reuniões.	Conselho de Administração	Cumpridas as duas subrecomendações	21
	Conselho Fiscal	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão Executiva	Cumpridas as duas subrecomendações	

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
	Comissão de Orçamento	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Risco e Auditoria Interna	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Avaliação e Remunerações	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Nomeações	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Riscos Jurídicos	Cumpridas as duas subrecomendações	
	Comissão de Vencimentos	Não cumprida-regulamento interno	
II.2.3.A composição e o número de reuniões anuais dos órgãos de administração, de fiscalização e das suas comissões internas são divulgados através do sítio da Internet da sociedade.	Composição	Cumprida	21 e 31
	Número de reuniões	Cumprida	21, 23 e 35
II.2.4.As sociedades adotam uma política de comunicação de irregularidades (whistleblowing) que explicita as principais regras e procedimentos a serem seguidos perante cada comunicação e um canal de denúncia interno que inclua o acesso também por não trabalhadores, nos termos previstos na lei aplicável.	Política	Cumprida	49
	Canal de denúncia	Cumprida	49
II.2.5.As sociedades devem dispor de comissões especializadas em matéria de governo societário, em matéria de remunerações, em matéria de nomeações de membros dos órgãos sociais da sociedade e em matéria de avaliação de desempenho.	Governo Societário	Não cumprida	
	Remunerações	Cumprida	21
	Nomeações	Cumprida	21
	Avaliação de desempenho	Cumprida	21
II.3.1.Os estatutos ou outras vias equivalentes adotadas pela sociedade estabelecem mecanismos para garantir que, dentro dos limites da legislação aplicável, seja permanentemente assegurado aos membros dos órgãos de administração e de fiscalização o acesso a toda a informação necessária para a avaliação do desempenho, da situação e das perspectivas de desenvolvimento da sociedade, incluindo, designadamente, as atas, a documentação de suporte às decisões tomadas, as convocatórias e o arquivo das reuniões do órgão de administração executivo, sem prejuízo do acesso a quaisquer outros documentos ou pessoas a quem possam ser solicitados esclarecimentos.		Cumprida	21
II.3.2.Cada órgão e comissão da sociedade assegura, de forma atempada e adequada, o fluxo interorgânico da informação necessária ao exercício das competências legais e estatutárias de cada um dos restantes órgãos e comissões.		Cumprida	21
II.4. Conflitos de Interesse			
II.4.1.Por regulamento interno ou via equivalente, os membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões internas ficam vinculados a informar o respetivo órgão ou comissão sempre que existam factos que possam constituir ou dar causa a um conflito entre os seus interesses e o interesse da sociedade.		Cumprida	21

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
II.4.2.A sociedade adota procedimentos que garantam que o membro em conflito não interfere no processo de decisão, sem prejuízo do dever de prestação de informações e esclarecimentos que o órgão, a comissão ou os respetivos membros lhe solicitem.		Cumprida	21 e 67
II.5. Transações com partes relacionadas			
II.5.1.O órgão de administração divulga, no relatório de governo ou por outra via publicamente disponível, o procedimento interno de verificação das transações com partes relacionadas.		Cumprida	89
III. ACIONISTAS E ASSEMBLEIA GERAL			
III.1.A sociedade não deve fixar um número excessivamente elevado de ações necessárias para conferir direito a um voto, e informa no relatório de governo sobre a sua opção sempre que a cada ação não corresponda um voto.	(1)	Cumprida	12
	(2)	Não aplicável	
III.2.A sociedade que tenha emitido ações com direito especial ao voto plural identifica, no relatório de governo, as matérias que, por previsão dos estatutos da sociedade, estão excluídas do âmbito do voto plural.		Não aplicável	
III.3.A sociedade não deve adotar mecanismos que dificultem a tomada de deliberações pelos seus acionistas, designadamente fixando um quórum deliberativo superior ao previsto por lei.		Não cumprida	14
III.4.A sociedade implementa os meios adequados para a participação não presencial dos acionistas na Assembleia Geral, em termos proporcionais à sua dimensão.		Não cumprida	12
III.5.A sociedade implementa igualmente os meios adequados para o exercício não presencial do direito de voto, incluindo por correspondência e por via eletrónica.		Cumprida	12
III.6.Os estatutos da sociedade que prevejam a limitação do número de votos que podem ser detidos ou exercidos por um único acionista, de forma individual ou em concertação com outros acionistas, devem prever igualmente que, pelo menos de cinco em cinco anos, seja sujeita a deliberação pela assembleia geral a alteração ou a manutenção dessa disposição estatutária - sem requisitos de quórum agravado relativamente ao legal - e que, nessa deliberação, se contam todos os votos emitidos sem que aquela limitação funcione.		Não aplicável	
III.7.Não devem ser adotadas medidas que determinem pagamentos ou a assunção de encargos pela sociedade em caso de transição de controlo ou de mudança da composição do órgão de administração e que se afigurem suscetíveis de prejudicar o interesse económico na transmissão das ações e a livre apreciação pelos acionistas do desempenho dos administradores.		Cumprida	4
IV. ADMINISTRAÇÃO			
IV.1. Órgão de Administração e Administradores Executivos			
IV.1.1. O órgão de administração assegura que a sociedade atua de forma consentânea com o seu objeto e não delega poderes, designadamente, no que respeita a: i) definição da estratégia e das principais políticas da sociedade; ii) organização e coordenação da estrutura empresarial; iii) matérias que devam ser consideradas estratégicas em virtude do seu montante, risco ou características especiais.	(1)	Cumprida	21
	(2)	Cumprida	21
	(3)	Cumprida	21
IV.1.2. O órgão de administração aprova, através de regulamento ou mediante via equivalente, o regime de atuação dos administradores executivos aplicável ao exercício por estes de funções executivas em entidades fora do grupo.		Não cumprida	
IV.2. Órgão de Administração e Administradores Não Executivos			

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
IV.2.1. Sem prejuízo das funções legais do presidente do conselho de administração, se este não for independente, os administradores independentes — ou, não existindo estes em número suficiente, os administradores não executivos — designam entre si um coordenador para, nomeadamente, (i) atuar, sempre que necessário, como interlocutor com o presidente do conselho de administração e com os demais administradores, (ii) zelar por que disponham do conjunto de condições e meios necessários ao desempenho das suas funções, e (iii) coordená-los na avaliação do desempenho pelo órgão de administração prevista na recomendação VI.1.1.; em alternativa, pode a sociedade fixar outro mecanismo equivalente que assegure aquela coordenação.		Cumprida	21
IV.2.2. O número de membros não executivos do órgão de administração deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.		Cumprida	17 e 18
IV.2.3. O número de administradores não executivos é superior ao de administradores executivos.		Cumprida	17 e 18
IV.2.4. O número de administradores não executivos que cumpram os requisitos de independência deve ser plural e não pode ser inferior a um terço do número total de administradores não executivos. Para efeitos desta recomendação, considera-se independente a pessoa que não esteja associada a qualquer grupo de interesses específicos na sociedade, nem se encontre em alguma circunstância suscetível de afetar a sua isenção de análise ou de decisão, nomeadamente em virtude de:			
i. Ter exercido durante mais de doze anos, de forma contínua ou intercalada, funções em qualquer órgão da sociedade, sendo este prazo contado independentemente de coincidir, ou não, com o termo do mandato;			
ii. Ter sido colaborador da sociedade ou de sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo nos últimos três anos;			
iii. Ter, nos últimos três anos, prestado serviços ou estabelecido relação comercial significativa com a sociedade ou com sociedade que com esta se encontre em relação de domínio ou de grupo, seja de forma direta ou enquanto sócio, administrador, gerente ou dirigente de pessoa coletiva;		Cumprida	18
iv. Ser beneficiário de remuneração paga pela sociedade ou por sociedade que com ela se encontre em relação de domínio ou de grupo para além da remuneração decorrente do exercício das funções de administrador;			
v. Viver em união de facto ou ser cônjuge, parente ou afim na linha reta e até ao 3.º grau, inclusive, na linha colateral, de administradores da sociedade, de administradores de pessoa coletiva titular de participação qualificada na sociedade ou de pessoas singulares titulares direta ou indiretamente de participação qualificada;			
vi. Ser titular de participação qualificada ou representante de um acionista titular de participações qualificadas.			
IV.2.5. O disposto no parágrafo (i) da recomendação anterior não obsta à qualificação de um novo administrador como independente se, entre o termo das suas funções em qualquer órgão da sociedade e a sua nova designação, tiverem, entretanto, decorrido pelo menos três anos (cooling-off period).		Não aplicável	
V. FISCALIZAÇÃO			
V.1. Com respeito pelas competências que lhe são conferidas por lei, o órgão de fiscalização toma conhecimento das linhas estratégicas / avalia e pronuncia-se sobre a política de risco, previamente à sua aprovação final pelo órgão de administração.	(1)	Cumprida	38
	(2)	Cumprida	38
V.2. O número de membros do órgão de fiscalização e da comissão para as matérias financeiras deve ser adequado à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, mas suficiente para assegurar com eficiência as funções que lhes estão cometidas, devendo constar do relatório de governo a formulação deste juízo de adequação.	(1)	Cumprida	31
	(2)	Não aplicável	
VI. AVALIAÇÃO DE DESEMPENHO, REMUNERAÇÕES E NOMEAÇÕES			

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
VI.1. Avaliação anual de desempenho			
VI.1.1. O órgão de administração — ou comissão com competências na matéria, composta por maioria de membros não executivos — avalia anualmente o seu desempenho, bem como o desempenho da comissão executiva, dos administradores executivos e das comissões da sociedade, tendo em conta o cumprimento do plano estratégico da sociedade e do orçamento, a gestão de riscos, o seu funcionamento interno e o contributo de cada membro para o efeito, assim como o relacionamento entre órgãos e comissões da sociedade.	Autoavaliação	Cumprida	
	Comissões	Cumprida	21 e 24
	Comissão Executiva	Cumprida	
VI.2. Remunerações			
VI.2.1. A sociedade constitui uma comissão de remunerações, cuja composição assegure a sua independência em face da administração, podendo tratar-se da comissão de remunerações designada nos termos do artigo 399.º do Código das Sociedades Comerciais.		Cumprida	21 e 67
VI.2.2. A fixação das remunerações dos membros dos órgãos de administração e de fiscalização e das comissões da sociedade compete à comissão de remunerações ou à assembleia geral, sob proposta daquela comissão.		Cumprida	66
VI.2.3. A sociedade divulga no relatório de governo, ou no relatório de remunerações, a cessação de funções dos membros de órgãos ou comissões da sociedade, indicando os montantes de todos os encargos da sociedade relacionados com a cessação de funções, a qualquer título, no exercício em causa.		Cumprida	Relatório de remunerações
VI.2.4. A fim de prestar informações ou esclarecimentos aos acionistas, o presidente ou outro membro da comissão de remunerações deve estar presente na assembleia geral anual e em quaisquer outras se a respetiva ordem de trabalhos incluir assunto conexo com a remuneração dos membros dos órgãos e comissões da sociedade, ou se tal presença tiver sido requerida por acionistas.		Cumprida	67
VI.2.5. Dentro das limitações orçamentais da sociedade, a comissão de remunerações pode decidir livremente a contratação, pela sociedade, dos serviços de consultoria necessários ou convenientes para o exercício das suas funções.		Cumprida	67
VI.2.6. A comissão de remunerações assegura que aqueles serviços são prestados com independência.		Cumprida	67
VI.2.7. Os prestadores desses serviços não serão contratados, pela própria sociedade ou por outras que com ela se encontrem em relação de domínio ou de grupo, para a prestação à sociedade de quaisquer outros serviços relacionados com as competências da comissão de remunerações, sem que haja autorização expressa da comissão.		Cumprida	67
VI.2.8. Tendo em vista o alinhamento de interesses entre a sociedade e os administradores executivos, uma parte da remuneração destes tem natureza variável que reflita o desempenho sustentado da sociedade e não estimule a assunção de riscos excessivos.		Cumprida	69
VI.2.9. Uma parte significativa da componente variável é parcialmente diferida no tempo, por um período não inferior a três anos, associando-a, em termos definidos na política de remunerações da sociedade, à confirmação da sustentabilidade do desempenho.		Cumprida	69
VI.2.10. Quando a remuneração variável compreender opções ou outros instrumentos direta ou indiretamente dependentes do valor das ações, o início do período de exercício é diferido por um prazo não inferior a três anos.		Não aplicável	85
VI.2.11. A remuneração dos administradores não executivos não inclui nenhuma componente cujo valor dependa do desempenho da sociedade ou do seu valor.		Não cumprida	69
VI.3. Nomeações			

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
VI.3.1. A sociedade promove, nos termos que considere adequados, mas de forma suscetível de demonstração, que as propostas para eleição dos membros dos órgãos da sociedade sejam acompanhadas de fundamentação a respeito da adequação de cada um dos candidatos à função a desempenhar.		Cumprida	21
VI.3.2. A comissão de nomeações de membros de órgãos sociais inclui uma maioria de administradores independentes.		Cumprida	21
VI.3.3. A não ser que a dimensão da sociedade o não justifique, a função de acompanhamento e apoio às designações de quadros dirigentes é atribuída a uma comissão de nomeações.		Cumprida	21
VI.3.4. A comissão de nomeações de quadros dirigentes disponibiliza os seus termos de referência e promove, na medida das suas competências, a adoção de processos de seleção transparentes que incluam mecanismos efetivos de identificação de potenciais candidatos, e que sejam propostos para seleção os que apresentem maior mérito, melhor se adequem às exigências da função e promovam, dentro da organização, uma diversidade adequada incluindo quanto à igualdade entre homens e mulheres.		Cumprida	21
VII. CONTROLO INTERNO			
VII.1. O órgão de administração debate e aprova o plano estratégico e a política de risco da sociedade, a qual inclui a fixação de limites em matéria de assunção de riscos.	Plano estratégico	Cumprida	21 e 50 a 55
	Política de Risco	Cumprida	21 e 50 a 55
VII.2. A sociedade dispõe de uma comissão especializada ou de um comité composto por especialistas em matéria de risco que reporta regularmente ao órgão de administração.		Cumprida	21
VII.3. O órgão de fiscalização organiza-se internamente, implementando mecanismos e procedimentos de controlo periódico, com vista a garantir que os riscos efetivamente incorridos pela sociedade são consistentes com os objetivos fixados pelo órgão de administração.		Cumprida	38 e 50 a 55
VII.4. O sistema de controlo interno, compreendendo as funções de gestão de riscos, compliance e auditoria interna, é estruturado em termos adequados à dimensão da sociedade e à complexidade dos riscos inerentes à sua atividade, devendo o órgão de fiscalização avaliá-lo e, no âmbito da sua competência de fiscalização da eficácia deste sistema, propor os ajustamentos que se mostrem necessários.		Cumprida	38 e 51
VII.5. A sociedade estabelece procedimentos de fiscalização, avaliação periódica e de ajustamento do sistema de controlo interno, incluindo uma avaliação anual do grau de cumprimento interno e do desempenho desse sistema, bem como da perspetiva de alteração do quadro de risco anteriormente definido.		Cumprida	38 e 50 a 55
VII.6. Tendo por base a sua política de risco, a sociedade institui uma função de gestão de riscos, identificando (i) os principais riscos a que se encontra sujeita no desenvolvimento da sua atividade, (ii) a probabilidade de ocorrência dos mesmos e o respetivo impacto, (iii) os instrumentos e medidas a adotar tendo em vista a respetiva mitigação e (iv) os procedimentos de monitorização, visando o seu acompanhamento.	(1)	Cumprida	52 a 54
	(2)	Cumprida	52 a 54
	(3)	Cumprida	52 a 54
	(4)	Cumprida	52 a 54
VII.7. A sociedade institui processos para coligir e processar dados relacionados com a sustentabilidade ambiental e social, para alertar o órgão de administração acerca dos riscos em que a sociedade esteja a incorrer e propor estratégias para a sua mitigação.		Cumprida	Capítulos 1.4.1, 1.4.1.II e 1.2.5 do relatório de gestão
VII.8. A sociedade informa sobre o modo como as alterações climáticas são consideradas na organização e sobre a forma como pondera, nos processos de decisão, a análise do risco climático.		Não cumprida	Capítulos 1.4.1.I, 1.4.1.II, 1.4.2 e 1.2.5 do relatório de gestão

Recomendação/Capítulo	Subrecomendação	Cumprimento	Relatório
VII.9. A sociedade informa, no relatório de governo, sobre os termos em que mecanismos de inteligência artificial hajam sido utilizados como instrumento de tomada de decisões pelos órgãos sociais.		Não aplicável	
VII.10. O órgão de fiscalização pronuncia-se sobre os planos de trabalho e os recursos afetos aos serviços do sistema de controlo interno, incluindo às funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, podendo propor os ajustamentos que se mostrem necessários.		Cumprida	38
VII.11. O órgão de fiscalização é destinatário dos relatórios realizados pelos serviços de controlo interno, incluindo as funções de gestão de riscos, <i>compliance</i> e auditoria interna, pelo menos quando estejam em causa matérias relacionadas com a prestação de contas, a identificação ou a resolução de conflitos de interesses e a deteção de potenciais irregularidades.		Cumprida	38 e 50 a 55
VIII. INFORMAÇÃO E REVISÃO LEGAL DE CONTAS			
VIII.1. Informação			
VIII.1.1.1. O regulamento do órgão de fiscalização impõe que este fiscalize a adequação do processo de preparação e de divulgação de informação pelo órgão de administração, incluindo a adequação das políticas contabilísticas, das estimativas, dos julgamentos, das divulgações relevantes e sua aplicação consistente entre exercícios, de forma devidamente documentada e comunicada.		Cumprida	38
VIII.2. Revisão legal de contas e fiscalização			
VIII.2.1. Através de regulamento, o órgão de fiscalização define, nos termos do regime legal aplicável, os procedimentos de fiscalização destinados a assegurar a independência do revisor oficial de contas.		Cumprida	38, 45 e 46
VIII.2.2. O órgão de fiscalização é o principal interlocutor do revisor oficial de contas na sociedade e o primeiro destinatário dos respetivos relatórios, competindo-lhe, designadamente, propor a respetiva remuneração e zelar para que sejam asseguradas, dentro da empresa, as condições adequadas à prestação dos serviços.	(1)	Cumprida	38 e 45
	(2)	Cumprida	38 e 45
VIII.2.3. O órgão de fiscalização avalia anualmente o trabalho realizado pelo revisor oficial de contas, a sua independência e adequação para o exercício das funções e propõe ao órgão competente a sua destituição ou a resolução do contrato de prestação dos seus serviços sempre que se verifique justa causa para o efeito.		Cumprida	37, 38, 45 e 46

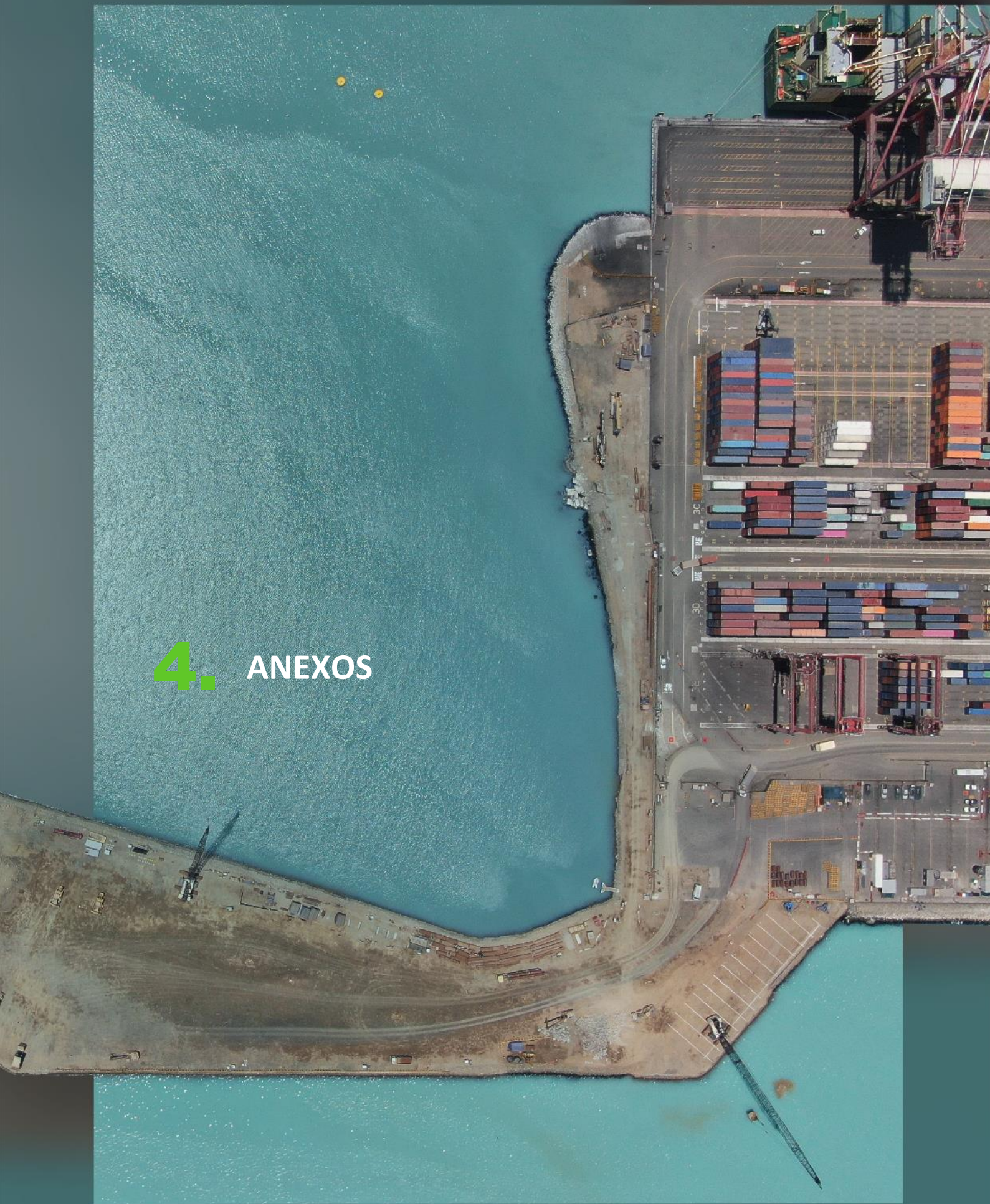
3. Outras informações

Não existem recomendações cuja não observância ou não aplicação necessitem de posteriores fundamentações.

PARTE

QUATRO

4. ANEXOS



4.1 Declaração nos termos do artigo 29.º do CVM

Nos termos da alínea c) do nº 1 do artigo 29º - G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho de Administração declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação financeira constante deste relatório e contas foi elaborada em conformidade com as normas internacionais de relato financeiro (“IFRS”) tal como adotadas pela União Europeia, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados da Mota-Engil e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, o desempenho, a posição da Mota-Engil e das empresas incluídas no perímetro de consolidação e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Porto, 22 de março de 2024

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos
Presidente do Conselho de Administração e
Presidente da Comissão Executiva (*Chief Executive Officer*)

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Jingchun Wang
Vice-presidente não executivo do Conselho de Administração

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Di Xiao
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

Francisco Manuel Seixas da Costa
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz
Vogal não-executivo e independente do
Conselho de Administração

João Pedro dos Santos Dinis Parreira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva

José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Chief Financial Officer*)

Leong Vai Tac
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota
Vogal do Conselho de Administração e
Membro da Comissão Executiva (*Deputy Chief Executive Officer*)

Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Paulo Sacadura Cabral Portas
Vogal não executivo e independente do
Conselho de Administração

Ping Ping
Vogal não executivo do Conselho de Administração

Tian Feng
Vogal não executivo do Conselho de Administração

4.2 Artigos 324.º n.º 2 e 66.º n.º 5 alínea d) do Código das Sociedades Comerciais

Durante o exercício de 2023, a Mota-Engil não realizou qualquer transação sobre ações próprias.

Em 31 de dezembro de 2023, a Mota-Engil detinha 6.091.581 ações próprias representativas de 1,99% do seu capital social, as quais não conferiam direitos de voto.

4.3 Artigo 447.º do Código das Sociedades Comerciais

Divulgação de ações e outros títulos detidos por membros do Conselho de Administração, por dirigentes, por membros de outros órgão sociais, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, e transações sobre os mesmos efetuadas no decurso do exercício.

Anexo a que se refere o Artigo 447º do Código das Sociedades Comerciais:

Nome	Data	Detendo ações de								
		MOTA-ENGIIL, SGPS, SA					MGP, SGPS, SA		FM, SGPS, SA	
		Qt.	Preço	Compra / Venda	Bolsa / Fora de Bolsa	%	Qt.	%	Qt.	%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota										
Saldo inicial		1 650 000				0,54%	0	0	28 701	34,48%
Aumento de capital MGP							18 958	0,30%		
Fusão da FM na MGP							2 207 297	34,53%	-28 701	
Saldo final		1 650 000				0,54%	2 226 255	34,83%	0	-
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles										
Saldo inicial		1 444 490				0,47%	0	0	17 902	21,51%
Aumento de capital MGP							11 825	0,18%		
Fusão da FM na MGP							1 376 781	21,54%	-17 902	
Saldo final		1 444 490				0,47%	1 388 606	21,72%	0	-
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa										
Saldo inicial		856 300				0,28%	0	0	17 902	21,51%
Aumento de capital MGP							11 825	0,18%		
Fusão da FM na MGP							1 376 781	21,54%	-17 902	
Saldo final		856 300				0,28%	1 388 606	21,72%	0	-
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos										
Saldo inicial		829 530				0,27%	0	0	17 902	21,51%
Aumento de capital MGP							11 825	0,18%		
Fusão da FM na MGP							1 376 781	21,54%	-17 902	
Saldo final		829 530				0,27%	1 388 606	21,72%	0	-
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota										
Saldo inicial / final		250 000				0,08%				
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota										
Saldo inicial / final		187 061				0,06%				
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos										
Saldo inicial		100 000				0,03%				
	4/out/23	21 000	2,86	Compra	Bolsa					
	20/dez/23	10 000	3,74	Compra	Bolsa					
Saldo final		131 000				0,04%				
António Maria Vasconcelos Mota Meireles										
Saldo inicial		0				0,00%				
a)		76 395								
Saldo final		76 395				0,02%				
José Manuel Mota Neves da Costa										
Saldo inicial / final		35 000				0,01%				
José Pedro Matos Marques Sampaio de Freitas										
Saldo inicial		20 138				0,01%				
b)		-20 138				-0,01%				
Saldo final		0				0,00%				
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins										
Saldo inicial / final		17 808				0,01%				
António Cândido Lopes Natário										
Saldo inicial / final		10 000				0,00%				
Rui Jorge Teixeira de Carvalho Pedroto										
Saldo inicial / final		2 000				0,00%				
F.M. - Sociedade de Controlo, SGPS, S.A.										
Saldo inicial							6 337 640	100%		
Fusão da FM na MGP							-6 337 640	100%		
Saldo final							0	0%		
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.										
Saldo inicial / final		117 827 648				38,41%				
Epoch Capital Investments BV										
Saldo inicial / final		99 426 974				32,41%				

(a) passou a ser considerado dirigente da Mota-Engil SGPS a partir de 8 de março de 2023 no seguimento da alteração da composição do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

(b) deixou de ser considerado dirigente da Mota-Engil SGPS a partir de 8 de março de 2023 no seguimento da alteração da composição do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

As obrigações detidas pelos membros do Conselho de Administração, por dirigentes, por membros dos outros órgãos sociais, bem como por pessoas com estes estreitamente relacionadas, da Mota-Engil SGPS, em 31 de dezembro de 2023 eram como se segue:

Nome	nº de obrigações	obrigação ME 2019/2024 (VN - 500€)	obrigação ME 2021/2026 (VN - 500€)	obrigação ME 2022/2027 (VN - 500€)	obrigação ME 2023/2028 (VN - 1.000€)
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	1.406	-	576	680	150
José Manuel Mota Neves da Costa	359	140	219	0	-
António Maria Vasconcelos Mota de Meireles	300	-	200	100	-
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	291	-	251	40	-
Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota	251	-	251	-	-
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	224	37	127	60	-
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos	160	10	140	10	-
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	59	19	20	20	-
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	40	-	40	-	-
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota	39	-	10	29	-
António Cândido Lopes Natário	14	-	14	-	-
Rui Jorge Teixeira Carvalho Pedroto	13	-	13	-	-
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa	12	12	-	-	-

VN: valor nominal

Adicionalmente, apresenta-se de seguida a lista dos acionistas que, em 31 de dezembro de 2023 e 2022, eram titulares de, pelo menos, 10%, 33% ou 50% do capital social da Mota-Engil:

Acionista	2023		2022	
	Nº de ações	% capital	Nº de ações	% capital
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	117 827 648	38,41%	117 827 648	38,41%
Epoch Capital Investments BV	99 426 974	32,41%	99 426 974	32,41%

4.4 Lei n.º 110/2009, de 16 de setembro

Nos termos e para os efeitos do artigo 210º da Lei nº110/2009, de 16 de setembro, declara-se que as empresas integrantes do Grupo Mota-Engil não apresentam dívidas em mora à Segurança Social.

4.5 Artigo 66.º n.º 5 alínea g) do Código das Sociedades Comerciais

Em 31 de dezembro de 2023, as empresas integrantes do Grupo Mota-Engil detinham sucursais nos seguintes países:

Empresa	País
Empresa Construtora Brasil S.A.	Colômbia
	Angola
	Bolívia
Mota-Engil Ativ, S.A.	Espanha
	França
	Marrocos
Mota-Engil Africa, BV	Uganda
	Argélia
	Brasil
	Cabo Verde
	Colômbia
	Espanha
Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.	EUA
	Irlanda
	Panamá
	Paraguai
	Peru
	Polónia
	África do Sul
	Angola
	Cabo Verde
	Camarões
	Costa do Marfim
	Gabão
	Gana
	Guiné Conacri
	Malawi
Mota-Engil, Engenharia e Construção África, S.A.	Moçambique
	Países Baixos
	Peru
	Quénia
	Ruanda
	Tanzânia
	Uganda
	Zâmbia
	Zimbabwe
Mota-Engil México, S.A. de CV	Argentina
Mota-Engil Peru, S.A.	Colômbia
	Brasil
SUMA - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, Lda.	Omã

4.6 Participações qualificadas

Dando cumprimento à legislação aplicável, apresenta-se de seguida uma lista dos titulares de participações qualificadas em 31 de dezembro de 2023, com indicação do número de ações detidas e percentagem de direitos de voto correspondentes, calculada nos termos do artigo 20º do Código dos Valores Mobiliários:

Acionistas	Nº de ações	% de capital detido	% de direitos de voto
Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A. (*)	117 827 648	38,41%	39,19%
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (**) / (***) (a)	1 650 000	0,54%	0,55%
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (**) / (***) (a)	1 444 490	0,47%	0,48%
Maria Teresa Queirós Vasconcelos Mota Neves da Costa (***) (a)	856 300	0,28%	0,28%
Maria Manuela Queirós Vasconcelos Mota dos Santos (***) (a)	829 530	0,27%	0,28%
Maria Sílvia Fonseca Vasconcelos Mota (***)	187 061	0,06%	0,06%
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (**) / (***)	131 000	0,04%	0,04%
António Maria Vasconcelos Mota de Meireles (***)	76 395	0,02%	0,03%
José Manuel Mota Neves da Costa (***)	35 000	0,01%	0,01%
Atribuível à Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.	123 037 424	40,11%	40,92%
Epoch Capital Investments BV (*)	99 426 974	32,41%	33,07%
Atribuível à China Communications Construction Group	99 426 974	32,41%	33,07%
	Sub-total I	72,52%	73,99%
Ações próprias	6 091 581	1,99%	0,00%
Outros acionistas	78 219 971	25,50%	26,01%
	Sub-total II	27,48%	26,01%
	TOTAL	100,00%	100,00%

(*) Acionista direta da Sociedade

(**) Membro do Conselho de Administração da Sociedade

(***) Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.

Em 31 de dezembro de 2023, a MGP era detida a 100% pelas pessoas singulares assinaladas com (a) acima. No ponto 4.3 deste capítulo, pode ser consultada a percentagem de capital detida por cada uma daquelas pessoas singulares na MGP.

À data deste relatório, eram atribuíveis à MGP 123.037.424 ações, correspondentes a 40,11% do capital social da Mota-Engil SGPS, que conferiam 40,92% dos direitos de voto.

4.7 Lista de cargos exercidos pelos membros do Conselho de Administração nos últimos cinco anos

Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos (Presidente)

Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil, Latam Portugal, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Concessões, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Valorsul - Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, A.S.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, S.A.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zártkörűen Működő Részvénytársaság
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Emerge - Mota-Engil Real Estate Developers, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Empresa Geral do Fomento, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Concessões, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Europa, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Global - Serviços Partilhados, Administrativos e Técnicos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Next Investments, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Next, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub, Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma Tratamento, S.A.
- Presidente do Conselho Superior da Suma Tratamento, S.A.
- Membro do Conselho Superior da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da Concesiones e Infraestructuras Andina, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, S.A., até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Minería y Engenharia Andina, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil America Latina, S.A.P.I. de CV, até 2021
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A., até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Europa, S.A., até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, S.A., até 2019
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Real Estate, SGPS, S.A., até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Renewing, S.A., até 2020
- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, S.A., até 2021
- Director da Flame Investments, BV, até 2022
- Director da Global Technical Services Latam, BV, até 2020
- Director da Mota-Engil Energy, BV, até 2022
- Director da Mota-Engil, Latin America, BV, até 2022
- Director da Mota-Engil Tourism, BV, até 2021
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid - Promoção Imobiliária e de Animação Turística, S.A., até 2021
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, S.A., até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, S.A., até 2021
- Presidente do Conselho Superior da Suma - Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., até 2019

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro do Conselho de Administração da António Lago Cerqueira, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Motawood - Entidade de Gestão Florestal, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sem Par - Sociedade Imobiliária e Turística, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, S.A.
- Gerente da CAVMS – Gestão de Participações Sociais, SGPS, Unipessoal, Lda.
- Gerente da Cuore – Investments 4 Life, Lda.
- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
- Gerente da Morada Certa – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Motadossantoswood – Entidade de Gestão Florestal, Lda.
- Gerente da Portuscale Trading, Lda.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho de Administração da Mota Global - Planeamento, S.A., até 2021
-

António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota (Vice-Presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Presidente do Conselho de Administração da Valorsul – Valorização e Tratamento de Resíduos Sólidos das Regiões de Lisboa e do Oeste, S.A.
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A.
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, S.A., até 2021
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A., até 2020
- Presidente da Mesa da Assembleia Geral da Mota-Engil Angola, S.A. até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da ÁreaGolfe – Gestão, Construção e Manutenção de Campos de Golfe, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid - Promoção Imobiliária e de Animação Turística, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Empresa Geral do Fomento, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Hygeia - Edifícios Hospitalares, SGPS, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Manvia – Manutenção e Exploração de Instalações e Construções, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Martifer, SGPS, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da MESP – Mota-Engil, Serviços Partilhados, Administrativos e de Gestão, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Ambiente e Serviços, SGPS, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Angola, S.A., até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Capital, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção África, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Engenharia e Construção, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Europa, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil, Indústria e Inovação, SGPS, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Real Estate Portugal, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma – Serviços Urbanos e Meio Ambiente, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Suma Tratamento, S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, S.A., até 2020

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Auto Sueco (Angola), SARL
- Membro da Comissão de Vencimentos da António Lago Cerqueira, S.A.
- Membro do Conselho de Curadores e do Conselho Consultivo da Fundação Manuel António da Mota
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho Consultivo para o Investimento e Comércio Externo da AICEP Portugal Global, EPE
- Membro do Conselho Municipal de Economia do Porto – “Casa dos 24”

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, S.A. até 2022
 - Membro do Conselho Geral da AEP, em representação da Mota-Engil, SGPS, S.A., até 2019
 - Membro do Conselho Estratégico Portugal - Colômbia, até 2019
-

Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins (Vice-Presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Mexico S.A. de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Lineas – Concessões de Transportes, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Concessionária Urbana Arco Oriente, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Copexa - Concessionária Autopista Perote-Xalapa, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Douro – Estradas do Douro Interior, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Largo do Paço - Investimentos Turísticos e Imobiliários, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Ambiente e Serviços, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Concessões, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Engenharia e Construção, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Europa, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Global, Serviços Partilhados, Administrativos e Técnicos, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Indústria e Inovação, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Next, SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Next Investments , SGPS, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A.
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente da Comissão Executiva da Mota-Engil, SGPS, S.A, até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Douro - Estradas do Douro Interior, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Ascendi Operadora DI, Operação e Manutenção Rodoviária, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Lineas Investimentos, SGPS, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, S.A., até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A., até 2020
- Administrador Único da Mota-Engil, África, NV, até 2019
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi – Serviços de Assessoria, Gestão e Operação, S.A., até 2019
- Director da Mota-Engil Nigeria, Limited, até 2021
- Gerente da Lineas – Serviços de Administração e Gestão, Lda., até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da Belém Grid – Promoção Imobiliária e de Animação Turística, S.A., até 2021
- Membro da Comissão de Vencimentos da Lusoponte – Concessionária para a Travessia do Tejo S.A., em representação da Lineas Concessões de Transportes, SGPS, S.A., até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota- Engil Capital, S.A., até 2022
- Membro da Comissão de Vencimentos da Takargo – Transporte de Mercadorias, S.A., até 2021

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Gerente da 2MCF - Serviços e Imobiliário, Lda.
- Vice-Presidente do Conselho Director da CCILM – Câmara de Comércio e Indústria Luso-Mexicana
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho de Administração da Dourowood - Entidade de Gestão Florestal, S.A., até 2020
- Membro do International Advisory Board da Católica Lisbon School of Business and Economics, até 2022

Jingchun Wang (Vice-Presidente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro do Conselho de Administração da Epoch Capital Investments BV
- Diretor Geral do "Overseas Business Department (Foreign Affairs Office)" da China Communications Construction Company Ltd

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da Chuwa Bussan Company Ltd, até 2021
- Diretor Geral Executivo do "Overseas Business Division and CCCC International" da China Communications Construction Company Ltd, até 2021

Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro do Conselho de Administração da Eaglestone Capital Partners - Sociedade de Capital de Risco, S.A.
- Membro do Conselho de Administração do Hotel Vista da Ponte, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Vila Avenida Hotel, S.A.
- Gerente da About Town, Imobiliária Lda.
- Gerente da Sítio Valverde - Restauração e Eventos Sociedade Unipessoal, Lda.

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Di Xiao (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Global - Serviços Partilhados, Administrativos e Técnicos, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Diretor Geral da Sucursal em Portugal da China Communications Construction Company Ltd, até 2021

Francisco Manuel Seixas da Costa (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro independente do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção Africa S.A., até 2021
- Membro do Conselho Consultivo Estratégico da Mota-Engil SGPS, S.A., até 2021

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro do Conselho de Administração não executivo da Jerónimo Martins, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal da Tabaqueira PMM SGPS, S.A.
- Presidente do “Clube de Lisboa” - Global Challenges
- Presidente do Conselho Consultivo da A.T. Kearney Portugal
- Membro do Conselho das Ordens de Mérito Civil, Presidência da República
- Membro do Grupo de Estudos sobre Segurança Estratégica

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro independente do Conselho de Administração da EDP Renováveis S.A., até 2020
- Membro da Comissão de Auditoria da EDP Renováveis S.A., até 2020
- Presidente do Conselho Fiscal da A.T.Kearney, até 2019
- Presidente do Conselho Estratégico Internacional da Fundação Calouste Gulbenkian, até 2021
- Membro da Comissão de Nomeações e Remunerações da EDP Renováveis S.A., até 2020
- Membro do Conselho Geral Independente da RTP, S.A., até 2020
- Presidente das “Conferências de Lisboa”, até 2019
- Membro da Comissão para a participação portuguesa na Exposição Internacional do Dubai / 2020, até 2020

Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro não executivo do Conselho de Administração da Fundação AEP
- Membro Independente do Conselho Geral de Supervisão da EDP - Energias de Portugal, S.A.
- Presidente do Conselho Fiscal do Grupo Media Capital
- Docente na Universidade Católica e na Católica Business School
- Membro do Conselho Consultivo Internacional da SKEMA Business School
- Membro do Conselho Consultivo Internacional da Thamassat Business School
- Membro do EQUIS Accreditation Board EFMD

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Diretora da Católica Porto Business School - Universidade Católica Portuguesa, até 2019
- Presidente da Direção da AEGE – Associação para a Escola de Gestão Empresarial, até 2019
- Membro do Conselho Consultivo da Liverpool University Management School, até 2022
- Membro da Direção EBRI European Bioproducts Research Institute, até 2019

Isabel Maria Pereira Aníbal Vaz (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil
-

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente do Conselho de Administração da Capital Criativo HealthCare Investments II
- Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do CRB – Clube Residencial da Boavista, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da GLSMED Learning Health, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do H.M.E. – Gestão Hospitalar, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz, S.A. (Lisboa)
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Arrábida, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Aveiro, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Centro Clínico da Amadora, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Coimbra S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz Funchal, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Guimarães, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital da Luz - Oeiras, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração do Hospital Residencial do Mar, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Hospor – Hospitais Portugueses, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Serviços, A.C.E.
- Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde – Unidades de Saúde e de Apoio à Terceira Idade, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da RML – Residência Medicalizada de Loures, SGPS, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da SGHL – Sociedade Gestora do Hospital de Loures, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Surgicare – Unidades de Saúde, S.A.
- Presidente do Conselho de Administração da Vila Lusitano – Unidades de Saúde, S.A.
- Presidente da Comissão Executiva da Luz Saúde, S.A.
- Vice-Presidente do Conselho de Administração da Luz Saúde, S.A.
- Membro do International Advisory Board do “The Lisbon MBA da Nova School of Business and Economics da Universidade Nova de Lisboa”

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração das Casas da Cidade – Residências Sénior de Carnaxide, S.A., até 2021
- Membro do Conselho de Administração da Genomed-Diagnósticos de Medicina Molecular, S.A., até 2021
- Membro do Conselho de Administração da Sonae Capital, SGPS, S.A., até 2021
- Membro não executivo do Conselho de Administração dos CTT, até 2022

João Pedro dos Santos Dinis Parreira (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Presidente do Conselho de Administração da Azpau Entretenimiento, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração do Consorcio Gdl Viaducto, SAPI DE CV
- Presidente do Conselho de Administração da Desarrollos Dot Mexico SA DE CV
- Presidente do Conselho de Administração da Generadora Fénix, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil America Latina, SAPI de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Dominicana S.A.S.
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energia, S.A. de CV
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Energy Holdings México, SAPI DE CV
- Presidente do Conselho de Administração da Puente Boca del Río SA de CV
- Presidente da Direção da Luso Energy del Peru, S.A.
- Presidente da Direção da Mota-Engil Chile, S.A.
- Presidente da Direção da Mota-Engil Latam Peru, S.A.
- Presidente da Direção da Mota-Engil Peru, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Administradora para el Desarrollo – Mem S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da APP Coatzacoalcos Villahermosa SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Ascendi Mexico, S.A. de C.V. (sendo também Director Geral)
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Autopista Cardel-Poza Rica, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Autopista Perote-Xalapa, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Cua, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Concesionaria Urbana Arco Oriente, S.A. DE CV
- Membro do Conselho de Administração da Constructora Tampico Ciudad Victoria, SAPI DE CV
- Membro do Conselho de Administração da Empresa Construtora do Brasil, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Aeropuertos, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Inmobiliaria, SAPI DE CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Latam Portugal, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mexico, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil O&M Mexico, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Operadora Autopista Perote Xalapa, S.A. DE CV
- Membro do Conselho de Administração da Promotora de Autopistas del Oriente, S.A. de CV
- Membro do Conselho de Administração da Terminal Maritimo Matamoros, SAPI de CV
- Membro do Conselho de Administração da Vías Y Comunicaciones Cua, SAPI DE CV

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Angola, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Europa, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Global – Serviços Partilhados, Administrativos e Técnicos, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Mediação de Seguros, S.A.
- Gerente da Emasa – Sociedade de Construções, Lda.
- Gerente da ME Lobito, SGPS, Lda.
- Gerente da Mota Internacional – Comércio e Consultadoria Económica, Lda.
- Gerente da Sonauta – Sociedade de Navegação, Lda.
- Diretor Geral da Mota-Engil Africa Global Technical Services, B.V.
- Diretor Geral da Mota-Engil Nigeria, Limited
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Central Europe, S.A.
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Central Europe Česká Republika, A.S.
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zártkörűen Működő Részvénytársaság
- Membro do Conselho de Supervisão da Mota-Engil Real Estate Management Sp. Zoo.
- Membro do Conselho Superior da Automatriz, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Leong Vai Tac (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente Executivo do Fórum Internacional de Ciência, Tecnologia e Inovação do Boao Forum for Asia (BFA)
- Presidente do Comité de Macau para Guangdong-Hong Kong-Macao Greater Bay Area (GBA)
- Membro do Conselho Consultivo do Boao Forum for Asia (BFA)

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Secretário de Economia e Finanças no 4.º Governo da Região Administrativa Especial de Macau, até 2019

Manuel António da Fonseca Vasconcelos da Mota (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Angola, S.A.
- Administrador Único da Luso Global Mining, S.A.
- Administrador Único da Luso Global Mining Cameroon, S.A.
- Administrador Único da Wouri Resources, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Lobito Atlantic Holding, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Lobito Atlantic Railway, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Engenharia e Construção África, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Next Investments, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Next, SGPS, S.A.
- Diretor da Luso Global Mining Angola - Prestação de Serviços e Indústria Extractiva, Lda.
- Diretor da Luso Global Mining B.V.
- Diretor da Mota-Engil Magyarország Beruházási És Építőipari Zártkörűen Működő Részvénytársaság
- Diretor da Mota-Engil, Minerals & Mining, Limited
- Diretor da Mota-Engil Nigeria, Limited
- Gerente da ME Lobito, SGPS, Lda.
- Gerente da Mota Internacional, Comércio e Consultadoria Económica, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Europa, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Railway Engineering, S.A.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Oriental Hub – Reconversão e Exploração do Antigo Matadouro Industrial do Porto, S.A.
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe, S.A.
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Central Europe Ceska Republika, AS
- Membro do Supervisory Board da Mota-Engil Real Estate Management Sp Zoo.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Presidente do Conselho de Administração da Cosamo (PTY), Ltd, até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Empresa Agrícola Florestal Portuguesa, S.A., até 2022
- Presidente do Conselho de Administração da Luso Global Mining BV, até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Luso Resources Limited, até 2020
- Presidente do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe, S.A., até 2019
- Presidente do Conselho de Administração da Nazare Resources PTY, Ltd, até 2020
- Membro do Conselho de Administração da Bugesera Airport Company, Ltd, até 2019
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil África (PTY), Ltd, até 2021
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Central Europe Management, SGPS, S.A., até 2020
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Europa, S.A., até 2020
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Minerals & Mining (Zimbabwe) (Private), Ltd, até 2019
- Membro do Conselho de Administração da Mota-Engil Railway Engineering, S.A., até 2019
- Membro do Conselho de Administração da Nazare Resources (PTY), Ltd, até 2021
- Director da Cosamo (PTY), Ltd., até 2021
- Director da Luso Resources Limited, até 2021
- Membro do Supervisory Board da Obol Invest Befektetési Es Uzletviteli Tanacsado Kft, até 2022
- Membro do Supervisory Board da Obol XI Ingatlanhasznosiyasi Beruhazo Es Szolgaltato Kft, até 2022

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Gerente da Kepler, SGPS, Lda.
- Gerente da MAFVM Holding
- Director da Chilwa Minerals Limited
- Vice-Presidente da Direção Nacional da ANJE – Associação Nacional de Jovens Empresários

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

María Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Presidente do Conselho de Administração da Largo do Paço – Investimentos Turísticos e Imobiliários, Lda.
- Gerente da Botelho, Silva & Abreu, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da Mota-Engil Renewing , S.A.
- Membro do Conselho Superior e de Supervisão da Mota-Engil, Angola, S.A.

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho de Administração da AMGP Agricultura, S.A., até 2021
- Membro da Comissão de Vencimentos da Vibeiras – Sociedade Comercial de Plantas, S.A., até 2021

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Membro do Conselho de Administração da Mota Gestão e Participações, SGPS, S.A.
- Membro do Conselho de Administração da Sociedade Agrícola Moura Basto, S.A.
- Gerente da Edifícios Galiza – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Gerente da Mineira do Jarmelo, Lda.
- Gerente da Verotâmega – Sociedade Imobiliária, Lda.
- Membro da Comissão de Vencimentos da António Lago Cerqueira, S.A.
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Manuel António da Mota

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho de Administração da FM – Sociedade de Controlo, SGPS, S.A., até 2022
- Gerente da Casal Agrícola de Parada, Lda., até 2019
- Gerente da Mineira de Pensalvos, Lda., até 2021
- Gerente da Sem Par – Sociedade Imobiliária e Turística, Lda., até 2020

Paulo Sacadura Cabral Portas (Vogal independente)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Presidente executivo da Vinciamo Consulting
- Membro do Conselho de Curadores da Fundação Champalimaud
- Membro do *Advisory Board* da TEAK Capital
- Vice-Presidente da Câmara de Comércio e Indústria Portuguesa

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Membro do Conselho Internacional da Mex Gas International (MGE, MGT e MGS) do Grupo PEMEX, até 2019

Ping Ping (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Não exerce funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

Tian Feng (Vogal)**Funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023**

- Não exerce funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Outras funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades do Grupo Mota-Engil

Funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil em 31 de dezembro de 2023

- Vogal do Conselho de Administração da CHELBI Engineering Consultants, Inc.
- Diretora Geral na Chelbi Engineering Consultants Inc.

Outras funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil desempenhadas nos últimos cinco anos

- Não exerceu funções em outras sociedades fora do Grupo Mota-Engil

4.8 Relatório sobre remunerações

O presente relatório tem por objetivo dar cumprimento ao disposto no Artigo 26º - G do Código dos Valores Mobiliários e transmitir uma visão abrangente das práticas remuneratórias do Grupo Mota-Engil e do respetivo alinhamento com a Política de Remunerações aprovada para o exercício de 2023.

Nesse sentido, organizou-se o presente relatório de modo a promover um entendimento sobre a remuneração dos órgãos de administração e fiscalização, sobre a composição das respetivas retribuições, sobre o cumprimento da Política de Remunerações vigente, sobre a evolução do número de Colaboradores e da massa salarial média, bem como sobre a conformidade das práticas adotadas à luz das diretrizes do bom governo das sociedades cotadas.

A. Remuneração dos membros dos órgãos de administração e fiscalização

Apresenta-se de seguida o mapa de remunerações dos membros dos órgãos de administração e fiscalização, com a devida segregação entre remunerações fixas, variáveis, senhas de presença e outras remunerações. Por outro lado, evidencia-se igualmente a proveniência das remunerações pelas diversas sociedades do Grupo Mota-Engil.

Membros	Empresa	Componente Fixa	Componente Variável	Outras Remunerações	Senhas de presença	Total
Administradores executivos						
Carlos António Vasconcelos Mota dos Santos	Mota-Engil SGPS, S.A.	472.000	400.392			872.392
Di Xiao	Mota-Engil SGPS, S.A.	456.000	150.567	35.972		642.539
João Pedro dos Santos Dinis Parreira	Mota-Engil Latin America BV.	351.545	250.305			601.850
José Carlos Barroso Pereira Pinto Nogueira	Mota-Engil SGPS, S.A.	238.750	185.937			424.687
Manuel António Fonseca Vasconcelos da Mota	Mota-Engil África GTS, BV.	480.000	400.392			880.392
Administradores não executivos não independentes						
António Manuel Queirós Vasconcelos da Mota	Mota-Engil SGPS, S.A.	202.159	578.000	360.000 a)		1.140.159
Gonçalo Nuno Gomes de Andrade Moura Martins	Mota-Engil SGPS, S.A.	288.834		1.724.787		2.013.621
Jingchun Wang	Mota-Engil SGPS, S.A.	280.570		5.518		286.088
Maria Paula Queirós Vasconcelos Mota de Meireles	Mota-Engil SGPS, S.A.	251.000		7.753		258.753
Administradores não executivos independentes						
Ana Paula Chaves e Sá Ribeiro	Mota-Engil SGPS, S.A.				70.000	70.000
Francisco Manuel Seixas da Costa	Mota-Engil SGPS, S.A.				70.000	70.000
Helena Sofia Salgado Cerveira Pinto	Mota-Engil SGPS, S.A.				70.000	70.000
Isabel Maria Pereira Anibal Vaz	Mota-Engil SGPS, S.A.				70.000	70.000
Leong Vai Tac	Mota-Engil SGPS, S.A.				55.000	55.000
Paulo Sacadura Cabral Portas	Mota-Engil SGPS, S.A.				55.000	55.000
Conselho Fiscal						
Cristina Maria da Costa Pinto	Mota-Engil SGPS, S.A.	30.000				30.000
Jose Antonio Ferreira de Barros	Mota-Engil SGPS, S.A.	30.000				30.000
Susana Catarina Iglesias Couto Rodrigues Jesus	Mota-Engil SGPS, S.A.	30.000				30.000
Membros da Mesa da Assembleia Geral						
António Cândido Lopes Natario	Mota-Engil SGPS, S.A.	6.000				6.000
Rui Jorge Teixeira Carvalho Pedroto	Mota-Engil SGPS, S.A.	3.000				3.000
TOTAL		3.119.858	1.965.593	2.134.030	390.000	7.609.480

a) Pensão estatutária a partir de abril de 2023

No ano de 2023, verificaram-se um conjunto de alterações significativas relacionadas com a estrutura de remunerações, devido à alteração de governance e da respetiva composição dos órgãos sociais.

A estrutura de remunerações foi, por conseguinte, sujeita a um reajustamento, tendo sempre presente uma preocupação de assegurar o seu alinhamento com princípios de equidade assentes na responsabilidade dos intervenientes e com uma visão de longo prazo, que incentive a consecução dos objetivos previstos no Plano Estratégico – *Building 26*, em curso.

Foi salvaguardado também o alinhamento da estrutura de remunerações com a Política de Remunerações vigente na Mota-Engil.

B. Variação anual do desempenho do GRUPO e da remuneração

O Grupo Mota-Engil apresentou nos últimos 5 anos um desempenho consistente, evidenciando um volume de negócios e um EBITDA crescentes, com exceção para o período Covid (entre 2020 e 2021), o que em virtude da inevitável retração da atividade e suspensão de projetos relevantes, penalizou a trajetória de crescimento. Deste modo, é possível constatar que em 2023 o Grupo atingiu níveis recorde de volume de negócios e de EBITDA.

	(milhares de euros)				
	2019	2020	2021 (reexpresso)	2022 (reexpresso)	2023
Indicadores de Desempenho do Grupo (*)					
Volume de Negócios	2.912.440	2.429.134	2.591.776	3.804.258	5.551.897
EBITDA	417.071	380.256	411.632	540.704	837.298
Resultado líquido	26.728	-19.944	24.101	52.422	113.153
Massa Salarial média (**)					
Membros dos órgãos de administração e fiscalização	184.243	187.572	187.427	206.239	175.493
Outros Colaboradores	10.117	9.961	10.362	10.935	11.140

* Volume de negócios corresponde à rubrica da demonstração consolidada dos resultados por naturezas de “Vendas e prestações de serviços”; EBITDA corresponde à soma algébrica das seguintes rubricas da demonstração consolidada dos resultados por naturezas: “Vendas e prestações de serviços”, “Custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas e variação da produção”, “Fornecimentos e serviços externos”, “Gastos com pessoal” e “Outros rendimentos / (gastos) operacionais”; Resultado líquido corresponde à rubrica da demonstração consolidada dos resultados por naturezas de “Resultado líquido consolidado do exercício - Atribuível ao Grupo”.

** O conceito de massa salarial, ao contrário dos gastos com pessoal retratados no Relatório e Contas, integra apenas as componentes fixas e permanentes da retribuição (excluindo nomeadamente contribuições para a Segurança Social, outros regimes de previdência similares no estrangeiro, componentes variáveis de remuneração e outros benefícios, designadamente seguros de acidentes de trabalho, seguros de saúde, seguros de acidentes pessoais, entre outros). No caso dos órgãos de administração e fiscalização, corresponde às remunerações fixas auferidas no período de mandato ou a título de senhas de presença.

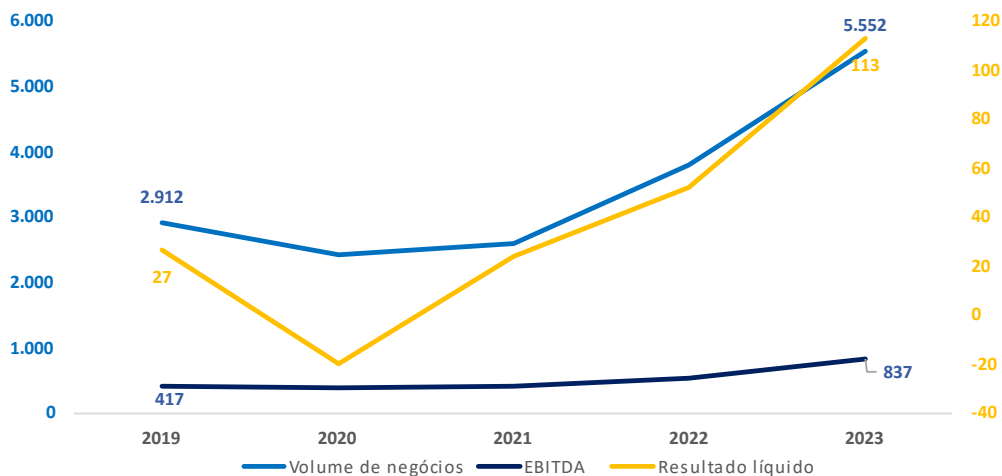
Ao nível da variação do número de colaboradores, o ano de 2023 foi marcado por um crescimento significativo da força de trabalho, em linha com o aumento de atividade, registando no final do ano, 53.340 colaboradores. Este crescimento, representou uma variação de 21% face a 2022, motivado fundamentalmente pelo incremento em mercados tais como o México, Brasil, Nigéria e Angola.

Estas alterações do quadro de pessoal são consistentes com a evolução das remunerações, designadamente nas Unidades de negócio com maior acréscimo de atividade e, consequentemente de força laboral.

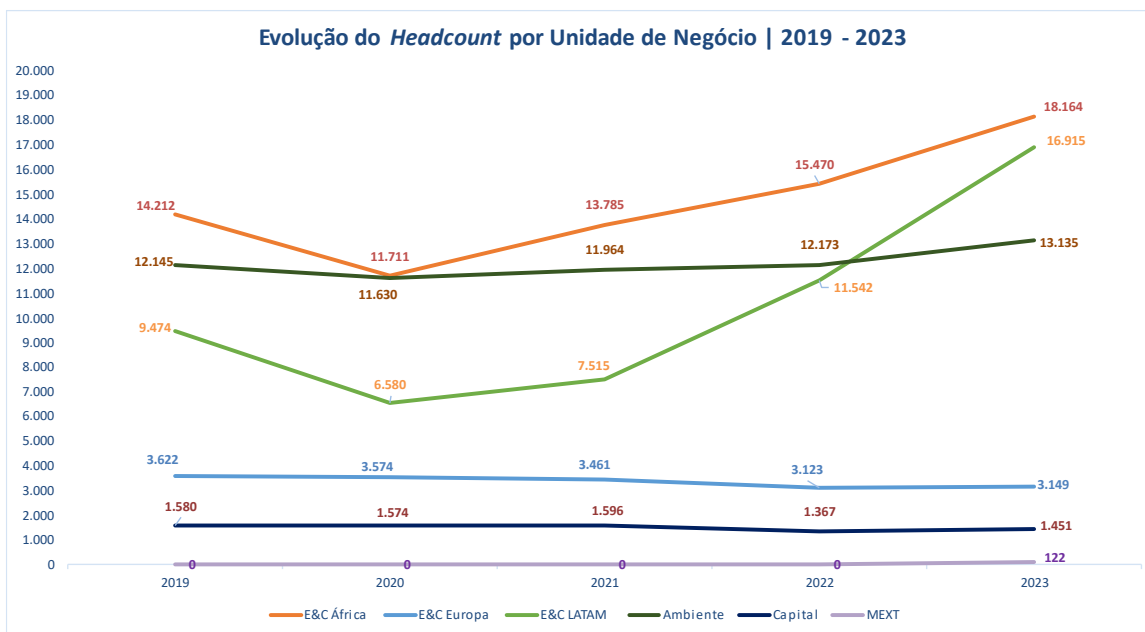
No comparativo entre remuneração média por Unidade de negócio, as principais diferenças advêm da heterogeneidade dos mercados em que o Grupo opera, ao nível económico, social e laboral.

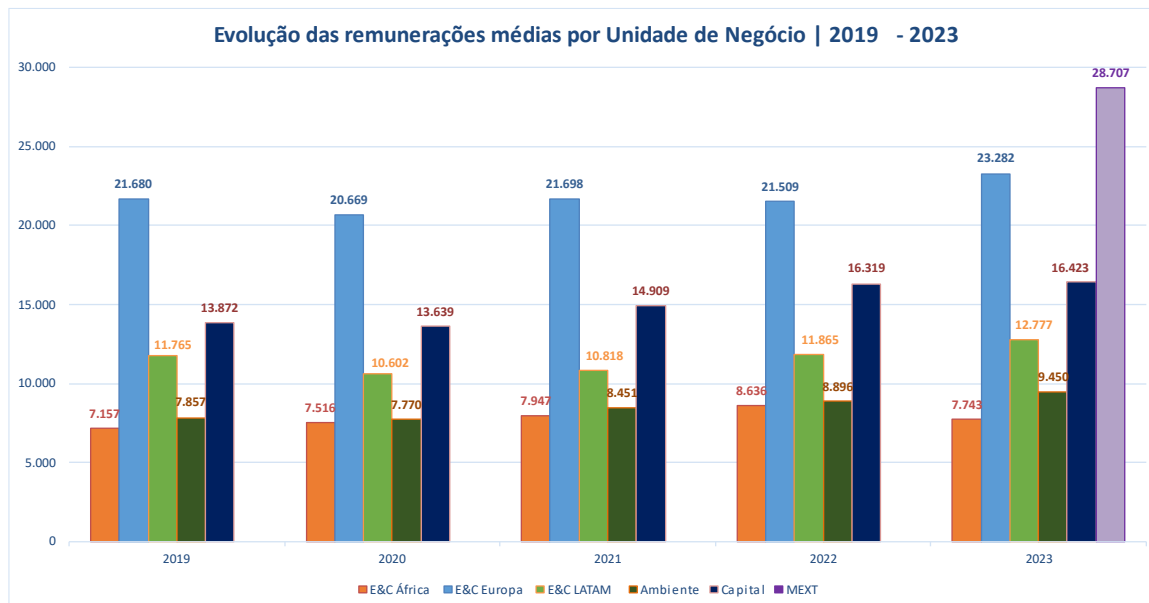
Com efeito, e em alinhamento com a Política de Remunerações vigente no Grupo, os sistemas retributivos adotados procuram assegurar por um lado, a competitividade das remunerações à luz do mercado salarial da geografia em que opera e, por outro, a equidade das mesmas por comparação com os níveis funcionais comparáveis.

Evolução do desempenho do Grupo (valores em milhões de euros)



Evolução do Headcount e remunerações médias por Unidade de Negócio (valores em milhares de euros) (excluindo os membros dos órgãos de administração e de fiscalização, durante os últimos cinco exercícios)





A remuneração média acima apresentada baseia-se no conceito de massa salarial que, ao contrário dos gastos com pessoal, retratados no Relatório e Contas, integra apenas as componentes fixas e permanentes da retribuição dos colaboradores (excluindo nomeadamente contribuições para a Segurança Social, outros regimes de previdência similares no estrangeiro, componentes variáveis de remuneração e outros benefícios, designadamente seguros de acidentes de trabalho, seguros de saúde, seguros de acidentes pessoais, entre outros), constituindo a dimensão adotada para a comparação externa e interna da remuneração e sua evolução temporal.

C. Restituição de compensações variáveis

Conforme estipulado na Política de Remunerações do Grupo Mota-Engil, encontra-se previsto um mecanismo de devolução de compensações pagas a título de retribuição variável caso se verifique um *restatement* não antecipado das contas do Grupo. Este mecanismo visa acautelar os interesses de longo prazo dos *stakeholders*.

No exercício ao qual reporta o presente relatório, não foram verificadas tais situações, pelo que, não ocorreu qualquer mecanismo de restituição.

D. Informações sobre a aplicação da Política de Remunerações e sobre derrogações

Os níveis de desempenho recorde do Grupo, em termos de volume de negócios e EBITDA originaram a decisão de premiar alguns membros dos órgãos de administração mais diretamente implicados no desempenho alcançado.

E. Programas de atribuição de ações e opções sobre ações

O Grupo não tem instituído qualquer programa de atribuição de ações e de opções sobre ações.

F. Cessação de funções

No exercício findo em 31 de dezembro de 2023, Xiangrong Wang cessou as suas funções como membro do Conselho de Administração da Mota-Engil SGPS, S.A., não tendo esta última suportado qualquer encargo com aquela cessação.

G. Apreciação e divulgação do Relatório de Remunerações

O presente Relatório de Remunerações será submetido à apreciação da Assembleia Geral e será publicado no site institucional da Mota-Engil (www.mota-engil.com) por um período não inferior a 10 anos, de modo a que fique disponível para consulta pública, no quadro dos princípios da transparência e divulgação de informação relevante.

PARTE

CINCO



5. RELATORIOS DE
FISCALIZACÃO



Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria

Relato sobre a auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

Opinião

Auditámos as demonstrações financeiras consolidadas anexas da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. (o Grupo), que compreendem a demonstração consolidada da posição financeira em 31 de dezembro de 2023 (que evidencia um total de 7.695.881 milhares de euros e um total de capital próprio de 745.509 milhares de euros, incluindo um resultado líquido consolidado do exercício atribuível ao Grupo de 113.153 milhares de euros), a demonstração consolidada dos resultados por naturezas, a demonstração consolidada do outro rendimento integral, a demonstração consolidada das alterações no capital próprio e a demonstração consolidada dos fluxos de caixa relativas ao ano findo naquela data, e as notas às demonstrações financeiras consolidadas, incluindo informações materiais sobre a política contabilística.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas anexas apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspetos materiais, a posição financeira consolidada da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. em 31 de dezembro de 2023 e o seu desempenho financeiro e fluxos de caixa consolidados relativos ao ano findo naquela data de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia.

Bases para a opinião

A nossa auditoria foi efetuada de acordo com as Normas Internacionais de Auditoria (ISAs) e demais normas e orientações técnicas e éticas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas. As nossas responsabilidades nos termos dessas normas estão descritas na secção "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas" abaixo. Somos independentes das entidades que compõem o Grupo nos termos da lei e cumprimos os demais requisitos éticos nos termos do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas.

Estamos convictos de que a prova de auditoria que obtivemos é suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião.

Matérias relevantes de auditoria

As matérias relevantes de auditoria são as que, no nosso julgamento profissional, tiveram maior importância na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente. Essas matérias foram consideradas no contexto da auditoria das demonstrações financeiras consolidadas como um todo, e na formação da opinião, e não emitimos uma opinião separada sobre essas matérias.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Porto Office Park, Avenida de Sidónio Pais, 153 - piso 1, 4100-467 Porto, Portugal
Tel: +351 225 433 000, Fax: +351 225 433 499, www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados - Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente. Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 2º, 1069-310 Lisboa, Portugal

Reconhecimento do rédito de contratos de construção

Divulgações relacionadas com o rédito de contratos de construção apresentadas nas notas 1.4 l), 1.4 r), 2, 24 e 34 das demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo desenvolve parte da sua atividade no setor da construção, o qual é caracterizado pela existência de contratos plurianuais. O valor do rédito referente à unidade de negócios de Engenharia e Construção, a qual inclui os contratos de construção e os serviços de engenharia industrial, em 31 de dezembro de 2023 ascende a 4.138.928 milhares de euros.

O Grupo reconhece o rédito de acordo com as orientações da IFRS 15 – Rêdito de contratos com clientes. Relativamente aos contratos de construção, o rédito e margens associados aos contratos em curso são reconhecidos de acordo com a respetiva percentagem de acabamento, a qual corresponde à proporção dos gastos incorridos sobre os gastos totais estimados do contrato.

Na determinação da percentagem de acabamento dos contratos são realizadas estimativas e julgamentos significativos, nomeadamente no que respeita aos rendimentos globais do contrato, gastos a incorrer até à sua conclusão e impactos de trabalhos realizados diferentes dos contratados, atrasos na execução e reclamações existentes ou futuras. Valores adicionais de rédito são estimados quando decorrem de direitos contratuais e se avaliam como altamente prováveis. Estas estimativas são revistas em cada período de relato, com base no melhor conhecimento da gestão, e a revisão pode resultar em alterações materiais no rédito e margens anteriormente reconhecidas.

O trabalho desenvolvido sobre o reconhecimento do rédito de contratos de construção plurianuais incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento de rédito de contratos de construção, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção dos mapas de obras que suportam o reconhecimento de rédito dos contratos de construção plurianuais, e sua conciliação com a contabilidade;
- confirmação da receita total estimada refletida nos mapas com os contratos celebrados com os clientes e outros termos e condições, e dos custos totais estimados com os orçamentos de produção, para uma amostra de contratos;
- obtenção e análise do suporte para os custos incorridos, para uma amostra de transações, e dos autos de medição dos trabalhos realizados, para uma amostra de contratos;
- análise da avaliação da gestão quanto à identificação ou não de componentes significativas de financiamento no preço dos contratos e diferentes obrigações de desempenho, para uma amostra de contratos;
- procedimentos de revisão analítica à percentagem de acabamento considerada, tendo em conta os pressupostos subjacentes;
- análise das estimativas e julgamentos da gestão no que se refere à margem reconhecida, através: (i) da análise da fiabilidade das estimativas históricas, tendo como referência os valores reais verificados em obras concluídas, quando possível e comparável; (ii) do inquérito sobre as variações ocorridas nas receitas totais e custos totais estimados, bem como nos custos incorridos em comparação com os

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

Dada a expressão dos montantes em causa e a incerteza e complexidade dos julgamentos nas estimativas realizadas, consideramos este tema uma matéria relevante de auditoria.

custos orçados; e (iii) da avaliação da suficiência e robustez da evidência de suporte aos valores adicionais de rédito que decorrem de direitos contratuais mas cujo valor envolvido não esteja ainda aprovado pelo cliente; e

- análise da necessidade de reconhecimento de provisões para perdas esperadas em contratos, através da obtenção de informação junto do pessoal operacional chave ou da gestão, bem como do resultado da análise de contratos significativos e atas da gestão, fatores externos divulgados, litígios e disputas com as contrapartes ou resultados de eventos após o período de relato.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relacionadas com contratos de construção apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Imparidade de ativos intangíveis em concessões

Divulgações relacionadas com imparidade de ativos intangíveis em concessões apresentadas nas notas 1.4 e), 1.4 r) e 15 das demonstrações financeiras consolidadas.

Em 31 de dezembro de 2023 o Grupo detém ativos intangíveis em concessões afetos às seguintes unidades geradoras de caixa (UGC), e em relação aos quais foram identificados indícios de imparidade:

- tratamento e valorização de resíduos (EGF), no valor de 377.105 milhares de euros;
- direito de exploração agrícola e florestal em Cabinda (Angola - Mamaland) no valor de 47.224 milhares de euros; e
- central de ciclo combinado ao abrigo de um contrato de concessão de energia no México no valor de 81.762 milhares de euros.

O trabalho de análise da avaliação de perdas de imparidade dos ativos intangíveis nas referidas concessões consistiu, entre outros procedimentos, em:

- aferir sobre os critérios subjacentes à identificação das unidades geradoras de caixa (UGC);
 - obter os modelos preparados para determinação do valor recuperável das UGC de forma a determinar a sua conformidade com o normativo contabilístico;
 - reexecutar os cálculos dos modelos;
 - avaliar criticamente e, sempre que possível, de modo corroborativo os pressupostos utilizados nos modelos, nomeadamente períodos utilizados, fluxos de caixa previsionais, taxas de crescimento de fluxos de caixa nos períodos de projeção e perpetuidade, taxas de desconto, envolvendo peritos internos, sempre que relevante;
-

Matérias relevantes de auditoria

Tal como previsto nas políticas contabilísticas do Grupo, foram realizados testes de imparidade com vista a estimar a quantia recuperável destes ativos.

A realização dos testes de imparidade das UGC acima referidas tem por base pressupostos que envolvem incertezas e julgamentos significativos, nomeadamente previsões de rentabilidade futura e montantes de investimento, taxas de crescimento e taxas de desconto, bem como a análise de documentação associada às intenções de uso futuro dos ativos.

Consequentemente, a análise do justo valor destes ativos foi considerada uma matéria relevante de auditoria pela complexidade e grau de julgamento envolvidos nas estimativas realizadas pela gestão para a determinação do seu valor recuperável.

Síntese da abordagem de auditoria

- assegurar que valores recuperáveis assentes em intenções de uso futuro dos ativos apresentam correspondência com as condições atuais do ativo/UGC, bem como viabilidade e aderência a toda a informação conhecida até à data de análise; e
- rever as análises de sensibilidade aos pressupostos mais significativos dos modelos, sempre que o valor de uso se encontra próximo do valor contabilístico.

Procedemos, também, à revisão das divulgações apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas relativamente aos ativos intangíveis nas referidas concessões.

Valorização de contas a receber e reconhecimento de imparidades

Divulgações relacionadas com Contas a receber apresentadas nas notas 1.4 i), 1.4 r), 8 e 23 das demonstrações financeiras consolidadas.

A 31 de dezembro de 2023 o Grupo apresenta contas a receber de Clientes e Outros Devedores – Outros no valor total de 1.567.200 milhares de euros (líquidas de Perdas por imparidade acumuladas de 230.176 milhares de euros, das quais 20.758 milhares de euros foram reconhecidas, líquidas de reversões, na demonstração consolidada dos resultados).

O Grupo avalia, em cada período de relato, o montante de perdas por imparidade a reconhecer à luz da IFRS 9 – Instrumentos financeiros. Para o efeito, são reconhecidas perdas por imparidade para o valor não recuperável estimado das contas a receber com antiguidade ou para as quais são identificados

O trabalho desenvolvido para validação do reconhecimento e mensuração de imparidades para contas a receber incluiu os seguintes procedimentos:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com o reconhecimento e mensuração de imparidades de contas a receber, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- obtenção do cálculo das matrizes com referência às taxas de perdas por imparidade esperadas por segmentos de países, indústrias e clientes à data de reporte, em caso de histórico de perdas por imparidade ou risco de crédito;
- discussão com a gestão dos principais pressupostos utilizados na determinação das perdas por imparidade esperadas, nomeadamente segmentação das matrizes por diferentes grupos de perfil de risco de crédito, ajustamentos realizados em

Matérias relevantes de auditoria

outros indícios de imparidade (perdas incorridas), bem como potenciais perdas por imparidade esperadas utilizando uma matriz de incobrabilidade baseada no histórico creditício dos devedores do Grupo nos últimos cinco anos, ajustada por questões específicas do devedor, bem como por condições macroeconómicas que se estimam para o futuro.

A identificação das contas a receber em imparidade, a determinação do seu valor recuperável e a modelização de matrizes para a determinação de potenciais perdas por imparidade por tipologia de cliente, indústria/setor ou país envolvem julgamentos significativos da gestão, nomeadamente no que se refere: (i) à capacidade dos devedores para regularizar a dívida e probabilidade de incumprimento de condições acordadas e perspectivas de cobrança; e (ii) à segmentação da carteira de clientes e outros devedores por diferentes grupos de perfis de risco de crédito e a correspondente determinação das taxas indicadoras das perdas por imparidade estimadas. A existência de contas a receber significativas, nas várias geografias em que o Grupo opera, de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas, introduz um nível adicional de subjetividade e incerteza nestes julgamentos.

Adicionalmente, e conforme relatado na nota 1.4 i), o Grupo estima o valor atual das contas a receber nas situações em que é expectável que o recebimento se prolongue para além dos 12 meses. Nesta situação, as estimativas realizadas pela gestão requerem julgamentos, nomeadamente no que se refere ao momento em que é expectável que ocorra o recebimento e à taxa de desconto a aplicar.

As estimativas realizadas relativamente à imparidade das contas a receber e ao seu valor atual são uma matéria relevante de auditoria porque requerem um elevado grau de julgamento por parte da gestão.

Síntese da abordagem de auditoria

devedores específicos, seleção dos períodos históricos e informação base, bem como expectativas das condições macroeconómicas futuras;

- obtenção de listagens de antiguidade de contas a receber, para confrontação com as perdas de imparidade reconhecidas;
- discussão com a gestão, em comparação com o ano anterior, dos pressupostos utilizados na determinação de perdas de imparidade incorridas de contas a receber, nomeadamente para valores significativos pendentes de recebimento por períodos de tempo alargados;
- obtenção e análise da informação de suporte disponível, utilizada pela gestão na avaliação realizada;
- verificação de recebimentos após encerramento do exercício, quando relevantes; e
- no caso particular de contas a receber significativas de entidades governamentais, estatais ou enquadráveis como entidades públicas com elevada antiguidade, verificamos se existiam confirmações externas, documentação formal de correspondência com os organismos institucionais respetivos, autos de medição ou outras evidências que comprovem a venda/serviço prestado, de modo a avaliar se estas evidências são consistentes com as perdas de imparidade reconhecidas.

Em relação ao cálculo do valor atual das contas a receber, os procedimentos desenvolvidos consistiram principalmente em:

- entendimento e avaliação das atividades de controlo relacionadas com mensuração dos saldos de contas a receber que ultrapassam o período de um ano, e teste à eficácia dos controlos, quando relevante;
- avaliação da integralidade das contas a receber com condições de pagamento alargadas ou especiais, consideradas pela administração para reconhecimento do valor presente descontado; e

Matérias relevantes de auditoria**Síntese da abordagem de auditoria**

- teste ao cálculo dos efeitos do valor atual reconhecido e avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão, no que respeita ao momento esperado do recebimento e taxa de desconto utilizada.

Procedemos também, à revisão das divulgações relativas à valorização e imparidades de contas a receber apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Provisões e contingências

Divulgações relacionadas com provisões e contingências apresentadas nas notas 1.4 o), 1.4 r), 8, 12, 37 e 40 das demonstrações financeiras consolidadas.

O Grupo regista provisões para contingências, nomeadamente reclamações e outras responsabilidades associadas aos contratos de construção, incluindo garantias de obra. Em 31 de dezembro de 2023 o montante de provisões apresentado nas demonstrações financeiras consolidadas ascende a 131.076 milhares de euros, dos quais 18.618 milhares de euros foram reconhecidos na demonstração consolidada dos resultados de 2023, líquidos de reversões.

Adicionalmente, pela dimensão, estrutura e dispersão geográfica das suas operações, o Grupo está exposto a enquadramentos fiscais e legais diversificados, que originam um acréscimo na complexidade dos procedimentos de natureza fiscal e legal. Como consequência, o Grupo tem diversas questões fiscais em aberto e processos de natureza legal em curso, para os quais não foram estimadas responsabilidades e que representam Passivos contingentes. Os Passivos contingentes associados a processos fiscais a favor da administração fiscal portuguesa e em aberto com autoridades fiscais de outros países, ambos com valor individual superior a 500 milhares de euros, ascendem a cerca de 81.700

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, os procedimentos que realizámos incluíram, entre outros, os seguintes:

- validação da listagem das provisões constituídas para responsabilidades decorrentes de contratos de construção, atendendo ao nosso conhecimento do negócio, inquéritos à gestão, leitura de atas e outra documentação e acontecimentos verificados após o período de relato;
- avaliação da razoabilidade dos pressupostos utilizados pela gestão na mensuração das provisões, nomeadamente comparando as estimativas de períodos anteriores com os gastos reais incorridos; e
- análise do cálculo das provisões constituídas e respetiva documentação de suporte.

Em relação a provisões e passivos contingentes para responsabilidades decorrentes de litígios fiscais e legais, realizámos entre outros, os seguintes procedimentos:

- compreensão dos processos de avaliação de contingências e litígios fiscais e legais realizados pela gestão;
- obtenção e análise da relação dos litígios fiscais e legais que afetam o Grupo;
- obtenção e análise das confirmações recebidas dos advogados internos e externos, em relação aos processos que têm a seu cargo;

Matérias relevantes de auditoria

milhares de euros e 13.500 milhares de euros, respetivamente. Os passivos contingentes associados a processos judiciais com valor individual superior a 500 milhares de euros ascendem a cerca de 141.000 milhares de euros.

Conforme preconizado na Norma Internacional de Contabilidade (IAS) 37 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes, e relatado na nota 37, o Grupo regista provisões sempre que considera que é provável um desfecho desfavorável para a contingência existente. A avaliação da probabilidade de desfecho é efetuada pela gestão com base no seu julgamento relativamente a estas matérias, bem como no parecer dos assessores jurídicos e fiscais do Grupo.

Atendendo ao nível de julgamento envolvido na avaliação dos Passivos contingentes e na determinação da estimativa da quantia a despender para liquidar a obrigação presente, e ao elevado grau de incerteza quanto ao desfecho dos processos, consideramos este assunto uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

- análise da correspondência trocada com as autoridades fiscais, nomeadamente no que respeita a reclamações e contestações efetuadas pelo Grupo;
- análise das atas do Conselho de Administração e Comissão Executiva e acompanhamento de notícias dos media que citem o Grupo ou empresas do seu perímetro ou relacionadas;
- análise de pareceres fiscais ou jurídicos obtidos de consultores ou advogados externos que suportam posicionamentos da gestão quanto a potenciais contingências ou litígios em curso, promovendo reuniões diretamente com os mesmos sempre que necessário para debater julgamentos mais significativos;
- inquérito à gestão e responsáveis da área jurídica e fiscal, com apoio dos nossos peritos, sobre as estimativas e julgamentos mais significativos, procurando, sempre que possível, corroborar os pressupostos assumidos na classificação e determinação do montante das provisões constituídas e das contingências divulgadas; e
- escrutínio de despesas incorridas após a data de relato com vista a identificar advogados ou consultores externos não circularizados e/ou possíveis novos processos fiscais ou litígios iniciados.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas a provisões e contingências apresentadas nas demonstrações financeiras consolidadas.

Impactos decorrentes do plano de reorganização do portefólio de concessões detidas no México e conclusão da contabilização da compra da concessionária CUA realizada em 2022

Divulgações relacionadas com o plano de reorganização do portefólio de concessões detidas no México e conclusão da contabilização da compra da concessionária CUA realizada em 2022 apresentadas nas notas 1.2, 1.4 h), 11, 19, 28 e 42 das demonstrações financeiras consolidadas.

No final do exercício de 2023, integrado no plano de reorganização do portefólio de concessões no México, o Grupo acordou com o seu parceiro de negócios local alienar-lhe parcialmente um conjunto de participações financeiras durante o exercício de 2024. Consequentemente, os ativos e passivos das concessões Concesionaria Tultepec Aifa Piramides, S.A. de C.V., CMRO Nayarit, S.A.P.I. de C.V., Azpau Entretenimiento, S.A.P.I. de C.V. e Mota-Engil Aeropuertos, S.A.P.I. de C.V. foram reclassificados, respetivamente, para ativos e passivos não correntes detidos para venda nos valores de 531.736 milhares de euros e 185.423 milhares de euros. Para o efeito, a Gestão assegurou, através da realização de avaliações internas, que os ativos líquidos destas concessões estão registados pelo menor entre o seu valor contabilístico e o seu justo valor.

Adicionalmente, durante o exercício de 2023, ocorreram os seguintes factos relativos à participação na sociedade Vías y Comunicaciones CUA, S.A.P.I. de C.V., a qual detém 33% da Concesionaria CUA, S.A.P.I. de C.V. (negócio CUA):

a) Conclusão da contabilização da compra de 1% do capital social realizada em 2022, através da qual o Grupo passou a deter 100% daquele veículo e a controlar o negócio CUA, considerando os termos da tomada de decisão

Os procedimentos de auditoria realizados sobre as operações integradas no plano de reorganização do portefólio de concessões detidas no México e sobre a conclusão no exercício de 2023 da contabilização da compra da concessionária CUA realizada em 2022 incluíram, entre outros, os seguintes procedimentos:

- análise do acordo realizado entre o Grupo e o seu parceiro de negócios no México, bem como de toda a evidência adjacente, com vista a entender os termos negociados e os impactos daí decorrentes na classificação dos ativos e passivos das concessões, à luz das condições previstas no IFRS 5 para subsidiárias detidas para venda;
- revisão das avaliações realizadas pela Gestão para determinar o justo valor das concessões reclassificadas para ativos não correntes detidos para venda e verificado que os montantes das avaliações superam os correspondentes valores contabilísticos;
- reexecução do cálculo associado à contabilização da compra em 2022 do negócio CUA concluído durante 2023, incluindo o ganho obtido, assegurando a sua conciliação com os registos contabilísticos consolidados da reexpressão de contas;
- verificação da conformidade do cálculo anterior com as orientações previstas no IFRS 3, incluindo o enquadramento enquanto compra de um negócio e o período a que se reporta a nova informação apurada nos 12 meses seguintes à data da aquisição de controlo;
- análise da documentação de venda de 1% do capital da Vías y Comunicaciones CUA, S.A.P.I. de C.V. em 2023, bem como dos termos da mesma, com vista a confirmar a perda de controlo do Grupo no negócio da CUA;

Matérias relevantes de auditoria

sobre as atividades relevantes previstos nos estatutos daquelas entidades e que se encontram descritos na nota 1.2. As demonstrações financeiras consolidadas foram reexpressas, tendo sido reconhecido um ganho no resultado líquido consolidado do exercício de 2022 no valor de 22.928 milhares de euros, que resultou essencialmente da revalorização a justo valor dos interesses de capital anteriormente detidos no negócio CUA.

b) Venda de 1% do capital social em dezembro de 2023, que determinou a perda de controlo do Grupo sobre o negócio CUA. A nova revalorização a justo valor da participação remanescente levou ao reconhecimento de um ganho no resultado líquido consolidado do exercício de 2023 no valor de 14.653 milhares de euros (o qual inclui reciclagem de diferenças cambiais positivas de outro rendimento integral no valor de 5.963 milhares de euros).

As revalorizações de justo valor do interesse detido no negócio CUA acima mencionadas, foram efetuadas com recurso a avaliações internas, as quais incluem estimativas, tais como as receitas e custos da concessão CUA, taxas de desconto e inflação esperadas.

Em virtude da magnitude dos impactos na demonstração da posição financeira decorrentes das operações integradas no plano de venda das concessões no México, bem como dos julgamentos associados à determinação do justo valor daquele investimento, consideramos estes assuntos uma matéria relevante de auditoria.

Síntese da abordagem de auditoria

- reexecução do cálculo do ganho obtido com a perda de controlo do negócio da CUA em 2023, incluindo a conciliação com os registos contabilísticos consolidados e avaliação da sua conformidade com as orientações previstas na IFRS 10;
- obtidas as avaliações internas da gestão para a determinação do justo valor dos interesses de capital detidos à data de obtenção de controlo e à data da perda de controlo, tendo sido reexecutados os cálculos dos modelos subjacentes e testados os principais pressupostos, nomeadamente as receitas e os custos estimados, o plano de reembolso de dívida, a taxa de inflação esperada e a taxa de desconto, envolvendo peritos internos, sempre que relevante, e confrontando os resultados finais das avaliações com toda a evidência relevante obtida.

Procedemos, também, à revisão das divulgações relativas às operações integradas no plano de reorganização do portefólio de concessões detidas no México e à conclusão no exercício de 2023 da contabilização da compra da concessionária CUA realizada em 2022.

Responsabilidades do órgão de gestão e do órgão de fiscalização pelas demonstrações financeiras consolidadas

O órgão de gestão é responsável pela:

- a) preparação de demonstrações financeiras consolidadas que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira consolidada, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa consolidados do Grupo de acordo com as Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS) tal como adotadas na União Europeia;
- b) elaboração do relatório consolidado de gestão, relatório de governo societário, demonstração não financeira consolidada e relatório sobre remunerações nos termos legais e regulamentares aplicáveis;
- c) criação e manutenção de um sistema de controlo interno apropriado para permitir a preparação de demonstrações financeiras consolidadas isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro;
- d) adoção de políticas e critérios contabilísticos adequados nas circunstâncias; e
- e) avaliação da capacidade do Grupo de se manter em continuidade, divulgando, quando aplicável, as matérias que possam suscitar dúvidas significativas sobre a continuidade das atividades.

O órgão de fiscalização é responsável pela supervisão do processo de preparação e divulgação da informação financeira do Grupo.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras consolidadas

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas como um todo estão isentas de distorções materiais devido a fraude ou a erro, e emitir um relatório onde conste a nossa opinião. Segurança razoável é um nível elevado de segurança, mas não é uma garantia de que uma auditoria executada de acordo com as ISAs detetará sempre uma distorção material quando exista. As distorções podem ter origem em fraude ou erro e são consideradas materiais se, isoladas ou conjuntamente, se possa razoavelmente esperar que influenciem decisões económicas dos utilizadores tomadas com base nessas demonstrações financeiras.

Como parte de uma auditoria de acordo com as ISAs, fazemos julgamentos profissionais e mantemos ceticismo profissional durante a auditoria e também:

- a) identificamos e avaliamos os riscos de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas, devido a fraude ou a erro, concebemos e executamos procedimentos de auditoria que respondam a esses riscos, e obtemos prova de auditoria que seja suficiente e apropriada para proporcionar uma base para a nossa opinião. O risco de não detetar uma distorção material devido a fraude é maior do que o risco de não detetar uma distorção material devido a erro, dado que a fraude pode envolver conluio, falsificação, omissões intencionais, falsas declarações ou sobreposição ao controlo interno;
- b) obtemos uma compreensão do controlo interno relevante para a auditoria com o objetivo de conceber procedimentos de auditoria que sejam apropriados nas circunstâncias, mas não para expressar uma opinião sobre a eficácia do controlo interno do Grupo;

- c) avaliamos a adequação das políticas contábilísticas usadas e a razoabilidade das estimativas contábilísticas e respectivas divulgações feitas pelo órgão de gestão;
- d) concluímos sobre a apropriação do uso, pelo órgão de gestão, do pressuposto da continuidade e, com base na prova de auditoria obtida, se existe qualquer incerteza material relacionada com acontecimentos ou condições que possam suscitar dúvidas significativas sobre a capacidade do Grupo para dar continuidade às suas atividades. Se concluímos que existe uma incerteza material, devemos chamar a atenção no nosso relatório para as divulgações relacionadas incluídas nas demonstrações financeiras consolidadas ou, caso essas divulgações não sejam adequadas, modificar a nossa opinião. As nossas conclusões são baseadas na prova de auditoria obtida até à data do nosso relatório. Porém, acontecimentos ou condições futuras podem levar a que o Grupo descontinue as suas atividades;
- e) avaliamos a apresentação, estrutura e conteúdo global das demonstrações financeiras consolidadas, incluindo as divulgações, e se essas demonstrações financeiras representam as transações e os acontecimentos subjacentes de forma a atingir uma apresentação apropriada;
- f) obtemos prova de auditoria suficiente e apropriada relativa à informação financeira das entidades ou atividades dentro do Grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras consolidadas. Somos responsáveis pela orientação, supervisão e desempenho da auditoria do Grupo e somos os responsáveis finais pela nossa opinião de auditoria;
- g) comunicamos com os encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, entre outros assuntos, o âmbito e o calendário planeado da auditoria, e as conclusões significativas da auditoria incluindo qualquer deficiência significativa de controlo interno identificada durante a auditoria;
- h) das matérias que comunicamos aos encarregados da governação, incluindo o órgão de fiscalização, determinamos as que foram as mais importantes na auditoria das demonstrações financeiras consolidadas do ano corrente e que são as matérias relevantes de auditoria. Descrevemos essas matérias no nosso relatório, exceto quando a lei ou regulamento proibir a sua divulgação pública; e
- i) declaramos ao órgão de fiscalização que cumprimos os requisitos éticos relevantes relativos à independência e comunicamos-lhe todos os relacionamentos e outras matérias que possam ser percecionadas como ameaças à nossa independência e, quando aplicável, quais as medidas tomadas para eliminar as ameaças ou quais as salvaguardas aplicadas.

A nossa responsabilidade inclui ainda a verificação da concordância da informação constante do relatório consolidado de gestão com as demonstrações financeiras consolidadas, e as verificações previstas nos números 4 e 5 do artigo 451.º do Código das Sociedades Comerciais na matéria de governo societário, bem como a verificação de que a demonstração não financeira consolidada e o relatório de remunerações foram apresentados.

Relato sobre outros requisitos legais e regulamentares

Sobre o relatório consolidado de gestão

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 3, alínea e) do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório consolidado de gestão foi preparado de acordo com os requisitos legais e regulamentares aplicáveis em vigor, a informação nele constante é concordante com as demonstrações financeiras consolidadas auditadas e, tendo em conta o conhecimento e a apreciação sobre o Grupo, não identificámos incorreções materiais.

Sobre o relatório de governo societário

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 4, do Código das Sociedades Comerciais, somos de parecer que o relatório de governo societário inclui os elementos exigíveis ao Grupo nos termos do artigo 29.º-H do Código dos Valores Mobiliários, não tendo sido identificadas incorreções materiais na informação divulgada no mesmo, cumprindo o disposto nas alíneas c), d), f), h), i) e l) do n.º 1 do referido artigo.

Formato Eletrónico Único Europeu (ESEF)

As demonstrações financeiras consolidadas da Entidade referentes ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023 têm de cumprir os requisitos aplicáveis estabelecidos no Regulamento Delegado (UE) 2019/815 da Comissão, de 17 de dezembro de 2018 (Regulamento ESEF).

O órgão de gestão é responsável pela elaboração e divulgação do relatório anual em conformidade com o Regulamento ESEF.

A nossa responsabilidade consiste em obter segurança razoável sobre se as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Os nossos procedimentos tomaram em consideração o Guia de Aplicação Técnica da OROC sobre o relato em ESEF e incluíram, entre outros:

- a) a obtenção da compreensão do processo de relato financeiro, incluindo a apresentação do relatório anual no formato XHTML válido; e
- b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção material associados à marcação das informações das demonstrações financeiras consolidadas, em formato XBRL utilizando a tecnologia iXBRL. Esta avaliação baseou-se na compreensão do processo implementado pela entidade para marcar a informação.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras consolidadas, incluídas no relatório anual estão apresentadas, em todos os aspetos materiais, em conformidade com os requisitos estabelecidos no Regulamento ESEF.

Sobre a demonstração não financeira consolidada

Dando cumprimento ao artigo 451.º, n.º 6, do Código das Sociedades Comerciais, informamos que o Grupo incluiu no seu relatório consolidado de gestão a demonstração não financeira consolidada prevista no artigo 508.º-G do Código das Sociedades Comerciais.

Sobre o relatório de remunerações

Dando cumprimento ao artigo 26.º-G, n.º 6, do Código dos Valores Mobiliários, informamos que a Entidade preparou um relatório sobre remunerações que inclui as informações previstas no n.º 2 do referido artigo.

Sobre os elementos adicionais previstos no artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014

Dando cumprimento ao artigo 10.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, e para além das matérias relevantes de auditoria acima indicadas, relatamos ainda o seguinte:

- a) Fomos nomeados/eleitos auditores da Mota-Engil, S.G.P.S., S.A. pela primeira vez na assembleia geral de acionistas realizada em 24 de maio de 2017 para o período remanescente do mandato compreendido entre 2015 e 2018, mantendo-nos em funções até ao presente período. A nossa última nomeação/eleição ocorreu na assembleia geral de acionistas realizada em 27 de abril de 2023 para o mandato compreendido entre 2023 e 2025.
- b) O órgão de gestão confirmou-nos que não tem conhecimento da ocorrência de qualquer fraude ou suspeita de fraude com efeito material nas demonstrações financeiras. No planeamento e execução da nossa auditoria de acordo com as ISAs mantivemos o ceticismo profissional e concebemos procedimentos de auditoria para responder à possibilidade de distorção material das demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude. Em resultado do nosso trabalho não identificámos qualquer distorção material nas demonstrações financeiras consolidadas devido a fraude.
- c) Confirmamos que a opinião de auditoria que emitimos é consistente com o relatório adicional que preparámos e entregámos ao órgão de fiscalização do Grupo em 25 de março de 2024.
- d) Declaramos que não prestámos quaisquer serviços proibidos nos termos do n.º 1 do artigo 5.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014 e que mantivemos a nossa independência face ao Grupo durante a realização da auditoria.

25 de março de 2024

PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia, ROC n.º 1076
Registado na CMVM com o n.º 20160688

RELATÓRIO E PARECER DO CONSELHO FISCAL

Senhores Acionistas da Mota-Engil, SGPS, S.A.

Em conformidade com as disposições legais e estatutárias, o Conselho Fiscal da Mota-Engil, SGPS, S.A. (“Sociedade”) vem apresentar o relatório da sua atividade no exercício de 2023, bem como o parecer sobre o ficheiro no formato ESEF (*European Single Electronic Format*) que contém os documentos de prestação de contas consolidadas, incluindo o Relatório de Gestão e as Demonstrações Financeiras Consolidadas, relativos àquele exercício e apresentados pelo Conselho de Administração.

O Conselho Fiscal reuniu com regularidade e acompanhou a evolução da Sociedade, em especial mediante os contactos com o Conselho de Administração e os seus membros e com os principais responsáveis pelos Serviços, de quem foi recebendo todas as informações, explicações e justificações que se tornaram necessárias.

O Conselho Fiscal acompanhou, também, a atividade da Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor, recolhendo, deste modo, os elementos necessários ao desenvolvimento das suas funções de fiscalização. Fiscalizou, ainda, a atividade do Revisor Oficial de Contas/Auditor, incluindo a sua independência, em cumprimento do previsto na alínea d), do n.º 2, do artigo 420.º do Código das Sociedades Comerciais, e isenção, verificando a adequação e aprovando a prestação de outros serviços para além dos serviços de auditoria.

Acompanhámos o processo de preparação e divulgação de informação financeira consolidada, bem como a revisão legal das contas consolidadas. Tanto quanto é do nosso conhecimento, a revisão legal de contas contribuiu, de forma positiva, para a integridade do processo de preparação e divulgação da informação financeira.

Adicionalmente, o Conselho Fiscal analisou os referidos documentos de prestação de contas consolidadas, incluídos no ficheiro acima referido, e a Certificação Legal das Contas e Relatório de Auditoria Consolidado emitido pela Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor.

A Sociedade de Revisores Oficiais de Contas/Auditor remeteu a este Conselho o Relatório Adicional ao Órgão de Fiscalização com os resultados da auditoria às demonstrações financeiras, relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2023, em cumprimento do disposto no artigo 11.º do Regulamento (UE) n.º 537/2014 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 16 de abril de 2014, tendo o mesmo sido analisado pelo Conselho Fiscal.





MOTA-ENGIL
SGPS, S.A.

Nos termos da al. c) do n.º 1 do artigo 29.º G do Código dos Valores Mobiliários, os membros do Conselho Fiscal declaram que, tanto quanto é do seu conhecimento, a informação constante do Relatório e Contas Consolidadas de 2023 foi elaborada em conformidade com as normas contabilísticas aplicáveis, dando uma imagem verdadeira e apropriada do ativo e do passivo, da situação financeira e dos resultados consolidados da Mota-Engil, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e que o relatório de gestão expõe fielmente a evolução dos negócios, do desempenho financeiro e não financeiro e da posição consolidada da Mota-Engil, SGPS, S.A., e das empresas incluídas no perímetro de consolidação, e contém uma descrição dos principais riscos e incertezas com que se defrontam.

Mais se informa, que o Relatório sobre as Práticas do Governo Societário produzido cumpre com o disposto no artigo 29.º H do Código dos Valores Mobiliários.

Em consequência, o Conselho Fiscal é de opinião que merecem aprovação os citados documentos de prestação de contas consolidadas apresentados pelo Conselho de Administração.

Porto, 25 de março de 2024

José António Ferreira de Barros

Susana Catarina Iglésias Couto Rodrigues de Jesus

Cristina Maria da Costa Pinto



Relatório Independente de Garantia Limitada de Fiabilidade

Exmo. Conselho de Administração da Mota-Engil, SGPS, SA

Introdução

Fomos contratados pela Administração da Mota-Engil, SGPS, SA ("Mota-Engil" ou "Empresa") para a realização de um trabalho de garantia limitada de fiabilidade sobre os indicadores identificados abaixo na secção "Responsabilidades do auditor" que integram a informação de sustentabilidade incluída no Relatório e Contas 2023 relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, preparada pela Empresa para efeitos de divulgação do seu desempenho anual nos KPI Estratégicos.

Responsabilidades do Conselho de Administração

É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação dos indicadores identificados abaixo na secção "Responsabilidades do auditor" incluídos no Relatório e Contas 2023 de acordo com as instruções e critérios divulgados no Relatório e Contas 2023, bem como a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado, que permita uma adequada preparação da informação mencionada.

Responsabilidades do auditor

A nossa responsabilidade consiste em emitir um relatório de garantia limitada de fiabilidade, profissional e independente, baseado nos procedimentos realizados e especificados no parágrafo abaixo.

O nosso trabalho foi efetuado de acordo com a Norma Internacional sobre Trabalhos de Garantia de Fiabilidade que Não Sejam Auditorias ou Revisões de Informação Financeira Histórica (ISAE) 3000 (Revista), emitida pelo *International Auditing and Assurance Standards Board* da *International Federation of Accountants* e cumprimos as demais normas e orientações técnicas da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC), as quais exigem que o nosso trabalho seja planeado e executado com o objetivo de obter garantia limitada de fiabilidade sobre se os KPI Estratégicos apresentados no Relatório e Contas de 2023 (ODS 8 e 10 Talento local em posições de gestão, ODS 8 Taxa de incidência com tempo perdido, ODS 13 Redução emissões de GEE (scope 1, 2 e 3) vs 2021, ODS 12 Certificação Global (9001,14001, 45001), ODS 5 Mulheres recrutadas ou promovidas a manager vs 2021 e ODS 12 Resíduos Valorizados (%)) estão isentos de distorções materialmente relevantes.

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
Sede: Palácio Sottomayor, Rua Sousa Martins, 1 - 3º, 1069-316 Lisboa, Portugal
Recepção: Palácio Sottomayor, Avenida Fontes Pereira de Melo, nº16, 1050-121 Lisboa, Portugal
Tel: +351 213 599 000. Fax: +351 213 599 999. www.pwc.pt
Matriculada na CRC sob o NIPC 506 628 752, Capital Social Euros 314.000
Inscrita na lista das Sociedades de Revisores Oficiais de Contas sob o nº 183 e na CMVM sob o nº 20161485

PricewaterhouseCoopers & Associados – Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda. pertence à rede de entidades que são membros da PricewaterhouseCoopers International Limited, cada uma das quais é uma entidade legal autónoma e independente.

Para tanto o referido trabalho consistiu em:

- i) Indagar a gestão e principais responsáveis das áreas em análise para compreender o modo como está estruturado o sistema de informação e a sensibilidade dos intervenientes às matérias incluídas no relato;
- ii) Identificar a existência de processos de gestão internos conducentes à implementação de políticas económicas, ambientais e de responsabilidade social;
- iii) Verificar, numa base de amostragem, a eficácia dos sistemas e processos de recolha, agregação, validação e relato que suportam a informação de desempenho supracitada, através de cálculos e validação de dados reportados;
- iv) Confirmar a observância de determinadas unidades operacionais às instruções de recolha, agregação, validação e relato de informação de desempenho;
- v) Executar, numa base de amostragem, alguns procedimentos de consubstanciação da informação, através de obtenção de evidência sobre informação reportada;
- vi) Validar o alinhamento dos KPI Estratégicos reportados no Relatório e Contas 2023 de acordo com os critérios definidos pela Empresa.

Os procedimentos efetuados foram mais limitados do que seriam num trabalho de garantia razoável de fiabilidade, por conseguinte, foi obtida menos segurança do que num trabalho de garantia razoável de fiabilidade.

Entendemos que os procedimentos efetuados proporcionam uma base aceitável para a expressão da nossa conclusão.

Qualidade e independência

Aplicamos a Norma Internacional de Gestão de Qualidade ISQM 1, a qual requer que seja desenhado, implementado e mantido um sistema de gestão de qualidade abrangente que inclui políticas e procedimentos sobre o cumprimento de requisitos éticos, normas profissionais e requisitos legais e regulamentares aplicáveis.

Cumprimos com os requisitos de independência e ética do código de ética (incluindo as Normas Internacionais de Independência) emitido pelo *International Ethics Standards Board for Accountants* (IESBA) e do código de ética da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas (OROC).

Conclusão

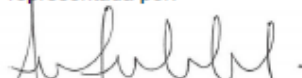
Com base no trabalho efetuado, nada chegou ao nosso conhecimento que nos leve a concluir que os KPI Estratégicos identificados acima na secção "Responsabilidades do auditor" incluídos no Relatório e Contas 2023 relativo ao ano findo em 31 de dezembro de 2023, não tenham sido preparados, em todos os aspetos materialmente relevantes, de acordo com as instruções e critérios divulgados no mesmo e que a Mota-Engil não tenha aplicado, na informação de sustentabilidade incluída no mesmo Relatório e Contas 2023, os critérios definidos para a elaboração dos KPI Estratégicos 2023.

Restrições de uso

Este relatório é emitido unicamente para informação e uso do Conselho de Administração da Empresa, para efeitos da divulgação do Relatório e Contas 2023 pelo que não deverá ser utilizado para quaisquer outras finalidades. Não assumiremos quaisquer responsabilidades perante terceiros, para além da Mota-Engil, pelo nosso trabalho e pela conclusão expressa neste relatório, o qual será anexado ao Relatório e Contas 2023 da Empresa.

25 de março de 2024


PricewaterhouseCoopers & Associados
- Sociedade de Revisores Oficiais de Contas, Lda.
representada por:



António Joaquim Brochado Correia R.O.C. nº 1076
Registado na CMVM com o nº 20160688

MOTAENGIL

www.mota-engil.com

 www.facebook.com/motaengil

 [linkedin.com/company/mota-engil](https://www.linkedin.com/company/mota-engil)

 www.youtube.com/motaengilsgps